



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

TRIÊNIO
2015-2017



A NOSSA UNIVERSIDADE

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

RAAI – TRIÊNIO 2015/2017

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

APROVADO PELA CPA EM MARÇO DE 2018



UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitor:

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora:

Camila Celeste Brandao Ferreira Itavo

Chefe de gabinete

Aurélio Tomaz da Silva

Ana Carolina da Silva Monteiro

Pró-Reitoria de Graduação:

Rui Alberto Caetano Corrêa Filho

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:

Nalvo Franco de Almeida Junior

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura:

Marcelo Fernandes Pereira

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

Ana Rita Barbieri Filgueiras

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal e do Trabalho:

Antônio José Ângelo Motti

Carmem Borges Ortega

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças:

Dulce Maria Tristão

Pró-Reitoria Administração:

Prof. Claudio Cesar da Silva

Augusto Cesar Malheiros

Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação

Luciano Gonda

Agência de Desenvolvimento de Inovação e de relações Internacionais

Profa. Silvia Morales de Queiroz Caleman

Valdir Souza Ferreira

Secretaria Especial de Avaliação Institucional

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres

Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica
Prof. Marcos Paulo da Silva
Rose Mara Pinheiro

Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores
Edna Scremin Dias

Secretaria Especial de Órgãos Colegiados
Erotildes Ferreira dos Santos Miranda
Elton Bezerra Arriero

Hospital Universitário Maria Pedrossian – HUMAP
Claudio Cesar da Silva

Comissão Própria de Avaliação – CPA
Portaria nº 865 de 21/7/2017 e Portaria 902 de 27/7/2017

Presidente: Luiz Miguel Renda dos Santos
Substituto imediato (a): Maria Inês de Affonseca Jardim

Representantes Docentes:

Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo

Luciana Montera Cheung

Luiz Miguel Renda dos Santos

Maria Inês de Affonseca Jardim

Suzi Rosa Miziara Barbosa

Representantes Técnico-Administrativos:

Claudia Freire da Silva Kishi

Eduardo Ramirez Meza

Hugo Orofino Lima

Mauro Amorim Silva

Representantes Discentes:

Graduação: Victoria Pujol Bonotto

Pós-Graduação: Natalia Fernandes Silveira e Línika Vicente Ferreira de Almeida

Representante da Sociedade Civil Organizada: Liane dos Santos Pereira

COMISSÕES SETORIAIS DE AVALIAÇÃO

CÂMPUS DO PANTANAL - CPAN

Instrução de Serviço CPAN) Nº 227, de 18 de Agosto de 2017.

Instrução de Serviço (CPAN) Nº 349, de 03 de Novembro de 2017.

Docentes:

Fabiano Quadros Ruckert (Presidente)

Aline Mackert dos Santos

Dirce Sizuko Soken

Karla Jocelya Nonato

Osmar do Nascimento Souza

Técnico-administrativo:

Daly Roxana Castro Padilha

Rodrigo Domingues da Costa

CÂMPUS DE AQUIDAUANA - CPAQ

Instrução de Serviço (CPAQ) Nº 93 de 16 de Agosto de 2017.

Instrução de Serviço (CPAQ) Nº 133 de 27 de Outubro de 2017.

Docentes:

Ricardo Henrique Gentil Pereira

Adriana Wagner

Janete Rosa da Fonseca

Rafael Oliveira Fonseca

Técnico-administrativo: Rafael Melcher

Discente:

Diego Aparecido Cafola

Wanly Pereira Arantes

CÂMPUS DE PARANAÍBA - CPAR

Instrução De Serviço (CPAR) Nº 95 de 8 de Setembro de 2017.

Docentes:

Geraldino Carneiro de Araújo (presidente)

Tatiana Bertoldi Carlos

Ana Cláudia dos Santos

Dalton de Sousa

Magno Pinheiro de Almeida

Técnico-administrativo: Leonardo Chaves de Carvalho

Discente: Luiz César Campos Domingues

CÂMPUS DE CHAPADÃO DO SUL - CPCS

Instrução de Serviço (CPCS) Nº 68, de 04 de Agosto de 2017.

Docentes:

Sebastião Ferreira de Lima (presidente)

Ricardo Gava

Ana Paula Leite

Técnico-administrativo: Vilson Crescêncio de Jesus

Discente:

Mariana Foletto

Gabriel Luiz Piati

CÂMPUS DE COXIM - CPCX

Instrução de Serviço (CPCX) Nº 56, de 03 de Agosto de 2017.

Docentes:

Lemuel Faria Diniz (presidente)

Renato Jales Silva Junior

Técnico-administrativo: Marcílio José Marcos Lopo

Discente: Paulo Ricardo Trussardi Maia

CÂMPUS DE NOVA ANDRADINA - CPNA

Instrução de Serviço (CPNA) Nº 32, 07 de Agosto de 2017.

Docentes:

Vitor Cardoso da Silva (Presidente)

Fábio da Silva Sousa

Antônio Sérgio Eduardo

Técnico-administrativo: Vanilton da Silva Oliveira

Discente: Benoni Couto Campos

CÂMPUS DE NAVIRAÍ - CPNV

Instrução de Serviço (CPNV) nº 45, de 25 de Agosto de 2017

Docentes:

Wesley Osvaldo Pradella Rodrigues (presidente)

Aldenor da Silva Ferreira

Celia Regina Rodrigues Mateus

Técnico-administrativo: Márcia Aparecida Rodrigues Mateus

Discente: Mauricio Hiroyuki Kubo

CÂMPUS DE PONTA PORÃ - CPPP

Instrução de Serviço (CPPP) nº 88, de 11 de Agosto de 2017.

Docentes:

Lauro Maycon Fernandes Ferreira (presidente)

Dionísio Machado Leite Filho

Fabício Augusto Rodrigues

Técnico-administrativo: Priscila Barbosa de Mendonça Elias

Discente:

Jociane de Oliveira Nunes Gonçalves

Raiane Paim Pinto

CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS - CPTL

Instrução de Serviço (CPTL) Nº 287, de 15 de Agosto de 2017.

Docentes:

Rafael Geraldeli Rossi

Nelson Yokoyama

Técnico-administrativo: Thiago Catarino

Discente: Aline Rodrigues

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC

Instrução de Serviço Nº 107 De 14 de Setembro de 2017.

Docente:

Gustavo Rodrigues Penha

Damaris Pereira Santana Lima

Técnico-administrativo: Antonio Vilela de Melo

Discentes:

Gustavo Teixeira Zampieri

Caroline Bertini Fernandes

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FACH

Instrução de Serviço nº 96 de 02 de Outubro de 2017.

Instrução de Serviço Nº 121 de 12 de Dezembro de 2017.

Docentes:

Weiny César Freitas Pinto (presidente)

Ana Karla Silva Soares

Daniel Estevão Ramos de Miranda

Dilza Porto Gonçalves

Técnico-administrativo: Ludmar Barros

Discentes:

Johnny Daniel Matias

Ângelo Luiz Ferro

Caroline da Silva Lourenzone

Sabrina Araujo Sales

Pâmella Rani Epifânio Soares

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, ALIMENTOS E NUTRIÇÃO - FACFAN

Instrução de Serviço FACFAN Nº 33, de 16 de Agosto de 2017

Docentes:

Mariana Ferreira Oliveira Prates (presidente)

Camila Guimarães Polisel

Luciana Bronzi de Souza

Marcela de Rezende Costa

Técnico-administrativo: Antunay Ney Martins

FACULDADE DE COMPUTAÇÃO - FACOM

Instrução de Serviço da FACOM Nº 80 de 14 de Agosto de 2017.

Docentes:

Bruno Barbieri de Pontes Cafeo (presidente)

André Cavalcante Hora

Cristiano Argemon Vieira

Técnico-administrativo: Marcos Paulo Massao Iseki

Discentes:

Wellington Evangelista Idino

Lucas Akayama Vilhagra

FACULDADE DE DIREITO - FADIR

Instrução de Serviço (FADIR) Nº 29 de 08 de Agosto de 2017.

Docentes:

Gleicy Denise Vasques Moreira (presidente)

Luciane Gregio Soares Linjardi

Técnico-administrativo: Sandro Fabian Francilio Dornelles

Discente:

Antonio Leonardo Amorim

Danielly Lima Almeida

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED

Instrução de Serviço (FAED) Nº 87 de 15 de Setembro de 2017.

Docentes:

Maria de Fátima Xavier da Anunciação de Almeida

Fernando Cesar de Carvalho Moraes

Técnica-administrativa: Eliana Sampaio Gomes

Discentes:

Eduarda Duarte Cacho

Janaína Silva de Oliveira

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - FAENG

Instrução de Serviço (FAENG) Nº 150, de 18 de Setembro de 2017

Docentes:

Christiane Areias Trindade (presidente)

Andres Batista Cheung

Sandro Petry Laureno

Alexandre Meira de Vasconcelos

Alex Nogueira de Rezende

Técnico-administrativo: Larissa Carla Martinelli

Discentes:

Paulo Victor Freitas Lopes

Izabel Rodrigues Leite

FACULDADE DE MEDICINA - FAMED

Instrução de Serviço (FAMED) Nº 68 de 16 Agosto de 2017.

Docentes:

Tatiana Serra da Cruz (presidente)

Adélia Delfina da Motta Silva Correia

Elizete da Rocha Vieira de Barros

Técnico-administrativos:

Ianny Marques Neves

Tathiana Faria Miyashiro Ferreira

Discente:

Karina Bossi Faleiros

Elaine Silva de Pádua Melo

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA - FAMEZ

Instrução de Serviço Nº 64 de 10 de Agosto de 2017.

Docentes:

Thyara de Deco Souza e Araújo

Jayme Aparecido Povh

Técnico-administrativo: Thaize Vicente de Oliveira

Discente: Paula Velozo Leal

FACULDADE DE ODONTLOGIA - FAODO

Instrução de Serviço (FAODO) Nº 56 de 15 de Agosto de 2017.

Docentes:

Luiz Massaharu Yassumoto (presidente)

Nara Rejane Santos Pereira

Técnico-administrativo: Kelly Cristiane Miyashiro

Discentes:

Victor Fernando Resende Jacomini
Carolina Mendes Corrêa Henrique

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - INBIO

Instrução de Serviço (INBIO) Nº 76 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Docentes:

Alda Maria Teixeira Ferreira
Carla Santos de Oliveira
Maria Carolina Silva Marques
Técnico-administrativo: Aline Etelvina Casaril

Discentes:

Karina Santos Paulinelli Raposo
Julio Menta de Almeida

INSTITUTO DE FÍSICA - INFI

Instrução de Serviço (INFI) Nº 52 de 17 de Agosto de 2017.

Docentes:

Isabela Porto Cavalcante (Presidente)
Hamilton Germano Pavão
Técnico-administrativo:
Rafael Domingos Ledesma de Nadai

Discente:

Ana Ligia Cereali
Edson Souza

INSTITUTO DE SAÚDE INTEGRADO DE SAÚDE - INISA

Instrução de Serviço (INISA) nº 108 de 14 de Novembro de 2017.

Docentes:

Juliana Hotta Ansai (presidente)
Priscila Maria Marcheti
Leila Simone Foerster Merey
Maria Elizabeth Araujo Ajalla
Técnica-administrativa:
Nádia Scheeren

INSTITUTO DE QUÍMICA - INQUI

Instrução de Serviço (INQUI) nº 51, de 21 de Setembro de 2017.

Docentes:

Carlos Eduardo Domingues Nazario
Bruno Gabriel Lucca
João Batista Gomes de Souza
Técnico-administrativo:

Leopoldo Albigesi Barbosa

Discente:

Érico Vinicius Rocha Sanches

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - ESAN

Instrução de Serviço (ESAN) nº 58 de 27 de Setembro de 2017.

Docentes:

Marcelo Ribeiro Silva (presidente)

Priscila Vargas da Silva

Técnico-administrativo:

Cléo Adriano da Silva

Discente:

Alexandre Nilba Ferreira

INSTITUTO DE MATEMÁTICA – INMA

Instrução de Serviço (INMA) Nº 90, de 12 de Dezembro de 2017

Docentes:

Karina Miranda D'ippolito Leite (presidente)

Wania Cristina de Lucca

Técnico-administrativo:

Mariuciy M. de Arruda Gomes

Discente:

Willian Jose Pradella Rodrigues

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACGs	Avaliações dos Cursos de Graduação
AGETIC	Agência de Tecnologia dwwa Informação e Comunicação
AGINOVA	Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais
Ago.	Agosto
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AP	Alcançadas plenamente
APEV	Auxílio a participação em eventos
APITT	Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
Art.	Artigo
AUD	Auditoria Interna
AVALIES	Avaliação da Educação Superior
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BEP	Base de Estudos do Pantanal
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAA	Coordenadoria de Administração Acadêmica
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBI	Coordenadoria da Biblioteca Central
CC	Conceito de Curso
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CD	Conselho Diretor
CDA	Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDR	Coordenadoria de Recrutamento e Desenvolvimento
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CED	Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEI	Clínica Escola Integrada
CEI	Coordenadoria de Empreendedorismo e Inovação
CFP	Centro de Formação de Professores
CGC	Coordenadoria de Gestão de Convênios
CGD	Comitê de Governança Digital
CGM	Coordenadoria de Gestão de Materiais
CGRIFES	Conselho de Gestores de Relações Internacionais
CGS	Coordenadoria de Gestão de Sistemas
CGU	Controladoria-Geral da União

CI	Conceito Institucional
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMT	Coordenadoria de Manutenção
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COE	Comissão de Estágio
COEG	Conselho de Ensino de Graduação
COEX	Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
COGRAD	Conselho de Graduação
COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COOREPA	Cooperativa Recicla Paranaíba
COPP	Conselho de Pesquisa e de Pós-Graduação
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde
COUN	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPACI	Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos
CPAN	Campus do Pantanal
CPAQ	Campus de Aquidauana
CPAR	Campus de Paranaíba
CPBO	Campus de Bonito
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPCC	Conceito Preliminar de Curso Contínuo
CPCF	Conceito Preliminar de Curso – Faixa
CPCO	Campus de Corumbá
CPCS	Campus de Chapadão do Sul
CPCX	Campus de Coxim
CPDO	Campus de Dourados
CPG	Coordenadoria de Pós-Graduação
CPI	Coordenadoria de Planejamento Institucional
CPNA	Campus de Nova Andradina
CPNV	Câmpus de Naviraí
CPO	Coordenadoria de Projetos, Obras e Sustentabilidade
CPPD	Comissão de Pessoal Docente
CPPP	Campus de Ponta Porã
CPRRD	Comitê Permanente de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas
CPTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CPTL	Câmpus de Três Lagoas
CSAs	Comissões Setoriais de Avaliação
CST	Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura de Tecnologia de Informação

CSV	Coordenadoria de Serviços
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCE	Diretório Central de Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
Dec.	Decreto
Dez.	Dezembro
DIAAF	Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas
DIACC	Divisão de Acompanhamento de Convênios
DIAB	Divisão de Acompanhamento e Avaliação
DICEC	Divisão de Celebração de Acordos, Convênios e Congêneres
DICQ	Divisão de Capacitação e Qualificação
DIDA	Divisão de Desenvolvimento e Avaliação
DIDS	Divisão de Desenvolvimento de Software
DIEAD	Divisão de Educação Aberta e a Distância
DIES	Divisão de Estágio
DIESA	Divisão de especialização e aperfeiçoamento
DIFOR	Divisão de Formação de Professores, Articulação e Aperfeiçoamento Pedagógico
DIGIN	Divisão de Gerenciamento e Infraestrutura de Tecnologia da Informação
DIGT	Divisão de Gestão e Processos de Tecnologia da Informação
DILAB	Divisão de Laboratórios e Bases de Estudo
DIMA	Divisão de Manutenção
DIMB	Divisão de Aquisição de Material Bibliográfico
DINE	Divisão de Incubadora e Empreendedorismo
DINOV	Divisão de Inovação de Tecnologias Educacionais e de Infraestrutura Tecnológica
DIPIT	Divisão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
DIPO	Divisão de Planejamento de Obras e Sustentabilidade
DIPPE	Divisão de Projetos e Grupos de Pesquisa
DIRA	Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação
DIRES	Divisão de Programas de Residências
DIRIN	Divisão de Relações Internacionais
DIRS	Divisão de Recrutamento e Seleção
DISC	Divisão de Suporte ao Cliente
EaD	Educação a Distância
EAG	Eventos Acadêmicos de Graduação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ED	Empréstimo Domiciliar
EDE	Excluído por Desistência
EDI	Exclusão por diplomação
EE	Empréstimo Especial
EEB	Empréstimo entre Bibliotecas da UFMS
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EGD	Estratégia de Governança Digital

EJ	Empresas Juniores
EJU	Exclusão por Jubilação
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEX	Encontros de Extensão
ESA	Exclusão por Solicitação do aluno
ESAN	Escola de Administração e Negócios
ETI	Exclusão por transferência interna
ETU	Exclusão por transferência para outra IES
FAALC	Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FACFAN	Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
FACH	Faculdade de Ciências Humanas
FACOM	Faculdade de Computação
FADIR	Faculdade de Direito
FAED	Faculdade de Educação
FAENG	Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAMED	Faculdade de Medicina
FAMEZ	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO	Faculdade de Odontologia
FAPEC	Fundação de Apoio à Cultura e Ensino
Fed.	Federal
FETEC-MS	Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul
FIC	Fundo de Investimentos Culturais de MS
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORARTE	Fórum de Arte e de Cultura de Coxim
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
GDA	Guia Didático do Aluno
HU	Hospital Universitário
HUMAP	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian
HV	Hospital Veterinário
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC	iniciação científica
ICBCG	Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande
ICTP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos

INBIO	Instituto de Biociências
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFI	Instituto de Física
INISA	Instituto Integrado de Saúde
INMA	Instituto de Matemática
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INQUI	Instituto de Química
IsF	Idiomas sem Fronteiras
Jan.	Janeiro
Jul.	Julho
Jun.	Junho
LAC	Laboratório de Análises Clínicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Leducampo	Licenciatura em Educação do Campo
Life	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MA	Média de Aproveitamento
Mar.	Março
MD	Média de Atividades a Distância
MEC	Ministério da Educação
MEJ	Movimento das Empresas Juniores
MP	Média de Atividades Presenciais
MUARQ	Museu Arqueológico
NA	Não alcançadas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NHU	Núcleo de Hospital Universitário
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
nº	Número
OCC	Outros Custeios e Capital
OS	Ordem de serviços
OTRS	<i>Open Technology Real Services</i>
Out.	Outubro
OUV	Ouvidoria
PA	Parcialmente alcançadas
PADOC	Planos de Atividades Docentes
PAEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PAM	Pronto Atendimento Médico
PBEXT	Programa de Bolsas de Extensão
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PcD	Pessoa com Deficiência
PCTL	Parcerias, Cooperações, Transferência ou Licenciamento

PDCA	<i>Plan, Do, Check and Act</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEG	Projeto de Ensino de Graduação
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PET	Programa de Educação Tutorial
PET-Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PFOA	Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças
PHP	<i>Hypertext Preprocessor</i>
PIBIC-AF	Bolsas de Iniciação Científica e de Ações Afirmativas
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI	Bolsas Iniciação Tecnológica e Inovação
PIME	Pantanal Incubadora Mista de Empresas
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PP	Programas e Projetos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PREAE	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PREG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROADI	Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
Prodocência	Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROECE	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esportes
Prof.	Professor
Prof. ^a	Professora
PROFE	Programa de Fomento a Eventos
PROFOR	Programa de Formação de Professores
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROJUR	Procuradoria Jurídica
Prolind	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
Promissaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PROPP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
QP	Quantitativo do período
REDUC	Rede Latino-americana de Informacion Y Documentation em Educaci3n
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH	Recursos Humanos
RI	Repositório Institucional
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP	Restos a Pagar
RTR	Reitoria
Saps	Serviço de Atendimento Psicossocial
SBBq	Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular
SBM	Sociedade Brasileira de Matemática
SEAVI	Secretaria Especial de Avaliação Institucional
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica
SED/MS	Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul
SEDFOR	Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SELOC	Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados
SEREX	Seminário de Extensão Universitária da região Centro-Oeste
SESAU	Secretaria Municipal de Saúde Pública
SESu	Secretaria de Educação Superior
Set.	Setembro
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAD	Sistema Acadêmico de Educação a Distância
Siadoc	Sistema de Avaliação Docente
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPOS	Sistema de Gestão da Pós-Graduação
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento e Controle
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD	Sistema Acadêmico
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática
SISREG	Sistema de Regulação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SISUAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil

SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Strengths, Weaknesses), Opportunities) and Threats
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
TVU	TV Universitária
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAS	Unidades da Administração Setorial
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRN	Universidade Federal de Rio Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNAPI	Universidade Aberta à Pessoa Idosa
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UQO	Université du Québec en Outaouais
VHS	<i>Vídeo Home System</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliações Externas: Visitas In Loco Inep/Mec 2015-2017.....	48
Tabela 2 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2014.....	56
Tabela 3 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2015.....	58
Tabela 4 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2016.....	59
Tabela 5 – Análise Ambiental Externa.....	72
Tabela 6 – Matriz Estratégica do PDI 2015-2019, exercício 2017.....	74
Tabela 7 - Comparação da avaliação dos anos bases 2015 e 2016 do PDI.....	88
Tabela 8 – Ações na área de Relações Internacionais.....	100
Tabela 9 - Ações na área de Empreendedorismo e Inovação.....	103
Tabela 10 – Quantificação dos resultados.....	106
Tabela 11- Ações realizadas em 2017.....	109
Tabela 12 - Atendimento do HUMAP/UFMS. 2015-2017.....	114
Tabela 13 - Refeições servidas aos pacientes do HUMAP/UFMS. 2014 a 2017.....	115
Tabela 14 - Situação acadêmica dos cursos de graduação.....	121
Tabela 15- Exclussões por modalidade em 2015.....	121
Tabela 16 - Exclussões por modalidade em 2016.....	123
Tabela 17 - Exclussões por modalidade em 2017.....	123
Tabela 18 - Ingresso SISU 2015.....	129
Tabela 19 - Ingresso SISU 2016.....	133
Tabela 20 - Ingresso SISU 2017.....	136
Tabela 21- Número de chamadas do Sisu. 2015-2017.....	140
Tabela 22- Conceitos obtidos pelos Cursos de Graduação, por Unidade Setorial e Conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.....	152
Tabela 23- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). 2014-2016.....	157
Tabela 24 - Monitores de disciplinas atendidas. 2015-2017.....	158
Tabela 25 – Número de bolsas.....	160
Tabela 26 - Evolução da quantidade de EAG e PEG na UFMS. 2015-2017.....	161
Tabela 27 - Fluxo de alunos no sistema UAB: comparativo entre UAB/UFMS desde o sua implementação na instituição, e do Sistema UAB/Brasil.....	169
Tabela 28 – Alunos de graduação concluintes. 2015-2017.....	171
Tabela 29 – Número de vagas ofertadas em 2017.2 para Cursos de Graduação referentes ao Edital 75/2014.....	172
Tabela 30 – Número de vagas ofertadas para Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> referentes ao Edital 75/2014.....	172
Tabela 31 – Número de inscritos para os Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> do Edital UAB/CAPES 75/2014.....	175
Tabela 32 – Atividades de extensão, por modalidade. 2015-2017.....	189
Tabela 33 - Atividades de extensão, por área temática. 2015-2017.....	190
Tabela 34 – Bolsistas de extensão da UFMS.....	190
Tabela 35 – Ações de extensão realizadas Extensão Universitária por unidades – Números de Ações, Número de Público Beneficiado e Número de Bolsistas.....	190
Tabela 36 – Número de Trabalhos Apresentados nos Encontros de Extensão (ENEX, SEREX). 2015-2017.....	191
Tabela 37 – Projetos e Eventos de Cultura e Esporte. 2015-2017.....	195
Tabela 38 - Histórico da pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFMS.....	196
Tabela 39 - Quantitativos dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , considerando alunos regulares, especiais e visitantes.....	199
Tabela 40 - Quantitativo de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . 2015-2017.....	199
Tabela 41 – Conceitos dos programas de pós-graduação. 2015-2017.....	200
Tabela 42 - Quantitativo de bolsas de pós-graduação.....	202
Tabela 43 – Número de residentes, por programa Uniprofissional e Multiprofissional. 2015-	

2017.....	202
Tabela 44 – Número de residentes, por programa. 2015-2017.....	203
Tabela 45 - Implantação, reconhecimento e desativação ou previsão de desativação, de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	205
Tabela 46 - Quantitativo de Cursos, alunos matriculados, alunos titulados, alunos desistentes e defesas da pós graduação <i>lato sensu</i> da UFMS. 2012-2017.....	206
Tabela 47- Projetos de pesquisas vigentes (cadastrados na CPQ/UFMS) em 2016.....	207
Tabela 48 - Demonstrativo da produção técnico-científico-cultural dos docentes da UFMS 2015.....	207
Tabela 49 - Demonstrativo da produção técnico-científico-cultural dos docentes da UFMS 2016.....	211
Tabela 50 – Quantativo de bolsistas de Iniciação Científica, por tipo de bolsa. 2015-2017....	216
Tabela 51 - Quantitativo de planos de trabalho de Iniciação Científica desenvolvidos com início em 2017.....	218
Tabela 52 - Quantativo de voluntários de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica. 2015-2017.....	218
Tabela 53 - Utilização da BEP, por acadêmicos da UFMS e externos. 2013 a 2017.....	220
Tabela 54 - Utilização da BEP, por pesquisadores da UFMS e externos. 2013 a 2017.....	220
Tabela 55 - Utilização da BEP, por pesquisadores da UFMS e externos em aulas de campo. 2013 a 2017.....	220
Tabela 56 - Projetos em andamento na BEP no quadriênio 2013 a 2016.....	220
Tabela 57 - Quantidade de estadias diárias registradas a pesquisadores, professores e acadêmicos, para realização de pesquisa e aulas de campo na BEP. 2013 a 2017.....	221
Tabela 58 - Número de Instituições externas visitantes na BEP. 2013 a 2017.....	221
Tabela 59 - Quadro geral de estatísticas do Sistema e-OUV. 2015-2017.....	235
Tabela 60 – Total de solicitantes, perguntas por pedido, temas mais indicados nas solicitações à ouvidoria da UFMS, via e-SIC. 2015-2017.....	237
Tabela 61 – Profissão dos solicitantes. 2015-2017.....	238
Tabela 62 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Física. 2015-2017.....	239
Tabela 63 - Quantidade de acadêmicos atendidos PROAES. 2015-2017.....	245
Tabela 64 - Evolução do quadro de pessoal de servidores da UFMS. 2015-2017.....	254
Tabela 65 - Quantitativo de servidores docentes, por classe. 2015-2017.....	255
Tabela 66 - Quantitativo de servidores docentes da classe Auxiliar, por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	256
Tabela 67 - Quantitativo de servidores docentes da classe Assistente por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	256
Tabela 68 - Quantitativo de servidores docentes da classe Adjunto por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	256
Tabela 69 - Quantitativo de servidores docentes da classe Associado por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	256
Tabela 70 - Quantitativo de servidores docentes da classe Titular por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	257
Tabela 71- Quantitativo de servidores docentes da classe Titular-Livre por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.....	257
Tabela 72 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2015.....	258
Tabela 73 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2016.....	259
Tabela 74 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2017.....	259
Tabela 75 - Servidores técnico-administrativos afastados para a pós-graduação, com ônus. 2015-2017.....	260
Tabela 76 - Servidores técnico-administrativos titulados após afastamento, com ônus. 2015-2017.....	260
Tabela 77 - Servidores técnico-administrativos, titulados.2015-2017.....	260
Tabela 78 – Quantitativo de servidores participantes de atividades de capacitação. 2015-	

2017.....	261
Tabela 79- Quantitativo de concessão de aposentadorias e pensões para docentes. 2015- 2017.....	261
Tabela 80 - Quantitativo de concessão de aposentadorias e pensões para servidores técnico-administrativos. 2015 a 2017.....	262
Tabela 81 - Quantitativo de exclusão de servidores docentes. 2015 a 2017.....	262
Tabela 82 - Quantitativo de exclusão de servidores técnico-administrativos. 2015-2017.....	263
Tabela 83 - Quantitativo de servidores docentes nomeados. 2015-2017.....	264
Tabela 84 - Resumo do quantitativo de servidores técnico-administrativos nomeados, ocupantes de cargos previstos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico- administrativos em Educação (PCCTAE), por classe. 2015 a 2017.....	265
Tabela 85- Quantitativo de servidores docentes beneficiados com progressão funcional. 2015 -2017.....	266
Tabela 86 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos beneficiados com progressão funcional - 2015-2017.....	266
Tabela 87 - Quantitativo de terceirizados, mediante contratos com empresas de terceirização de mão de obra e a sua categoria. 2015-2017.....	267
Tabela 88 - Evolução orçamentária da UFMS. 2015-2017.....	282
Tabela 89 - Execução financeira da UFMS. 2015-2017.....	284
Tabela 90 - Resumo Geral dos Bens Imóveis da UFMS, incorporados até 31.12.2015.....	288
Tabela 91 - Resumo Geral dos Bens Imóveis da UFMS, incorporados até 31.12.2016.....	290
Tabela 92 - Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional – 2017.....	291
Tabela 93 - Obras a serem concluídas em 2015.....	294
Tabela 94 - Obras concluídas em 2015.....	295
Tabela 95 - Obras a serem concluídas em 2016.....	295
Tabela 96 - Obras concluídas em 2016.....	296
Tabela 97 - Obras a serem concluídas em 2017.....	296
Tabela 98 - Obras concluídas a serem incorporadas no exercício - 2017.....	297
Tabela 99 - Salas de aula existentes em 2015.....	299
Tabela 100 - Salas de aula existentes em 2016.....	299
Tabela 101- Bibliotecas existentes em 2015.....	300
Tabela 102 - Laboratórios existentes em 2015.....	301
Tabela 103 - Anfiteatros existentes em 2014.....	302
Tabela 104 - Espaços físicos diversos existentes nas Unidades da Administração Setorial (UAS), em 2015.....	303
Tabela 105. Espaços físicos diversos existentes nas Unidades da Administração Setorial (UAS), em 2016.....	304
Tabela 106 – Infraestrutura da Biblioteca Central - Julho de 2017.....	307
Tabela 107 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS - Janeiro a Dezembro de 2015.....	308
Tabela 108 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.....	308
Tabela 109 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.....	309
Tabela 110 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2015.....	310
Tabela 111 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.....	310
Tabela 112 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.....	311
Tabela 113 - Evolução do acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017 (exemplares).....	312

Tabela 114 - Número de exemplares de livros incorporados ao acervo das Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	312
Tabela 115 - Evolução do quantitativo de documentos do Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	313
Tabela 116 – Fluxo de usuários na Biblioteca Central – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	313
Tabela 117 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	314
Tabela 118 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2015.....	315
Tabela 119 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.....	318
Tabela 120 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.....	321
Tabela 121 – Empréstimo domiciliar de materiais bibliográficos nas Bibliotecas da UFMS por categoria de usuário – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	324
Tabela 122 – Quantitativo de exemplares emprestados através do EEB – Janeiro a Julho de 2017.....	324
Tabela 123 - Materiais Recuperados pelo Sistema de Bibliotecas– Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	325
Tabela 124 – Usuários capacitados nos treinamentos do Sistema de Bibliotecas – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	326
Tabela 125 – Aquisição de materiais bibliográficos para o Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	327
Tabela 126 - Quantitativo de acessos do Portal Minha Biblioteca pelos usuários do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.....	328
Tabela 127 - Servidores da Agetic lotados em outras unidades da UFMS.....	330
Tabela 128 - Servidores da Agetic lotados em outros Câmpus da UFMS.....	331
Tabela 129 - Relação de projetos da área de Infraestrutura e Gerência de TIC.....	332
Tabela 130 - Quantitativos dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> . 2015-2017.....	341
Tabela 131 – Análise do desempenho geral da matriz estratégica. 2015-2016.....	341

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aplicação de instrumentos de coleta aos segmentos da UFMS. 2015-2017.....	44
Quadro 2 – Indicadores com conceito 1, atribuídos aos cursos mediante visita in loco. 2015-2017.....	52
Quadro 3 – Requisitos legais e normativos não cumpridos, por curso, e ações e estratégias para a busca de solução. 2015-2017.....	54
Quadro 4 - Cursos da UFMS avaliados no Enade em 2017.....	60
Quadro 5 – Acordos e protocolos celebrados, por país e Instituição 2015-2017.....	68
Quadro 6 – Correlação do ensino da Graduação e da Pós-graduação com o PPI.....	76
Quadro 7 – Correlação da Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional com o PPI.....	77
Quadro 8 – Correlação da Atenção ao Estudante com o PPI.....	78
Quadro 9 – Correlação da Infraestrutura com o PPI.....	79
Quadro 10 – Correlação da Eficiência da Gestão com o PPI.....	80
Quadro 11 – Comparação entre o Roteiro do MEC e o PDI 2015/2019.....	85
Quadro 12 - Comparação dos Objetivos Institucionais no PDI e seu realinhamento.....	87
Quadro 13- Área estratégica 1, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.....	96
Quadro 14 - Área estratégica 2, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.....	96
Quadro 15 - Área estratégica 3, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.....	97
Quadro 16- Área estratégica 4, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.....	97
Quadro 17 - Área estratégica 5, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.....	98
Quadro 18 - Situação legal de cada curso de graduação presencial – 2015 a 2017.....	141
Quadro 19 – Grupos PETs/cursos de graduação e unidades envolvidas.....	159
Quadro 20 – Atos regulatórios dos cursos de graduação ofertados na modalidade a distância da UFMS.....	173
Quadro 21 – Resoluções de aprovação dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados na modalidade a distância da UFMS.....	173
Quadro 22 – Editais de seleção dos cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> do Edital UAB/CAPES 75/2014.....	174
Quadro 23 – Relação dos Atos que regulamentam a constituições da Comissão de Estágio (COE) dos cursos da UAB/UFMS.....	177
Quadro 24 – Editais de seleção de bolsistas realizados pela DIEAD/SEDFOR no ano de 2017.....	178
Quadro 25 – Cursos de Mestrado e Doutorado aprovados e em andamento, aprovados e não iniciados. 2015-2017.....	198
Quadro 26 – Cursos coordenados pela CFP e SEDFOR iniciados e/ou continuados em 2015 e finalizados em 2016 a 2018.....	249
Quadro 27 - Cursos de Formação Inicial e Continuada de Professores na UFMS, ofertados pela CFP/PREG no período de 2015-2016 e até fevereiro de 2017 e pela DIFOR/SEDFOR a partir de março de 2017.....	251
Quadro 28 – Principais sistemas desenvolvidos pela AGETIC.....	277
Quadro 29 - Relação dos principais projetos executados. 2015-2017.....	278
Quadro 30 – Execução financeira dos Cursos ofertados pelo Sistema UAB. 2015- 2017.....	286
Quadro 31 – Eixo 1 – Planejamento e Avaliação.....	342
Quadro 32 – Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.....	344
Quadro 33 – Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.....	346
Quadro 34 – Eixo 4 – Políticas de Gestão.....	353
Quadro 35 – Eixo 5 – Infraestrutura Física.....	355

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de adesão dos segmentos da UFMS aos instrumentos de autoavaliação. 2015-2017.....	47
Gráfico 2 – Média da avaliação das melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores. 2015-2017.....	62
Gráfico 3 – Média das respostas dos docentes sobre as melhorias a partir das autoavaliações institucionais anteriores. 2015-2017.....	62
Gráfico 4 – Média das respostas dos Técnico-administrativos sobre o processo de avaliação, na UFMS. 2015-2017.....	63
Gráfico 5 - Quantidade de metas propostas no PDI, por ano de avaliação.2015-2017.....	89
Gráfico 6 - Desempenho Geral da Matriz Estratégica – 2015.....	90
Gráfico 7 - Desempenho Geral da Matriz Estratégica - 2016.....	91
Gráfico 8 - Média das respostas dos discentes sobre a Responsabilidade Social, no triênio 2015-2017.....	117
Gráfico 9 – Média das respostas dos docentes sobre a responsabilidade social. 2015-2017.....	118
Gráfico 10 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Missão e Perfil da UFMS. 2015-2017.....	118
Gráfico 11 - Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Responsabilidade Social da UFMS. 2015-2017.....	119
Gráfico 12 - Médias de respostas dos discentes referentes à coordenação do curso da UFMS. 2015-2017.....	163
Gráfico 13 – Média das respostas dos discentes sobre os cursos da UFMS. 2015-2017.....	163
Gráfico 14 – Média das respostas dos discentes sobre as disciplinas da UFMS. 2015-2017.....	164
Gráfico 15 - Média das respostas dos discentes sobre o desempenho docente na UFMS. 2015-2017.....	165
Gráfico 16 – Média das respostas dos docentes sobre as condições de oferecimento do curso, na UFMS. 2015-2017.....	165
Gráfico 17 – Média das respostas dos docentes sobre as Coordenações dos Cursos, na UFMS. 2015-2017.....	166
Gráfico 18 – Média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e Extensão da UFMS. 2015-2017.....	192
Gráfico 19 – Média das respostas dos docentes sobre a qualidade do acesso e atendimento da PREAE. 2015-2017*.....	192
Gráfico 20 – Média das respostas dos Técnico-Administrativos sobre a avaliação de desempenho da PREAE/PROECE. 2015-2017*.....	193
Gráfico 21 – Média das respostas dos diretores de unidade setorial sobre a qualidade do acesso e atendimento da PREAE/PROECE. 2015-2017.....	193
Gráfico 22 – Média das respostas dos diretores de unidade setorial sobre a Pesquisa e Extensão, na UFMS. 2015-2017.....	193
Gráfico 23 – Média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e Extensão da UFMS (questões 1 a 4). 2015-2017.....	224
Gráfico 24 - Média das respostas dos docentes sobre a Pesquisa e a Extensão, no triênio 2015-2017.....	224
Gráfico 25 - Perfil do Cidadão atendido pela Ouvidoria da UFMS. 2015-2017.....	236
Gráfico 26 – Média das respostas dos discentes sobre a comunicação com a sociedade UFMS. 2015-2017.....	241
Gráfico 27 – Média das respostas dos docentes sobre a comunicação com a sociedade na UFMS. 2015-2017.....	241
Gráfico 28 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Comunicação Institucional da UFMS. 2015-2017.....	242
Gráfico 29 – Média das respostas dos discentes sobre a Política de Atendimento aos Discentes,	

da UFMS. 2015-2017.....	247
Gráfico 30 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre as políticas de pessoal. 2015-2017.....	269
Gráfico 31 – Média das respostas dos discentes sobre a organização e gestão da UFMS. 2015-2017.....	271
Gráfico 32 – Média das respostas dos docentes sobre a organização e a gestão da UFMS. 2015-2017.....	272
Gráfico 33 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Organização e Gestão da UFMS. 2015-2017.....	273
Gráfico 34 – Média das respostas dos Coordenadores de Curso de Graduação sobre a Organização e Gestão da Unidade Setorial. 2015-2017.....	274
Gráfico 35– Média das respostas dos Diretores de Unidade Setorial, sobre a Organização e Gestão da UFMS. 2015-2017.....	275
Gráfico 36 – Avaliação dos discentes quanto ao sistema acadêmico (SISCAD) . 2015-2017..	280
Gráfico 37 - Média das respostas dos Técnico-Administrativos sobre a Sustentabilidade Financeira da UFMS. 2015-2017.....	287
Gráfico 38 – Média das respostas dos discentes sobre a Infraestrutura Física. 2015-2017....	334
Gráfico 39– Média das respostas dos docentes sobre as condições de oferecimento do curso. 2015-2017.....	335
Gráfico 40– Média das respostas dos Coordenadores de Curso de Graduação sobre a Infraestrutura da Unidade Setorial. 2015-2017.....	336
Gráfico 41 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a infraestrutura da unidade. 2015-2017.....	337

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da UFMS.....	35
Figura 2 – Esquema Estratégico do PDI realinhado. 2015-2017.....	41
Figura 3 - Visão e Missão da UFMS.....	83
Figura 4 - Esquema estratégico PDI 2015/2019.....	84
Figura 5 - Organograma atual da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores SEDFOR/RTR.....	169
Figura 6 - Organograma da PROPP/UFMS.....	195
Figura 7 - Estrutura Organizacional – Agetic.....	276

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	33
1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	33
1.2.1 Unidades da administração central	35
1.2.2 Unidades da administração setorial	36
1.2.2.1 Administração dos cursos de graduação presenciais e a distância.....	37
1.2.2.2 Administração dos cursos de pós-graduação.....	37
1.3 COMPOSIÇÃO DA CPA.....	38
1.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	38
2 METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	42
2.1 SEGMENTOS PARTICIPANTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	42
2.2 ETAPAS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA A COLETA E A ANÁLISE DOS DADOS.....	43
3 EIXOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	45
3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	45
3.1.1.1 Planejamento e execução da avaliação da autoavaliação institucional.....	45
3.1.1.2 Avaliações externas.....	48
3.1.1.2.1 Avaliação externa: ENADE.....	55
3.1.1.3 Ações decorrentes da autoavaliação institucional.....	62
3.1.1.4 A autoavaliação institucional na percepção dos segmentos da UFMS.....	62
3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	63
3.2.1 Dimensão 1: Missão e plano de desenvolvimento institucional	63
3.2.1.1 Missão e visão.....	63
3.2.1.2 Finalidades e objetivos Institucionais.....	64
3.2.1.3. Inserção regional, nacional e internacional.....	65
3.2.1.4 A atuação da UFMS: uma abordagem de multicontexto.....	65
3.2.1.5 Gestão estratégica.....	71
3.2.1.6 Descrição sintética dos objetivos do triênio 2015-2017.....	73
3.2.1.7 Articulação entre o PDI e o PPI.....	76
3.2.1.8 Aderência do PDI com a realidade institucional.....	80
3.2.1.8.1 Avaliação da implementação do planejamento estratégico através do PDI.....	82
3.2.1.8.2 Análise dos resultados do realinhamento.....	83
3.2.1.8.3 Descrição sintética dos resultados do período 2015-2016.....	89
3.2.1.8.4 Matriz estratégica institucional 2015 e 2016: desempenho global.....	90
3.2.1.8.5 Análise dos indicadores de desempenho 2015-2016.....	91
3.2.1.9 Articulação entre o PDI e a autoavaliação.....	95
3.2.1.9.1 Análise do plano de desenvolvimento institucional (PDI).....	95
3.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	99
3.2.2.1 A Agência de desenvolvimento, inovação e relações internacionais – Aginova.....	99
3.2.2.1.1 Estrutura organizacional.....	99
3.2.2.1.2 Ações desenvolvidas.....	99
3.2.2.1.3 Relações internacionais.....	100
3.2.2.1.4 Empreendedorismo e inovação.....	101
3.2.2.1.5 Gestão de convênios.....	104
3.2.2.1.6 Resultados alcançados.....	105
3.2.2.2 Memorial Henrique Spengler.....	106
3.2.2.3 Ações afirmativas.....	109
3.2.2.4 Projetos de sustentabilidade ambiental.....	113
3.2.2.5 Hospital Uniersiário Maria Aparecida Pedrossian – HUMAP/UFMS.....	113
3.2.3 Desenvolvimento Institucional na percepção dos segmentos da UFMS.....	116
3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	119

3.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	119
3.3.1.1 Ensino de graduação presencial.....	119
3.3.1.1.1 Evolução da situação acadêmica dos cursos de graduação presenciais.....	120
3.3.1.1.2 Políticas do ensino de graduação.....	124
3.3.1.1.3 Formas de ingresso ao ensino de graduação na UFMS.....	125
3.3.1.1.4 Processo de avaliação da aprendizagem.....	125
3.3.1.1.5 Políticas para o estágio.....	126
3.3.1.1.6 Políticas de atividades complementares.....	126
3.3.1.1.7 Políticas de flexibilização curricular.....	126
3.3.1.1.8 Políticas e práticas de educação aberta e a distância.....	128
3.3.1.1.9 Políticas de educação inclusiva.....	128
3.3.1.1.10 Política de revalidação de diplomas.....	128
3.3.1.1.11 Oferta de cursos de graduação presenciais.....	129
3.3.1.1.12 Atos de autorização e reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.....	141
3.3.1.1.13 Desempenho acadêmico nas avaliações nacionais.....	151
3.3.1.1.14 Monitoria nos cursos de graduação.....	157
3.3.1.1.15 Programa de educação tutorial (PET).....	159
3.3.1.1.16 Programa de educação pelo trabalho para a saúde (PET-Saúde).....	160
3.3.1.1.17 Eventos acadêmicos de graduação (EAG) e projeto de ensino de graduação (PEG).....	161
3.3.1.1.18 Percepção da comunidade universitária sobre a oferta do ensino de graduação presencial.....	162
3.3.1.2 Ensino de graduação a distância.....	166
3.3.1.2.1 Oferta de cursos de graduação na modalidade a distância de 2015 a 2017.....	169
3.3.1.2.2 Formas de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação a distância.....	174
3.3.1.2.3 Processo avaliativo e prática pedagógica nos cursos a distância da UFMS.....	175
3.3.1.2.4 Políticas do estágio obrigatório.....	176
3.3.1.2.5 Políticas das atividades complementares.....	177
3.3.1.2.6 Divisão de educação a distância – DIEAD/SEDFOR/RTR.....	177
3.3.1.2.7 Coordenação de tutoria.....	178
3.3.1.2.8 Comissão permanente de seleção de bolsistas.....	178
3.3.1.2.9 Implementação de 20% a distância nos cursos presenciais.....	179
3.3.1.2.10 Filiação à Unirede.....	180
3.3.1.2.11 Ações desenvolvidas em 2017 na DIEAD/SEDFOR-RTR como decorrências dos processos avaliativos.....	180
3.3.1.2.12 Programa institucional de bolsa de iniciação a docência – PIBID e Programa institucional de Iniciação a docência diversidade – PIBID diversidade ¹	181
3.3.1.2.13 Laboratório interdisciplinar de formação de educadores - LIFE.....	182
3.3.1.2.14 Divisão de inovação de tecnologias educacionais e de infraestrutura tecnológica – DINOV-SEDFOR/RTR.....	183
3.3.1.2.15 A percepção da comunidade universitária sobre a oferta da modalidade a distância na UFMS.....	185
3.3.1.3 Políticas de extensão, cultura e esporte.....	186
3.3.1.3.1 Políticas de extensão.....	186
3.3.1.3.2 Avaliação das atividades de extensão.....	188
3.3.1.3.3 Ações da extensão universitária na UFMS.....	189
3.3.1.3.4 Percepção da comunidade universitária sobre as ações de extensão.....	192
3.3.1.3.5 Cultura e esporte.....	194

¹ O Pibid é desenvolvido nas modalidades presencial e a distância, mas foi inserido junto às ações da SEDFOR, pois será coordenado por esta Secretaria a partir dos novos editais lançados em 2018.

3.3.1.4 Políticas de pós-graduação e pesquisa.....	195
3.3.1.4.1 Ensino de pós-graduação.....	196
3.3.1.4.2 Histórico da pós graduação <i>stricto sensu</i>	196
3.3.1.4.3 Perfil do egresso de pós-graduação.....	198
3.3.1.4.4 Criação, expansão, manutenção e melhoria da qualidade da pós-graduação.....	198
3.3.1.4.5 Integração entre graduação e pós-graduação.....	201
3.3.1.4.6 Divisão de programas de residências.....	202
3.3.1.4.7 Divisão de especialização e aperfeiçoamento.....	204
3.3.1.4.8 A pesquisa na UFMS.....	206
3.3.1.4.9 Percepção da Comunidade universitária sobre a pesquisa e extensão.....	223
3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a sociedade.....	225
3.3.2.1 Relação UFMS – comunidade.....	225
3.3.2.2 A Comunicação Institucional com a sociedade.....	225
3.3.2.3 Os programas de relacionamento com a comunidade.....	226
3.3.2.4 Programa de relacionamento com a comunidade científica.....	226
3.3.2.5 A imagem pública da UFMS nos meios de comunicação social.....	227
3.3.2.6 A comunicação articulada com a missão da UFMS.....	227
3.3.2.7 Os meios de comunicação utilizados pela UFMS.....	230
3.3.2.8 O fluxo comunicacional da UFMS.....	232
3.3.2.9 A Disponibilização da informação no âmbito da UFMS.....	232
3.3.2.10 A comunicação interna institucional.....	232
3.3.2.11 A divulgação da informação para o âmbito externo.....	232
3.3.2.12 A avaliação do cumprimento das metas e objetivos do setor.....	232
3.3.2.13 Ouvidoria.....	233
3.3.2.14 Carta de serviços ao cidadão.....	240
3.3.2.15 Avaliação da comunicação com a sociedade por parte da comunicação acadêmica.....	240
3.3.3 Dimensão 9: Política de atendimento aos discentes.....	243
3.3.3.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para a assistência estudantil.....	246
3.3.3.2 Percepção da comunidade universitária sobre as políticas de atendimento aos discentes.....	247
3.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.....	247
3.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal.....	248
3.4.1.1 Divisão de Formação de professores, articulação e aperfeiçoamento pedagógico....	248
3.4.1.2 Avaliação da formação de professores para a educação básica – período 2015-2017.....	251
3.4.1.3 Avaliação da formação interna de professores para a educação superior – período 2015-2017.....	252
3.4.1.4 Política de gestão de pessoas.....	253
3.4.1.4.1 Políticas de pessoal e plano de carreira do corpo docente.....	255
3.4.1.4.2 Políticas de acompanhamento da carreira docente.....	257
3.4.1.4.3 Políticas de acompanhamento e qualificação da carreira de técnico-administrativo.....	258
3.4.1.4.4 Concessão de aposentadorias, pensões e exclusões – técnicos e docentes.....	261
3.4.1.4.5 Nomeações.....	263
3.4.1.4.6 Progressão funcional.....	265
3.4.1.4.7 Principais fragilidades e a gestão de riscos da política de pessoal.....	266
3.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.....	270
3.4.2.1 Política de Gestão Institucional.....	270
3.4.2.2 Sistema de Registro Acadêmico.....	276
3.4.2.3 Percepção da comunidade universitária sobre o sistema de registro acadêmico.....	280
3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.....	280
3.4.3.1 Políticas de gestão.....	280

3.4.3.2	Gestão orçamentária.....	281
3.4.3.3	Gestão da execução financeira.....	283
3.4.3.4	Execução financeira dos cursos da UAB.....	286
3.4.3.5	Percepção da comunidade universitária em relação da sustentabilidade financeira.....	286
3.5	EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	287
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	287
3.5.1.1	Obras a serem concluídas x obras efetivamente concluídas.....	293
3.5.1.2	Espaços físicos da UFMS.....	298
3.5.1.2.1	Salas de aula.....	298
3.5.1.2.2	Bibliotecas.....	299
3.5.1.2.3	Laboratórios.....	300
3.5.1.2.4	Anfiteatros.....	302
3.5.1.2.5	Espaços físicos diversos existentes nas unidades da administração setorial.....	303
3.5.1.2.6	Acessibilidade.....	304
3.5.1.3	Coordenadoria de bibliotecas (CBI).....	305
3.5.1.3.1	Participação da CBI em redes cooperativas de informação.....	306
3.5.1.3.2	Biblioteca central.....	306
3.5.1.3.3	Processamento técnico dos materiais bibliográficos.....	307
3.5.1.3.4	Acervo bibliográfico do sistema de bibliotecas.....	308
3.5.1.3.5	Repositório institucional (RI).....	312
3.5.1.3.6	Usuários do sistema de bibliotecas da UFMS.....	313
3.5.1.3.7	Empréstimos e renovações no sistema de bibliotecas da UFMS.....	314
3.5.1.3.8	Empréstimo entre bibliotecas (EEB).....	324
3.5.1.3.9	Materiais recuperados.....	325
3.5.1.3.10	Treinamentos.....	325
3.5.1.3.11	Aquisições de materiais bibliográficos.....	326
3.5.1.3.12	Portal minha biblioteca.....	328
3.5.1.4	Infraestrutura da comissão própria de avaliação.....	329
3.5.1.5	Recursos de tecnologias de informação e comunicação.....	329
3.5.1.5.1	Relação de recursos de tecnologias de informação e comunicação.....	329
3.5.1.5.2	Relação de serviços e sistemas.....	331
3.5.1.5.3	Infraestrutura e gerência de TIC.....	332
3.5.1.6	Percepção da comunidade univeristária em relação à dimensão infraestrutura física.....	338
4.	ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES E AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	338
4.1	A UFMS E AS METAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	338
4.2	A UFMS E AS METAS DO PDI.....	341
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	358
	REFERÊNCIAS	360

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio deste relatório trienal, registra e apresenta processos e resultados relativos à autoavaliação institucional da referida instituição, no período de 2015 a 2017, observando para cada Eixo da Avaliação Institucional (BRASIL, 2004), a descrição das políticas propostas pela UFMS no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as ações efetivamente desenvolvidas, suas potencialidades e fragilidades, a percepção da comunidade acadêmica acerca dessas propostas e ações, a análise desse conjunto de resultados e ações propositivas a serem desenvolvidas no próximo ciclo avaliativo.

Em razão da forma de apresentação dos relatórios parciais já encaminhados pela UFMS, relativos a 2015 e 2016, que agregou para cada ano, dimensões específicas e não o conjunto das dimensões definidas na Lei n.º 10.861, de 24 de maio de 2004, neste relatório serão retomados os dados já indicados nos relatórios parciais, bem como as demais informações não constantes neles, para o triênio em pauta (2015/2017).

Diante do atual cenário e dos desafios que se apresentam no momento, a UFMS entende que avaliação institucional é mais do que uma tarefa a ser cumprida exclusivamente por exigência legal, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído por meio da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, mas uma oportunidade para reunir importantes indicadores das diversas frentes de trabalho da Instituição que subsidiem sua gestão e o seu aprimoramento e, desse modo, permita, por meio da atuação dos vários segmentos que atuam na IES, cumprir com a sua missão perante a sociedade e o Estado.

O SINAES inegavelmente imprimiu uma nova concepção no contexto da avaliação da Educação Superior, centrada no processo de autoavaliação institucional. Pensado em um governo específico², vem se consolidando como uma política de Estado. Desde o seu documento gerador (BRASIL, 2004), José Dias Sobrinho e sua equipe³, propuseram um sistema de avaliação com três focos: Instituição, Curso e Estudante, a partir do quê integra os principais processos avaliativos do Ensino Superior por meio: das Avaliações dos Cursos de Graduação (ACGs); do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da Avaliação da Educação Superior (AVALIES), composta, por sua vez, por processos internos (Autoavaliação da IES) e externos (Avaliações das Comissões Externas – INEP/ MEC).

Entende-se, na UFMS, a autoavaliação institucional como um processo interno de avaliação, uma ferramenta institucional que contribui para auxiliar na melhoria da qualidade da

2 O Sinaes foi proposto no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, inicialmente sob a coordenação de uma equipe de especialistas, tendo como presidente José Dias Sobrinho e depois de longa discussão com a sociedade, foi proposto a partir de Medida Provisória n.º 147/2003, revista após discussões, e transformada na Lei n.º 10.681/2004.

3 José Dias Sobrinho foi o Coordenador da Comissão Especial de Avaliação (CEA), que elaborou a proposta geradora do SINAES.

IES, bem como compreender a cultura institucional, diante da complexidade acadêmica e administrativa, com vistas a atender as demandas e necessidades exaradas pela comunidade interna e externa.

Para Tognarelli (2012), a autoavaliação deve ser compreendida como um processo coletivo, que não se resume a iniciativas isoladas ou pontuais, mas como um processo contínuo para pensar de forma permanente e integrada a universidade que temos e a universidade que desejamos, de forma a contribuir de maneira eficaz para o pleno desenvolvimento de sua missão institucional. Desse modo, a autoavaliação é concebida como um processo contínuo de permanente reflexão, de aperfeiçoamento e de planejamento, diante da missão, da visão e dos objetivos institucionais instituídos no PDI.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem como missão “Desenvolver e socializar o conhecimento, promovendo a formação e o aperfeiçoamento do capital humano” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 10) e como visão: “Ser reconhecida por sua dinamicidade e qualidade na prestação de serviços educacionais, sociais e tecnológicos”. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 10).

De forma a garantir a aplicabilidade de sua missão institucional a UFMS tem suas práticas acadêmicas alicerçadas nos seguintes princípios:

- a) Ética
- b) A participação democrática
- c) O diálogo, em termos de igualdade,
- d) A tolerância e a compreensão;
- e) O respeito à natureza e a preservação do ambiente;
- f) A dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas;
- g) A natureza pública e gratuita do ensino;
- h) A excelência;
- i) A formação humanística e visão global que habilite seus alunos a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde estão inseridos, e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente e dinâmico;
- j) A diversificação teórico-metodológica;
- k) A universalidade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; e
- l) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que estabeleça a relação dos processos de ensino com a pesquisa científica e com as atividades de extensão, e fortaleça a articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 27-28).

O processo de autoavaliação é vital para a UFMS, bem como a consolidação de uma cultura de avaliação por parte da comunidade acadêmica, o que implica em vencer as possíveis resistências, perceber a relevância do diagnóstico das ações institucionais em face de suas posições, para que a mesma possa aprimorar as suas políticas para superar suas fragilidades e otimizar suas potencialidades.

A organização do processo de avaliação na UFMS representa um grande desafio devido à complexidade da Instituição, considerando-se a heterogeneidade de cursos oferecidos, sediados nas diferentes Unidades de Administração Setorial em Campo Grande (Faculdades, Institutos e Escola) e nos nove municípios do Estado (Campus). Outro fator que aumenta a complexidade é o considerável número de alunos, docentes e técnico-administrativos existentes na Instituição.

Neste triênio, para atender a esse desafio, a CPA observou as diretrizes e o novo Roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional, definido por meio da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.o 65, de 09 de outubro de 2014.

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE		
Denominação completa	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Denominação abreviada	UFMS	
Código SIORG : 827	Código LOA: 26283	Código SIAFI: 154054
Natureza jurídica	Fundação	
Principal Atividade	Educação	
Telefone	(67) 3345-7975	
Endereço Eletrônico	reitoria@ufms.br	
Página da Internet	http://www.ufms.br	
Endereço Postal	Cidade universitária - Caixa Postal 549 - CEP 79070-900 - Campo Grande/MS	

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, por meio da Lei Estadual nº 2.620, os cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com a sede em Campo Grande, ainda no Estado de Mato Grosso (MT). Em 1970 foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com a sede em Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá/MT. Em 2001 foram implantados o Câmpus de Coxim (CPCX), em Coxim/MS, e o Câmpus de Paranaíba (CPAR), em Paranaíba/MS e a instituição se credenciou para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância, por meio da Portaria MEC nº 2.113, de 10 de setembro de 2001⁴.

A Resolução COUN nº 55, de 30 de agosto de 2004, que aprovou o Regimento Geral da UFMS, previa novas unidades setoriais acadêmicas nas cidades de Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

⁴ Foram oferecidos inicialmente cursos de Licenciatura nos municípios de Bela Vista, Água Clara, Bela Vista, Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Jardim, Paranhos, Porto Murtinho, Rio Brillhante, Dois Irmãos do Buriti, Ribas do Rio Pardo. Mais informações podem ser obtidas em Araujo (2014).

Em 2005 foram implantados o Câmpus de Chapadão do Sul (CPCS), em Chapadão do Sul/MS e o Câmpus de Nova Andradina (CPNA), em Nova Andradina/MS. De acordo com a Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, o Câmpus de Dourados (CPDO), em Dourados/MS foi desmembrado da UFMS e transformado na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo a sua implantação em 1º de janeiro de 2006.

Em 19 de setembro de 2005, o Câmpus de Corumbá (CPCO), em Corumbá/MS, passou a se chamar de Câmpus do Pantanal (CPAN). Em 2007, por meio do Ofício n.º 243/2007-RTR, de 10 de setembro de 2007, a UFMS encaminhou à Direção do Departamento de Desenvolvimento das Instituições federais de Ensino Superior, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, um documento preliminar contendo em linhas gerais a proposta de participação da UFMS, com as suas intenções, com vistas à adesão junto ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.

Em 2006 a UFMS aderiu ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), passando a ofertar também cursos de bacharelado na modalidade a distância.

Pela Resolução do Conselho Universitário (COUN) n.º 60, de 24 de outubro de 2007, que aprovou a proposta de participação da UFMS no REUNI, eram previstos cursos de graduação no Câmpus de Bonito (CPBO), no Câmpus de Naviraí (CPNV) e no Câmpus de Ponta Porã (CPPP), ofertados no Processo Seletivo da UFMS 2009 Verão e com o início de funcionamento a partir do ano letivo de 2009. Na mesma resolução foram relacionados vários novos cursos de graduação e programas de pós-graduação e, também, a alteração do número de vagas em diversos cursos de graduação, com previsão de implementação nos processos seletivos a serem realizados até o ano letivo de 2012. Em 2009, foram implantadas em Campo Grande a Faculdade de Computação (FACOM), decorrente de proposta de adesão da UFMS ao REUNI, e a Faculdade de Direito (FADIR). Em 2013 foram criados o Instituto de Física (INFI), o Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), bem como a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), em razão do desmembramento e respectiva desativação do CCET.

No ano de 2014 foi criada a Escola de Administração e Negócios (ESAN); em 2017 foram criados o Instituto de Biociências (INBIO) e o Instituto Integrado de Saúde (INISA), bem como a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN); a Faculdade de Ciências Humanas (FACH); a Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), com o desmembramento e extensão do Centro de Ciências Biológicas e Saúde e do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Em 2017, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul registrou a oferta de cento e doze cursos de graduação, cinquenta e sete cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo quarenta e dois em nível de mestrado e quinze em nível de doutorado, e setenta e cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 28 residências (médica e multiprofissional).

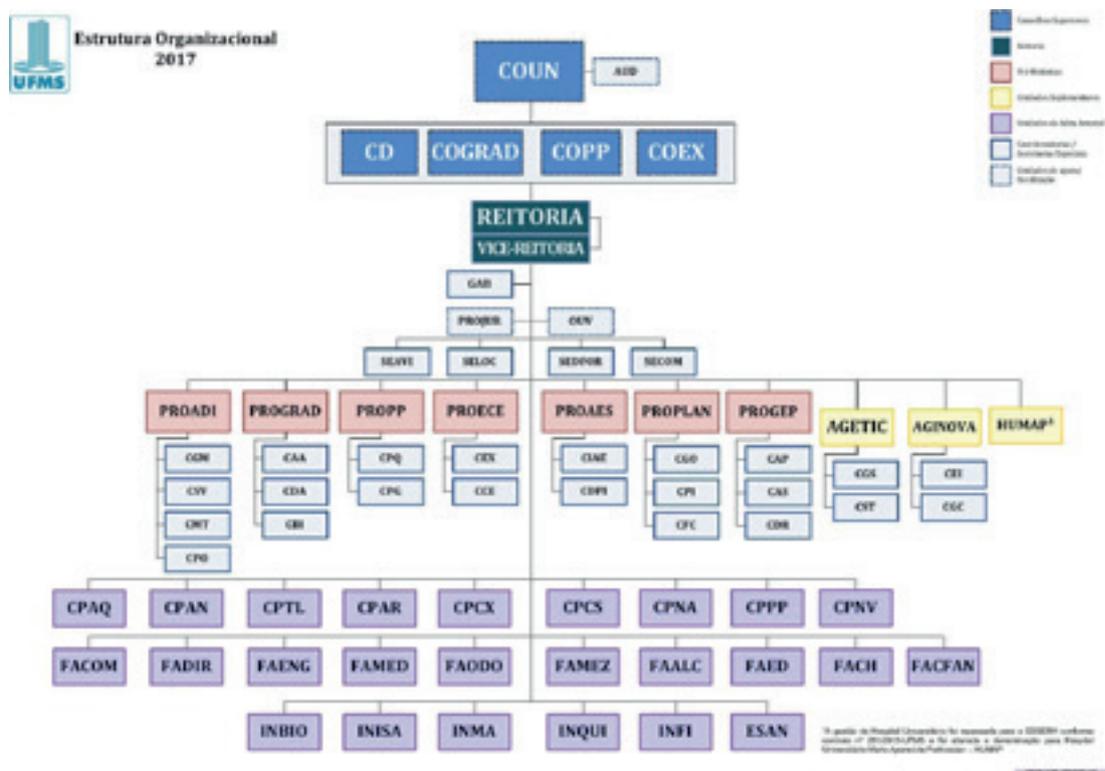
Desta forma, a UFMS promove a interiorização do ensino superior ao atender a Capital e mais 18 cidades do interior no Estado, em seus Câmpus ou nos polos de apoio ao ensino, nas modalidades presencial e a distância.

Visando ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida e que motiva estudos e pesquisas ecológicas na Instituição. Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB), as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) e do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

Sempre buscando formar quadros profissionais capazes de promover mudanças políticas, econômicas e sociais necessárias à consolidação de uma sociedade tanto instruída quanto igualitária, a UFMS tece o seu cotidiano institucional com uma visão prospectiva da sua experiência, como ente social e público, conferindo novas perspectivas para o futuro; com efeito sua trajetória tem aportado novos caminhos para a superação de desafios e questões do presente.

Figura 1 - Organograma da UFMS



Fonte: Resolução COUN n.º 003/2017

1.2.1 Unidades da Administração Central

O organograma da UFMS apresenta a sua estrutura e articulação entre os órgãos que a compõem (Figura 1).

Compõem a Administração Central a Reitoria, as Pró-Reitorias e as Secretarias Especiais. A Reitoria (RTR) compreende os respectivos órgãos: a Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM), a Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI), a Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR) e a Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados (SELOC), a Procuradoria Jurídica (PROJUR/RTR), a Ouvidoria (OUV), a Auditoria Interna (AUD/RTR), a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC), a Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais (AGINOVA), o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (HUMAP) e as Pró-reitorias.

As Pró-Reitorias da UFMS são as seguintes:

- Administração e Infraestrutura (PROADI);
- Graduação (PROGRAD);
- Extensão, Cultura e Esportes (PROECE);
- Assuntos Estudantis (PROAES);
- Gestão de Pessoas (PROGEP);
- Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP);
- Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN).

A Administração Central da UFMS tem como órgão consultivo a Assembleia Universitária e como órgãos consultivos e deliberativos o Conselho Universitário (COUN), o Conselho Diretor (CD), o Conselho de Graduação (COGRAD), o Conselho de Pesquisa e de Pós-Graduação (COPP), o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (COEX), e como órgão executivo, a Reitoria (RTR).

A Assembleia Universitária, convocada pelo Reitor, e reunida em sessão solene, constituirá um fórum de debates de assuntos relevantes de âmbito estadual, nacional e internacional, e de entrega de títulos e dignidades universitárias aprovadas pelo COUN, que é um órgão de jurisdição superior da UFMS, deliberativo e consultivo em matéria acadêmica, de definição da política universitária, e instância final nesses assuntos, e de recursos, nos casos de natureza didático-científica, administrativa, econômico-financeira e patrimonial, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e Regimento Geral.

O CD é um órgão deliberativo e consultivo em matéria administrativa, disciplinar, econômico-financeira e patrimonial, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral. O COGRAD é um órgão deliberativo, normativo e consultivo em matéria didático-científica relativa ao ensino de graduação, presidido pelo Pró-reitor de Graduação.

O COPP é um órgão deliberativo, normativo e consultivo em matéria das áreas de pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e do ensino de pós-graduação, presidido pelo Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

O COEX é um órgão deliberativo, normativo e consultivo em matéria de extensão, prestação de serviços e questões relativas ao corpo discente e às relações interinstitucionais e internacionais, presidido pelo Pró-reitor de Extensão, Cultura e Esportes.

A composição de todos os órgãos colegiados da UFMS é realizada de acordo com a legislação federal, o estatuto e o regimento geral, contemplando os três segmentos da comunidade interna (corpo docente, corpo técnico-administrativo de educação e corpo discente) e os representantes da comunidade externa, no caso dos órgãos colegiados superiores.

1.2.2 Unidades da Administração Setorial

Compõem a Administração Setorial os Câmpus, as Faculdades, os Institutos e uma Escola. Atualmente, na Sede, a UFMS possui dezesseis unidades setoriais acadêmicas, sendo dez Faculdades: Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografias (FAENG), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN), Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC); cinco Institutos: Instituto de Física (INFI), Instituto de Química (INQUI), Instituto de

Matemática (INMA), Instituto de Biociências (INBIO) e o Instituto Integrado de Saúde (INISA); e uma escola: Escola de Administração e Negócios (ESAN).

No interior do Estado, a UFMS possui unidades setoriais acadêmicas, denominadas Câmpus, em dez municípios: Câmpus de Aquidauana (CPAQ), Câmpus de Chapadão do Sul (CPCS), Câmpus de Corumbá (CPAN), Câmpus de Coxim (CPCX), Câmpus de Naviraí (CPNV), Câmpus de Nova Andradina (CPNA), Câmpus de Paranaíba (CPAR), Câmpus de Ponta Porã (CPPP) e Câmpus de Três Lagoas (CPTL).

A administração de cada unidade da Administração Setorial é exercida, em nível deliberativo, pelos Conselhos e, em nível executivo, pelas Diretorias, com funções especificadas no Regimento Geral da UFMS.

Além dos Câmpus, a UFMS desenvolve no interior do Estado, a modalidade a distância, em polos de apoio ao ensino, situados em escolas municipais ou espaços específicos cedidos pelas prefeituras, nos seguintes municípios: Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste.

1.2.2.1 Administração dos cursos de graduação presenciais e a distância

O Colegiado dos Cursos de Graduação, nas modalidades presencial e a distância, é definido no Regimento Geral da UFMS, como unidade didático-científica responsável pela supervisão das atividades didáticas do curso, pela orientação aos acadêmicos, com vistas a sua efetiva integração no âmbito comunitário e do desempenho de cada um deles, no cumprimento de suas obrigações. A coordenação do curso de graduação é exercida, em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso de Graduação e, em nível executivo, pelo Coordenador de Curso de Graduação.

Os cursos de Graduação presenciais da UFMS são regidos pela Resolução COEG/UFMS nº 269, de 1º de agosto de 2013, consolidada em novembro de 2017, que define o seu funcionamento; e os cursos de graduação a distância da UFMS são regidos pela Resolução COEG/UFMS nº 349, de 1º de setembro de 2014.

As políticas de ensino de graduação são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e no âmbito da modalidade a distância são estabelecidas em parceria com a Secretaria de Formação de Professores (SEDFOR).

Cumprir destacar que a SEDFOR, embora seja a unidade responsável pela articulação das políticas de ofertas de cursos e atividades mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) de cursos de graduação, pós-graduação e extensão na modalidade a distância, a sua estrutura organizacional não corresponde ao modelo vigente das unidades setoriais acadêmicas, sendo um órgão suplementar, vinculado à Reitoria.

1.2.2.2 Administração dos cursos de pós-graduação

A coordenação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* é exercida em cada Câmpus, Faculdade ou Instituto no qual está alocado o curso, no âmbito deliberativo, por um Colegiado de Curso; e, no âmbito executivo, por Coordenador(a) eleito entre seus pares, instituídos conforme as definições do Regimento Geral da UFMS.

O processo de eleição de colegiado é normatizado e acompanhado por uma comissão constituída pelo Diretor da Unidade de Administração Setorial, sendo a designação de competência do próprio Diretor.

A coordenação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* é exercida por uma Comissão Especial de Curso designada pelo Diretor da Unidade da Administração Setorial. O processo de escolha dos docentes que compõem a Comissão Especial de Curso e o seu Presidente é definido no regulamento do curso, sendo o Presidente da Comissão Especial de Curso designado pelo Diretor de Unidade da Unidade da Administração Setorial, dentre os integrantes docentes.

1.3 Composição da CPA

Em cumprimento ao art. 11 da Lei 10.861/2004, a CPA foi constituída por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, por meio das Portarias RTR n.º 865, de 21 de junho de 2017; RTR n.º 902, de 27 de julho de 2017; RTR n.º 1229, de 16 de outubro de 2017, sendo assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, como se segue:

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Presidente: Prof. Luiz Miguel Renda dos Santos

Substituto imediato (a): Prof.^a Maria Inês de Affonseca Jardim

Representantes Docentes:

Prof.^a Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo

Prof.^a Luciana Montera Cheung

Prof. Luiz Miguel Renda dos Santos

Prof.^a Maria Inês de Affonseca Jardim

Prof.^a Suzi Rosa Miziara Barbosa

Representantes Técnico-Administrativos:

Claudia Freire da Silva Kishi

Eduardo Ramirez Meza

Hugo Orofino Lima

Mauro Amorim Silva

Representantes Discentes:

Graduação: Victoria Pujol Bonotto

Pós-Graduação: Natalia Fernandes Silveira e Línika Vicente Ferreira de Almeida

Representante da Sociedade Civil Organizada: Liane dos Santos Pereira

A CPA conta com a colaboração das Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) em cada unidade administrativa, compostas por docentes, discentes e técnico-administrativos indicados pela Direção da Unidade Setorial, por meio de Instrução de Serviço. O mandato dos CSAs é trienal e a composição em cada unidade setorial, pode ser obtida no sítio da Seavi em: <https://seavi.ufms.br/csa>.

A atuação da CPA e das CSAs foi regulamentada por meio da Resolução COUN n.º 57, de 13 de julho de 2017, observada a legislação nacional.

1.4 Planejamento estratégico da autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional está sendo desenvolvida na UFMS desde 2004, sendo a Proposta de Autoavaliação Institucional implantada nesse mesmo ano, conforme determinação da Lei n.º 10.861/2004. Após a elaboração dessa Proposta, não consta outro Projeto ou Proposta de Autoavaliação Institucional apresentado ao Conselho Universitário da UFMS. Essa é uma das fragilidades identificadas em 2017, a serem sanadas no próximo ciclo da autoavaliação institucional,

com a elaboração de nova proposta compatível com o PPI da UFMS e o PDI realinhado em 2017.

O PPI da UFMS, aprovado por meio da Resolução nº 27, de 7 de maio de 2009, que define as opções político-filosóficas da instituição, estabelece como funções da autoavaliação institucional:

- promover um debate institucional a fim de desenvolver uma autoavaliação que considere os aspectos relevantes para a melhoria da qualidade da educação, diagnosticando os problemas e construindo um perfil institucional que revele um compromisso com o desenvolvimento da sociedade;
- instituir uma política de avaliação para que se crie uma cultura avaliativa na instituição voltada para o acompanhamento, fiscalização e controle das ações desenvolvidas pela UFMS;
- discutir os problemas da instituição em seus múltiplos aspectos pedagógicos, administrativos, científicos, técnicos, de gestão e financeiros;
- elaborar um programa de avaliação da instituição com a participação dos segmentos da comunidade universitária;
- apontar propostas para a superação das dificuldades institucionais, considerando a relação existente entre a Faculdade(sic) e a realidade social que a cerca (local, regional, nacional);
- sensibilizar a comunidade universitária por meio de reuniões periódicas com os seus segmentos para que se estabeleça um diálogo e sejam percebidas as insatisfações e expectativas de cada segmento individualmente;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas;
- definir os aspectos relevantes para elaboração do plano de avaliação institucional;
- discutir e elaborar instrumentos de avaliação;
- apresentar o plano de avaliação à comunidade universitária;
- aplicar os instrumentos de avaliação;
- tratar e sistematizar os dados da avaliação;
- elaborar relatório da avaliação;
- divulgar os resultados da avaliação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2009, p.47- 48).

No âmbito do planejamento da UFMS, a instituição aprovou em 2015 o PDI para o quinquênio vigente (2015/2019). Esse PDI foi realinhado duas vezes:

- a) PDI 2015-2019, realinhado pela Resolução COUN nº 35/2016.
- b) PDI 2015-2019, realinhado pela Resolução COUN nº 71/2017.

No PDI 2015-2019 é indicada a utilização da autoavaliação institucional como insumo essencial ao desenvolvimento do planejamento da IES:

[...] as principais bases de dados consultadas para abstrair as informações relevantes ao planejamento estratégico institucional consistiram **nas avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (Relatório de Autoavaliação Institucional)**, nos Relatórios de Avaliação do PDI e de Gestão, no Censo da Educação Superior, no Plano Nacional de Educação, no Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, no Plano Nacional de Extensão Universitária, no Plano Nacional de Assistência Estudantil e no PDI de outras instituições de ensino superior.(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.11).

Embora haja nesse documento um item específico com dados descritivos, a autoavaliação institucional não consta nas Diretrizes, objetivos e metas desse PDI.

No realinhamento do PDI em 2016 são mantidas as mesmas observações sobre as contribuições da autoavaliação e acrescentada, na Diretriz 6 – “Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural”, no objetivo “Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos”, a meta: “Fortalecer o processo de autoavaliação institucional mediante aportes orçamentários”.

No realinhamento do PDI em 2017, no item específico destinado à autoavaliação insti-

tucional, aponta-se para a ampliação da adesão, a construção de uma cultura de avaliação e o uso efetivo dos resultados da autoavaliação para subsidiar a gestão da IES:

Pretende-se **construir um processo de avaliação para transformar e aperfeiçoar a gestão universitária**, e, para tal, é necessário promover a **adesão dos membros da comunidade** por meio da conscientização, avaliação global, respeito às especificidades, entendimento comum dos conceitos e princípios e criação de competências técnico-metodológicas. [...].

Para que a avaliação institucional constitua referência para a qualidade do trabalho de gestão e de planejamento é necessário que **todas as etapas da autoavaliação aconteçam de forma planejada, participativa e transparente, de modo a criar uma cultura avaliativa permanente**. Toda a comunidade interna (discentes, docentes e técnico-administrativos) e externa (sociedade civil organizada) precisa sentir-se acolhida e motivada a participar do processo de avaliação. Também o gestor máximo tem papel preponderante no processo, pois é ele que abre as portas para a realização e dá respaldo aos atores que conduzem o processo.

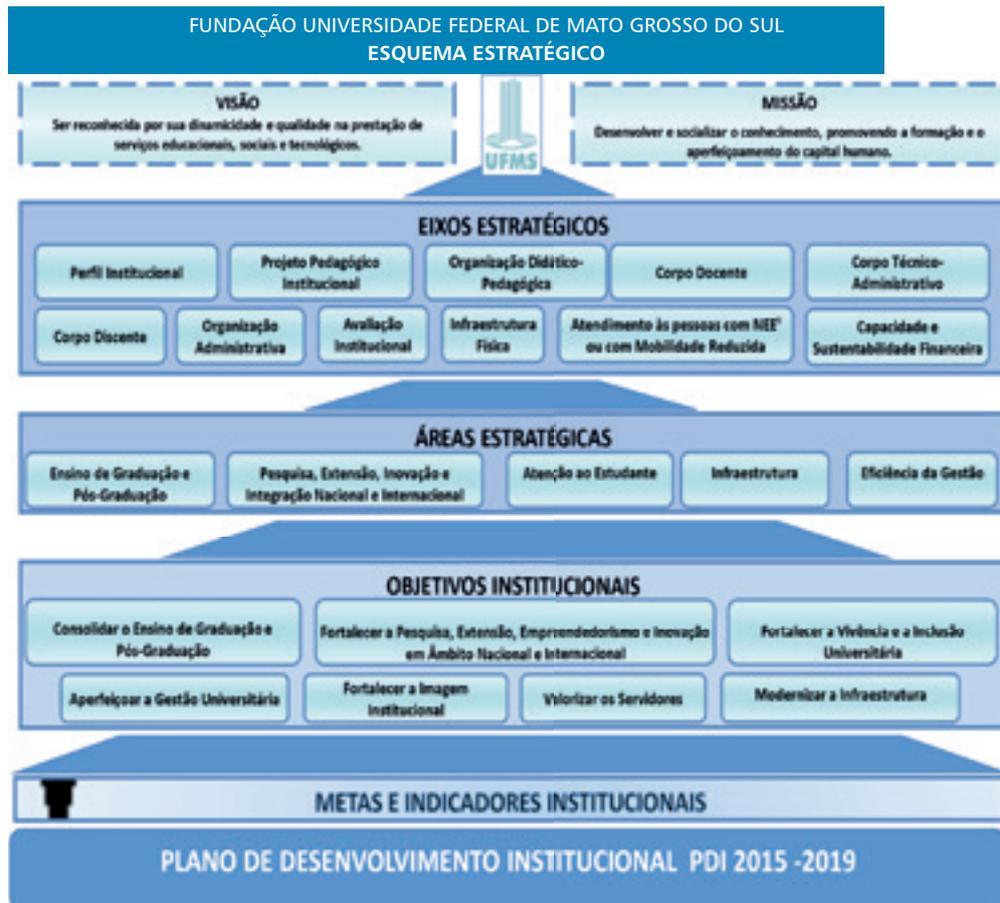
Por fim, os resultados produzidos pela avaliação serão concebidos para subsidiar uma análise diagnóstica da instituição e melhorar a efetividade do processo decisório; considerando que a avaliação institucional aporta uma descrição realista sobre vários aspectos da instituição, ajudando-a na identificação das potencialidades e fragilidades que se configuram no presente e no futuro, para estabelecer as estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades e de fortalecimento à sua capacidade de realização. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2016, p.103-104, grifos nossos).

Embora a Avaliação Institucional figure no PDI da UFMS, realinhado em 2017, como um dos eixos estratégicos (Figura 2), não há na Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional, objetivos e metas específicos para a autoavaliação institucional, o que será objeto de análise no próximo realinhamento.

Em 2017, foi criada a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI) para dar suporte técnico e operacional para a CPA e as CSAs.

Um aspecto especialmente delicado no âmbito da autoavaliação do triênio 2015-2017,

Figura 2 – Esquema Estratégico do PDI realinhado – 2015-2017



Fonte: PROPLAN. (2017).

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

refere-se às mudanças organizacionais da UFMS, a partir da reestruturação de Centros e criação de Faculdades e Institutos.

As ações de autoavaliação institucional implicam em um movimento cíclico, com ações anuais e trienais, que serão detalhadas no item 2 desse relatório.

O presente relatório, em observância à Nota Técnica INEP, nº 65/2014, está estruturado em quatro partes. Na primeira será exposta a metodologia da autoavaliação, contendo a descrição dos instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. Na segunda parte são apresentados os dados e as informações pertinentes a cada um dos cinco eixos e respectivas dimensões, observando-se as definições colocadas no PDI e o PPI da UFMS. Para cada um dos eixos/dimensões será feita a análise gradativa das informações apresentadas. Na terceira parte, apresenta-se a análise global dos dados e as informações descritas nos eixos, com um diagnóstico a respeito da IES, observando-se os avanços e os desafios a serem enfrentados, mediante a análise contextualizada do alcance dos objetivos e metas previstos no PDI/UFMS. Na quarta parte são descritas as ações previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição, seguida das considerações finais.

2 METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional desenvolvida no período de 2015 a 2017, contou com ações específicas para a coleta de informações junto aos setores da gestão superior da UFMS e das unidades administrativas, bem como, para a coleta da percepção dos diferentes segmentos da instituição acerca das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A seguir serão descritos os segmentos participantes, as etapas, técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise de informações.

2.1 Segmentos participantes da autoavaliação institucional

A coleta de informações e dados, junto às Pró-reitorias e unidades operacionais vinculadas às mesmas e à Reitoria (vide organograma da UFMS), foi realizada ao longo do triênio, sendo em 2015 coletadas informações relativas ao eixo 5 e Dimensão 7, ao passo que em 2016 foram coletadas informações relativas aos Eixos 2 (dimensão 1 e 3) e Eixo 4 (dimensão 5, 6 e 10), sendo compostos os relatórios de 2015 e 2016 com as referidas dimensões.

Em 2017, após nova composição da CPA e com apoio da SEAVI, foi estabelecida uma matriz de indicadores, por eixos e dimensões, observando-se para tanto, a Nota Técnica INEP nº 65/2014, a Portaria INEP n.º 92/2014 e o Instrumento de Avaliação Institucional Externa⁵, que subsidia os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação da organização acadêmica (presencial) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015).

A coleta de informações junto aos segmentos: discentes, docentes e técnico-administrativos, coordenadores de cursos e diretores de Unidades Administrativas, foi informatizada e ocorreu por meio da aplicação de questionários. A adesão é voluntária, e a partir de dezembro de 2015, o preenchimento do questionário de avaliação passou a valer pontuação para Atividades complementares, para os discentes, conforme previsto na Resolução COEG Nº 565, de 18 de dezembro de 2015.

Para o segmento discente foram aplicados questionários validados pela CPA e implantados pela AGETIC no Sistema Acadêmico (SISCAD) da UFMS. Os questionários são aplicados semestralmente, sendo no primeiro semestre disponibilizado um instrumento para a avaliação dos cursos de graduação (disciplinas/docentes/infraestrutura) e de aspectos globais da universidade (políticas de ensino/pesquisa/extensão/gestão/infraestrutura geral) e no segundo semestre são avaliados aspectos da oferta de disciplinas nos cursos (disciplinas/docentes). Em ambos os

⁵ Documentos mais recentes foram disponibilizados pelo INEP/MEC no final do ano de 2017 e início de 2018. Como o presente relatório abrange o triênio de 2015 a 2017, esses novos documentos servirão de referência para o próximo ciclo avaliativo.

questionários há questões de múltipla escolha, com escala avaliativa (muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim, não se aplica ou não observado). Para cada grupo de questões há um campo aberto para que os participantes da avaliação registrem observações, críticas, sugestões.

Para os demais segmentos foram disponibilizados formulários eletrônicos, via *Googleforms*. Observou-se que a utilização do *Googleforms* gerou fragilidades para a aferição da adesão dos participantes. Tal situação está sendo revista, por meio da estruturação de um novo sistema de avaliação informatizado, que abrangerá todos os segmentos da UFMS, a ser implantado para o próximo ciclo avaliativo.

Constatou-se, em 2017, que alguns de segmentos da UFMS não haviam sido incluídos na coleta, especialmente os discentes da modalidade a distância, coordenadores de polo, tutores presenciais e a distância; os discentes das Licenciatura em Educação do Campo, cuja oferta se desenvolve por meio da Pedagogia da Alternância (tempo universidade/tempo comunidade); e os discentes, docentes e coordenadores dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Como não seria viável a elaboração, validação e implantação desses instrumentos no tempo disponível, os membros da CPA optaram em não quebrar a série histórica já desenvolvida em 2015 e 2016 e viabilizar a aplicação desses instrumentos em 2018. Desse modo, em 2017 foi realizada revisão inicial dos instrumentos já disponíveis. Essa revisão teve o intuito de tornar algumas questões mais claras para os respondentes.

Para o novo ciclo avaliativo, haverá uma revisão completa dos instrumentos, de modo à adequá-los efetivamente aos eixos e dimensões da autoavaliação, previstos na legislação vigente, bem como, equalizar, para os vários segmentos, os indicadores presentes nas questões, com vistas a possibilitar análises comparativas das percepções entre os vários segmentos.

2.2 Etapas, Técnicas e Instrumentos para a Coleta e a Análise dos Dados

Para a realização da Autoavaliação Institucional, junto aos segmentos, foram desenvolvidas as seguintes etapas⁶:

- a) Análise e revisão das questões dos instrumentos de autoavaliação;
- b) Implementação e revisão dos instrumentos no SISCAD e no Googleforms;
- c) Preparação dos membros das Comissões Próprias de Avaliação Setoriais (CSAs) para a elaboração dos relatórios setoriais;
- d) Revisão do Documento de orientação para elaboração dos Relatórios das CSAs;
- e) Sensibilização dos diferentes segmentos;
- f) Aplicação dos instrumentos de coleta;
- g) Monitoramento dos níveis de adesão;
- h) Elaboração dos relatórios das CSAs e envio à CPA;
- i) Tratamento e análise das informações das CSAs no período de 2015 a 2017, por parte da CPA.
- j) Elaboração de relatório trienal por parte da CPA.

A análise e revisão inicial dos instrumentos de autoavaliação foi desenvolvida pelos membros da CPA. A implantação da revisão dos instrumentos no SISCAD foi realizada pelos técnicos da AGETIC e a atualização dos instrumentos no GoogleForms foi realizada também

⁶ As etapas descritas são relativas ao ano de 2017, momento em que houve reestruturação da CPA.

pela CPA, com apoio da AGETIC.

A revisão do documento de orientação dos relatórios e a preparação dos membros das CSAs, ficaram sob a responsabilidade da CPA e da Seavi. Para a descrição das etapas de autoavaliação e dos documentos foram realizadas reuniões de trabalho presenciais com as CSAs das unidades setoriais de Campo Grande e, videoconferências, com as CSAs dos Câmpus do interior do estado.

Foram abertos canais de comunicação rápida (email, grupos de whats App) com as CSAs de modo a atender as dificuldades imediatas.

A sensibilização foi desenvolvida a partir das seguintes ações:

- a) veiculação de vídeos institucionais com a participação dos discentes;
- b) entrevista concedida à Rádio UFMS por membro da CPA;
- c) matérias veiculadas no Site institucional;
- d) reuniões promovidas pelas Comissões Setoriais;
- e) ações de orientação dos discentes para o preenchimento dos questionários, por parte das CSAs;
- f) mensagens eletrônicas nas mídias sociais.

A aplicação dos instrumentos de coleta, no triênio, ocorreu nos períodos descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Aplicação de instrumentos de coleta aos segmentos da UFMS. 2015-2017.

ANO/ PERÍODO DE APLICAÇÃO	SEGMENTOS		
	DISCENTES		PROFESSORES, TÉCNICOADMINISTRATIVOS, COORDENADORES DE CURSO E DIRETORES DE UNIDADES
	ANUAL	SEMESTRAL	Anual
2015	Dez./Mar.	Jun./Jul.	Dez./Mar.
2016	Jan./Mar.	Ago./Set.	Jan./Mar.
2017	Set./out.	Nov./dez.	Set./Out.

Fonte: SEAVI/CPA (2017).

O monitoramento da adesão discente foi feito em tempo real pelo SISCAD, plataforma também acessada pelos membros das CSAs. Já o monitoramento dos demais segmentos foi realizado por membros da CPA e da SEAVI e repassado às CSAs, semanalmente, para intensificação das ações de sensibilização da comunidade.

As CSAs elaboraram os relatórios descritivo-analíticos⁷, com base nos dados de avaliação e encaminharam à Direção da Unidade para aprovação e posterior envio à CPA.

Com o conjunto de dados obtidos dessas fontes, a CPA elaborou o presente relatório. Os dados foram descritos e analisados, buscando-se estabelecer, por meio dos indicadores, a série histórica dos três anos. A análise das informações está pautada essencialmente no confronto com os objetivos e metas colocados no PDI, bem como, nas ações propostas em relatórios das CSAs e da CPA anteriores.

⁷ Os dados completos relativos a esses relatórios estão disponíveis no site das CSAs, no link: <https://seavi.ufms.br/csa>.

3 EIXOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Neste item são expostos os eixos da autoavaliação institucional e suas respectivas dimensões, conforme a Lei n.º 10.861/2004, observando-se a descrição dos aspectos analisados em cada eixo, suas fragilidades e potencialidades.

3.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

O Eixo 1 é composto apenas pela dimensão Planejamento e Avaliação, congregando o planejamento da autoavaliação institucional, seus resultados, potencialidades e fragilidades, bem como resultados das avaliações externas.

3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Neste item são apresentadas informações sobre o planejamento e a execução da autoavaliação institucional no triênio, a forma de geração dos relatórios, os resultados das avaliações externas (Instituição e cursos) e as ações corretivas decorrentes da autoavaliação.

3.1.1.1 Planejamento e execução da avaliação da autoavaliação institucional

A autoavaliação foi desenvolvida nos anos de 2015 e 2016 pela CPA, composta a partir da Resolução COUN n.º 597, de 1º de janeiro de 2015, para o mandato de 2015 a 2017, observada a representatividade de todos os segmentos exigidos na legislação vigente. A referida comissão foi responsável pelos relatórios enviados em 2015 e 2016, nos quais foram abordados eixos específicos, como já indicado na introdução.

Em novembro de 2016, com o início da gestão 2016-2020, a UFMS promoveu alteração na sua estrutura organizacional e criou a Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI). A aprovação da nova estrutura da UFMS, para inserção da SEAVI, se deu no início de 2017, por meio da Resolução COUN n.º 02 de 20 de janeiro de 2017 e da Resolução CD, n.º 03 de 20 de janeiro de 2017, cujas atribuições foram aprovadas por meio da Resolução CD n.º 26, de 06 de março de 2017.

A SEAVI é a unidade responsável em apoiar a CPA para a realização de suas atribuições definidas a Lei n.º 10.861/2004, ou seja, na “[...]condução dos processos internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP[...]”. (BRASIL, 2004, p. 3). A criação da SEAVI foi um marco importante na Instituição uma vez que atende às indicações de fragilidades apontadas por outras CPAs, contribuindo para a consolidação da política institucional de avaliação.

Entre as ações no âmbito institucional da avaliação realizadas em 2017, que antecederam a recomposição de membros da CPA, destacam-se:

- a) elaboração do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), construído de forma participativa com a comunidade universitária;
- b) revogação da Resolução CD n.º 155, de 18 de novembro de 2014 e a aprovação da resolução COUN n.º 57, de 13 de julho de 2017, que instituiu o novo Regulamento da CPA na UFMS;
- c) alteração da composição de membros da CPA, por meio das Portarias 865 e 902, de 21 de julho e 27 de julho de 2017;
- d) constituição das Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) responsáveis pela coordenação da autoavaliação nas Unidades da Administração Setorial (Faculdades, Institutos, Escola e Campus), sob a ótica do novo Regulamento, bem como orientação para o desenvolvimento das ações de avaliação, realizada por meio de reuniões presenciais e por videoconferência;
- e) realização da I Reunião de Avaliação Institucional com os gestores da administração central, membros da CPA e coordenadores das CSAs sobre legislação, processos e sistema informatizado para aplicação de instrumentos de avaliação;
- f) criação do sítio eletrônico da SEAVI.

A SEAVI, como órgão articulador da avaliação interna da UFMS, participou de reuniões com representantes da administração central a fim de realizar ajustes nas Diretrizes, Objetivos e Metas estabelecidos no PDI 2015-2019.

Durante o ano de 2017 a SEAVI estabeleceu um diálogo permanente com a PROGRAD, em especial com a área de regulação e avaliação, participando de reuniões de orientação aos coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância, no que diz respeito à avaliação externa (avaliação de cursos de graduação e ENADE), a fim de identificar as fragilidades e verificar ações voltadas à melhoria dos indicadores de qualidade previstos pelo INEP/MEC.

Ainda em 2017, iniciou-se o Projeto "Reitoria Itinerante" (viagens realizadas pela Reitoria aos Campi da UFMS), no qual a SEAVI participou fazendo apresentações nos Campi sobre o papel da Secretaria e também promovendo a qualificação da comunidade universitária no que diz respeito ao processo de avaliação que compreende a autoavaliação e a avaliação externa.

A SEAVI disponibiliza as informações relativas à autoavaliação institucional, no sítio: www.seavi.ufms.br, que agrega relatórios da CPA e CSAs da UFMS. Estão disponíveis também, seu histórico, atribuições, legislação, publicações, indicadores de qualidade, entre outras informações relevantes.

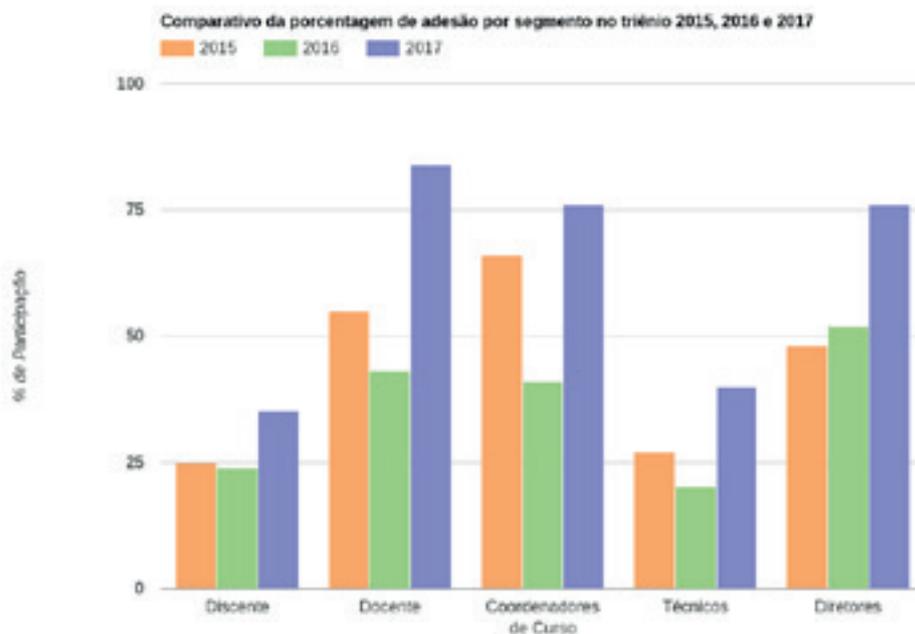
Após a recomposição dos membros da CPA, no mês de agosto de 2017, foram realizadas as seguintes ações:

- a) Identificação da ausência de atualização do Projeto de Autoavaliação Institucional e proposição de elaboração de novo Projeto para o próximo ciclo avaliativo;
- b) Definição do cronograma de aplicação de instrumentos à comunidade, em tempo exíguo, dada a necessidade de realizar duas aplicações de agosto a dezembro, observado o calendário acadêmico atípico desenvolvido neste ano;
- c) Realização de ações de sensibilização junto aos segmentos;
- d) Sensibilização e orientação às CSAs para a realização dos relatórios das Unidades Setoriais;
- e) Análise dos materiais e informações enviados pelos órgãos superiores da UFMS para a composição do relatório final do triênio;
- f) Elaboração do Relatório final do triênio e revisão.

Embora o tempo de atuação da nova Comissão tenha sido bastante exíguo, as ações realizadas lograram êxito, visto que o percentual de adesão dos segmentos no triênio 2015 a

2017 (Gráfico 1), apresentou crescimento no ano de 2017, de 10% para o segmento discente; 29 % para os docentes; 10% para coordenadores de curso; 13% para os técnico-administrativos; 28% Diretores de unidades setoriais.

Gráfico 1 – Percentual de adesão dos segmentos da UFMS aos instrumentos de autoavaliação. 2015-2017.



Fonte: AGETIC/CPA/UFMS (2017).

O nível de adesão do segmento discente, embora com crescimento em 2017, ainda é um dos aspectos importantes a serem trabalhados, pois não superou o limite de 35% de adesão.

A melhora da adesão do segmento discente, decorreu da sensibilização feita e da mudança de metodologia de cálculo da AGETIC, pois observou-se que a forma de validação dos participantes estava ampliando o universo total de respondentes de forma incorreta, ao se considerar na classe “matriculados”, estudantes evadidos, trancados, transferidos e inativos. Houve um esforço junto à AGETIC para que fosse obtido e computado o número real de possíveis respondentes para permitir um dado mais fidedigno acerca da adesão.

Outro aspecto identificado pela CPA, em 2017, refere-se à ausência de discussão dos resultados da avaliação institucional nos diferentes segmentos e nas unidades administrativas, nos períodos anteriores, especialmente para se avaliar os avanços e ações corretivas a serem desenvolvidas para minimizar ou sanar os principais problemas apontados pela comunidade universitária.

A publicização dos resultados, embora disponível no SISCAD, tem sido alvo de críticas por parte da comunidade que desconhece ou não localiza no ambiente os resultados da autoavaliação.

Todos esses aspectos foram revistos para o período final do triênio (2015/2017) e há a perspectiva de promoção da I Semana de Avaliação, em junho de 2018, para a divulgação e análise dos resultados da avaliação institucional nas unidades administrativas e do 1º Fórum da Autoavaliação da UFMS, em setembro de 2018.

3.1.1.2 Avaliações externas

Nos anos de 2015, 2016 e 2017 a UFMS teve 21 cursos de graduação avaliados, por comissões do INEP/MEC, sendo 13 para Renovação de Reconhecimento e 8 para Reconhecimento de Curso. Cujos conceitos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Avaliações Externas: Visitas *in loco* Inep/Mec 2015-2017.

CURSO	DATA DE REALIZAÇÃO DA VISITA:	ATO REGULATÓRIO	DIMENSÃO 1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	DIMENSÃO 2 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	DIMENSÃO 3 INFRAESTRUTURA	CONCEITO FINAL
2015						
DIREITO/FADIR	28/06 a 01/07/2015	Renovação de reconhecimento de curso	4,8	4,8	4,2	5
EDUCAÇÃO FÍSICA/CPAN	22 a 25/02/2015	Renovação de reconhecimento de curso	3,4	4	2,5	3
DIREITO/CPAN	15 a 18/03/2015	Renovação de reconhecimento de curso	3,3	3,9	3,1	3
TURISMO E MEIO AMBIENTE/CPBO*	21 a 24/06/2015	Renovação de reconhecimento de curso	3,7	3,7	3,5	4
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO/FACOM	15 a 18/04/2015	Reconhecimento de curso	4,6	4,2	4,4	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS/CPAN	25 a 28/03/2015	Renovação de reconhecimento de curso	3	3,4	3	3
ADMINISTRAÇÃO/CPAN	24 a 27/05/2015	Renovação de reconhecimento de curso	4,7	3,8	3,6	4
2016						
ENFERMAGEM/CPCX	15 a 18/05	Reconhecimento de curso	4,1	4,4	4,1	4
GESTÃO FINANCEIRA/CPNA	30/11 a 03/12	Reconhecimento de curso	3,5	3,9	3,5	4

* Esse curso já foi fechado, bem como o Câmpus de Bonito, que foi transformado em Base para a Pesquisa e está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pós-graduação e pesquisa.

DIREIT/ CPTL	22 a 25/05	Renovação de reconhe- cimento de curso	3,8	4,5	3	4
ENFERMA- GEM/CPTL	03 a 06/08	Renovação de reconhe- cimento de curso	4,2	4,5	3,4	4
SISTEMAS DE INFOR- MAÇÃO/ CPTL	16 a 19/03	Reconheci- mento de curso	4,3	3,8	4,2	4
2017						
PEDAGO- GIA/CPPP	19 a 22/03	Reconheci- mento de curso	3,8	4,8	3,3	4
CIÊNCIAS CONTÁ- BEIS/ESAN	07 a 10/05	Reconheci- mento de curso	3	4	3,5	3
LETRAS PORTU- GUES/ CPCX	04 a 07/06	Reconheci- mento de curso	3,6	4,7	3	4
CONST. EDIF./FA- ENG	28/06 a 01/07	Renovação de reconhe- cimento de curso	4,4	4,6	4,6	5
SANE. AMB./FA- ENG	28/06 a 01/07	Renovação de reconhe- cimento de curso	3,6	3,7	3	3
Alimentos/ FACFAN	30/7 a 02/08	Renovação de reconhe- cimento de curso	4,1	4,5	4	4
Licencia- tura Inter- cultural Indígena/ CPAQ	06 a 09/08	Reconheci- mento de curso	3,9	4,7	4,1	4
Geografia Licencia- tura EAD/ FAENG	20 a 23/09	Reconheci- mento de curso	3,6	4,6	3,3	4
Eletro- técnica Industrial/ FAENG	18 a 21/10	Renovação de reconhe- cimento de curso	3,6	4,4	4,3	4
PEDAGO- GIA/CPPP	19 a 22/03	Reconheci- mento de curso	3,8	4,8	3,3	4
CIÊNCIAS CONTÁ- BEIS/ESAN	07 a 10/05	Reconheci- mento de curso	3	4	3,5	3

Fonte: Relatórios de Avaliação das Visitas In Loco (INEP, 2015).

Nota: Organização da SEAVI/UFMS

Os cursos foram avaliados com conceito final igual ou superior a 3, portanto com “qualidade satisfatória”, como define o art. 82, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Observa-se que os cursos da sede apresentam conceitos superiores aos cursos dos Câmpus de Corumbá (CPAN) e Bonito (CPBO). A dimensão infraestrutura é a que apresenta conceitos mais baixos, com média 3,47. O conceito mais baixo (2,5) é para a infraestrutura do curso de Educação Física do CPAN, o que requer ações de saneamento, que por sua vez dependem da disponibilidade de recursos da União.

No ano de 2015, sete cursos de graduação receberam visita in loco para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Fazendo-se uma análise dos sete cursos avaliados verifica-se que foram atribuídos 29 conceitos 1 e 2, sendo 17 conceitos 1 e 12 conceitos 2, distribuídos nas dimensões Organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura.

Observa-se ainda, que quatro cursos não cumpriram os requisitos legais e normativos, na sua totalidade.

Analisando-se os conceitos atribuídos, observa-se que dos 17 conceitos 1 atribuídos, 09 foram na dimensão infraestrutura, sendo a dimensão de maior fragilidade, seguida da dimensão organização didático-pedagógica com 6 conceitos 1.

Com relação à dimensão infraestrutura, observa-se que os conceitos 1 recaíram sobre os indicadores: Periódicos especializados (3), laboratórios didáticos especializados quantidade, qualidade e serviços (3), bibliografia básica e complementar (2) e gabinete para professor (1).

Dos sete cursos avaliados, um curso recebeu CC=5, três cursos receberam CC=4 e três cursos receberam CC=3.

Em 2016, analisando-se os 05 cursos avaliados verifica-se que foram atribuídos 08 conceitos 1 e 2, sendo 01 conceito 1 e 07 conceitos 2, distribuídos nas dimensões organização didático-pedagógica e infraestrutura.

Todos os cursos avaliados cumpriram o item requisitos legais e normativos.

A análise dos conceitos atribuídos demonstra que dos 07 conceitos 2 atribuídos, 05 foram atribuídos à dimensão corpo docente sendo a dimensão de maior fragilidade seguida da dimensão organização didático pedagógica com 02 conceitos 2.

Com relação à dimensão de maior fragilidade observa-se que os conceitos recaíram sobre os indicadores: experiência profissional do coordenador, atuação do NDE, funcionamento do colegiado de curso, núcleo de apoio pedagógico e experiência profissional do corpo docente.

Nesse ano, permaneceu ainda a atribuição de um conceito 1 na dimensão infraestrutura no indicador “periódicos especializados”.

Dos 05 cursos avaliados, todos receberam CC=4.

No ano de 2017, dos 09 cursos avaliados observa-se que foram atribuídos 22 conceitos 1 e 2 sendo 08 conceitos 1 e 14 conceitos 2, distribuídos nas dimensões organização didático pedagógica e infraestrutura, respectivamente.

Os cursos de Pedagogia/CPPP, Letras Português/CPCX, Construção de Edifícios/FAENG, Saneamento ambiental/FAENG, Alimentos/FACFAN, Geografia Licenciatura/FAENG e Eletrotécnica Industrial/FAENG, cumpriram os requisitos legais e normativos. Verifica-se ainda, que apenas 02 cursos não cumpriram com os requisitos legais e normativos.

Analisando-se os conceitos atribuídos, observa-se que dos 08 conceitos 1 atribuídos todos foram na dimensão infraestrutura ensejando a dimensão de maior fragilidade seguida da dimensão organização didático pedagógica com 14 conceitos 2.

Com relação à dimensão infraestrutura, observa-se que os conceitos 1 recaíram so-

bre os indicadores: laboratórios didáticos especializados quantidade, qualidade e serviços (3), bibliografia básica e complementar (2), espaço de trabalho para coordenação de curso (2) e gabinete para professor (1).

Dos 09 cursos avaliados, um curso recebeu CC=5, seis cursos receberam CC=4 e dois cursos receberam CC=3

Considerando a visita *in loco* dos últimos 03 anos (2015, 2016 e 2017) todos os 21 cursos avaliados, receberam avaliação final igual ou superior a 3, portanto, todos tiveram seus processos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento aprovados.

No âmbito das fragilidades, foram identificados 58 conceitos 1 e 2 atribuídos, sendo 26 conceitos 1 e 32 conceitos 2 e, 6 cursos não cumpriram integralmente os requisitos legais e normativos.

Dos 26 conceitos 1, atribuídos aos 21 cursos nos 03 anos, verifica-se que 18 recaem sobre a dimensão Infraestrutura, 06 sobre a dimensão corpo docente e tutorial e 02 sobre a dimensão organização didático pedagógica; dos 32 conceitos 2 atribuídos aos 21 cursos, nos 3 anos, verifica-se que 15 recaem sobre a dimensão corpo docente e tutorial, 12 sobre a dimensão organização didático pedagógica e 05 sobre a dimensão infraestrutura. Conclui-se, portanto, que neste triênio a dimensão infraestrutura foi a que apresentou a maior fragilidade.

Dos 21 cursos avaliados o CC=4 foi majoritário no triênio considerado, pois 02 cursos apresentam CC=5, 14 cursos têm CC=4 e 05 cursos têm CC=3.

No Quadro 2 estão elencados os indicadores com conceito 1 atribuídos aos cursos que receberam a visita *in loco*, no triênio (2015-2017), as fragilidades e ações propostas para sanear estas fragilidades.

Quadro 2 – Indicadores com conceito 1, atribuídos aos cursos mediante visita *in loco*. 2015-2017.

Indicador	Fragilidades	Ações e estratégias para a busca de solução
Constituição e atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	Necessidade de cumprimento do normativo (Resolução CONAES no 1 de 17/6/19) e fragilidade na atuação; ações sobrepostas ao colegiado.	<p>A UFMS instituiu a atuação do NDE através da Resolução n.º 167/2010 do Coeg/PREG. Por meio desta, passou a ser exigida a constituição e funcionamento do NDE na Universidade, atentando para suas atribuições, com enfoque nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A partir do novo Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação publicado em 2015, houve um enfoque maior nesse Núcleo. A avaliação da atuação deste pode expressar que o curso se organizou para melhoria, através de alterações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, pertinentes com o curso que se objetiva oferecer.</p> <p>O alinhamento das ações dos NDE com o que é deliberado pelos Colegiados de Curso passou a ser discutido a partir da gestão 2016-2020, especialmente com os cursos com atos regulatórios em aberto, como uma iniciativa pontual para a melhoria dos cursos de graduação. A CDA/Prograd tem chamado a atenção dos cursos para as atribuições do NDE e para a necessidade de realização de reuniões específicas para organização do PPC. Também tem sido ressaltada a importância do registro de tais ações por meio da elaboração de atas próprias para estas reuniões que comprovem a atuação do NDE.</p>
Experiência profissional do corpo docente	Corpo docente com experiência profissional de ≤ 2 anos.	A ser implementado em parceria com a Resolução de docentes efetivos e editais específicos de concursos docentes.
Gabinetes de professores	Ausência de gabinete ou gabinete compartilhado	Requer implementação em parceria com Proplan e Proadi, em conformidade com as propostas de alterações na infraestrutura, de acordo com as demandas das UAS.
Espaço de trabalho para coordenador de curso e serviços acadêmicos	Não há espaço exclusivo para a coordenação de curso	Questões estruturais a serem implementadas. Orientação da Prograd junto aos diretores para remanejamento dos espaços visando atender aos fluxos necessários para a coordenação de curso.

Estagio curricular supervisionado	Estagio curricular não regulamentado	O estágio curricular está regulamentado na UFMS e a última Resolução é a 107/2010, que sofreu várias alterações nos últimos anos. A Divisão de Projetos Pedagógicos pede que o regulamento seja enviado como anexo ao PPC. Atualmente há um maior atendimento a esta demanda a partir da socialização do Instrumento de Avaliação dos cursos de Graduação. A partir da criação (2017) de uma Seção específica para os Estágios (anteriormente vinculada à CDA/Prograd), os documentos pertinentes à realização destes também passou a ser melhor acompanhado.
Titulação do corpo docente	Titulação obtida em programa de pós graduação <i>stricto sensu</i> inferior a 15%	<p>Todos os docentes efetivos e substitutos da UFMS precisam atender aos critérios de titulação mínima. Atualmente, as Resoluções que normatizam as contratações de Professores são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução Coeg/PREG nº 21/2011; professores substitutos. - Resolução CD nº 242/2017; professores efetivos. - Resolução Cograd/PROGRAD nº 637/2017; professores voluntários. <p>Em todas elas, há a exigência de pós-graduação. Contudo, tanto no caso de docentes efetivos quanto de substitutos, quando não há candidatos inscritos ou aprovados com a titulação desejada, é possível que candidatos com titulação inferior participem do processo seletivo e, logo, preencham a vaga.</p> <p>Para docentes voluntários, segundo a Res. Cograd/PROGRAD 637/2017, no Art. 5º, inc. V, está fixada a titulação mínima de Mestre como requisito para atuação na UFMS.</p>
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	Mais de 50% não tem produção nos últimos três anos	Atrelado ao Siadoc e Padoc: as resoluções de Avaliação Docente estão com previsão de serem revistas de modo a incentivar a produção científica e publicações.
Periódicos especializados	Ausência ou insuficiência de periódicos especializados impressos na Biblioteca	Dar enfoque aos periódicos do Portal de Periódicos da Capes complementando com novas aquisições que a Comabi - Comissão de Seleção de Material Bibliográfico julgar necessário.
Bibliografia básica	Acervo bibliográfico não disponível ou inferior a três títulos por unidade curricular	Revisão dos PPC com enfoque nas Bibliografias elencadas em coerência com os materiais disponíveis no acervo e atrelado aos pedidos de compra efetuados pelas UAS.

Bibliografia complementar	Acervo bibliográfico não disponível ou inferior a dois títulos por unidade curricular	Revisão dos PPC com enfoque nas Bibliografias elencadas em coerência com os materiais disponíveis no acervo e atrelando aos pedidos de compra efetuados pelas UAS..
Laboratório didático especializado: quantidade	Não há laboratório indicado para o curso ou há insuficiência de laboratórios ou ainda ausência de normas de funcionamento, utilização e segurança.	Requer questões estruturais a serem implementadas.
Laboratório didático especializado: qualidade	Não há laboratório indicado para o curso ou há insuficiência de laboratórios ou ainda ausência de normas de funcionamento, utilização e segurança.	Requer questões estruturais a serem implementadas. Foi iniciada ação em conjunto da Prograd com Seavi para revisão quanto a normas de segurança dos Laboratórios requisitando atendimento às normas de segurança e elaboração de manual de segurança, mapa de risco e regras de funcionamento.
Laboratório didático especializado: serviço	Não há laboratório indicado para o curso ou há insuficiência de laboratórios ou ainda ausência de normas de funcionamento, utilização e segurança.	Requer questões estruturais a serem implementadas. Quando possível, concursos para atendimento a demandas de servidores técnicos bem como a contratação de serviços terceirizados para tal.

Fonte: Relatórios de Avaliação das Visitas *in loco* (INEP, 2015).

Nota: Organização realizada pela SEAVI/UFMS.

No Quadro 3 estão elencados os requisitos legais e normativos apontados durante as avaliações *in loco*, no triênio 2015-2017 e suas fragilidades.

Quadro 3 – Requisitos legais e normativos não cumpridos, por curso, e ações e estratégias para a busca de solução. 2015-2017.

Requisito legal e normativo	Fragilidade	Ações e estratégias para a busca de solução
Titulação do corpo docente	Não atende o artigo 66 da Lei 9394 de 20/12/1996	Orientação aos cursos e UAS para contratação de substitutos e voluntários, em conformidade com as normas supracitadas. Aprovação de Resolução em 2017 normatizou a contratação de docentes voluntários observando a titulação mínima de Mestre.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Ausência de trilhas de sinalização visual e tátil, sanitários não ajustados, etc	Previsão no PDI 2015-2019 da definição de políticas de acessibilidade a serem implantadas na IES tendo como base a Lei 10.098/2000 que assegura os direitos das pessoas com deficiência. Constituição da comissão permanente de acessibilidade por meio da Portaria 792 de 5/7/2017, cujo objetivo é desenvolver o diagnóstico institucional, o plano de trabalho e busca de recursos

Políticas de educação ambiental (Lei 9795 de 27/4/1999)	Não atendimento ao art. 10 da Lei 9795 de 27/4/1999 e não evidência na ementa da disciplina	Exigência de alteração dos PPC para que as disciplinas começassem a atender em 2009 e 2010, com foco especialmente na criação de disciplinas optativas ou ementas. A partir de 2014, houve um maior direcionamento para atendimento nas ementas das disciplinas. A partir de 2016, passou a ser exigido mais sistematicamente.
Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP no 1 de 30/5/2012	Não atendimento ao Parecer	Exigência de alteração dos PPC para que houvesse disciplinas com a temática, até 2014. Em 2016, passaram a exigir de forma transversal nas ementas das disciplinas.
Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na lei 12764 de 27/12/12	Ausência de políticas de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro do autista	A partir de 2016, a Divisão de Projetos Pedagógicos passou a exigir o atendimento a este requisito no corpo do PPC, especificamente nos itens que tratam da "Atenção aos Discentes" e no item "Inclusão de pessoas com deficiência". Em 2017, com o alinhamento das funções da Diaaf/Proaes, foi possível descrever um fluxo a ser seguido quando há a presença de estudantes com deficiência ou que se enquadrem no transtorno de espectro autista na UFMS.

Fonte: Relatórios de Avaliação das Visitas *in loco* (INEP, 2015).

Nota: Organização realizada pela SEAVI/UFMS

Observa-se que para todas as fragilidades identificadas nas avaliações *in loco*, a IES já propôs ações para resolvê-las ou minimizá-las.

3.1.1.2.1 AVALIAÇÃO EXTERNA: ENADE

Nos anos de 2014, 2015 e 2016 a UFMS teve 101 cursos avaliados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). O exame é obrigatório para os alunos selecionados, conforme edital lançado pelo INEP a cada ano, e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. O conceito Enade obtido para os cursos avaliados estão apresentados no Quadro 4:

No ano de 2014 foram avaliados 67 cursos dos quais 24 cursos não tinham conceito anterior, 20 cursos obtiveram o mesmo conceito, 16 cursos obtiveram conceitos inferiores e apenas 07 tiveram seu conceito aumentado (Tabela 2).

Tabela 2 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2014

Área	Unidade	Inscritos	Particip.	Nota Bruta Geral	Média Brasil	Média CO	Conceito Enade 2011	Conceito Enade 2014
Ciências Biológicas (Licenciatura)	CPAN	23	22	42,7	44,9	44,5	SC	3
Educação Física (Licenciatura)	CPAN	39	34	50,8	43,9	43,4	SC	4
Geografia (Bacharelado)	CPAN	2	2	47,6	40,5	39,7	3	3
Geografia (Licenciatura)	CPAN	15	14	42,6	40,5	39,7	3	3
História (Licenciatura)	CPAN	18	13	37,3	40,0	40,7	4	2
Letras-Português e Espanhol (Licenciatura)	CPAN	22	21	38,6	38,8	37,7	3	3
Letras-Português e Inglês (Licenciatura)	CPAN	17	15	45,2	43,8	39,9	3	3
Matemática (Licenciatura)	CPAN	17	17	33,5	32,5	34,1	1	3
Pedagogia (Licenciatura)	CPAN	48	45	55,5	46,7	44,2	4	4
Sistemas De Informação	CPAN	10	7	40,0	43,6	40,0	-	3
Ciências Biológicas (Licenciatura)	CPAQ	21	21	44,7	44,9	44,5	SC	3
Geografia (Bacharelado)	CPAQ	19	11	36,9	40,5	39,7	SC	1
Geografia (Licenciatura)	CPAQ	41	28	36,2	40,5	39,7	3	3
História (Licenciatura)	CPAQ	42	41	36,6	40,0	40,7	3	2
Letras-Português (Licenciatura)	CPAQ	25	23	37,3	42,2	41,6	3	2
Letras-Português e Espanhol (Licenciatura)	CPAQ	28	19	38,9	38,8	37,7	3	3
Letras-Português e Inglês (Licenciatura)	CPAQ	31	20	41,4	43,8	39,9	3	2
Matemática (Licenciatura)	CPAQ	16	15	28,1	32,5	34,1	3	2
Pedagogia (Licenciatura)	CPAQ	39	33	49,8	46,7	44,2	3	3
Matemática (Licenciatura)	CPAR	2	2	36,0	32,5	34,1	3	3
Engenharia Florestal	CPCS	15	15	57,7	49,6	47,8	SC	5
História (Licenciatura)	CPCX	17	10	32,8	40,0	40,7	3	2
Letras-Português e Espanhol (Licenciatura)	CPCX	21	14	33,1	38,8	37,7	3	2
Sistemas de Informação	CPCX	7	6	38,5	43,6	40,0	-	2
História (Licenciatura)	CPNA	69	56	35,8	40,0	40,7	3	2
Ciências Sociais (Licenciatura)	CPNV	28	25	43,1	43,0	45,8	SC	3
Pedagogia (Licenciatura)	CPNV	41	40	55,1	46,7	44,2	-	4
Ciência da Computação (Bacharelado)	CPPP	10	10	46,1	45,0	44,1	SC	3
Matemática (Licenciatura)	CPPP	13	13	35,1	32,5	34,1	-	3
Sistemas de Informação	CPPP	10	7	46,5	43,6	40,0	-	3
Ciências Biológicas (Licenciatura)	CPTL	18	16	51,5	44,9	44,5	SC	4
Engenharia de Produção	CPTL	20	19	49,9	45,8	43,5	SC	3
Geografia (Bacharelado)	CPTL	2	2	39,9	40,5	39,7	4	2
Geografia (Licenciatura)	CPTL	20	16	44,2	40,5	39,7	4	4

História (Licenciatura)	CPTL	12	10	50,1	40,0	40,7	4	4
Letras-Português (Licenciatura)	CPTL	10	10	35,7	42,2	41,6	5	1
Letras-Português e Espanhol (Licenciatura)	CPTL	1	1		38,8	37,7	5	SC
Letras-Português e Inglês (Licenciatura)	CPTL	6	5	39,2	43,8	39,9	5	2
Matemática (Licenciatura)	CPTL	7	7	45,8	32,5	34,1	4	5
Pedagogia (Licenciatura)	CPTL	27	23	50,6	46,7	44,2	4	3
Sistemas de Informação	CPTL	8	8	53,9	43,6	40,0	-	4
Artes Visuais (Licenciatura)	FAALC	20	19	50,9	42,8	49,2	3	4
Letras-Português e Espanhol (Licenciatura)	FAALC	51	45	39,6	38,8	37,7	3	3
Letras-Português e Inglês (Licenciatura)	FAALC	20	16	52,6	43,8	39,9	3	4
Música (Licenciatura)	FAALC	16	16	47,1	46,2	46,1	2	3
Ciências Sociais (Bacharelado)	FACH	35	30	35,7	43,0	45,8	5	1
Filosofia (Licenciatura)	FACH	6	5	35,7	42,0	43,8	SC	2
História (Licenciatura)	FACH	26	21	48,1	40,0	40,7	4	3
Ciência da Computação (Bacharelado)	FACOM	40	34	55,5	45,0	44,1	4	4
Sistemas de Informação	FACOM	51	43	49,0	43,6	40,0	-	4
Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas	FACOM	5	5	52,0	40,4	37,8	-	4
Tecnologia em Redes de Computadores	FACOM	9	9	50,1	42,4	38,8	-	4
Educação Física (Licenciatura)	FAED	33	27	50,5	43,9	43,4	4	4
Pedagogia (Licenciatura)	FAED	32	22	55,9	46,7	44,2	3	4
Arquitetura E Urbanismo	FAENG	43	39	50,6	57,0	58,1	4	3
Engenharia Ambiental	FAENG	31	27	54,4	47,1	43,9	SC	3
Engenharia Civil	FAENG	34	33	54,0	45,8	49,1	4	4
Engenharia de Produção	FAENG	26	16	64,9	45,8	43,5	SC	5
Engenharia Elétrica	FAENG	30	29	47,0	43,5	42,2	2	3
Geografia (Bacharelado)	FAENG	14	13	49,7	40,5	39,7	3	3
Ciências Biológicas (Bacharelado)	INBIO	27	23	51,0	44,9	44,5	SC	3
Ciências Biológicas (Licenciatura)	INBIO	38	35	48,9	44,9	44,5	SC	3
Física (Bacharelado)	INFI	8	8	38,4	39,6	40,8	3	3
Física (Licenciatura)	INFI	12	12	55,3	39,6	40,8	4	4
Matemática (Licenciatura)	INMA	64	60	32,5	32,5	34,1	3	3
Química (Bacharelado)	INQUI	10	10	35,4	41,2	43,1	2	2
Química (Licenciatura)	INQUI	10	9	54,3	41,2	43,1	5	4

Fonte: Resultados do ENADE (INEP, 2015).

Nota: Organização realizada pela SEAVI/UFMS.

Em 2015 foram avaliados 23 cursos dos quais 10 obtiveram conceitos superiores ao ano anterior, 9 cursos obtiveram conceitos iguais e apenas 4 cursos obtiveram conceitos inferiores (Tabela 3).

Tabela 3 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2015

Código do Curso	Área de Enquadramento	Unidade	Inscritos	Particip.	Nota Bruta - Geral	Média Brasil	Média CO	Conceito Enade 2012	Conceito Enade 2015
15830	Administração	ESAN	76	67	51,44	41,70	38,80	4	4
15847	Administração	CPAN	34	25	50,37	41,70	38,80	2	4
15877	Administração	CPTL	36	25	45,01	41,70	38,80	5	3
52130	Administração	CPAQ	55	35	37,49	41,70	38,80	3	2
52136	Administração	CPAR	29	29	44,27	41,70	38,80	3	3
121788	Administração	CPBO	62	57	33,47	41,70	38,80	1	1
122908	Administração	CPNA	36	26	40,04	41,70	38,80	3	3
315830	Administração	ESAN	99	83	51,96	41,70	38,80	4	4
18385	Direito	CPTL	51	43	52,85	45,60	43,90	3	4
18386	Direito	FADIR	68	62	57,95	45,60	43,90	5	5
52128	Direito	CPAN	44	35	42,96	45,60	43,90	3	3
318385	Direito	CPTL	43	31	55,10	45,60	43,90	3	4
318386	Direito	FADIR	25	22	50,43	45,60	43,90	5	4
15873	Ciências Econômicas	ESAN	49	37	45,18	42,10	42,90	1	3
15852	Psicologia	CPAN	21	20	43,44	46,90	47,50	3	3
52125	Psicologia	FACH	35	31	51,08	46,90	47,50	3	4
52141	Psicologia	CPAR	22	16	44,01	46,90	47,50	3	3
15848	Ciências Contábeis	CPAN	18	17	46,92	40,60	37,90	3	4
15867	Ciências Contábeis	CPTL	46	42	49,45	40,60	37,90	3	4
21546	Turismo	CPAQ	24	22	40,24	53,60	48,80	2	1
121790	Turismo	CPBO	6	4	56,95	53,60	48,80	2	3
1111970	Tecnologia Em Processos Gerenciais	ESAN	48	39	64,55	53,50	52,80	4	5
31210	Jornalismo	FAALC	47	44	45,05	47,00	46,70	1	3

Fonte: Resultados do ENADE (INEP, 2016).

Nota: Organização realizada pela SEAVI/UFMS.

No ano de 2016 foram avaliados 11 Cursos. Destes, 3 cursos não tinham conceito anterior, 2 cursos obtiveram conceitos iguais ao ano anterior, 4 cursos obtiveram conceitos menores e 2 cursos obtiveram conceitos superiores ao ano anterior (Tabela 4).

Tabela 4 – Resultados do Enade dos Cursos da UFMS avaliados em 2016

Código do Curso	Curso	Unidade	Inscritos	Particip.	Nota Bruta - CE	Média Brasil	Média CO	Conceito 2013	Conceito Enade
2016									
15838	Farmácia	FACFAN	22	21	62,73	51,80	50,00	4	5
15839	Medicina	FAMED	63	62	70,53	66,80	68,00	5	4
15840	Medicina Veterinária	FAMEZ	42	40	54,54	50,20	45,70	5	4
15841	Odontologia	FAODO	39	37	62,02	57,10	59,02	4	4
15874	Enfermagem	INISA	48	48	53,24	41,50	41,30	-	4
21826	Enfermagem	CPTL	24	22	42,45	41,50	41,30	1	3
52101	Zootecnia	FAMEZ	27	26	41,40	39,50	37,00	4	3
101290	Agronomia	CPCS	37	35	59,20	60,30	58,40	3	3
115542	Fisioterapia	INISA	42	42	39,41	38,10	37,20	4	3
1111636	Enfermagem	CPCX	12	12	44,35	41,50	41,30	-	3
1128365	Nutrição	FACFAN	21	20	57,89	50,10	52,60	-	4

Fonte: Resultados do ENADE (INEP, 2017).

Nota: Organização realizada pela SEAVI/UFMS.

A cada ano, o exame avalia um grupo diferente de cursos superiores, ciclo que se repete a cada três anos. No ano de 2017⁸, o Enade avaliou os estudantes dos cursos que conferem diploma de bacharel nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia e Sistemas de Informação; dos cursos que conferem diploma de bacharel e licenciatura nas áreas de Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras-Português, Matemática e Química; dos cursos que conferem diploma de licenciatura nas áreas de Artes.

Na UFMS, 77 cursos passaram por avaliação do Enade (Quadro 4), sendo os resultados divulgados no segundo semestre de 2018.

⁸ Os resultados de 2017 serão divulgados no segundo semestre de 2018, por isso não constam nesse relatório.

Quadro 4 - Cursos da UFMS avaliados no Enade em 2017

Unidade	Código E-mec	Código Siscad	Curso
CPAN	1113852	0570	Sistemas de Informação – Bacharelado (Integral)
	15863	0552	Ciências Biológicas – Licenciatura (Vespertino)
	15864	0549	Geografia – Licenciatura (Noturno)
	15849	0550	História – Licenciatura (Noturno)
	15862	0553	Matemática – Licenciatura (Integral)
	122906	0569	Educação Física – Licenciatura (Integral)
	110748	0513	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (Matutino)
	29512	0525	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Inglês (Noturno)
	15851	0568	Pedagogia – Licenciatura (Integral)
CPAQ	18381	0446	Ciências Biológicas – Licenciatura (Noturno)
	15844	0443	Geografia – Licenciatura (Noturno)
	315844	0451	Geografia – Bacharelado (Vespertino)
	15845	0439	História – Licenciatura (Noturno)
	29511	0441	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Literatura (Noturno)
	18382	0447	Matemática – Licenciatura (Vespertino)
	52070	0431	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (Noturno)
	26668	0432	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Inglês (Noturno)
	18383	0457	Pedagogia – Licenciatura (Vespertino)
CPAR	52139	0904	Matemática – Licenciatura (Noturno)
CPCS	1111850	1302	Engenharia Florestal – Bacharelado (Integral)
CPCX	59109	0803	Sistemas de Informação – Bacharelado (Noturno)
	52142	0801	História – Licenciatura (Noturno)
	1292924	0805	Letras Português – Licenciatura (Noturno)
	52145	0802	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (Noturno)
CPNA	101300	1404	História – Licenciatura (Noturno)
CPNV	121796	1701	Ciências Sociais – Licenciatura (Noturno)
	121798	1702	Pedagogia – Licenciatura (Noturno)
CPPP	121794	1802	Sistemas de Informação – Bacharelado (Noturno)
	1119854	1805	Ciência da Computação – Bacharelado (Integral)
	121792	1801	Matemática – Licenciatura (Noturno)
	1270651	1803	Pedagogia – Licenciatura (Vespertino)
CPTL	122904	0799	Engenharia de Produção – Bacharelado (Integral)
	1113886	0743	Sistemas de Informação – Bacharelado (Noturno)
	15866	0788	Ciências Biológicas – Licenciatura (Integral)
	15858	0796	Geografia – Licenciatura (Noturno)
	315858	0780	Geografia – Bacharelado (Integral)
	15859	0783	História – Licenciatura (Noturno)
	27696	0745	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português (Noturno)

CPTL	15865	0789	Matemática – Licenciatura (Noturno)
	122174	0722	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (Noturno)
	27696	0745	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Inglês (Noturno)
	15861	0728	Pedagogia – Licenciatura (Vespertino/Noturno)
FAALC	36348	2901	Artes Visuais – Licenciatura (Integral)
	28743	2908	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (Integral)
	22508	2909	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Inglês (Integral)
	59103	2906	Música – Licenciatura – Habilitação em Educação Musical (Noturno)
	28743	2991	Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol (EAD)
FACH	21544	3001	Ciências Sociais – Bacharelado (Integral)
	1111969	3004	Filosofia – Licenciatura (Noturno)
	52121	3002	História – Licenciatura (Noturno)
FACOM	1128343	1905	Engenharia de Computação – Bacharelado (Integral)
	18387	1907	Sistemas de Informação – Bacharelado (Noturno)
	15869	1904	Ciência da Computação – Bacharelado (Integral)
	1111971	1902	Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Tecnológico (Noturno)
	1111972	1901	Redes de Computadores – Tecnológico (Noturno)
FAED	1260720	3192	Educação Física – Licenciatura (EAD)
	15836	3102	Educação Física – Licenciatura (Integral)
	55838	3191	Pedagogia – Licenciatura (EAD)
	1292684	3103	Pedagogia – Licenciatura (Noturno)
	15842	3101	Pedagogia – Licenciatura (Integral)
FAENG	21543	2101	Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado (Integral)
	21545	2104	Engenharia Ambiental – Bacharelado (Integral)
	15837	2102	Engenharia Civil – Bacharelado (Integral)
	1128355	2111	Engenharia Civil – Bacharelado (Noturno)
	1128349	2106	Engenharia de Produção – Bacharelado (Integral)
	15870	2103	Engenharia Elétrica – Bacharelado (Integral)
	1260511	2191	Geografia – Licenciatura (EAD)
	1128362	2109	Geografia – Bacharelado (Noturno)
INBIO	1159054	2791	Ciências Biológicas – Licenciatura (EAD)
	15831	2703	Ciências Biológicas – Licenciatura (Noturno)
	15831	2702	Ciências Biológicas – Bacharelado (Integral)
INFI	315832	2402	Física – Bacharelado (Integral)
	15832	2401	Física – Licenciatura (Integral)
INMA	123177	2291	Matemática – Licenciatura (EAD)
	15833	2201	Matemática – Licenciatura (Integral)
INQUI	52092	2302	Química Tecnológica – Bacharelado (Integral)
	15834	2301	Química – Licenciatura (Noturno)

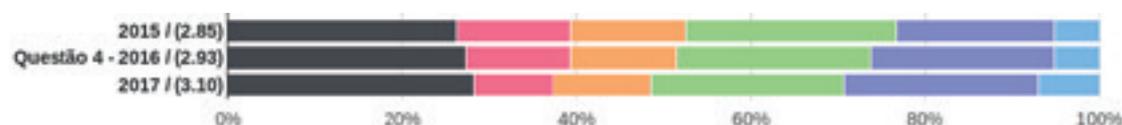
3.1.1.3 Ações decorrentes da autoavaliação institucional

As ações decorrentes da autoavaliação institucional serão apresentadas no item 4, junto com as fragilidades, decorrências e ações sugeridas para o próximo triênio.

3.1.1.4 A Autoavaliação Institucional na percepção dos segmentos da UFMS

O indicador “melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores”, foi avaliado pelos discentes nas escalas regular e ruim (Gráfico 2). Há um gradativo crescimento no triênio, mas ainda se encontra, em 2017, no nível regular. E a média, no triênio, é de 3,10.

Gráfico 2 – Média da avaliação das melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores. 2015-2017.



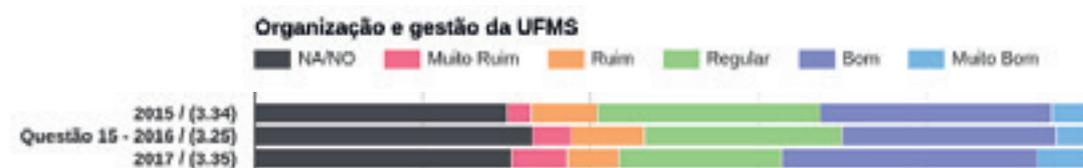
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 4 - Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores.

Nas observações indicadas nos questionários, há menções em várias unidades setoriais acerca da necessidade de melhoria desse aspecto, algo que já será trabalhado em 2018, por meio da divulgação dos resultados da autoavaliação e a presença desses insumos no processo de planejamento da gestão superior e de cada unidade setorial.

O mesmo indicador é avaliado pelos docentes da UFMS, com resultado um pouco melhor do que o do segmento discente, ou seja, média 3,31 (regular). Embora a avaliação se mantenha na mesma escala avaliativa ao longo do triênio, observa-se um decréscimo em 2016 e melhora em 2017 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Média das respostas dos docentes sobre as melhorias a partir das autoavaliações institucionais anteriores. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

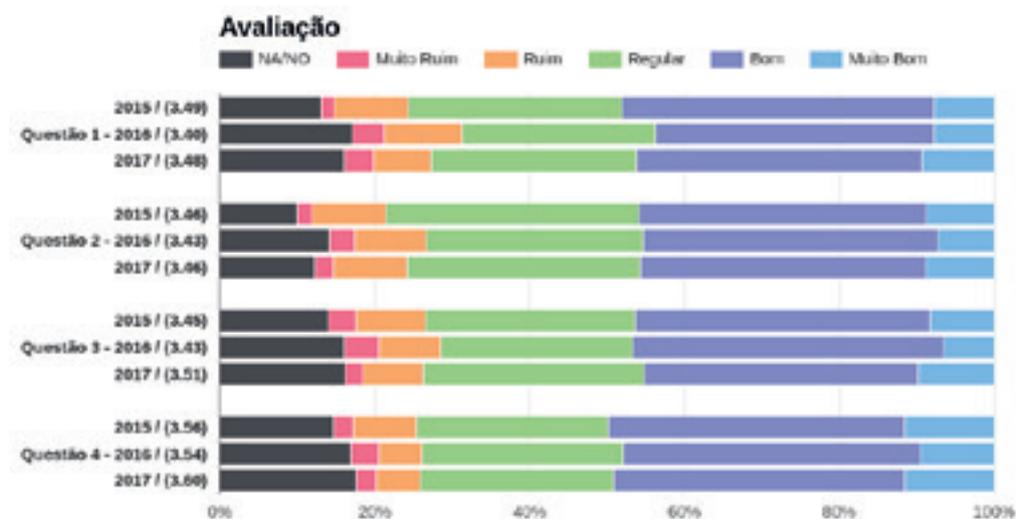
Nota: Questão 15 - Melhorias a partir das autoavaliações anteriores

O segmento dos técnico-administrativos avaliou as ações vinculadas à autoavaliação institucional (Gráfico 4) no patamar regular (3,48), em quatro quesitos diferentes. No primeiro, “As ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação” obtiveram média 3,45 (regular), no triênio. Nesse quesito, houve uma queda gradativa da avaliação, de 3,49 em 2015, para 3,40 em 2016 e 3,48 em 2017.

A “Participação da comunidade interna nos processos de autoavaliação” também teve queda na avaliação em 2016 e melhora em 2017, com média, no triênio também de 3,45 (regular).

Quanto à “Relação entre planejamento e avaliação da unidade com o PDI”, os técnico-administrativos avaliaram como regular, com média no triênio, de 3,46. E a “Atuação da Comissão Setorial de Avaliação” foi o quesito com melhor avaliação e média, no triênio, de 3,56 (regular).

Gráfico 4 – Média das respostas dos Técnico-administrativos sobre o processo de avaliação, na UFMS. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação; Questão 2 - Participação da comunidade interna nos processos de autoavaliação; Questão 3 - Relação entre planejamento e avaliação da unidade com o PDI; e Questão 4 - Atuação da Comissão Setorial de Avaliação.

Os instrumentos serão revistos no próximo ciclo avaliativo para contemplar a avaliação dos demais segmentos e mais aspectos sobre o processo e resultados da autoavaliação institucional.

Seguem informações acerca do Eixo 2.

3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Eixo 2 é composto por duas Dimensões: a Dimensão 1- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição.

3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Neste subitem são apresentadas informações sobre a missão, a visão, as finalidades e objetivos institucionais da UFMS, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e sua articulação com a avaliação institucional.

3.2.1.1 Missão e Visão

A missão e a visão da UFMS estão definidas no PDI realinhado em 2017 e já foram indicadas na introdução deste relatório.

Percebe-se um alinhamento com as atuais políticas do Ministério da Educação, mas há fragilidades no sentido da falta de convergência, especialmente da missão institucional, com as finalidades e princípios exarados para a educação na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, vigentes.

3.2.1.2 Finalidades e Objetivos Institucionais

A produção de conhecimento tem sido considerada, em uma perspectiva da formação humana, como eixo propulsor para a construção de um ensino superior adequado às demandas sociais contemporâneas. Na busca por cenários alternativos para viabilizar a universalidade dos direitos fundamentais à cidadania e oferecer insumos e quadros profissionais para subsidiar o setor produtivo, as universidades surgem como meios indispensáveis para atingir essas finalidades.

Situando o papel da educação superior, no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, é notória como a responsabilidade formativa das universidades tem abarcado contornos que envolvem problemas de um país que, embora aponte como uma das maiores economias mundiais, ainda enfrenta desafios sérios para nivelar adequadamente a distribuição de renda e o acesso aos serviços de educação e saúde. Nesse cenário, as universidades passaram a assumir um papel supra significativo no esforço pela diminuição dos desequilíbrios de bem-estar social, com a geração de oportunidades de aprendizado para todas as camadas sociais e a estruturação de bases para um desenvolvimento amplo e contínuo.

Difundindo e aplicando conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul, a UFMS, apoiada em uma gestão efetiva e modernizada, vem consolidando as suas finalidades acadêmicas, científicas e sociais. Tal consolidação se dá por meio da oferta de cursos de graduação, de programas de pós-graduação, presenciais e a distância, bem como das atividades extensionistas e serviços comunitários de atenção à saúde.

Tais ações oferecem condições, à população de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

As finalidades e objetivos gerais da UFMS estão definidas em seu Regimento Geral, por meio da Resolução nº 35, de 13 de maio de 2011:

Art. 4º A UFMS terá como finalidades e objetivos gerais:

- I – gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;
- II – formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;
- III – contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de ideias;
- IV – educar para o desenvolvimento sustentável;
- V – assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas;
- VI – participar da formulação das políticas nacionais;
- VII – assegurar a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*; e
- VIII – assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 3).

3.2.1.3 Inserção Regional, Nacional e Internacional

Situada em um estado fronteiriço que possui um dos mais importantes ecossistemas do mundo, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é reconhecidamente um bem público significativo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

Com uma extensão territorial de 357.145,836 quilômetros quadrados, o estado conta com mais de dois milhões de habitantes distribuídos em seus setenta e oito municípios; com uma economia marcadamente agropecuária, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,73 e grande miscigenação cultural em razão de uma população composta de imigrantes vindos principalmente dos estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, também de outros países, como Alemanha, Itália, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano, o estado sul-mato-grossense apresenta uma diversidade de oportunidades e desafios, onde a presença de instituições de ensino, pesquisa e extensão constitui-se um meio importante e valioso para a compreensão e atendimento das demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da própria contemporaneidade.

Nesse momento histórico, o desafio de interpretar as mudanças ocorridas em campos tão diversos, bem como lidar com suas pressões, coloca a produção e a difusão do conhecimento como condições básicas para um desenvolvimento equilibrado, amplo e sustentável. Nesse sentido, a UFMS por reconhecer a necessidade de atender às exigências do seu entorno, pois possui forte senso de pertencimento social, desenvolveu em seu PDI eixos estratégicos para atender às finalidades de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, tem fortalecido as suas funções acadêmicas, científicas e sociais, propiciando e disponibilizando à população, por meio de seus cursos de graduação e de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, bem como suas atividades de pesquisa e extensão, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade mais justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

3.2.1.4 A Atuação da UFMS: Uma Abordagem de Multicontexto

Dada a centralidade da informação e do conhecimento nas atividades produtivas no mundo contemporâneo, as universidades vêm ganhando papel relevante no desenvolvimento regional, já que são vistas como elementos chave no processo construtivo das atividades socioeconômicas e ambientais.

É certo que a abrangência geográfica da UFMS, presente em onze municípios, tem atendido a uma demanda existente em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, parte do Oeste do Estado de São Paulo e uma boa parcela dos Estados de Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais e do Paraná, além de países com que nosso Estado faz fronteira (Paraguai e Bolívia), porém, ao fator “região” agrega-se uma gama variada de aspectos de ordem cultural, científica, econômica, educacional e social, concretizados nos cursos de graduação e de pós-graduação que oferece.

Mato Grosso do Sul é um estado que possui rica diversidade linguística, cultural e étnica, decorrente de um variado processo de povoamento determinante do desenvolvimento de variedades e variantes linguísticas e de práticas artístico-culturais heterogêneas, cujo estudo vem sendo desenvolvido, por exemplo, nos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Música. Também se evidencia a preocupação da UFMS com a diversidade nos conteúdos curriculares, com a preservação ambiental, especialmente nos cursos de Ciências

Biológicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Geografia, Turismo e Turismo e Meio Ambiente, promovendo um sólido entendimento das dimensões socioambientais e contemporâneas, cuja especificidade legitima a sua busca pela inserção local, regional, nacional e internacional.

Vista essa inserção de outra perspectiva, além do critério geográfico, considera-se o fato da UFMS ser uma Universidade Pública que oferece, também, ensino, pesquisa e extensão e assistência na área da saúde, principalmente por meio do Hospital Universitário (HU), e das Faculdades de Medicina (FAMED), de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), de Odontologia (FAODO), e pelos cursos a elas relacionados.

Neste processo de inserção regional, a UFMS está expandindo seus horizontes, com a ampliação do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, combatendo o êxodo de profissionais qualificados e estudantes para outras regiões do País, favorecendo a fixação de talentos nos mais diversos segmentos produtivos e o acesso ao ensino superior.

Essa gama de ações demonstra o seu relevante papel no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e um promissor mercado de trabalho.

Por outro lado, o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande vocação pecuária, o que exige grande número de profissionais envolvidos nas cadeias de produção.

Atualmente, o Estado é um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, há uma forte demanda de zootecnistas e médicos veterinários, espaço que pode ser preenchido pela atuação de profissionais formados nos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia, da UFMS. Alguns condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados ou bacharéis) nos diversos campos das chamadas ciências humanas. Nesse sentido, cita-se, o intercâmbio direto do Estado com países vizinhos componentes do Mercosul, a viabilização do gasoduto Bolívia– Brasil e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional.

Os programas de pós-graduação oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, solidificando o conhecimento dos complexos problemas e potencialidades dos ecossistemas, apresentando e implementando novos modelos de desenvolvimento sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma expansão anti-predatória das atividades turísticas e econômicas. No campo das Ciências Exatas, deve-se considerar o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada é fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo, seja para o domínio de novas tecnologias, na área das engenharias, da computação e da informática, ou para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, com inserção regional, nacional e internacional nas áreas de física, matemática e química.

Os cursos de Sistemas de Informação, Matemática e Ciência da Computação, também desempenham um importante papel neste contexto, por meio de iniciativas que promovem a inclusão digital, com a oferta de cursos de informática básica, realização de provas e competições, além de projetos de suporte e estruturação de telecentros, em parceria com outras instituições.

Na formação de docentes para o ensino básico e superior, a UFMS oferece cursos de licenciatura em diferentes áreas de conhecimento, além de promover diversas ações que visam aprimorar a formação acadêmica destes profissionais, tais como o oferecimento de cursos de capacitação e formação continuada de professores da educação básica das redes estadual e municipal e dos docentes da UFMS; o oferecimento do curso de formação inicial para docentes da UFMS; a integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Pro-

grama de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life); a implantação do Centro de Formação de Professores; a representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE); a participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); participação do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente.

Podem ser destacadas, ainda, as ações desenvolvidas na área de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade quanto ao papel social representado pela UFMS nos vários municípios do Estado, como Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Campo Grande, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste. Por meio da educação a distância, são desenvolvidos programas de formação continuada nas áreas de Educação e Saúde e são oferecidos cursos para atender demandas específicas dos profissionais de saúde.

Em síntese, a UFMS supre a demanda regional de ensino superior público, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social. Nos municípios limítrofes com o país vizinho, o Paraguai, com uma população caracterizada pela diversidade de etnias e de línguas, os cursos oferecidos na modalidade a distância possuem alunos índios matriculados. Quanto ao atendimento a essa população, cabe ressaltar que foram desenvolvidas ações extensionistas, quais sejam, Curso de Formação de professores na temática Culturas e Histórias Indígenas; Rede de Saberes - permanência de indígenas no ensino superior; Saberes Indígenas na Escola; Programa Terena; II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; Programa de Ações Educativas para o Ensino de História Indígena e Práticas Interculturais. Cabe ressaltar também o curso de graduação de Licenciatura Intercultural Indígena – Povos do Pantanal (Campus de Aquidauana).

No que diz respeito à Mobilidade Acadêmica Internacional, a universidade a UFMS foi reconhecida no Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF que tem como objetivo promover ações em prol de uma política linguística para internacionalização do Ensino Superior, valorizando a formação especializada de professores de língua estrangeiras. O Programa IsF na UFMS oferece cursos de curta duração de Inglês, Espanhol, Francês e Português para Estrangeiros. A universidade também aderiu ao Programa Leitor Francês, o qual, atendendo aos pressupostos do MEC, da ANDIFES e da Embaixada da França, pretende fomentar a integração e ações de cooperação que fortaleçam o ensino de idiomas, o intercâmbio cultural e a consolidação do processo de internacionalização dos sistemas de ensino superior.

Em termos de acordos e parcerias com entes de educação e pesquisa internacionais, a UFMS manteve o consórcio Erasmus Mundus - Projeto Euro-Brazilian Windows +, como universidade associada e firmou parceria com a Universidade do Porto, Portugal, como instituição coordenadora na Europa; Technische Universität Dresden, Alemanha; Universitat Politècnica de València, Espanha; Université de Rouen, França; Université Lille, França; Università Degli Studi di Roma "La Sapienza", Itália; Riga Technical University, Letônia; Università Malta, Malta; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal e Uppsala Universitet, Suécia.

No triênio (2015-2017) foram celebrados novos acordos e protocolos internacionais, bem como ocorreu a renovação de alguns já celebrados com as seguintes instituições (Quadro 5):

Quadro 5 – Acordos e protocolos celebrados, por país e Instituição. 2015-2017.

País	Instituição
Bolívia	Universidad Autónoma Gabriel René Moreno
Canadá	Université Du Québec em Outaouais
	Universidade de Manitoba
Colômbia	Universidad Pedagógica Nacional
Cuba	Universidad de Matanzas
Espanha	Universidad Complutense de Madrid
	Universidade de Santiago de Compostella
	Universidade de Salamanca
	Universidad Autonoma de Barcelona
Estados Unidos	Universidade de Washington
	Universidade de Kentucky
França	Université de Lille
	Université de Toulon
	Université D Avignon
	EFREI – Ecole D’Ingeniurdes Technologies de L’INformation et de la Communication
Itália	Universitá Degli Studi di Torino (Universidade de Estudos de Turim)
	Politécnica de Turim
Japão	National University Corporation KochiUniversity
Portugal	Universidade do Porto (Erasmus +)
	Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Fonte: AGINOVA (2017).

Importante salientar que outros acordos e protocolos internacionais ainda não mencionados estão em fase de celebração final para posterior divulgação.

A UFMS desenvolve, ainda, atividades em diferentes áreas⁹ que contribuem para a construção e disseminação de conhecimentos, bem como, ao atendimento de demandas da comunidade interna e externa, entre as quais se destacam:

a) **Base de Estudos do Pantanal (BEP)** que desenvolve atividades na área de ensino, extensão e pesquisa, onde o ensino de graduação consta de programas de aulas práticas de campo dos cursos da UFMS; e na pós-graduação a BEP tornou-se de fundamental importância para as atividades de campo e desenvolvimento dos projetos de dissertação e de tese bem como de outros projetos de pesquisa. Os projetos de extensão consistem de cursos e treinamento de pessoal nas diferentes áreas do conhecimento, relativos ao Pantanal. Desse modo, a BEP constitui-se um posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas no Pantanal e na região;

b) **Projeto Educação Empreendedora na UFMS**, cuja parceria com o Sebrae, objetiva identificar os princípios para a construção do aprendizado e do conhecimento que promova o empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior, elaborar e avaliar ações estratégicas para sensibilizar e promover um modelo de empreendedorismo acadêmico na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, visando assim desenvolver novas práticas de ensino e aprendizado por meio de projetos voltados a novos produtos e serviços;

⁹ Estas atividades serão detalhadas na Dimensão 3 – Responsabilidade Social.

c) **Projeto Empreendendo: Uma Alternativa na Formação de Alunos/as em Conclusão do Ensino Médio de Escolas Públicas**, tem por objetivo é fomentar o empreendedorismo para jovens de escolas públicas como alternativa de formação, por meio de conceitos teóricos, estudos de casos e dinâmicas junto aos participantes.

d) **Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)**, possui como característica principal fornecer a novas empresas o suporte inicial para o seu desenvolvimento, ou seja, disponibilizar espaço para produção de seus produtos, atendimento a clientes além de fornecer cursos de capacitação para uma gestão saudável das empresas incubadas. A PIME tem por objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador e contribuição para o desenvolvimento do mercado brasileiro e internacional de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho, desenvolver na UFMS e na comunidade externa uma cultura empreendedora;

e) **Empresas Juniores (EJ)**, as quais são criadas por alunos de graduação ou técnica de uma instituição de ensino superior ou técnica e deve ser sempre ligada a um ou mais cursos de graduação ou a cursos Técnicos. O objetivo primeiro das empresas juniores é promover a melhor experiência de mercado aos alunos graduandos na instituição à qual ela é vinculada. Por esse objetivo entende-se fomentar o crescimento pessoal e profissional do aluno membro, por meio do oferecimento de serviços de qualidade e a baixo custo ao mercado. Dessa forma, além de atingir seu próprio objetivo, as EJs contribuem para o desenvolvimento do empreendedorismo em sua região. Em alta escala, o Movimento das Empresas Juniores (MEJ) contribui com uma importante parcela no desenvolvimento empresarial e econômico do país;

f) **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ICTP)** é um projeto de extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária – EES. É uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro: docente, acadêmico e técnico, buscando assim, socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena;

g) **Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT)**, é responsável pelo gerenciamento, proteção e transferência das tecnologias desenvolvidas no âmbito da UFMS. Atende aos professores, pesquisadores, alunos e técnicos da UFMS, além de instituições e empresas parceiras em pesquisa. Conta com equipe técnica especializada para realizar pedidos de patentes, registro de programa de computador, marcas e outros tipos de proteção por propriedade intelectual. A proteção por propriedade intelectual, tarefa da APITT, é o primeiro passo para que os resultados das pesquisas cheguem à sociedade. Através da transferência da tecnologia desenvolvida pela universidade, é gerada a inovação, com novos produtos e processos no mercado;

h) **Museu Arqueológico (MUARQ) da UFMS** que tem como meta institucional realizar pesquisas sobre o passado arqueológico de Mato Grosso do Sul, buscando entender e explicar os diversos processos pretéritos de povoamento humano no território estadual, isto é, as origens e as relações homem-ambiente na pré-história, bem como os processos etno-arqueológicos de formação das etnias indígenas que existiram e existem em Mato Grosso do Sul;

i) **Fazenda Escola** é o lócus em que se realizam as atividades práticas dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia; situada em Terenos, possui estruturas para atividades práticas, além de desenvolvimento de pesquisas e extensão relacionadas à pecuária sul-mato-grossense;

j) **Hospital Veterinário (HV)**, oferece atendimento clínico-médico a animais de pe-

queno e grande porte por meio de alunos, residentes e profissionais; a taxa para atendimento possibilita pessoas de baixa renda tratar seus animais. O objetivo principal do HV é de que ele seja uma extensão das atividades de ensino para que os acadêmicos e recém-formados possam colocar em prática o que aprenderam em sala de aula;

K) **Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap)**, construído na década de setenta, com o objetivo de oferecer suporte ao curso de Medicina da então Universidade Estadual de Mato Grosso (hoje UFMS) e ser um núcleo de ensino, voltado para a formação de recursos humanos na área de saúde. Com o passar do tempo, o Humap se tornou referência estadual em doenças infecto-contagiosas e procedimentos de alta complexidade no tratamento de pacientes com HIV, TRS, diagnose, cirurgia cardiovascular, hemodiálise e neurologia, além de gestação de alto risco, urologia, tratamento com tomografia e litotripsia ligados ao Sistema Único de Saúde. Hoje o HUMAP tem sua gestão cedida a Ebserh.

l) **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)** que viabiliza a formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso;

m) **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde)** o qual se destina a fomentar grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por pressupostos a inserção das necessidades dos serviços em saúde pública como fonte de produção de conhecimento e pesquisa;

n) **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promissaes)**, que promove o fomento e a cooperação técnico-científica e cultural entre as instituições de ensino e pesquisa, em âmbito internacional, nas áreas de educação e cultura.

o) **Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores**, que coordena os recursos do Sistema Universidade do Brasil (UAB) para fomentar o desenvolvimento da oferta da educação superior na modalidade a distância; promove cursos de capacitação, atualização e formação continuada de professores das redes de ensino da educação básica;

p) **Programa Escola de Conselhos**, promove inúmeras atividades voltadas ao aperfeiçoamento e qualificação da participação da sociedade na definição e controle das políticas públicas de atendimento e defesa dos direitos humanos e da cidadania, em especial dos atores que compõem a rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Além de uma série de atividades voltadas ao apoio e assessoria técnica aos órgãos e instituições que atuam na área, a Escola de Conselhos tem se ocupado da formação teórico-prática das pessoas que compõem colegiados da área da infância, com vistas a uma atuação conseqüente quando de seus envolvimento nos processos de elaboração, de acompanhamento e controle das políticas públicas. Com isso busca oferecer instrumentos para a evolução do processo de mobilização e articulação sócio-política;

q) **Serviço de Atendimento Psicossocial (Saps)**, que promove acompanhamento psicológico gratuito para alunos e servidores da universidade e à comunidade.

Clínica Escola Integrada (CEI) é uma unidade integrante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que tem por finalidade promover ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interdisciplinaridade em especial dos cursos de enfermagem, fisioterapia e nutrição, nas formas de linhas de cuidado e por meio de atividades de educação em saúde. Na clínica são desenvolvidos os seguintes projetos que atende à população: Universidade Aberta à Pessoa

Idosa- UNAPI; Intervenção Sensório-Motora Precoce para Bebês; Saúde do Atleta; Atendimento Nutricional Ambulatorial; Avaliação e Acompanhamento Nutricional dos Servidores da UFMS Portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis;

r) **Núcleo de Práticas Jurídicas** que desenvolve atividades como Aula teórica e prática (Direito Civil e Direito Penal) com acompanhamento de audiências; elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo processo de conhecimento (procedimentos ordinários); projetos de extensão com atendimento comunitário; projetos de ensino, orientações e pesquisas jurídicas em monografias e trabalhos de conclusão de curso; e orientações e relatórios de atividades complementares.

3.2.1.5 Gestão Estratégica

A elaboração de planos estratégicos por si só é um grande desafio a qualquer organização, mas, as organizações de caráter público, têm que vencer obstáculos ainda maiores por serem instadas a buscarem continuamente o ponto de equilíbrio entre a flexibilidade e os regimentos. De toda forma, perscrutar o futuro e traçar uma linha de ação predefinida para ele é apenas parte de uma tarefa complexa. Para uma organização alcançar medidas concretas que traduzam o planejamento estratégico, é necessário que ela se aproprie adequadamente dos seus ativos internos que lhe confirmam vantagem competitiva no alcance dos seus propósitos, uma vez que para se formular a estratégia é necessário que a instituição olhe para fora; para implementá-la é necessário um olhar para dentro de si, ou seja, para as suas potencialidades e fragilidades.

Ciente do seu quadro de realidade, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul vem incentivando mudanças estruturais e comportamentais, constituindo novos formatos gerenciais permeáveis ao diálogo, à ruptura de paradigmas, ao alcance de resultados e, de forma especial, à aprendizagem organizacional. Nessa direção, buscando sempre aperfeiçoar sua base de valores, a UFMS tem assumido um papel ativo na consolidação das propostas de desenvolvimento institucional e nos modelos de gestão fortemente alicerçados na proatividade e na autoavaliação; também as iniciativas envidadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, viabilizaram a renovação do significado da cultura organizacional para a visão, a missão e os objetivos institucionais.

Concebida em um contexto que incentiva a construção de cenários para pensar, discutir e estruturar um futuro desejável, os gestores universitários, em suas respectivas unidades administrativas, realizam metodicamente um inventário (Tabela 5) das fontes de vantagens competitivas, ou potencialidades, e as fontes de ameaças, ou fragilidades, oriundas do sistema do qual é parte a UFMS, para orientar a gestão estratégica enquanto inspira condutas, em nível pessoal e organizacional, mais ajustadas à nova dinâmica da administração pública e à complexidade de executar a criação e disseminação do conhecimento. Nesse passo, conceitos como efetividade, transparência, cliente, criação de valor e responsabilidade socioambiental delineiam as estratégias para enfrentar e se apropriar dos vieses de um mundo marcadamente volúvel.

Tabela 5 – Análise Ambiental Externa

ANÁLISE AMBIENTAL EXTERNA	
Fontes de Vantagens Competitivas	Fontes de Ameaças
<p>Parcerias com instituições públicas e privadas, em âmbito nacional e internacional, no sentido de fomentar a produção de conhecimento;</p> <p>Reputação perante a sociedade dos serviços em ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na UFMS;</p> <p>Interesse das instituições públicas e da sociedade para a educação a distância;</p> <p>Demanda para qualificação profissional;</p> <p>Ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisa na área de sustentabilidade ambiental;</p> <p>Agenda pública para a revitalização da infraestrutura das IFES;</p> <p>Modernização do setor público, em termos de gestão;</p> <p>Existência de novos fundos setoriais e globais para a educação superior;</p> <p>Novos enfoques para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária;</p> <p>Políticas regulatórias para viabilizar o autofinanciamento das IFES.</p>	<p>Contingenciamento do orçamento público direcionado ao ensino superior;</p> <p>Fragilidade da economia produtiva (ou economia real) frente à economia especulativa;</p> <p>Desvalorização da educação superior pública como política social e estratégica;</p> <p>Pouca autonomia universitária;</p> <p>Defasagem do Plano de cargo e carreira para os profissionais da área de educação;</p> <p>Reputação institucional baixa perante a sociedade;</p> <p>Defasagem da infraestrutura e do patrimônio, comprometendo a capacidade de realização institucional;</p> <p>Desaparelhamento dos fundos globais para a educação;</p> <p>Articulação insuficiente entre a Universidade e os setores produtivos;</p> <p>Articulação insuficiente entre a Universidade e outras instituições de ensino e pesquisa.</p>
ANÁLISE AMBIENTAL INTERNA	
Fontes de Vantagens Competitivas	Fontes de Ameaças
<p>Excelência em alguns cursos de graduação e pós-graduação;</p> <p>Titulação e qualificação do corpo docente;</p> <p>Universidade multicampi;</p> <p>Credibilidade da instituição;</p> <p>Ensino público de qualidade e gratuito;</p> <p>Localização geográfica;</p> <p>Programas de assistência aos estudantes;</p> <p>Potencialidade para parcerias em projetos de desenvolvimento regional;</p> <p>Oportunidades de atividades interdisciplinares;</p> <p>Crescente inserção no desenvolvimento local;</p> <p>Qualificação de Recursos Humanos em quantidade e diversidade;</p> <p>Pluralismo de ideias;</p> <p>Disposição de busca de recursos;</p> <p>Crescente oferta de ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviço;</p> <p>Acesso às redes de informações nacionais e internacionais;</p> <p>Consciência da necessidade de desenvolvimento;</p> <p>Reconhecimento da necessidade de novas formas de ensino;</p> <p>Descentralização de recursos orçamentários;</p> <p>Estruturação que possibilita a articulação interna.</p>	<p>Insuficiência de recursos financeiros;</p> <p>Gestão universitária autocentrada;</p> <p>Pouca divulgação das potencialidades da UFMS;</p> <p>Uso não otimizado dos espaços físicos e equipamentos;</p> <p>Defasagem da infraestrutura física e dos equipamentos;</p> <p>Não otimização do potencial dos recursos humanos;</p> <p>Necessidade de qualificação de pessoal em novas tecnologias;</p> <p>Necessidade de maior integração entre a graduação e a pós-graduação;</p> <p>Necessidade de aprimoramento da política de extensão;</p> <p>Deficiência do sistema de comunicação;</p> <p>Modelo de distribuição interna de RH mal dimensionada;</p> <p>Visão parcial das atividades dos órgãos acarretando pouca integração horizontal;</p> <p>Distância física do mercado consumidor de tecnologia;</p> <p>Excesso de normatização;</p> <p>Fluxos de atividades mal estabelecidos;</p> <p>Desmotivação dos servidores;</p> <p>Autoavaliação institucional interna subaproveitada;</p> <p>Cultura fechada à inovação, iniciativa e resultado.</p>

Fonte: Diav/CPI/Proplan.

3.2.1.6 Descrição Sintética dos Objetivos do Trênio 2015-2017

Quando o amplo panorama que envolve o setor do ensino superior vem à tona, emerge-se todo o portfólio de produtos e serviços demandados às organizações educativas. Diante de expectativas sociais crescentes, instada a fornecer os recursos necessários à construção de um futuro inovador, profuso e coeso, a Universidade tem procurado superar modelos de gestão ostensivamente ineficazes com a reformulação de seus sistemas, estratégias e da sua própria cultura; instituindo novos arranjos gerenciais para a administração universitária, ela aproveita para assumir o papel de aceleradora do aprimoramento em nível individual e organizacional.

No umbral desse novo quadro de realidade, a UFMS persiste em renovar o suporte organizacional para lidar com as iniciativas de caráter modernizante; com efeito, a gestão da Universidade tem assumido a responsabilidade de consolidar, em todas as instâncias, modelos de gestão fortemente alicerçados no planejamento estratégico teórico e tecnicamente fundamentado, na avaliação de resultados e, por fim, mas não menos importante, na revitalização do sentido de entidade/utilidade pública.

São também dignas de nota as iniciativas adotadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, o que facilitou e enriqueceu o constructo analítico para elaboração das estratégias elegidas para colocar a Universidade em posição de destaque quanto à sua capacidade formativa de saberes e à sua competência gerencial.

Tais estratégias, por sua vez, estão atualmente consolidadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019¹⁰, o qual consta estruturado em eixos temáticos com diretrizes, metas e indicadores de desempenho para cada ano no horizonte de tempo estipulado para o Plano, o qual abrange políticas administrativas, pedagógicas, estruturais e sociais e representa, ainda, além de um atendimento formal-legal, uma ética pública e um compromisso com os princípios da racionalidade administrativa na busca pela maximização dos benefícios entregues à sociedade. A Figura 2 disponível no Eixo 1 (Esquema estratégico do PDI 2015-2019) representa o pensamento estratégico que orientou o PDI vigente na UFMS.

A Matriz Estratégica que compõe o PDI 2015-2019 consolida os programas, metas e indicadores de desempenho das áreas estratégicas, os quais correspondem ao período de duração do Plano; nesse sentido, essa Matriz sintetiza o esforço que a UFMS tem empregado na execução de processos e procedimentos mais ajustados com as demandas de todos os estratos da sua comunidade, de modo que se possa efetivar a contribuição desta universidade no desenvolvimento das atividades socioeconômicas e ambientais locais, regionais e nacionais, sem prescindir, contudo, da sua função maior que é a disseminação do conhecimento.

Cabe destacar que em razão de o PDI 2015-2019 ter se submetido a um realinhamento estratégico em 2017, os componentes da Matriz Estratégica foram totalmente reformulados; assim, as informações constantes na Tabela 6 imediatamente a seguir correspondem ao exercício de 2017.

¹⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 realinhado está alojado no endereço eletrônico: <https://proplan.ufms.br/2017/09/14/pdi-2015-2019-realinhado-pela-resolucao-coun-no-712017>.

Tabela 6 – Matriz Estratégica do PDI 2015-2019, exercício 2017

Área Estratégica: Ensino de Graduação e Pós-graduação			
Objetivo	Meta	QP	Indicador de Desempenho
Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	Ampliar o contingente de alunos matriculados na graduação.	10%	Alunos Matriculados
	Aumentar a taxa de sucesso da graduação.	2%	Taxa de sucesso aumentada
	Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação.	40%	Percentual de Cursos com CPC ou CC elevado (≥ 4)
	Ampliar o contingente de alunos matriculados da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.	4%	Alunos Matriculados
	Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação lato-senso.	6	Oferta aumentada
	Aumentar a taxa de sucesso da pós-graduação.	2,5%	Taxa de sucesso aumentada
	Elevar a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.	0%	Média geral elevada
Área Estratégica: Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional			
Objetivo	Meta	QP	Indicador de Desempenho
Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em âmbito Nacional e Internacional	Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2.	5%	Publicações elevadas
	Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.	7%	Projetos de pesquisa elevados
	Elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo.	8%	Quantidade de ações elevada
	Aumentar os acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional.	15	Parcerias, Cooperações, Transferência ou Licenciamento (PCTL) aumentados
	Ampliar os registros de patentes e de software.	11%	Registros ampliados
	Elevar o número de empresas júnior e de incubadas.	20%	Número de empresas
	Elevar a quantidade de pessoas atendidas com serviços, cursos e programas de atendimento à população externa.	5%	Quantidade de pessoas atendidas
	Aumentar as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação com a educação básica.	6	Ações aumentadas
Área Estratégica: Atenção ao Estudante			
Objetivo	Meta	QP	Indicador de Desempenho
Fortalecer a Vivência e Inclusão Universitária Estudantil			
	Ampliar o número de auxílios da assistência estudantil aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica.	5%	Auxílios concedidos ampliados
	Ampliar o acompanhamento dos acadêmicos beneficiados com auxílios estudantis.	50%	Acompanhamento ampliado
	Ampliar ações para à saúde física e mental, além do atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades.	10%	Ações ampliadas
	Ampliar ações afirmativas para a comunidade universitária.	4	Ações ampliadas
	Ampliar o atendimento de acadêmicos beneficiados com estágio para viabilizar experiências profissionais.	1.800	Atendimento ampliado
	Ampliar o acompanhamento de egressos.	1.000	Acompanhamento ampliado
	Ampliar os programas e projetos relacionados as atividades culturais e esportivas voltadas aos acadêmicos	30%	Número de Programas e Projetos (PP) ampliados

Área Estratégica: Infraestrutura			
Objetivo	Meta	QP	Indicador de Desempenho
Modernizar a Infraestrutura	Ampliar as revitalizações nas Unidades de Administração Central e Setorial.	20%	Atendimento da demanda elevado
	Aumentar a eficiência dos serviços em manutenção nas Unidades de Administração Central e Setorial.	20%	Ordem de serviços (OS) atendidas
	Aumentar as adaptações para acessibilidade.	5	Adaptações para acessibilidade aumentadas
	Ampliar o número de revitalizações em infraestrutura de tecnologia da informação.	6	Número de Blocos Atendidos
	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	7	Sistemas implantados e/ou aperfeiçoados
	Ampliar o alcance da rede Eduroam.	18	Número de Blocos Atendidos
	Ampliar a capacidade de tráfego de dados na rede de internet da UFMS.	9	Número de Blocos Atendidos
Área Estratégica: Eficiência da Gestão			
Objetivo	Meta	QP	Indicador de Desempenho
Aperfeiçoar a Gestão Universitária	Ampliar o volume de receita própria*.	15%	Receita própria ampliada
	Alcançar a execução orçamentária efetivamente dos limites liberados para a UFMS.	98%	Percentual atingido
	Alcançar a execução financeira das ações orçamentárias.	80%	Percentual atingido
	Reduzir o valor global dos contratos contínuos para funcionamento institucional.	5%	Valor Reduzido
	Aumentar a eficiência da gestão de materiais.	10%	Solicitações atendidas
Fortalecer a Imagem Institucional	Ampliar o número projetos e programas de divulgação social e científica.	8	20
	Melhorar o índice de satisfação institucional da comunidade universitária e da sociedade.	-	75%
Valorizar os Servidores	Realizar o dimensionamento de competências e da força de trabalho nas Unidades de Administração Central e Setorial.	5	Unidades contempladas
	Ampliar o contingente de servidores capacitados e/ou qualificados.	40%	Contingente ampliado
	Ampliar o contingente de servidores docentes e técnicos administrativos beneficiados com projetos de integração e qualidade de vida.	15%	Contingente de servidores ampliado

Legenda: (QP) Quantitativo do período.

Fonte: DIAV/CPI/PROPLAN.

*Nota: O termo Receita Própria compreende a captação de recursos via edital, convênios e congêneres bem como a captação gerada pela prestação de serviços (taxas, emolumentos, aluguéis e outros).

3.2.1.7 Articulação entre o PDI e o PPI

Com relação à articulação entre o PDI e o PPI, é importante mencionar que o processo de construção do PPI tem como base os dados coletados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) oferecidos pela Instituição. Assim, este documento deverá favorecer a revisão do PDI e dos PPC, a reestruturação ou aprimoramento de aspectos apontados pela CPA ou pelas Comissões de Avaliação Externa, bem como a articulação entre as ações acadêmicas, os Projetos Pedagógicos de cada Unidade (PPU) e a legislação em vigor, sem comprometimento da autonomia e da flexibilização curricular.

Nesse caso, levando em consideração as alterações ocorridas no PDI em 2017, foi analisada a correlação dos pontos abordados no novo PDI com os pontos informados pelo PPI disponibilizado em 2017 (Quadro 6).

Quadro 6 – Correlação do ensino da Graduação e da Pós-graduação com o PPI.

PDI - ÁREA ESTRATÉGICA: 1 - ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO		Pontos de correlação do Projeto Pedagógico Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPI/UFMS)
Objetivo	Metas	
1.1 - Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	1.1.1- Ampliar o contingente de alunos matriculados na graduação.	2.3. Políticas de ensino de graduação: estão articuladas a partir das metas 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do PDI. 2.4 Políticas de pesquisa e pós-graduação e inovação: estão articuladas a partir das metas 1.1.4, 1.15, 1.16 e 1.17 do PDI.
	1.1.2- Aumentar a taxa de sucesso da graduação	
	1.1.3- Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação.	
	1.1.4- Ampliar o contingente de alunos matriculados da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.	
	1.1.5- Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação lato-sensu.	
	1.1.6- Aumentar a taxa de sucesso da pós-graduação.	
	1.1.7- Elevar a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e Análise da CPA

Referente à articulação do objetivo Consolidação do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, o PPI encontra-se atualizado, indicando políticas de ensino de graduação da UFMS. Nesse sentido, no PPI tais políticas se destacam a partir da indicação do tópico 2.3 nos itens (C, D e E) que contemplam a busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação presencial e a distância, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade.

Com relação às Políticas de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação, estas estão indicadas no tópico 2.4, do PPI, contemplando dos itens (A) até item (L), e articuladas nas metas propostas pelo PDI (Quadro 7).

Quadro 7 – Correlação da Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional com o PPI.

PDI - ÁREA ESTRATÉGICA: 2 - PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL		ARTICULAÇÃO COM O PPI/UFMS
Objetivo	Metas	
2.1-Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em âmbito Nacional e Internacional	2.1.1 - Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com QualisA1, A2, B1 e B2	2.4 Políticas de pesquisa e pós-graduação e inovação: estão articuladas a partir das metas 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6 e 2.1.7 do PDI 2.5 Políticas de extensão e assuntos estudantis: estão articuladas a partir das metas 2.1.3, 2.1.6, 2.1.7 e 2.1.8 do PDI
	2.1.2 - Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.	
	2.1.3 - Elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo.	
	2.1.4 – Aumentar os acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional.	
	2.1.5 – Ampliar os registros de patentes e de software.	
	2.1.6 – Elevar o número de empresas júnior e de incubadas.	
	2.1.7 – Elevar a quantidade de pessoas atendidas com serviços, cursos e programas de atendimento à população externa.	
	2.1.8 – Aumentar as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação com a educação básica.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e Análise da CPA

No tocante às relações de inovação, pesquisa e extensão, correspondente ao tópico 2.4 nos itens (M, N, O, P e Q), estes estão articulando as indicações das metas que contemplem tais perspectivas.

Com relação ao objetivo das ações extensionistas, existe uma boa articulação, mas ainda observa-se a carência de detalhamento de políticas claras que promovam a integração entre o PDI e o PPI, facilitando a elaboração dos projetos pedagógicos de cursos e as ações institucionais.

Principalmente com relação aos projetos de extensão, é importante definir indicações claras na política de diretrizes gerais para o fomento institucional, promovendo a identificação de ações para soluções de problemas da sociedade e a promoção da inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Quadro 8 apresenta a Correlação da Atenção ao Estudante com o PPI.

Quadro 8 – Correlação da Atenção ao Estudante com o PPI.

PDI - ÁREA ESTRATÉGICA: 3 - ATENÇÃO AO ESTUDANTE		ARTICULAÇÃO COM O PPI/UFMS
Objetivo	Metas	
3.1 - Fortalecer a Vivência e Inclusão Universitária Estudantil	3.1.1 – Ampliar o número de auxílios da assistência estudantil aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica.	O tópico 2.7 Responsabilidade social da Instituição em suas grandes metas é correspondente à inclusão social, o desenvolvimento econômico, a diversidade cultural e social da região e evidencia os estágios curriculares da graduação, os não curriculares e a prestação de serviços em diversas áreas, como consultoria, diagnóstico organizacional, recrutamento, seleção, treinamento, atendimento na área da saúde física e mental, capacitação educacional, entre outros, que contribuem diretamente para o desenvolvimento local e regional articulados no PDI da metas 3.1.1 até a meta 3.1.7.
	3.1.2 – Ampliar o acompanhamento dos acadêmicos beneficiados com auxílios estudantis.	
	3.1.3 – Ampliar ações para à saúde física e mental, além do atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades.	
	3.1.4 - Ampliar ações afirmativas para a comunidade universitária.	
	3.1.5 –Ampliar o atendimento de acadêmicos beneficiados com estágio para viabilizar experiências profissionais.	
	3.1.6 – Ampliar o acompanhamento de egressos.	
	3.1.7 – Ampliar os programas e projetos relacionados as atividades culturais e esportivas voltadas aos acadêmicos	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e Análise da CPA

No Quadro 9, consta a correlação da Infraestrutura com o PPI.

Quadro 9 – Correlação da Infraestrutura com o PPI.

PDI - ÁREA ESTRATEGICA: 4 - INFRAESTUTURA		ARTICULAÇÃO COM O PPI/UFMS
Objetivo	Metas	
4.1 -Modernizar a Infraestrutura	4.1.1 – Ampliar as revitalizações nas Unidades de Administração Central e Setorial.	Os tópicos 2.3. Políticas de ensino de graduação e 2.4 Políticas de pesquisa e pós-graduação e inovação indicam a projeção de melhoria dos espaços de convivência. 2.6 Políticas de Gestão: os itens (B) e (C) correspondentes às condições de trabalho estão articulados no PDI nas metas 4.1.2, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6 e 4.1.7. 2.6 Políticas de Gestão: os itens (F) e (N) estão articulados no PDI nas metas 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.4.
	4.1.2 –Aumentar a eficiência dos serviços em manutenção nas Unidades de Administração Central e Setorial.	
	4.1.3 – Aumentar as adaptações para acessibilidade.	
	4.1.4 – Ampliar o número de revitalizações em infraestrutura de tecnologia da informação.	
	4.1.5 – Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	
	4.1.6 - Ampliar o alcance da rede Eduroam.	
	4.1.7 – Ampliar a capacidade de tráfego de dados na rede de internet da UFMS.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e Análise da CPA

As questões de Modernização de Infraestruturas estão definidas no PPI nas Políticas de Gestão, com clara articulação no PDI para as propostas de ampliação e eliminação de equipamentos em duplicidade. Além disso, tem como enfoque garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral.

O Quadro 10 apresenta a Correlação da Eficiência da Gestão com o PPI.

Quadro 10 – Correlação da Eficiência da Gestão com o PPI.

ÁREA ESTRATÉGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO		ARTICULAÇÃO COM O PPI/UFMS
Objetivo	Metas	
5.1 - Aperfeiçoar a Gestão Universitária	5.1.1 – Ampliar o volume de receita própria	2.6 Políticas de Gestão: os itens (H) e (E), estão articulados no PDI nas metas 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5 do PDI.
	5.1.2 - Alcançar a execução orçamentária efetivamente dos limites liberados para a UFMS.	
	5.1.3 - Alcançar a execução financeira das ações orçamentárias	
	5.1.4 - Reduzir o valor global dos contratos contínuos para funcionamento institucional	
	5.1.5 – Aumentar a eficiência da gestão de materiais	
5.2 -Fortalecer a Imagem Institucional	5.2.1 – Ampliar o número projetos e programas de divulgação social e científica.	2.6 Políticas de Gestão: os itens (M) e (Q) estão articulados no PDI com a metas 5.2.1 e 5.2.2 do PDI.
	5.2.2– Melhorar o índice de satisfação institucional da comunidade universitária e da sociedade.	
5.3 - Valorizar os Servidores	5.3.1 – Realizar o dimensionamento de competências e da força de trabalho nas Unidades de Administração Central e Setorial.	2.6 Políticas de Gestão: os itens (B) e (E) estão articulados no PDI com a metas5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3 do PDI. 2.6 Políticas de Gestão-Recursos Humanos: são detalhadas nos itens (A) ao (E) sendo articulados no PDI com a metas5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3 do PDI.
	5.3.2– Ampliar o contingente de servidores capacitados e/ou qualificados.	
	5.3.3 – Ampliar o contingente de servidores docentes e técnicos administrativos beneficiados com projetos de integração e qualidade de vida.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e Análise da CPA

As metas de eficiência de gestão estão bem articuladas com o PPI. Como exemplo, é possível verificar metas específicas como o fortalecimento da Imagem Institucional do PPI no tópico Políticas de Gestão que estão articuladas devidamente articuladas com o item (Q) correspondente a criação de mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa.

3.2.1.8 Aderência do PDI com a realidade institucional

A IES adota o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como instrumento de planejamento, cujo marco legal abrange: a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 e o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

O PDI consiste em um instrumento de planejamento estratégico da universidade para um período de cinco anos. O instrumento visa apresentar a missão, ações, objetivos, metas, prazos e resultados a serem alcançados. O PDI é definido da seguinte forma:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cin-

co) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 1).

Vale ressaltar a importância do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que revogou o n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, e estabelece, em seu art. 21, os elementos mínimos para a elaboração do PDI.

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de **campus** fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

- c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;
 - d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
 - e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.
- Parágrafo único. O PDI contemplará as formas previstas para o atendimento ao descrito nos art. 16 e art. 17, no tocante às políticas ou aos programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição. (BRASIL, 2017, p.2).

O Decreto n.º 9.235/2017, preconiza que a construção do PDI deverá se fazer de forma livre, para que a instituição exercite sua criatividade e liberdade no processo de sua elaboração. Entretanto, as instruções normativas do MEC obrigam as universidades a incluir os eixos temáticos constantes de tais normas na estrutura de relatório do PDI para fins de avaliação, a ser realizada por comissão designada pela SESu/MEC e Setec/MEC. Portanto, ao mesmo tempo que o normativo confere às instituições o caráter livre na redação e na formulação do PDI, estabelece critérios e exigências que limitam a criatividade das IFES.

Os eixos temáticos que devem constar no relatório final do PDI, de acordo com a Lei nº 10.861, são: Perfil Institucional, Gestão Institucional, Políticas de Extensão e Pesquisa, Organização Acadêmica, Infraestrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Cada um desses eixos identificará a IES quanto a filosofia de trabalho, função social, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e atividades acadêmicas desenvolvidas e a desenvolver, em cada qual será apresentada a situação atual e os referenciais que deverão balizar o desenvolvimento da instituição nos cinco anos seguintes.

Por outro lado, Segenreich (2005, p.149) destaca a importância do PDI como um instrumento de planejamento estratégico da organização ao afirmar que, “[...]à medida em que este plano é resultado de uma construção coletiva, impõe-se, naturalmente como fio condutor para qualquer avaliação, interna ou externa”. Ainda, segundo Sguissardi (1997), o PDI deve tornar-se referência básica para o estabelecimento de qualquer critério ou processo de avaliação. Nesse contexto, o estudo do PDI da UFMS se torna relevante.

3.2.1.8.1 Avaliação da implementação do planejamento estratégico através do PDI

Ao se falar em planejamento, é preciso lembrar-se do controle, pois ambos devem caminhar juntos, já que o propósito deste é verificar se o padrão daquele foi alcançado devidamente. Mintzberg (2006) menciona que “[...]não pode haver controle sem planejamento e os planos perdem sua influência sem controles de acompanhamento”. Desta forma, não basta a elaboração do PDI, sendo necessário sua avaliação e também seu realinhamento no caso de não cumprimento ou desatualização das suas metas.

O reconhecimento do PDI como parte integrante do processo de avaliação institucional decorre do próprio conceito de avaliação adotado no documento em análise. Partiu-se da definição de avaliação como um ato pelo qual se formula um juízo de valor sobre um objeto (indivíduo, ação, projeto, etc.), por meio de um confronto entre a realidade observada desse objeto e um modelo ideal que nos serve como referência (HADJI, 1994, 1997).

Nesse contexto, entende-se necessário definir os objetos que antecedem a avaliação, isto porque não se pode apreciar um elemento sem uma ideia clara da sua natureza. Esse modelo ideal, definido como “referente” por Hadji, pode ser traduzido, num processo de avaliação

institucional, em termos de finalidades, metas e planos a médio e curto prazo. Um plano de desenvolvimento institucional, nessa perspectiva, poderia espelhar a tradução, em médio prazo, das propostas de uma instituição de ensino superior no sentido de consolidar sua trajetória (HADJI, 1997).

O PDI se trata de um elemento norteador das ações para o julgamento das informações coletadas no processo de avaliação e será submetido à aprovação do Conselho Nacional de Educação. No entanto, em muitas IES, o PDI tem perdido o seu significado original e não reúne mais os compromissos da instituição, estando defasado, tornando-se um documento sem vitalidade para agregar e direcionar as ações da universidade. A prática que se desenvolveu na instituição pode ter criado novas exigências sociais, e a experiência vivida pelos atores da comunidade escolar pode estar construindo outra visão de universidade que o PDI não mais representa. (SOUZA, 2006).

3.2.1.8.2 Análise dos Resultados do Realinhamento

Com relação à análise ambiental esta deve contemplar diversos aspectos, desde os políticos, econômicos, até os que se referem à estrutura interna da instituição. A partir dessa avaliação é que será possível definir os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades (DE ARAÚJO, 1996). Os gestores da UFMS utilizaram para a elaboração do PDI as seguintes ferramentas de planejamento estratégico:

- Análise SWOT (ou PFOA) para viabilizar a análise ambiental e verificar o posicionamento estratégico da instituição, uma vez que a técnica permite mensurar as forças e as oportunidades, assim como as fraquezas e as ameaças que lhe são pertinentes;
- Ciclo PDCA, também denominado Ciclo de Shewhart ou Ciclo de Deming, a fim de proporcionar a gestão da melhoria contínua. A técnica se baseia no quadrilátero Planejar, Executar, Verificar e Atuar. Nesse sentido, as metas e os indicadores de desempenho, constantes na Matriz Estratégica Para o Desenvolvimento Institucional, correspondem às configurações do modelo PDCA.

Dentro desta perspectiva todo o esquema estratégico tem que guardar correlação e buscar atingir o proposto por estes alicerces. Segue a visão e missão da UFMS:

Figura 3 - Visão e Missão da UFMS



Fonte: PDI 2015- 2019

Partindo do pressuposto de que a visão deve ser uma tradução da expectativa da organização em relação a seu futuro, percebe-se que a UFMS, busca prestar serviços dinâmicos e de qualidade no âmbito educacional, social e tecnológico. Quanto à missão, que é representada pela razão de ser da organização, verifica-se que a UFMS prima pela formação e o aperfeiçoamento do capital humano, através do conhecimento.

A partir da missão e visão, passa-se ao desdobramento do esquema estratégico da organização. Todavia, antes é importante ressaltar que a Resolução COUN n.º 35, de 29 de julho de 2016, em seu art. 3º autoriza que se realize o realinhamento de objetivos, metas e indicadores previstos no PDI 2015/2019. Com base na legislação em vigor, verifica-se que o atual PDI da UFMS já sofreu dois realinhamentos.

Passamos a análise dos esquemas estratégicos do PDI 2015/2019 bem como do seu último realinhamento, conforme Figuras 4 e Figura 2 (disponível no Eixo 1).

Figura 4 - Esquema estratégico PDI 2015/2019



Fonte: PDI 2015/2019

Ao comparar os dois esquemas estratégicos, percebem-se as seguintes modificações: o campo “Finalidades e Objetivos Gerais” foi excluído; foi criado o campo “Eixos Estratégicos”; o campo “Diretrizes Institucionais” passou a ser chamado de “Áreas Estratégicas”; as seis Diretrizes Institucionais foram transformadas em cinco Áreas Estratégicas; os objetivos Institucionais passaram de onze para sete.

O campo “Finalidades e Objetivos Gerais” foi excluído, pois o seu conteúdo já se encontrava expresso no Estatuto da UFMS (Resolução COUN n.º 35, de 13 de maio de 2011), conforme se verifica no art. 4º, nos trechos grifados que seguem:

Art. 4º A UFMS terá como finalidades e objetivos gerais:

I – Gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;

II – Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada; [...]

V – Assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas; [...]

VIII – assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição.

Como relação aos Eixos Estratégicos, é importante salientar que a Lei n.º 10. 861/2004, em seu art. 3º, estabelece as dimensões institucionais obrigatórias. Como base nesta informação, o Quadro 11, faz uma comparação do roteiro estabelecido pelo MEC encontrado no endereço eletrônico: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>, onde são definidas as dimensões que serão analisadas pela SESu/MEC e SETEC/MEC na elaboração do PDI e o que está no PDI 2015/2019 da UFMS:

Quadro 11 – Comparação entre o Roteiro do MEC e o PDI 2015/2019

ROTEIRO DO MEC	PDI 2015/2019
Perfil Institucional	Perfil Institucional
Breve Histórico da IES; Missão; Objetivos e Metas; Área (s) de atuação acadêmica.	Missão Visão Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição Gestão Estratégica Esquema Estratégico Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional Áreas de atuação acadêmica
Projeto Pedagógico Institucional	Projeto Pedagógico Institucional
Inserção regional; Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição; Organização didático-pedagógica da instituição: Políticas de Ensino; Políticas de Extensão; Políticas de Pesquisa; Políticas de Gestão; Responsabilidade Social da IES	Inserção regional, nacional e internacional Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição Políticas de ensino de graduação Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação Políticas de extensão e assuntos Estudantis Políticas de gestão Responsabilidade social da instituição
Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos (presencial e a distância)	Organização Pedagógica

Oferta de cursos Graduação; Sequenciais; Programas Especiais de Formação Pedagógica; Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>); Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>); Polos de EAD Campi e cursos fora de sede.	Cronograma de implantação dos cursos de graduação no período de vigência do PDI Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas Inovações significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos Avanços tecnológicos
Perfil do Corpo Docente	Corpo Docente
Composição; Plano de Carreira; Critérios de seleção e contratação; Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro; Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil do quadro existente e pretendido para o período de vigência do PDI.	Requisitos para o Cargo Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica Critérios de seleção e contratação Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho Procedimentos para substituição eventual de professores do quadro Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI
	Corpo Técnico Administrativo
	Critérios de seleção e contratação Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI
Organização Administrativa da IES	Organização Administrativa
Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico. Órgãos Colegiados: competências e composição. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.	Estrutura organizacional com as instâncias de decisão Organograma institucional e acadêmico Órgãos colegiados: composição e competências Órgãos de apoio às atividades acadêmicas Relações e parcerias com comunidade, instituição e empresas
Políticas de atendimento aos discentes	Corpo Discente
Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas). Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico). Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil). Acompanhamento dos egressos.	Formas de acesso Estímulo à permanência por meio de Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro Organização estudantil Acompanhamento dos egressos
Infraestrutura	Infraestrutura física e instalações acadêmicas
Infraestrutura física Biblioteca: Laboratórios: Recursos tecnológicos e de áudio visual. Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.	Infraestrutura física geral na área acadêmica Infraestrutura acadêmica Inovações tecnológicas significativas Bibliotecas
	Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida
	Acessibilidade
Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	Avaliação Institucional
Procedimentos de auto avaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES).	A Avaliação Institucional na UFMS
	Objetivos da Avaliação Institucional
	A Avaliação Institucional e o Planejamento Estratégico

Aspectos financeiros e orçamentários	Demonstração de capacidade e sustentabilidade financeira
Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI	Planejamento Orçamentário e financeiro
	Demonstrativo da sustentabilidade financeira
	Planos de investimento

Fonte: Org. própria com base: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>, PDI/2015/2019.

Percebe-se que com o realinhamento, os eixos estratégicos passaram a contemplar todos os requisitos mínimos exigidos pela lei supracitada, estando desta forma, completamente alinhado com a legislação em vigor. Valendo ressaltar que corpo técnico-administrativo é uma dimensão a mais, bem como vários subtemas extrapolam o estabelecido na lei.

Quanto às Diretrizes Institucionais, estas foram transformadas em Áreas Estratégicas que representam as grandes áreas de atuação da UFMS, quais sejam:

- Ensino de Graduação e Pós-Graduação;
- Pesquisa Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional;
- Atenção ao Estudante;
- Infraestrutura; e
- Eficiência da Gestão.

Os Objetivos Institucionais foram realinhados conforme demonstrado no Quadro 12.

Quadro 12 - Comparação dos Objetivos Institucionais no PDI e seu realinhamento

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS 2015/2019	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS REALINHAMENTO
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Consolidar o Ensino de Graduação e Pós-Graduação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-Graduação	
Prover a Expansão Quantitativa da PD&I	
Fortalecer a Assistência Estudantil	Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em Âmbito Nacional e Internacional.
Fortalecer a Extensão Universitária	
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Fortalecer a Vivência e a Inclusão Universitária.
Aperfeiçoar Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Aperfeiçoar a Gestão Universitária
Aperfeiçoar Gestão Universitária: Procedimentos	
Aperfeiçoar Gestão Hospitalar	
Alinhar a Comunicação Social ao Planejamento Estratégico Institucional	Fortalecer a Imagem Institucional
Proporcionar à Instituição uma Força de Trabalho Capacitada e Motivada	Valorizar os Servidores
	Modernizar a Infraestrutura

Fonte: PDI 2015/2019.

Observa-se uma aglutinação dos objetivos institucionais, sem prejuízo do conteúdo anteriormente proposto, sendo apenas exposto de uma forma mais concisa. Confirmando o que leciona, Rizzatti e Rizzatti (2004), que o planejamento para cumprir suas funções básicas deve trazer objetivos claros e comuns, como o que feito pelo realinhamento. A exceção é o objetivo de modernizar a infraestrutura, que é um único que não guarda correlação com os anteriores.

Com relação às metas, o PDI 2015/2019 passou por duas avaliações institucionais, nos anos base de 2015 e 2016, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Comparação da avaliação dos anos bases 2015 e 2016 do PDI.

Diretrizes da Matriz Estratégica		2015	%	2016	%
Ensino Graduação e Pós-Graduação	AP	26	54,00%	26	55%
	PA	5	35,00%	4	8%
	NA	17	10%	17	36%
Total		48	Satisfatório	47	Satisfatório
Extensão e Apoio ao Estudante	AP	10	50%	7	46%
	PA	4	20%	4	26%
	NA	6	30%	4	26%
Total		20	Satisfatório	15	Insatisfatório
Relações Interinstitucionais	AP	6	75%	2	18%
	PA	0		3	27%
	NA	2	25%	6	54%
Total		8	Satisfatório	11	Insatisfatório
Fortalecimento Institucional	AP	38	66%	31	72%
	PA	7	12%	1	2%
	NA	13	22%	11	26%
Total		58	Satisfatório	43	Satisfatório
Subtotal de cada pontuação	AP	80	60%	66	57%
	PA	16	12%	12	10%
	NA	38	28%	38	33%
Total geral		134	Satisfatório	116	Satisfatório

Fonte: Adaptada do Relatório de Avaliação do PDI 2015 e 2016.

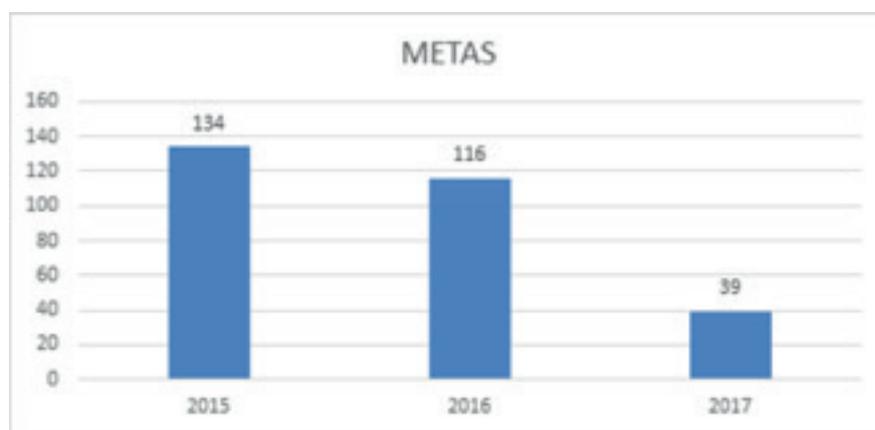
Nota: As Diretrizes da Matriz Estratégica foram agrupadas nesta Tabela, para conciliar os realinhamentos do PDI.

Legenda: AP – Alcançadas plenamente; PA – Parcialmente alcançadas; NA – Não alcançadas.

As metas são divididas em quatro áreas estratégicas, sendo pontuadas em AP, quando alcançadas plenamente (maior que oitenta por cento do quantitativo previsto da meta), PA, quando parcialmente alcançadas (igual ou maior que quarenta por cento a menor ou igual a oitenta por cento do quantitativo previsto da meta); ou NA, quando não alcançadas (menor que quarenta por cento do quantitativo previsto da meta).

Sob este prisma, percebe-se que o ano de 2015 teve um desempenho melhor que o ano de 2016, apesar de ambos terem, ao final, ficado com o desempenho satisfatório. Nota-se que as áreas, de Extensão e Apoio ao Estudante e Relações Interinstitucionais, no ano de 2016, ficaram com desempenho insatisfatório, ou seja, abaixo de 50%. O Gráfico 5 representa o quantitativo de metas propostas no PDI por ano de avaliação.

Gráfico 5 - Quantidade de metas propostas no PDI, por ano de avaliação. 2015-2017.



Fonte: Avaliação PDI e Realinhamento PDI 2015/2019

Analisando o Gráfico 5, é possível perceber que houve uma redução de 66,4% das metas para o exercício de 2017 em comparação com 2016, e de 70,9% em comparação com as metas previstas no PDI¹¹ de 2015.

3.2.1.8.3 Descrição Sintética dos Resultados do Período 2015-2016

Antes de demonstrar os resultados quantiquantitativos alcançados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015/2019, exercício 2015 e 2016, cumpre informar que, no âmbito do Relatório de Avaliação do PDI, fonte das informações aqui apresentadas, as cinco Áreas Estratégicas que compõem o plano, a saber, Ensino de Graduação e Pós-graduação; Pesquisa, Extensão, Inovação e Integração Nacional e Internacional; Atenção ao Estudante, Infraestrutura e Eficiência de Gestão, foram divididas em sete Objetivos Institucionais: Consolidar o Ensino de Graduação e Pós-graduação; Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em Âmbito Nacional e Internacional; Fortalecer a Vivência e a Inclusão Universitária; Aperfeiçoar a Gestão Universitária; Fortalecer a Imagem Institucional; Valorizar os Servidores e, por último, Modernizar a Infraestrutura. Estes Objetivos foram submetidos às seguintes avaliações:

Análise do Nível de Alcance das Metas Pactuadas: para conferir o nível de alcance das metas pactuadas em seus respectivos Eixos Estratégicos, são adotados os seguintes parâmetros: NA = Não Alcançada (menor que quarenta por cento do quantitativo previsto da

¹¹ Os Relatórios de Avaliação do PDI, de 2010 a 2016, estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico: <https://proplan.ufms.br/2016/08/01/relatorio-de-avaliacao-pdi-2015-2019/>

meta); PA = Parcialmente Alcançada (igual ou maior que quarenta por cento a menor ou igual a oitenta por cento do quantitativo previsto da meta); AP = Alcançada Plenamente (maior que oitenta por cento do quantitativo previsto da meta).

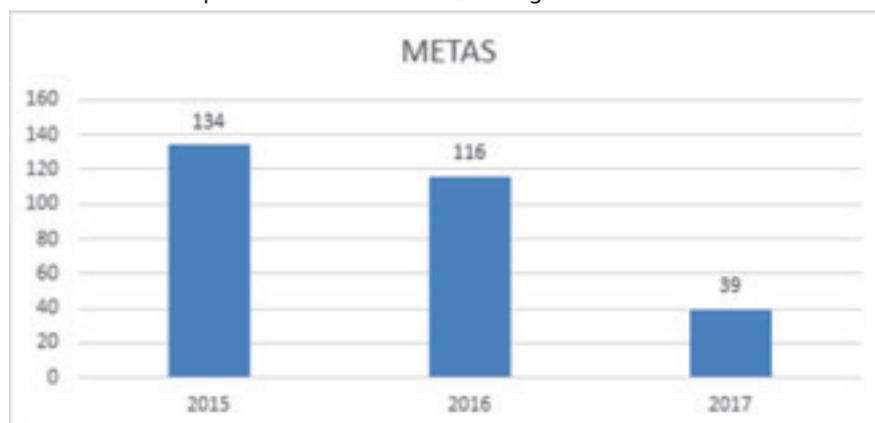
Análise Quantitativa da Matriz Estratégica: para demonstrar o desempenho da matriz, são utilizados gráficos que representam o quantitativo absoluto e relativo do conjunto de metas em seus respectivos parâmetros (NA, PA, AP). O desempenho geral da área estratégica, por sua vez, é mensurado conforme o contingente de metas realizadas, segundo os parâmetros estabelecidos, sobre o contingente total de metas previstas, considerando: desempenho ótimo como o total de metas PA ou AP maior que oitenta por cento; desempenho satisfatório como o total de metas PA ou AP maior que quarenta ou igual ou menor que oitenta por cento; e desempenho insatisfatório quando o contingente de metas não realizadas (NA) for igual ou maior que quarenta por cento.

Análise dos Indicadores de Desempenho: para essa avaliação são considerados os resultados dos indicadores de desempenho que foram possíveis auditar para o ano-base; frisa-se também que a análise é realizada, quando possível, com referência à variação do indicador entre o ano corrente (ano base) e o ano imediatamente anterior.

3.2.1.8.4 Matriz Estratégica Institucional 2015 e 2016: Desempenho Global

Considerando o quadro geral do planejamento estratégico da UFMS para o exercício de 2015, a matriz estratégica do PDI 2015-2019 estabelece 134 metas, das quais 80 foram realizadas plenamente, 16 metas obtiveram êxito de forma parcial e 38 metas não foram realizadas. Esses dados demonstram que a universidade conseguiu concretizar plenamente 60% da proposta estratégica para o ano, 12% representam o alcance parcial da proposta e 28% o que não foi realizado dela; nesse sentido, o desempenho geral da UFMS é considerado satisfatório (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Desempenho Geral da Matriz Estratégica - 2015

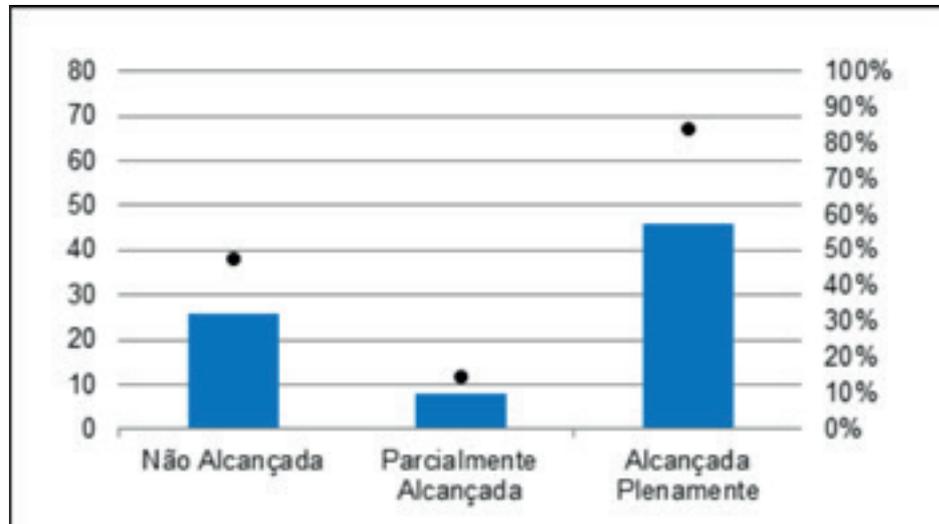


Fonte: Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2015.

Considerando o quadro geral do planejamento estratégico da UFMS para o exercício de 2016, a matriz estratégica do PDI 2015-2019 estabelece 116 metas, das quais 66 foram realizadas plenamente, 12 metas obtiveram êxito de forma parcial e 38 metas não foram realizadas. Esses dados demonstram que a universidade conseguiu concretizar plenamente 57% da proposta estratégica para o ano, 10% representam o alcance parcial da proposta e 33% o que não foi realizado dela; nesse sentido, o desempenho geral da UFMS é considerado satisfatório,

conforme indica o gráfico abaixo; contudo, no ano anterior o desempenho na realização das metas foi um pouco melhor, visto que 60% das metas foram plenamente alcançadas.

Gráfico 7 - Desempenho Geral da Matriz Estratégica - 2016



Fonte: Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2016

3.2.1.8.5 Análise dos Indicadores de Desempenho 2015-2016

Organizado para a medição regular do PDI 2015-2019, o conjunto de indicadores abordados no Relatório de Avaliação, ano base 2015 e 2016, visava a oportunizar, mediante os indicadores, o entendimento recíproco da conformidade entre o planejado e o realizado e do funcionamento da organização para alcançar resultados perenes; por fim, houve ainda uma grande expectativa para que os gestores e colaboradores conseguissem, com pragmatismo, arrojo e responsabilidade, apreender as informações que os indicadores comunicam a fim de elevar a qualidade da tomada de decisões e a capacidade de realizar, no que toca a cada um, a missão organizacional. Frisa-se que, no presente Relatório, serão abordados sumariamente o desempenho de indicadores-chave em cada Eixo Estratégico no período analisado.

Indicador 1: Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O indicador pode subsidiar análises sobre o desempenho dos cursos de graduação submetidos às avaliações conduzidas pelo Inep/MEC; essas avaliações por si mesmas produzem indicativos sobre a adequação da infraestrutura destinada às atividades de ensino e a sua organização didático-pedagógica, o desempenho acadêmico no Enade, a qualificação profissional e a didática do corpo docente em cada Unidade Acadêmica; isto posto, o estudo sistemático do desempenho conceitual dos cursos de graduação oferece elementos importantes para desencalear ações de melhorias no ensino de graduação oferecido pela UFMS. Em 2015, 54% dos cursos dos cursos de graduação na instituição eram de nível três (58 cursos), 36% eram de nível quatro (39 cursos), 3% possuíam o nível cinco (3 cursos), e 7% dos cursos não se qualificaram para o funcionamento (7 cursos). Em 2016, esses quantitativos foram, na mesma ordem: 57% (52 cursos), 33% (30 cursos), 1% (1 curso) e 9% (8 cursos). Considerando que quanto maior o contingente de cursos com conceito próximo ou igual a cinco melhor é o desempenho do indicador, o desempenho em 2016 foi insatisfatório em relação ao ano anterior.

Indicador 2: Preenchimento das Vagas Ofertadas na Graduação (Sisu)

O indicador subsidia análises sobre a atratividade dos cursos oferecidos na Instituição e a eficácia das correspondentes ações empreendidas para melhorar esse aspecto; junto a outros indicadores, pode melhorar a assertividade do processo decisório sobre a localidade e o contingente da oferta de vagas e, destacadamente, sobre a manutenção ou a suspensão desta oferta; constitui-se, ainda, um indicador significativo para a implementação de estudos sobre o histórico e os fatores da evasão ao longo do período da duração dos cursos, no âmbito de cada Unidade Acadêmica. Em 2015, a UFMS ofertou 5.485 vagas e conseguiu preencher 4.656 (85%); em 2016, foram ofertadas 5.230 e preenchidas 4.729 (90%); assim, o indicador apresentou nesse ano desempenho satisfatório, já que houve uma variação positiva de 6%.

Indicador 3: Relação Alunos Evadidos/Alunos Matriculados¹² na Graduação

O indicador demonstra a necessidade de um constructo analítico sobre os fatores que desencadeiam a evasão acadêmica durante o período regular para a integralização da carga horária do curso, subsidiando também avaliações sobre a resolutividade das ações de enfrentamento à evasão no âmbito de cada Unidade e o processo decisório sobre a localidade e o contingente da oferta de vagas e, destacadamente, sobre a manutenção ou a suspensão desta oferta. Em 2015, a relação entre Evadidos e Matriculados foi de 34 evadidos para uma centena de matriculados; já em 2016 a relação foi de 21 evadidos a cada cem matriculados, portanto, houve uma variação negativa de 38%; assim, o desempenho do indicador nesse ano foi satisfatório.

Indicador 4: Conceito dos Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*

O indicador pode subsidiar análises sobre o desempenho dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* submetidos às avaliações trienais conduzidas pela Capes/MEC. A avaliação por si mesma produz indicativos sobre a adequação da infraestrutura destinada às atividades de ensino e pesquisa, a organização didático-pedagógica e a produção intelectual do corpo docente e discente. Nesses termos, o estudo sistemático do desempenho conceitual dos cursos de pós-graduação oferece elementos importantes para o desencadeamento de ações que visem a um melhor posicionamento destes em avaliações futuras. Em 2015, 39% dos cursos dos cursos de pós-graduação na instituição eram de nível três (19 cursos), 53% eram de nível quatro (26 cursos), 6% possuíam o nível cinco (3 cursos), e 2% eram de nível dois (1 curso). Em 2016, esses quantitativos foram, na mesma ordem: 45% (23 cursos), 50% (28 cursos), 5% (3 cursos). Considerando que quanto maior o contingente de cursos com conceito próximo ou igual a sete melhor é o desempenho do indicador, o desempenho em 2016 foi melhor que o do ano anterior.

Indicador 5: Preenchimento das Vagas Ofertadas na Pós-graduação

O indicador subsidia análises sobre a atratividade, ou demanda, dos cursos de pós-graduação oferecidos na Instituição e a eficácia das correspondentes ações empreendidas para

¹² Considera a relação, em termos absolutos: para cada cem matriculados, n evadidos.

Nota: Considerados no cômputo de Evadidos, as evasões decorrentes de desistência, jubilação, transferências (interna e para outra IES), solicitação do aluno e outros motivos, sendo desconsiderados os diplomados.

melhorar esse aspecto; junto a outros indicadores, pode melhorar a assertividade do processo decisório sobre a localidade e o contingente da oferta de vagas e, destacadamente, sobre a manutenção ou a suspensão desta oferta; constitui-se, ainda, um indicador significativo para a implementação de estudos sobre o histórico e os fatores da evasão ao longo do período da duração dos cursos, no âmbito de cada Unidade Acadêmica.

Indicador 6: Projetos de Pesquisa

O indicador subsidia análises sobre a capacidade institucional para obter financiamento externo para o desenvolvimento de pesquisas, bem como a suficiência dos recursos internos destinados a este fim; o indicador também pode se incorporar a estudos sobre a efetividade das ações empreendidas para incentivar a participação docente e discente nas atividades de pesquisa científica no âmbito da pós-graduação e a subsequente interação com ambientes e métodos de aprendizagem diferenciados a fim de garantir o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Em 2015, houve o registro de 798 projetos de pesquisa com fomento externo e interno, e, em 2016, 888 (contudo, nesse ano houve um decréscimo de 12% na captação externa para o desenvolvimento da pesquisa institucional); assim, o desempenho do indicador nesse ano foi satisfatório, já que apresentou uma variação positiva de 11% em relação ao ano anterior.

Indicador 7: Ações de Extensão Desenvolvidas

O indicador pode subsidiar análises sobre a eficácia das ações de consolidação da extensão universitária como elemento de formação acadêmica, de aperfeiçoamento da interação universidade-comunidade e as ações de efetivação da extensão como política institucional. O indicador pode ainda ser incorporado aos estudos sobre o impacto da extensão universitária para a permanência, a evasão e a retenção acadêmica, bem como para a taxa de sucesso da graduação e da pós-graduação. Em 2015, o número de ações extensionistas correspondeu a 190, e em 2016, a 245; logo, houve uma variação positiva de 29%, tornando, assim, satisfatório o desempenho do indicador.

Indicador 8: Concessões de Assistência Estudantil¹³

O indicador pode subsidiar análises sobre a adequação da cobertura dos programas de assistência estudantil, a efetividade das ações empreendidas para viabilizar a democratização da universidade no que concerne, especificamente, a igualdade de oportunidades aos discentes que apresentam dificuldades financeiras para prosseguir com as atividades acadêmicas. O indicador pode ainda ser incorporado aos estudos sobre o impacto dos benefícios assistenciais para a permanência, a evasão, a retenção acadêmica e a taxa de sucesso da graduação. Em 2015 ocorreram 11.593 concessões de assistência estudantil, em 2016 houve 13.641; portanto, o indicador apresentou nesse ano uma variação positiva de 18%, obtendo assim um desempenho satisfatório.

13 As concessões referem-se aos benefícios: Auxílio emergencial, Apoio Pedagógico, Ações de Saúde, Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação e Restaurante Universitário (alunos cadastrados).

Indicador 9: Execução do Orçamento¹⁴ em Obras

O indicador pode ser incorporado aos estudos sobre a empregabilidade do orçamento disponível à programação das despesas de capital para execução de obras, subsidiando dessa forma investigações sobre a eficácia de fluxogramas e procedimentos relacionados à gestão da execução do orçamento em seus respectivos estágios. Considerando que quanto menor o vulto de recursos inscritos em Restos a Pagar (RP) melhor é o desempenho do indicador, e que, nesses termos, houve uma variação negativa de 28% em 2016, o desempenho do indicador foi, portanto, satisfatório (Em 2015 87% dos recursos foram inscritos em RP, em 2016 reduziu para 63%).

Indicador 10: Execução do Orçamento¹⁵ em Equipamentos e Materiais Permanentes

O indicador pode ser incorporado aos estudos sobre a empregabilidade do orçamento disponível à programação das despesas de capital para aquisição de equipamento e materiais permanentes, subsidiando dessa forma investigações sobre a eficácia de fluxogramas e procedimentos relacionados à gestão da execução do orçamento em seus respectivos estágios. Considerando que quanto menor o vulto de recursos inscritos em Restos a Pagar (RP) melhor é o desempenho do indicador, e que, nesses termos, houve uma variação negativa de 6% em 2016, o desempenho do indicador foi, portanto, satisfatório (Em 2015 90% dos recursos foram inscritos em RP, em 2016 reduziu para 85%).

Indicador 11: Capacitação dos Técnicos Administrativos

O indicador subsidia análises sobre o alcance dos cursos de capacitação proporcionados ao servidor, desencadeando investigações sobre o potencial de adaptação institucional aos novos paradigmas do ambiente de trabalho, o qual, atualmente, requisita a formação de quadros profissionais mais qualificados profissionalmente, e as respectivas políticas de capacitação continuada para viabilizar tal adaptação. Em 2015 as ações de capacitação apresentaram uma abrangência de 21%, enquanto em 2016, 13%; assim, o indicador nesse ano apresentou um desempenho insatisfatório, vez que obteve uma variação negativa de 38%.

Considerando todo o panorama da gestão universitária na UFMS, embasado nos indicadores de desempenho ora expostos, verifica-se que houve resultados satisfatórios, em termos de planejamento estratégico, tanto nos indicadores de desempenho quanto na programação das metas no âmbito do PDI 2015-2019. Os resultados positivos que foram observados refletem o comprometimento individual e coletivo na superação dos desafios e, sobretudo, a maturidade conceptiva em relação à estratégia, à missão e os valores desta Universidade. Efetivamente, conceber o planejamento como uma prática diária e uma ferramenta para constituir o plano de voo necessário ao cumprimento de objetivos e metas marcará a diferença dos gestores e colaboradores que inovam, mobilizam e inspiram pode não ser ainda o quadro da realidade vigente, mas, certamente, é o patamar a que todos almejam.

14 A execução do orçamento abordada no Relatório de Avaliação do PDI, ano base 2015 e 2016, refere-se ao processamento dos seguintes estágios da despesa: pagamento e os resíduos passivos (Restos a Pagar). Cumpre ainda destacar que foram considerados como Valores Pagos os recursos que foram liquidados no exercício e o pagamento efetivado no exercício seguinte; esses recursos representam 9% do montante de Valores Pagos em 2015 e 2% em 2016.

15 A execução do orçamento abordada no Relatório de Avaliação do PDI, ano base 2015 e 2016, refere-se ao processamento dos seguintes estágios da despesa: pagamento e os resíduos passivos (Restos a Pagar). Cumpre ainda destacar que foram considerados como Valores Pagos os recursos que foram liquidados no exercício e o pagamento efetivado no exercício seguinte; esses recursos representam 45% do montante de Valores Pagos em 2015.

3.2.1.9 Articulação entre o PDI e a Autoavaliação

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada a permanente busca da melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O documento orientador de avaliação institucional na modalidade de educação presencial elenca os indicadores que serão analisados para o processo de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica.

No que diz respeito ao caráter matricial do novo instrumento, verifica-se que para o ato de credenciamento são considerados 45 indicadores, sendo que a dimensão Infraestrutura terá um peso maior em relação as demais na composição do Conceito Institucional (CI). Por sua vez, os atos de reconhecimento e credenciamento para mudança de organização acadêmica são subsidiados por 51 indicadores, com o maior peso para as políticas acadêmicas.

3.2.1.9.1 Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Na UFMS foi realizado um realinhamento do plano 2015-2019, publicado pela Resolução nº 71, COUN, de 12 de setembro de 2017. As principais alterações foram: exclusão dos campos finalidades e objetivos gerais, criação do campo eixos estratégicos para atender a legislação, redução e alteração da nomenclatura de diretrizes estratégicas para áreas estratégicas, redução de onze para sete objetivos institucionais e redução das metas para 39.

Os elementos mínimos para a elaboração do PDI estão dispostos no Decreto n.º 9.235/2017, que serão norteadores para credenciamento e avaliação institucional. A Lei n. 10.861/2004 institui os eixos temáticos que podem ser sintetizados como: perfil institucional; gestão institucional; políticas de extensão e pesquisa; organização acadêmica; infraestrutura; aspectos financeiros e orçamentários e avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. Cada um desses eixos identificará a IES quanto à filosofia de trabalho, função social, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e atividades acadêmicas desenvolvidas e a desenvolver, em cada qual será apresentada a situação atual e os referenciais que deverão balizar o desenvolvimento da instituição nos cinco anos seguintes.

Percebe-se que com o realinhamento do PDI, os eixos estratégicos passaram a contemplar todos os requisitos mínimos exigidos e passaram a estar completamente alinhado com a legislação em vigor. Valendo ainda ressaltar que o eixo corpo técnico-administrativo e atendimento às pessoas com necessidades educacionais ou com mobilidade reduzida não estão contempladas como elementos mínimos do decreto.

Os Quadros 13 a 17 mostram um resumo das sugestões para a complementação das metas do PDI, para que dessa forma sejam atendidos os requisitos estabelecidos pelo documento orientador do INEP.

Quadro 13- Área estratégica 1, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.

ÁREA ESTRATÉGICA: 1 - ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	
Objetivo	Metas
1.1 - Consolidar o Ensino Graduação e Pós-Graduação	1.1.1- Ampliar o contingente de alunos matriculados na graduação.
	1.1.2- Aumentar a taxa de sucesso da graduação
	1.1.3- Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação.
	1.1.4- Ampliar o contingente de alunos matriculados da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.
	1.1.5- Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação lato-sensu.
	1.1.6- Aumentar a taxa de sucesso da pós-graduação.
	1.1.7- Elevar a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização CPA

Dentro desse objetivo institucional é possível fazer a correlação com o eixo 3 da Nota técnica do CONAES e do documento orientador do SINAES.

Quadro 14 - Área estratégica 2, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.

ÁREA ESTRATÉGICA: 2 - PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	
Objetivo	Metas
2.1-Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em âmbito Nacional e Internacional	2.1.1 - Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com QualisA1, A2, B1 e B2
	2.1.2 - Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.
	2.1.3 - Elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo.
	2.1.4 – Aumentar os acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional.
	2.1.5 – Ampliar os registros de patentes e de software.
	2.1.6 – Elevar o número de empresas júnior e de incubadas.
	2.1.7 – Elevar a quantidade de pessoas atendidas com serviços, cursos e programas de atendimento à população externa.
	2.1.8 – Aumentar as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação com a educação básica.
	Fragilidades: Não constam os indicadores que especificam: ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural; ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social; No realinhamento em 2017 esses indicadores foram contemplados nas metas da PROAES e da PROECE (vide metas 2.12 e 2.13: os projetos/ações de extensão abrangem várias temáticas; julgou-se mais adequado uma só meta contemplando todas as temáticas, e não uma meta para cada uma delas. No caso da meta 3.1.7, segue o mesmo princípio de unificar as temáticas.

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e análise CPA

Essas metas estão incluídas no eixo 3.

Alguns indicadores do eixo estratégico 2 do documento norteador do INEP podem ser incluídos nessa área estratégica, como as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural; ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Quadro 15 - Área estratégica 3, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.

ÁREA ESTRATÉGICA: 3 - ATENÇÃO AO ESTUDANTE	
Objetivo	Metas
3.1 - Fortalecer a Vivência e Inclusão Universitária Estudantil	3.1.1 – Ampliar o número de auxílios da assistência estudantil aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica.
	3.1.2 – Ampliar o acompanhamento dos acadêmicos beneficiados com auxílios estudantis.
	3.1.3 – Ampliar ações para à saúde física e mental, além do atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiperhabilidades.
	3.1.4 - Ampliar ações afirmativas para a comunidade universitária.
	3.1.5 –Ampliar o atendimento de acadêmicos beneficiados com estágio para viabilizar experiências profissionais.
	3.1.6 – Ampliar o acompanhamento de egressos.
	3.1.7 – Ampliar os programas e projetos relacionados as atividades culturais e esportivas voltadas aos acadêmicos
Fragilidades: Não constam os indicadores que especificam: ações de responsabilidade social; inclusão social; ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. As metas 3.1.4; 3.1.1; 3.1.2 e 3.1.3 estão discriminadas com o objetivo de também abranger tais aspectos em questão.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e análise CPA

As metas acima estão incluídas no Eixo 3 - SINAES. Dentro dessa área estratégica é possível incluir o indicador que abrangem ações de responsabilidade social: inclusão social e ações afirmativas de promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

Quadro 16- Área estratégica 4, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.

ÁREA ESTRATEGICA: 4 - INFRAESTUTURA	
Objetivo	Metas
4.1 -Modernizar a Infraestrutura	4.1.1 – Ampliar as revitalizações nas Unidades de Administração Central e Setorial.
	4.1.2 –Aumentar a eficiência dos serviços em manutenção nas Unidades de Administração Central e Setorial.
	4.1.3 – Aumentar as adaptações para acessibilidade.
	4.1.4 – Ampliar o número de revitalizações em infraestrutura de tecnologia da informação.
	4.1.5 – Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.
	4.1.6 - Ampliar o alcance da rede Eduroam.
	4.1.7 – Ampliar a capacidade de tráfego de dados na rede de internet da UFMS.
Fragilidades: Não constam os indicadores que especificam: acervo bibliográfico; infraestrutura para CPA - Foi retirada a meta quando do realinhamento; Nesse caso no PDI não são tratadas as unidades específicas, mas de uma forma geral. Sistema acadêmico - está disponibilizado no PDTI, onde constam metas sobre sistemas de modo geral, e não foi tratado no PDI, para evitar a duplicidade de metas já contidas no PDTI.	

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e análise CPA

As metas dessa área estratégica estão relacionadas com o eixo 5/SINAES. No PDI há uma listagem de todos os laboratórios da universidade, metragem, disposição dos equipamentos eletrônicos e capacidade de alunos. Há também um demonstrativo do acervo e meta de crescimento de exemplares, que apesar de não estarem em forma de indicador estão descritos no PDI, uma sugestão é incluí-los claramente como indicador nesse eixo. Outra possibilidade é incluir um indicador referenciando a estrutura física para a CPA e outro para o sistema de registro acadêmico.

Quadro- 17 - Área estratégica 5, objetivos e metas institucionais do PDI 2015-2019 realinhado.

ÁREA ESTRATEGICA: 5 - EFICIÊNCIA DA GESTÃO	
Objetivo	Metas
5.1 - Aperfeiçoar a Gestão Universitária	5.1.1 – Ampliar o volume de receita própria
	5.1.2 - Alcançar a execução orçamentária efetivamente dos limites liberados para a UFMS.
	5.1.3 - Alcançar a execução financeira das ações orçamentárias
	5.1.4 - Reduzir o valor global dos contratos contínuos para funcionamento institucional
	5.1.5 – Aumentar a eficiência da gestão de materiais
	Fragilidades: Não constam os indicadores que abrangem: evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação Institucional; projeto/processo de autoavaliação institucional; autoavaliação institucional relacionada à participação da comunidade universitária; avaliações externas com relação a análise e divulgação dos resultados; elaboração do relatório de autoavaliação;
5.2 -Fortalecer a Imagem Institucional	5.2.1 – Ampliar o número projetos e programas de divulgação social e científica.
	5.2.2– Melhorar o índice de satisfação institucional da comunidade universitária e da sociedade.
	Não constam os indicadores que especificam: comunicação das IES com a comunidade interna e externa. A meta 5.2.2 contempla, em boa parte, esse aspecto;
5.3 - Valorizar os Servidores	5.3.1 – Realizar o dimensionamento de competências e da força de trabalho nas Unidades de Administração Central e Setorial.
	5.3.2– Ampliar o contingente de servidores capacitados e/ou qualificados. (entende-se que o termo servidor abrange as duas categorias; sem distinção, todos são servidores)
	5.3.3 – Ampliar o contingente de servidores docentes e técnicos administrativos beneficiados com projetos de integração e qualidade de vida.
	Fragilidades: Não constam os indicadores que especificam o plano de carreira. Portanto, em função da existência do plano de carreiras e cargos do magistério federal, a PROGEP elegeu como metas principais para fins de gestão de pessoal as que estão acima descritas.

Fonte: PROPLAN/UFMS

Nota: Organização e análise CPA

As metas dessa área estratégica estão relacionadas com o eixo 4 - SINAES. Dentro dessa área estratégica uma possibilidade seria incluir indicadores do eixo estratégico 1: planejamento e avaliação institucional, como por exemplo, o processo de avaliação institucional e a elaboração do relatório de autoavaliação. Como observação para melhor atender o eixo estratégico 3, tem-se a inclusão de indicadores relacionados à comunicação das IES com a comunidade interna e externa, ponto que poderia ser incluído nessa área estratégica atrelado ao objetivo fortalecer a imagem institucional.

O indicador 5.3.2 poderia ser dividido em professores capacitados e corpo técnico-administrativo capacitado para atender os requisitos do eixo 4. Outra sugestão é criar um indicador relacionando ao plano de carreira com a gestão do corpo docente e corpo técnico administrativo. Também é possível incluir um indicador na área estratégica 5, no objetivo aperfeiçoar a gestão universitária ou criar uma área estratégica específica para essa finalidade.

3.2.2 DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Neste item são apresentadas informações sobre a responsabilidade social no triênio. Tais informações manifestam-se em forma de ações da Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais – AGINOVA da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES e da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte – PROECE e da SEDFOR. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 coloca a responsabilidade social como um compromisso da Instituição, focando na adequação ao novo cenário de maior interação com a sociedade.

3.2.2.1 A Agência de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais – Aginova

A Aginova foi criada em 2017 com a finalidade de articular, promover, orientar, coordenar e avaliar ações que tenham como escopo políticas de cooperação internacional, a integração de atividades entre a Universidade, Empresas, Governo e Sociedade. Assim, seu enfoque corrobora para a promoção da inovação e do empreendedorismo e do fortalecimento das relações da Universidade por intermédio de seus projetos institucionais voltados para o desenvolvimento da UFMS.

3.2.2.1.1 Estrutura Organizacional

A Aginova divide-se em duas coordenadorias com duas divisões cada uma: a Coordenadoria de Empreendedorismo e Inovação (CEI), composta pela Divisão de Incubadora e Empreendedorismo (DINE) e pela Divisão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (DIPIT); e a Coordenadoria de Gestão de Convênios (CGC), da qual fazem parte a Divisão de Celebração de Acordos, Convênios e Congêneres (DICEC) e a Divisão de Acompanhamento de Convênios (DIACC). Além disso, compõe a sua estrutura organizacional a Divisão de Relações Internacionais (DIRIN).

Além desses setores, estão vinculados à Aginova, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e a Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME).

A integração entre as unidades caracteriza fator determinante para a concretização das ações até aqui realizadas, contribuindo para o melhor fluxo dos processos organizacionais. Decorrente dessa integração entre as unidades destacam-se as ações quantificadas no item a seguir.

3.2.2.1.2 Ações Desenvolvidas

A seguir são descritas as ações intermediárias das unidades da Agência, que direta ou indiretamente contribuíram para os resultados descritos no item 3.2.2.1.6.

3.2.2.1.3 Relações Internacionais

As ações na área de Relações Internacionais são desenvolvidas pela Divisão de Relações Internacionais (DIRIN/AGINOVA) que é a unidade responsável pela elaboração, coordenação e execução das políticas de cooperação internacional na UFMS. Nos anos de 2015 e 2016 a área estava vinculada diretamente a Reitoria como Coordenadoria de Relações Internacionais. Na Tabela 8 estão descritas as ações da DIRIN.

Tabela 8 – Ações na área de Relações Internacionais

Item	Descritivo	Quantidade
Ações Institucionais que visam à promoção da internacionalização	<p style="text-align: center;">2015</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação no Programa Ciência sem Fronteiras; 2. Participação no Projeto EBW+ do Erasmus Mundus; 3. Participação no Projeto IBrasil, ambos do Erasmus Mundus; 4. Programa Luso-Brasileiras Santander Universidades – Edição 2015; 5. Projeto de Extensão: implementação de páginas multilíngues da UFMS 2015. 	5
Ações Institucionais que visam à promoção da internacionalização	<p style="text-align: center;">2016</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Ciência sem Fronteiras (prorrogação em 2016 de algumas mobilidades, mas a ação foi suspensa pelo Governo Federal); 2. Participação no Projeto EBW+ do Erasmus Mundus; 3. Projeto de Extensão: implementação de páginas multilíngues da UFMS 2016; 4. Programa Luso-Brasileiras Santander Universidades – Edição 2016; 5. UFMS é contemplada na CHAMADA PÚBLICA CGRIFES No 01/2016 - ADESÃO AO PROGRAMA DE LEITORES FRANCESES DA EMBAIXADA DA FRANÇA e setembro de 2016 recebemos o Leitor Francês. 	5
	<p style="text-align: center;">2017</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prorrogação do Leitor Francês, atuando em conjunto com o Idiomas sem Fronteiras na disseminação do idioma francês; 2. Suporte/apoio ao Programa Idiomas sem Fronteiras – recredenciamento, ações, fomento; 3. Recepção de instituições internacionais: Embaixada da Suíça; Kochi University no Japão; Universidade de Manitoba –Canadá; Washington University; 4. Participação na Reunião Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES – CGRIFES- 1º Reunião; 5. Participação no 1º Fórum e 1ª Feira de Internacionalização da UNB; 6. Palestra “Estude nos Estados Unidos” realizada pela American Corner no dia 17/10/17; 7. Palestra “Estude na Espanha” realizada pela Embaixada da Espanha 25/10/2017; 8. Participação na X Assembleia Geral e IX Seminário Internacional do Grupo Coimbra Universidades – GCUB, rede de apoio à internacionalização das universidades federais; 9. Participação na Final Meeting e II Staff Training EBW+, projeto Euro-Brazilian Windows + (com o apoio financeiro atribuído pela Comissão Europeia através do Programa Erasmus Mundus), realizado de 19 a 24/11/2017 em Brasília-DF. 10. Participação na reunião CGRIFES em 28/11/2017- 2ª Reunião. 11. Participação no Integra UFMS (06/11), convidando parceiros, como representações estrangeiras em Campo Grande-MS.: palestras Aliança Francesa; Programa Idiomas sem Fronteiras; Leitor Francês. 	11

Ações Operacionais que visam à promoção da internacionalização	2017						10
	1. Constantes divulgações de oportunidades à discentes, docentes, para realização de intercâmbio internacional;						
	2. Acompanhamento de oportunidades oferecidas por outras Instituições.						
	3. Orientação à discentes sobre oportunidades de intercâmbio; apresentação das formas de se realizar um intercâmbio e apresentação da DIRIN.						
	4. Orientações à alunos estrangeiros.						
	5. Continuidade de troca de experiências com outras IFEs em relação à internacionalização.						
	6. Mapeamento de processos – interagindo com setores que devem validar as informações para serem divulgados nas páginas da DIRIN/AGINOVA.						
	7. Apoio à SECOM na elaboração de Material de Divulgação Institucional, traduções dos materiais.						
	8. Coleta de dados de internacionalização na utilização ('sistema manual' Excel), solicitação de sistema específico já formalizado para AGETIC.						
	9. Orientação e encaminhamento à CGC/AGINOVA de docentes interessados em celebrar acordos internacionais.						
10. Criação do folder para divulgação da DIRIN (outubro/2017)							
Instrumentos Jurídicos de Celebrados - Internacional (2015 a 2017)	Celebrados						25
	Tipo	2015	2016	2017	TOTAL		
	Convênios	7	0	2	9		
	Protocolo de intenções	7	4	5	16		
Instrumentos Jurídicos Vigentes - Internacional (2015 a 2017)	Vigentes						35
	Tipo	Até 2015	Até 2016	Até 2017	Após 2017	TOTAL	
	Convênios	2	3	2	5	12	
	Protocolo de Intenções	2	5	3	13	23	

Fonte: Dirin/Aginova

As ações promovidas no âmbito da internacionalização, no período de 2015 a 2017, estão bem articuladas com o PDI, sendo direcionadas para atender o indicador 2.1.4. da área estratégica 2.

3.2.2.1.4 Empreendedorismo e Inovação

As ações da área de empreendedorismo e inovação estão a cargo da Coordenadoria de Empreendedorismo e Inovação (CEI/AGINOVA), unidade responsável pela integração de atividades entre a Universidade, Empresas, Governo e Sociedade para a promoção da inovação e do empreendedorismo, e pela coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologias, produtos, serviços e processos da UFMS. Com o objetivo de atender as demandas da sociedade, foram desenvolvidas diversas iniciativas que estão discriminadas a seguir, como: Programa UFMS Júnior, a Incubação de Empresas, a Colaboração Esporádica e o Núcleo de Inovação Tecnológica.

O Programa UFMS Júnior, instituído pela Resolução COUN nº 62, de 25 de julho de 2017, visa ao fomento da cultura do empreendedorismo no meio acadêmico através do apoio, direcionamento e acompanhamento das atividades das empresas juniores no âmbito da UFMS, facilitando a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, através da interação com empre-

sas, associações e entidades afins.

A Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME) tem como característica principal fornecer a novas empresas o suporte inicial para o seu desenvolvimento, ou seja, disponibilizar espaço para produção de seus produtos, atendimento a clientes além de fornecer cursos de capacitação para uma gestão saudável das empresas incubadas.

A colaboração esporádica (Resolução CD 133 de 03/12/15), tem como objetivo de estimular e ampliar a inserção de um maior número de pesquisadores no setor produtivo, bem como, a difusão da cultura de absorção do conhecimento técnico e científico para a promoção da inovação tecnológica nas empresas, a Lei de Regime de Carreiras e Cargos do Magistério Federal nº 12.772/2012 prevê participação e colaboração esporádica de pesquisadores com instituições públicas e privadas.

É importante ressaltar que embora a UFMS deva autorizar a participação do pesquisador neste tipo de relacionamento, trata-se de um relacionamento diretamente do pesquisador com a empresa, não sendo necessária a elaboração de contrato ou convenio entre UFMS e empresa. Sendo assim, nas atividades de participação e colaboração esporádica em geral o pesquisador não poderá utilizar da estrutura física e nem dos recursos da UFMS, inclusive as atividades deverão ocorrer fora de seu horário de trabalho.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é responsável pela gestão da política institucional de inovação da UFMS, além do gerenciamento, proteção e transferência das tecnologias desenvolvidas no âmbito da instituição. Realiza o atendimento aos professores, pesquisadores, alunos e técnicos da UFMS, e instituições e empresas parceiras em atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica.

O NIT conta com equipe técnica especializada para realizar pedidos de patentes, registro de programa de computador, marcas e outros tipos de proteção por propriedade intelectual, sendo este o primeiro passo para que os resultados das pesquisas cheguem à sociedade através de novos produtos e novos processos, contribuindo para a inovação em nível regional e nacional.

As ações da área de Empreendedorismo e Inovação constam na Tabela 9.

Tabela 9 - Ações na área de Empreendedorismo e Inovação

Item	Descritivo	Quantidade
Promoção/organização de eventos	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do 1º Café Empreendedor: um espaço de diálogo contínuo onde o conhecimento da universidade esteve à disposição dos jovens que quiseram abraçar ideias empreendedoras; - Realização do Primeiro Startup Weekend da UFMS, que contou a participação de aproximadamente 130 pessoas; - Apoio para a participação das Empresas Júniores da UFMS na Semana de Estágio, Emprego e Carreira; - Apoio a participação das Empresas Júniores da UFMS na 2ª edição da Feira do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Foram mais de 70 serviços oferecidos gratuitamente à população e centenas de vagas de emprego; - Nos dias 06, 07 e 08 de outubro realizou-se na UFMS com o apoio da Divisão de Incubadora e Empreendedorismo o Encontro Sul-Mato-grossense de Empresas Júniores (MSJúnior) 2017, contando com a presença de mais de 120 jovens do estado, visando um evento de alto impacto que propõe-se a disseminar o empreendedorismo e gerar ideias de como transformar o nosso País; - Participação na realização da Semana do Jovem Empreendedor na UFMS em parceria com instituições de fora da Universidade, como a Secretaria Estadual de Juventude e a Associação de Jovens Empreendedores de Mato Grosso do Sul; - Realização do CapiTalk em outubro de 2017 que consiste num TalkShow de empreendedorismo e inovação; -Exposição das empresas incubadas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2017. 	08
Elaboração de normas para Programas	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da minuta da Resolução COUN Nº 62, de 25 de julho de 2017, que normatiza a criação e a organização das empresas júniores e institui o Programa UFMS Junior. 	01
Capacitação de servidores	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação Cerne 1 e 2, aproximadamente R\$9.000,00 (nove mil reais) foram investidos nessa capacitação e 96 horas de treinamento para 4 servidores; - Capacitação Cerne 1 e 2 para 3 bolsitas; - Participação da Chefia da CEI na 18ª edição do Programa de Treinamento em Parques Científicos e Tecnológicos organizado pela Fundação Innopolis e Ministério de Ciências e Tecnologia e Planejamento de Futuro da Coréia do Sul; - Participação na 69ª reunião da SBPC na cidade de Belo Horizonte/MG de um servidor; - Participação da Chefia da CEI no painel "O funcionamento das Redes de Incubadoras e Parques Tecnológicos enquanto políticas e programas de Estado" no 2º Encontro Catarinense de Incubadoras na cidade de São Bento do Sul/SC; - SUMMIT - Participação da chefia da DIPIT no curso de aperfeiçoamento "KIM Talent: Formación transferencia de tecnologia" na cidade de Barcelona-Espanha; - Participação da Chefia da CEI no Workshop UniCEUB de experiências CERNE no Brasil em Brasília-DF; - Participação de 3 servidores na Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Inovação na cidade do Rio de Janeiro-RJ. 	08

Realização/Recebimento de Visitas Técnicas	- Realização de visita Ambientes de Inovação, Incubadoras de Empresas e Parques Científicos e Tecnológicos em Florianópolis no mês de janeiro/17 pela Chefia da CEI;	04
	- Recebimento de visita técnica de acadêmicos do CPAQ;	
	- Recebimento de visita técnica da Incubadora Tecnológica da UFGD e da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da UFGD;	
	- Realização de visita ao Living Lab/MS em outubro/17 pela equipe da DINE;	
	- Realização de visita a Ambientes de Inovação, Incubadoras de Empresas e Parques Científicos e Tecnológicos em Porto Alegre/RS no mês de agosto/17 pela Chefia da CEI;	
Processos Seletivos	- Realização de processo seletivo para incubação de empresas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas, resultando na seleção de seis empreendimentos que atualmente encontram-se na fase de Pré-incubação;	01
Palestras	- Realização de palestra no Campus de Corumbá a respeito do Programa UFMS Júnior, resultando na criação de uma EJ em Corumbá;	01
Intermediação de parcerias e ações entre empresas juniores e empresas incubadas e outros setores da UFMS	- Apoio para a equipe da Federação de Empresas Juniores do Estado de Mato Grosso do Sul – FEJEMS, para a realização de reunião entre os dias 1º a 04 de setembro com a Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Júnior, para debater os resultados já alcançados e planejar ações mais efetivas para essa reta final de 2017;	03
	- Promoção de parceria entre o Laboratório de Eficiência Energética e Empresa Incubada, para que esta pudesse utilizar equipamentos do laboratório, além da possibilidade de se contratar estagiários para o desenvolvimento das ações da empresa;	
	- Intermediação para consultoria entre Professor da ESAN, Empresa Junior e Empresa Incubada;	
Análise de solicitações de Atividade Esporádica	-6 pedidos indeferidos e 18 deferidos, gerando aos professores envolvidos a receita no valor total de R\$ 109.744,85 (cento e nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos);	24

Fonte: Cei-Dine-Dipit/Aginova

Outros pontos relevantes a se destacar na área de Empreendedorismo e Inovação é que a Pantanal Incubadora Mista de Empresas da UFMS foi a única incubadora do Estado de Mato Grosso do Sul e uma das quatro representantes do Centro-Oeste, selecionada para participar da 3ª Rodada do Programa de Promoção da Economia Criativa Cooperação Samsung, Anprotec & CCEI.

Além disso, visando a disseminação das ações de empreendedorismo e inovação foi criada a Rede de Professores Empreendedores da UFMS, que congrega professores das mais diferentes áreas do conhecimento, além de diretores de faculdades e institutos, que de alguma maneira trabalhem com a temática de empreendedorismo em seus cursos.

Outro ponto a se destacar é a organização do Segundo Startup Weekend que está em curso e será realizado no mês de novembro de 2017.

3.2.2.1.5 Gestão de Convênios

A Coordenadoria de Gestão de Convênios (CGC/AGINOVA) tem como responsabilidade a coordenação, celebração e acompanhamento dos instrumentos jurídicos baseados em proje-

tos institucionais da UFMS.

A CGC/Aginova deve estabelecer normativos e procedimentos quanto à celebração e acompanhamento dos Acordos de Cooperação, Convênios, Termos de Parceria, Protocolo de Intenções e congêneres. Assim como também coordenar a celebração e acompanhar a respectiva execução dos instrumentos jurídicos celebrados.

Cabe também à CGC/Aginova analisar as propostas para o estabelecimento de convênios e congêneres, definindo mecanismos de controle e acompanhamento. Além de desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

Nesse sentido, até a presente data (2015 a 2017), está vigente a quantidade abaixo discriminada de instrumentos jurídicos celebrados:

- Acordos de Cooperação: 407
- Convênios: 11
- Protocolo de Intenções: 25
- Termos de Adesão: 1

Foi efetuado acompanhamento efetivo dos Convênios e Congêneres que envolvem repasse de recursos com maior proximidade com os respectivos gestores, para que os recursos captados sejam executados em observância ao estabelecido e com o objetivo de execução total, sendo que no ano de 2016, do total de recurso captado/descentralizado foi executado 97,05%, e que para 2017 seja na mesma proporção. Como comparação, podemos informar os anos de 2010 e 2011, que dos recursos captados/descentralizados, foram executados, respectivamente 65,86% e 53,44%.

Com a criação da Aginova observa-se expressivo fomento e tratativas quanto ao aprimoramento na busca de parcerias quer sejam com envolvimento de recursos repassados diretamente à UFMS, sobretudo no resgate em realização de parcerias com repasses realizados pela UFMS à Fundação de Apoio.

É perceptível que a CGC/Aginova, desde a sua concepção, aumentou suas atividades, sobretudo com a devida independência e autonomia. Nesse sentido, foram prospectadas ações para 2018, como:

- Maior celeridade na tramitação para celebração de instrumentos jurídicos;
- Aperfeiçoamento da publicidade e transparência das ações e suas respectivas Divisões;
- Proposição junto a DICQ/CDR/Progep de um "mini-curso" para a elaboração adequada do Plano de Trabalho, visando maior celeridade dos processos.

Descritas as ações, analisaremos se os objetivos propostos foram ou não alcançados.

3.2.2.1.6 Resultados Alcançados

Nos últimos 9 meses de existência, a Agência alcançou resultados que direta e indiretamente abrangem os objetivos propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional, tais como:

- Consolidar o Ensino de Graduação e Pós-Graduação: através da contribuição no aumento da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu;
- Fortalecer a Pesquisa, Extensão, Empreendedorismo e Inovação em âmbito Nacional e Internacional: por meio do aumento no número de acordos de cooperação, convênios, parcerias, cooperações, transferência ou licenciamento de tecnologia no âmbito nacional e internacional, pela ampliação dos números de registros de patentes e de software e também através da elevação do número de empresas júnior e de incubadas.

Na Tabela 10 é possível identificar alguns números relacionados aos resultados da Aginova desde sua criação até a data atual.

Tabela 10 – Quantificação dos resultados

Área	Descrição	Quantidade
Relações Internacionais	Instrumentos de cooperação internacional vigentes	19
	Mobilidade Graduação	04
	Mobilidade Pós-Graduação	03
Empreendedorismo e Inovação	Empresa Júnior	01
	Empresas Incubadas	06
	Colaboração Esporádica	24
	Pedido de Depósito de Patente	18
	Pedido de Registro de Marca	03
	Pedido de Registro de Programa de Computador	14
Gestão de Convênios		
	Acordos de Cooperação	67
	Convênios	2
	Protocolo de Intenções	18

Fonte: Aginova 2017

Os 19 instrumentos de cooperação internacional vigentes, citados na Tabela 10, já foram mencionados no Quadro 5, na Dimensão anterior.

Além disso, na área de Relações Internacionais, destacamos que as 4 mobilidades de graduação são do Programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Edição 2016, sendo selecionados alunos dos cursos de Sistema de Informação e Administração do Campus do Pantanal, de Psicologia do Campus de Paranaíba e de Física em Campo Grande.

Ainda na área de Relações Internacionais, das mobilidades de Pós-Graduação duas são de alunos de Mestrado, selecionados pelos programas: Futuro Líder das Américas e passará um período na Universitédu Quebec em Outaouais - UQO no Canadá, e Futuro Líder das Américas na York University no Canadá. A terceira mobilidade é de docente da UFMS selecionado pelo Programa de Pós-Graduação de Ecologia e Conservação para a Universidade de Angers na França.

Na área de Empreendedorismo e Inovação, o quadro traz a informação de que existem uma Empresa Júnior e seis Empresas Incubadas, superando a meta de 20% estabelecida no PDI, que significa o aumento para 6 empresas.

A UFMS, através da DIPIT, entre os anos de 2015 e 2016, depositou dezenove pedidos de Patentes, três pedidos de registro de Marca e oito pedidos de registro de Programa de Computador. Em 2017, depositou dezoito pedidos de Patentes, três pedidos de registro de Marca e quatorze pedidos de registro de Programa de Computador, todos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Esses números também superam a meta estabelecida no PDI que seria de 11%, ou seja, 10 pedidos.

Além dos procedimentos de pedidos de proteção, o NIT realiza permanentemente o gerenciamento desses ativos através do acompanhamento e manutenção dos processos junto ao INPI, sendo que atualmente, a UFMS possui cinquenta e oito processo de pedidos de patentes depositados e ativos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, vinte e sete pedidos de registro de programa de computador, vinte pedidos de registro de marca e um pedido de registro de topografia de circuito integrado.

Por fim, é possível notar que a meta de aumento no número de instrumentos jurídicos firmados também foi superada, visto que era de 10.

3.2.2.2 Memorial Henrique Spengler

O Memorial Henrique Spengler é um espaço de guarda e de conservação das obras e dos objetos pessoais do artista plástico Henrique de Melo Spengler, figura de expressiva atuação nas esferas política e cultural do estado, especialmente nas questões relacionadas à construção identitária sul-matogrossense, tema principal abordado em sua arte.

As gravuras e telas produzidas por Spengler inspiram-se na iconografia Kadiwéu, apresentando-se como uma releitura dos seus padrões geométricos e espirais, das cores recorrentes, além de outros elementos estéticos que fazem referência ao processo histórico desse grupo. Tais indígenas habitaram, e ainda habitam, a região de Porto Murtinho, à sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, e os seus antepassados são chamados de Mbayá-Guaicuru.

Também faz parte do Memorial Henrique Spengler o Centro de Documentação Histórica, espaço constituído pelo acervo bibliográfico que pertencera a Henrique e pelos demais materiais impressos relacionados à sua vida pessoal e profissional. Além de artista plástico, era professor de História e foi diretor da Divisão Cultural de Coxim, ocasião em que organizou diversos eventos como a Folia da Bandeira, os tributos a Zacarias Mourão, os carnavais, as moagens, as versões do FORARTE (Fórum de Arte e de Cultura de Coxim), o Concurso Literário Otávio Gonçalves Gomes e a Rota das Monções, dentre outros.

Tais registros se tornaram fontes temporais, permitindo ao pesquisador vislumbrar um momento histórico, as relações sociais envolvidas, as parcerias, os interesses e os conflitos. Nessa perspectiva, o Memorial Henrique Spengler e o Centro de Documentação Histórica buscam um diálogo frequente com a história de Coxim, pensando os documentos que registram o passado a partir de questões presentes, portanto, com um sentido sempre renovado.

O Centro de Documentação em História do Memorial Henrique Spengler é um espaço de guarda e de preservação do acervo impresso deixado pelo artista plástico. São coleções de livros, revistas, mapas, jornais, planejamentos de aulas, trabalhos e provas de alunos, material de campanha política, catálogos e folders de exposições artísticas e eventos culturais. Além de registros audiovisuais como fitas cassetes e VHS.

O referido material vem sendo organizado pela técnica responsável pelo local de modo a viabilizar a pesquisa em diversas temáticas. Além de questões mais estreitamente ligadas à trajetória (pessoal e profissional) de Henrique Spengler, o referido arquivo oferece subsídios para se investigar aspectos relacionados à separação do estado de Mato Grosso, o ensino de História Regional de Mato Grosso do Sul, as políticas culturais na cidade e na região, bem como o processo de construção de identidade(s) e os seus significados.

Os mais de seiscentos e setenta livros existentes no Centro de Documentação estão classificados em temáticas que facilitam a pesquisa acadêmica, especialmente na área de História. Assim, destacamos como categorias de livros: "Aspectos da História do Brasil: historiografia e fontes"; "Mato Grosso"; "Mato Grosso do Sul"; "Temática Indígena"; "História da América: historiografia e fontes" e "Obras literárias", esta última contém poemas, romances, contos, novelas, crônicas e peças teatrais. Também constitui o acervo bibliográfico livros sobre "Geografia e Arqueologia", "Biografias", "Guerra do Paraguai", "Educação e Filosofia" e outros.

Em relação aos jornais, há um vasto número de exemplares (desde a década de 1970) do Jornal Correio do Estado, importante periódico de Campo Grande que ainda circula nos dias atuais. Diversos outros jornais estão arquivados no Centro de Documentação Histórica do Memorial, como o Correio do Pantanal, Farol do Pantanal, Jornal da Manhã, Jornal de Domingo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Pantanal e outros.

Constitui ainda esse acervo as correspondências recebidas por Henrique Spengler,

como cartões de felicitações de Natal, Ano Novo e de aniversário e um grande volume de cartas escritas para Spengler, especialmente quando ele estudou nos Estados Unidos (Fresno/Califórnia), em 1974. Enfim, são muitas as possibilidades para se transformar tais materiais em documentação histórica, já que o antigo proprietário desse acervo parece ter tido um presságio sobre a formação futura de um arquivo em torno de sua história, pois Henrique guardou de forma abrangente e minuciosa um sem número de pistas, indícios e sinais que permitem decifrar a sua própria vida, mas também para se perceber mudanças e permanências em um campo histórico mais amplo.

Entre as Atividades realizadas no Memorial Henrique Spengler - 2015 a 2017, destacam-se:

- 13^a Semana Nacional de Museus 2015 - realizado conjuntamente com o I Seminário dos Grupos de Pesquisa do CPCX.
 - Organização: Fernanda Santos – Técnica administrativa responsável, à época, pelo Memorial Henrique Spengler e Prof. Henry Marcelo Martins da Silva - Curso de História/ CPCX.
- 14^a Semana Nacional de Museus 2016 - realizado conjuntamente com o V Seminário de Ciências Humanas: debatendo as licenciaturas
 - Organização: Fernanda Santos – Técnica administrativa responsável, à época, pelo Memorial Henrique Spengler e Prof. Luiz Carlos Bento - Curso de História/CPCX.
 - Exposição fotográfica – Paisagens culturais de Coxim - um mosaico de possibilidades. 2016. Programação anexa.
 - Projeto aprovado pelo Fundo de Investimentos Culturais de MS (FIC):
 - “Obras de Henrique Spengler em ímãs e postais” – Lançamento em 2017.
 - Produção: Fernanda Santos – distribuição de kits com os ímãs e postais produzidos nas escolas, públicas e privadas, de Coxim.
 - Visita guiada das escolas públicas das redes municipal e estadual e privadas de Coxim – cerca de 300 alunos atendidos/ano – 2015, 2016 e 2017
 - Visita guiada aos acadêmicos da UFMS/CPCX, especialmente Cursos de Letras e História em 2015, 2016 e 2017.
 - Realização do Estágio “Ofício do Historiador”, disciplina obrigatória do Curso de História do Câmpus de Coxim em 2015, 2016 e 2017.
 - Organização temática do acervo documental que compõe o Centro de Documentação Histórica existente no referido Memorial.
 - Participação da rádio FM Pantaneira/Coxim em 2017 – apresentando o Memorial e a trajetória do artista Henrique de Melo Spengler.
 - Visita guiada a 240 alunos do Ensino Médio do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – Polo Coxim, durante a realização do evento “Raízes Indígenas do Mato Grosso do Sul”, entre 07 e 11 de Agosto de 2017.
 - Participação como entidade convidada no evento “40 anos do Mato Grosso do Sul” realizada pela Escola Estadual Padre Nunes – Coxim/MS, no dia 12/08/2017, com exposição de obras do artista Henrique Spengler.
 - Realização do Projeto de Cultura Curso: “A obra de Henrique Spengler: diálogos com a cultura Mbayá-Kadiwéu-Guaicuru”, entre Junho e Dezembro de 2017, sob coordenação da Profa. Dra. Eliene Dias de Oliveira. O Curso “A obra de Henrique Spengler: diálogos com a cultura Mbayá-Kadiwéu-Guaicuru” propôs a apresentação do acervo de artes plásticas do artista Henrique Spengler à comunidade universitária do CPCX, bem como à comunidade externa, a partir da releitura das artes elaboradas pelas etnias Mbayá-Kadiwéu-Guaicuru, característica identificada por estudiosos das artes visuais como uma vertente neonativista e presentes nas

obras do artista. Como resultado final do curso foi organizada uma exposição das obras do artista entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2017, durante o evento “UFMS de portas abertas”, no Câmpus Coxim.

- O Projeto foi aprovado no Edital Mais Cultura/Interior 2017, contando com 02 bolsistas.
- Premiação em Primeiro Lugar por área temática no Encontro de Extensão UFMS 2017 pelo apresentação do trabalho “A obra de Henrique Spengler: diálogos com a cultura Mbayá-Kadiwéu-Guaicuru”, pelo acadêmico João Vítor Fernandes Anunciação, sob coordenação da Profa. Dra. Eliene Dias de Oliveira.

3.2.2.3 Ações afirmativas

A Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAAF) é a responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS. Com relação às ações afirmativas foi ampliado o atendimento à comunidade universitária; criada a Comissão Permanente Consultiva de Ações afirmativas; elaborado o Regulamento para Avaliação/Verificação da Veracidade da Autodeclaração de PPI; Realizado Seminário sobre diferenças de raça e etnia da UFMS, para formação dos membros para as bancas, capacitando 88 pessoas; Constituídas e realizadas 7 bancas de verificação da veracidade da autodeclaração de pessoa preta, parda ou indígena, que avaliaram 108 estudantes no ingresso do meio do ano e, promovido a análise de 35 processos relacionados à avaliação/verificação da veracidade da auto-declaração PPI.

Em 2017 foram criadas Comissões para discutir questões relacionadas à acessibilidade e ações afirmativas bem como apoiar a tomada de decisões institucional nestes âmbitos. Nesse sentido, foram criadas como Comissão Permanente Consultiva de Ações Afirmativas e Comissão Permanente de Acessibilidade.

De uma forma geral, foram declaradas diversas iniciativas com os 37 atendimentos especializados para estudantes com deficiência. Com relação aos editais, foram traduzidos para libras cinco editais. De um total de 15 eventos com tradução em libras, 12 foram abertos à comunidade universitária e três para acolhimento de novos servidores.

Por meio de um projeto de extensão institucional, foi desenvolvido um aplicativo para tornar a UFMS mais acessível. Tal aplicativo será finalizado e entregue no primeiro trimestre de 2018. Na Tabela 11 é possível verificar com detalhes as ações específicas e sua alocação:

Tabela 11- Ações realizadas em 2017

Ações Realizadas em 2017	QTDE 2017	Periodicidade do resultado	Indicador de Desempenho	
			Descrição	Cálculo
Atendimento psicoeducacional de acadêmicos que apresentam algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos globais do desenvolvimento	FAENG: 1 INMA: 1 CPPP: 1 CPAQ: 1	mensal	Atendimentos psicoeducacionais para PcD realizados	$ID = [(\% \text{ de a.c} / \% \text{ de a.a}) - 1] \times 100$

Atendimento psicoeducacional para acadêmicos com necessidades educacionais especiais que não se enquadram no grupo anterior	FAED: 1* (gagueira) FAMED: 2*(dislexia e suspeita de dislexia)	semestral	Atendimentos psicoeducacionais para NEE realizados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Outros atendimentos psicoeducacionais	FACOM: 2** FACFAN: 2* CPPP: 1	semestral	Outros atendimentos psicoeducacionais realizados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Orientação a docentes sobre acadêmicos com necessidades educacionais especiais	FACH: 1 FAMED: 1 turma.	mensal	Orientações a docentes realizadas.	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Reunião com Comissão Consultiva para Ações Afirmativas	2	semestral	Reuniões com Comissão Consultiva realizadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Reunião com Comissão Permanente de Acessibilidade	2	bimestral	Reuniões com Comissão Permanente realizadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Reunião CDPI	4 reuniões	mensal	Reuniões CDPI realizadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Reunião com representante do IFMS sobre Acessibilidade nas IFES	1 reunião	anual	Reunião com representante do IFMS realizada	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Procedimentos para aquisição de material de tecnologia assistiva para atendimento a necessidades educacionais especiais de acadêmico com deficiência física	3	mensal	Procedimentos para aquisição de material de tecnologia assistiva realizados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Distribuição aos câmpus de materiais de tecnologia assistiva	Todos os câmpus	anual	Materiais de tecnologia assistiva distribuídos	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Conferência e detalhamento de características de materiais de tecnologia assistiva adquiridos em 2016	Relativo à demanda	anual	Conferência e detalhamento realizados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Elaboração de texto para Projetos Pedagógicos dos cursos da UFMS	2 cursos	mensal	Texto para Projetos Pedagógicos elaborados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Elaboração de documento sobre Política de Acessibilidade e Ações Afirmativas na UFMS	2 a 3 reuniões	semestral	Documentos sobre Política de Acessibilidade e Ações Afirmativas na UFMS elaborados.	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Participação no Fonaprace Regional	1	anual	Participação no Fonaprace	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100

Participação no Ciclo de Debates (De) Marcando DIFERENÇAS	1	anual	Participação no Ciclo de Debates	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Participação em outros eventos	1	anual	Participação em outros eventos	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Realização de evento Acessibilidade	1	anual	Evento Acessibilidade realizado	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Realização de evento de Ações Afirmativas	1		Evento de Ações Afirmativas realizado	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Levantamento de informações a fim de subsidiar a Comissão Permanente de Veracidade de Autodeclaração nos trabalhos a ela delegados	2	semanal	Informações levantadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Complementação de fluxograma, plano de ações.	3	mensal	Fluxograma complementado	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Acompanhamento do desempenho acadêmico de discentes que ingressaram em 2016 por reserva de vaga. Colaboração do acadêmico Pedro Henrique Laperuta do curso de Matemática UFMS.	1793	anual	Desempenho acadêmico acompanhado	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Estudo de Orientações Normativas para efetivação de matrículas de estudantes cotistas.	3 reuniões realizadas no período	semestral	Orientações Normativas estudadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Elaboração de critérios para orientar trabalhos de bancas de verificação de autodeclaração de estudantes ingressantes pelo SISU.	1 Estudo	semanal	Critérios elaborados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Realização de bancas de avaliação da veracidade da autodeclaração	18 bancas	semestral	Bancas de avaliação da veracidade da autodeclaração realizadas	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Esclarecimentos à comunidade universitária quanto a Acessibilidade e Ações Afirmativas	3 apresentações sobre atividades da DIAAF para acadêmicos (por turmas)	anual	Esclarecimentos à comunidade universitária prestados	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100
Levantamento de informações e elaboração de documento para solicitação de intérpretes de Libras	1 Atividade elaborada e concluída no período	anual	Levantamento de informações realizado e documento elaborado	ID= [(% de a.c / % de a.a) -1] x 100

Fonte: PROAES / UFMS

Conforme definido na tabela anterior, as PROAES mantêm um controle de desempenho com indicadores que estão relacionados ao PDI o que garante uma melhor articulação entre o planejamento e suas ações.

Como ações direcionadas às questões étnico-raciais, foram realizadas sete Bancas de Verificação da Autodeclaração para Pretos e Pardos, baseadas nas definições da Resolução Nº 7, de 29 de Janeiro de 2018, que aprova as Normas Regulamentadoras de Avaliação e Verificação da Veracidade da Autodeclaração prestada por pessoas pretas ou pardas candidatas à reserva de vagas no processo seletivo de ingresso na graduação UFMS. O critério considerado pela referida Banca é o fenótipo, que possibilita o reconhecimento como ingressante por cotas na UFMS. Entende-se por fenótipo o conjunto de características do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e o formato de boca e nariz, que, combinadas ou não, permitem à Banca de Avaliação acolher ou rejeitar a autodeclaração.

Os membros da Banca de avaliação são convocados por Instrução de Serviço e são selecionados pela Comissão Consultiva para Ações Afirmativas por gênero, cor, naturalidade e conhecimento sobre sistema de cotas, promoção da igualdade étnico-racial, diversidade, antropologia, inclusão e movimentos sociais.

De acordo com a Resolução Nº 7, de 29 de Janeiro de 2018, Seção IV - Dos Recursos da Avaliação, a pessoa que tiver sua autodeclaração indeferida pela banca de avaliação e interpor recurso deve passar por nova banca denominada Banca de recursos.

A Banca de Recurso é constituída por Instrução de Serviço, que é publicada no Boletim de Serviços da UFMS. Essa Banca é formada por membros que não atuaram na Banca de Avaliação da veracidade da autodeclaração, que defere ou indefere a avaliação recorrida, compostas em conformidade ao art. 8º, da referida Resolução Nº 7.

A análise do recurso é realizada por meio do registro fotográfico obtido no ato da avaliação recorrida utilizando-se os mesmos critérios contidos nos §§ 1º e 2º do art. 12, da referida Resolução Nº 7/2018.

A avaliação da veracidade da autodeclaração considera única e exclusivamente os aspectos fenotípicos observados por registro fotográfico: cútis, textura do cabelo, nariz e lábios, excluídos os aspectos referentes à ascendência e ao genótipo.

A Banca de Recursos são constituída por membros que não atuaram na banca de avaliação de autodeclaração. Seus membros são selecionados por gênero, cor, naturalidade e conhecimento sobre a promoção da igualdade étnico-racial e diversidade.

As Bancas de Avaliação, tanto a primeira como a de recursos, são formadas a partir de conhecimento de seus membros em relação à avaliação de autodeclaração utilizada para validar as autodeclarações de candidatos nos sistemas de cotas, com mecanismos que verifiquem a autenticidade das informações prestadas por meio da legislação vigente.

Como orientação para ambas as bancas é elaborada uma ficha de observação onde cada componente da banca assinala os aspectos fenotípicos observáveis. Também são tiradas fotos individuais de todos os avaliados que ficam disponíveis na Diaaf/CDPI/Proaes.

Por fim, vale ressaltar que o trabalho realizado pelas bancas de avaliação na Cidade Universitária – Campo Grande, contribuiu para a implantação de um processo de não omissão na fiscalização do sistema de cotas por parte dos agentes públicos. Além disso, colabora na não violação de princípio, caracterizado explícito desvio de finalidade, que ocorre nas hipóteses em que o ato – no caso, o ingresso por reserva de vagas para pretos e pardos na UFMS - é praticado em descompasso com os objetivos estabelecidos pelo sistema legislador nacional.

3.2.2.4 Projetos de sustentabilidade ambiental

Nos últimos 20 anos as universidades públicas brasileiras incorporaram várias iniciativas e normatizações, como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o Projeto Esplanada Sustentável (PES) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul implementou seu PLS no ano de 2014, participa da consolidação de informações no PES e é postulante à adesão à A3P, o que demonstra um forte interesse institucional para consolidar sua gestão da sustentabilidade.

Os Planos de ações de Gestão de Logística Sustentável para os período de 2016 foi implementado enfrentando algumas dificuldades pontuais, em especial ao lidar com a escassez de recursos financeiros e humanos, impediram a plena execução do plano de ações aprovado no ano anterior. Ainda assim, 2/3 das metas das ações pactuadas foram alcançadas entre plenamente e parcialmente, o que revela, por um lado, que seus pontos de qualidade estão sendo aprimorados e por outro, que seus pontos de melhoria devem ser reavaliados e compreendidos para o cumprimento da responsabilidade ambiental, social e econômica. As principais ações planejadas envolvem as seguintes áreas:

- Práticas de sustentabilidade
- Compras e Contratações
- Material de Consumo
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- Deslocamento
- Resíduos
- Água e Esgoto
- Energia

Conforme informações disponibilizadas pela CGM/PRAD; CEM/PROINFRA, DITL/COA/PRAD; DIPO/CPO/PROADI e CPO/PROADI, das 41 ações planejadas que envolvem quest, 75,61% (n=31) obtiveram o atingimento pleno ou parcial de metas, o que revela, apesar do necessário aprimoramento, que há um processo de amadurecimento nas questões da sustentabilidade na instituição. 24,39% (n=10) das ações não foram implementadas, o que exige especial atenção para minimizar as causas principais apontadas pelos responsáveis: falta de recursos humanos e financeiros. A falta da abrangência territorial do Plano de Ações, em face da característica multicampi da instituição, também é uma oportunidade de melhoria do PLS, devendo assim, aprimorar-se para alcançar todos os campi do interior.

Estima-se que ocorreram diversas variações negativas no consumo entre os anos 2015 e 2016. Tais variações são justificadas em decorrência ao período de greve. Assim, principalmente o aumento de consumo de água em 2016, justifica-se a um consumo integral para um ano letivo normal. Para o ano de 2017 até o momento não foram disponibilizadas as informações para o relatório da CPA.

3.2.2.5 Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – HU-HUMAP/UFMS

Em 2013 foi celebrado o Contrato nº 251/2013 entre a UFMS e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, que prevê a gestão especial gratuita do Hospital Universitário – HU/HUMAP, visando a:

- ofertar à população, assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- oferecer apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão do ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública; e
- implementar o sistema de gestão única, com a geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas.

Atualmente o HU-HUMAP dispõe de 1.428 colaboradores divididos em dois vínculos de contratação, 564 servidores admitidos mediante concurso pelo Regime Jurídico Único (RJU) e 864 empregados públicos admitidos mediante concurso com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O HU-HUMAP prestou diversos atendimentos ambulatoriais à comunidade, como consultas, internações, cirurgias, partos, atendimentos de fisioterapia e de fonoaudiologia, além de diversos exames. A seguir, verifica-se a descrição e os quantitativos apresentados na Tabela 12:

Tabela 12 - Atendimentos do HU-HUMAP. 2015-2017.

Anos	2015	2016	2017
Atendimentos realizados/ executados	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Anatomia Patológicas	1407	1348	1545
Atendimentos Sociais	1793	3394	2412
Cirurgias (Faturadas)	3255	3206	4063
Consultas Ambulatoriais	80114	91592	93238
Consultas Realizadas no PAM	15005	15995	17606
Diálises	5626	2638	2975
Endoscopias	861	1071	1425
Exames Eletroencefalograma	88	423	258
Exames de Hemodinâmica	42	49	42
Exames de Laboratório de Cardiologia	2757	6869	5987
Exames de Pneumologia	1828	2119	2436
Exames de Raio x	11115	12142	17863
Exames Realizados no LAC	412982	453175	476651
Fisioterapias	0	410	819
Fonoaudiologia	68	1216	1760
Internações	8152	8484	10463
Mamografias	0	0	0
Partos	902	1290	1535
Pulsoterapias	1407	2176	2405
Tomografias	2344	3214	4010
Ultrassonografias	6117	8014	8231
Total	555863	618825	655724

Legenda: (LAC) Laboratório de Análises Clínicas; (PAM) Pronto Atendimento Médico.

Fonte: Datasus

OBS: Partos, cirurgias e internações (pacientes internados), demais informações, trata-se especificamente de pacientes ambulatoriais.

As informações possuem como fonte o DATASUS, não refletem toda a produção do Hospital, apenas os atendimentos faturados.

No HUMAP, ao longo do período objeto da Tabela 12, foram realizados 1.830.412 atendimentos, dos quais 1.342.808 referem-se somente ao item “Exames realizados no Laboratório de Análises Clínicas (LAC)”, ou seja, 73,40%. De 2015 (555.863) para 2017 (655.724), houve um crescimento da ordem de 18% no número geral de atendimentos; de 2015 para 2016 (618.825), houve um crescimento da ordem de 11,3%; enquanto de 2016 para 2017 (655.724), nota-se um crescimento da ordem de 6%, sendo importante ressaltar que apesar da Contratação da EBSEH ser realizada em 2013, os primeiros empregados públicos foram admitidos somente em 2015, sendo observado após essa data uma retomada do crescimento dos atendimentos.

Enquanto aos atendimentos destacam-se a Fonoaudiologia que saltou de 68 atendimentos em 2015 para 1216 em 2016 e a Fisioterapia que teve as atividades retomadas em 2016. Em relação aos exames, os de Eletroencefalograma tiveram um aumento expressivo em 2016 e 2017 com relação a 2014.

Em 2017, os três itens de atendimentos mais significativos, expostos na tabela 12 em questão, foram os seguintes: em primeiro lugar, o item “Exames realizados no LAC” (73,4%); em segundo lugar, o item “Consultas ambulatoriais” (14,2%); e, em terceiro lugar, o item “Exames de Raios X” (2,7%). Os três itens representaram 90,30% de todos os itens listados na tabela 12.

O único atendimento que teve redução significativa na tabela 12 refere-se aos serviços de diálise 47% de 2015 a 2017, com várias intercorrências durante o período considerado, desde a falta de insumos, redução do espaço para adequação das normativas vigentes com consequente perda da capacidade de atendimento e interrupção dos serviços pela Vigilância Sanitária por problemas no tratamento da água utilizada.

O número de partos realizados no hospital entre 2015 e 2017 cresceu 70%, o aumento deve-se ao fato da inclusão do hospital como referência para gestação de alto risco e aumento dos recursos da Rede Cegonha.

As consultas médicas, segundo o HUMAP/UFMS, seguem o Sistema de Regulação (SIS-REG) da Secretaria de Saúde do Município de Campo Grande. Os serviços estão em conformidade com as metas estabelecidas pelo Gestor Municipal e com os indicativos de produtividade previstas no Plano Operativo 2013, do Convênio nº 403, de 08 de maio de 2005, alterados pelo Documento Descrito 2014/2015 e Convênio nº 428, de 17 de outubro de 2014.

Tabela 13 - Refeições servidas aos pacientes do HUMAP/UFMS. 2014 a 2017.

Anos	2014	2015	2016	2017
Refeições Servidas	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
GRANDES REFEIÇÕES				
-Almoço	195.464	144.731	116.928	133.660
-Jantar	136.777	97.162	81.452	86.171
Subtotal	332.241	241.893	198.380	219.831
PEQUENAS REFEIÇÕES				
-Desjejum	263.258	111.035	72.907	61.620
-Lanche	91.331	55.460	47.662	52.874
-Ceia	158.673	106.053	84.959	72.231
-Colaço	97.535	48.210	14.031	7.360
Subtotal	610.797	320.758	219.559	194.085
Total	943.038	562.651	417.939	413.916

Fonte: HUMAP/UFMS (DEZ/2017)

De acordo com o HUMAP/UFMS, a partir do ano de 2012, as refeições passaram a ser classificadas em dois conjuntos distintos: grandes refeições e pequenas refeições. As grandes refeições incluem o almoço e o jantar, enquanto que as pequenas refeições incluem o desjejum, o lanche, a ceia e a colação. Esta situação favoreceu a montagem desta tabela em separado da tabela anterior.

De 2014 (943.038) para 2015 (562.651), houve uma redução da ordem de 40%; de 2015 para 2016 (417.939), houve uma queda de 26%; de 2016 para 2017 (413.916) a redução foi de 1%, à luz dos dados informados, tivemos uma significativa redução de refeições servidas na ordem de 56% no período considerado 2014-2017. As reduções apontadas referem-se principalmente a: implantação de controles mais rigorosos de solicitação de refeições à empresa terceirizada, Controle de acesso e registro no refeitório, fornecimento de refeições para acompanhantes com amparo legal ou autorizados pelo serviço social, controle rigoroso de desperdício de refeições e melhoria dos processos de gestão e fiscalização do contrato de refeição, entre outros.

Em 2017, os três itens de “Refeições servidas aos pacientes” mais significativos, expostos na tabela 13, foram os seguintes: em primeiro lugar, o item “almoço” (32,3%); em segundo lugar, o item “Jantar” (20,8%); e, em terceiro lugar, o item “Ceia” (17,5%). Todos os três itens, representaram cerca de 70,6% de todos os itens listados neste assunto.

Destaca-se do período em análise, 2015-2017, a evolução do atendimento e a consequente redução dos custos relacionados a Nutrição Clínica. O aumento no número de atendimentos e melhor controle sobre os custos estão relacionados a entrada de novos colaboradores a partir de fevereiro de 2015 e boas práticas no controle dos serviços de terceiros com melhor otimização dos recursos e controles dentro do hospital, treinamentos sobre fiscalização, entre outros.

Outras iniciativas para melhoria da qualidade do atendimento já se encontram em andamento, tais como a Reforma da Unidade Coronariana, ações permanentes da Comissão de Humanização, readequação de espaços para a instalação de um acelerador linear e licitações previstas para a reforma da Central de Materiais e Centro Cirúrgico.

Projetos já licitados e aguardando recursos para licitação das obras: Angiografia para a instalação da Hemodinâmica, Reforma da Farmácia de dispensação e Manipulação, Reforma da quimioterapia ambulatorial e pediátrica, Reforma da Clínica Médica com ampliação de 24 leitos, Reforma da Clínica Cirúrgica 2 com a implantação da enfermaria de oncologia de 10 leitos e enfermaria de transplantados com 5 leitos.

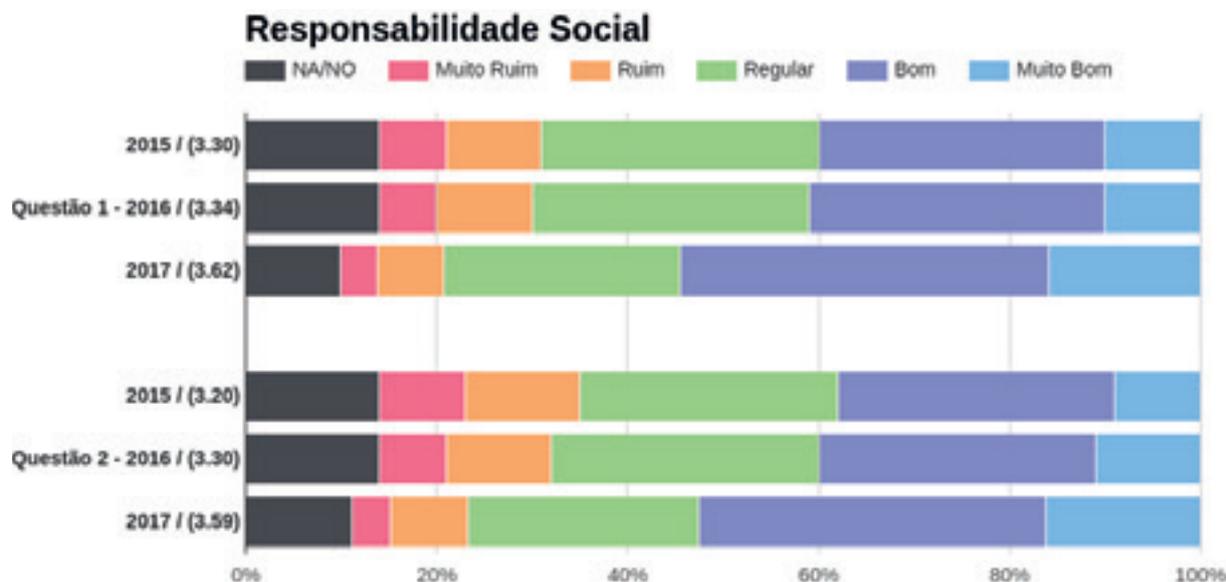
Infere-se, portanto que, com relação ao aperfeiçoamento da Gestão Universitária, é perceptível um aumento dos atendimentos e diminuição de custos, principalmente no que se refere aos indicativos de produtividade previstos pela Gestão Municipal. Todavia, é notória a fragilidade da desatualização de planos operativos e sua articulação com o PDI da UFMS.

3.2.3 Desenvolvimento Institucional na percepção dos segmentos da UFMS

Acerca do Desenvolvimento Institucional, nos instrumentos que foram aplicados no triênio, só consta o indicador “melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores”, por parte do segmento discente, já descrito no Eixo 1. Os instrumentos serão revistos no próximo ciclo avaliativo para contemplar a avaliação de indicadores mais específicos para cada Eixo e Dimensão.

Os discentes avaliaram a promoção da cidadania e inclusão social da UFMS, por meio da Questão 1 (Gráfico 8) sobre a Qualidade das atividades desenvolvidas pela PROAES.

Gráfico 8 - Média das respostas dos discentes sobre a Responsabilidade Social, no triênio 2015-2017.



Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - Atividades desenvolvidas para a promoção da cidadania e inclusão social; Questão 2 - Interação da UFMS com a comunidade regional, na área cultural e artística, na preservação da memória e do patrimônio cultural.

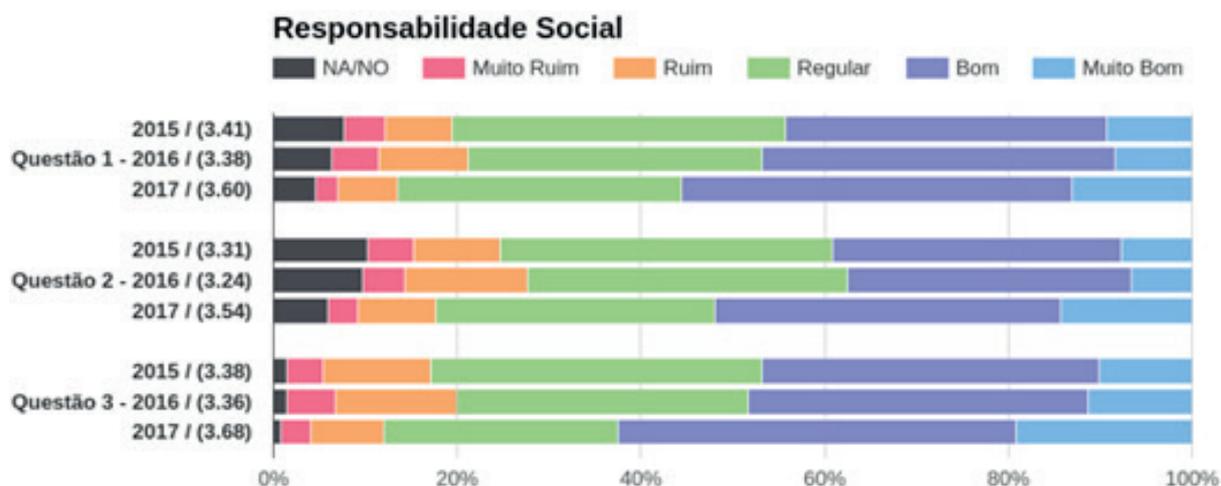
Como podem ser observados nos anos 2015 e 2016 os índices permaneceram constantes, mas em 2017 ocorreu um aumento, obtendo uma média de 3.59, o que demonstra uma melhora da percepção destas atividades nesse último ano.

Nesse sentido, variáveis como aumento nas assistências aos estudantes como as Bolsas Permanência e a melhora nos serviços do Restaurante Universitário podem influenciar os resultados.

A comunidade regional, a área cultural e artística, e a preservação da memória e do patrimônio cultural da UFMS, foram avaliados por meio da Questão 2 (Gráfico 8) corresponde as atividades desenvolvidas pela PROECE. Como pode ser observado no gráfico logo acima, os anos 2015 e 2016 permaneceram constantes, mas em 2017 ocorreu um aumento para 3,59 pontos o que demonstra uma melhora da percepção destas atividades em 2017.

A responsabilidade social, foi avaliada pelos docentes, por meio de 3 questões (Gráfico 9), com uma média geral de 3,43 (regular).

Gráfico 9 – Média das respostas dos docentes sobre a responsabilidade social. 2015-2017



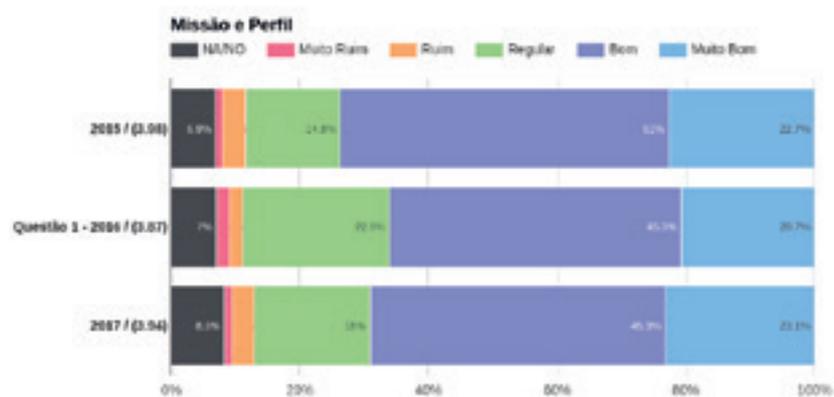
Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - Atividades desenvolvidas para a promoção da cidadania e inclusão social; Questão 2 - Interação da UFMS com a comunidade regional, na área cultural e artística, na preservação da memória e do patrimônio cultural; Questão 3 - Divulgação das atividades (eventos, concursos, etc.) realizadas na UFMS;

É importante ressaltar que existe uma variação negativa entre os anos 2015 e 2016, mas no ano de 2017 ocorreu uma recuperação em relação ao ano de 2015, isso demonstra uma melhora da percepção destas atividades nesse último ano, mas ainda com um crescimento muito modesto.

A implementação e o acompanhamento do PDI foram avaliados pelos Técnico-administrativos, a partir da Questão 1 (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Missão e Perfil da UFMS. 2015-2017.



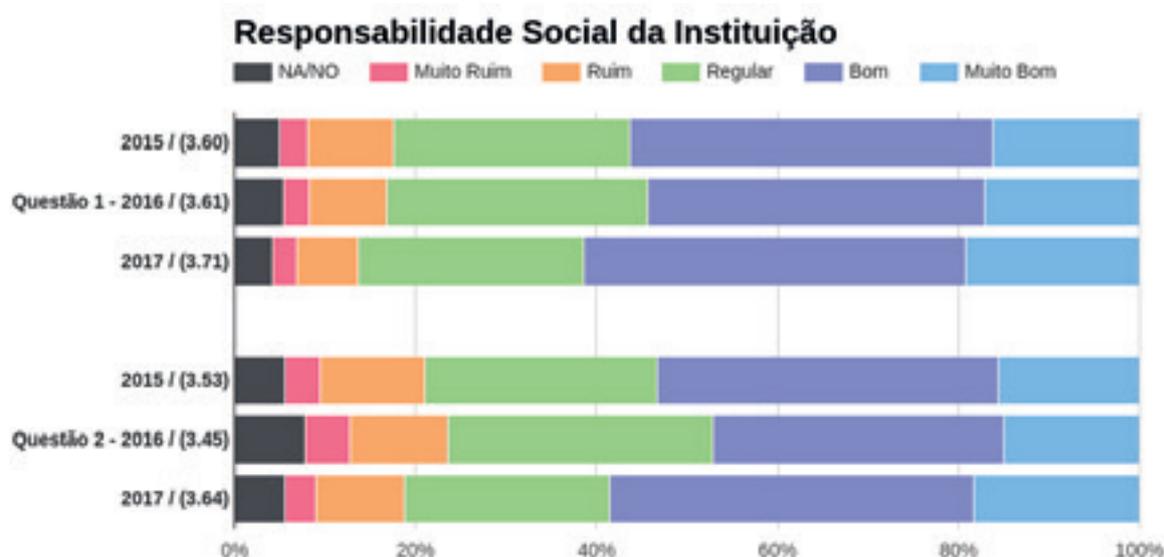
Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - A contribuição da sua unidade na implementação e acompanhamento do PDI.

Essa percepção corresponde às informações relacionadas ao PDI e a realidade institucional que corresponde à gestão da PROPLAN. De uma forma específica essa questão oscilou no período, retornando em 2017 ao mesmo patamar de 2015, o que demonstra uma percepção com certa estabilidade. Assim, a percepção quanto aos processos relacionados ao PDI interpretam como o mesmo padrão adotado para todo o último triênio. A recuperação do indicador pode estar associada aos resultados positivos do realinhamento e da correlação das metas com as ações propostas.

A responsabilidade social, foi avaliada pelos Técnico-administrativos, por meio de 2 questões (Gráfico 11), com uma média geral de 3,59 (regular).

Gráfico 11 - Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Responsabilidade Social da UFMS. 2015-2017.



Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - Ações desenvolvidas de inclusão e de responsabilidade social; Questão 2 - Atividades ou projetos de integração entre a comunidade universitária e a sociedade.

Com relação a questão 1, ocorreu um aumento progressivo, com uma média de 3,64 no triênio. No caso da questão 2, existe uma oscilação no triênio, mantendo uma média constante de 3,59.

Seguem informações sobre o Eixo 3, relativo as Políticas Acadêmicas.

3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

O Eixo 3 que aborda as políticas acadêmicas, está subdividido em três dimensões: dimensão 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão; dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade; dimensão 9 - Políticas de atendimento ao discente, que serão tratadas a seguir.

3.3.1 DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

3.3.1.1 Ensino de Graduação Presencial

O ensino de graduação na UFMS é coordenado e supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que tem como responsabilidade a elaboração das políticas de ensino de graduação para apreciação do Conselho de Graduação e do Conselho Universitário e coordenar as atividades dos órgãos executores dessas políticas sob sua responsabilidade.

A PROGRAD é composta por três Coordenadorias. São elas: Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA/Prograd), Coordenadoria da Biblioteca Central (CBI/Prograd), Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA/Prograd).

A organização curricular de cada curso de graduação é coordenada pelo Colegiado de Curso e apoiada, nas questões curriculares, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), de acordo com a Resolução COEG 167, de 24 de novembro de 2010, e com as diretrizes curriculares nacionais e as normas institucionais para a elaboração do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

De acordo com a Resolução COEG nº 106, de 4 de março de 2016, cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve abranger os seguintes componentes:

1. Identificação do Curso;
2. Fundamentação legal;
3. Contextualização;
4. Necessidade social do curso;
5. Concepção do curso;
6. Administração acadêmica do curso;
7. Currículo;
8. Políticas;
9. Sistema de avaliação;
10. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
11. Desenvolvimento de materiais pedagógicos (obrigatório para cursos na EaD);
12. Infraestrutura necessária ao curso;
13. Plano de incorporação dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação;
14. Considerações finais;
15. Referências;
16. Anexos; e
17. Apêndices. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2016).

Os cursos de graduação contemplam em seus projetos pedagógicos de curso e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade local, regional, nacional e internacional, seguindo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras atendendo aos campos definidos nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação.

Os princípios metodológicos estão expressos no projeto pedagógico de cada curso e refletidos nos planos de ensino das suas disciplinas. Os planos de ensino de cada disciplina, após a aprovação pelo Colegiado de Curso de Graduação, são disponibilizados nos portais eletrônicos dos respectivos cursos e estão disponíveis no SISCAD, para acesso dos discentes, antes do início do semestre letivo.

A Resolução COEG nº 269, de 1º de outubro de 2013, aprovou o Regulamento Geral dos cursos presenciais da UFMS e a Resolução COEG nº 160, de 15 de abril de 2015, converteu a hora-aula dos cursos presenciais para sessenta minutos. Anteriormente, a hora-aula em cursos presenciais era de sessenta minutos, divididos em cinquenta minutos de aulas teóricas, práticas ou laboratoriais e dez minutos de atividades acadêmicas orientadas, tais como atividades em biblioteca, trabalho individual ou em grupo, entre outros.

3.3.1.1.1 Evolução da situação acadêmica dos cursos de graduação presenciais

A situação acadêmica dos cursos de graduação presenciais ao longo dos anos de 2015

a 2017 consta na Tabela 14.

Tabela 14 - Situação acadêmica dos cursos de graduação

Situação acadêmica	2015	2016	2017
Excluídos	5.463	3.595	1.682
Formados (diplomados)	1.932	1.811	1.381
Ingressos*	5.560	5.371	7.134
Matriculados**	18.879	18.148	20.627
Transferidos de outras IES	232	547	422
Movimentados Internamente	10	59	219
Portadores de Diploma	600	***	847

Fonte: SISCAD (30.01.2018).

* Número de ingressos baseado por via Sisu; Vestibular, movimentação interna, via judicial, convênio cultural; portador de diploma; transferência compulsória e transferência voluntária.

** Acadêmicos regulamente matriculados no período.

De acordo com a Resolução COEG nº 269, de 1º de agosto de 2013, o vínculo acadêmico é mantido mediante renovação de matrícula ou trancamento de matrícula no curso. Caso o acadêmico não compareça para renovação de sua matrícula, quando não for permitido o trancamento automático, ele será considerado desistente adquirindo, assim, a situação de EDE (excluído por desistência). O trancamento de matrícula pode ser concedido por até quatro semestres, consecutivos ou alternados, não sendo permitido o trancamento no primeiro período letivo de ingresso do acadêmico na UFMS. Observa-se que o contingente de excluídos apresentou uma redução de 18,82% no período (de 2015 para 2017).

Já o contingente de diplomados apresentou uma redução de 2015 para 2017 de 28,52%. Os ingressantes e matriculados apresentaram os seguintes percentuais de ampliação no mesmo período: 28,31% e 9,52%, respectivamente.

O número de acadêmicos transferidos apresentou um aumento de 82,33% no triênio de 2015-2017. Este crescimento sensível pode estar relacionado à flexibilização promovida no processo seletivo de Transferência que ocorreu de 2015 para 2017, em função do alto número de vagas ociosas que a UFMS apresentava. Em 2015, os Editais de Transferência Externa exigiam uma aplicação de prova aos inscritos no certame e só era possível se transferir para cursos homônimos. Atualmente, o processo seletivo é realizado com base em uma análise curricular, levando-se em conta desempenho acadêmico na IES de origem atrelado a carga horária já cursada em disciplinas aprovadas. Além disso, permite-se aos acadêmicos interessados, a movimentação de um curso para outro na UFMS, desde que os cursos sejam da mesma grande área de conhecimento, conforme Tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES.

É importante destacar que o número total de acadêmicos diplomados não representa um quadro definitivo referente ao ano de 2017, pois, até o momento do envio de dados para o presente relatório da Comissão Própria de Avaliação (em novembro de 2017), os acadêmicos de variados cursos da Instituição ainda estavam em processo de verificação do cumprimento das condições exigidas para colação de grau, alterando e ampliando os dados registrados no Siscad, posteriormente

As exclusões por modalidade e ano, estão detalhadas nas Tabelas 15, 16 e 17¹⁶.

16 É importante ressaltar que o Conselho Universitário, no primeiro semestre de 2017, em reunião, decidiu pela extinção do CCHS e CCBS e pela criação posterior, das seguintes unidades setoriais: FAALC, FAED e FACH (oriundas do CCHS); e INBIO, INISA e FACFAN (oriundos do CCBS).

Tabela 15- Exclusões por modalidade em 2015

2015	Unidade Setorial	EDE	EJU	ESA	ETU	ETI	EDI	TOTAL
	CCBS	331	1	14	5	0	145	496
	CCHS	768	12	132	0	0	314	1226
	CPAN	565	14	95	40	8	194	916
	CPAQ	277	11	33	0	4	144	469
	CPAR	92	4	15	2	0	39	152
	CPBO	3	3	0	0	0	50	56
	CPCS	99	1	14	0	0	49	163
	CPCX	117	4	12	1	1	49	184
	CPNA	117	1	7	0	1	64	190
	CPNV	69	0	4	1	0	56	130
	CPPP	172	0	15	0	0	31	218
	CPTL	508	11	97	11	5	184	816
	ESAN	105	3	17	0	0	105	230
	FACOM	324	13	114	1	0	65	517
	FADIR	29	0	10	1	7	106	153
	FAENG	508	3	108	0	0	151	770
	FAMED	8	0	6	0	0	55	69
	FAMEZ	57	1	5	0	0	63	126
	FAODO	15	0	12	2	0	19	48
	INFI	25	0	14	0	0	12	51
	INMA	97	2	14	0	0	17	130
	INQUI	65	1	13	0	0	19	98
	TOTAL	4351	85	795	64	26	1931	7252

Legenda: EDE (exclusão por desistência); EJU (exclusão por jubilação); ESA (exclusão por solicitação do aluno); ETU (exclusão por transferência para outra IES); ETI (exclusão por transferência interna), EDI (exclusão por diplomação).
Fonte: Siscad (13.11.2017).

Tabela 16 - Exclusões por modalidade em 2016.

2016	Unidade	EDE	EJU	ESA	ETU	ETI	EDI	TOTAL
	CCBS	139	4	39	4	0	192	378
	CCHS	511	21	89	1	0	268	890
	CPAN	304	16	41	19	7	158	545
	CPAQ	224	14	25	0	8	121	392
	CPAR	77	0	6	0	2	48	133
	CPBO	3	5	0	0	0	6	14
	CPCS	39	0	8	0	0	33	80
	CPCX	85	4	10	0	8	53	160
	CPNA	82	5	4	0	2	63	156
	CPNV	43	2	3	2	0	47	97
	CPPP	76	2	9	0	1	14	102
	CPTL	324	15	96	3	32	245	715
	ESAN	257	9	16	0	1	92	375
	FACOM	184	19	80	1	0	60	344
	FADIR	39	1	15	1	0	83	139
	FAENG	233	8	81	0	0	145	467
	FAMED	6	0	5	0	0	63	74
	FAMEZ	38	0	5	0	0	49	92
	FAODO	10	0	3	0	0	38	51
	INFI	20	4	8	0	0	7	39
	INMA	41	4	19	0	1	9	74
	INQUI	36	2	18	0	0	19	75
	TOTAL	2771	135	580	31	62	1813	5392

Legenda: EDE (exclusão por desistência); EJU (exclusão por jubilação); ESA (exclusão por solicitação do aluno); ETU (exclusão por transferência para outra IES); ETI (exclusão por transferência interna), EDI (exclusão por diplomação).
Fonte: Siscad (13.11.2017).

Tabela 17 - Exclusões por modalidade em 2017.

2017	Unidade	EDE	EJU	ESA	ETU	ETI	EDI	TOTAL
	CCBS	62	1	27	2	0	0	92
	CCHS	144	11	36	1	0	1	193
	INBIO	27	2	9	0	1	5	44
	INISA	15	0	3	0	7	10	35
	FAALC	49	2	8	0	7	15	81
	FACH	0	10	11	0	8	47	76
	FAED	0	0	8	0	2	5	15
	FACFAN	43	0	6	0	1	3	53
	CPAN	94	10	32	17	28	55	236
	CPAQ	33	10	28	0	19	33	123
	CPAR	29	1	7	0	0	30	67
	CPBO	2	2	0	0	0	0	4
	CPCS	25	0	5	0	7	21	58

2017	CPCX	23	3	9	0	4	11	50
	CPNA	54	0	3	0	2	30	89
	CPNV	30	2	1	0	0	2	35
	CPPP	65	0	11	1	5	6	88
	CPTL	128	15	73	3	37	72	328
	ESAN	49	8	18	1	7	100	183
	FACOM	164	8	64	0	40	16	292
	FADIR	25	0	5	4	0	48	82
	FAENG	100	11	61	1	31	80	284
	FAMED	0	0	1	0	0	52	53
	FAMEZ	31	0	8	0	1	7	47
	FAODO	3	0	4	1	0	34	42
	INFI	6	0	6	0	6	4	22
	INMA	35	2	8	0	3	16	64
	INQUI	18	1	14	0	2	1	36
TOTAL	1255	99	466	31	218	704	2773	

Legenda: EDE (exclusão por desistência); EJU (exclusão por jubilação); ESA (exclusão por solicitação do aluno); ETU (exclusão por transferência para outra IES); ETI (exclusão por transferência interna), EDI (exclusão por diplomação).
Fonte: Siscad (13.11.2017).

Houve a redução do contingente do total de exclusões no triênio 2015-2017, de 7252 em 2015 para 2773 acadêmicos em 2017, sendo que as exclusões por desistência ganharam destaque no quantitativo geral dos anos avaliados.

As exclusões por diplomação diminuíram no triênio, correspondendo à 26,63% em 2015; 33,62% em 2016 e 25,39%¹⁷, em 2017. O que aponta para uma fragilidade, pois como houve queda da exclusão por outros motivos, indica-se uma provável maior retenção dos estudantes.

3.3.1.1.2 Políticas do Ensino de Graduação

O Projeto Pedagógico Institucional apresenta as diretrizes sobre as quais devem ser formuladas as principais políticas do ensino de graduação da UFMS. São elas:

- a) ampliação do universo de atividades da UFMS nas suas várias frentes de atuação, mediante métodos inovadores de participação no processo de ensino-aprendizagem;
- b) desenvolvimento do ensino de graduação público, gratuito e de qualidade;
- c) busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação presencial e a distância, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade;
- d) capacitação inicial e continuada dos docentes para a docência no ensino superior e em novas tecnologias para educação, e do corpo técnico-administrativo em educação, com o intuito de propiciar melhoria das condições atuais, e possibilitar o pleno êxito no desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino presencial e da oferta da educação a distância;
- e) modernização da oferta dos cursos de graduação com a utilização das mais variadas formas de tecnologias e metodologias (20% ensino a distância, interdisciplinaridade, mobilidade);

¹⁷ Ressalta-se que estes dados são relativos até 13 de novembro de 2017.

- f) universalização do ensino, com inclusão social, assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- g) a consolidação do processo de gestão democrática;
- h) a implantação de programas de avaliação institucional em todas as instâncias, com vistas a possibilitar a viabilização de correções, mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- i) a autoconstrução de sujeitos éticos e autônomos;
- j) implantação e fortalecimento do intercâmbio sócio-cultural-educativo com organizações locais, regionais, nacionais e estrangeiras; e
- k) atendimento às demandas locais e regionais. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2009).

Observa-se que algumas destas diretrizes extrapolam as competências da Pró-Reitoria de Graduação na estrutura organizacional atual, exigindo, portanto, uma sinergia com outros órgãos da Administração Central e Setorial. Em 2016, visando cumprir uma de suas competências elencadas no Regimento Geral da UFMS, a PREG (atual PROGRAD) propôs para apreciação do Conselho Universitário a Política de Ensino de Graduação com a publicação da Resolução COEG nº 756, de 16 de setembro de 2016. Até o momento não houve manifestação do COUN em relação a esta proposta.

3.3.1.1.3 Formas de ingresso ao ensino de graduação na UFMS

Na UFMS, as formas de acesso ou ingresso aos cursos de graduação foram estabelecidas pela Resolução COEG nº 269/2013, são, entre outras, as seguintes:

- I - portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente que tenham sido classificados em processo seletivo específico;
- II - acadêmicos regulares, por transferência para cursos afins, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- III - acadêmicos regulares, por transferência compulsória para cursos afins, mediante comprovação de atendimento à legislação específica;
- IV - portadores de diploma de curso de graduação, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- V - acadêmicos regulares de outras instituições, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, com instituições nacionais ou internacionais;
- VI - portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza firmados com outros países;
- VII - acadêmicos da Universidade, por movimentação interna entre cursos, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- VIII - acadêmicos da Universidade, por permuta interna entre cursos afins, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica; e
- IX - portadores de diploma de curso de graduação, para complementação de estudos para fins de revalidação de diploma, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 6).

3.3.1.1.4 Processo de avaliação da aprendizagem

A sistemática de avaliação do ensino-aprendizagem da UFMS foi modificada no ano de 2010, com a publicação da Resolução COEG nº 214, de 17 de dezembro de 2009, que alterou o regime seriado anual para o sistema de matrícula semestral por disciplina.

A mesma sistemática prossegue agora regulamentada pela Resolução COEG nº

269/2013. No regime didático semestral de matrícula em disciplinas, o ano letivo compreende os períodos regulares de atividades (o primeiro e o segundo semestres) e os períodos letivos especiais, oferecidos entre os períodos regulares, com duração de no mínimo duas e no máximo seis semanas, a critério do Colegiado de Curso, podendo o acadêmico inscrever-se em até três disciplinas.

Desta forma, para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Para ser aprovado na disciplina, o acadêmico deverá obter frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

Compete ao Colegiado de Curso estabelecer medidas pedagógicas para correção e prevenção de altos índices de reprovação e baixos rendimentos acadêmicos, assim como compete ao Coordenador de curso acompanhar o cumprimento dos deveres dos professores, regulamentados na referida resolução.

3.3.1.1.5 Políticas para o Estágio

Um dos processos essenciais na formação de futuros profissionais é o estágio – atividade essencialmente pedagógica, capaz de estimular o conhecimento crítico da realidade social e sensibilizar o aluno para o atendimento de necessidades sociais balizadas por valores éticos.

Os estágios, obrigatórios e não obrigatórios, são desenvolvidos como uma prática articulada à extensão e à pesquisa, a fim de que o acadêmico vivencie as diversidades locais sociais do contexto em que está inserido, preparando-o para as práticas requeridas no campo profissional.

A Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio de estudantes, dispõe que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos, faz parte do projeto pedagógico do curso e pode ser obrigatório ou não obrigatório.

A Resolução COEG n.º 107, de 16 junho de 2010, aprovou o Regulamento do Estágio para os Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS e foi alterada pelas Resoluções COEG n.º 152/2010, n.º 286/2012, n.º 266/2013, Resolução COGRAD n.º 64/2017.

O Regulamento de Estágio da UFMS estabelece que deve haver para cada curso uma Comissão de Estágio (COE), cujas principais atribuições são elaborar o regulamento de estágio do curso; coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios e propiciar apoio aos professores orientadores no acompanhamento da relação pedagógica entre o supervisor, um profissional com formação e/ou experiência na área, e o estagiário, entre outras atribuições.

Os estágios podem ser realizados nas entidades de direito privado, nos órgãos da administração pública, nas instituições de ensino e/ou pesquisa, nas próprias unidades da UFMS e com profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

No Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, o estágio no Ensino Superior é apontado como estratégia para alcance de metas estabelecidas para o decênio 2014-2024. A estratégia n.º 12.8 requer “[...]ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior” para atingirmos a meta de:

[...]elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de

18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, p. 1).

E, com enfoque nas Licenciaturas, a estratégia nº 15.8 demanda:

[...] valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica [...] para garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, p. 1).

Com a reestruturação promovida na Resolução nº 2/2017 aprovada pelo Conselho Universitário (COUN), em 20 de janeiro de 2017, a Divisão de Estágio (DIES), subordinada à Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) foi extinta, criando-se a Seção de Estágio vinculada a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Esta Seção é responsável por apoiar, administrativa e tecnicamente, os cursos de graduação nas atividades relativas aos estágios e suas competências constam da Resolução CD nº 29 de 06 de março 2017.

3.3.1.1.6 Políticas de atividades complementares

As Atividades Complementares são atividades enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo avaliativo de acordo com o regulamento específico.

O regulamento das atividades complementares é definido pelo Colegiado de cada Curso de Graduação e é parte integrante do Projeto Pedagógico de Curso.

3.3.1.1.7 Políticas de flexibilização curricular

A Resolução Coeg n.º 269/2013 propõe ao acadêmico a flexibilização curricular no processo de renovação de matrícula. A carga horária de disciplinas optativas de cada curso poderá ser cumprida no próprio curso ou em qualquer Unidade da Administração Setorial.

O acadêmico que tiver estudos realizados como aluno especial na UFMS ou em outro curso de graduação anterior ao ingresso na UFMS, pode solicitar a flexibilização do currículo através do aproveitamento das disciplinas cursadas com aprovação. O acadêmico que estiver participando de Programa de Mobilidade Estudantil terá o aproveitamento de estudos realizado conforme regulamentação específica.

O acadêmico regular, após o período de validação da renovação de matrícula, dependendo da existência de vagas, poderá haver matrícula em disciplinas para enriquecimento curricular aos acadêmicos da UFMS, independentemente de curso.

Compete ao Pró-Reitor de Graduação autorizar a colação de grau dos acadêmicos que integralizaram a estrutura curricular do curso e apresentam a documentação, pessoal e escolar,

exigida pela legislação.

As políticas de flexibilização curricular viabilizam a adaptação dos Projetos Pedagógicos de Curso às necessidades de revisão e atualização, em conformidade com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico. O Núcleo Docente Estruturante, por sua vez, é o responsável por esta revisão periódica, visando a melhoria da aprendizagem no âmbito das unidades acadêmicas.

3.3.1.1.8 Políticas e práticas de educação aberta e a distância

A UFMS começou a oferecer cursos de graduação na modalidade aberta e à distância (semipresencial), após o seu credenciamento, por meio da Portaria MEC n.º 2113, de 10 de setembro de 2001. Posteriormente outros cursos foram ofertados pela UFMS e em parceria com outras IFES, a partir da criação de consórcios.

Nos cursos de graduação presenciais já reconhecidos, há possibilidade de oferta de até 20% da carga horária na modalidade a distância, de acordo com o projeto pedagógico de curso. Na atualização dos projetos pedagógicos, em 2015, foi inserida essa possibilidade em quase todos os cursos de graduação da UFMS.

As políticas para a modalidade a distância são desenvolvidas, na UFMS, desde 2017, pela SEDFOR. Mais informações podem ser obtidas em www.sedfor.ufms.br.

3.3.1.1.9 Políticas de educação inclusiva

As ações de inclusão dos acadêmicos com deficiência são desenvolvidas conforme a demanda, assim, de acordo com a necessidade específica e, caso a caso, a UFMS procura supri-la, como por exemplo, a disponibilização de intérprete de Libras, materiais em Braille, recursos midiáticos, adaptações dos espaços físicos e outras que forem necessárias. Também para a formação acadêmica estão previstas as disciplinas de Libras e Educação Especial, obrigatórias nos cursos de Licenciatura e optativas nos demais cursos.

Inclusive, o instrumento de avaliação externa do INEP/MEC, que subsidia os atos regulatórios dos cursos de graduação, exige como requisitos legais e normativos a oferta da disciplina de Libras e condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A não observância destes requisitos tanto no PPC quanto na Infraestrutura física do curso pode resultar em celebração de protocolo de compromisso.

O balanço desses aspectos, acerca dos cursos avaliados no triênio, consta no Eixo 1.

As políticas de acessibilidade na UFMS estão sendo trabalhada no âmbito da PROAES, tendo sido criada em 2016 uma coordenadoria de desenvolvimento profissional e inclusão, que conta com a divisão de acessibilidade e ações afirmativas e uma seção de acessibilidade.

3.3.1.1.10 Política de revalidação de diplomas

Em dezembro de 2016, o MEC publicou a Portaria Normativa n.º 22/2016 estabelecendo que as universidades públicas devem revalidar diplomas estrangeiros de graduação e reconhecer diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) dos cursos do mesmo nível e área. Também dispõe o art. 2º da mesma Portaria que os processos de revalidação e reconhecimento de diplomas devem observar limites e a capacidade de cada Instituição.

Para tanto, a UFMS publicou a Resolução COUN n.º 44, de 18 de maio de 2017, com as normas para regulamentar o processo. Para atender o disposto dessa nova normativa, a UFMS aderiu à Plataforma Carolina Bori e criou um Comitê Permanente de Revalidação e Reconheci-

mento de Diplomas (CPRRD), responsável pela conferência e análise dos documentos enviados pelos interessados, e, conforme o caso, poderá solicitar prova ou complementação de estudos. Quanto à revalidação de diploma estrangeiro do curso de Medicina, poderá ocorrer por meio do Exame Revalida ou pela Plataforma Carolina Bori.

3.3.1.1.11 Oferta de cursos de graduação presenciais

Os cursos de graduação presenciais da UFMS, ofertados pelas unidades da Administração Setorial, são classificados em: bacharelado, licenciatura, e tecnologia, podendo, a depender de sua Diretriz Curricular Nacional, oferecer uma ou mais habilitações. Os cursos podem ser ofertados na modalidade presencial e a distância. A modalidade a distância não será contemplada nesse item, por estar sob a responsabilidade da SEDFOR.

Desde o segundo semestre de 2010 a UFMS utiliza o Sistema Unificado de Seleção (SISU), baseado no desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingresso nos cursos de graduação presenciais.

Os Processos Seletivos Unificados ofertados pela UFMS no período de 2015 a 2017 foram os seguintes: SISU 2015 – Verão e Inverno; SISU 2016 – Verão e Inverno e SISU 2017 – Verão e Inverno. A relação dos cursos de graduação presenciais ofertados nos processos seletivos da UFMS relativos ao período 2015 a 2017, complementada com a identificação da unidade setorial acadêmica, semestre de ingresso, turno de funcionamento, número de vagas em cada curso e taxa de ocupação, apresentada nas Tabelas 18, 19 e 20.

Tabela 18 - Ingresso SISU 2015

Unidade Setorial	Curso	Sem	Turno	Duração	Vagas	Ingressos	% Ocupação
CCBS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	50	46	92,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	50	46	92,0
	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	45	90,0
	FARMÁCIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	42	84,0
	FISIOTERAPIA - BACHARELADO	1	M/V	10	40	37	92,5
	NUTRIÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	40	34	85,0
	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1	N	6	40	36	90,0
Total da Unidade			7 cursos		320	286	89,4%
CCHS	ARTES VISUAIS - BACHARELADO	1	M/V	8	30	26	86,7
	ARTES VISUAIS - LICENCIATURA	1	M/V	8	30	26	86,7
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	60	57	95,0
	CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO	1	M	8	50	44	88,0
	JORNALISMO – BACHARELADO	1	M/V	8	50	47	94,0
	EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	34	85,0
	FILOSOFIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	51	85,0
	HISTÓRIA – LICENCIATURA	1	N	8	60	58	96,7
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPANHOL – LICENCIATURA	1	M/V	8	40	34	85,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS – LICENCIATURA	1	M/V	8	40	33	82,5
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	46	92,0

CCHS	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	48	96,0
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	2	M/V	10	50	50	100,0
Total da Unidade		13 cursos			610	554	90,8%
CPAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	49	98,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	V	8	35	35	100,0
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	35	7	20,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	50	41	82,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	5	12,5
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	35	31	88,6
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPANHOL - LICENCIATURA	1	M	8	40	32	80,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V/N	8	40	37	92,5
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V/N	8	45	44	97,8
	PSICOLOGIA	1	M/V	10	40	32	80,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1	M/V	8	50	44	88,0
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	2	M/V	8	50	46	92,0	
Total da Unidade		13 cursos			550	443	80,5%
CPAQ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	40	39	97,5
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	41	91,1
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	35	87,5
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPANHOL - LICENCIATURA	1	N	8	25	7	28,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	25	10	40,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA - LICENCIATURA	1	N	8	25	1	4,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V	8	40	13	32,5
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V	8	50	47	94,0
	TURISMO - BACHARELADO	1	V	8	30	24	80,0
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	48	96,0
GEOGRAFIA - BACHARELADO	2	V	8	40	29	72,5	
Total da Unidade		11 cursos			410	294	71,7%
CPAR	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	40	34	85,0
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	1	V/N	10	40	25	62,5
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	48	96,0
Total da Unidade		3 cursos			130	107	82,3%
CPCS	AGRONOMIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	42	84,0
	ENGENHARIA FLORESTAL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	32	64,0
Total da Unidade		2 cursos			100	74	74,0%
CPCX	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	38	76,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	42	84,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	25	50,0

CPCX	LETRAS - PORTUGUÊS – LICENCIATURA - LICENCIATURA	2	N	8	50	21	42,0
Total da Unidade			4 cursos		200	126	63,0%
CPNA	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	50	83,3
	GESTÃO FINANCEIRA	1	N	5	50	40	80,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	50	47	94,0
Total da Unidade			3 cursos		160	137	85,6%
CPNV	CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA	1	N	8	60	23	38,3
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	51	85,0
Total da Unidade			2 cursos		120	74	61,7%
CPPP	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	8	50	28	56,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	50	41	82,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V	8	50	36	72,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1	N	8	50	42	84,0
Total da Unidade			4 cursos		200	147	73,5%
CPTL	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	51	85,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	31	77,5
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	50	45	90,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	55	50	90,9
	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	40	30	75,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	37	92,5
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	39	86,7
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	55	40	72,7
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	33	82,5
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1	N	8	50	44	88,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPANHOL - LICENCIATURA	1	N	8	35	19	54,3
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	35	23	65,7
	LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA - LICENCIATURA	1	N	8	35	12	34,3
	DIREITO - BACHARELADO	2	M/V	10	55	52	94,5
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	2	M/V	10	50	50	100,0
MEDICINA - BACHARELADO	2	M/V/N	12	60	60	100,0	
Total da Unidade			16 cursos		745	616	82,7%
ESAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	54	90,0
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	57	95,0
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	60	57	95,0
ESAN	TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS	1	N	4	60	55	91,7
	TURISMO - BACHARELADO	1	M	7	40	36	90,0
Total da Unidade			5 cursos		280	259	92,5%

FACOM	ANÁLISE DE SISTEMAS - BACHARELADO	1	N	8	70	69	98,6
	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	56	93,3
	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	59	98,3
	ENGENHARIA DE SOFTWARE - BACHARELADO	1	V/N	10	70	65	92,9
	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1	N	6	70	68	97,1
Total da Unidade				5 cursos	330	317	96,1%
FADIR	DIREITO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	59	98,3
	DIREITO - BACHARELADO	2	N	10	60	60	100,0
Total da Unidade				2 cursos	120	119	99,2%
FAENG	ARQUITETURA E URBANISMO - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
	ENGENHARIA AMBIENTAL - BACHARELADO	1	V/N	10	50	50	100,0
	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	47	94,0
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	10	60	59	98,3
	ENGENHARIA ELÉTRICA - BACHARELADO	1	M/V	10	60	55	91,7
	GEOGRAFIA - BACHARELADO	1	N	8	40	38	95,0
	TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1	N	7	50	47	94,0
	TECNOLOGIA EM ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL	1	N	7	50	37	74,0
	TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL	1	N	5	50	42	84,0
	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	2	V/N	10	50	50	100,0
Total da Unidade				10 cursos	510	474	92,9%
FAMED	MEDICINA - BACHARELADO	1	M/V/N	12	80	78	97,5
Total da Unidade					80	78	
FAMEZ	MEDICINA VETERINÁRIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
	ZOOTECNIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	47	94,0
Total da Unidade				2 cursos	100	96	96,0%
FAODO	ODONTOLOGIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	48	96,0
Total da Unidade				1 curso	50	48	96,0%
INFI	FÍSICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	23	92,0
INFI	FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	25	21	84,0
Total da Unidade				2 cursos	50	44	88,0%
INMA	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	45	90,0
Total da Unidade				1 curso	50	45	90,0%
INQUI	QUÍMICA TECNOLÓGICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	25	100,0
	QUÍMICA - LICENCIATURA	1	N	10	45	37	82,2
Total da Unidade				2 cursos	70	62	88,6%
Total Geral					5185	4400	84,9

Tabela 19 - Ingresso SISU 2016

Unidade Setorial	Curso	Semestre	Turno	Duração	Vagas	Ingressos	% Ocupação
CCBS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	50	50	100,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	50	50	100,0
	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	FARMÁCIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	44	88,0
	FISIOTERAPIA - BACHARELADO	1	M/V	10	40	38	95,0
	NUTRIÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	40	39	97,5
	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1	N	6	40	31	77,5
Total da Unidade			7 cursos		320	302	94,4%
CCHS	ARTES VISUAIS - BACHARELADO	1	M/V	8	30	27	90,0
	ARTES VISUAIS - LICENCIATURA	1	M/V	8	30	30	100,0
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	60	57	95,0
	CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO	1	M	8	50	45	90,0
	JORNALISMO - BACHARELADO	1	M/V	8	50	48	96,0
	EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	39	97,5
	FILOSOFIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	51	85,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	58	96,7
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAÑHOL - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	38	95,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	39	97,5
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	46	92,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	46	92,0
PSICOLOGIA - BACHARELADO	2	M/V	10	50	50	100,0	
Total da Unidade			13 cursos		610	574	94,1%
CPAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	49	98,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	V	8	35	34	97,1
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	50	50	100,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	39	97,5
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	35	35	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAÑHOL	1	M	8	40	41	102,5
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS	1	N	8	40	39	97,5
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V/N	8	40	40	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V/N	8	45	32	71,1
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	1	M/V	10	40	35	87,5
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	50	47	94,0
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	2	M/V	8	50	49	98,0	
Total da Unidade			13 cursos		565	540	95,6%
CPAQ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	45	100,0

CPAQ	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	39	97,5
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAÑHOL	1	N	8	25	25	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS	1	N	8	25	25	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA	1	N	8	25	25	100,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V	8	40	40	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V	8	50	50	100,0
	TURISMO - BACHARELADO	1	V	8	30	24	80,0
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	50	100,0
	GEOGRAFIA - BACHARELADO	2	V	8	40	35	87,5
Total da Unidade		11 cursos		410	398	97,1%	
CPAR	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	1	V/N	10	40	33	82,5
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	50	100,0
Total da Unidade		3 cursos		130	123	94,6%	
CPCS	AGRONOMIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	48	96,0
	ENGENHARIA FLORESTAL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
Total da Unidade		2 cursos		100	97	97,0%	
CPCX	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	47	94,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	25	50,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	16	32,0
	LETRAS - PORTUGUÊS - LICENCIATURA	2	N	8	50	30	60,0
Total da Unidade		6 cursos		200	118	59,0%	
CPNA	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	56	93,3
	GESTÃO FINANCEIRA	1	N	5	50	34	68,0
	HISTÓRIA - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
Total da Unidade		3 cursos		160	140	87,5%	
CPNV	CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA	1	N	8	60	21	35,0
	PEDAGOGIA	1	N	8	60	55	91,7
Total da Unidade		2 cursos		120	76	63,3%	
CPPP	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	8	50	18	36,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	50	49	98,0
	PEDAGOGIA	1	V	8	50	37	74,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	26	52,0
Total da Unidade		4 cursos		200	130	65,0%	
CPTL	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	60	100,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	35	87,5
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	55	53	96,4
	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	40	36	90,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	38	84,4
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	55	49	89,1

CPTL	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	48	96,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAANHOL - LICENCIATURA	1	N	8	35	27	77,1
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	35	35	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA - LICENCIATURA	1	N	8	35	32	91,4
	DIREITO - BACHARELADO	2	M/V	10	55	53	96,4
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	2	M/V	10	50	47	94,0
	MEDICINA - BACHARELADO	2	M/V/N	12	60	60	100,0
Total da Unidade			16 cursos		745	703	94,4%
ESAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	56	93,3
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	58	96,7
	CIENCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	60	60	100,0
	TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS	1	N	4	60	57	95,0
	TURISMO - BACHARELADO	1	M	7	40	30	75,0
Total da Unidade			5 cursos		280	261	93,2%
FACOM	ANÁLISE DE SISTEMAS - BACHARELADO	1	N	8	70	69	98,6
	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	60	100,0
	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	ENGENHARIA DE SOFTWARE - BACHARELADO	1	V/N	10	70	70	100,0
	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1	N	6	70	68	97,1
Total da Unidade			5 cursos		330	327	99,1%
FADIR	DIREITO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	2	N	10	60	59	98,3
Total da Unidade			2 cursos		120	119	99,2%
FAENG	ARQUITETURA E URBANISMO - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
	ENGENHARIA AMBIENTAL - BACHARELADO	1	V/N	10	50	28	56,0
	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	48	96,0
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	10	60	58	96,7
	ENGENHARIA ELÉTRICA - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	GEOGRAFIA	1	N	8	40	37	92,5
	TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1	N	7	50	42	84,0
	TECNOLOGIA EM ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL	1	N	7	50	41	82,0
	TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL	1	N	5	50	0	0,0

FAENG	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	2	V/N	10	50	49	98,0
Total da Unidade			10 cursos		510	412	80,8%
FAMED	MEDICINA - BACHARELADO	1	M/V/N	12	80	79	98,8
Total da Unidade			1 curso		80	79	98,8%
FAMEZ	MEDICINA VETERINÁRIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	ZOOTECNIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	47	94,0
Total da Unidade			2 cursos		100	97	97,0%
FAODO	ODONTOLOGIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
Total da Unidade			1 curso		50	49	98,0%
INFI	FÍSICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	22	88,0
	FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	25	25	100,0
Total da Unidade			2 cursos		50	47	94,0%
INMA	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	47	94,0
Total da Unidade			1 curso		50	47	94,0%
INQUI	QUIMICA TECNOLÓGICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	25	100,0
	QUÍMICA - LICENCIATURA	1	N	10	45	44	97,8
Total Geral			107		5.200	4708	90,5

Tabela 20 - Ingresso SISU 2017

Unidade Setorial	Curso	Semestre	Turno	Duração	Vagas	Ingressos	% Ocupação
CPAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	V	8	35	35	100,0
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	50	50	100,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	35	32	91,4
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAANHOL - LICENCIATURA	1	M	8	40	40	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V/N	8	40	40	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V/N	8	45	45	100,0
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	1	M/V	10	40	40	100,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	50	49	98,0
Total da Unidade			12 cursos		515	511	99,2%
CPAQ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	45	100,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAANHOL - LICENCIATURA	1	N	8	25	25	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	25	25	100,0
LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA - LICENCIATURA	1	N	8	25	25	100,0	

CPAQ	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	V	8	40	40	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V	8	50	50	100,0
	TURISMO - BACHARELADO	1	V	8	30	29	96,7
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	50	100,0
	GEOGRAFIA - BACHARELADO	2	V	8	40	22	55,0
Total da Unidade			11 cursos		410	391	95,4%
CPAR	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	40	37	92,5
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	1	V/N	10	40	39	97,5
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	2	N	8	50	36	72,0
Total da Unidade			3 cursos		130	112	86,2%
CPCS	AGRONOMIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
	ENGENHARIA FLORESTAL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
Total da Unidade			2 cursos		100	98	98,0%
CPCX	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	49	98,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	8	16,0
	LETRAS - PORTUGUÊS - LICENCIATURA	2	N	8	50	19	38,0
Total da Unidade			4 cursos		200	126	63,0%
CPNA	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	59	98,3
	TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA	1	N	5	50	47	94,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	50	40	80,0
Total da Unidade			3 cursos		160	146	91,3%
CPNV	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	40	39	97,5
	CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA	1	N	8	60	52	86,7
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	58	96,7
Total da Unidade			3 cursos		160	149	93,1%
CPPP	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	8	50	29	58,0
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	50	46	92,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	V	8	50	42	84,0
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	41	82,0
Total da Unidade			4 cursos		200	158	79,0%
CPTL	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	60	100,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	42	105,0
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	50	48	96,0
	DIREITO - BACHARELADO	1	N	10	55	54	98,2
	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	40	40	100,0
	GEOGRAFIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	49	122,5
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	45	44	97,8
	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	N	8	55	54	98,2
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	N	8	40	40	100,0
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	50	50	100,0	

CPTL	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAÑHOL - LICENCIATURA	1	N	8	35	35	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	N	8	35	35	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/LITERATURA - LICENCIATURA	1	N	8	35	35	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	2	M/V	10	55	55	100,0
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	2	M/V	10	50	48	96,0
	MEDICINA - BACHARELADO	2	M/V/N	12	60	60	100,0
Total da Unidade			16 cursos		745	749	100,5%
ESAN	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	60	100,0
	ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	60	60	100,0
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	1	N	8	60	60	100,0
	CIÊNCIAS ECONÔMICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	60	60	100,0
	TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS	1	N	4	60	59	98,3
	TURISMO - BACHARELADO	1	M	7	40	37	92,5
Total da Unidade			6 cursos		340	336	98,8%
FAALC	ARTES VISUAIS - BACHARELADO	1	M/V	8	30	29	96,7
	ARTES VISUAIS - LICENCIATURA	1	M/V	8	30	30	100,0
	JORNALISMO - BACHARELADO	1	M/V	8	50	50	100,0
	LETRAS - PORTUGUÊS/ESPAÑHOL - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	39	97,5
	LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	39	97,5
Total da Unidade			5 cursos		190	187	98,4%
FACFAN	FARMÁCIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	NUTRIÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	40	39	97,5
FACFAN	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1	N	6	40	40	100,0
Total da Unidade			3 cursos		130	129	99,2%
FACH	CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO	1	M	8	50	50	100,0
	FILOSOFIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	60	100,0
	HISTÓRIA - LICENCIATURA	1	N	8	60	59	98,3
	PSICOLOGIA - BACHARELADO	2	M/V	10	50	50	100,0
Total da Unidade			4 cursos		220	219	99,5%
FACOM	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - BACHARELADO	1	N	8	70	70	100,0
	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	8	60	60	100,0
	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	ENGENHARIA DE SOFTWARE - BACHARELADO	1	V/N	10	70	70	100,0
	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1	N	6	70	70	100,0
Total da Unidade			5 cursos		330	330	100,0%
FADIR	DIREITO - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	DIREITO - BACHARELADO	2	N	10	60	59	98,3

Total da Unidade			2 cursos		120	119	99,2%
FAED	EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	40	40	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	50	100,0
	PEDAGOGIA - LICENCIATURA	2	N	8	50	50	100,0
Total da Unidade			3 cursos		140	140	100,0%
FAENG	ARQUITETURA E URBANISMO - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	ENGENHARIA AMBIENTAL - BACHARELADO	1	V/N	10	50	50	100,0
	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - BACHARELADO	1	V/N	10	60	60	100,0
	ENGENHARIA ELÉTRICA - BACHARELADO	1	M/V	10	60	60	100,0
	GEOGRAFIA - BACHARELADO	1	N	8	40	40	100,0
	TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1	N	7	50	49	98,0
	TECNOLOGIA EM ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL	1	N	7	50	50	100,0
	TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL	1	N	5	50	49	98,0
	ENGENHARIA CIVIL - BACHARELADO	2	V/N	10	50	50	100,0
Total da Unidade			10 cursos		510	508	99,6%
FAMED	MEDICINA - BACHARELADO	1	M/V/N	12	80	80	100,0
Total da Unidade			1 curso		80	80	100,0%
FAMEZ	MEDICINA VETERINÁRIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	ZOOTECNIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
Total da Unidade			2 cursos		100	100	100,0%
FAODO	ODONTOLOGIA - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
Total da Unidade	1 curso		50	50	100,0%		
INBIO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BACHARELADO	1	M/V	8	50	49	98,0
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	1	N	8	50	50	100,0
Total da Unidade			2 cursos		100	99	99,0%
INFI	FÍSICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	25	100,0
	FÍSICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	25	25	100,0
Total da Unidade			2 cursos		50	50	100,0%
INISA	ENFERMAGEM - BACHARELADO	1	M/V	10	50	50	100,0
	FISIOTERAPIA - BACHARELADO	1	M/V	10	40	39	97,5
Total da Unidade			2 cursos		90	89	98,9%
INMA	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	1	M/V	8	50	49	98
Total da Unidade			1 curso		50	49	98,0%
INQUI	QUÍMICA TECNOLÓGICA - BACHARELADO	1	M/V	8	25	25	100,0
	QUÍMICA - LICENCIATURA	1	N	10	45	45	100,0
Total da Unidade			2 cursos		70	70	100,0%
Total Geral					5.190	4995	96,2

Fonte: PROGRAD/UFMS (2017).

A oferta de vagas dos cursos de graduação da UFMS apresentou-se estável no período (2015 a 2017), mantendo-se em aproximadamente 5190 vagas.

Comparando-se a taxa de ocupação, no triênio 2015-2017, é possível observar uma melhora na ocupação das vagas ofertadas no Sisu. Em 2015 a taxa de ocupação foi de 84,9%, elevando-se para 96,2% em 2017, mas é necessário colocar em perspectiva esses dados com base no número de convocações da lista de espera do Sisu em cada processo seletivo realizado no período (Tabela 21).

Tabela 21- Número de chamadas do Sisu. 2015-2017.

Sisu	Número total de Chamadas realizadas		
	2015	2016	2017*
Verão	6	14	11
Inverno	15	19	11

* Em 2017, além do Sisu tradicional, tanto no 1º quanto no 2º semestre, foram realizados processos seletivos de candidatos para aproveitamento de vagas remanescentes do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

A nacionalização da oferta de vagas conduzida pelo Sistema de Seleção Unificada veio acompanhada de uma maior dificuldade no preenchimento das vagas de ingressos ofertadas. O resultado desta dinâmica é um aumento das vagas remanescentes e a exigência de estender o número de convocações para atingir taxas de ocupações comparáveis ao antigo vestibular, processo seletivo de caráter muito mais regional.

Visando atenuar essas deficiências, em 19 de outubro de 2017, foi publicada Resolução COUN n.º 79/2017 que altera a forma de ingresso nos cursos de graduação da UFMS, passando em 2018/1 a ser composta dos seguintes processos seletivos:

- I - Sistema de Seleção Unificada - Sisu;
- II - Vestibular; e/ou
- III - Programa de Avaliação Seriada Seletiva- Passe.

Espera-se com essa mudança, melhorar ainda mais o percentual de ocupação de vagas e diminuir a quantidade de chamadas, por processo seletivo.

Os cursos de graduação são ofertados nos turnos: matutino, vespertino, noturno. As atividades matutinas são conduzidas no horário das 7 às 12 horas, as atividades vespertinas são realizadas das 12 às 18 horas e as atividades noturnas compreendem o horário das 18 às 23 horas, de segunda a sexta-feira. Os horários de aula serão distribuídos em três turnos de funcionamento, podendo realizar atividades aos sábados das 7 às 18 horas. O curso oferecido em mais de um turno é considerado como integral.

Mencionamos abaixo algumas considerações sobre a distribuição de cursos na UFMS entre interior e capital, seus respectivos turnos e vagas ofertadas:

- 1) do total de 109 cursos ofertados no processo seletivo de 2017, 53 são noturnos, 47 são de turno Integral (ou seja, ofertados em mais de um turno), 3 são matutinos e 6 são vespertinos;
- 2) 58 cursos são ofertados nas unidades setoriais acadêmicas localizadas no interior do Estado de Mato Grosso do Sul (53,21% do total);
- 3) 37 desses 58 cursos do interior são ofertados no período noturno (63,79%);
- 4) ao considerar o total de cursos da UFMS, 53 são ofertados no período noturno (48,62% do total);
- 5) do total de 5.190 vagas ofertadas nos Processos Seletivos de 2017, 2.550 são vagas de cursos noturnos (49,13% do total);
- 6) no interior foram ofertadas 2.620 vagas, correspondendo a 50,48% do total; e
- 7) nos Processos Seletivos de 2017, 33 cursos foram ofertados em período integral na

Capital (70,21% dos cursos integrais).

A elaboração do horário de aulas de cada curso é realizada pela Coordenação de curso, após consulta às Direções das Unidades da Administração Setorial que oferecem as disciplinas para o curso, observados os prazos definidos pelo Calendário Acadêmico.

3.3.1.1.12 Atos de autorização e reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação

A situação legal de cada curso de graduação presencial, em funcionamento na UFMS em NOV/2017 e por unidade setorial acadêmica informando o ato de autorização, de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cada um, apresenta-se conforme Quadro 18.

Quadro 18 - Situação legal de cada curso de graduação presencial – 2015 a 2017

Unidade	Curso	Autorização	Ano	Reconhecimento	Ano	Renovação	Ano	Início
CPAN	Administração – (B) (P)	Res. CEE/MT n° 31-A	1973	Port. MEC 621	1980	Port. 314	2011	10/03/74
CPAN	Ciências Contábeis – (B) (P)	Res. CEE/MT n° 31-A	1973	Port. MEC 621	1980	Port. 930	2017	10/03/74
CPAN	História - (L) (P)	Res. CEE/MT n° 46	1967	Dec. Fed. 72838	1973	Port. 1097	2015	10/03/72
CPAN	Pedagogia - (L) (P)	Res. CEE/MT n° 46	1967	Dec. Fed. 72838	1973	Port. 1097	2015	10/03/70
CPAN	Psicologia - (B) (P)	Res. CEE/MT n° 9	1975	Port. MEC 18	1982	Port. 272	2017	10/03/69
CPAN	Matemática - (L) (P)	Res. COUN n° 10	1986	Port. MEC 2373	1991	Port. 340	2016	10/03/87
CPAN	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN n° 18	1986	Port. MEC 849	1992	Port. 796	2016	10/03/87
CPAN	Geografia - (L) (P)	Res. COUN n° 18	1985	Port. MEC 1944	1991	Port. 1097	2015	10/03/86
CPAN	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT n° 46	1967	Dec. Fed. 72838	1973	Port. 1097	2015	10/03/70
CPAN	Direito - (B) (P)	Res. COUN n° 10*	2001	Port. SESu 318	2007	Port. 545	2017	15/07/01
CPAN	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN n° 75	2006	Port. 444	2011	Port. 1097	2015	05/03/07
CPAN	Educação Física - (L) (P)	Res. COUN n° 6	2009	Port. 187	2012	Port. 279	2016	03/08/09
CPAN	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN n° 46	2009	Port. 655	2013	Port. 1097	2015	08/03/10
CPAQ	Geografia - (L) (P)	Res. COUN n° 6	1983	Port. MEC 93	1988	Port. 796	2016	10/03/83
CPAQ	História - (L) (P)	Res. COUN n° 6	1983	Port. MEC 19	1988	Port. 796	2016	10/03/83
CPAQ	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN n° 56	1995	Port. MEC 17	1988	Port. 796	2016	10/03/97
CPAQ	Matemática - (L) (P)	Res. COUN n° 19	1996	Port. MEC 1.771	2003	Port. 796	2016	10/01/97

CPAQ	Pedagogia - (L) (P)	Res. COUN nº 57	1995	Port. MEC 1.228	2004	Port. 796	2016	10.01.97
CPAQ	Turismo - (B) (P)	Res. COUN nº 75	1999	Port. MEC 3.535	2004	Port. 706	2013	20/03/00
CPAQ	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 32	1973	Dec. Fed. 80028	1977	Port. 796 de 14/12/.	2016	10/03/71
CPAQ	Letras - Português e Literatura - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 32	1973	Dec. Fed. 80028	1977	Port. 286	2012	10/03/71
CPAQ	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. SESu 911	2006	Port. 286	2012	10/07/01
CPAQ	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. MEC 120	1984	Port. 272	2017	15/07/01
CPAQ	Geografia - (B) (P)	Res. COUN nº 31	1990	Port. MEC 93	1988	Port. 796	2016	03/07/01
CPAQ	Licenciatura Intercultural Indígena - (L) (P)	Res. COUN nº 51	2010					09/08/10
CPAR	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. SESu 1.010	2006	Port. 272	2017	15/07/01
CPAR	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. SESu 1.009	2006	Port. 1097	2015	15/07/01
CPAR	Psicologia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. 1528		Port. 706	2013	15/07/01
CPBO	Administração - (B) (P)	Port. MEC nº 319	2011	Port. 300	2012			02/03/09
CPBO	Turismo e Meio Ambiente - (B) (P)	Port. MEC nº 320	2011	Port. 304	2012			02/03/09
CPCS	Agronomia - (B) (P)	Res. COUN nº 59	2005	Port. 406	2011	Port. 823	2014	03/07/06
CPCS	Engenharia Florestal - (B) (P)	Res. COUN nº 51	2009	Port. 300	2015			03/08/10
CPCX	História - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. SESu 920	2006	Port. 1097	2015	15/07/01
CPCX	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 5	2002	Port. SESu 919	2006	Port. 1097	2015	01/07/02
CPCX	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 47	2009	Port. 674	2016			08/03/10
CPCX	Letras – Português - (L) (P)	Res. COUN nº 21	2014	Port. 857	2017			15/05/14
CPNA	História - (L) (P)	Res. COUN nº 5	2006	Port. 395	2011	Port. 1097	2015	03/07/06
CPNA	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 60	2011	Port. 216	2012	Port. 272	2017	03/08/09
CPNA	Tecnologia em Gestão Financeira – (P)	Port. MEC 179	2013	Port. 114	2017			17/02/14
CPNV	Ciências Sociais - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Port. 190	2012	Port. 1097	2015	02/03/09
CPNV	Pedagogia - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Port. 133	2012	Port. 1097	2015	02/03/09
CPNV	Administração - (B) (P)	Port. MEC Nº 563	2016					21/11/16
CPPP	Matemática - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Port. 655	2013	Port. 1097	2015	02/03/09
CPPP	Sistemas de Informação - (B) (P)	Port. MEC nº 318	2011	Port. 655	2013	Port. 1097	2015	02/03/09

CPPP	Ciência da Computação - (B) (P)	Res. COUN nº 49	2009	Port. 320	2012	Port. 1097	2015	01/03/10
CPPP	Pedagogia - (L) (P)	Res. COUN nº 82	2013	Port. 652	2017			19/02/14
CPTL	Geografia - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Dec. Fed. 76788	1975	Port. 1097	2015	10/03/71
CPTL	História - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Dec. Fed. 76375	1975	Port. 1097	2015	10/03/71
CPTL	Pedagogia - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Dec. Fed. 76418	1975	Port. 796	2016	10/03/71
CPTL	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 19	1986	Port. MEC 1023	1990	Port. 1097	2015	10/02/87
CPTL	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN nº 19	1986	Port. MEC 1023	1990	Port. 1097	2015	10/03/87
CPTL	Ciências Contábeis - (B) (P)	Res. COUN nº 12	1991	Port. MEC 778	1999	Port. 272	2017	10/03/92
CPTL	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. MEC 64	1999	Port. 272	2017	11/03/91
CPTL	Direito - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. MEC 3.888	2003	Port. 546	2017	10/03/96
CPTL	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 31	1999	Port. MEC 3.536	2004	Port. 833	2016	20/03/00
CPTL	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Dec. Fed. 76003	1975	Port. 796	2016	10/03/71
CPTL	Letras – Português - (L) (P)	Res. COUN nº 19	2005	Port. 493	2011	Port. 286	2012	20/02/06
CPTL	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 66	2008	Port. 614	2014		-	02/03/09
CPTL	Engenharia de Produção - (B) (P)	Res. COUN nº 5	2009	Port. 408	2013	Port. 1097	2015	03/08/09
CPTL	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 50	2009	Port. 294	2016		-	08/03/10
CPTL	Medicina - (B) (P)	Port. MEC nº 274	2014	-		-	-	03/07/14
ESAN	Administração - (B) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 120	1984	Port. 272	2017	10/03/95
ESAN	Ciências Econômicas - (B) (P)	Res. COUN nº 7	1990	Port. MEC 165	1996	Port. 313	2011	10/03/91
ESAN	Tecnologia em Processos Gerenciais – (P)	Res. COUN nº 48	2009	Port. 346	2014	Port. 272	2017	08/03/10
ESAN	Administração Pública - (B) (EaD)	Res. COUN nº 63	2011	Port. 436	2014	-	-	01/09/11
ESAN	Ciências Contábeis - (B) (P)	Res. COUN nº 96	2014	-	-	-	-	17/02/14
ESAN	Turismo - (B) (P)	Res. COUN nº 96	2014	Port. 382	2017	-	-	28/11/13
FAALC	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. COUN nº 6	1987	Port. MEC 1785	1992	Port. 796.	2016	10/03/88
FAALC	Artes Visuais - (B) (P)	Res. COUN nº 24	1990	Port. MEC 451	1984	Port. 329	2013	20/03/00

FAALC	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 60	1990	Port. MEC 486	1997	Port. 796	2016	10/03/88
FAALC	Jornalismo - (B) (P)	Res. COUN nº 78	2014	Port. MEC 1169	1994	Port. 29	2012	10/03/89
FAALC	Artes Visuais - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 451	1984	Port. 1097	2015	20/03/00
FAALC	Música - (L) (P)	Res. COUN nº 5	2002	Port. SESu 1.030	2006	Port. 340	2016	01/07/02
FAALC	Letras - Português e Espanhol - (L) (EaD)	Res. COUN nº 23	2006	Port. MEC 244	2013	-		25/04/08
FACFAN	Farmácia - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 3	1964	Dec. Fed. 67383	1970	Port. 823.	2014	10/03/64
FACFAN	Nutrição - (B) (P)	Res. COEG nº 72	2010	Port. 617	2014	-		24/02/11
FACFAN	Tecnologia em Alimentos - (P)	Res. COEG nº 54	2010	Port. 433	2014	-		24/02/11
FACH	Ciências Sociais - (B) (P)	Res. COUN nº 27	1999	Port. MEC 1.922	2004	Port. 796	2016	20/03/00
FACH	História - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. MEC 4.451	2005	Port. 286	2012	15/07/01
FACH	Psicologia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. nº 1723		Port. 272	2017	15/07/01
FACH	Filosofia - (L) (P)	Res. COUN nº 48	2009	Port. 649	2013	Port. 1097	2015	08/03/10
FACOM	Ciência da Computação - (B) (P)	Res. COUN nº 21	1986	Port. MEC 704	1992	Port. 1097	2015	10/03/87
FACOM	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 61	1995	Port. MEC 405	2002	Port. 796	2016	10/03/96
FACOM	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - (P)	Res. COUN nº 52	2009	Port. 135	2012	Port. 282	2016	08/03/10
FACOM	Engenharia de Computação - (B) (P)	Res. COEG nº 74	2010	Port. 64	2016	-		24/02/11
FACOM	Engenharia de Software - (B) (P)	Res. COUN nº 80	2014	-		-		27/10/14
FADIR	Direito - (B) (P)	Res. COUN nº 60	1995	Port. MEC 436	2002	Port. 547	2017	10/03/96
FAED	Educação Física - (L) (P)	Par. CEE/MT nº 28-A	1971	Dec. Fed. 77307	1976	Port. 286	2012	10/03/71
FAED	Pedagogia - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. 460		Port. 796	2016	10/03/81
FAED	Pedagogia - (L) (EaD)	Res. COUN nº 27	2007	Port. SESu 762	2006	Port. SERES nº 286		01/07/00
FAED	Educação Física - (L) (EaD)	Res. COUN nº 26	2012	-		-		25/07/14
FAED	Educação do Campo - (L) (P)	Res. COUN nº 49	2013	-		-		28/11/13
FAENG	Engenharia Civil - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 28	1970	Dec. Fed. 78889	1976	Port. 1097	2015	10/07/70
FAENG	Engenharia Elétrica - (B) (P)	Res. COUN nº 8	1987	Port. MEC 1548	1993	Port. 414	2011	10/07/88
FAENG	Arquitetura e Urbanismo - (B) (P)	Res. COUN nº 29	1999	Port. MEC 560	2005	Port. 1097	2015	20/03/00

FAENG	Engenharia Ambiental	Res. COUN nº 30	1999	Port. MEC 4.397	2004	Port. 1097	2015	20/03/00
FAENG	Tecnologia em Eletrotécnica Industrial – (P)	Res COUN nº 45	2009	Port. 136	2012	Port. 281	2016	08/03/10
FAENG	Engenharia de Produção - (B) (P)	Res. COEG nº 75	2010	Port. 305	2015	-		24/02/11
FAENG	Tecnologia em Saneamento Ambiental – (P)	Res. COEG nº 53	2010	Port. 38	2013	Port. 1014	2017	24/02/11
FAENG	Tecnologia em Construção de Edifícios – (P)	Res. COEG nº 53	2010	Port. 432	2014	-		24/02/11
FAENG	Geografia - (B) (P)	Res. COEG nº 71	2010	Port. 425	2014	Port. 1097	2015	24/02/11
FAENG	Geografia - (L) (EaD)	Res. COUN nº 99	2010	-		-		09/09/13
FAMED	Medicina - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 45	1967	Dec. Fed. 72939	1973	Port. MEC/SESu	2008	10/03/68
FAMEZ	Medicina Veterinária - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 1-A	1972	Dec. Fed. 77165	1976	Port. 823	2014	10/03/71
FAMEZ	Zootecnia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Port. MEC 4.452	2005	Port. 823	2014	15/07/01
FAODO	Odontologia - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 3	1964	Dec. Fed. 67383	1970	Port. 823	2014	10/03/64
INBIO	Ciências Biológicas - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 154	1984	Port. 283	2016	10/03/81
INBIO	Ciências Biológicas - (B) (P)	Res. COUN nº 37	1994	Port. MEC 154	1984	Port. 1097	2015	10/03/81
INBIO	Ciências Biológicas - (L) (EaD)	Res. COUN nº 43	2011	Port. nº 226	2014	Port. 535	2016	01/07/09
INFI	Física - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 246	1984	Port. 1097	2015	10/07/81
INFI	Física - (B) (P)	Res. COUN nº 29	1990	Port. MEC 246	1984	Port. 796	2016	10/07/81
INISA	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 4	1990	Port. MEC 82	1995	Port. SE-RES/MEC	2012	10/03/91
INISA	Fisioterapia - (B) (P)	Res. COUN nº 6	2007	Port. 488	2011	Port. 823	2014	03/03/08
INMA	Matemática - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 158	1984	Port. 796	2016	10/03/81
INMA	Matemática - (L) (EaD)	Res. COUN nº 15	2006	Port. MEC 244	2013			10/07/08
INQUI	Química - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Port. MEC 476	1984	Port. 1097	2015	10/07/81
INQUI	Química Tecnológica - (B) (P)	Res. COUN nº 27	1990	Port. MEC 476	1984	Port. 796	2016	10/03/91
Unidade	Curso	Autorização	Ano	Reconhecimento	Ano	Renovação	Ano	Início
CPAN	Administração – (B) (P)	Res. CEE/MT nº 31-A	1973	Portaria MEC 621	1980	Portaria 314	2011	10/03/74
CPAN	Ciências Contábeis – (B) (P)	Res. CEE/MT nº 31-A	1973	Portaria MEC 621	1980	Portaria 930	2017	10/03/74
CPAN	História - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 46	1967	Decreto Federal 72838	1973	Portaria 1097	2015	10/03/72

CPAN	Pedagogia - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 46	1967	Decreto Federal 72838	1973	Portaria 1097	2015	10/03/70
CPAN	Psicologia - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 9	1975	Portaria MEC 18	1982	Portaria 272	2017	10/03/69
CPAN	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 10	1986	Portaria MEC 2373	1991	Portaria 340	2016	10/03/87
CPAN	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN nº 18	1986	Portaria MEC 849	1992	Portaria 796	2016	10/03/87
CPAN	Geografia - (L) (P)	Res. COUN nº 18	1985	Portaria MEC 1944	1991	Portaria 1097	2015	10/03/86
CPAN	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 46	1967	Decreto Federal 72838	1973	Portaria 1097	2015	10/03/70
CPAN	Direito - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria SESu 318	2007	Portaria 545	2017	15/07/01
CPAN	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 75	2006	Portaria 444	2011	Portaria 1097	2015	05/03/07
CPAN	Educação Física - (L) (P)	Res. COUN nº 6	2009	Portaria 187	2012	Portaria 279	2016	03/08/09
CPAN	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 46	2009	Portaria 655	2013	Portaria 1097	2015	08/03/10
CPAQ	Geografia - (L) (P)	Res. COUN nº 6	1983	Portaria MEC 93	1988	Portaria 796	2016	10/03/83
CPAQ	História - (L) (P)	Res. COUN nº 6	1983	Portaria MEC 19	1988	Portaria 796	2016	10/03/83
CPAQ	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN nº 56	1995	Portaria MEC 17	1988	Portaria 796	2016	10/03/97
CPAQ	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 19	1996	Portaria MEC 1.771	2003	Portaria 796	2016	10/01/97
CPAQ	Pedagogia - (L) (P)	Res. COUN nº 57	1995	Portaria MEC 1.228	2004	Portaria 796	2016	10.01.97
CPAQ	Turismo - (B) (P)	Res. COUN nº 75	1999	Portaria MEC 3.535	2004	Portaria 706	2013	20/03/00
CPAQ	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 32	1973	Decreto Federal 80028	1977	Portaria 796 de 14/12/.	2016	10/03/71
CPAQ	Letras - Português e Literatura - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 32	1973	Decreto Federal 80028	1977	Portaria 286	2012	10/03/71
CPAQ	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria SESu 911	2006	Portaria 286	2012	10/07/01
CPAQ	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria MEC 120	1984	Portaria 272	2017	15/07/01
CPAQ	Geografia - (B) (P)	Res. COUN nº 31	1990	Portaria MEC 93	1988	Portaria 796	2016	03/07/01
CPAQ	Licenciatura Intercultural Indígena - (L) (P)	Res. COUN nº 51	2010					09/08/10
CPAR	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria SESu 1.010	2006	Portaria 272	2017	15/07/01

CPAR	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria SESu 1.009	2006	Portaria 1097	2015	15/07/01
CPAR	Psicologia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria 1528		Portaria 706	2013	15/07/01
CPBO	Administração - (B) (P)	Port. MEC nº 319	2011	Portaria 300	2012			02/03/09
CPBO	Turismo e Meio Ambiente - (B) (P)	Port. MEC nº 320	2011	Portaria 304	2012			02/03/09
CPCS	Agronomia - (B) (P)	Res. COUN nº 59	2005	Portaria 406	2011	Portaria 823	2014	03/07/06
CPCS	Engenharia Florestal - (B) (P)	Res. COUN nº 51	2009	Portaria 300	2015			03/08/10
CPCX	História - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria SESu 920	2006	Portaria 1097	2015	15/07/01
CPCX	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 5	2002	Portaria SESu 919	2006	Portaria 1097	2015	01/07/02
CPCX	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 47	2009	Portaria 674	2016			08/03/10
CPCX	Letras – Português - (L) (P)	Res. COUN nº 21	2014	Portaria 857	2017			15/05/14
CPNA	História - (L) (P)	Res. COUN nº 5	2006	Portaria 395	2011	Portaria 1097	2015	03/07/06
CPNA	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 60	2011	Portaria 216	2012	Portaria 272	2017	03/08/09
CPNA	Tecnologia em Gestão Financeira – (P)	Port. MEC 179	2013	Portaria 114	2017			17/02/14
CPNV	Ciências Sociais - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Portaria 190	2012	Portaria 1097	2015	02/03/09
CPNV	Pedagogia - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Portaria 133	2012	Portaria 1097	2015	02/03/09
CPNV	Administração - (B) (P)	Port. MEC Nº 563	2016					21/11/16
CPPP	Matemática - (L) (P)	Port. MEC nº 484*	2011	Portaria 655	2013	Portaria 1097	2015	02/03/09
CPPP	Sistemas de Informação - (B) (P)	Port. MEC nº 318	2011	Portaria 655	2013	Portaria 1097	2015	02/03/09
CPPP	Ciência da Computação - (B) (P)	Res. COUN nº 49	2009	Portaria 320	2012	Portaria 1097	2015	01/03/10
CPPP	Pedagogia - (L) (P)	Res. COUN nº 82	2013	Portaria 652	2017			19/02/14
CPTL	Geografia - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Decreto Federal 76788	1975	Portaria 1097	2015	10/03/71
CPTL	História - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Decreto Federal 76375	1975	Portaria 1097	2015	10/03/71
CPTL	Pedagogia - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Decreto Federal 76418	1975	Portaria 796	2016	10/03/71
CPTL	Matemática - (L) (P)	Res. COUN nº 19	1986	Portaria MEC 1023	1990	Portaria 1097	2015	10/02/87

CPTL	Ciências Biológicas - (L) (P)	Res. COUN nº 19	1986	Portaria MEC 1023	1990	Portaria 1097	2015	10/03/87
CPTL	Ciências Contábeis - (B) (P)	Res. COUN nº 12	1991	Portaria MEC 778	1999	Portaria 272	2017	10/03/92
CPTL	Administração - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria MEC 64	1999	Portaria 272	2017	11/03/91
CPTL	Direito - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria MEC 3.888	2003	Portaria 546	2017	10/03/96
CPTL	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 31	1999	Portaria MEC 3.536	2004	Portaria 833	2016	20/03/00
CPTL	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. CEE/MT nº 29-A	1970	Decreto Federal 76003	1975	Portaria 796	2016	10/03/71
CPTL	Letras – Português - (L) (P)	Res. COUN nº 19	2005	Portaria 493	2011	Portaria 286	2012	20/02/06
CPTL	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 66	2008	Portaria 614	2014	-	-	02/03/09
CPTL	Engenharia de Produção - (B) (P)	Res. COUN nº 5	2009	Portaria 408	2013	Portaria 1097	2015	03/08/09
CPTL	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 50	2009	Portaria 294	2016	-	-	08/03/10
CPTL	Medicina - (B) (P)	Port. MEC nº 274	2014	-	-	-	-	03/07/14
ESAN	Administração - (B) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 120	1984	Portaria 272	2017	10/03/95
ESAN	Ciências Econômicas - (B) (P)	Res. COUN nº 7	1990	Portaria MEC 165	1996	Portaria 313	2011	10/03/91
ESAN	Tecnologia em Processos Gerenciais – (P)	Res. COUN nº 48	2009	Portaria 346	2014	Portaria 272	2017	08/03/10
ESAN	Administração Pública - (B) (EaD)	Res. COUN nº 63	2011	Portaria 436	2014	-	-	01/09/11
ESAN	Ciências Contábeis - (B) (P)	Res. COUN nº 96	2014	-	-	-	-	17/02/14
ESAN	Turismo - (B) (P)	Res. COUN nº 96	2014	Portaria 382	2017	-	-	28/11/13
FAALC	Letras - Português e Inglês - (L) (P)	Res. COUN nº 6	1987	Portaria MEC 1785	1992	Portaria 796.	2016	10/03/88
FAALC	Artes Visuais - (B) (P)	Res. COUN nº 24	1990	Portaria MEC 451	1984	Portaria 329	2013	20/03/00
FAALC	Letras - Português e Espanhol - (L) (P)	Res. COUN nº 60	1990	Portaria MEC 486	1997	Portaria 796	2016	10/03/88
FAALC	Jornalismo - (B) (P)	Res. COUN nº 78	2014	Portaria MEC 1169	1994	Portaria 29	2012	10/03/89
FAALC	Artes Visuais - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 451	1984	Portaria 1097	2015	20/03/00
FAALC	Música - (L) (P)	Res. COUN nº 5	2002	Portaria SESu 1.030	2006	Portaria 340	2016	01/07/02
FAALC	Letras - Português e Espanhol - (L) (EaD)	Res. COUN nº 23	2006	Portaria MEC 244	2013	-	-	25/04/08

FACFAN	Farmácia - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 3	1964	Decreto Federal 67383	1970	Portaria 823.	2014	10/03/64
FACFAN	Nutrição - (B) (P)	Res. COEG nº 72	2010	Portaria 617	2014	-		24/02/11
FACFAN	Tecnologia em Alimentos - (P)	Res. COEG nº 54	2010	Portaria 433	2014	-		24/02/11
FACH	Ciências Sociais - (B) (P)	Res. COUN nº 27	1999	Portaria MEC 1.922	2004	Portaria 796	2016	20/03/00
FACH	História - (L) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria MEC 4.451	2005	Portaria 286	2012	15/07/01
FACH	Psicologia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria nº 1723		Portaria 272	2017	15/07/01
FACH	Filosofia - (L) (P)	Res COUN nº 48	2009	Portaria 649	2013	Portaria 1097	2015	08/03/10
FACOM	Ciência da Computação - (B) (P)	Res. COUN nº 21	1986	Portaria MEC 704	1992	Portaria 1097	2015	10/03/87
FACOM	Sistemas de Informação - (B) (P)	Res. COUN nº 61	1995	Portaria MEC 405	2002	Portaria 796	2016	10/03/96
FACOM	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - (P)	Res. COUN nº 52	2009	Portaria 135	2012	Portaria 282	2016	08/03/10
FACOM	Engenharia de Computação - (B) (P)	Res. COEG nº 74	2010	Portaria 64	2016	-		24/02/11
FACOM	Engenharia de Software - (B) (P)	Res. COUN nº 80	2014	-		-		27/10/14
FADIR	Direito - (B) (P)	Res. COUN nº 60	1995	Portaria MEC 436	2002	Portaria 547	2017	10/03/96
FAED	Educação Física - (L) (P)	Par. CEE/MT nº 28-A	1971	Decreto Federal 77307	1976	Portaria 286	2012	10/03/71
FAED	Pedagogia - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria 460		Portaria 796	2016	10/03/81
FAED	Pedagogia - (L) (EaD)	Res. COUN nº 27	2007	Portaria SESu 762	2006	Portaria SERES nº 286		01/07/00
FAED	Educação Física - (L) (EaD)	Res. COUN nº 26	2012	-		-		25/07/14
FAED	Educação do Campo - (L) (P)	Res. COUN nº 49	2013	-		-		28/11/13
FAENG	Engenharia Civil - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 28	1970	Decreto Federal 78889	1976	Portaria 1097	2015	10/07/70
FAENG	Engenharia Elétrica - (B) (P)	Res. COUN nº 8	1987	Portaria MEC 1548	1993	Portaria 414	2011	10/07/88
FAENG	Arquitetura e Urbanismo - (B) (P)	Res. COUN nº 29	1999	Portaria MEC 560	2005	Portaria 1097	2015	20/03/00
FAENG	Engenharia Ambiental	Res. COUN nº 30	1999	Portaria MEC 4.397	2004	Portaria 1097	2015	20/03/00
FAENG	Tecnologia em Eletrotécnica Industrial - (P)	Res COUN nº 45	2009	Portaria 136	2012	Portaria 281	2016	08/03/10

FAENG	Engenharia de Produção - (B) (P)	Res. COEG nº 75	2010	Portaria 305	2015	-		24/02/11
FAENG	Tecnologia em Saneamento Ambiental - (P)	Res. COEG nº 53	2010	Portaria 38	2013	Portaria 1014	2017	24/02/11
FAENG	Tecnologia em Construção de Edifícios - (P)	Res. COEG nº 53	2010	Portaria 432	2014	-		24/02/11
FAENG	Geografia - (B) (P)	Res. COEG nº 71	2010	Portaria 425	2014	Portaria 1097	2015	24/02/11
FAENG	Geografia - (L) (EaD)	Res. COUN nº 99	2010	-		-		09/09/13
FAMED	Medicina - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 45	1967	Decreto Federal 72939	1973	Portaria MEC/SESu	2008	10/03/68
FAMEZ	Medicina Veterinária - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 1-A	1972	Decreto Federal 77165	1976	Portaria 823	2014	10/03/71
FAMEZ	Zootecnia - (B) (P)	Res. COUN nº 10*	2001	Portaria MEC 4.452	2005	Portaria 823	2014	15/07/01
FAODO	Odontologia - (B) (P)	Res. CEE/MT nº 3	1964	Decreto Federal 67383	1970	Portaria 823	2014	10/03/64
INBIO	Ciências Biológicas - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 154	1984	Portaria 283	2016	10/03/81
INBIO	Ciências Biológicas - (B) (P)	Res. COUN nº 37	1994	Portaria MEC 154	1984	Portaria 1097	2015	10/03/81
INBIO	Ciências Biológicas - (L) (EaD)	Res. COUN nº 43	2011	Portaria nº 226	2014	Portaria 535	2016	01/07/09
INFI	Física - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 246	1984	Portaria 1097	2015	10/07/81
INFI	Física - (B) (P)	Res. COUN nº 29	1990	Portaria MEC 246	1984	Portaria 796	2016	10/07/81
INISA	Enfermagem - (B) (P)	Res. COUN nº 4	1990	Portaria MEC 82	1995	Portaria SERES/MEC	2012	10/03/91
INISA	Fisioterapia - (B) (P)	Res. COUN nº 6	2007	Portaria 488	2011	Portaria 823	2014	03/03/08
INMA	Matemática - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 158	1984	Portaria 796	2016	10/03/81
INMA	Matemática - (L) (EaD)	Res. COUN nº 15	2006	Portaria MEC 244	2013			10/07/08
INQUI	Química - (L) (P)	Port. RTR nº 91-A	1980	Portaria MEC 476	1984	Portaria 1097	2015	10/07/81
INQUI	Química Tecnológica - (B) (P)	Res. COUN nº 27	1990	Portaria MEC 476	1984	Portaria 796	2016	10/03/91

B – Bacharelado; L – Licenciatura; P – Presencial; EaD – Educação a Distância

Fonte: DIRA/CDA/PROGRAD

3.3.1.1.13 Desempenho acadêmico nas avaliações nacionais

A seguir são apresentados os dados publicados referentes ao ciclo avaliativo 2015-2017 de todas as áreas contempladas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O ano de 2015 refere-se ao ciclo avaliativo das áreas de bacharelado em ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins, cursos superiores de tecnologias com eixos tecnológicos em gestão e negócios; apoio escolar; hospitalidade e lazer; produção cultural e design.

No ano de 2016 foram avaliados os cursos de bacharelados na área da saúde, agrárias e áreas afins, e cursos superiores de tecnologias com eixos tecnológicos em ambiente e saúde; produção alimentícia; recursos naturais; militar e segurança.

O ano de 2017 refere-se ao ciclo avaliativo das áreas de bacharelado em ciências exatas e áreas afins; licenciaturas e cursos superiores de tecnologias com eixos tecnológicos em controle e processos industriais; informação e comunicação; infraestrutura e produção industrial.

A Portaria Normativa n.º 40/2007 (republicada em 2010), no Art. 33-B, define os indicadores de qualidade da educação superior:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei n.º 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando:

I - A média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

II - A média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;

III - A distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do inciso II para as instituições que não oferecerem pós-graduação *stricto sensu*. (BRASIL, 2010, p. 18).

O desempenho acadêmico dos estudantes da UFMS nas edições do ENADE e os Conceitos dos cursos, são apresentados na Tabela 22.

Tabela 22- Conceitos obtidos pelos Cursos de Graduação, por Unidade Setorial e Conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

US	NOME DO CURSO	GRAU	CC	ANO CC	CPCF	CPCC	CPC ANO	ENADE	ENADE ANO
CPAN	Administração (Noturno)	Bacharelado	4	2015	3	2,66	2015	4	2015
CPAN	Ciências Contábeis (Noturno)	Bacharelado	3	2015	3	2,49	2015	4	2015
CPAN	História (Noturno)	Licenciatura	3	2010	3	2,66	2014	2	2014
CPAN	Pedagogia (Integral)	Licenciatura			4	3,12	2014	4	2014
CPAN	Psicologia (Integral)	Bacharelado			3	2,38	2015	3	2015
CPAN	Matemática (Integral)	Licenciatura	4	2014	3	2,06	2014	3	2014
CPAN	Ciências Biológicas (Vespertino)	Licenciatura			3	2,53	2014	3	2014
CPAN	Geografia (Noturno)	Licenciatura	3	2011	4	3,07	2014	3	2014
CPAN	Letras - Habilitação em Português/Inglês (Noturno)	Licenciatura			4	3,20	2014	3	2014
CPAN	Direito (Noturno)	Bacharelado	3	2015	2	1,77	2015	3	2015
CPAN	Letras - Habilitação em Português/Espanhol (Matutino)	Licenciatura	3	2011	3	2,48	2014	3	2014
CPAN	Educação Física (Integral)	Licenciatura	3	2015	3	2,66	2014	4	2014
CPAN	Sistemas de Informação (Integral)	Bacharelado	4	2012	3	1,96	2014	3	2014
CPAN	Sistemas de Informação (Integral)	Bacharelado	4	2012	3	1,96	2014	3	2014
CPAQ	Geografia (Noturno)	Licenciatura			3	2,77	2014	3	2014
CPAQ	História (Noturno)	Licenciatura			3	2,64	2014	2	2014
CPAQ	Ciências Biológicas (Noturno)	Licenciatura			3	2,70	2014	3	2014
CPAQ	Matemática (Vespertino)	Licenciatura			3	2,14	2014	2	2014
CPAQ	Pedagogia (Vespertino)	Licenciatura			3	2,61	2014	3	2014
CPAQ	Turismo (Matutino)	Bacharelado			2	1,90	2015	1	2015
CPAQ	Letras - Habilitação em Português/Inglês (Noturno)	Licenciatura			3	2,30	2014	2	2014
CPAQ	Letras - Habilitação em Português/ Literatura (Noturno)	Licenciatura			2	1,84	2014	2	2014

CPAQ	Letras - Habilitação em Português/ Espanhol (Noturno)	Licenciatura	5	2006	3	2,30	2014	3	2014
CPAQ	Administração (Noturno)	Bacharelado	4	2006	3	2,02	2015	2	2015
CPAQ	Geografia (Vespertino)	Bacharelado			3	2,13	2014	1	2014
CPAQ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	4	2017		,			
CPAR	Administração (Noturno)	Bacharelado	3	2011	4	3,11	2015	3	2015
CPAR	Matemática (Noturno)	Licenciatura	4	2005	3	2,73	2014	3	2014
CPAR	Psicologia (Integral)	Bacharelado	4	2011	2	1,91	2015	3	2015
CPBO	Administração (Noturno)	Bacharelado	4	2012	3	2,46	2015	1	2015
CPBO	Turismo e Meio Ambiente (Noturno)	Bacharelado	4	2015	2	1,85	2015	3	2015
CPCS	Agronomia (Integral)	Bacharelado	3	2010	4	2,97	2016	3	2016
CPCS	Engenharia Florestal (Integral)	Bacharelado	4	2014				5	2014
CPCX	História (Noturno)	Licenciatura	4	2005	3	2,17	2014	2	2014
CPCX	Letras - Habilitação em Português e Espanhol (Noturno)	Licenciatura	3	2006	3	2,30	2014	2	2014
CPCX	Sistemas de Informação (Noturno)	Bacharelado	4	2006	3	2,25	2014	2	2014
CPCX	Enfermagem (Integral)	Bacharelado	4	2016	3	2,86	2016	3	2016
CPCX	Letras Português	Licenciatura	4	2017					
CPNA	História	Licenciatura	4	2010	3	2,55	2014	2	2014
CPNA	Administração (Noturno)	Bacharelado	4	2012	3	2,28	2015	3	2015
CPNA	Gestão Financeira	Tecnológico	4	2016					
CPNV	Ciências Sociais (Noturno)	Licenciatura	4	2012	3	2,86	2014	3	2014
CPNV	Pedagogia (Noturno)	Licenciatura	4	2012	4	2,96	2014	4	2014
CPPP	Matemática (Noturno)	Licenciatura	3	2012	3	2,35	2014	3	2014
CPPP	Sistemas de Informação (Noturno)	Bacharelado	4	2012	4	3,32	2014	3	2014
CPPP	Ciência da Computação (Integral)	Bacharelado	4	2012	4	2,96	2014	3	2014
CPPP	Pedagogia	Licenciatura	4	2017					
CPTL	Geografia Licenciatura (Noturno)	Licenciatura			4	3,19	2014	4	2014

CPTL	História (Noturno)	Licenciatura			4	3,01	2014	4	2014
CPTL	Pedagogia (Vespertino/Noturno)	Licenciatura			3	2,54	2014	3	2014
CPTL	Matemática Licenciatura (Noturno)	Licenciatura			5	4,01	2014	5	2014
CPTL	Ciências Biológicas (Integral)	Licenciatura			4	3,22	2014	4	2014
CPTL	Ciências Contábeis (Noturno)	Bacharelado			4	3,01	2015	4	2015
CPTL	Administração (Noturno)	Bacharelado			3	2,48	2015	3	2015
CPTL	Direito (Integral / Noturno)	Bacharelado	4	2016	3	2,94	2015	4	2015
CPTL	Enfermagem (Integral)	Bacharelado	4	2016	3	2,75	2016	3	2016
CPTL	Letras - Habilitação em Português/Inglês (Noturno)	Licenciatura			3	2,19	2014	2	2014
CPTL	Letras - Habilitação em Português	Licenciatura	3	2011	2	1,88	2014	1	2014
CPTL	Letras - Habilitação em Português/Espanhol (Noturno)	Licenciatura	4	2012	0		2014	0	2014
CPTL	Engenharia de Produção (Integral)	Bacharelado	4	2013	3	2,91	2014	3	2014
CPTL	Geografia (Integral)	Bacharelado			3	1,98	2014	2	2014
CPTL	Sistemas de Informação (Noturno)	Bacharelado	4	2016				4	2014
ESAN	Administração (Integral)	Bacharelado			4	3,19	2015	4	2015
ESAN	Ciências Econômicas (Integral)	Bacharelado			3	2,79	2015	3	2015
ESAN	Processos Gerenciais (tec.)	Tecnológico	4	2014	4	3,37	2015	5	2015
ESAN	Administração Pública (EaD)	Bacharelado	4	2014					
ESAN	Ciências Contábeis (Noturno)	Bacharelado	4	2017					
ESAN	Turismo (Matutino)	Bacharelado	4	2017					
FAALC	Letras - Habilitação em Português/Inglês (Integral)	Licenciatura			3	2,60	2014	4	2014
FAALC	Artes Visuais - Hab. em Artes Plásticas (Integral)	Bacharelado	4	2012					

FAALC	Letras - Habilitação em Português/Espanhol (Integral)	Licenciatura			3	2,39	2014	3	2014
FAALC	Jornalismo - Bacharelado	Bacharelado			3	2,29	2015	3	2015
FAALC	Artes Visuais - Hab.em Artes Plásticas (Integral)	Licenciatura	4	2012	3	2,87	2014	4	2014
FAALC	Música - Habilitação em Educação Musical (Noturno)	Licenciatura	4	2014	3	2,91	2014	3	2014
FAALC	Letras Português/Espanhol (EAD)	Licenciatura			3	2,39	2014	3	2014
FACFAN	Farmácia (Integral)	Bacharelado	4	2009	4	3,45	2016	5	2016
FACFAN	Nutrição (Integral)	Bacharelado	4	2013	4	3,28	2016	4	2016
FACFAN	Alimentos (Noturno)	Tecnológico	4	2017					
FACH	Ciências Sociais (Integral)	Bacharelado			3	2,10	2014	1	2014
FACH	História (Noturno)	Licenciatura	3	2014	4	3,23	2014	3	2014
FACH	Psicologia (Integral)	Bacharelado			4	2,97	2015	4	2015
FACH	Filosofia (Noturno)	Licenciatura	3	2013	3	2,25	2014	2	2014
FACOM	Ciência da Computação (Integral)	Bacharelado			4	3,26	2014	4	2014
FACOM	Sistemas de Informação (Noturno)	Bacharelado			3	2,88	2014	4	2014
FACOM	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Noturno)	Tecnológico	4	2014	4	3,50	2014	4	2014
FACOM	Redes de Computadores (Noturno)	Tecnológico	4	2014	4	3,02	2014	4	2014
FACOM	Engenharia de Computação (Integral)	Bacharelado	4	2015					
FADIR	Direito (Integral)	Bacharelado	5	2015	3	2,31	2015	5	2015
FAED	Educação Física (Integral)	Licenciatura	4	2008	2	1,87	2014	4	2014
FAED	Pedagogia (Integral)	Licenciatura			3	2,73	2014	4	2014
CPAQ	Geografia (Noturno)	Bacharelado			4	3,35	2014	3	2014
FAED	Pedagogia (Integral)	Licenciatura			3	2,73	2014	4	2014
FAED	Pedagogia (EaD)	Licenciatura			3	2,73	2014	4	2014
FAENG	Engenharia Civil (Integral)	Bacharelado	4	2014	4	3,15	2014	4	2014

FAENG	Engenharia Civil (Noturno)	Bacharelado	4	2014	4	3,15	2014	4	2014
FAENG	Engenharia Elétrica (Integral)	Bacharelado	3	2014	3	2,47	2014	3	2014
FAENG	Arquitetura e Urbanismo (Integral)	Bacharelado	4	2004	3	2,19	2014	3	2014
FAENG	Engenharia Ambiental (Integral)	Bacharelado	5	2004	4	2,96	2014	3	2014
FAENG	Eletrotécnica Industrial (Noturno)	Tecnológico	3	2014					
FAENG	Engenharia de Produção (Integral)	Bacharelado	4	2014				5	2014
FAENG	Saneamento Ambiental (Noturno)	Tecnológico	3	2017					
FAENG	Construção de Edifícios (Noturno)	Tecnológico	5	2017					
FAENG	Geografia (Vespertino)	Bacharelado	4	2013	3	2,85	2014	3	2014
FAMED	Medicina (Integral)	Bacharelado	4	2008	4	3,02	2016	4	2016
FAMEZ	Medicina Veterinária (Integral)	Bacharelado	3	2008	4	3,29	2016	4	2016
FAMEZ	Zootecnia (Integral)	Bacharelado	4	2008	4	3,16	2016	3	2016
FAODO	Odontologia (Integral)	Bacharelado	4	2008	4	2,95	2016	4	2016
INBIO	Ciências Biológicas (Noturno)	Licenciatura	4	2014	4	3,12	2014	3	2014
INBIO	Ciências Biológicas (Integral)	Bacharelado			4	2,96	2014	3	2014
INBIO	Ciências Biológicas (EaD)	Licenciatura	4	2013	4	3,12	2014	3	2014
INFI	Física (Integral)	Licenciatura			4	3,71	2014	4	2014
INFI	Física (Integral)	Bacharelado			3	2,52	2014	3	2014
INISA	Enfermagem (Integral)	Bacharelado	4	2008	4	3,33	2016	4	2016
INISA	Fisioterapia (Integral)	Bacharelado	4	2012	3	2,91	2016	3	2016
INMA	Matemática (Noturno)	Licenciatura			3	2,66	2014	3	2014
INMA	Matemática (EAD)	Licenciatura			3	2,66	2014	3	2014
INQUI	Química (Noturno)	Licenciatura			4	3,38	2014	4	2014
INQUI	Química Tecnológica (Integral)	Bacharelado			3	2,07	2014	2	2014

Legenda: (CPC) Conceito Preliminar de Curso Contínuo; (CPCF) Conceito Preliminar de Curso – Faixa; (ENADE) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes; (SC) Sem Conceito.

Fonte: DIRA/CDA/PROGRAD

No triênio em análise, a UFMS apresentou cento e um cursos com conceitos CPC calculados. Destes, sete cursos apresentaram conceito 2 (6,93%), cinquenta e oito cursos apresentaram conceito 3 (57,43%), trinta e cinco cursos apresentaram CPC 4 (34,65%) e somente um curso obteve o conceito máximo 5 (0,99%).

A avaliação do Enade já foi objeto de análise no Eixo 1.

A Tabela 23 apresenta o Índice Geral de Cursos (IGC), no triênio.

Tabela 23- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). 2014-2016.

Situação - Anos	2014	2015	2016
IGC Faixa	4	4	4
IGC Contínuo	2,986	3,0536	3,0746

Legenda: (IGC) Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
Fonte: DIRA/CDA/PROGRAD

Houve melhora no valor contínuo do Índice Geral de Cursos da UFMS com um aumento de 2,97% no triênio 2015-2017.

Embora ainda haja distância considerável para mudança no IGC faixa da IES, pois somente é avaliado com IGC faixa igual a 5 quando atingido o IGC contínuo igual a 3,945 ou superior, ainda assim, das universidades públicas do Brasil com mais de 90 cursos, a UFMS é o terceiro melhor IGC de 2016, conforme dados retirados do sítio do INEP, ficando atrás da UNESP (3,9077) e UFG (3,4337). No âmbito do resultado geral a UFMS, fica no 64º lugar. Observa-se, porém, que a comparação com IES menores, com número reduzido de cursos e acadêmicos, gera distorções que o ranqueamento feito pelo INEP não considera.

3.3.1.1.14 Monitoria nos cursos de graduação

O Programa de Monitoria consiste na alocação de alunos dos cursos de graduação para que eles atuem como auxiliares dos professores das disciplinas, ajudando-os, entre outras atividades, a corrigir exercícios, desenvolver atividades práticas, ofertar plantão tira dúvidas aos alunos das disciplinas. Há duas categorias possíveis de monitores: I - Monitor Bolsista: com direito à retribuição financeira, sob a forma de bolsa; e II - Monitor Voluntário: sem direito à retribuição financeira. Para ser monitor, o acadêmico tem que ter sido aprovado na disciplina com bom aproveitamento e ter passado por processo seletivo específico. O principal objetivo é a inserção de acadêmicos em atividades didático-pedagógicas, conforme o art. 3.º da Resolução COGRAD nº 342, de 22 de junho de 2015, buscando-se:

- I - incentivar a participação dos acadêmicos em atividades de ensino de graduação;
- II - fortalecer a articulação entre a teoria e a prática;
- III - promover a integração curricular e a cooperação entre discentes e docentes;
- IV - estimular nos acadêmicos o interesse pela docência;
- V - propiciar aos acadêmicos a possibilidade de desenvolver seu potencial para a docência; e
- VI – propiciar, aos acadêmicos, oportunidade para uma formação profissional qualificada.

O Programa de Monitoria de Ensino de Graduação envolveu até 2130 estudantes no triênio 2015-2017. A Tabela 24 mostra o número de monitores e de disciplinas atendidas ao longo dos anos de 2015 a 2017, por Unidade Setorial Acadêmica.

Tabela 24 - Monitores de disciplinas atendidas. 2015-2017

UNIDADES SETORIAIS	ANO											
	2015				2016				2017			
	Monitores Bolsistas	Monitores Voluntários	Disciplinas Bolsistas	Disciplinas Voluntários	Monitores Bolsistas	Monitores Voluntários	Disciplinas Bolsistas	Disciplinas Voluntários	Monitores Bolsistas	Monitores Voluntários	Disciplinas Bolsistas	Disciplinas Voluntários
CCBS	48	108	31	59	46	156	38	76	-	-	-	-
CCHS	31	36	31	32	30	22	30	22	-	-	-	-
CPAN	13	25	12	24	13	32	13	32	12	38	12	32
CPAQ	7	2	6	2	9	9	9	8	9	7	9	7
CPAR	3	16	3	16	6	33	6	29	8	37	6	27
CPBO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPCS	10	4	9	4	10	1	10	1	10	4	9	4
CPCX	4	7	3	1	4	21	4	12	6	17	6	12
CPNA	2	-	2	-	2	-	2	-	4	-	4	-
CPNV	2	-	2	-	2	-	2	-	5	-	5	-
CPPP	4	2	4	1	4	4	4	4	6	3	6	3
CPTL	26	47	21	31	24	53	24	43	18	68	18	46
FACOM	26	1	15	1	20	1	13	1	16	4	12	3
FADIR	5	9	5	9	8	10	8	7	8	13	8	13
FAMED	-	12	-	26	5	35	5	15	8	21	8	11
FAMEZ	2	7	1	8	4	20	3	14	6	23	6	15
FAODO	-	36	-	12	5	45	5	18	8	60	8	28
INMA	19	3	18	2	20	2	15	2	16	3	14	3
INFI	1	-	1	-	4	1	4	1	6	-	6	-
INQUI	-	-	-	-	4	2	4	2	6	6	6	5
INBIO	-	-	-	-	-	-	-	-	15	98	15	49
INISA	-	-	-	-	-	-	-	-	10	39	10	19
FACFAN	-	-	-	-	-	-	-	-	14	36	14	22
FAALC	-	-	-	-	-	-	-	-	8	18	8	17
FAED	-	-	-	-	-	-	-	-	14	9	13	6
FACH	-	-	-	-	-	-	-	-	8	12	8	12
FAENG	5	33	5	43	9	42	9	28	10	73	10	48
ESAN	3	1	3	1	6	6	6	6	8	7	8	6
TOTAL	216	349	172	272	235	495	214	321	239	596	229	388

Fonte: DIAP/CDA/PROGRAD

O quantitativo de bolsistas apresentou um crescimento no período entre 2015 e 2017, qual seja, 10,65%. Embora tenha havido crescimento discreto do número de bolsas de monitoria, nesse mesmo período, houve um aumento de 70,77%, do quantitativo de monitores voluntários.

Quanto às disciplinas envolvidas no processo de monitoria com bolsas, houve um aumento de 33,14% e as que envolveram voluntários, por sua vez, apresentaram um aumento de 42,65%.

3.3.1.1.15 Programa de Educação Tutorial (PET)

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa do Ministério da Educação, por meio do qual são formados grupos de acadêmicos orientados por um docente (tutor), com objetivos de introduzir novas práticas pedagógicas na graduação, contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação e estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior vinculadas às atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A coordenação do Programa de Educação Tutorial (PET) é feita pela Pró-Reitoria de Graduação, auxiliada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC).

Em 2015, a UFMS contava com 18 Grupos PET (Educação Física/Faed, Engenharia Elétrica/Faeng, Farmácia/Facfan, Física/Infi, Química/Inqui, Sistemas/Facom, Zootecnia/Famez, Ciência da Computação/Facom, Geografia/CPTL, Matemática Conexões de Saberes/CPTL, História Conexões de Saberes/CPTL, Matemática/CPTL, Enfermagem/CPTL, Agronomia e Engenharia Florestal/CPCS, Matemática Conexões de Saberes/CPPP, PET Fronteira/CPPP, Pedagogia e Ciências Sociais/CPNV e Pedagogia e Psicologia Conexões de Saberes/CPAN).

Em 2017, a UFMS tem em funcionamento os dezoito Grupos PET e estes envolvem 23 cursos de graduação de seis cidades, a saber: Campo Grande, Chapadão do Sul, Corumbá, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas. Observa-se, portanto, a expansão de 5 grupos (quadro 19).

Quadro 19 – Grupos PETs/cursos de graduação e unidades envolvidas

GRUPO PET/CURSO	UNIDADE
PET Agronomia e Engenharia Florestal	CPCS
PET Ciência da Computação	FACOM
PET Educação Física	FAED
PET Enfermagem	CPTL
PET Engenharia Elétrica	FAENG
PET Farmácia	FACFAN
PET Física	INFI
PET Geografia	CPTL
PET História Conexões de Saberes	CPTL
PET Matemática	CPTL
PET Matemática Conexões de Saberes	CPTL
PET Matemática Conexões de Saberes	CPPP
PET Fronteira	CPPP
PET Pedagogia e Ciências Sociais	CPNV
PET Pedagogia e Psicologia	CPAN
PET Química	INQUI
PET Sistemas	FACOM
PET Zootecnia	FAMEZ

Fonte: PROGRAD (2017).

O quantitativo de bolsas apresentou-se estável no período (2015 a 2017), com 2592 bolsas por ano devido ao fato de o número de grupos PET permanecer inalterado, uma vez que não mais houve processo seletivo do MEC para criação de novos grupos (Tabela 25).

Tabela 25 – Número de bolsas

Situação - Anos	2015	2016	2017
Bolsas – quantidade	2592	2592	2592
Bolsas – valor anual recebido (R\$)	1.036,800	1.036,800	1.036,800
Bolsistas – quantidade por mês	216	216	216
Cursos de graduação envolvidos	25	25	25
Grupos PET - quantidade	18	18	18
Unidades Setoriais Acadêmicas envolvidas - quantidade	11	11	11

Fonte: DIAP/CDA/PROGRAD

Cada grupo PET deve funcionar com 12 alunos bolsistas conforme a Portaria MEC nº 976/2010 que regulamenta o programa.

3.3.1.1.16 Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde)

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), fruto de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação, é destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O PET Saúde tem como pressuposto a educação pelo trabalho, caracterizando-se como instrumento para qualificação em serviço dos profissionais da saúde, bem como de iniciação ao trabalho, dirigidos aos estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação na área da saúde, de acordo com as necessidades do SUS, tendo em perspectiva a inserção das necessidades dos serviços como fonte de produção de conhecimento e pesquisa nas instituições de ensino.

Em 2015 houve a continuidade do PET-Saúde Redes, iniciado em 2013. O PET-Saúde/Redes de Atenção 2013/2015, foi instituído com o pressuposto da promoção e integração ensino-serviço-comunidade e a educação pelo trabalho por meio do fomento de grupos de aprendizagem tutorial no âmbito do desenvolvimento das redes de atenção à saúde.

As atividades do PET-Redes foram desenvolvidas nos cenários de prática em unidades de saúde de Campo Grande (MS), determinadas pela SESAU de Campo Grande. Era composto por 01 coordenador, 01 tutor acadêmico (Docente da UFMS); 06 preceptores (Servidores das Unidades de Saúde da Rede Municipal de Campo Grande); 12 alunos de diversos cursos do Campus de Campo Grande, com distribuição equitativa de vagas (12 bolsistas e 12 voluntários). O projeto teve seu encerramento em agosto de 2015.

Pró-Saúde/PET-Saúde 2013/2015: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde: Com edital aberto em 2012 (Edital MS/SGTES nº 24/2012) teve uma proposta da UFMS contemplada e beneficiou os Cursos de Enfermagem (Campo Grande e Três Lagoas) Medicina, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia e Farmácia, teve suas atividades desenvolvidas por uma equipe composta por 01 Coordenador Geral, 01 Coordenador Adjunto, 08 Tutores

Acadêmicos (Docentes da UFMS); 12 Preceptores (Servidores das Unidades de Saúde da Rede Municipal de Campo Grande); 24 alunos com bolsas de iniciação ao trabalho acadêmico e 36 alunos voluntários dos cursos.

O projeto, que tinha previsão de encerramento em 2014, teve suas atividades prorrogadas por mais um ano e ainda se encontra em fase de desenvolvimento, prorrogadas uma segunda vez, neste ano de 2017.

Em 2016, atendendo ao Edital de seleção n.º 13, de 28 de setembro de 2015, do Ministério da Saúde, a UFMS desenvolveu atividades de projetos do PET-Saúde/GraduaSUS no município de Três Lagoas – CPTL e no município de Campo Grande - Faculdade de Medicina/Famed.

Os Cursos envolvidos PET-Saúde/GraduaSUS no CPTL, foram a Enfermagem e a Medicina e os Cursos envolvidos PET-Saúde/GraduaSUS na Famed: Medicina, Fisioterapia e Enfermagem – Inisa.

O projeto conta com a participação de dez alunos bolsistas e 79 alunos voluntários.

3.3.1.1.17 Eventos Acadêmicos de Graduação (EAG) e Projeto de Ensino de Graduação (PEG)

A Resolução COEG n.º 564, de 11 de dezembro de 2015, normatizou a realização de Eventos Acadêmicos de Graduação, considerados como atividades não curriculares desenvolvidas pelas Unidades da Administração Setorial, voltadas para a complementação da formação de discentes ou a difusão de conhecimentos ou a socialização de experiências, podendo ter, também, como público-alvo, Servidores Docentes e Técnico- Administrativos em Educação e a comunidade externa à UFMS.

Os Eventos eram desenvolvidos na forma de Projetos de Ensino de Graduação, Semanas Acadêmicas, Reuniões de Trabalho, Encontros, Jornadas, Simpósios e similares, ou outras.

Considerando que a clientela atendida pelo Projeto de Ensino de Graduação era composta, exclusivamente, por acadêmicos da UFMS, diferenciando-se dos Eventos Acadêmicos de Graduação que tinha como público alvo também a comunidade externa à UFMS, caracterizando-se com atividade extensão, houve a necessidade de uma regulamentação específica para cada finalidade.

Conforme a Resolução COGRAD n.º 636, de 1º de novembro de 2017, Projeto de Ensino de Graduação (PEG) é um processo de desenvolvimento educacional e está vinculado ao Projeto Pedagógico de Curso, de um ou mais cursos de graduação, constituindo um mecanismo de sistematização e operacionalização de iniciativas e experiências que tem por objetivo a efetivação da melhoria estrutural, organizacional e funcional do ensino de graduação (Tabela 26).

Tabela 26 - Evolução da quantidade de EAG e PEG na UFMS. 2015-2017.

Unidades	2015	2016	2017
CCBS	12	6	-
CCHS	19	25	-
CPAN	10	20	7
CPAQ	14	16	12
CPAR	2	5	6
CPBO	0	0	0
CPCS	0	4	1
CPCX	7	10	6
CPNA	1	8	10

CPNV	0	0	0
CPPP	1	0	0
CPTL	3	13	11
FAALC	-	-	10
FACH	-	-	7
FACFAN	-	1	5
FADIR	2	4	2
FACOM	0	3	9
FAED	-	-	1
FAENG	10	5	2
FAMED	1	4	4
FAMEZ	11	14	1
FAODO	3	4	7
INFI	0	0	0
INMA	0	2	1
INQUI	2	0	0
INISA	-	-	2
INBIO	-	-	1
TOTAL	98	144	105

Fonte: DIAP/CDA/PROGRAD

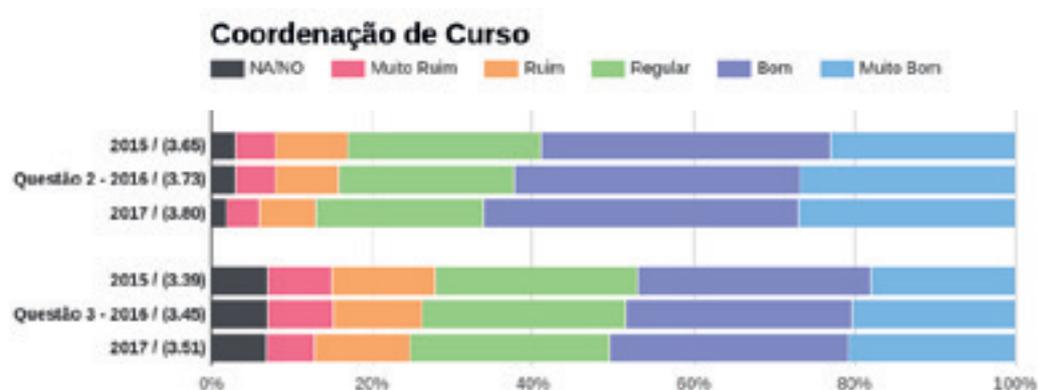
Os Eventos Acadêmicos de Graduação (EAG) e os Projetos de Ensino de Graduação (PEG) apresentaram um crescimento de 46,94% no período (2015 a 2016), posteriormente, reduzindo 27,08% de 2016 para 2017.

3.3.1.1.18 Percepção da comunidade universitária sobre a oferta do ensino de graduação presencial

Os gráficos a seguir apresentam as médias de respostas dos segmentos da comunidade universitária, incluindo discentes das modalidades presencial e a distância. Dada a impossibilidade de diferenciar os respondentes por modalidade, serão indicadas as respostas de forma geral, pois as questões atendem, prioritamente, aspectos de cursos presenciais.

No Gráfico 12, consta a avaliação dos discentes sobre o desempenho da coordenação de curso, no que se refere à "Divulgação das informações do curso (PPC - projeto pedagógico de curso, matriz curricular, locais, horários)" e "Orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros", por parte da coordenação do curso. A média geral das respostas é de 3,58 (regular).

Gráfico 12 - Médias de respostas dos discentes referentes à coordenação do curso da UFMS. 2015-2017.



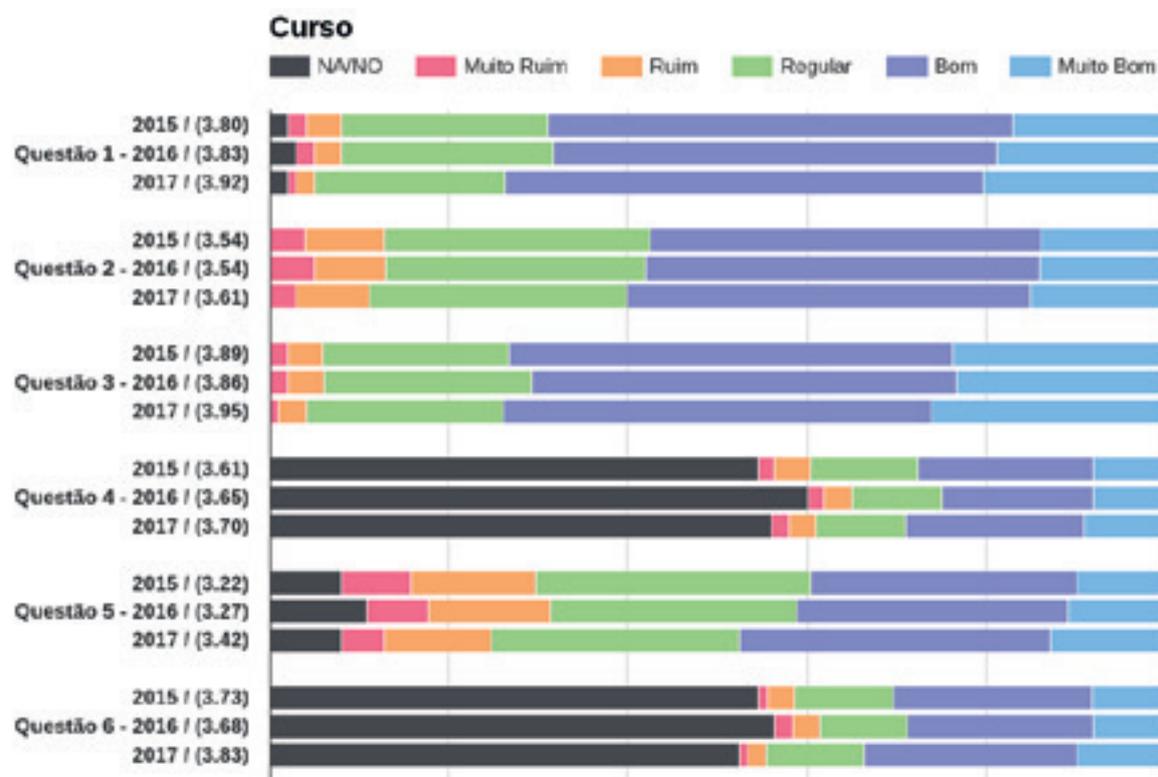
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 2. Divulgação das informações do curso (PPC - projeto pedagógico de curso, matriz curricular, locais, horários); Questão 3. Orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros.

Nos dois aspectos avaliados houve crescimento gradativo ao longo do triênio. Mas em nenhum dos anos, a avaliação foi considerada boa, mantendo-se no patamar regular.

No Gráfico 13 é apresentada a avaliação dos discentes sobre seis aspectos do curso de graduação, com média geral 3,66 (regular).

Gráfico 13 – Média das respostas dos discentes sobre os cursos da UFMS. 2015-2017.



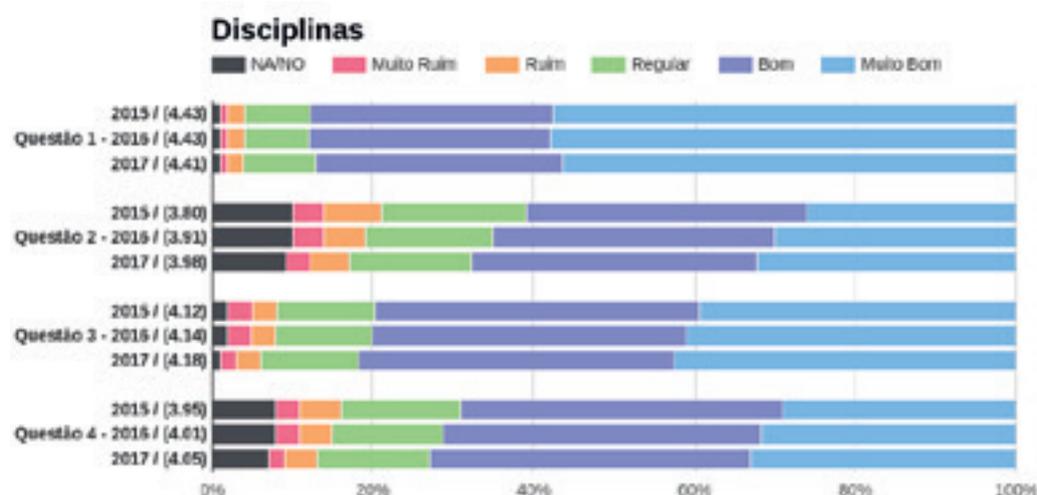
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado; Questão 2 - Matriz curricular (duração, disciplinas, flexibilidade); Questão 3 - Atuação/qualidade dos professores; Questão 4 - Estágio obrigatório (normas, orientações/supervisão)? (se o aluno não tem/participa de estágio obrigatório, favor responder "Não se aplica"); Questão 5 - Oferecimento de atividades complementares e orientação para o cumprimento destas; Questão 6 - TCC; Trabalho de Conclusão de Curso (normas, orientação, cronograma).

Observa-se ao longo do triênio, avaliações (médias de respostas) que vão de 3,22 a 3,95, ou seja, mantêm-se o conceito regular, e com crescimento nas questões 1, 2, 4 e 5. Nas demais observa-se queda em 2016 e recuperação em 2017. Entre os quesitos avaliados destaca-se a “Atuação/qualidade dos professores”, com média 3,90; seguida dos seguintes aspectos: “Adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado”, com média 3,85; “TCC; Trabalho de Conclusão de Curso (normas, orientação, cronograma)”, com média 3,74; “Estágio obrigatório (normas, orientações/supervisão)”, com média 3,65; “Matriz curricular (duração, disciplinas, flexibilidade)”, com média 3,56; e “Oferecimento de atividades complementares e orientação para o cumprimento destas”, com média 3,30.

No Gráfico 14, apresenta-se a avaliação dos discentes sobre as disciplinas ofertadas no triênio, sendo um dos poucos aspectos com conceito bom, média geral de 4,11.

Gráfico 14 – Média das respostas dos discentes sobre as disciplinas da UFMS. 2015-2017.



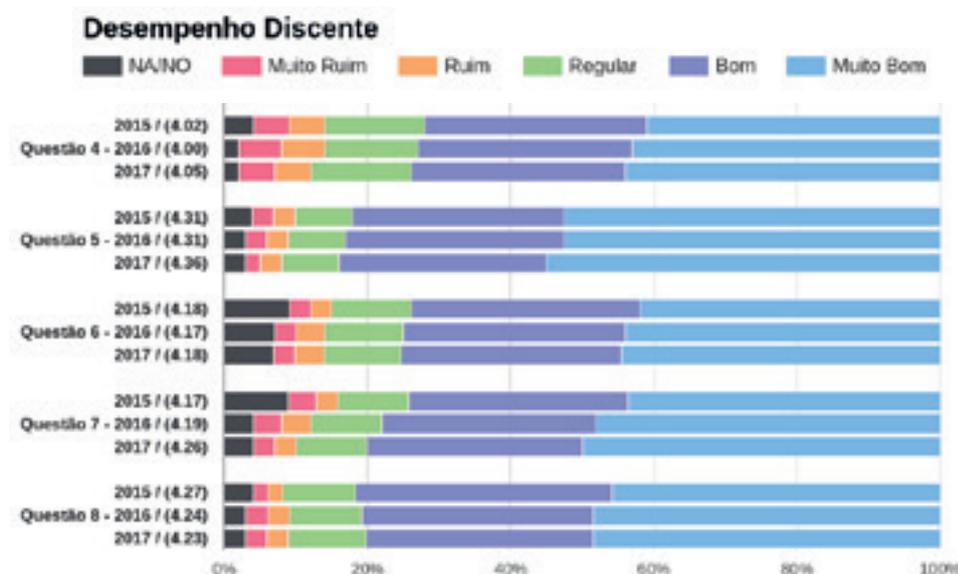
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Importância para a sua formação profissional; Questão 2 - Disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca; Questão 3 - Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso; Questão 4 - Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas.

Os quesitos, em sua maioria, apresentam crescimento gradativo ao longo do triênio, com exceção da “Importância da disciplina para a sua formação profissional”, que tem queda em 2017, mas ainda se mantém com avaliação 4.41 (bom), sendo o aspecto com melhor média no triênio (4.42). A “Adequação dos conteúdos da disciplina à proposta do curso”, também foi bem avaliada, com média 4.14, seguida dos aspectos: “Número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas”, média 4,00; “Disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca”, com média 3,89.

O Gráfico 15 apresenta a médias das respostas dos discentes sobre o desempenho docente, com quedas mais acentuadas em 2016, mas boa avaliação, com média geral 4,19 (bom).

Gráfico 15 - Média das respostas dos discentes sobre o desempenho docente na UFMS. 2015-2017.



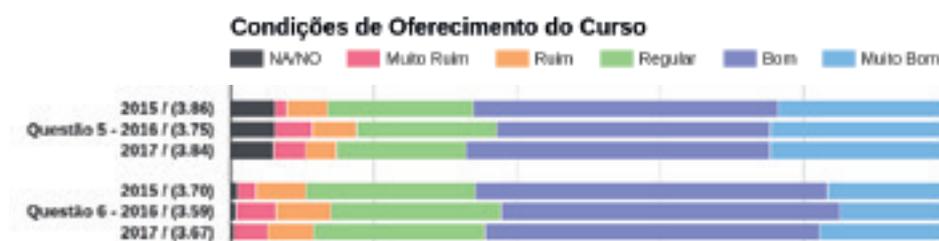
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 4 - Qualidade didática; Questão 5 - Assiduidade e cumprimento do horário; Questão 6 - Disponibilidade para o atendimento aos acadêmicos, dentro e fora da sala de aula; Questão 7 - Grau de coerência entre o conteúdo ministrado e as avaliações; Questão 8 - Relacionamento professor-acadêmico.

O quesito com melhor avaliação é “Assiduidade e cumprimento do horário”, com média 4,32; seguido dos aspectos: “Relacionamento professor-acadêmico”, com média 4,24; “Grau de coerência entre o conteúdo ministrado e as avaliações”, com média 4,20; “Disponibilidade para o atendimento aos acadêmicos, dentro e fora da sala de aula”, com média 4,17; “Qualidade didática”, com média 4,02.

Os docentes avaliaram as condições de oferta do curso, por meio de dois quesitos, com média 3,73 (Gráfico 16). O melhor avaliado foi a “Colaboração do Colegiado do Curso e NDE nas suas necessidades pedagógicas”, com média 3,81 e a “Matriz curricular do curso (duração, disciplinas, flexibilidade)”, ficou com média 3,65.

Gráfico 16 – Média das respostas dos docentes sobre as condições de oferecimento do curso, na UFMS. 2015-2017.



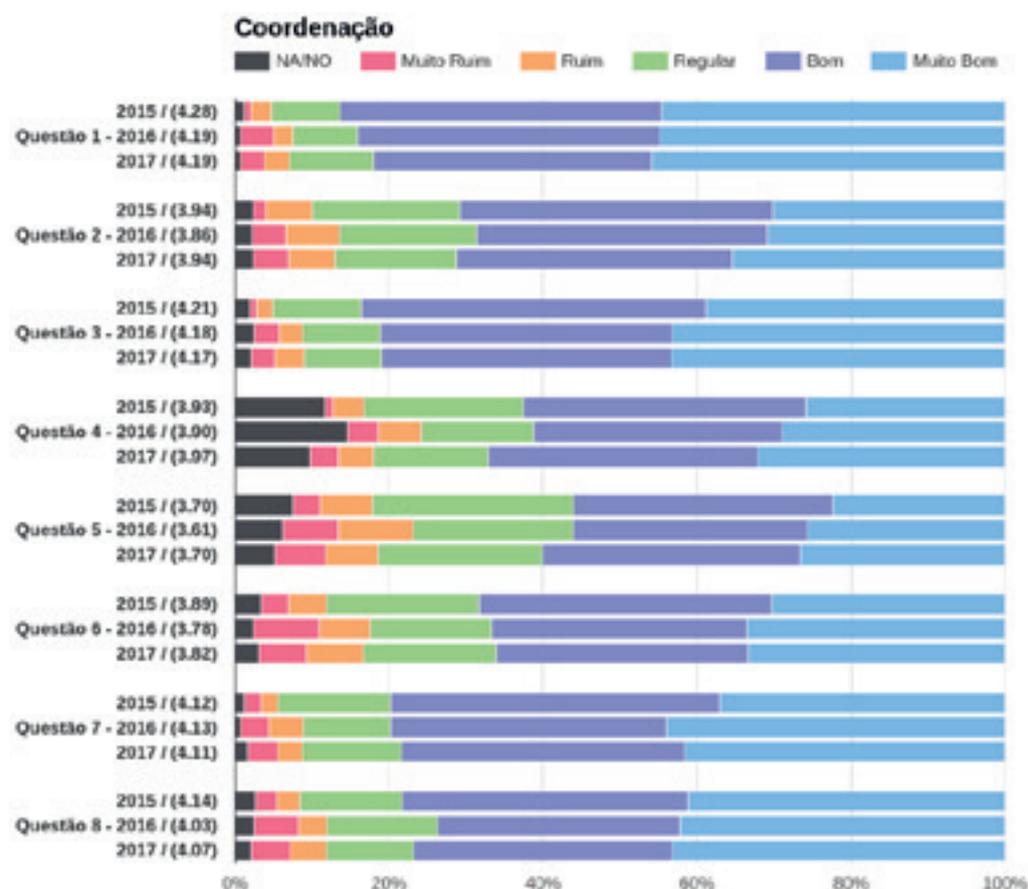
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 5 - Colaboração do Colegiado do Curso e NDE nas suas necessidades pedagógicas; Questão 6 - Matriz curricular do curso (duração, disciplinas, flexibilidade);

Observa-se grande variação neste quesito, com quedas em 2016 e 2017, ou seja, embora se mantenha no conceito regular, os docentes estão apontando para gradativa piora das condições de oferta.

O Gráfico 17 apresenta a média das respostas dos docentes sobre as Coordenações dos cursos na UFMS, relativa a oito aspectos diferentes, com avaliações que abrangem os conceitos bom e regular e média geral do item 3,99 (regular).

Gráfico 17 – Média das respostas dos docentes sobre as Coordenações dos Cursos, na UFMS. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota Questão 1 - Relacionamento com professores; Questão 2 - Preocupação com a integração de sua disciplina às outras disciplinas da matriz curricular; Questão 3 - Disponibilidade em atender as necessidades e solicitações para o desenvolvimento das aulas em cumprimento do Plano de Ensino; Questão 4 - Apoio às atividades de extensão; Questão 5 - Promoção da integração entre os professores do curso quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão; Questão 6 - Comunicação sobre as decisões do Colegiado do Curso e do NDE; Questão 7 - Acesso e presteza no atendimento às solicitações; Questão 8 - Transparência nas ações da coordenação.

Dos quesitos avaliados, há destaque para o “Relacionamento da Coordenação com os professores”, com média 4,22; “Disponibilidade em atender as necessidades e solicitações para o desenvolvimento das aulas em cumprimento do Plano de Ensino”, com média 4,18; “Acesso e presteza no atendimento às solicitações”, com média 4,12 e “Transparência nas ações da coordenação”, com média 4,08. Os quesitos de pior avaliação são “Promoção da integração entre os professores do curso quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão”, com média 3,67 e Comunicação sobre as decisões do Colegiado do Curso e do NDE, com média 3,83.

Seguem informações sobre o Ensino de Graduação, na modalidade a distância.

3.3.1.2 Ensino de Graduação a Distância

A UFMS possui dez Campi no interior do Estado e, além desses locais de atuação para ofertas de Cursos de Graduação, tem trabalhado para ampliar a interiorização do ensino superior, por meio da Educação a Distância. O credenciamento da UFMS para oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância ocorreu no ano de 2001, por meio da Portaria MEC nº 2.113, de 10 de setembro de 2001.

A Portaria MEC n.º 2.113, de 10 de setembro de 2001 que credenciou na UFMS a ofertar o curso de Graduação e Pós-Graduação, habilitou a UFMS a propor os Cursos de Pedagogia - Licenciatura - Habilitação em Formação de Professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância.

A implementação da EaD na UFMS iniciou-se com o estabelecimento e manutenção pela UFMS de polos de EaD nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul e em outras unidades federativas, em atendimento à demanda do MEC para a Formação de Professores e a interiorização do ensino superior. Foram criados inicialmente polos por meio do Consórcio Setentrional que, posteriormente, foram ampliados com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFMS).

Após a implantação do primeiro curso de graduação a distância, a UFMS concorreu ao Edital Chamada Pública MEC/SEED – Nº 1/2004 – Seleção Pública de propostas para apoio financeiro à Educação Superior a Distância, fazendo parte de dois Consórcios de Universidade, o Pró-Formar e o Setentrional.

O Consórcio Pró-Formar teve como objetivo o oferecimento do curso de Pedagogia para Educação Infantil, sendo parceiras as seguintes instituições: Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal de São João Del Rey, Universidade Federal de Lavras e a Universidade Federal do Espírito Santo.

Pelo Consórcio Setentrional o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – parte da parceria com a Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas – foi ofertado na modalidade a distância, e teve seu Projeto Pedagógico de Curso elaborado e aprovado, conforme estabelecido na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, levando em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biologia, e os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância - SEED/MEC, enfatizando a formação para o uso didático de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O objetivo deste Consórcio foi ofertar qualificação profissional para os professores leigos, ou seja, aqueles que já estavam atuando no ensino fundamental e médio e necessitavam da titulação. Após avaliação de cada cidade polo, foram oferecidas vagas também para demanda social. Neste Consórcio, em Mato Grosso do Sul, foram oferecidas 325 vagas, sendo 75 destinadas para professores leigos e 250 para demanda social, distribuídas em nove municípios: Água Clara, Bela Vista, Camapuã, Chapadão do Sul, Jardim, Paranhos, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste. Embora tenham sido oferecidas 325 vagas no processo seletivo, foram preenchidas 300 (trezentas). No entanto, as vagas para professores leigos não foram completamente preenchidas, pois das 75 vagas ofertadas, foram preenchidas apenas 8% dos professores leigos que se pretendia atender tendo um índice de evasão bastante alto (38,7%), se comparado aos cursos presenciais ofertados à época.

Com a política de incentivo às atividades de EaD implementada pelo MEC, a UFMS, a partir do ano de 2006, integrou-se ao sistema UAB. No início daquele ano, aceitou o convite do MEC para ofertar o curso de Administração Pública (Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP), e posteriormente apresentou projeto para concorrer aos recursos do Edital nº 1/2005 da Secretaria de Educação a Distância do MEC, recebendo aprovação para o oferecimento dos seguintes cursos: Pedagogia; Pedagogia (Educação Especial); Pedagogia (para Educação de Jovens e Adultos), Letras (Português/Espanhol); Matemática e Administração Pública.

Em cumprimento às orientações do MEC para o atendimento da demanda de formação de professores e de gestores públicos, por meio do REUNI, foram disponibilizadas vagas

para o provimento de professores para atuação específica junto aos cursos de Educação Aberta e a Distância da UFMS. Estas vagas serviram para a UFMS iniciar o processo de institucionalização da EaD, por contar com um grupo de docentes contratados especialmente, e prioritariamente, para atuarem nesta modalidade de ensino. Assim, no ano 2008, foi publicado o Edital PREG nº 140/2008, de 30.12.2008, lançando concurso para dezesseis vagas de docentes que foram lotados, a partir do ano de 2009, na Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância onde permaneceram até julho de 2011.

Em julho de 2011, a UFMS passou por uma reestruturação e, de acordo com a Resolução COUN nº 54, de 10.11.2011, a Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED) voltou a fazer parte da Pró Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). No mesmo momento os cursos e docentes lotados nessa coordenadoria foram remanejados para as Unidades onde os cursos da modalidade presencial já estavam lotados (em Centros, Faculdades, Institutos, Campus) sendo resguardadas as especificidades da Educação a Distância. Aos professores foi garantido o direito de atuação preferencial no atendimento dos cursos em EaD (Resolução Nº 124, de 17 de junho de 2011), objeto dos editais de entrada dos mesmos na UFMS (Edital PREG Nº 140/2008, de 30 de dezembro de 2008; Edital PREG Nº 46/2010, de 26 de março de 2010; Edital PREG nº 92, de 15 de junho de 2011).

Hoje, a UFMS oferece cursos nos Polos UAB de: Água Clara, Bela Vista, Bataguassu, Camapuã, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste e, mais recentemente, obteve credenciamento do Câmpus de Bonito como Polo de Apoio Presencial Associado (PAP). Para atender às demandas da capital, há um PAP na Cidade Universitária em Campo Grande.

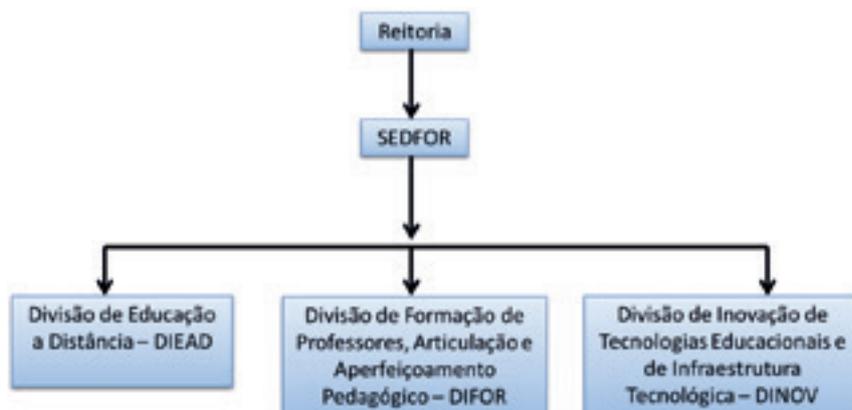
A UFMS manteve até 2015, polos nos estados de São Paulo (Apiáí e Igarapava) e Paraná (Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Nova Londrina, Paranavaí e Siqueira Campos), atendendo às demandas de formação encaminhadas pelo MEC. No entanto, em função de novas orientações da UAB/CAPES os polos localizados fora do Estado de Mato Grosso do Sul passaram a ser atendidos pelas universidades de seus respectivos estados.

Com relação à gestão acadêmica, como parte das ações de institucionalização da EaD junto à UFMS, a gestão dos cursos *lato sensu*, licenciaturas e bacharelado, foi repassada às respectivas unidades de ensino, a partir de 2015. Por questões operacionais, ainda se mantém um setor acadêmico responsável pelo acompanhamento dos cursos de graduação, devido a estrutura disponível de pessoal, ainda não ser suficiente para se responsabilizar com o controle no Sistema Acadêmico (SISCAD) com a agilidade necessária para atender o Sistema de Controle da Capes (SISUAB) que gerencia recursos, cursos e bolsistas.

A UFMS dispõe de alguns colaboradores que atuam no auxílio dos cursos de graduação na modalidade a distância, contudo esse número, conforme já relatado, foi expressivamente reduzido a partir de 2015 e tende a desaparecer, cabendo no futuro, todas as ações de apoio pedagógico às unidades de ensino, de seus respectivos cursos.

Em janeiro de 2017, por meio da Resolução Nº 02, de 20 de janeiro de 2017 do Conselho Universitário a UFMS, foi criada a Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores – SEDFOR/RTR, que em sua estrutura passa a concentrar as ações de educação a distância e formação de professores, e volta a ser integrada à Reitoria. A SEDFOR/RTR foi implantada com o seguinte organograma (Figura 5):

Figura 5 – Organograma atual da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores SEDFOR/RTR



Organização: SEDFOR (2017).

Seguem informações sobre a oferta de cursos a distância no triênio de 2015 a 2017.

3.3.1.2.1 Oferta de cursos de graduação na modalidade a distância de 2015 a 2017

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como participante do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, desde a sua criação, em 2006, tem apresentado propostas para concorrer os editais lançados pela UAB/CAPES. Nesse período, os cursos de graduação, extensão e *lato sensu* ofertados pela instituição foram fomentados pela UAB e também pelo Programa Nacional de Administração Pública, ambos promovidos pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Destaque-se que, mesmo considerados não desejáveis, a relação entre ingressos no sistema UAB, ativos, formados e desistentes é semelhante ao resultado nacional, conforme nos mostram os números da Tabela 27, compilado a partir de dados fornecidos pela DED/CAPES (dados nacionais) e pelo setor acadêmico da SEDFOR (dados relativos à UFMS).

Tabela 27 – Fluxo de alunos no sistema UAB: comparativo entre UAB/UFMS desde o sua implementação na instituição, e do Sistema UAB/Brasil

Âmbito	Ingressantes	Ativos	%	Concluintes	%
UAB UFMS	5.218	2.144	41,1%	1.133	21,71%
UAB Brasil	722.600	208.200	28,81%	186.600	25,82%

Fontes: * Setor acadêmico SEDFOR, 2017. ** DED/CAPES/MEC, 2017.

Na Tabela 27 observa-se que dos ingressantes desde o início do programa, em 2008, a UAB no Brasil matriculou pouco mais de 720 mil alunos. Destes, 28,81 % ainda estão ativos. Já a UFMS, pelo mesmo sistema, matriculou pouco mais de cinco mil alunos e manteve ativos 41,1% desses. Em relação aos concluintes, a UFMS apresenta um número ligeiramente menor que o índice nacional (21,71% contra 25,82%), contudo, se somarmos os percentuais de alunos ativos (41,1%) e concluintes (21,71%), a situação da UFMS é consideravelmente superior à média nacional 62,81% contra 54,63%.

A Educação a Distância na UFMS é fomentada com recursos do Sistema UAB, que é de responsabilidade da CAPES/MEC. Essa condição remonta 2006, quando a UFMS aderiu ao

Programa UAB.

O Edital 75/2014 DED/CAPES/MEC previa vagas para licenciaturas, bacharelados e cursos *lato sensu*. A UFMS, por meio da ainda CED/PREG habilitou-se, em 2014, para ofertas nos cursos de Licenciatura em Letras, Geografia e Ciências Biológicas; bacharelado em Administração Pública e *lato sensu* em Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde.

Contudo, no início de 2015, diante do cancelamento/contingenciamento de recursos previstos nesse edital, o que inviabilizaria a aplicação dessas ofertas, a então CED/PREG, solicitou por meio do ofício n.º 190/2015, de 07 de julho de 2015, a retirada das ofertas do Edital.

Em abril de 2016 a CAPES retomou o Edital 75/2014 permitindo novas inscrições para ofertas nesse Edital e, partir desse momento, iniciam-se tratativas entre o chefe da então CED/PREG, coordenadores de cursos e diretores de Unidades de Ensino com a finalidade de definir quais cursos seriam ofertados neste edital, considerando as demandas encaminhadas pelas prefeituras municipais. Essas discussões envolveram diversos aspectos que incluíram as deficiências apontadas pelos coordenadores e professores envolvidos com os cursos a distância, quando foram apontadas algumas deficiências graves quanto à logística, acessibilidade e permanência:

- a) Dificuldade de acesso (translado) aos polos (problemas de passagem, carros oficiais, etc.);
- b) Dificuldade de comunicação via ambiente virtual de aprendizagem (problemas com internet nos polos);
- c) Dificuldades estruturais nos polos (laboratórios, bibliotecas, computadores, salas de aulas com problemas de manutenção ou insuficiência);
- d) Ausência de recursos de custeio no ano de 2015 que inviabilizaram as ações/atividades programadas nos cursos;
- e) Sobrecarga ou ausência de professores para atuar nos cursos.

Ainda em 2015, com o contingenciamento de recursos e o quadro geral que anunciava um novo status orçamentário, a CED/PREG foi obrigada a se readequar de modo a poder conciliar seus quadros de servidores com os recursos disponíveis. Tal situação demandou uma redução drástica de seus quadros pessoal de apoio, com corte de cerca de vinte colaboradores que atuavam no apoio aos cursos de graduação, extensão e *lato sensu*.

O contingenciamento de recursos provocou a paralização forçada nas ações de campo dos cursos em andamento. Essa paralização, somada aos já citados problemas de comunicação com os polos, impactou no desempenho dos mesmos colocando em risco a permanência dos alunos. Ressalte-se que o empenho pessoal dos agentes envolvidos (professores, coordenadores de curso, tutores presenciais e a distância, entre outros), muitas vezes agindo com recursos próprios, conseguiu diminuir o impacto negativo da ausência de recursos.

Esses fatores motivaram uma profunda discussão sobre quais ofertas seriam implementadas e em quais polos. Nesse aspecto as discussões procuraram focar ofertas em:

- a) Polos mais próximos ou melhores estruturados;
- b) Cursos com demanda comprovada; e
- c) Cursos cujos quadros docentes estivessem completos e/ou pudessem contar com o envolvimento de outros docentes das Unidades.

A partir desses critérios, a UFMS ingressou em setembro de 2016 com nova proposta a esse edital com ofertas para os cursos abaixo relacionados, sendo aprovados. Após o retorno com aprovação da Capes em dezembro de 2016, e considerando alguns pedidos de prefeitos municipais para a manutenção dos cursos e polos UAB e seus municípios a atual Secretária Especial de Educação à Distância e Formação de Professores, conduziu novas discussões internas, reformulando os quantitativos de ofertas para os cursos aprovados no Edital N°75/2014:

a) Licenciaturas em Ciências Biológicas, Letras com habilitação em Português e Espanhol, Educação Física e Pedagogia;

b) Bacharelado em Administração Pública; e

c) *Lato Sensu* em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Educação Física Escolar, Mídias na Educação e Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do ensino de História e Cultura brasileiras.

Essas ofertas tiveram ampla divulgação e procura superior ao número de vagas (1.500 inscritos para o vestibular), em especial para os cursos de Pedagogia, Administração Pública e nas ofertas de *lato sensu*. A totalidade de vagas oferecidas foram 600 para cursos de graduação e 900 para cursos de *lato sensu*, todas preenchidas até a data de fechamento deste relatório.

Nos anos de 2015 a 2017, as ofertas de cursos se mantiveram em cinco polos e foram formados 222 alunos nesse período. O quantitativo de alunos matriculados e o número de diplomados nos cursos de EaD são apresentados na Tabela 28, indicando aqueles matriculados e/ou concluintes nos anos de 2015 a 2017, referentes ao ingresso entre os anos de 2010, 2012, 2013 e 2014.

Tabela 28 – Alunos de graduação concluintes. 2015 a 2017

Curso	Polo	Ano Inicial	Ingressantes	Colação de Grau	Concluintes
Administração Pública	SÃO GABRIEL DO OESTE	2010	75	27/03/2015	21
Administração Pública	PORTO MURTINHO	2010	75	17/04/2015	31
Administração Pública	BATAGUASSU	2010	50	13/03/2015	16
Pedagogia	BELA VISTA	2012	53	18/11/2016	35
Matemática	BELA VISTA	2012	50	08/06/2017	7
Letras	BELA VISTA	2012	35	08/06/2017	14
Ciências Biológicas	PORTO MURTINHO	2012	53	07/07/2017	11
Ciências Biológicas	BELA VISTA	2012	70	09/06/2017	22
Administração Pública	SÃO GABRIEL DO OESTE	2013	53	10/11/2017	33
Administração Pública	RIO BRILHANTE	2013	40	17/11/2017	32

Organização: SEDFOR (2017).

Em 2014 a CAPES publicou o Edital 75/2014 prevendo vagas para os sistemas UAB e PNAP em 2015. A UFMS, em dezembro de 2014, chegou a apresentar uma proposta inicial para vagas nos cursos de graduação em Matemática, Geografia, Letras, Ciências Biológicas, Pedagogia e Administração Pública, contudo, mediante a incerteza da liberação de recursos em 2015, a UFMS retirou a proposta de oferta, e assim não oferece novas vagas em 2015 e 2016, mantendo apenas os cursos em andamento iniciados em anos anteriores.

Em junho de 2016 a CAPES anunciou que houve sobra de recursos para aquele Edital e divulga a possibilidade de reativação do Edital 75/2014UAB/CAPES. Este anúncio motivou a gestão da CED/PREG a iniciar discussões internas com as Unidades da Administração Setorial envolvendo coordenadores de cursos, e externas com dirigentes dos municípios onde temos

polos UAB ativos, sobre a possibilidade de implementar novas ofertas. Esta etapa envolveu também discussões sobre infraestruturas dos polos e estudos preliminares sobre as taxas de evasão nos diversos cursos de graduação ofertados.

As discussões prosseguiram durante o segundo semestre de 2016 e, em novembro, a UFMS, após tratativas com a CAPES, formalizou a oferta dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Já em 2017 novas conversas internas e com a Capes foram conduzidas visando adequações entre ofertas e polos e, em abril de 2017 foi consolidada a oferta, para ingresso em vestibular no segundo semestre de 2017 e para ingresso por meio de Editais para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* conforme as Tabelas 29 e 30.

Tabela 29 – Número de vagas ofertadas em 2017.2 para Cursos de Graduação referentes ao Edital 75/2014

Curso	Polos/Vagas		Total
Bacharelado em Administração Pública	Campo Grande / 100	São Gabriel / 50	150
Licenciatura em Ciências Biológicas	Bataguassu / 50	São Gabriel / 50	100
Licenciatura em Educação Física	Bonito / 75	São Gabriel / 75	150
Licenciatura em Letras Português e Espanhol	Bela Vista / 50	Bonito / 50	100
Licenciatura em Pedagogia	Bela Vista / 50	Bonito / 50	100
Total de vagas para Cursos de Graduação			600

Organização: SEDFOR (2017)

Tabela 30 – Número de vagas ofertadas para Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* referentes ao Edital 75/2014

Cursos	Polos / Vagas	Total
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Física Escolar	Bonito/50; Campo Grande/100	150
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública	Campo Grande/100	100
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública Municipal	Bonito/50	50
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Mídias na Educação	Campo Grande/150; Porto Murinho/50	
São Gabriel/50; Rio Brilhante/50		
Bataguassu/50	350	
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do Ensino de História e Cultura brasileira	Camapuã/50; Campo Grande/150	200
Total de vagas para Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>		900

Organização: SEDFOR (2017).

No Quadro 20, são apresentados os atos de criação e de reconhecimento dos cursos de graduação da modalidade a distância, ofertados pela UFMS.

Quadro 20 – Atos regulatórios dos cursos de graduação ofertados na modalidade a distância da UFMS

Curso	Atos de criação de curso	Atos de reconhecimento de cursos
Bacharelado em Administração Pública	Res. COEG nº 203, de 23.08.2011 Res. COUN nº 63, de 01.11.2011	PORTARIA SERES/MEC Nº 436, DE 30-07-2014. D.O.U. Nº 145, DE 31-07-2014
Licenciatura em Ciências Biológicas	Res. COEG nº 139, de 17.06.2011 Res. COUN nº 43, de 17.06.2011	PORTARIA/MEC Nº 226, DE 10-04-2014, D.O.U. Nº 70, DE 11-04-2014.
Licenciatura em Educação Física *	Res. COEG nº 88, de 23.03.2012 Res. COUN nº 26, de 23.04.2012	- EM FASE DE RECONHECIMENTO
Licenciatura em Geografia*	Res. COEG nº 179, de 06.12.2010 Res. COUN nº 99, de 21.09.2010	- EM FASE DE RECONHECIMENTO
Licenciatura em Letras – Habilitação em Português e Espanhol	Res. COEG nº 103, de 11.04.2006 Res. COUN nº 23, de 11.04.2006	PN/MEC nº 40, art. 63, de 12.12.2007 consolidada pela PN/MEC nº 23, de 01.12.2010 D.O.U. nº 249, de 29.12.2010
Licenciatura em Matemática	Res. COEG nº 102, de 11.04.2006 Res. COUN nº 15, de 11.04.2006	PN/MEC nº 40, art. 63, de 12.12.2007 consolidada pela PN/MEC nº 23, de 01.12.2010 D.O.U. nº 249, de 29.12.2010
Licenciatura em Pedagogia	Res. COEG nº 71, de 29.05.2007 Res. COUN nº 27, de 29.05.2007	Port. MEC nº 762, de 18.10.2006

LEGENDA: (Art.) Artigo; (COEG) Conselho de Ensino de Graduação; (COUN) Conselho Universitário; (MEC) Ministério da Educação; (PN) Portaria Normativa; (Port.) Portaria; e (Res.) Resolução. FONTE: CED/PREG.

Organização: SEDFOR.

* Quanto aos Atos de Reconhecimento dos cursos de Geografia e Educação Física entramos em contato com a DIRA/PROGRAD, e os dois cursos estão em processo de Reconhecimento. Os cursos que estão em campus com autonomia, é o caso da Geografia e Educação Física, tem sua autorização automática, não tem documento formal de autorização. São dispensadas por este artigo 28 do DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006. "Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2o e 3o deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias".

O curso de Geografia, acabou de passar pela visita in loco, cuja nota da avaliação foi 4 e a portaria deverá sair em breve, atestando a renovação.

No Quadro 21 são expostas as resoluções de aprovação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, ofertados na modalidade a distância, na UFMS, no triênio de 2015 a 2017.

Quadro 21 – Resoluções de aprovação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados na modalidade a distância da UFMS

Curso	Resolução
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Física Escolar	RESOLUÇÃO COUN Nº 49, DE 8 DE JUNHO DE 2017
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública	RESOLUÇÃO COUN Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2017
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública Municipal	RESOLUÇÃO COUN Nº 51, DE 4 DE JULHO DE 2017
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Mídias na Educação	RESOLUÇÃO COUN Nº 66, DE 9 DE AGOSTO DE 2017
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do Ensino de História e Cultura brasileiras	RESOLUÇÃO COUN Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Organização: SEDFOR (2017).

3.3.1.2.2 Formas de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação a distância

A forma de acesso aos cursos de graduação, na modalidade a distância, é por meio de processo seletivo de vestibular. Nos anos de 2015 e 2016 não aconteceram processos seletivos da UAB, pois o Edital 75/2014 só foi aprovado ao final do ano de 2016, e implementado em 2017. Neste ano foi realizado o vestibular para preencher 600 vagas dos cursos de graduação previstas no Edital UAB/CAPES 75/2014. As vagas oferecidas por este edital foram distribuídas conforme Tabela 29.

O vestibular foi executado pela SEDFOR e pela PROGRAD em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC). Tivemos 1458 inscrições e a prova foi realizada no dia 6 de agosto de 2017. Abaixo seguem os editais que regulamentaram esse processo seletivo:

- Edital de Abertura: EDITAL PROGRAD nº 92, de 13 de junho de 2017;
- Retificação do Edital de Abertura: EDITAL PROGRAD nº 136, de 14 de agosto de 2017;
- Resultado Final: EDITAL PROGRAD nº 146, de 18 de agosto de 2017;
- 1ª Chamada: Edital PROGRAD nº 147, de 18 de agosto de 2017;
- Retificação do Edital da 1ª Chamada: EDITAL nº 155, de 25 de agosto de 2017;
- 2ª Chamada: EDITAL PROGRAD nº 166, de 06 de setembro de 2017;
- 3ª Chamada: EDITAL PROGRAD nº 180, de 27 de setembro de 2017;
- 4ª Chamada: EDITAL PROGRAD nº 187, de 20 de outubro de 2017.

Ao final do semestre de 2017.2 foi realizado um levantamento das vagas ociosas para que seja aberto em 2018, um Edital de portador de diploma e transferência externa para preenchimentos das vagas remanescentes, ou ainda a abertura de um processo para reingresso daqueles alunos que não conseguiram concluir ofertas passadas no mesmo curso.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* da UAB também tiveram seus processos seletivos realizados em 2017.2, cujos critérios de entrada foram a análise de currículo e avaliações objetivas. Houve um total de 2.506 candidatos concorrendo às 900 vagas dos cursos de pós-graduação. A seleção dos alunos foi realizada pela SEDFOR em parceria com a PROPP. No

Quadro 22 constam os editais que regulamentaram esses processos seletivos:

Quadro 22 – Editais de seleção dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Edital UAB/CAPES 75/2014

Curso	Edital de seleção
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do Ensino de História e Cultura brasileira	EDITAL UFMS/PROPP Nº 98, DE 28 DE JULHO DE 2017
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Física Escolar	EDITAL UFMS/PROPP Nº 99, de 28 de julho de 2017
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública Municipal	EDITAL UFMS/PROPP nº 101, de 02 de agosto de 2017
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública	EDITAL UFMS/PROPP nº 102, de 02 de agosto de 2017
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Mídias na Educação	EDITAL UFMS/PROPP nº 103, de 03 de agosto de 2017

Organização: SEDFOR.

O resultado dos processos de seleção para o total de 900 vagas, após esgotarem-se recursos cabíveis, estão relacionados na Tabela 31, constando também o número de inscritos por Curso, evidenciando que há grande demanda para este tipo de oferta.

Tabela 31 – Número de inscritos para os Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Edital UAB/CAPES 75/2014

Curso	Inscritos	Vagas
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Física Escolar	312	150
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública	773	100
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública Municipal	122	50
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Mídias na Educação	850	350
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do Ensino de História e Cultura brasileiras	449	200

Organização: SEDFOR (2017).

3.3.1.2.3 Processo avaliativo e prática pedagógica nos cursos a distância da UFMS

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem da UFMS foi modificado no ano de 2010, com a publicação da Resolução COEG nº 214/2009, que alterou o regime seriado anual para o sistema de matrícula semestral por disciplina.

Os cursos de graduação ofertados pela antiga CED/PREG em sua sistemática de avaliação do ensino-aprendizagem, sempre obedeceram às especificidades inerentes da Educação a Distância, em especial no tocante à flexibilização e atendimento aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de cada um e em consonância com as suas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

O trabalho pedagógico nos cursos de graduação a distância é regulamentado pela Resolução nº 349, de 1º de setembro de 2014. O plano de ensino deve estar cadastrado no SIS-CAD e o GDA (Guia Didático do Aluno) disponibilizado no AVA antes do início da disciplina. O controle e o registro de frequência às atividades acadêmicas são da competência do professor responsável pela disciplina, e deverão ser realizados em cada atividade presencial, síncrona e/ou assíncrona. Em cada disciplina a programação do Plano de Ensino e do GDA deverá prever, no mínimo, duas avaliações acadêmicas presenciais obrigatórias e uma avaliação optativa, com exceção das disciplinas de caráter especial como os estágios obrigatórios.

A Média de Aproveitamento (MA) que será composta pela média ponderada da MP (Média de Atividades Presenciais) e da MD (Média de Atividades a Distância), considerando o peso 0,6 para atividades presenciais (MP) e 0,4 para atividades a distância (MD). Para ser aprovado na disciplina, o acadêmico deverá obter frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

Os alunos são acompanhados pelos tutores presenciais e tutores a distância. Os tutores presenciais acompanham as atividades presenciais nos polos, realizam grupos de estudos e ajudam os alunos nas suas dificuldades de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem. Já os tutores à distância são responsáveis pelo acompanhamento sistemático da aprendizagem dos alunos. Com base nos parâmetros indicados pelo professor da disciplina, o tutor a distância auxilia os alunos na construção de suas atividades e também realiza a correção dessas atividades, dando aos alunos um feedback do seu desempenho e comunicando ao professor da disciplina o aproveitamento do aluno em cada etapa. Os tutores mantêm um controle paralelo (dentro do Moodle) das notas das atividades a distância, que posteriormente são lançadas pelo professor no SISCAD.

Observa-se que a disponibilidade de tutores presenciais e a distância está vinculada ao quantitativo de alunos matriculados, na relação de 1 tutor para cada 25 alunos, portanto, não são todos os cursos que contam com o apoio de tutores. Essa é uma fragilidade determinada pela política do Sistema UAB. As ações das coordenações de curso da modalidade para evitar

essa dificuldade é a ampliação de ações para ampliação de número de ingressantes e para evitar a desistência dos acadêmicos.

Com relação aos cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, a dinâmica do curso e o processo avaliativo são definidos nos respectivos regulamentos, que são aprovados pelo Conselho de Pesquisa e Pós-graduação da UFMS. A carga horária das disciplinas, bem como a porcentagem que é ofertada à distância é definida no projeto pedagógico do curso, que também passa por aprovação nas instâncias da PROPP. Os coordenadores, juntamente com a Comissão Especial de Curso, têm autonomia para definir essa dinâmica, levando em consideração a temática do curso, número de alunos, perfil dos alunos e perfil dos professores.

3.3.1.2.4 Políticas do Estágio Obrigatório

O Estágio Obrigatório na EaD/UAB/UFMS é concebido com base na legislação federal no âmbito mais amplo, por Regulamento próprio, e estabelecido pelos Colegiados de Curso e pela antiga Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED/PREG), que se encontram em revisão e reformulação pela DIEAD/SEDFOR. A organização dos estágios supervisionados para integralização dos cursos é definida no Regulamento de Estágio Obrigatórios dos cursos está em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na modalidade a distância, sendo avaliados e instituídos por suas respectivas Comissões de Estágios Supervisionados (COE).

Estes regulamentos foram construídos com base na Resolução COEG n.º 107, de 16.06.2010 e suas alterações, destinada aos cursos de graduação presenciais.

Para sanar essa fragilidade, a Resolução COEG n.º 107 consolidada, está sendo reavaliada em trabalho conduzido pela DIEAD/SEDFOR e PROGRAD, junto às COE's de cada curso com ofertas vigentes, de modo a se constituir um regulamento que contemple também as peculiaridades da modalidade a distância.

A Comissão de Estágio (COE) de cada curso é responsável pela elaboração do regulamento de estágio específico para o curso, que deve vir anexo ao seu PPC, além de coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios. O Estágio obrigatório, segundo a Resolução 107 é orientado por um docente, observados os seguintes critérios:

§ 1º O Professor Orientador de Estágio será um docente pertencente à Carreira do Magistério Superior da UFMS, respeitando-se a área de formação, a experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio. (Incluído pela Resolução Coeg nº 286, de 30 de novembro de 2012).

§ 2º Excepcionalmente, o Conselho de Unidade poderá autorizar orientação por professor substituto ou temporário, mediante justificativa do Colegiado de Curso. (Incluído pela Resolução Coeg nº 286, de 30 de novembro de 2012).

Vale observar que os docentes da UFMS contam com o apoio dos tutores presenciais para os processos de orientação e acompanhamento dos estágios.

Os documentos relativos às constituições das COE, dos diferentes cursos de graduação da UAB/UFMS, e a data de publicação do ato no Boletim de Serviço da UFMS (BS/UFMS) estão apresentadas no Quadro 23.

Quadro 23 – Relação dos Atos que regulamentam a constituições da Comissão de Estágio (COE) dos cursos da UAB/UFMS

Curso	Instrução de Serviço COE N°	Data de publicação no BS/UFMS
Administração Pública	Não executa Estágio Supervisionado	Não executa Estágio Supervisionado
Ciências Biológicas	Resolução N° 185, de 28/11/2017	BS N° 6679. Pag.97
Educação Física	IS n° 25, de 02/02/2017	BS 6477 pg. 187 de 09/02/2017
Geografia	Resolução n° 38 de 17/02/2017	BS 6487 pg. 94 de 23/02/2017
Letras (Português e Espanhol)	IS n° 479, de 14/12/2016	BS 6439 pg. 301 de 19/12/2016
Matemática	62, de 29.09.2011	04.10.2010
Pedagogia	Resolução n° 40 de 08/11/2017	BS 6666 pg. 64 de 10/11/2017

Organização: SEDFOR (2017).

3.3.1.2.5 Políticas das Atividades Complementares

As atividades complementares auxiliam no enriquecimento curricular do acadêmico da EaD, bem como na implementação do próprio perfil do formando. Elas possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive aquelas adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo avaliativo de acordo com o regulamento específico e que constam no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada um.

Algumas especificidades importantes dos cursos de graduação da UAB/UFMS, no que se refere às Atividades Complementares, e de acordo com o disposto em seu respectivo PPC, envolvem participações em conferências, congressos, cursos técnicos, disciplina complementar optativa, iniciação científica (PIBIC), iniciação à docência (PIBID), minicursos, monitoria, oficinas, organização de eventos técnico-científicos, palestras, projeto de ensino, projeto de extensão, publicação de artigos periódicos, resumos, semanas, simpósio, trabalho de conclusão de curso, visitas técnicas orientadas.

3.3.1.2.6 Divisão de Educação a Distância – DIEAD/SEDFOR/RTR

A Divisão de Educação Aberta e a Distância (DIEAD) é a unidade responsável pela articulação das políticas de ofertas de cursos e atividades mediadas pelas tecnologias digitais nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão na modalidade a distância.

A DIEAD tem como objetivos centrais: fornecer suporte institucional para as ações de formação inicial e continuada de professores na modalidade de ensino a distância; Planejar, promover e acompanhar a capacitação dos profissionais que atuam na Educação a Distância (gestores, docentes, tutores e equipes multidisciplinares); Incentivar e acompanhar os cursos presenciais que oferecem 20% da carga horária na modalidade de ensino a distância.

A Divisão também oferece apoio aos cursos de graduação e pós-graduação no que diz respeito à interlocução com os polos, logística das viagens para as aulas presenciais, gestão do contrato com a FAPEC que viabiliza boa parte das ações e demais orientações quanto aos sistemas específicos que envolvem as ofertas da EaD, como SIGPÓS e SISUAB.

3.3.1.2.7 Coordenação de Tutoria

A coordenação de tutoria é um trabalho de extrema importância no sistema de tutoria da UAB. A CAPES prevê 1 coordenador de tutor para cada grupo de 30 tutores. A UFMS conta com duas coordenadoras de tutores que iniciaram o trabalho em 2017.2, fazendo um levantamento das demandas de formação dos tutores, das características do trabalho de tutoria que é desenvolvido em cada curso de graduação e pós-graduação, bem como a criação de um ambiente virtual de integração, onde os tutores podem tirar suas dúvidas e terem o trabalho monitorado de forma sistemática.

3.3.1.2.8 Comissão Permanente de Seleção de Bolsistas

A comissão permanente de seleção de bolsistas da SEDFOR foi instituída pela Instrução de Serviço N.º 03, de 26 de abril de 2017 e retificada pela Instrução de Serviço N.º 22, de 21 de setembro de 2017. A comissão é presidida pela Chefe da Divisão de Educação a Distância, que gerencia todas as etapas dos processos seletivos (publicação do edital, análise de currículo, entrevistas e convocação). Essa comissão tem como objetivo organizar e dar transparência aos processos seletivos de bolsistas da UAB/UFMS.

Os editais são elaborados em conjunto com as coordenações de cada curso, publicados e divulgados pela SEDFOR. Todo processo é feito por um sistema de inscrição online, não sendo recebidos documentos de forma impressa. A comissão organiza a documentação e trabalha em rede na conferência e análise dos currículos. Quando o processo prevê entrevistas, elas são realizadas pela coordenação e professores do curso. No Quadro 24 são apresentados todos os processos seletivos realizados no ano de 2017.

Quadro 24 – Editais de seleção de bolsistas realizados pela DIEAD/SEDFOR no ano de 2017

TIPO	EDITAL	CURSO	ESPECIFICAÇÃO
GRADUAÇÃO	EDITAL SEDFORNº 01, DE 20 DE ABRIL DE 2017	LETRAS	Processo Seletivo de Tutor a Distância para atuar no Curso de Graduação em LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL
	EDITAL SEDFORNº 06, DE 23 DE JUNHO DE 2017	PEDAGOGIA	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Licenciatura em Pedagogia
	EDITAL SEDFORNº 13, DE 28 DE AGOSTO DE 2017	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Processo Seletivo de Tutor a Distância para atuar no Curso de Administração Pública
	EDITAL SEDFORNº 14, DE 28 DE AGOSTO DE 2017	LETRAS	Processo Seletivo de Tutor a Distância para atuar no Curso de Licenciatura em LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL
	EDITAL SEDFORNº 15, DE 28 DE AGOSTO DE 2017	EDUCAÇÃO FÍSICA	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Administração Pública
	EDITAL SEDFORNº 16, DE 28 AGOSTO DE 2017	EDUCAÇÃO FÍSICA	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Licenciatura em Educação Física
	EDITAL SEDFORNº 17, de 28 DE AGOSTO DE 2017	PEDAGOGIA	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Licenciatura em Pedagogia

GRADUAÇÃO	EDITAL SEDFOR nº 22, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Processo Seletivo de Tutor a Distância para atuar no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas
	EDITAL SEDFOR nº 54, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017	EDUCAÇÃO FÍSICA	Processo Seletivo de Tutor Presencial e a Distância para atuar no Curso de Licenciatura em Educação Física
	EDITAL SEDFOR nº 55, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017	LETRAS	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Licenciatura em Letras/Português e Espanhol
	EDITAL SEDFOR nº 101, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017	EDUCAÇÃO FÍSICA	Processo Seletivo de Tutor Presencial para atuar no Curso de Licenciatura em Educação Física
LATO SENSU	EDITAL SEDFOR nº 43, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	Processo Seletivo de Tutor a Distância para atuar no Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Física Escolar
	EDITAL SEDFOR nº 44, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017	MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	Processo Seletivo de Tutor Presencial e a Distância para atuar no Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Mídias na Educação
	EDITAL SEDFOR nº 45, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIFERENÇAS NO CONTEXTO DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA BRASILEIRAS	Processo Seletivo de Tutor Presencial e a Distância para atuar no Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Relações Étnico-raciais, Gênero e Diferenças no contexto do Ensino de História e Cultura Brasileiras
	EDITAL SEDFOR nº 46, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017	GESTÃO PÚBLICA	Processo Seletivo de Tutor Presencial e a Distância para atuar no Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública
	EDITAL SEDFOR nº 47, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Processo Seletivo de Tutor Presencial e a Distância para atuar no Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão Pública Municipal

Organização: SEDFOR (2017).

O Quadro 24 relaciona os editais de abertura de onze processos seletivos de graduação e cinco processos seletivos de pós-graduação que resultaram 101 editais publicados até novembro de 2017.

É importante destacar que as bolsas de estudo ofertadas nos editais são de responsabilidade a CAPES. O cálculo de cotas de bolsas é feito com base no número de alunos matriculados e carga horária das disciplinas em curso. Os processos seletivos são realizados para os cargos de tutor presencial, tutor a distância e assistente à docência.

3.3.1.2.9 Implementação de 20% a distância nos cursos presenciais

A Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que revogou a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, permite que 20% da carga horária dos cursos de graduação presenciais sejam ofertados na modalidade a distância.

Foi realizada a formação continuada de docentes, em 2010 e 2011, por meio do Edital CAPES N.º 15, com a execução do projeto institucional “Fomento ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos cursos de graduação da UFMS”. Após essa formação a UFMS estabeleceu a regulamentação para a utilização dos 20% a distância, por meio da Resolução nº 331, de 7 de dezembro de 2011.

No ano de 2017, a DIEAD/SEDFOR em parceria com a PROGRAD e a AGETIC iniciou a construção de um novo regulamento para oferta de disciplinas semipresenciais e à distância nos cursos presenciais da UFMS.

A AGETIC vai trabalhar para que o SISCAD reconheça essa carga horária e que os coordenadores consigam acompanhar a porcentagem já cursada pelo aluno.

A demanda por essa oferta ainda é pequena e assim que for regulamentado, vamos iniciar um processo de formação contínua para os professores que quiserem aderir às ofertas.

A DIEAD em parceria com a DINOV já oferece hoje a possibilidade de os professores criarem um ambiente virtual de aprendizagem como apoio às disciplinas presenciais. No ano de 2017 foram 16 ambientes criados com este objetivo.

3.3.1.2.10 Filiação à Unirede

A UniRede é a Associação Universidade em Rede que congrega hoje 62 instituições públicas de ensino superior (Universidades e Institutos). O objetivo da UniRede é promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação a Distância. A UniRede promove anualmente dois eventos científicos importantes: ESUD e PROMOVEaD. A Associação mantém a Revista Em Rede que foi criada em 2014 e já é B4 na área de ensino.

A UFMS refiliou-se à UniRede em 2017. A filiação inicial ocorreu no início dos anos 2000, quando a UFMS participou, inclusive da Coordenação Geral da UNIREDE e da organização do projeto de extensão “TV na Escola e os desafios de hoje” ofertado para Professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública, em uma parceria da UniRede e da Seed/MEC.

3.3.1.2.11 Ações desenvolvidas em 2017 na DIEAD/SEDFOR-RTR como decorrências dos processos avaliativos

A Divisão de Educação a Distância atua no apoio ao desenvolvimento de ações pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito das ofertas de cursos de graduação e pós-graduação a distância e está se aproximando das ofertas semipresenciais e a distância nos cursos de graduação presenciais.

Entre as ações realizadas pela DIEAD no ano de 2017, visando a melhoria do desenvolvimento dos cursos da modalidade a distância, podem ser destacadas:

- Reestruturação do Projeto “MINERAÇÃO DE DADOS PARA PREDIÇÃO DE EVASÃO EM AMBIENTES DE ENSINO A DISTÂNCIA” submetido ao Edital nº 03/2015 - Fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de informação e comunicação em educação, no âmbito do sistema uab, cuja proposta foi aprovada com o recurso de R\$ 38.620,00 por meio de TED;
- Construção de processo, escrita de plano de trabalho, minuta de contrato e minuta de edital para viabilização do Vestibular EaD/UAB, em parceria com a FAPEC;
- Coordenação do trabalho da Comissão Permanente de Seleção de Bolsistas;
- Acompanhamento do processo de Matrícula dos alunos de graduação da EaD/UFMS;
- Visita aos polos de apoio presencial para análise da infraestrutura física e tecnológica

para oferta dos cursos, bem como reunião com prefeitos e secretarias de educação;

- Visita aos Campus da UFMS para consulta sobre oferta de cursos EaD e criação de polos associados UAB;
- Apoio e orientação aos coordenadores dos cursos de *lato sensu*, para viabilizar a aprovação dos cursos na UFMS, os processos seletivos de alunos e tutores para os cursos;
- Capacitação de professores da FACOM para oferta de disciplinas com uso das tecnologias de educação a distância;
- Inserção dos alunos de graduação e pós-graduação no SISUAB;
- Realização do I Encontro de Integração da Educação a Distância da UFMS, que reuniu 120 pessoas entre coordenadores de polo, tutores, professores, coordenadores de curso e equipe de gestão;
- Acompanhamento do trabalho da Coordenação de tutoria;
- Gestão financeira do Contrato UFMS x FAPEC 144/2016;
- Acompanhamento da logística das aulas presenciais, que envolvem diárias, passagens, reserva e locação de carros, com a equipe do Financeiro da SEDFOR;
- Levantamento e cadastro de todos os professores e tutores que atuam na EaD/UFMS;
- Criação de cinco grupos de trabalho que vão iniciar discussões sobre temas relevantes para o futuro da EaD na UFMS: Práticas Pedagógicas na EaD; Extensão na EaD/ Tecnologias Digitais para EaD/ Material Didático para EaD;
- Revisão da Resolução que regulamenta as ofertas semipresenciais e a distância no ensino presencial em parceria com a PROGRAD.

3.3.1.2.12 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID e Programa Institucional de Iniciação a Docência Diversidade – PIBID Diversidade¹⁸

O PIBID e o PIBID – Diversidade são iniciativas da Capes/MEC para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica Brasileira, por meio da oferta de bolsas aos alunos dos Cursos de Licenciatura das Universidades brasileiras para que desenvolvam atividades formativas intimamente ligadas à escola. São premissas dos Programas PIBID e PIBID – Diversidade a valorização do magistério, a elevação da qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura e, principalmente, a promoção da integração entre educação superior e educação básica. O PIBID – Diversidade, especificamente, tem por foco comunidades consideradas em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.

A UFMS participa do Pibid desde o primeiro edital publicado pela Capes em 2007, o EDITAL MEC/CAPES/FNDE e foi a primeira Instituição entre as participantes, a inserir estudantes e professores da modalidade a distância, no âmbito desse programa.

A Coordenação Institucional ficou a cargo do Prof. Paulo Roberto Rosa, até a finalização do EDITAL CAPES Nº 61/2013, e os novos editais passarão a ser coordenados pela SEDFOR.

Na UFMS, este Programa foi implementado em 2009 (relativo ao Edital 2007), com a implantação de sete projetos. Atualmente, no PIBID, são 40 subprojetos em diversas áreas de conhecimento, totalizando 541 bolsas de Iniciação à Docência (ID) para acadêmicos, além de 46 bolsas de Coordenador de Área, 77 bolsas para Supervisores, 3 bolsas de Gestão de Proces-

²⁰ O Pibid é desenvolvida nas modalidades presencial e a distância, mas foi inserido junto às ações da SEDFOR, pois será coordenado por esta Secretaria a partir dos novos editais lançados em 2018.

dos Educacionais e 1 bolsa de Coordenação Institucional, ocupadas por docentes da UFMS e das escolas de Educação Básica, parceiras neste Programa. Já o PIBID-Diversidade, que, na UFMS, contempla alunos do Curso de Licenciatura Indígena -“Povos do Pantanal”, conta hoje com 91 acadêmicos indígenas bolsistas de Iniciação à Docência, além de 7 docentes coordenadores e 10 bolsistas supervisores. Este Programa é liderado pelos docentes do Campus de Aquidauana (MS), e atende as escolas das etnias Kadiwéu (Família Guaicuru), Guató (Tronco Macro-Jê), Ofayé (Tronco Macro-Jê), Terena (Família Arawak) e Kinikinau (Família Arawak).

No âmbito da UFMS, os grupos do Pibid estão distribuídos em diferentes cursos, das diversas áreas do conhecimento – tanto nos cursos desenvolvidos na modalidade presencial quanto naqueles na modalidade a distância -, em diferentes Unidades da Administração Setorial e nos polos do Ensino na Modalidade a Distância nos diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao longo destes oito anos do Programa PIBID na UFMS, houve a possibilidade de inserir os acadêmicos das licenciaturas no cotidiano de escolas públicas, e oportunizar novas experiências e práticas inovadoras para superar problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. Este Programa tem, efetivamente, contribuído para a articulação entre a teoria e a prática docente, tão necessária durante a formação dos licenciandos.

As atividades desenvolvidas pelos acadêmicos bolsistas permitem a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas, ao longo de seu percurso formativo, por meio do desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas, sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola pública de educação básica. Entre as atividades desenvolvidas nos diferentes grupos do PIBID e PIBID-Diversidade estão: ações de regência, produção de materiais instrucionais, pesquisa científica no ambiente escolar, e discussões sobre os aspectos de natureza gerencial das escolas de Educação Básica, envolvidas no projeto.

3.3.1.2.13 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores objetiva a criação de laboratórios interdisciplinares como espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências da UFMS. A proposta é usar estes espaços para promover a interação entre diferentes cursos que trabalham com a formação inicial de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; formação de caráter interdisciplinar a estudantes de licenciatura; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e para a articulação entre os programas da Capes relacionados à educação básica.

Na UFMS, o LIFE está implantado na Sede (Campo Grande) nos espaços da SEDFOR, nos Campus do Pantanal, de Aquidauana, de Coxim, de Naviraí e de Três Lagoas. Cada Unidade tem um Coordenador responsável para organizar as atividades e dinamizar as atividades de integração nos LIFE's.

Em todas estas Unidades são desenvolvidas atividades integrativas com os alunos das diferentes licenciaturas, especialmente com os alunos do PIBID que irão desenvolver atividades nas escolas.

No LIFE de Campo Grande, além do acolhimento de alunos das diversas licenciaturas em trabalhos, atendeu as atividades de dois importantes Projetos; 1) Projeto de Ensino “Sentidos da Ciência”; 2) Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento de Tecnologias de ensino acessíveis para a formação de conceitos na educação básica” aprovado na Chamada FUNDECT/CAPES Nº 11/2015 –EDUCA-MS – CIÊNCIA E EDUCAÇÃO BÁSICA.

Estes dois Projetos envolvem alunos e professores dos cursos de graduação do Instituto de Biociências (Inbio/UFMS) e da Faculdade de Computação (Facom/UFMS), dentre as atividades estão:

- Oficina “Uso do Scratch, uma tecnologia para se usar em sala de aula”;
- Palestra “Uso da Lousa Digital em Sala de Aula”
- Estudo para utilização da plataforma App Inventor e desenvolvimento de um Quiz como aplicativo para celular com a temática *Malária* (em fase de “upgrade”).
- Adaptação de material didático sobre “Leishmaniose” a fim de promover a educação inclusiva em saúde pública (zoonoses) (em andamento).
- Uso do “Hand Talk” em tablets por alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas durante as atividades da disciplina de “Prática de Ensino em Higiene e Saúde” e sua aplicação na Escola Estadual Professor Emygdio Campos Vidal.

O projeto aprovado pela Fundect permitiu a aquisição de materiais que visam a suplementação de recursos no LIFE, dentre eles: impressora térmica fusora para impressão tátil, digitalizador e leitor automático com voz/braille; além de insumos para os equipamentos já existentes no LIFE.

Em meados de 2017, a equipe envolvida nas atividades do LIFE iniciou a análise do conteúdo sobre a demanda de professores da Escola Estadual Teotônio Vilela a fim de adaptar e/ou desenvolver estratégias pedagógicas assistivas na educação inclusiva.

Estas atividades resultarão na organização de oficinas in loco que deverão ser realizadas, após a capacitação de professores da rede nas dependências do LIFE (prevista para início de abril de 2018, conforme calendário letivo da rede estadual) com foco em tecnologias assistivas.

3.3.1.2.14 Divisão de Inovação de Tecnologias Educacionais e de Infraestrutura Tecnológica – DINOVSDFOR/RTR

A DINOVSDFOR/RTR foi criada em 2017 e, até esta data as ações abaixo relacionadas eram executadas pela DIAT/CED/PREG. A DINOVSDFOR/RTR foi a única Divisão que teve sua estrutura não alterada após a implementação da SEDFOR/RTR e suas ações desenvolvidas durante os anos de 2015 e 2016 foram mantidas no ano de 2017.

No entanto, algumas outras atividades e/ou ações foram complementadas e/ou acrescentadas como atividade da Divisão, especialmente no que se refere a manutenção da logística tecnológica das edificações do Centro de Formação de Professores – CFP.

a) Ações desenvolvidas pela DINOVSDFOR/RTR no ano de 2015

- Atualização do site da CED/PREG, substituindo o framework Pantaneiro pelo Wordpress;
- Capacitação de professores para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- Suporte as Web Aulas via sistema de Web Conferência Adobe Connect;
- Atualização do software de Web Conferência Big Blue Button;
- Gravação e edição de videoaulas para cursos da EAD e disciplinas semipresenciais;
- Diagramação de conteúdo (Guias Didáticos, Livros, entre outros);
- Suporte aos usuários no uso dos sistemas específicos da EAD;
- Gerenciamento da plataforma Moodle;
- Atualização do mapeamento de rede de computadores da CED/PREG;
- Apoio aos processos de Seleção de Tutores, criando formulário online para inscrição

e fornecendo relatórios de inscrições.

b) Ações desenvolvidas pela DINOV no ano de 2016

- Análise e exclusão de ambientes virtuais no Moodle para alívio (liberação de espaço) da sobrecarga de disco do servidor Moodle;
- Capacitação de professores para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem: Moodle;
- Suporte as Web Aulas via sistema de Web Conferência Adobe Connect;
- Atualização do software de Web Conferência Big Blue Button;
- Gravação e edição de videoaulas para cursos da EAD e disciplinas semipresenciais;
- Diagramação de conteúdo (Guias Didáticos, Livros, entre outros);
- Suporte aos usuários no uso dos sistemas específicos da EAD;
- Gerenciamento da plataforma Moodle;
- Produção de novas vinhetas e layouts para videoaulas da EAD;
- Apoio aos processos de Seleção de Tutores, criando formulário online para inscrição e fornecendo relatórios de inscrições.

c) Ações desenvolvidas pela DINOV no ano de 2017

- Análise e exclusão de ambientes virtuais no Moodle para alívio (liberação de espaço) da sobrecarga de disco do servidor Moodle;
- Acompanhamento da execução do projeto de cabeamento estruturado de redes de computadores e telefonia no novo prédio da SEDFOR;
- Atualização do site da CED/PREG para SEDFOR/RTR;
- Criação de uma nova identidade visual para a SEDFOR, para o site, página no facebook e nova versão do Moodle.
- Atualização de servidores para viabilizar a implantação de uma nova versão do Moodle;
- Planejamento e gravação de editais em Libras em parceria com SECOM e PROAES;
- Capacitação de professores, tutores e alunos, para uso dos sistemas da EAD;
- Instalação, configuração e personalização da nova instância do Moodle;
- Integração do software de web conferência Big Blue Button ao Moodle;
- Definição de políticas de uso e tempo de vida para ambientes virtuais e videoaulas;
- Melhoria do site da SEDFOR, adicionando e corrigindo informações desatualizadas;
- Criação de ambientes virtuais na nova plataforma Moodle, testes, adequações e melhorias do sistema;
- Produção de tutoriais e vídeos tutoriais para os sistemas da EAD;
- Iniciou o mapeamento de rede de computadores (utilizando software Microsoft Visio) para o novo prédio da SEDFOR;
- Iniciada a capacitação da equipe da equipe de Tecnologia da SEDFOR;
- Iniciada a reformulação das capacitações Moodle (nova versão) e produção de material (videoaulas “caseiras”);
- Formulação e teste de oficina de capacitação para o sistema de web conferência Big Blue Button e Mconf;
- Formulação e execução de oficina de capacitação para alunos do PIBID do curso de Letras para o software de criação de jogos educacionais HotPotatoes;
- Instalação e configuração de equipamento de videoconferência;
- Gerenciamento da plataforma Moodle;

- Geração de relatórios para apoiar as ações da DIEAD/SEDFOR, DINOVO/SEDFOR e SEDFOR.
- Gravação e edição de videoaulas para cursos da EAD e disciplinas semipresenciais;
- Diagramação de conteúdo (Guias Didáticos, Livros, entre outros);
- Suporte aos usuários no uso dos sistemas específicos da EAD;
- Configuração de Datashows sem fio;
- Instalação de pontos de acesso a rede sem fio eduroam;
- Apoio ao Vestibular da EAD, carregando dados dos alunos, nas diversas convocações para matrícula, para o sistema de Perfil Socioeconômico e Matrícula.
- Apoio aos processos de Seleção de Tutores, criando formulário online para inscrição e fornecendo relatórios de inscrições.

A Sedfor apontou algumas deficiências graves quanto à logística, acessibilidade e permanência, já elencadas neste item, bem como as ações corretivas implantadas no triênio. Observa-se que por ter financiamento descentralizado, muitas ações sofrem com a descontinuidade dos recursos, bem como, pela estruturação da própria política que requer a parceria entre a UFMS e as prefeituras municipais, que são responsáveis pela manutenção da infraestrutura dos polos. Para minimizar esses problemas foram adotadas as seguintes ações:

- a) Polos mais próximos ou melhores estruturados;
- b) Cursos com demanda comprovada; e
- c) Cursos cujos quadros docentes estivessem completos e/ou pudessem contar com o envolvimento de outros docentes das Unidades.

Para a melhoria do atendimento aos cursos a SEDFOR tem priorizado ações de capacitação da equipe de todas as divisões no que diz respeito à produção de conteúdos para EaD:

- a) 8 servidores realizaram o curso de Desenho Instrucional para EaD;
- b) 15 servidores estão finalizando cursos de "Produção de roteiros e videoaulas; Docência Virtual com Learning Analytics; Adobe Captivate 9; Produção de Conteúdos para EaD; Metodologias ativas; Gestão de Projetos e Equipes de E-Learning; Design de Games para Educação

Seguem informações sobre a percepção da comunidade universitária sobre a oferta da modalidade EaD.

3.3.1.2.15 A percepção da comunidade universitária sobre a oferta da modalidade a distância na UFMS

Embora os acadêmicos dos cursos de graduação da modalidade a distância tenham acesso ao SISCAD desde outubro de 2013, quando ocorreu a migração do Sistema Acadêmico de Educação a Distância (SIAD) para o SISCAD, e tenham acesso aos questionários de autoavaliação, há escassez ou inexistência de informações da avaliação realizada pelos estudantes da modalidade nos relatórios das CSAs, o que indica várias fragilidades, que vão desde a utilização dos mesmos instrumentos de avaliação da modalidade presencial, a exclusão de participantes do processo educativo da modalidade a distância, como tutores e coordenadores de polo, até a ausência de divulgação do processo de avaliação para os acadêmicos da EaD.

Por esse motivo, não há meios de inserir a percepção dos discentes e no âmbito dos docentes e técnicoadministrativos, não houve condições de fragmentar resultados por modalidade de ensino, mas há indicações nos comentários que podem ser compiladas a seguir:

“São muitas as fragilidades, começam pelo PPC, passam pelas divergências de percepção entre os professores acerca da qualidade a ser ofertada, acentuam-se com a execução da modalidade a distância na IES, quase sempre ignorada ou excluída, a infraestrutura precária de alguns polos e, no âmbito do Programa UAB, a fragilidade e descontinuidade do financiamento inviabilizam um planejamento semestral e quadrianual possível de ser cumprido, sem laterações constantes”.

“ Há críticas sobre o ambiente Moodle usado para as atividades da EaD e sobre a qualidade da conexão da internet para a transmissão de aulas”.

“Há cursos implantados em 2008 que só passaram a fazer a avaliação institucional em 2016 e com instrumentos que não contemplam aspectos específicos da EaD”.

Esses comentários vão ao encontro das observações dos avaliadores das comissões de avaliação in loco, durante o triênio, que acentuaram os problemas de conexão da internet; infraestrutura dos polos; bem como, sobre a forma de organização do ambiente Moodle; qualidade do material didático utilizado pelos cursos de graduação.

Para sanar as deficiências apontadas sobre a autoavaliação institucional na modalidade a distância, a CPA, como já indicado na Dimensão 1 está revendo os instrumentos de autoavaliação e vai inserir todos os participantes dessa modalidade no processo de autoavaliação, no próximo ciclo avaliativo.

3.3.1.3 Políticas de Extensão, Cultura e Esporte

Neste subitem, são apresentadas as políticas de extensão desenvolvidas pela UFMS e acrescentadas as ações de Esporte e Cultura, também coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte.

3.3.1.3.1 Políticas de Extensão

No que diz respeito à extensão universitária, a UFMS obedece ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 207 - CF). Tendo assento permanente no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a UFMS fez parte da elaboração do conceito proposto e aprovado pelo referido colegiado e que estão inscritas nas Normas Regulamentadoras das Ações de Extensão da UFMS, por meio da Resolução COEX nº 6, de 6 de julho de 2017:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 156).

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Por conseguinte, o foco de toda e qualquer ação extensionista deve ser, por princípio, a atenção às demandas sociais externas ao meio universitário. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage.

Extensão Universitária denota também prática acadêmica a ser desenvolvida, como

determina a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino (enquanto processo de formação acadêmica e cidadã dos discentes de graduação) e a Pesquisa (enquanto conhecimento científico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade), com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

São objetivos da Extensão Universitária na UFMS, segundo a Resolução COEX nº 6/2017:

- a) articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da Comunidade Universitária com os interesses e as necessidades da sociedade organizada em todos os níveis;
- b) estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando à produção de conhecimento com permanente interação entre teoria e prática;
- c) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, e para a formação do profissional-cidadão;
- d) incentivar a solução de problemas regionais e nacionais em conformidade com a missão social da Universidade;
- e) implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico e de participação efetiva da sociedade nas atividades da Universidade;
- f) promover ações que facilitem o acesso ao conhecimento de pessoas e grupos não pertencentes à Comunidade Universitária por meio de projetos, cursos, eventos, semanas acadêmicas e afins;
- g) apoiar as produções comunitárias, culturais, esportivas, sociais e de lazer;
- h) propiciar ações de extensão inovadoras no âmbito da Universidade. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p.156).

A gestão organizacional e operacional, orientação e avaliação das ações de extensão universitária da UFMS são de responsabilidade da Coordenadoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte.

A Política de Extensão Universitária na UFMS é traçada a partir das deliberações do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte (Coex) que, por sua vez, levam em consideração os documentos emanados pelo FORPROEX e as sugestões formuladas pela Comissão Central de Extensão.

A Comissão Central de Extensão é presidida pelo chefe da Coordenadoria de Extensão e é composta por dois representantes para cada área temática: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Compete à Comissão Central de Extensão:

- I - opinar sobre diretrizes da Política de Extensão da UFMS;
- II - opinar sobre os critérios de priorização de Ações de Extensão e mediante proposta da Coordenadoria de Extensão;
- III - observar o cumprimento das Diretrizes de Extensão da Política de Extensão na UFMS;
- IV - propor os instrumentos de avaliação e monitoramento das Ações de Extensão na UFMS;
- V - propor critérios de limitação de carga horária destinada à execução das Ações de Extensão;
- VI - propor, dentre os temas de extensão, temas prioritários e estratégicos para os editais da UFMS;
- VII - propor critérios e métodos para a adequada pontuação da atuação extensionista na Avaliação de Desempenho Funcional dos servidores docentes e técnico-administrativos da UFMS; e
- VIII - auxiliar no processo avaliativo das Ações de Extensão propostas nos Editais da UFMS. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 157).

Além da Comissão Central de Extensão, os câmpus, os centros, faculdades e demais unidades setoriais da UFMS podem constituir Comissões Setoriais de Extensão que atuam como

órgãos consultivos das Unidades da Administração Setorial, compostas por três membros de livre escolha da Direção entre servidores docentes e técnico-administrativos do quadro efetivo, lotados na Unidade.

Compete às Comissões Setoriais de Extensão:

- I - analisar e avaliar, em primeira instância, as propostas de Ações de Extensão e os relatórios parciais e finais de extensão;
- II - constituir um fórum permanente de discussão para estabelecer a política de extensão da Unidade;
- III - emitir parecer quanto à compatibilidade da Ação de Extensão com as diretrizes da unidade, estrutura disponível para a realização da ação, compatibilidade da carga horária com o alcance dos objetivos propostos, além de outros aspectos que se relacionem com a Unidade;
- IV - propor a junção ou articulação de Ações de Extensão em vigência nas Unidades da UFMS na forma de Programa de Extensão, conforme definido no Capítulo V, desta Resolução;
- V - dar orientação na elaboração das propostas de ações de extensão e divulgar, entre os servidores docentes, técnicos-administrativos e os discentes, as atividades, normas e diretrizes da extensão; e
- VI - incentivar parceria com empresas e instituições da sociedade civil e com órgãos públicos em benefícios das Ações de Extensão, com apoio da Proece. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 158).

O desenvolvimento das atividades de extensão na IES se dá por meio da promulgação de editais internos que disciplinam o registro, a avaliação, a aprovação e o desenvolvimento das Ações de Extensão, podendo ou não haver aporte de recursos financeiros da IES, de terceiros, e/ou de arrecadação. Para tanto, a Coordenadoria de Extensão anualmente lança os seguintes editais de abertura de processo seletivo das ações de extensão e para concessão de bolsas:

- a) Edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária, com ônus para a UFMS (PAEXT);
- b) Edital do Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT);
- c) Edital do Programa de Fomento a Eventos (PROFE);
- d) Edital de Fluxo Contínuo, sem ônus para a UFMS (EXT);
- e) Edital para propostas de Programas de Extensão.

3.3.1.3.2 Avaliação das Atividades de Extensão

A aprovação das propostas de Ações de Extensão obedecem a cinco etapas:

- I - manifestação da Unidade proponente através de resolução de seu Conselho, quanto a espaço físico, carga horária e relação da proposta com a política de extensão da Unidade.
- II - análise de Enquadramento, realizado pela Proece e de caráter eliminatório;
- III - avaliação de Mérito e Relevância Social, de caráter classificatório e eliminatório; IV - aprovação de itens de despesa financiáveis pela UFMS, quando for o caso; e
- V – aprovação final pelo Pró-Reitor da Proece. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 165).

A Avaliação de Mérito e Relevância Social é realizada por comissão de seleção constituída por servidores docentes e técnico-administrativos da UFMS e ou de outras Instituições Federais de Ensino Superior, na qualidade de consultores ad hoc, de acordo com as Áreas Temáticas.

Após a Avaliação de Mérito e Relevância Social da Ação de Extensão, a Coordenadoria de Extensão realiza a avaliação financeira para aprovação dos itens financiáveis pela UFMS ou por terceiros, observado o limite orçamentário, quando for o caso. Cabe, em todos os casos, à Coordenadoria de Extensão efetuar a análise e avaliação final das ações de extensão, de acordo

com as diretrizes da Extensão Universitária da UFMS e em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária. É de responsabilidade do coordenador da Ação de Extensão e das respectivas Unidades Proponentes o acompanhamento e o monitoramento da execução da Ação.

O Relatório Final das ações de extensão serão avaliados em relação aos objetivos propostos e aos resultados alcançados, devendo ter a mesma tramitação da proposta de Ação de Extensão original. Para tanto, a Coordenadoria de Extensão disponibiliza formulários eletrônicos para a elaboração dos Relatórios Parcial e Final, assim como a das propostas de extensão através do Sigproj.

O Relatório Final deverá ser apresentado à Unidade Proponente, constando os resultados alcançados e prestação de contas (se houve recursos financeiros).

3.3.1.3.3 Ações da Extensão Universitária na UFMS

Nas Tabelas 32 e 33 são apresentadas as ações de extensão por modalidades da Extensão Universitária, Áreas Temáticas, Números de Projetos por unidades setoriais, números de projetos, vagas cadastradas e público atendido, recomendadas pela PROECE nos anos de 2015 a 2017.

Tabela 32 – Atividades de extensão, por modalidade. 2015-2017.

Modalidade de Extensão	2015	2016	2017	Total
Programa	4	5	1	10
Projeto	122	173	237	532
Curso	20	26	34	80
Evento	43	41	130	214
Prestação de Serviço	1	0	4	5
Total	190	245	406	841

Fonte: PROECE (2017).

Observa-se o crescimento de 113,68% da quantidade de ações desenvolvidas, no período de 2015 a 2017.

A PROECE salienta que esse crescimento deveu-se ao fato de que somado às fontes de recursos do governo (Edital PROEXT/MEC 2015-2016), foram ampliados os recursos próprios da UFMS, bem como a arrecadação para o financiamento das ações de extensão.

Outro fator que permitiu o crescimento das ações foi a realização da primeira edição do Edital Profe, que potencializou a realização dos Eventos Acadêmicos voltados às questões relevantes da sociedade.

A Tabela 33 apresenta as ações de extensão por área temática.

Tabela 33 - Atividades de extensão, por área temática. 2015-2017.

Área Temática	Número de Ações			
	2015	2016	2017	TOTAL
Comunicação	5	7	21	33
Cultura	17	26	36	79
Direitos Humanos e Justiça	14	12	29	55
Educação	65	81	136	282
Meio Ambiente	13	19	26	58
Saúde	54	72	103	229
Tecnologia e Produção	19	19	42	80
Trabalho	3	9	13	25
TOTAL	190	245	406	841

Fonte: CEX/PROECE

Conforme podemos observar da tabela acima, as áreas de Educação e Saúde são as que possuem os maiores números de ações executadas nos últimos três anos. Observa-se ainda, um considerável aumento no número de ações na área de Tecnologia e Produção no ano de 2017.

Na Tabela 34, é apresentado o número de bolsistas de extensão no triênio.

Tabela 34 – Bolsistas de extensão da UFMS

ANO	NÚMERO DE BOLSISTAS
2015	288
2016	263
2017	376
TOTAL	927

Quanto ao número de bolsistas de extensão, houve um crescimento de 30,56%.
As ações de extensão são apresentadas na Tabela 35.

Tabela 35 – Ações de extensão realizadas Extensão Universitária por unidades – Números de Ações, Número de Público Beneficiado e Número de Bolsistas

Unidade	Número de Ações de Extensão			Quantidade de Público Beneficiado			Número de Bolsistas de Extensão		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
FACFAN	41	34	19	966	1.470	500	59	56	29
INBIO			16			310			15
INISA			29			394			37
FAALC	29	42	36	2.842	850	430	71	70	63
FACH			17			200			17
FAED			26			150			21
ESAN	0	0	6	0	0	30	8	5	7
FACOM	4	1	8	24	50	100	18	12	19
FADIR	3	6	11	0	100	50	4	3	6
FAENG	4	6	19	505	403	100	37	37	40

FAMED	14	22	27	765	514	400	7	5	16
FAMEZ	5	4	9	127	276	300	5	2	9
FAODO	1	4	5	38	64	200	3	4	6
INFI	4	2	9	0	25	20	6	3	6
INMA	4	6	3	96	59	50	1	0	0
INQUI	0	2	4	0	45	50	1	2	4
CPAN	10	26	25	1.093	658	200	0	1	7
CPAQ	14	19	26	532	570	590	1	5	12
CPAR	8	11	10	8	246	81	4	3	5
CPCS	1	1	4	19	26	34	0	4	10
CPCX	10	9	13	58	300	90	5	6	9
CPNA	0	3	3	0	50	15	0	0	0
CPNV	5	7	9	196	471	800	14	19	2
CPPP	11	8	9	0	278	90	23	14	13
CPTL	17	28	45	1.026	1.410	830	19	12	23
PROECE	5	3	14	33	28	200	2	0	0
PROAES	0	0	2	0	0	100	0	0	0
AGINOVA	0	0	2	0	0	0	0	0	0
PROPP	0	1	0	0	87	0	0	0	0
Total	190	245	406	8.328	7.980	6.314	288	263	376

Fonte: PROECE (2017).

Observa-se, como já indicado antes, um crescimento substantivo de ações e número de bolsistas no triênio. Esse crescimento, porém, não se expressou no aumento ao público beneficiado, que caiu, de 2015 para 2017, -6,86% para as unidades do interior do estado e -39,08% para as unidades situadas em Campo Grande.

As unidades que apresentam o maior número de ações de extensão, quantidade de público beneficiado e número de bolsistas de extensão são as situadas na sede, em Campo Grande, com destaque para a FACFAN, INBIO e INISA, seguidas das unidades FAED, FACH e FAALC, ou seja, as unidades novas que surgiram da reestruturação do antigo CCHS e CCBS.

A Tabela 36 apresenta o número de trabalhos apresentados nos encontros de extensões.

Tabela 36 – Número de Trabalhos Apresentados nos Encontros de Extensão (ENEX, SEREX). 2015-2017.

TIPO	2015	2016	2017	TOTAL
ENEX	0	112	175	287
SEREX	0	0	26	58
TOTAL	0	112	201	345

*Obs.: Nos anos de 2015 e 2016 o SEREX não foi realizado; No ano de 2015 o ENEX não foi realizado.

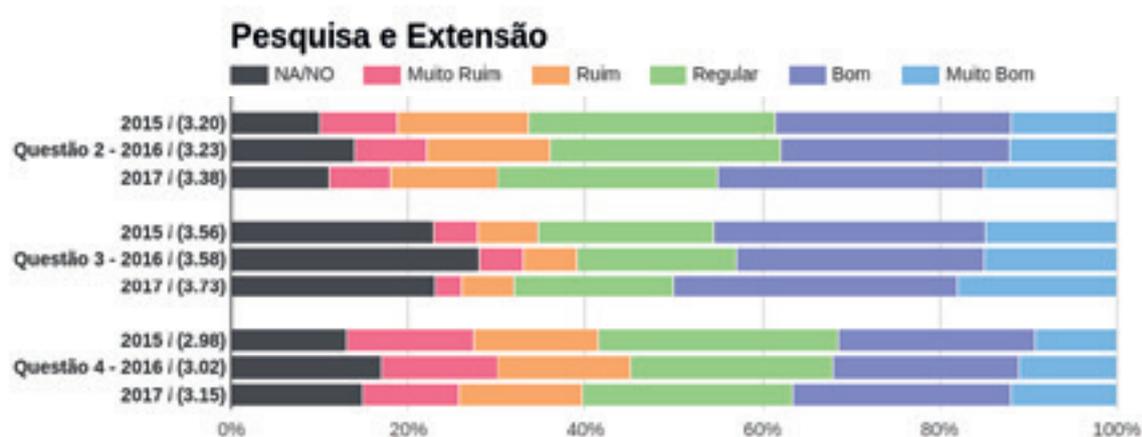
No ano de 2015, os eventos Encontro de Extensão Universitária da UFMS (ENEX) e o Seminário de Extensão Universitária da região Centro-Oeste (SEREX), não foram realizados.

O crescimento do número de trabalhos apresentados nesses encontros, de 2016 a 2017, é de 79,46%.

3.3.1.3.4 Percepção da comunidade universitária sobre as ações de extensão

No Gráfico 18 consta a Média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e Extensão da UFMS, apontando, no triênio, média de 3,31, ou seja, os discentes consideram que os aspectos avaliados são regulares.

Gráfico 18 – Média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e Extensão da UFMS. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 2 - Oportunidades para participar de programas/projetos de extensão; Questão 3 - Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica; Questão 4 - Apoio da instituição para a participação em eventos externos.

Observa-se que todos os aspectos apresentaram melhora gradativa na avaliação, com as melhores médias no ano de 2017. Há destaque para o indicador “Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica”, que conta com a melhor média de avaliação no triênio, já o indicador “Apoio da instituição para a participação em eventos externos” é o que apresenta pior avaliação no período.

No Gráfico 19, consta a média das respostas dos docentes sobre a qualidade do acesso e atendimento da PREAE/PROECE e para esse segmento, o atendimento da PREAE é considerado regular, com leve piora em 2016.

Gráfico 19 – Média das respostas dos docentes sobre a qualidade do acesso e atendimento da PREAE. 2015-2017*.



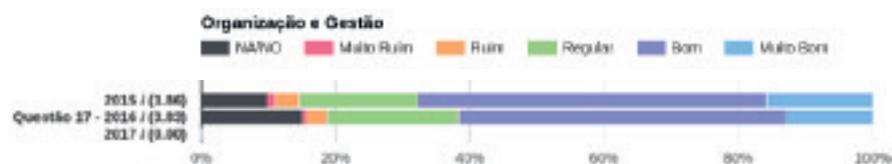
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 14 - Qualidade do acesso e atendimento da PREAE (Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis) atual PROECE.

*Nesta questão não constam dados de 2017, pois houve alteração da estruturação dessa pró-reitoria, bem como mudança de denominação.

No Gráfico 20 consta a média das respostas dos técnico-administrativos sobre a avaliação de desempenho da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (2015 a 2016), a atual Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE).

Gráfico 20 – Média das respostas dos Técnico-Administrativos sobre a avaliação de desempenho da PREAE/PROECE. 2015-2017*.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 17 – Avalie a atuação (dos órgãos/setores institucionais) da PREAE

*Nesta questão não constam dados de 2017, pois houve alteração da estruturação dessa pró-reitoria, bem como mudança de denominação.

Os diretores de unidade setorial avaliam a qualidade do acesso e atendimento da PREAE, atual PROECE, como boa, com média de 4,37, com gradativa melhora de 2015 a 2017, crescimento de 11,71 % (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Média das respostas dos diretores de unidade setorial sobre a qualidade do acesso e atendimento da PREAE/PROECE. 2015-2017.



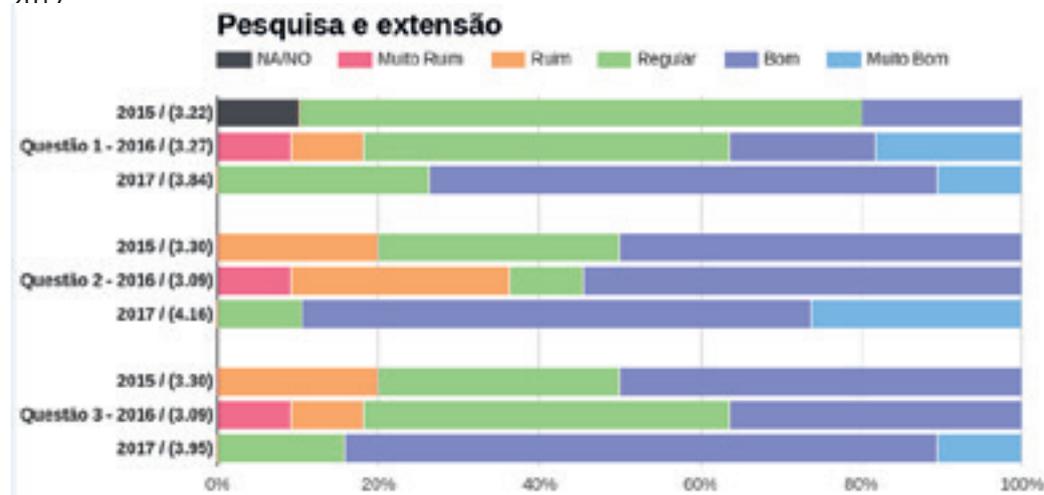
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 13 - Qualidade do acesso e atendimento da PREAE/PROECE]

Os resultados são constantes e apontam que os técnico-administrativos avaliam a atuação da PREAE como regular, com média de 3,84 e pequena diminuição em 2016.

No Gráfico 22 consta a Média das respostas dos diretores de unidade setorial sobre a Pesquisa e Extensão, na UFMS, com média de 3,46 (regular).

Gráfico 22 – Média das respostas dos diretores de unidade setorial sobre a Pesquisa e Extensão, na UFMS. 2015-2017



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Integração da pesquisa, ensino e extensão; Questão 2 - Apoio institucional à pesquisa e extensão; Questão 3 - Infraestrutura oferecida à pesquisa e à extensão.

Observa-se que o indicador “Integração da pesquisa, ensino e extensão”, conta com crescimento de 19,25% no triênio. Da mesma forma o indicador “Apoio institucional à pesquisa e extensão”, que tem crescimento de 26,06%. Já o indicador “Infraestrutura oferecida à pesquisa e à extensão”, apresentou queda de -6,36% em 2016 e melhora em 2017.

Durante o triênio, foram constatados como pontos de fragilidades: os aspectos normativos da extensão; o decréscimo do número de beneficiados atendidos; a desproporção entre ações realizadas e o número de bolsistas, havendo unidades que não desenvolveram ações, mas receberam bolsas.

Como ações corretivas, a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) ampliou e aprimorou sua estrutura organizacional no período 2015-2017, tendo reformulado suas normas e procedimentos internos, visando o aperfeiçoamento de sua política de extensão; bem como uma melhor qualificação dos serviços e produtos gerados, por meio das ações de extensão voltadas à sociedade em geral.

Nesse período, foi dada continuidade ao processo de monitoramento e avaliação junto às ações, procedendo à prestação de apoio técnico aos coordenadores e extensionistas em relação às dificuldades encontradas no processo de proposição, execução e avaliação das ações de extensão.

Contudo, importante destacar, o considerável crescimento do número de ações de extensões realizadas no período de 2015-2017 na UFMS, ressaltando o comprometimento da Instituição em fortalecer a extensão universitária.

3.3.1.3.5 Cultura e Esporte

As ações de cultura e esporte na UFMS são orientadas para a integração universidade/comunidade, em estreita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O macro objetivo destas ações é estimular a vocação artística, cultural e esportiva de servidores e discentes, promovendo o aperfeiçoamento e a valorização do artista, mediante atividades de intercâmbio cultural e técnico, concessão de prêmios e de bolsas de estudos, apoio para viagens, certames, festivais competitivos, shows, apresentações e exposições artísticas das mais diversas áreas, seminários, festivais, congressos, competições esportivas, entre outras. Também são apoiadas ações que objetivem a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico no Estado.

A unidade responsável pelo fomento, coordenação, supervisão, orientação e avaliação das atividades esportivas e artístico-culturais da UFMS é a Coordenadoria de Cultura e Esporte da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte.

Na Tabela 37 são expostos os projetos e eventos de cultura e esporte.

Tabela 37 – Projetos e Eventos de Cultura e Esporte. 2015-2017.

Ações	2015			2016			2017		
	Cultura	Esporte	Total	Cultura	Esporte	Total	Cultura	Esporte	Total
Projetos	121			107			3	3	6
Eventos							2	-	2
Concursos							1	-	1
Shows							6	-	6
Cursos							-	1	1
Participação em jogos							-	2	2
Atendimentos									
- acadêmicos	7.000	3.428	10.428	6.900	3.344	10.244	57.602	23.750	81.352
- servidores	-	-	-	-	-	-	17540	2.055	19.595
- externos	-	-	-	-	-	-	94.237	29.291	123.528
-pessoas com deficiência	-	-	-	-	-	-	-	81	81
Bolsas concedidas									
Cidade Universitária							87	36	36
Bolsas Campus							32		

Fonte: PROECE (2017)

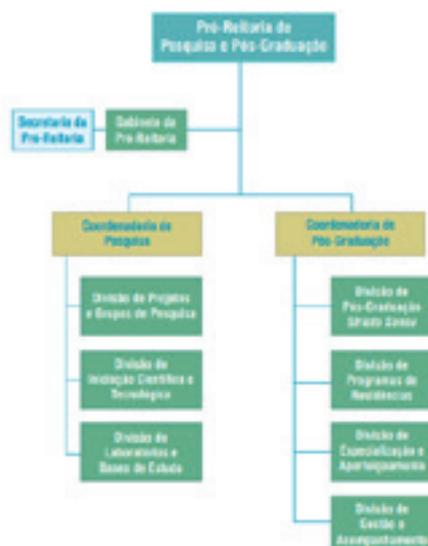
Na tabela 37 observa-se que houve redução gradativa do número de ações no período de 2015 a 2017, mas em contrapartida, crescimento no número de atendimentos.

Seguem informações sobre as políticas de pós-graduação e pesquisa.

3.3.1.4 Políticas de Pós-Graduação e Pesquisa

O ensino de pós-graduação e a pesquisa na UFMS são supervisionados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP). A PROPP é formada por duas coordenadorias conforme pode ser visto no organograma (Figura 6).

Figura 6 – Organograma da PROPP/UFMS



Fonte: PROPP (2017).

3.3.1.4.1 Ensino de Pós-Graduação

A UFMS oferta cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. As ações desenvolvidas, as potencialidades e fragilidades serão descritas neste item.

3.3.1.4.2 Histórico da Pós Graduação *Stricto Sensu*

A Tabela 38 apresenta um histórico da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na UFMS, classificados por ano de implantação, de 1988 a 2017.

Tabela 38 - Histórico da pós-graduação *stricto sensu* na UFMS

Cursos	Nível	Implantação	Reconhecimento	Desativação
Administração	M	2008	2007	-
Administração	D	2016	2015	-
Administração Pública em Rede Nacional*	MP	2014	2013	-
Agronegócios	M	2003	2002	2009
Agronomia (Chapadão do Sul)	M	2012	2011	-
Agronomia	D	2003	2002	2005
Antropologia Social	M	2017	2016	-
Biologia Animal	M	2011	2010	-
Biologia Vegetal	M	2004	2004	-
Bioquímica e Biologia Molecular	M	2014	2013	-
Bioquímica e Biologia Molecular	D	2014	2013	-
Biotecnologia e Biodiversidade	D	2013	2012	-
Ciência Animal	M	2002	2001	-
Ciência Animal	D	2010	2009	-
Ciência da Computação	M	1999	2001	-
Ciência da Computação – UFMS/UFG	D	2010	2009	-
Ciência dos Materiais	M	2016	2015	-
Ciências Contábeis	M	2017	2016	-
Ciências Veterinárias	M	2015	2014	-
Ciências Veterinárias	D	2015	2014	-
Computação Aplicada	MP	2013	2012	-
Comunicação	M	2011	2011	-
Direito	M	2016	2015	-
Doenças Infecciosas e Parasitárias	M	2007	2007	-
Doenças Infecciosas e Parasitárias	D	2007	2007	-
Ecologia e Conservação	M	1996	1995	-
Ecologia e Conservação	D	2005	2004	-
Educação	M	1988	1991	-
Educação	D	2005	2004	-
Educação - CPAN	M	2009	2008	-
Educação Matemática	M	2007	2006	-
Educação Matemática	D	2015	2014	-
Eficiência Energética e Sustentabilidade	MP	2012	2011	-

Enfermagem	M	2012	2011	-
Engenharia Elétrica	M	2017	2016	-
Engenharia Elétrica	M	2003	2002	2014
Ensino de Ciências	MP	2007	2006	-
Ensino de Ciências	D	2017	2016	-
Entomologia e Conservação da Biodiversidade	M	2002	2001	2005
Estudos de Linguagens	M	2006	2005	-
Estudos Fronteiriços	MP	2008	2007	-
Farmácia	M	2011	2010	-
Filosofia	MP	2017	2016	-
Física	M	1995	1994	2011
Geografia – CPTL	M	2009	2008	-
Geografia – CPAQ	M	2014	2013	-
Geografia – CPAQ	M	2000	2002	2009
História	M	1999	1999	2005
Letras	MP	2013	2012	-
Letras	M	1998	2001	-
Letras	D	2014	2013	-
Matemática em Rede Nacional	MP	2011	2010	-
Medicina (Pediatria)	M	1997	1997	2002
Odontologia*	M	2011	2011	-
Psicologia	M	2011	2011	-
Química	M	1997	1996	-
Química	D	2013	2012	-
Química – UFG/UFMS/UFU	D	2006	2005	2013
Química em Rede Nacional	MP	2017	2015	-
Recursos Naturais	M	2016	2016	-
Saúde Coletiva	MP	1992	1993	2007
Saúde da Família	MP	2013	2012	-
Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-oeste	M	2006	2005	-
Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-oeste	D	2006	2005	-
Tecnologias Ambientais	M	1999	2000	-
Tecnologias Ambientais	D	2010	2009	-

Legenda: (D) Doutorado, (M) Mestrado, (SBM) Sociedade Brasileira de Matemática, (UAB) Universidade Aberta do Brasil, (UFG) Universidade Federal de Goiás, (UFU) Universidade Federal de Uberlândia, (UnB) Universidade de Brasília, (UFRN) Universidade Federal de Rio Grande do Norte, (SBBq) Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular.

*Nota: Cursos em processo de descredenciamento pela Capes.

Fonte: SigPós (2018).

Observa-se que no triênio de 2015 a 2017 foram implantados doze cursos, sendo 3 em 2015; 4 em 2016 e 5 em 2017. Uma quantidade razoável em face do número implantado no período anterior (1988 a 2014), cerca de 26 anos, que é de 54 cursos. A maioria dos cursos (58,34%) é de mestrados, 25% de cursos de doutorado e 16,66% de Mestrados Profissionais.

3.3.1.4.3 Perfil do egresso de pós-graduação

A pós-graduação *lato sensu* objetiva o aperfeiçoamento técnico-profissional ou científico em áreas específicas do conhecimento, por meio de atividades práticas e teóricas. A pós-graduação *stricto sensu* objetiva promover a competência técnico-profissional, docente ou de pesquisa, com aprofundamento de conhecimentos e técnicas de pesquisa científica, acadêmica ou artística, contribuindo para a formação de técnicos, docentes e pesquisadores autônomos.

Espera-se, portanto, do aluno egresso de pós-graduação um perfil voltado para a formação de alto nível nas diferentes áreas do conhecimento. Profissionais capazes de elaborar projetos e executá-los, empregando diferentes modelos sistêmicos, visando ao ensino e à pesquisa científica, com a consequente melhoria da vida em sociedade e desenvolvimento do país.

3.3.1.4.4 Criação, expansão, manutenção e melhoria da qualidade da pós-graduação

Entre os anos de 2015 e 2017 foram aprovados novos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorados (Quadro 25).

Quadro 25 – Cursos de Mestrado e Doutorado aprovados e em andamento, aprovados e não iniciados. 2015-2017.

SITUAÇÃO	2015	2016	2017
Aprovados e/ou iniciados do ano	-	-Mestrado em Recursos Naturais	-Mestrado em Antropologia Social -Mestrado em Ciências Contábeis -Mestrado em Engenharia Elétrica -Doutorado em Ensino de Ciências -Mestrado Profissional em Filosofia
Aprovados e não iniciados	-Doutorado em Administração -Mestrado em Ciência dos Materiais Mestrado em Direito -Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional		

Fonte: PROPP (2017)

NOTA: Não houve cursos aprovados para início em 2018 (em todo o Brasil), pois a submissão de APCNs – Propostas de Cursos Novos foi adiada pela Capes para 2018.

A seguir, apresentam-se os números relativos aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMS (Tabela 39).

Tabela 39 - Quantitativos dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, considerando alunos regulares, especiais e visitantes.

Unidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cursos	33	36	41	44	47	51	56
Alunos matriculados	1.202	1.502	1.664	2.818	2.974	3.162	3.559
Defesas	350	321	371	477	505	513	363

Fonte: CPG/PROPP

O crescimento do número de cursos, no triênio, foi de 19,15%; de alunos 19,67%. Quanto às defesas, houve uma redução de -28,12%, uma fragilidade para os cursos desse nível de ensino.

A Tabela 40, apresenta o quantitativo de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ativos no período de 2011-2016, por cidade e por unidade da administração setorial.

Tabela 40 - Quantitativo de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. 2015-2017.

Tabela 40 - Evolução de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>																	
Cidade	Unidade	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Unidades	2017		
		M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D		M	D	
Campo Grande	CCBS	4	3	5	3	6	3	7	3	7	3	7	3	FACRAN	1	1	
														INSE	3	-	
														INBIO	4	2	
	CCBS														FABIC	2	-
															FACH	3	-
															FABD	1	1
	Campo Grande	ESAN	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	2	1		3	1
		FACOM	1	1	1	1	2	1	2	1	2	1	2	1		2	1
		FADIR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1	-
		FALNG	2	1	3	1	3	1	3	1	3	1	4	1		4	1
		FAMED	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		2	2
		FAMEZ	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2		2	2
FADDO		1	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-		1	-	
INFI		2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	2	-		2	1	
INMA		2	-	3	-	3	-	3	-	3	1	3	1		3	1	
INQUI		1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1		2	1	
Aquidauana	CRAG	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-		1	-	
Chapadão do Sul	CPCS	-	-	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-		1	-	
Corumbá	CRAN	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-		2	-	
Três Lagoas	CPTL	2	-	2	-	2	-	2	1	3	1	3	1		3	1	
Total		25	8	28	8	31	10	34	11	35	13	35	14		42	13	

Legenda: (D) Doutorado; (M) Mestrado.

Fonte: CPG/PROPP

Para efeito de interpretação, considera-se o Programa de Pós-Graduação o centralizador de cursos de Mestrado (acadêmico ou profissional) e/ou Doutorado.

A UFMS possuía, em 2014, dezenove Programas com o conceito três, quinze Programas com o conceito quatro, e um Programa com o conceito cinco. Vários desses programas estão mantendo conceito 3, por mais três ciclos de avaliação (Tabela 41).

Tabela 41 – Conceitos dos programas de pós-graduação. 2015-2017.

Tabela 34 - Conceitos dos Programas de pós-graduação stricto sensu							
	Unidade	Programa	Nível	Trienal 2007 (período 2004 a 2006)	Trienal 2010 (período 2007 a 2009)	Trienal 2013 (período 2010 a 2012)	Quadrienal (período 2013 a 2016)
CCBS	INBIO	Biologia Animal	M	-	3	3	3
		Biologia Vegetal	M	3	3	3	3
		Bioquímica e Biologia Molecular	M/D	-	-	4	4
		Ecologia e Conservação	M/D	5	5	5	6
	FACFAN	Biotecnologia e Biodiversidade	D	-	-	4	4
		Fármacia	M	-	3	3	4
	INISA	Enfermagem	M	-	-	3	3
Saúde da Família		F	-	-	3	3	
CCHS	ESAN	Administração	M/D	3	3	4	4
		Administração Pública em Rede Nacional	F	-	-	3	2**
	FAALC	Comunicação	M	-	3	3	3
		Estudos de Linguagens	M	3	3	3	3
	FAED	Educação	M/D	4	4	4	5
	FACH	Psicologia	M	-	3	3	3
		Filosofia	M	-	-	-	3*
		Antropologia Social	M	-	-	-	3*
	CPAN	Educação	M	-	3	3	3
		Estudos Fronteiriços	F	3	3	3	3
CPAQ	Geografia	M	-	-	3	3	
CPCS	Agronomia	M	-	3	3	3	
CPTL	Geografia	M	-	3	3	4	
		M	3	3	4	4	
	Letras	D	-	-	4	4	
	Letras em Rede Nacional	F	-	-	4	4	
	Matemática em Rede Nacional	F	-	-	3	3	
FACOM	Ciência da Computação	M	4	4	4	4	
		D	-	-	4	4	
	Ciência da Computação (UFMS/UFU)	D	-	4	4	3	
	Computação Aplicada	F	-	-	3	3	
FADIR	Direito	M	-	-	-	3*	
FAENG	Eficiência Energética e Sustentabilidade	F	-	3	3	3	
	Engenharia Elétrica	M	3	3	2	-	
	Tecnologias Ambientais	M/D	4	4	4	4	
FAMED	Doenças Infecciosas e Parasitárias	M/D	5	4	4	5	
	Saúde e Desenvolvimento	M/D	4	5	4	4	
FAMEZ	Ciências Veterinárias	M/D	-	-	-	4*	
	Ciência Animal	M/D	4	4	4	4	
FAODO	Odontologia	M	-	3	3	2**	
INFI	Ciência dos Materiais	M	-	-	-	3*	
	Ensino de Ciências	F	3	3	3	3	
INMA	Educação Matemática	M	3	3	4	5	
	Matemática em Rede Nacional	D	-	-	-	5*	
INQUI	Química	M	3	4	4	4	
		D	-	-	4	4	
	Química (UFU/UFMS/UFU)	D	-	-	-	3*	

LEGENDA: (*) Curso novo, não avaliado pela última quadrienal; (**) Aguardando resposta da CAPES sobre pedido de reconsideração da diminuição da nota; (D) Doutorado; (M) Mestrado; (F) Mestrado Profissional.

Fonte: CPG/PROPP

No resultado da última avaliação quadrienal da CAPES (2013-2016), observou-se uma melhora, sendo que 5 programas alcançaram conceitos superiores aos da avaliação trienal realizada anteriormente. O Programa de Ecologia e Conservação, obteve conceito 6, com cursos de mestrado e doutorado, e mais outros 5 Programas obtiveram conceito 5 (Doenças Infecciosas e Parasitárias, Educação, Educação Matemática, Matemática em Rede Nacional -PROFMAT e Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste).

Em contrapartida, observa-se que os programas de Administração Pública em Rede Nacional e de Odontologia, tinham conceito 3 e passaram para 2, entrando em diligência.

O curso de Ciência da Computação (UFMS/UFG) tinha avaliação 4 e passou para avaliação 3.

3.3.1.4.5 Integração entre graduação e pós-graduação

A integração entre graduação e pós-graduação se dá, principalmente, através dos programas de bolsas de iniciação científica (PIBIC e bolsas UFMS) e bolsas PIBIT. O número de bolsas destinadas à UFMS é maior a cada ano, porém não são suficientes para a demanda que se apresenta, principalmente em virtude da criação de novos cursos de PG e da expansão (aumento do número de vagas) da PG. A Coordenadoria de Pesquisa tem envidado esforços no sentido de captar um número maior de bolsas para dar vazão à demanda crescente da instituição. Os principais pontos positivos estão na eficácia do processo de interação, uma vez que muitos dos ingressantes nos cursos de pós-graduação são ex-bolsistas de graduação, o que mostra que a inserção do aluno de graduação na rotina da pesquisa e sua participação em projetos são fundamentais para estimular a continuidade da carreira acadêmica.

Desde 2010, a UFMS conta com bolsistas de mestrado e doutorado financiados pelo MEC através do Programa REUNI. Dentre as ações previstas no Regulamento de Bolsas REUNI de Pós-Graduação, destaca-se o período de estágio obrigatório do mestrando ou doutorando nos diversos cursos de graduação da UFMS ligados pelas áreas do conhecimento. Nesse período, o estagiário bolsista poderá realizar algumas das atividades abaixo, a seu critério e em consonância com seu orientador:

- Atividades de monitoria em cursos de graduação;
- Minicursos/oficinas direcionadas à graduação;
- Cursos condensados de graduação;
- Projetos de ensino e pesquisa de graduação;
- Auxílio em disciplinas obrigatórias ou optativas, teóricas ou práticas, dos cursos de graduação, sempre sob supervisão do orientador;
- Colaboração na realização de eventos técnico-científicos que envolvam cursos de graduação;
- Auxílio no oferecimento de cursos de extensão ministrados pelo orientador do bolsista.

Outras atividades podem ser realizadas, desde que observados os seguintes critérios: a atividade deve ser realizada em curso de graduação da UFMS, mesmo que de outro Centro, Câmpus ou Faculdade; e sob o acompanhamento ou a supervisão do orientador.

Objetiva-se que tal processo proporcione um enriquecimento de todos os envolvidos por meio do fluxo de práticas de pesquisa e de experiências em níveis e âmbitos distintos.

A Tabela 42 apresenta o quantitativo de bolsas da pós-graduação.

Tabela 42 - Quantitativo de bolsas de pós-graduação

Tipo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa de Mestrado	438	446	440	427	414	369	363
Bolsa de Doutorado	137	153	204	183	216	243	255
Total	575	599	644	610	630	612	695

Fonte: PROPP (2017).

O quantitativo de bolsas no triênio (2015-2017), cresceu 0,33%.

3.3.1.4.6 Divisão de Programas de Residências

São competências da Divisão de Programas de Residências (DIRES/CPG/PROPP) acompanhar e supervisionar administrativamente, em atenção às normas vigentes, todos os programas de residências da UFMS. Atualmente, esta instituição conta com três Programas de Residências Uniprofissionais¹⁹, dois Programas de Residências Multiprofissionais²⁰ e vinte especialidades relativas aos Programas de Residência Médica²¹.

A atribuição da DIRES/CPG/PROPP é:

[...] fornecer apoio administrativo às comissões de residências da UFMS (COREME²² e COREMU²³) e às coordenadorias dos Programas de Residência; acompanhar, em caráter revisional, a elaboração de editais de processo seletivo dos candidatos; tramitar, no escopo de proceder à sua respectiva publicação, minutas de normas administrativas desta UFMS dispostas sobre regulamento, estrutura curricular, corpo docente e editais alusivos aos Programas de Residência; manipular – inserindo, editando e excluindo dados – o Sistema de Gestão da Pós-Graduação (SIGPOS) – cuja finalidade é registrar dados tanto dos Programas de Residência, quanto de seus residentes; desenvolver demais atividades afetas à sua área de atuação (PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 2017, p. 1).

A Tabela 43 apresenta o número de residentes, por programa.

Tabela 43 – Número de residentes, por programa Uniprofissional e Multiprofissional. 2015-2017.

PROGRAMAS	2013	2014	2015	2016	2017
Uniprofissional em Medicina Veterinária	12	14	16	16	16
Uniprofissional em Cirurgia Buco-Maxilo-Faciais	2	2	2	2	2
Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica	6	6	6	6	6
Multiprofissional em Atenção ao Paciente Crítico	18	18	18	18	18
Multiprofissional em Cuidados Continuados Integrados	0	13	13	14	14
Total	38	53	55	56	56

Fonte: PROPP (2017).

19 Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial. 2. Medicina Veterinária. 3. Enfermagem Obstétrica.

20 Cuidados Continuados Integrados. 2. Atenção ao Paciente Crítico.

21 1. Clínica Médica. 2. Cardiologia. 3. Dermatologia. 4. Cirurgia Geral. 5. Cirurgia Vascul. 6. Ortopedia. 7. Oftalmologia. 8. Infectologia. 9. Ginecologia e Obstetrícia. 10. Reumatologia. 11. Pediatria. 12. Neonatologia. 13. Medicina de Família e Comunidade. 14. Medicina Intensiva Pediátrica. 15. Urologia. 16. Psiquiatria. 17. Radiologia e Diagnóstico por Imagem. 18. Pneumologia. 19. Cirurgia Cardiovascular. 20. Homeopatia.

22 Comissão de Residência Médica.

23 Comissão de Residência Multiprofissional.

Observa-se que o número de residentes por programa Uniprofissional e Multiprofissional, no triênio (2015-2017), manteve-se, praticamente constante.

A Tabela 44 apresenta o número de residentes por programa de residência médica, com destaque para o programa de Residência Médica em Pediatria e Residência Médica em Clínica Médica.

Tabela 44 – Número de residentes, por programa. 2015-2017.

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA (PRM)	
PROGRAMAS	VAGAS
1.1 Residência Médica em Clínica Médica -	10
1.2 Residência Médica em Cardiologia -	3
1.3 Residência Médica em Dermatologia -	3
1.4 Residência Médica em Cirurgia Geral -	7
1.5 Residência Médica em Cirurgia Vascular	1
1.6 Residência Médica em Ortopedia	4
1.7 Residência Médica em Oftalmologia	1
1.8 Residência Médica em Infectologia	3
1.9 Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia	4
1.10 Residência Médica em Reumatologia	2
1.11 Residência Médica em Pediatria	12
1.12 Residência Médica em Neonatologia;	3
1.13 Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade	5
1.14 Residência Médica em Medicina Intensiva Pediátrica	2
1.15 Residência Médica em Urologia	2
1.16 Residência Médica em Psiquiatria	3
1.17 Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	2
1.18 Residência Médica em Pneumologia;	2
1.19 Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular.	1
1.20 Residência Médica em Homeopatia.	2

3.3.1.4.7 Divisão de Especialização e Aperfeiçoamento

A Divisão de especialização e aperfeiçoamento (DIESA/CPG/PROPP) é a unidade responsável pelo suporte administrativo e técnico nos diversos processos e programas que envolvem os cursos de especialização e de aperfeiçoamento na UFMS. Essa unidade realiza as seguintes funções:

- executar a política de pós-graduação *lato sensu* aprovada pelos Conselhos Superiores competentes;
- manter atualizados os dados relativos à pós-graduação *lato sensu* e aos cursos de aperfeiçoamento;
- articular, junto à Agência de Desenvolvimento, Inovação e Internacionalização, novas demandas e parcerias para a oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento;
- prestar apoio técnico no encaminhamento de propostas de novos cursos de especialização e aperfeiçoamento, para aprovação junto aos Conselhos Superiores;
- prestar apoio administrativo para implantação dos cursos novos;
- auxiliar no encaminhamento para aprovação dos regulamentos, estrutura curricular, corpo docente e editais dos cursos;
- auxiliar as unidades setoriais na elaboração dos editais de cursos de especialização e aperfeiçoamento;
- analisar processos referentes a projetos e relatório final dos cursos;
- prestar apoio à coordenação dos cursos na alimentação do Sistema de Gestão de Pós-Graduação;
- promover o acompanhamento das atividades dos cursos;
- emitir diplomas de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e de aperfeiçoamento;
- prestar apoio administrativo e técnico às coordenações dos cursos *lato sensu*;
- providenciar o encerramento dos processos de cursos descredenciados, assim como a organização dos arquivos e dados acadêmicos;
- proceder a alimentação/manutenção do site da PROPP e Portal de Pós-Graduação – dados *lato sensu*;
- proceder a alimentação da plataforma de integração de dados das instituições de ensino superior; e
- auxiliar as unidade na elaboração e divulgação dos cursos. (PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 2018, p. 1).

A Tabela 45 apresenta a implantação, o reconhecimento e a desativação ou previsão de desativação(encerramento), de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Tabela 45 - Implantação, reconhecimento e desativação ou previsão de desativação, de cursos de pós-graduação *lato sensu*

Cursos	Implantação	Reconhecimento	Desativação
Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral	2014	2013	2016
Abordagem Contemporânea na Arquitetura e na Cidade	2014	2013	2015
Mídias na Educação	2014	2013	2016
Gestão da Assistência Farmacêutica	2014	2014	2016
Atenção Básica em Saúde da Família	2014	2014	2015
Culturas e História dos Povos Indígenas	2014	2013	2015
Gestão Pública Municipal	2014	2014	2016
Gestão em Saúde	2014	2014	2016
Gestão Pública	2014	2014	2016
Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado	2014	2013	2016
Educação do Campo	2014	2014	2016
Educação, Pobreza e Desigualdade Social	2015	2014	2016
Educação Básica do Campo	2014	2014	2016
Atenção Básica em Saúde da Família	2014	2014	2016
Gestão Escolar	2014	2014	2016
Educação em Direitos Humanos	2015	2014	2016
Atenção Básica em Saúde da Família	2015	2015	2016
Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral	2015	2015	2017
Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis	2015	2015	2016
Abordagem Contemporânea na Arquitetura e nas Cidades	2015	2015	2016
Teoria e Metodologia do Ensino de História	2015	2015	2016
Gestão da Drenagem Urbana	2015	2015	2017
Antropologia e História dos Povos Indígenas	2015	2015	2017
Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral	2016	2016	2017
Gestão Judiciária	2017	2015	2019
Atenção Básica em Saúde da Família	2017	2016	2018
MBA Gestão de Negócios	2017	2017	2018
Ciências Ambientais	2017	2016	2018
Patologia e Cirurgia da Coluna Vertebral	2017	2017	2019
Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do ensino de história e cultura brasileiras	2017	2017	2018
Linguística Aplicada e Ensino de Línguas	2017	2017	2018
Docência, Linguagens e Tecnologias Educacionais	2017	2017	2018
História	2017	2017	2019
Educação Física Escola	2017	2017	2019
Gestão Pública Municipal	2017	2017	2019
Gestão Pública	2017	2017	2019
Mídias na Educação	2017	2017	2019

Observa-se, no triênio de 2015 a 2017, a implantação de 23 cursos de pós-graduação *lato sensu*, com destaque para o ano de 2017, quando foram implantados 13 cursos. Uma potencialidade observada é a variedade de áreas de conhecimento cobertas nas ofertas do triênio.

A Tabela 46 apresenta os alunos matriculados, titulados, desistentes e número de defesas em cursos de pós-graduação *lato sensu* da UFMS.

Tabela 46 - Quantitativo de Cursos, alunos matriculados, alunos titulados, alunos desistentes e defesas da pós graduação *lato sensu* da UFMS. 2012-2017.

Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cursos	36	41	45	9	1	13
Alunos matriculados	1.502	1.664	1.879	1.372	1	1.578
Alunos titulados	319	420	421	505	0	906
Alunos desistentes	47	62	81	0	0	0
Defesas	321	371	430	0	0	0

Os dados da Tabela 47 apontam para um decréscimo acentuado de cursos, alunos matriculados, titulados, desistentes e número de defesas em 2016, com recuperação em 2017.

3.3.1.4.8 A Pesquisa na UFMS

A gestão da pesquisa na UFMS está a cargo da Coordenadoria de Pesquisa (CPQ/PRO-PP), e se encontra distribuída em três Divisões:

- Divisão de Iniciação Científica e Tecnológica;
- Divisão de Laboratórios e Bases de Estudo; e
- Divisão de Projetos e Grupos de Pesquisa.

a) Projetos de pesquisas da UFMS

A Divisão de Projetos e Grupos de Pesquisa - DIPPE acompanha o andamento dos projetos de pesquisa, de sua submissão ao seu encerramento. Cada projeto de pesquisa tem sua documentação analisada pela Divisão e é submetido a consultores ad hoc que avaliam o mérito científico da proposta. Sendo aprovado, o projeto é considerado em andamento dentro da Universidade. Em seu término, o coordenador do projeto produz um relatório descrevendo os resultados e conclusões obtidas.

O cadastramento de projetos de pesquisa desenvolvido por docentes da UFMS passou a ser obrigatório a partir da publicação da Resolução nº 198, em 22 de novembro de 2016. Este cadastramento é feito virtualmente por meio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGProj.

Uma vez que a obrigatoriedade de cadastramento não existia antes da edição da referida Resolução, a DIPPE vem esforçando-se para conscientizar a comunidade docente da importância do cadastramento de seus projetos de pesquisa no SIGPROJ, além de buscar soluções que facilitem este trâmite. Sabe-se que ainda existem projetos sendo executados sem seu respectivo cadastramento no sistema, o que impacta os indicadores de produção da pesquisa na Universidade.

O relacionamento dos pesquisadores com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT, principal financiadora da pesquisa no estado, é também intermediado pela DIPPE, que fornece a documentação exigida pela Fundação e acompanha eventuais pendências dos pesquisadores nas prestações de contas de seus projetos.

Além disso, a DIPPE acompanha a execução dos Convênios da UFMS com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, principal empresa pública brasileira de fomento à ciência.

Atualmente existem cinco convênios em andamento, assinados entre 2010 e 2016. Quando de sua conclusão, os Convênios terão trazido um total de R\$ 13.289.333,00 em investimento em obras e equipamentos permanentes para os programas de pós-graduação da instituição.

Na Tabela 47 constam os projetos de pesquisa vigentes, por tipo de fomento.

Tabela 47- Projetos de pesquisas vigentes (cadastrados na CPQ/UFMS) em 2016

Tipo de fomento	Fomento Interno	Fomento externo
Número de Projetos	296	95

Fonte: CPQ/PROPP

Os grupos de pesquisa seguem a mesma lógica do indicador de projetos de pesquisa, sendo facultado ao líder do diretório de pesquisa (geralmente um docente pesquisador da UFMS) a manutenção do cadastro junto ao CNPq.

A CPQ/PROPP auxilia, se necessário, na realização do cadastro, do líder do Diretório e certifica a existência desse Diretório. Após a certificação, o líder passa a gerenciar o grupo.

Seguem as Tabelas 48 e 49 com os dados do biênio 2015-2016, contendo a divulgação da produção técnico-científico-cultural da UFMS. As tabelas contêm itens diferentes uma vez que o Siadoc, que é o sistema que contabiliza toda a atividade docente, é constantemente atualizado. Dessa forma, alguns elementos tiveram sua contagem descontinuada no novo sistema de gestão de projetos de pesquisa, enquanto alguns novos foram inseridos.

Os mesmos dados referentes a 2017 estarão disponíveis após o preenchimento do SIADOC 2017. Destaca-se aqui o esforço da administração central e unidades administrativas em melhorar e adaptar todos os sistemas de coleta e gestão de informações acadêmicas, como SIADOC, PADO, SISCAD, SIGPOS, SIGPROJ, entre outros, visando a integração dos dados.

Tabela 48- Demonstrativo da produção técnico-científico-cultural dos docentes da UFMS 2015

QUESTÃO – ANO REFERÊNCIA	2015
Aceitação de patentes. (Quantidade de Patentes)	18
Adaptação de peça teatral e/ou ópera encenada e/ou autoria de trabalho na área de comunicação visual publicado. (Quantidade de Adaptações)	0
Adaptação de peça teatral e/ou ópera encenada e/ou autoria de trabalho na área de comunicação visual publicado. (Quantidade de Co-Adaptações)	0
Apresentação de trabalho, artigos, painéis, palestras, mostra documental e assemelhados em reunião científica internacional. (Quantidade de Autorias)	232
Apresentação de trabalho, artigos, painéis, palestras, mostra documental e assemelhados em reunião científica internacional. (Quantidade de Co-Autorias)	294
Apresentação de trabalho, artigos, painéis, palestras, mostra documental e assemelhados em reunião científica nacional. (Quantidade de Autorias)	684
Apresentação de trabalho, artigos, painéis, palestras, mostra documental e assemelhados em reunião científica nacional. (Quantidade de Co-Autorias)	563
Artigo técnico-científico publicado em periódico internacional. (Quantidade de Autorias)	146
Artigo técnico-científico publicado em periódico internacional. (Quantidade de Co-Autorias)	317
Artigo técnico-científico publicado em periódico nacional. (Quantidade de Autorias)	351
Artigo técnico-científico publicado em periódico nacional. (Quantidade de Co-Autorias)	473

Atividades regulamentadas pelo órgão competente e não remuneradas de assessoria, consultoria, perícia, sindicância, serviço hospitalar, processo administrativo disciplinar ou análise de currículo para revalidação de diploma. (Quantidade de Horas)	1215
Aula teórica ou prática de graduação. (Quantidade de Horas)	420691
Aula teórica ou prática de pós-graduação. (Quantidade de Horas)	113717
Autoria de coreografia, cenografia, figurino, iluminação, trilha sonora ou produção de espetáculos de dança, teatro, ópera, filmes e vídeos. (Quantidade de Autorias)	3
Autoria de coreografia, cenografia, figurino, iluminação, trilha sonora ou produção de espetáculos de dança, teatro, ópera, filmes e vídeos. (Quantidade de Co-Autorias)	0
Autoria de peças teatrais, roteiros, óperas, concertos, composições musicais e/ou coreografias inte-grais apresentadas e/ou gravadas. (Quantidade de Autorias)	0
Autoria de peças teatrais, roteiros, óperas, concertos, composições musicais e/ou coreografias inte-grais apresentadas e/ou gravadas. (Quantidade de Co-Autorias)	1
Capítulo de livro internacional publicado. (Quantidade de Autorias)	33
Capítulo de livro nacional publicado. (Quantidade de Autorias)	319
Colaboração em Projeto de Ensino, como ministrante de curso ou oficina. (Quantidade de Horas)	1862
Colaboração em Projeto de Extensão, como ministrante de curso, oficina ou palestra. (Quantidade de Horas)	14246
Colaboração em Projeto de Pesquisa e/ou participação em Grupo de Pesquisa. (Quantidade de Cola-borações)	2770
Consultoria ad hoc (Quantidade de Pareceres)	1589
Coordenação de curso de especialização (quando não remunerado). (Quantidade de Coordenações)	31
Coordenação de Projeto de Extensão. (Quantidade de Horas)	29580
Coordenação de Projeto de Pesquisa e/ou Grupo de Pesquisa. (Quantidade de Coordenações)	1538
Coordenação de setores acadêmicos de apoio (laboratórios, oficinas, etc), quando não remunerada. (Quantidade de Coordenações)	280
Coordenação e Execução de Projeto de Ensino. (Quantidade de Coordenações)	105
Coordenação Institucional do PIBID, de Comissões de Estágios Supervisionados, de atividade prática curricular profissionalizante e/ou Prática de Ensino, quando não remunerada. (Entende-se por Coor-denador de Estágio Supervisionado, Estágio Profissionalizante ou de Prática de Ensino o professor que tem sob sua supervisão efetiva o mínimo de 2 professores, quando não pontuado no grupo de atividades de ensino). (Quantidade de Coordenações)	104
Coordenador de Programa de Pesquisa/Linhas de Pesquisa. (Quantidade de Coordenações)	185
Coordenador ou membro de conselho editorial de revista científica. (Quantidade de Coordenações)	410
Co-orientação de dissertação de Mestrado. (Quantidade de Alunos)	98
Co-orientação de monografia de especialização. (Quantidade de Alunos)	20
Co-orientação de tese de Doutorado. (Quantidade de Alunos)	65
Defesa de dissertação de mestrado, tese de doutorado ou livre docência. (Existe defesa)	63
Desenvolvimento de aparelho, instrumento, equipamento, fármacos ou similar. (Quantidade de Equi-pamentos/Fármacos)	8
Desenvolvimento de aplicativo computacional, multimídia ou similar. (Quantidade de Aplicativos)	15
Desenvolvimento de material didático e instrucional. (Quantidade de Materiais)	223
Desenvolvimento de técnica analítica, instrumental, pedagógica, processual, terapêutica ou similar. (Quantidade de Técnicas)	3
Direção de filmes, vídeos, peças teatrais, óperas e espetáculos de dança realizados e/ou encenados. (Quantidade de Co-Direções)	0
Direção de filmes, vídeos, peças teatrais, óperas e espetáculos de dança realizados e/ou encenados. (Quantidade de Direções)	7
Diretor-Geral ou Diretor de Editoração de revista científica indexada. (Quantidade de Direções)	23
Edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções. (Quantidade de Co-Edições)	22
Edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções. (Quantidade de Edições)	36

Exposição artística internacional coletiva de fotografias e/ou obras artísticas inéditas em salão de artes/museus. (Quantidade de Exposições)	0
Exposição artística internacional individual de obras artísticas inéditas em salão de artes/museus. (Quantidade de Exposições)	0
Exposição artística nacional coletiva de fotografias e/ou obras artísticas inéditas em salão de artes/museus. (Quantidade de Exposições)	7
Exposição artística nacional individual de fotografias e/ou obras artísticas inéditas em salão de artes/museus. (Quantidade de Exposições)	1
Gestor de convênios/contratos (quando não renumerado). (Quantidade de Convênios)	368
Maquetes. (Quantidade de Autorias)	2
Maquetes. (Quantidade de Co-Autorias)	0
Membro de banca de defesa de monografia de pós-graduação <i>lato sensu</i> . (Quantidade de Participações)	337
Membro de banca de defesa de projetos e de monografias de graduação. (Quantidade de Participações)	1399
Membro de banca de Doutorado. (Quantidade de Participações)	290
Membro de banca de exame de qualificação de Mestrado ou Doutorado. (Quantidade de Participações)	912
Membro de banca de Mestrado. (Quantidade de Participações)	933
Membro de Colegiado de Curso. (Quantidade de Participações)	968
Membro de comissão julgadora de eventos científicos, artísticos, culturais, desportivos e outras. (Quantidade de Participações)	394
Membro de comissão organizadora de reuniões científicas, artísticas, culturais, desportivas e outras. (Quantidade de Participações)	346
Membro de Comissões de Estágios Supervisionados, de atividade prática curricular profissionalizante e/ou Prática de Ensino, quando não remunerada. (Quantidade de Participações)	352
Membro de comissões institucionais (designados pelo reitor ou pró-reitor). (Quantidade de Participações)	239
Membro de comissões internas, permanentes ou não, dos Centros/campi, Departamentos ou coordenação de curso, devidamente comprovado através de Instrução de Serviço ou Resolução. (Quantidade de Participações)	1589
Membro eleito para Conselhos Superiores e/ou Comissões Permanentes da UFMS (COUN, CD, CPPD, COPEVE, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Câmara de Ensino, Câmara de Extensão e CIAG) (Quantidade de Participações)	242
Membro, em efetivo exercício, de diretoria de associação científica. (Quantidade de Participações)	67
Obra artística incluída em acervos de museus mediante aceitação comprovada da instituição. (Quantidade de Obras)	0
Ocupação de cargos de direção e funções gratificadas: CD(1 - 4), FG1 e FG2. Informar título do cargo ou função. (Pontos computados para efeito de atividade de ensino) (Ocupa cargo ou função)	309
Orientação de alunos da Iniciação Científica (Quantidade de Alunos)	877
Orientação de alunos do Programa Especial de Treinamento - PET - e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID. Informar nomes. (Quantidade de Alunos)	896
Orientação de dissertação de Mestrado. (Quantidade de Alunos)	953
Orientação de Estágio Profissionalizante/Supervisionado, orientação de interno/residente - Engenharias, Veterinária, Medicina, etc (Refere-se ao Estágio Curricular realizado pelos alunos, com acompanhamento direto do professor), estágio de docência e pós-graduação. (Quantidade de Alunos)	943
Orientação de Estágio Supervisionado e/ou de Prática de Ensino, quando não constar como disciplina. (Quantidade de Alunos)	911
Orientação de monitoria de graduação, supervisão de bolsista de trabalho interno (Quantidade de Alunos)	807
Orientação de monografia de Especialização. (Quantidade de Alunos)	277
Orientação de monografias de graduação. Informar títulos. (Quantidade de Alunos)	1311
Orientação de tese de Doutorado. (Quantidade de Alunos)	372

Orientações de estágio de convênios internacionais (graduação e pós-graduação). (Quantidade de Orientações)	5
Participação como curador de exposição artística internacional. (Quantidade de Curadorias)	0
Participação como curador de exposição artística nacional. (Quantidade de Curadorias)	7
Participação como ouvinte em eventos científicos. (Quantidade de Participações)	1069
Participação, como solista, em concertos, recitais ou gravações. (Quantidade de Participações)	28
Participação em Banca Examinadora de Concurso Público. (Quantidade de Participações)	185
Participação em Banca Examinadora de Seleção para Professor Substituto. (Quantidade de Participações)	337
Participação (não solista) em concertos, recitais ou gravações. (Quantidade de Participações)	48
Participações como membro de comissões técnicas de equipes de esportes individuais ou coletivos não contemplados nos itens anteriores, com a aprovação do Departamento. (Quantidade de Participações)	13
Premiação de trabalhos artísticos, arquitetônicos, científicos, literários ou em eventos desportivos. (Quantidade de Premiações)	55
Presidente, em efetivo exercício, de diretoria de associação científica. (Quantidade de Presidências)	9
Produção de aerofotograma, carta, fotograma, mapa ou similar. (Quantidade de Produções)	6
Professor tutor. (Quantidade de Tutorias)	631
Publicação de livro. (Quantidade de Autorias)	40
Publicação de livro. (Quantidade de Co-Autorias)	57
Publicação de resumos em anais e/ou apresentação de painéis, relatos e comunicações em eventos científicos na área afim internacional. (Quantidade de Publicações)	212
Publicação de resumos em anais e/ou apresentação de painéis, relatos e comunicações em eventos científicos na área afim local. (Quantidade de Temas)	202
Publicação de resumos em anais e/ou apresentação de painéis, relatos e comunicações em eventos científicos na área afim nacional. (Quantidade de Publicações)	429
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica internacional. (Quantidade de Autorias)	118
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica internacional. (Quantidade de Co-Autorias)	163
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional. (Quantidade de Autorias)	163
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional. (Quantidade de Co-Autorias)	249
Regência de ópera ou espetáculo musical. (Quantidade de Regências)	10
Representante da UFMS e membros junto a: Associações, Conselhos, Entidades de Classe e Fundações e órgãos externos vinculados à UFMS. (Quantidade de Representações)	162
Restauração de obras artísticas. Informar título da obra. (Quantidade de Restaurações)	0
Substituição eventual de cargo de direção e função gratificada, exceto quem já possui cargo ou função. (Quantidade de Dias)	2294
Textos publicados na área em jornais, devidamente comprovados e não remunerados. (Quantidade de Publicações)	103
Tradução de livros, artigos e textos, quando não remunerados. (Quantidade de Traduções)	126
Transcrição e/ou arranjo de obras musicais gravadas, publicadas ou executadas. (Quantidade de Arranjos)	11

Fonte: SIADOC/PROPP(2017).

Tabela 49 - Demonstrativo da produção técnico-científico-cultural dos docentes da UFMS 2016

QUESTÃO – ANO REFERÊNCIA	2016
Aceitação de patente pelo órgão responsável. (Quantidade de Patentes)	1
Análise de currículo para revalidação de diploma. (Quantidade de Análises)	15
Apresentação oral de trabalho, mostra documental e assemelhados em reunião científica internacional. (Quantidade de Trabalhos)	331
Apresentação oral de trabalho, mostra documental e assemelhados em reunião científica nacional. (Quantidade de Trabalhos)	1377
Arranjo, transcrição, restauração ou adaptação de obra artística comprovado pela edição, exposição ou estreia do mesmo em espaços ou eventos culturais ou acadêmicos reconhecidos pela área. (Quantidade de Obras)	1
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como A1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	140
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como A2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	189
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como B1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	327
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como B2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	305
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como B3 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	220
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como B4 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	133
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como B5 no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	84
Artigo técnico-científico publicado em periódico ou reunião científica, classificados como C no Qualis da Capes. (Quantidade de Trabalhos)	98
Atividades de assessoria, consultoria, perícia, sindicância, serviço hospitalar, processo administrativo disciplinar regulamentadas pelo órgão competente. (Quantidade de Atividades)	89
Atuação como solista em atividade artística apresentada ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área e contemplada por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Convites ou Aprovações em Edital)	1
Atuação como solista em atividade artística apresentada ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área. (Quantidade de Atuações)	21
Atuação em atividade artística apresentada ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidos pela área. (Quantidade de Atuações)	18
Aula teórica ou prática de graduação (carga horária regulamentada por Conselho Superior da UFMS). (Quantidade de Horas)	441116
Aula teórica ou prática de pós-graduação (carga horária regulamentada por Conselho Superior da UFMS). (Quantidade de Horas)	74479
Bolsista Produtividade em Pesquisa e/ou Desenvolvimento Tecnológico e/ou Extensão Inovadora. (Quantidade de Bolsas Produtividade)	45
Capítulo de livro publicado em língua estrangeira. (Quantidade de Obras)	196
Capítulo de livro publicado em português. (Quantidade de Obras)	328
Cargos de Direção, Funções Gratificadas e de Coordenação de Curso (CD1-CD4, FG1-FG5, FCC). Informar título do cargo/função. (Pontos computados para efeito de atividade de ensino) (Quantidade de Dias no Cargo/Função)	78114
Colaboração em Ação de Extensão, Cultura ou Esporte, aprovada e cadastrada na Pró-Reitoria competente. (Quantidade de Ações)	573
Colaboração em projeto de ensino, PET e PIBID. (Quantidade de Horas)	3244
Colaboração em Projeto de Pesquisa aprovado e cadastrado na Pró-Reitoria competente, com fomento externo. (Quantidade de Projetos)	449

Colaboração em Projeto de Pesquisa aprovado e cadastrado na Pró-Reitoria competente, sem fomento externo. (Quantidade de Projetos)	598
Colaboração em Projeto de Pesquisa de outra instituição. (Quantidade de Projetos)	295
Composição de obra artística comprovada pela edição, exposição ou estreia da mesma em espaços ou eventos culturais ou acadêmicos reconhecidos pela área. (Quantidade de Obras)	1
Composição ou direção de produção artística (peças de teatro, óperas, balés ou similares) apresentada ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência regional ou local, contempladas por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Produções)	8
Composição ou direção (total ou parcial) de produção artística (peças de teatro, óperas, balés ou similares) apresentada ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência internacional ou nacional, contempladas por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Produções)	0
Conclusão de Curso de Especialização. (Quantidade de Conclusões)	13
Consultoria ad hoc. (Quantidade de Pareceres)	2101
Coordenação de Ação de Extensão, Cultura ou Esporte, aprovada e cadastrada na Pró-Reitoria competente, com duração de até 180 dias, sem fomento externo e sem arrecadação. (Quantidade de Ações)	236
Coordenação de Ação de Extensão, Cultura ou Esporte, aprovada e cadastrada na Pró-Reitoria competente, com duração superior a 180 dias, sem fomento externo e sem arrecadação. (Quantidade de Ações)	127
Coordenação de Ação de Extensão, Cultura ou Esporte com duração de até 180 dias, aprovada e cadastrada na Pró-Reitoria competente, com fomento externo e/ou arrecadação. (Quantidade de Ações)	28
Coordenação de Ação de Extensão, Cultura ou Esporte com duração superior a 180 dias, aprovada e cadastrada na Pró-Reitoria competente, com fomento externo e/ou arrecadação. (Quantidade de Ações)	344
Coordenação de grupo de pesquisa registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. (Quantidade de Grupos)	496
Coordenação de grupo ou acervo estável de Cultura cadastrado na Pró-Reitoria competente. (Quantidade de Grupos)	5
Coordenação de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). (Quantidade de Programas)	49
Coordenação de Projeto de Pesquisa aprovado e cadastrado na Pró-Reitoria competente, com fomento externo. (Quantidade de Projetos)	328
Coordenação de Projeto de Pesquisa aprovado e cadastrado na Pró-Reitoria competente, sem fomento externo. (Quantidade de Projetos)	575
Coordenação e execução de projeto de ensino. (Quantidade de Projetos)	160
Coordenador ou responsável por setores acadêmicos de apoio (museu, laboratórios, setores e oficinas). (Quantidade de Coordenações ou Responsabilidades)	200
Co-orientação de dissertação de Mestrado. (Quantidade de Alunos)	149
Co-orientação de tese de Doutorado. (Quantidade de Alunos)	121
Curadoria de eventos na área de artes reconhecidos pela área como de abrangência internacional. (Quantidade de Curadorias)	0
Curadoria de eventos na área de artes reconhecidos pela área como de abrangência local. (Quantidade de Curadorias)	8
Curadoria de eventos na área de artes reconhecidos pela área como de abrangência nacional. (Quantidade de Curadorias)	2
Curadoria de eventos na área de artes reconhecidos pela área como de abrangência regional. (Quantidade de Curadorias)	0
Defesa de Dissertação de Mestrado. (Quantidade de Defesas)	57
Defesa de Tese de Doutorado ou Livre-Docência. (Quantidade de Defesas)	81
Depósito de patente no órgão responsável. (Quantidade de Patentes)	23
Desenvolvimento de aparelho, instrumento, equipamento, fármacos ou similar, desde que registrado no órgão responsável. (Quantidade de Equipamentos/Fármacos)	8

Desenvolvimento de aplicativo computacional, multimídia ou similar registrado no órgão responsável. (Quantidade de Aplicativos)	13
Desenvolvimento de técnica analítica, instrumental, pedagógica, processual, terapêutica, ou similar, desde que registrado na Pró-Reitoria competente. (Quantidade de Técnicas)	32
Edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções. (Quantidade de Obras)	101
Editor Associado de revista científica com classificações A1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	2
Editor Associado de revista científica com classificações A2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	6
Editor Associado de revista científica com classificações B1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	14
Editor Associado de revista científica com classificações B2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	23
Editor Associado de revista científica com classificações B3 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	25
Editor Associado de revista científica com classificações B4 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	15
Editor Associado de revista científica com classificações B5 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	18
Editor Chefe de revista científica com classificações A1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	0
Editor Chefe de revista científica com classificações A2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	4
Editor Chefe de revista científica com classificações B1 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	3
Editor Chefe de revista científica com classificações B2 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	9
Editor Chefe de revista científica com classificações B3 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	5
Editor Chefe de revista científica com classificações B4 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	10
Editor Chefe de revista científica com classificações B5 no Qualis da Capes. (Quantidade de Revistas)	5
Gestor de convênios/contratos. (Quantidade de Convênios ou Contratos)	289
Membro de Colegiado de Curso ou de Núcleo Docente Estruturante, desde que não seja o coordenador do curso. (Quantidade de Participações)	1112
Membro de comissão avaliadora de eventos científicos, artísticos, culturais, desportivos e outras. (Quantidade de Participações)	406
Membro de Comissão Especial de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> . (Quantidade de Comissões)	54
Membro de comissão organizadora de reuniões científicas, artísticas, culturais, desportivas e outras. (Quantidade de Participações)	254
Membro de Comissões de Estágio. (Quantidade de Comissões)	328
Membro de comissões institucionais (designadas pelo Reitor ou Pró-Reitor) e de Comitês de Ética. (Quantidade de Participações)	296
Membro de comissões internas, permanentes ou não, das Unidades da Administração Setorial ou das Coordenações de Curso. (Quantidade de Participações)	1454
Membro de comissões técnicas de esportes individuais ou coletivos não contemplados nos itens anteriores, com a aprovação da Unidade Acadêmica. (Somente serão pontuadas as participações com duração superior a três meses, devidamente comprovadas) (Quantidade de Participações)	5
Membro de Comitê de Ética. (Quantidade de Participações)	41
Membro eleito para Comissões Permanentes da UFMS. (Quantidade de Participações)	95
Membro eleito para Conselhos Superiores. (Quantidade de Participações)	139
Membro em Banca Examinadora de Concurso Público. (Quantidade de Participações)	209
Membro em Banca Examinadora de Seleção para Professor Substituto. (Quantidade de Participações)	295
Membro, em efetivo exercício, de diretoria de associação científica. (Quantidade de Participações)	79
Membro, em efetivo exercício, de diretoria de associação científica. (Quantidade de Presidências)	38
Obras artísticas incluídas em acervos permanentes de museus ou anexadas ao patrimônio público ou de instituição reconhecida na área como de caráter público e permanente. (Quantidade de Obras)	2

Orientação de alunos PIBIC, PIBEX, PIBID e PIBIT e bolsistas de ações de Cultura ou Esporte. (Quantidade de Alunos)	1281
Orientação de dissertação de Mestrado. (Quantidade de Alunos)	1196
Orientação de Estágio Não Obrigatório. (Quantidade de Alunos)	237
Orientação de estágio proveniente de convênios internacionais (graduação e pós-graduação). (Quantidade de Orientações)	9
Orientação de monitoria de ensino de graduação. (Quantidade de Alunos)	567
Orientação de monografia de Especialização. (Quantidade de Alunos)	474
Orientação de monografias de graduação, quando não constar como disciplina. (Quantidade de Monografia(s))	1021
Orientação de residente, com acompanhamento direto do professor, quando não constar como disciplina. (Quantidade de Alunos)	445
Orientação de tese de Doutorado. (Quantidade de Alunos)	502
Orientação/supervisão/tutoria de aluno bolsista de graduação. (Quantidade de Alunos)	1009
Parecer em comissões permanentes da UFMS. (Quantidade de Pareceres)	108
Parecer em Comitê de Ética. (Quantidade de Pareceres)	379
Participação como músico ou produtor em disco editado comercialmente. (Quantidade de Faixas Gravadas)	0
Participação como ouvinte em eventos científicos. (Quantidade de Participações)	1928
Participação em Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado. (Quantidade de Participações)	1070
Participação em Banca de Defesa de monografia de pós-graduação <i>lato sensu</i> . (Quantidade de Participações)	578
Participação em Banca de Defesa de projetos e de monografias de graduação. (Quantidade de Participações)	1935
Participação em Banca de Defesa de Tese de Doutorado. (Quantidade de Participações)	312
Participação em Banca de Exame de qualificação de Doutorado. (Quantidade de Participações)	234
Participação em Banca de Exame de qualificação de Mestrado. (Quantidade de Participações)	838
Participação em curso de capacitação para gestor. (Quantidade de Participações)	12
Participação em curso de formação continuada para docência no ensino superior. (Quantidade de Participações)	156
Presidente de Comissão Especial de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> . (Quantidade de Comissões)	17
Presidente de Comissões de Estágio. (Quantidade de Comissões)	120
Produção de aerofotograma, carta, fotograma, mapa ou similar. (Quantidade de Produções)	12
Produção de Maquetes, desde que desenvolvida em projeto de pesquisa ou extensão devidamente registrado na Pró-Reitoria competente. (Quantidade de Maquetes)	1
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência internacional, contempladas por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Produções)	7
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência internacional ou nacional. (Quantidade de Produções)	14
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência local. (Quantidade de Produções)	5
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência nacional, contempladas por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Produções)	10
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência regional, contempladas por seleção, edital ou convite. (Quantidade de Produções)	30
Produções artísticas apresentadas ao público em eventos, locais e/ou instituições brasileiras ou estrangeiras reconhecidas pela área como de abrangência regional. (Quantidade de Produções)	4
Publicação de livro com Conselho Editorial. (Quantidade de Obras)	84

Publicação de resumos em anais e/ou apresentação de painéis, relatos e comunicações em eventos científicos internacionais. (Quantidade de Resumos)	565
Publicação de resumos em anais e/ou apresentação de painéis, relatos e comunicações em eventos científicos nacionais. (Quantidade de Resumos)	894
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica internacional. (Quantidade de Trabalhos)	275
Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional. (Quantidade de Trabalhos)	539
Recebimento de comendas e premiações advindas do exercício de atividades acadêmicas. (Quantidade de Premiações)	84
Relatório de Estágio Pós-Doutoral aprovado pelo Conselho de Administração Setorial. (Quantidade de Relatórios)	26
Representante da UFMS em Associações, Conselhos, Entidades de Classe, Fundações e órgãos externos, com anuência institucional. (Quantidade de Representações)	159
Restauração de obra artística incluída em acervo de caráter público e permanente. (Quantidade de Restaurações)	0
Substituição eventual de cargo de direção e função gratificada, exceto quem possui cargo ou função. (Quantidade de Dias)	1833
Supervisão de pós-doutorado e/ou bolsista DCR. (Quantidade de Supervisões)	62
Textos publicados na área em jornais, devidamente comprovados. (Quantidade de Publicações)	111
Tradução de livros, artigos e textos. (Quantidade de Páginas)	412
Tutoria de Programa de Educação Tutorial (PET). (Quantidade de Programas)	32

Fonte: SIADOC/PROPP(2017).

As tabelas 49 e 50 apresentam os indicadores coletados, por meio do SIADOC, de todas as atividades docentes e não apenas pesquisa e pós-graduação, não sendo possível, portanto, particularizar o crescimento de cada um deles.

b) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas

A UFMS tem realizado esforços para aprovar projetos institucionais em agências de fomento, que ampliem a infraestrutura de pesquisa, e procurado estabelecer parcerias com outras Instituições de modo a acelerar o andamento dos trabalhos e melhorar o grau de inovação. O desenvolvimento de pesquisas tem impacto direto na formação de acadêmicos no nível de graduação, principalmente, mas não só, através da Iniciação Científica, e de pós-graduação; as dissertações e teses de mestrado e doutorado resultam de pesquisas, na viabilidade de criação de novos programas de pós-graduação e até mesmo nas possibilidades de conquistar o fomento externo. No caso específico da pesquisa e pós-graduação, os projetos institucionais submetidos à FINEP, que beneficiam amplamente o desenvolvimento de pesquisas em todas as áreas, tem priorizado propostas que atendam ao maior número de programas de pós-graduação.

c) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos científicos, publicação e divulgação dos trabalhos

O apoio da UFMS à participação em congresso tem como limitação uma participação/ano/pesquisa, por pesquisador(a) e, no caso de trabalho com mais de um autor, apenas um receberá apoio.

Será ainda tema de discussão na PROPP a definição de critérios para a destinação de apoio financeiro para participação em eventos aos participantes das Comissões de Pesquisa, de Iniciação Científica e de Elaboração de Projetos CT-INFRA e Ações Transversais da FINEP, tendo

em vista o volume de trabalho voltado a estas atividades e o incentivo aos pesquisadores para a participação nas comissões.

d) A iniciação científica (IC) e tecnológica (IT)

Os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI) e de Ações Afirmativas (PIBIC-AF) visam apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

Os recursos são disponibilizados pelo CNPq e pela UFMS. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores. Os programas objetivam despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação, contribuindo desta forma para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional.

O aspecto formativo se refere tanto para os(as) acadêmicos(as), quanto os(as) docente(s). O aluno tem a oportunidade de aprender a desenvolver o conhecimento, tem acesso à metodologia científica e ao uso de equipamentos e técnicas em geral não disponíveis nos laboratórios didáticos, tem interação com pesquisadores da UFMS e de outras instituições e tem oportunidade maior de participar de congressos. Desse modo, não apenas tem uma melhora de formação durante a graduação, como forma seu espírito crítico ou empreendedor, amplia sua visão da ciência como um todo, permite escolher áreas definidas, instituições de destino e oportunidades para atuação futura, tanto na área acadêmica, em cursos de pós-graduação, quanto numa atuação profissional em empresas e instituições de pesquisa. Quanto ao docente orientador, é uma oportunidade de trabalhar em conjunto, de aprimorar as técnicas de orientação e de transmissão de conhecimento e de acelerar o desenvolvimento de pesquisas.

e) Divulgação da iniciação científica

Há grande relevância da Iniciação Científica para os alunos de graduação da UFMS na formação e na qualificação do futuro pesquisador desde o curso de graduação. Os acadêmicos não têm somente a oportunidade de participar da iniciação científica, ingressando no universo da pesquisa, mas também compoem as condições necessárias para o ingresso em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Espera-se, ainda, que o tempo de formação desses acadêmicos nos níveis do Mestrado e do Doutorado seja menor do que o daqueles que não tiveram acesso ou não optaram pela iniciação científica, bem como, a qualidade dos trabalhos produzidos tenha melhora crescente. De modo pontual, pode-se destacar os seguintes benefícios do PIBIC:

- Iniciação de talentos potenciais no universo da pesquisa, por meio da aprendizagem de técnicas e métodos científicos;
- Estimulo e desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade decorrente das condições criadas pelo confronto com os problemas de pesquisa;
- Incorporação de jovens pesquisadores nos grupos de pesquisa certificados pela instituição;
- Melhoria da qualidade e aumento da quantidade de acadêmicos que saem da graduação diretamente para Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Melhoria na qualidade das pesquisas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMS;
- Redução do tempo médio de conclusão de cursos de Mestrado e de Doutorado;

- Contribuição dos acadêmicos do PIBIC para a melhoria dos índices de produtividade científica da UFMS;
- Contribuição na formação de jovens pesquisadores e futuros docentes das IES brasileiras, que cooperarão no desenvolvimento acadêmico-tecnológico do País, bem como na diminuição das disparidades regionais da ciência e da pesquisa no Brasil.

A divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, no âmbito do PIBIC e PIBIT, se dá através da participação em eventos científicos e do Encontro de Iniciação Científica da UFMS é realizada uma vez por ano, entre os meses de outubro e/ou novembro, com a participação dos orientadores e alunos (bolsistas e voluntários) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBIC-AF), Tecnológica (PIBITI) e Voluntários onde são apresentados os resultados finais. Devido aos grandes custos com a centralização das apresentações na Cidade Universitária de Campo Grande e com o objetivo de otimizar o acesso dos alunos e orientadores ao XVII Encontro de Iniciação Científica da UFMS, o evento em 2016 aconteceu nos Campus de Aquidauana, Chapadão do Sul, Três Lagoas e na Cidade Universitária de Campo Grande. Essa nova experiência gerou menos custo para a iniciação científica, já que grande parte dos alunos e seus respectivos orientadores não precisaram se deslocar para Campo Grande, como nos eventos anteriores, gerando menos custos com diárias para professores e auxílio financeiro para alunos.

Em 2017 o Encontro de Iniciação Científica ocorreu no evento INTEGRA UFMS, que aconteceu nos dias 6 a 10 de novembro de 2017, um grande evento de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de integrar vários movimentos: a Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul (FETEC-MS) e os encontros do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Educação Tutorial (PET), Extensão Universitária (ENEX) e Empresas Júniores da UFMS.

O INTEGRA UFMS representa uma alteração significativa na estratégia da UFMS em relação à organização de encontros institucionais, conjugando um esforço para a integração de setores distintos da UFMS na viabilização de grandes eventos.

Na Tabela 50 consta a quantidade de bolsistas, no triênio, por tipo de bolsa, que vai de agosto de 2014 a julho de 2015; agosto de 2015 a julho de 2016 e agosto de 2016 a julho de 2017.

Tabela 50 – Quantativo de bolsistas de Iniciação Científica, por tipo de bolsa. 2015-2017.

Tipo de bolsa	2014/2015	2015/2016	2016/2017
PIBIC/CNPq	207	207	209
PIBIC/UFMS	105	130	142
PIBITI/CNPQ	09	09	08
PIBITI/UFMS	06	05	00
PIBIC-AF/CNPQ	02	02	02
PIBIC-AF/UFMS	20	01	00
TOTAL	349	354	361

* Fonte: CPQ/PROPP

No triênio, não há, por categoria de bolsa, ampliação significativa, com excessão da bolsa financiada pela própria instituição. No volume total, o crescimento foi de 3,44%, de 2015 a 2017.

A Tabela 51 mostra o quantitativo de planos de trabalho de Iniciação Científica desenvolvidos com início em 2017 (lembrando que o programa de IC começa sempre no mês de agosto de um ano e termina no mês de julho do ano seguinte). Nota-se um expressivo número de alunos dos campi do interior. Isso se dá pelo fato de a PROPP incentivar novos projetos daquelas unidades, por meio de edital. No ano de 2017, por exemplo, 30% das bolsas do CNPq e da UFMS foram destinadas aos orientadores dos campi do interior. Mesmo percentual será aplicado ao edital que será aberto para o biênio 2018-2019.

Tabela 51 - Quantitativo de planos de trabalho de Iniciação Científica desenvolvidos com início em 2017

	Propostas	Bolsas CNPq	Bolsas UFMS	Voluntários
INBIO	47	20	15	12
FACFAN	45	18	9	18
FAENG	44	17	12	15
FAALC	35	12	14	9
FAMEZ	34	16	13	5
INQUI	29	16	7	6
FACH	27	9	9	9
FACOM	27	8	8	11
INFI	23	11	2	10
INISA	20	6	6	8
ESAN	16	5	4	7
FADIR	14	3	3	8
FAED	13	8	1	4
FAMED	13	6	4	3
INMA	5	1	2	2
FAODO	2	0	1	1
CPTL	51	21	16	14
CPAQ	27	8	8	11
CPCS	25	16	7	2
CPAN	19	8	7	4
CPNV	16	5	7	4
CPAR	8	4	1	3
CPCX	2	1	0	1
	542	219	156	167

Fonte: CPQ/PROPP

Dados de Dezembro de 2017, com planos de trabalho vigentes em 2017/2018.

Quanto aos voluntários (Tabela 52), observa-se queda muito substantiva, de -75%.

Tabela 52 - Quantitativo de voluntários de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica. 2015-2017.

Voluntários	2014/2015	2015/2016	2016/2017
	164	182	41

* Fonte: CPQ/PROPP

Com a criação do PIVIC (Programa de Iniciação Científica Voluntária) pela PROPP, espera-se uma significativa retomada no número de voluntários, que já vem sendo percebida ao longo dos últimos meses. No mês de março de 2018, quando da escrita deste relatório, havia um total de 170 voluntários inscritos no programa (3 a mais que em dezembro de 2017 – tabela anterior). Esse número deve se alterar mês a mês, uma vez que o edital para inscrições de alunos voluntários funciona em fluxo contínuo.

f) Nova Divisão de Laboratórios e Bases de Estudo-DILAB/CPQ/PROPP

A Divisão de Laboratórios e Bases de Estudo-DILAB, é a unidade responsável pela administração e funcionamento das Bases de Estudos do Pantanal (BEP) e Base de Bonito (em

implantação).

A estrutura física da BEP/UFMS totaliza uma área construída de 1.371,63m². As instalações dispõem de alojamentos para 48 pessoas, sendo que o suporte funcional no local é dado por 6 funcionários, sendo três auxiliares de cozinha e três auxiliares operacional Rural.

A BEP/UFMS dispõe dos seguintes setores: água potável (poço tubular), ambulatório médico/odontológico, anfiteatro, casa de máquinas com gerador de energia, cozinha, despensa, energia elétrica rural, internet, laboratório de biologia geral (37,37m²), laboratório de ecologia (13,35m²), laboratório de geoprocessamento (14,60m²), laboratório de informática (37,87m²), laboratório de recursos pesqueiros (14,60m²), lavanderia, refeitório, sala de reuniões, sala de TV, sistema de coleta e tratamento de esgoto e telefonia.

A BEP/UFMS dispõe dos seguintes equipamentos: embarcações (09 barcos de alumínio), 01 lancha Marajó com motor de 60 Hp, 04 motores de popa quatro tempos sendo: 02 de 25 Hp 02 de 20 Hp, 02 veículos, sendo 01 Marruá e Toyota Bandeirantes tipo Jipe.

O objetivo principal da BEP/UFMS é o apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, de extensão e de ensino realizados na região dos pantanais (Abobral, Miranda e Nhecolândia) que circundam a região do Passo do Lontra.

No ensino, confere suporte às atividades práticas nas disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação de nove câmpus da UFMS e de Universidades conveniadas, assim como, apoio para a elaboração de monografias de final de cursos de graduação e de especialização.

Na pesquisa, apóia os programas de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*) no desenvolvimento das monografias, dissertações e teses, bem como nos projetos de iniciação científica e de pesquisa.

Vários projetos de pesquisa estão ligados às linhas e grupos de pesquisa dos cursos da UFMS, financiados por organismos nacionais e internacionais, além de convênios firmados com instituições e universidades brasileiras e do exterior. Assim, são desenvolvidos trabalhos de pesquisas nas mais diversas áreas da ciência, dentre as quais se destacam as de: Agronomia, Biologia Vegetal, Biologia, Climatologia, Ecologia, Educação, Engenharia Ambiental, Farmácia-Bioquímica, Física, Geografia, Geologia, Hidrografia, História, Jornalismo, Letras, Medicina, Medicina Veterinária, Meteorologia, Odontologia, Solos, Tecnologias Ambientais, Tecnologias de Alimentos, Zoologia, dentre outras.

Na extensão, as principais atividades consistem principalmente no atendimento mensal da população pantaneira da região do Passo do Lontra, na área de saúde (médico-odontológico-laboratorial).

Na BEP/UFMS é mantida também uma Escola Rural multiseriada (1^a a 9^a ano) para crianças da região, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá - MS. Há ainda um projeto de sustentabilidade sendo desenvolvido na BEP/UFMS, que enfoca os problemas sócio-ambientais da região.

Atualmente, a BEP sedia importantes atividades de pesquisa e intercâmbio científico de diversos projetos e convênios, para a execução de alguns trabalhos desenvolvidos pela UFMS na Base de Estudos do Pantanal, em que são mantidas parcerias com os seguintes organismos: Embrapa, IBAMA/CEMAVE, INPE, Institute of Hydrology (Inglaterra), Universidade de Utah (USA) e Universidade de Siena (Itália).

Na Tabela 53 consta a quantidade de estadias diárias de acadêmicos que utilizaram a BEP, no período de 2013 a 2017.

Tabela 53 - Utilização da BEP, por acadêmicos da UFMS e externos. 2013 a 2017.

ORIGEM DA UTILIZAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
- Acadêmicos da UFMS	818	794	604	537	876
- Acadêmicos externos	291	459	326	315	348
TOTAL	1.109	1.253	930	852	1.224

Fonte: PROPP (2017).

Nota-se um aumento, de 2016 para 2017, da utilização da BEP por parte de acadêmicos, da UFMS ou externos. Esse aumento justifica-se, em outros fatores, pelo aumento do número de projetos de pesquisa que fazem uso da base, como pode ser visto nas tabelas abaixo.

A Tabela 54 mostra o número de estadias diárias de pesquisadores da UFMS e externos, a partir das demandas de seus projetos de pesquisa.

Tabela 54 - Utilização da BEP, por pesquisadores da UFMS e externos. 2013 a 2017.

ORIGEM DA UTILIZAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
- Pesquisadores da UFMS	152	93	45	46	57
- Pesquisadores externos	89	58	91	26	59
TOTAL	241	151	136	72	116

Fonte: PROPP (2017).

Já a tabela 55 mostra o número de estadias diárias usadas por professores da UFMS e externos em aulas de campo, seja da graduação, ou da pós-graduação.

Tabela 55 - Utilização da BEP, por pesquisadores da UFMS e externos em aulas de campo. 2013 a 2017.

ORIGEM DA UTILIZAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
- Professores da UFMS	64	87	69	70	106
- Professores externos	62	67	43	41	45
TOTAL	126	154	112	111	151

A tabela 56 mostra o número de projetos e seus tipos que utilizaram a BEP nos últimos anos.

Tabela 56 - Projetos em andamento na BEP no quadriênio 2013 a 2016

TIPOS DE PROJETOS	2013	2014	2015	2016	2017
- Pesquisas	13	15	20	22	23
- Dissertação Mestrado	13	13	12	13	19
- Tese Doutorado	8	9	10	8	9
- Extensão	4	5	5	5	5
TOTAL	41	42	47	48	56

Fonte: DILAB/CPQ/PROPP

Na Tabela 57, apresenta-se a quantidade de estadias diárias registradas de pesquisadores, professores e acadêmicos, para realização de pesquisa na BEP.

Tabela 57 - Quantidade de estadias diárias registradas a pesquisadores, professores e acadêmicos, para realização de pesquisa e aulas de campo na BEP. 2013 a 2017.

Diárias: pesquisadores, professores e acadêmicos	2013	2014	2015	2016	2017
	5.215	5.862	4.930	5.051	5.564

Fonte: PROPP (2017).

Observa-se uma queda nos anos de 2015 e crescimento em 2016. Entre 2015 e 2016 o crescimento foi de 2,45%.

Na Tabela 58 apresenta-se o número de Instituições externas visitantes na BEP, com queda de instituições em 2016, de 33,33%. Essa queda está provavelmente associada ao contingenciamento de recursos que as IES brasileiras sofreram nos últimos anos.

Tabela 58 - Número de Instituições externas visitantes na BEP. 2013 a 2017.

Instituições externas (visitantes)	2013	2014	2015	2016	2017
	9	12	12	8	8

Fonte: PROPP (2017).

A partir de 2018 a UFMS assumiu a gestão do antigo Câmpus de Bonito, com a implantação da Base de Estudos de Bonito, contando com estrutura de estudos e dormitório para alunos e pesquisadores.

g) Registro da produção e do desenvolvimento das atividades dos pesquisadores

As publicações são feitas em periódicos científicos nacionais e internacionais, que podem ser acessados a partir do Portal de Periódicos da CAPES, disponibilizado na página da PROPP.

Livros ou capítulo de livros podem ser publicados pela editora da UFMS ou editoras externas.

Cópias de monografias de TCC, dissertações de Mestrado e Teses de doutorado são disponibilizadas na Biblioteca da UFMS.

As informações são levantadas pela CPQ/PROPP a partir de dados dos Programas de Mestrado e Doutorado e também do Currículo Lattes dos pesquisadores.

h) Contribuição da Pesquisa para o Desenvolvimento Local/ Regional

A UFMS realiza inúmeras pesquisas aplicadas de impacto local e regional, com apoio da PROPP, da FUNDECT, CNPq, Ministério da Saúde, PETROBRAS e de outras agências e empresas. Seguem alguns exemplos, distribuídos em diversas áreas do conhecimento.

Na área social destacamos o projeto Sustentabilidade a partir de um Empreendimento Econômico Solidário: COOREPA - Cooperativa Recicla Paranaíba.

Na educação destacamos os projetos: Formação de professores que ensinam matemática: um olhar para o Mato Grosso do Sul e Expansão e empresariamento da educação profissional em Mato Grosso do Sul.

Na área ambiental e econômica podemos citar a pesquisa “A Água e o Turismo na Bacia do Rio Formoso”, busca avaliar como a qualidade dos recursos hídricos exerce influência na atividade turística na bacia do Rio Formoso, em Bonito. Da mesma forma, a UFMS integra a rede de pesquisa Geopark Bodoquena-Pantanal para a integração dos princípios e metodologias voltadas à geoconservação e ao geoturismo de Mato Grosso do Sul. Estes projetos visam contribuir com a preservação ambiental e com o desenvolvimento econômico local e regional, respectivamente.

Na área da saúde a UFMS desenvolve pesquisas quanto à proliferação de vetores, meios de transmissão e controle de doenças, metodologia de diagnósticos e de tratamento de diversas doenças, inclusive da dengue, para a qual destacamos ainda, projeto em parceria com a FUNDECT e laboratório farmacêutico para o desenvolvimento de vacina contra 4 tipos de vírus da dengue. Desenvolve as pesquisas avaliação genética do *Mycobacterium tuberculosis* em pacientes de tuberculose em área de fronteira e estudo químico e avaliação do potencial antioxidante, genotóxico e/ou antigenotóxico da própolis da região do cerrado de Mato Grosso do Sul.

A UFMS conta com diversos estudos sobre a aplicação de plantas, entre as quais destaca-se a pesquisa “Avaliação in vitro da atividade anti-helmíntica de extratos de plantas medicinais de ocorrência no cerrado Sul-Mato-Grossense” e outras com elevado grau de inovação.

Na área de agricultura e pecuária destaca-se a participação da UFMS no Fórum Permanente de Pesquisas do Agronegócio de MS, coordenado pela FAMASUL e FUNDECT, com objetivo de intensificar a interação entre as diversas instituições de pesquisa do Estado, buscar fomento Estadual e Federal, acelerar o desenvolvimento das pesquisas e atender à demanda dos produtores de modo mais ágil. Além disto, assim que nova regulamentação da UFMS permitir, colaborações com empresas e produtores anteriormente existentes poderão ser reativadas, e novas estabelecidas, na área de produção, alimentação e controle de doenças em animais, e de produção e controle de pragas na agricultura.

Para o controle e vigilância da qualidade de combustíveis podemos destacar as pesquisas de aplicação dos métodos eletroanalítico e cromatográfico com detecção eletroquímica na análise de biodiesel produzido em Mato Grosso do Sul, e da análise de biocombustíveis por técnicas de espectroscopia óptica.

A UFMS mantém forte ligação com a UFGD e UCDB nos processos de seleção e avaliação do programa PIBIC/CNPq-UFMS, fazendo intercâmbio de avaliadores, o que deve se estender à UEMS.

As coordenadorias da UFMS e UFGD responsáveis pelo programa PIBIC/CNPq mantêm interação quanto ao desenvolvimento e operacionalização do Programa Jovens Talentos para Ciência/CAPES.

Existem convênios e colaboração com a UFGD, a EMBRAPA e a UEMS para o desenvolvimento de pesquisas em conjunto; o intercâmbio de orientadores em Programas de Mestrado e de Doutorado dessas instituições; e a realização de eventos com apoio de mais de uma instituição.

A UFMS participa de redes de pesquisa, entre as quais, destacam-se: Geopark Bodoquena-Pantanal; Rede Centro-Oeste de Pesquisa; Núcleo de Apoio à Pesquisa em Tecnologia Fotoquímica - NAP-PhotoTech USP; Rede de Pesquisa em Dengue.

A UFMS realiza ainda, intercâmbio científico com diversos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPQ (como os de Fotônica, de Materiais em Nanotecnologia, e outros).

I) Relevância social e científica da pesquisa

A relevância social tem fatores subjetivos. Como exemplo, podemos citar o bem estar associado a novas técnicas de tratamento, melhoria e mudanças de hábitos após interação com pesquisadores, e outras formas. Por outro lado alguns indicadores quantitativos podem ser anotados. A relevância científica pode ser atestada por aprovação de projetos de pesquisa por agências de fomento, instituições externas e empresas, pelo depósito/aceite de patentes, pela premiação de pesquisas. A relevância social também pode, em parte, ser atestada pela aprovação externa de projetos e pelo número de consultas e atendimentos externos.

j) Políticas para a Formação de Pesquisadores

A UFMS, no âmbito da formação de pesquisadores, atende aos princípios do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG):

A Pós-graduação foi contemplada com o IV Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020, elaborado pelo MEC/CAPES e adotado pela UFMS, cujo princípio de sistema educacional é tido como um fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional. Cabe à pós-graduação a tarefa de formar os profissionais aptos a atuar, nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do País. É no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p.32).

Uma importante estrutura para a pesquisa na UFMS é a Base de Estudos do Pantanal, que dá suporte a 45 projetos de pesquisa referentes ao Bioma Pantanal/Cerrado. Projetos Institucionais foram aprovados na FINEP contemplando melhorias da infraestrutura da BEP, tanto na reforma de espaço físico como para a aquisição de equipamentos e veículos, de modo a melhorar as condições das pesquisas lá realizadas.

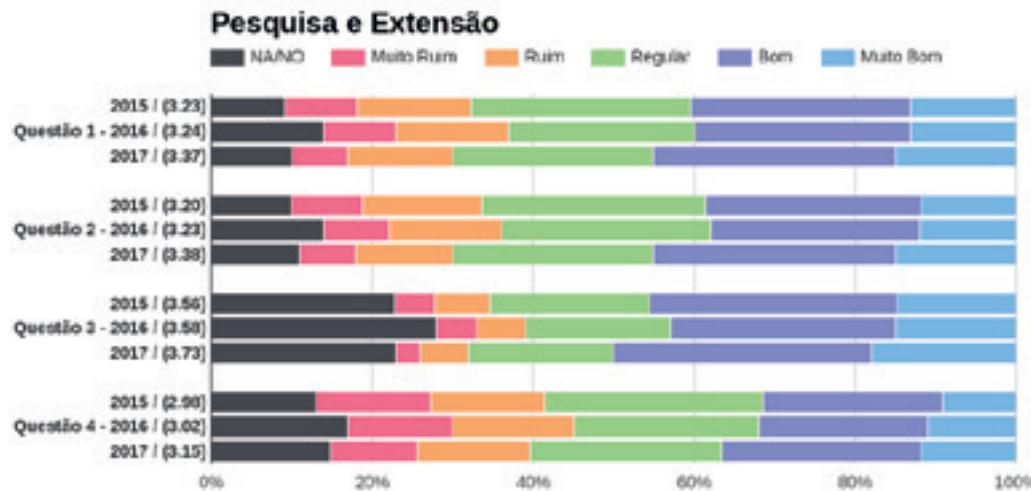
Podemos destacar como positivas para a evolução da pesquisa na UFMS, as seguintes ações institucionais:

- Contratação de docentes já qualificados (doutores) para o quadro permanente;
- Incentivo à qualificação docente em nível de doutorado, nos programas da própria UFMS e externos;
- Incentivo à criação de programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, decorrentes da consolidação da pesquisa e, por sua vez, tais programas contribuem para o avanço ainda maior da pesquisa;
- Melhoria da infraestrutura de pesquisa, por submissão/aprovação de projetos institucionais por agencias de fomento externo, como nos editais FINEP/CT-INFRA, FINEP-Ações Transversais;
- Destinação de recursos próprios para apoiar as pesquisas cadastradas na CPQ/PROPP;
- Incentivo à produção científica, ações de fomento, incluindo pagamento de tradução de artigos para inglês e o pagamento de taxas de publicação em periódicos científicos.

3.3.1.4.9 Percepção da comunidade universitária sobre a Pesquisa e a Extensão

O Gráfico 23 apresenta a média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e a extensão no período de 2015 a 2017, com conceitos ruim e regular, e média geral de 3,30 (regular).

Gráfico 23 – Média das respostas dos discentes sobre a Pesquisa e Extensão da UFMS (questões 1 a 4). 2015-2017.



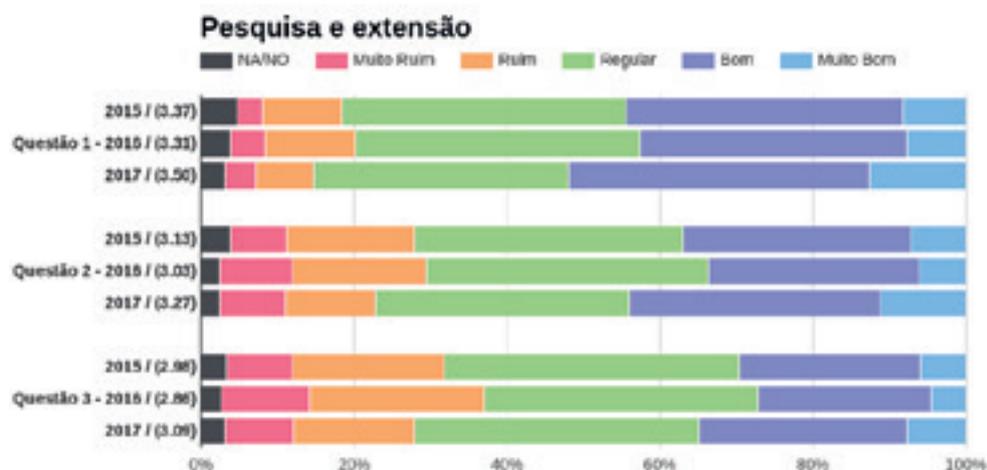
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Oportunidades para participar de projetos de pesquisa; Questão 2 - Oportunidades para participar de programas/projetos de extensão; Questão 3 - Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica; Questão 4 - Apoio da instituição para a participação em eventos externos.

Entre os quesitos indicados, a “Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica” corresponde à melhor avaliação, com média 3,62, seguido dos seguintes aspectos: “Oportunidades para participar de projetos de pesquisa”, com média 3,28; “Qualidade das atividades de extensão, como complemento à formação acadêmica”, com média de 3,27 e “Apoio da instituição para a participação em eventos externos”, com média de 3,05.

Os docentes avaliam a pesquisa e a extensão no âmbito dos cursos em atuem (Gráfico 24), analisando três aspectos: “Integração da pesquisa, do ensino e da extensão”, com média 3,39 (regular); “Apoio institucional à pesquisa e à extensão”, com média 3,14 (regular); e a “Infraestrutura oferecida à pesquisa e à extensão”, com média 2,97 (ruim). Há queda na avaliação de todos os quesitos em 2016 e recuperação em 2017, mas a média geral do triênio é 3,16 (regular).

Gráfico 24 - Média das respostas dos docentes sobre a Pesquisa e a Extensão, no triênio 2015-2017



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Integração da pesquisa, do ensino e da extensão; Questão 2 - Apoio institucional à pesquisa e à extensão; Questão 3 - Infraestrutura oferecida à pesquisa e à extensão.

3.3.2 Dimensão 4 : Comunicação com a sociedade

Essa dimensão apresenta a comunicação da UFMS com a sociedade, o que inclui o público interno e externo.

3.3.2.1 Relação UFMS – Comunidade

A imagem da UFMS junto à comunidade se deve, em grande parte, ao perfil do profissional formado e pela qualificação de seu corpo docente e técnico. Os indicadores de qualidade dos cursos oferecidos que fortalecem essa imagem são referendados pela procura de estagiários, egressos e a demanda existente para os cursos de pós-graduação.

A UFMS, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma intensa relação com a comunidade, descrita nas seções seguintes.

3.3.2.2 A Comunicação Institucional com a Sociedade

A UFMS é a maior instituição de ensino superior e de pesquisa de Mato Grosso do Sul, daí sua posição estratégica para o desenvolvimento de uma política de Ciência e Tecnologia na região Centro-Oeste do país. Como instituição de referência e liderança no cenário regional, a Universidade deve também consolidar-se como vanguarda na política de Comunicação Social e de Divulgação Científica. Deve, portanto, servir de referência para outras instituições a partir de suas estratégias e linguagens, para a comunicação com seus públicos diretos e com a sociedade de maneira geral, sempre prezando pelos conceitos da inovação, da universalidade, do interesse público e da pluralidade de ideias, bem como pelos princípios constitucionais basilares da gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Entende-se que o desenvolvimento de ações comunicacionais em uma instituição de ensino superior pode contribuir para a formação de uma sociedade civil cada vez mais atuante. Sendo local de expressiva produção científica, por meio de canais de comunicação adequados, é possível não só sensibilizar a opinião pública, mas disseminar conhecimento.

Com vistas a melhorar a difusão, a socialização e a aplicação dos conhecimentos promovidos no interior da Universidade, zelando pelo pluralismo de ideias, conforme os próprios princípios expressos no Estatuto da instituição, estabeleceu-se desde fevereiro de 2017, com a Resolução nº 2/2017, do Conselho Universitário, a Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM), integrando as áreas de comunicação institucional, assessoria de imprensa, gerenciamento de mídias sociais, radiodifusão educativa (Rádio Educativa UFMS e TVU), planejamento e identidade visual, além das atividades da Editora UFMS.

A implantação de uma comunicação integrada, fruto da interlocução da comunicação institucional, da comunicação interna e da política editorial e de divulgação científica da instituição, prevê estratégias de comunicação voltadas ao público interno da Universidade, uma vez que os personagens internos devem ser considerados importantes agentes multiplicadores da imagem da UFMS, e também ao público externo.

Para tanto, a UFMS dispõe de:

- Produção jornalística no site institucional (www.ufms.br);
- Canal televisivo universitário (TVU);
- Rádio Educativa UFMS;
- Mídias sociais (Facebook, Twitter e Instagram);
- Setor específico que divulga as principais ações, projetos e atividades da Instituição;

- Desenvolvimento de pesquisas interativas;
- Programas de relacionamento com a comunidade; e
- Ações de divulgação específica de temas universitários de grande interesse da comunidade em geral, como concursos, processos seletivos e a divulgação de vagas remanescentes na Instituição.

Discorre-se, a seguir, sobre alguns programas que retratam as estratégias e os recursos da comunicação interna e externa da Universidade.

3.3.2.3 Os programas de relacionamento com a comunidade

A UFMS mantém algumas parcerias e ações com o objetivo de criar e fortalecer mecanismos de interação com a comunidade universitária e com a comunidade em geral.

Ação 1: Eventos

A UFMS realiza anualmente diversos eventos direcionados às comunidades interna e externa. A Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM) costuma oferecer o suporte necessário na área de comunicação para incrementar as ações de divulgação dos mesmos, por meio da produção de textos jornalísticos, que são inseridos no site da Universidade e distribuídos via mailing para a imprensa, produção de material gráfico (folder, cartaz) e eletrônico (vídeos institucionais), além da cobertura que resulta em matérias para a newsletter, Rádio, TVU e mídias sociais. Também tem oferecido transmissão ao vivo via mídias sociais, a partir de um convênio específico para a ação.

O seu objetivo é a produção jornalística e intercâmbio de informações entre a Universidade e a comunidade em geral.

O seu público-alvo é formado pela comunidade universitária e pela comunidade em geral.

Ação 2: Produção de folders e de vídeos institucionais

A SECOM produz materiais institucionais que são distribuídos para os câmpus, faculdades e institutos da UFMS. Os vídeos e os folders são utilizados em eventos organizados por diversos setores, tendo uma temática variada.

O seu objetivo é produzir material institucional gerando uma matriz informativa. O seu público-alvo é formado pela comunidade universitária e pela comunidade em geral.

3.3.2.4 Programa de relacionamento com a comunidade científica

A Universidade tem como uma das principais diretrizes o desenvolvimento de pesquisas, concentrando uma produção de conhecimento que colabora para o desenvolvimento regional e contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A divulgação destes trabalhos, seja para um público-alvo específico ou para toda a comunidade, é de suma importância. Para tanto, no Portal da UFMS existe um canal específico para a divulgação da produção científica. Por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica há maior consolidação na divulgação de pesquisas para publicações específicas de jornais, sites e emissoras de televisão.

O seu objetivo é difundir a produção científica da Universidade, contribuir na popularização da ciência, fortalecer o desenvolvimento regional. O seu público-alvo é formado pela

comunidade universitária e pela comunidade externa.

3.3.2.5 A imagem pública da UFMS nos meios de comunicação social

Como maior universidade pública do Estado, a UFMS atende significativa demanda junto à imprensa. Isso porque vários servidores da Instituição desenvolvem pesquisas ou são referências em suas áreas de atuação profissional. Além disso, a Universidade apresenta programas e projetos com forte engajamento social e voltados para o atendimento da comunidade. Dessa forma, a geração de matérias jornalísticas junto aos meios de comunicação contribui para a disseminação de uma imagem institucional positiva.

Em 2017, entre janeiro e novembro, a partir da implantação de levantamento da repercussão da UFMS na mídia, constatou-se a publicação de 3.726 notícias referentes à instituição (incluindo notícias sobre eventos realizados no Teatro Glauce Rocha, no Estádio Pedro Pedrossian e no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian). O balanço é fruto de um levantamento diário de clipagem junto aos meios de comunicação. Dos itens identificados, 1.858 foram classificados como de repercussão positiva, enquanto 1.683 tiveram repercussão neutra e 185 de repercussão negativa. No que tange exclusivamente ao âmbito das notícias referentes à UFMS (excluídas as manifestações sobre o Teatro Glauce Rocha, o Estádio Pedro Pedrossian e no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian), constata-se o volume de 2.467 notícias, sendo 1.650 de repercussão positiva, 727 de repercussão neutra e 90 de repercussão negativa.

Nos casos de atendimento a demandas negativas, a SECOM adota uma política de transparência com relação aos fatos, disponibilizando informações pelos canais institucionais como o site, a newsletter, assim como na programação da TVU e da Rádio; e também pelos canais externos – mídia em geral.

3.3.2.6 A comunicação articulada com a Missão da UFMS

A comunicação institucional é efetiva e se manifesta por meio da divulgação jornalística e das ações e atribuições, elencadas a seguir, para cada uma das divisões da SECOM, que propiciam o desenvolvimento de canais de comunicação adequados para a transmissão de informações para os públicos interno e externo.

A Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica (SECOM) substituiu, após um processo de reestruturação administrativa da UFMS, a antiga Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) ligada à Reitoria até janeiro de 2017. A partir da Resolução COUN n.º 2, de 20 de janeiro de 2017, a SECOM foi instituída com o objetivo de estabelecer diálogo entre o órgão público e a sociedade, privilegiando uma gestão comunicacional ampla e transparente, de modo a atingir e atender todo o seu espectro de interlocução.

Atualmente a SECOM é composta por quatro divisões: Divisão de Jornalismo e Mídias Sociais; Divisão de Planejamento Visual e Produção Gráfica; Divisão de Radiodifusão Educativa; e Divisão de Editora Universitária.

São competências da SECOM expressas na Resolução CD n.º 26, de 6 de março de 2017:

- I -estabelecer as normas e procedimentos relativos à comunicação social de natureza institucional e científica e da produção gráfica da UFMS;
- II -estabelecer e coordenar o programa de Comunicação Social da UFMS; coordenar, acompanhar e orientar as atividades de planejamento visual elaboradas na Secretaria;
- III -criar, planejar e produzir os veículos internos de Comunicação Social para que sejam executados e alcançados os objetivos da política de comunicação

social da UFMS;

IV -elaborar informes ou transmitir, pelos meios mais adequados, comunicados ou materiais jornalísticos de interesse da Instituição e distribuí-los aos veículos de comunicação;

V -acompanhar e auxiliar os veículos de Comunicação Social que busquem a UFMS para obtenção de informações atinentes à Instituição;

VI - estabelecer e exercer uma política de relacionamento amistoso com os veículos de comunicação, respeitados os procedimentos legais e éticos;

VII- prestar assessoria e dar apoio às várias unidades da Universidade nas áreas de Comunicação Social;

VIII- selecionar e distribuir diariamente às unidades da UFMS, matérias de interesse da comunidade universitária veiculadas na imprensa local/nacional; manter intercâmbio na área de comunicação social com as assessorias de entidades públicas ou privadas, visando à programação e divulgação de assuntos de interesse comum;

IX- encaminhar à imprensa: editais, avisos, comunicados, convocações e outras publicações de interesse da Instituição junto à comunidade, em cumprimento à legislação, como publicidade legal;

X - executar serviços fotográficos de apoio à Secretaria Especial e quando solicitado por outros setores da Universidade, obedecidos os interesses da Instituição; implantar, organizar e controlar o arquivo jornalístico fotográfico da Universidade; e

XI - analisar e emitir parecer nas propostas e/ou propor a assinatura de contratos, convênios, ajustes e outros instrumentos desta natureza, voltados para as áreas da Comunicação Social e produção gráfica, entre outros. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 241).

a) Divisão de Jornalismo e Mídias Sociais (DIJOM)

Até janeiro de 2017 era denominada Divisão de Jornalismo. Com a intensificação do uso das Mídias Sociais, passou a ser denominada Divisão de Jornalismo e Mídias Sociais. Responsável por:

a)convocar, acompanhar e fornecer subsídios aos veículos de comunicação regionais e nacionais que contribuam para a divulgação de informações de interesse da Universidade;

b)contribuir na elaboração dos conteúdos dos veículos de comunicação e das mídias sociais institucionais;

c)acompanhar entrevistas de natureza institucional e científica e prestar assessoria aos entrevistados, quando necessário;

d) prestar assessoria de imprensa e de comunicação a todas as unidades da universidade;

e)desenvolver materiais jornalísticos e institucionais para publicações internas e de caráter científico;

f)gerenciar e estabelecer estratégias comunicativas para as mídias sociais digitais de natureza institucional;

g)produzir material fotográfico institucional para as publicações da SECOM e prestar assessoria na área para as demais unidades quando necessário;

h)desenvolver, por meio de todos os recursos de expressão (fotografia, vídeo, rádio e cinema), a atividade de registro e documentação da comunidade universitária;

i)selecionar, organizar e traçar estratégias a partir de matérias jornalísticas referentes à Instituição (clipping);

j)propor e desenvolver projetos de extensão e pesquisa na área de Comunicação Social;

k)manter arquivo institucional de material fotográfico analógico e digital;

l)selecionar e fornecer, quando necessário, material iconográfico para os veículos de comunicação;

m)estabelecer contato com jornalistas e comunicadores em âmbitos regional e nacional;

n)organizar listagens dos diversos públicos com os quais a universidade deve manter interlocução; o)elaborar relatórios gerenciais; e desenvolver outras ati-

vidades dentro de sua área de atuação. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. XX).

b) Divisão de Planejamento Visual e Produção Gráfica (DIPV)

Até janeiro de 2017, denominada Divisão de Editoração e Programação Visual. Responsável por:

- a) criar e executar, de acordo com as demandas da SECOM, os serviços institucionais de planejamento visual da Universidade, compreendendo os serviços gráficos, digitais e de comunicação visual;
- b) coordenar a criação, montagem e arte final das publicações e demais serviços institucionais de planejamento visual da Universidade;
- c) coordenar e executar os serviços de composição de originais das publicações e demais serviços gráficos institucionais da Universidade;
- d) estabelecer a apropriação de custos de serviços de produção gráfica; atender às necessidades de serviços gráficos e de outras publicações;
- e) coordenar, orientar e acompanhar a execução dos serviços de fotalito, impressão e acabamento;
- f) definir tipo, gramatura e cores de papéis a serem adquiridos para utilização no setor; executar os trabalhos de corte de papel, blocagem, intercalação, picote e encadernação;
- g) desenvolver materiais de planejamento visual para vídeos, filmes e exposições; elaborar o Plano de Planejamento Visual da Universidade;
- h) executar o cadastramento de novas unidades e de servidores autorizados (publicadores) a utilizar o Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico;
- i) manter banco de dados atualizado com os publicadores cadastrados e autorizados e orientar os publicadores cadastrados no esclarecimento de dúvidas e quanto à correta utilização do sistema do Boletim de Serviço Eletrônico da UFMS;
- f) elaborar relatórios gerenciais; e
- g) desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

c) Divisão de Radiodifusão Educativa

A Divisão foi instituída em 2015 como Divisão de Rádio Educativa 99,9, após a implantação da FM Educativa da UFMS.

Inicialmente comportava somente a Rádio, mas, em janeiro de 2017, mudou a nomenclatura e passou a englobar também a TVU. Responsável por:

- a) executar, acompanhar e orientar as atividades de planejamento, produção e veiculação das emissoras educativas de radiodifusão (Rádio e Televisão) da UFMS;
- b) produzir, editar e veicular conteúdo jornalístico;
- c) veicular programação musical de acordo com os preceitos legais de uma emissora de radiodifusão educativa;
- d) auxiliar e dar apoio às diversas unidades da universidade na divulgação de atividades institucionais, culturais, desportivas e científicas;
- e) prever, solicitar e gerir os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à operacionalização dos programas/projetos desenvolvidos pela Divisão;
- f) executar as atividades administrativas pertinentes ao funcionamento das emissoras;
- g) elaborar o regulamento da Educativa UFMS 99.9 e TV Universitária UFMS;
- h) elaborar relatórios gerenciais; e
- i) desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

d) Divisão de Editora Universitária

Anteriormente a Divisão era uma Coordenadoria dentro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Em janeiro de 2017 passou a ser uma Divisão da SECOM.

Essa divisão é responsável por:

- a) propor normas e procedimentos para a produção editorial na Universidade;
- b) executar todos os trabalhos editoriais;
- c) cumprir as decisões do Conselho Editorial;
- d) subsidiar o Conselho Editorial em assuntos de sua competência;
- e) estabelecer as linhas e os programas editoriais, com base em informações fornecidas pelo Conselho Editorial;
- f) planejar, coordenar, organizar e controlar o fluxo das obras em edição;
- g) encaminhar os originais ao Conselho Editorial após a análise técnica e verificação das condições preliminares de publicação;
- h) cumprir as normas de publicação; dar conhecimento ao Conselho Editorial de eventuais modificações na programação gráfica ou na linha editorial;
- i) analisar propostas para o estabelecimento a assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos que permitam o atendimento dos objetivos e o bom funcionamento da Editora;
- j) orientar as unidades da Universidade em assuntos editoriais; executar, acompanhar e orientar as atividades de produção editorial;
- k) prever, solicitar e gerir os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à operacionalização dos programas/projetos desenvolvidos pela Divisão;
- l) promover a publicidade, distribuição e comercialização das obras publicadas e veiculadas pela Editora;
- m) prestar contas e propor à SECOM a elaboração de normas administrativas que visem o bom desempenho das atividades gerais das atividades da Editora;
- n) providenciar e fiscalizar a execução de serviços de manutenção e reparos no âmbito da Editora;
- o) efetuar pedidos de materiais e controlar estoques;
- p) elaborar, para deliberação do Conselho Diretor, a tabela de preços dos produtos e serviços editoriais oferecidos;
- q) controlar os estoques de livros consignados e distribuídos;
- r) programar lançamentos das obras editadas na Universidade;
- s) elaborar relatórios gerenciais; e
- t) desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

3.3.2.7 Os Meios de Comunicação Utilizados Pela UFMS

A UFMS disponibiliza uma newsletter semanal que atinge um número de 24.375 pessoas, sendo 5.107 técnicos e docentes e 19.268 alunos; programação quinzenal veiculada na TV Universitária (TVU); atualização diária do portal da UFMS; e utilização das mídias sociais (Facebook e Instagram) para aumentar e melhorar a interação entre seus públicos.

a) A TVU - TV Universitária

A programação da TV Universitária da UFMS é exibida pelo canal 14 NET - canal compartilhado com outras duas instituições privadas de ensino superior do Estado, além de disponibilizar seu conteúdo em canais das redes sociais Youtube e Facebook. Atualmente, a TVU conta com sete programas (Todas as Artes, Programa de Entrevista, Jornal da UFMS, TVU Especial, Dica de Livro e Dica de Saúde). A atualização da programação é quinzenal e durante os intervalos são inseridos materiais institucionais, principalmente, serviços que a Universidade oferece para toda a comunidade.

A TVU tem por objetivo: produção jornalística e institucional e difusão dos serviços prestados à comunidade pela Universidade.

O público-alvo da TVU é formado pela comunidade universitária e pela comunidade externa.

b) O Portal da UFMS

A proposta é produzir conteúdo institucional de interesse das comunidades interna e externa. O portal conta com possibilidades midiáticas como inserção de áudio e imagem. As notícias contemplam o tripé ensino, pesquisa e extensão e o objetivo é fomentar por meio de um canal ágil e dinâmico a divulgação de conteúdos institucionais.

O público-alvo é formado pela comunidade universitária e pela comunidade externa.

c) O Jornal UFMS

O Jornal UFMS foi produzido até novembro de 2016, com periodicidade mensal, contemplando produção de conteúdo de todas as unidades, acadêmicas e administrativas, localizadas na Capital e no interior do Estado. Em formato standard, em cores, o periódico apresentava oito páginas e tinha produção integrada entre os profissionais de diversas áreas como jornalistas, artes gráficas e diagramadores.

Ao longo de oito anos de publicações a tiragem do jornal foi sendo adaptada, passou de 5 a 3 mil exemplares/mês.

O Jornal UFMS foi substituído, posteriormente, em 2017, pela Newsletter.

d) A Newsletter - UFMS Informa

A Newsletter "UFMS Informa" foi criada em 2017 em substituição ao Jornal UFMS, com o objetivo de divulgar ações, projetos e atividades da Universidade para a comunidade universitária, semanalmente, via e-mail institucional. A Newsletter atinge um número de 24.375 pessoas, sendo 5.107 técnicos e docentes e 19.268 alunos.

A Newsletter também atingiu o objetivo de economia de custo frente ao Jornal UFMS, que tinha uma impressão de 3 mil exemplares por mês, no valor de R\$ 60 mil reais/ano.

e) Mídias Sociais

A Internet, antes vista apenas como mais um meio de comunicação, hoje possui papel fundamental na vida das pessoas, seja para se comunicar, buscar informações, reclamar e criticar. Com a evolução desse meio e a necessidade de uma comunicação mais rápida entre os usuários, surgiram as mídias sociais, que permitem a criação de novos grupos sociais a partir do ambiente online.

A SECOM intensificou o uso das mídias sociais para aumentar e melhorar a interação entre seus públicos.

- Facebook

Considerada a maior e mais importante rede social atualmente, o Facebook se destaca pelo volume de usuários que alcança. Por meio dele é possível fazer postagens sem limites de caracteres, além de inserir fotos e vídeos das ações realizadas pela UFMS. Em novembro de 2016, o Facebook da UFMS tinha 4.746 seguidores. Em novembro de 2017, o Facebook conta com 27.589 seguidores, totalizando 22.843 novos seguidores no período de um ano.

- Instagram

O Instagram é um aplicativo gratuito que permite aos usuários compartilhar fotos e vídeos. A interatividade desse aplicativo acontece por meio de curtidas e comentários dos usuários.

A SECOM introduziu o uso do Instagram a partir de fevereiro de 2017. Em novembro de 2017 conta com 2.195 seguidores.

3.3.2.8 O Fluxo Comunicacional da UFMS

Por meio de reuniões de trabalho periódicas e da divulgação das ações, pelos responsáveis dos setores institucionais, o fluxo comunicacional ocorre de forma positiva, garantindo a interação entre setores.

3.3.2.9 A Disponibilização da Informação no Âmbito da UFMS

A informação disponibilizada para os usuários é feita seguindo os preceitos técnicos e éticos da comunicação. É completa e clara, pois para a divulgação atende-se o preceito de isenção e checagem dos dados com todas as fontes envolvidas. É possível manter-se a atualização diária das informações em canais específicos como o portal, circulares internas, produção de cartazes e peças informativas, livretos institucionais, entre outros.

3.3.2.10 A comunicação interna Institucional

Os canais de comunicação tradicionais, como a newsletter, portal e TV são pautados com a ajuda de toda a comunidade. Por meio de e-mail específico (acs.secom@ufms.br) a comunidade interna pode encaminhar sugestões e formular críticas sobre as notícias veiculadas. As ações e eventos divulgados nesses canais, também são divulgados nas mídias sociais (Facebook e Instagram).

Estratégias de comunicação voltadas ao público interno da Universidade são fundamentais. Levando em consideração que o objetivo de um plano de comunicação é a consolidação de uma imagem, os personagens internos devem ser considerados importantes agentes multiplicadores da imagem da UFMS. Além de atuar diretamente na interface com a mídia, a SECOM – por meio de suas quatro divisões – deve destinar ações para um trabalho pedagógico interno a fim de abrir perspectivas e unir visões fragmentadas, comuns no universo das organizações.

3.3.2.11 A divulgação da Informação para o Âmbito Externo

A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da Instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, os regulamentos sobre a admissão, a titulação oferecida, a lista de currículos diretivos e docentes, os incentivos e as bolsas para estudantes, o valor da inscrição, os serviços, os procedimentos burocráticos etc.), pois as informações divulgadas atendem aos preceitos do jornalismo e possibilitam ao usuário ter acesso às informações completas, claras e atualizadas.

Nos casos em que a divulgação das informações ainda deve ser feita de forma parcial, disseminam-se os dados com as orientações sobre os endereços eletrônicos, os telefones ou os outros meios para que os usuários possam obter mais informações ou tirar dúvidas.

3.3.2.12 A avaliação do cumprimento das metas e objetivos do Setor

As ações e os projetos previstos pelo setor estão disponibilizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UFMS), que possui entre seus objetivos “consolidar a imagem da UFMS junto à sociedade”. A avaliação é feita com os recursos humanos do setor e também na apresentação de relatório final das atividades à direção da Instituição.

3.3.2.13 Ouvidoria

Em 2005, foi criada a Ouvidoria da UFMS e atualmente segue as determinações da Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, que atualizou as atribuições e objetivos da ouvidoria no país.

A Ouvidoria da UFMS tem por objetivo atuar no pós-atendimento através da criação de um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição visando o aprimoramento das ações e serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Os preceitos da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, além de serem regras de direito obrigatória (Art. 37, da Constituição Federal/1988), constituem-se, de per si, nos principais desafios de sua missão, indo de encaixo ao ethos e transparência da coisa pública, bem como das ações humanas dentro da UFMS. Para tanto, deve observar os seguintes termos: respeitar os preceitos constitucionais, reconhecer e respeitar a diversidade de opiniões, exercer suas funções com integridade, respeito, compreensão, imparcialidade, justiça, independência e autonomia.

A Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, determinando os princípios básicos da administração pública, quanto ao acesso à informação:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011, p. 1).

As competências do(a) ouvidor(a) na UFMS são determinadas por meio da Resolução nº 26, de 6 de março de 2017:

- receber opiniões, solicitações, reclamações, sugestões, críticas ou denúncias apresentadas pela comunidade universitária (alunos, professores e técnico-administrativos) e pela comunidade em geral;
- examinar e identificar as causas e procedência das manifestações recebidas;
- analisar, interpretar e sistematizar as manifestações recebidas;
- processar e analisar os meios para solucionar todas as demandas, utilizando-se de todos os recursos possíveis;
- encaminhar a demanda aos setores responsáveis e acompanhar as providências tomadas, através de prazo estabelecido;
- dar ciência e manter informado o interessado das providências tomadas quando for de interesse individual e quando for de interesse público, informar coletivamente;
- sugerir ou recomendar a adoção de medidas visando o aperfeiçoamento e o bom funcionamento da Instituição;
- divulgar os serviços prestados pela Ouvidoria (OUV/RTR);
- proteger os direitos dos manifestantes, bem como, resguardar a UFMS de acusações ou críticas infundadas;
- manter sigilo sobre a identidade do manifestante, quando solicitado, ou quando tal providência se fizer necessário; e
- desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 237).

Em termos de fluxo, as ações da ouvidoria, iniciam-se com o recebimento e primeira

análise da manifestação, verifica-se a sua procedência e o tratamento é dado à questão com o encaminhamento (trâmite) do procedimento da sua origem na Ouvidoria até ao setor ou setores internos responsáveis pela avaliação ou resposta. Na sequência, instauram-se procedimentos internos com rotinas próprias destes, providenciam-se respostas intermediárias ao solicitante e assim por diante, até finalmente chegar-se ao deslinde total da solicitação com a finalização do procedimento todo, com a resposta ou informação ao solicitante e aos setores envolvidos. Uma manifestação iniciada, transformada em procedimento, pode ter inúmeros desdobramentos e demandar muitas interveniências do Ouvidor e de setores internos ou, de outro lado, quando singela a questão, uma resposta circunstanciada pelo Ouvidor.

O relatório apresentado pelo próprio sistema e-ouv, apresenta de forma sumária as principais estatísticas dos atendimentos realizados pela Ouvidoria, referente ao período de 2015 a 2017, extraídas do sistema da Controladoria Geral da União no site E-Ouv. E será disponibilizado na apresentação das demandas da Ouvidoria.

a) Canais de Acesso ao Cidadão

As demandas da Ouvidoria possuem naturezas diversas e surgem das mais variadas necessidades ou motivações. São oriundas tanto da comunidade interna como da comunidade externa da universidade, buscando atendimento em suas demandas.

Conforme o Manual de Ouvidoria Pública publicado pela CGU, está entre as atribuições das Ouvidorias públicas, ouvir e compreender as diferentes formas de manifestação dos cidadãos; reconhecer os cidadãos, sem qualquer distinção, como sujeitos de direitos; qualificar suas expectativas de forma adequada, caracterizando situações e identificando os seus contextos, para que o Estado possa utilizá-las como oportunidades de melhoria na gestão; dar tratamento adequando às demandas apresentadas pelos cidadãos; demonstrar os resultados produzidos em razão da participação social, produzindo relatórios gerenciais capazes de subsidiar a gestão pública.

Nesse contexto temos de um lado, parte carecedora de atenção, informação e em busca da satisfação de sua necessidade e, de outro lado, a universidade, que através desse amplo canal de acesso estabelecerá diálogo com os demandantes, sempre objetivando satisfazer suas demandas, sejam elas de solicitação de informações, de interveniência na resolução de conflitos, denúncias, críticas, entre outras. Daí a importância de se estar atento para a variedade de manifestações que se sucedem e da forma que se posicionará o órgão diante desses questionamentos e inquietações.

O Ouvidor, para dar cabo de suas atividades (entre elas o de possibilitar o exercício da cidadania), de forma mais eficiente, ágil e efetiva, estabelece contato com os solicitantes, faz encontros pessoais e diretos com as pessoas envolvidas, sejam elas interessados primários, sejam servidores técnico administrativos, alunos, professores, órgãos colegiados, coordenadores de curso, diretores de campus, pró-reitores etc., agindo sempre pró ativamente, dispondo-se a atender as demandas provindas das mais diversas origens. Toda estrutura que possibilita sua atuação é fornecida pela própria universidade e está à disposição da Ouvidoria, que deve explorá-la livremente, isso se consubstanciando num ponto forte na facilitação e desempenho de suas atividades.

O principal e mais utilizado canal de acesso à Ouvidoria da UFMS se dá por meio do sistema informatizado de acesso, pela internet, e que está colocado à disposição dos usuários no sítio oficial da UFMS, por meio do link <http://ouvidoria.sites.ufms.br/> que direcionará o demandante à página do E-OUV, sistema utilizado pelas Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Neste site, o cidadão poderá optar entre variados tipos de demanda (denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio), isso em um ambiente virtual de fácil acesso e de manuseio simples e intuitivo. Desse modo, é possível, a qualquer tempo, acessar a Ouvidoria, seja por meio de solicitações, sugestões, reclamações, denúncias ou elogios. O usuário pode se valer também do

telefone fixo institucional, número (67)3345-7983, para falar diretamente com a Ouvidoria ou agendar atendimento pessoal com o(a) Ouvidor(a), possibilitando ao usuário maior integração com a Universidade e atendimento personalizado.

Os atendimentos são todos canalizados, direta ou indiretamente, para o Sistema da Ouvidoria que gerencia dados dos usuários e o histórico de suas demandas, de modo que todo atendimento permanece sempre documentado. Com efeito, a Ouvidoria da UFMS pode ser acessada por carta no endereço postal Ouvidoria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Avenida Costa e Silva, S/N – Cidade Universitária, CEP 79.070-900, Campo Grande/MS, por e-mail (ouvidoria.rtr@ufms.br), pelo Sistema Informatizado da Ouvidoria, por Ofício ou Comunicado Interno e, como já ressaltado, de forma presencial, independentemente da natureza da demanda.

Os quadro e gráficos a seguir apresentam as demandas da Ouvidoria da UFMS, por cada tipo de solicitação, no triênio (2015-2017).

b) As demandas da Ouvidoria da UFMS

Com o objetivo de melhor compreensão das demandas recebidas pelo sistema eletrônico da Ouvidoria, foram coletados quadros e tabelas demonstrativos, conforme o tipo, o caráter da solicitação e o tipo de solicitante.

No triênio, a ouvidoria recebeu 1.109 manifestações e o tempo de atendimento, em dias, foi de 12,19.

Na Tabela 59, são apresentados, no triênio, os percentuais de manifestações acolhidas pela ouvidoria, por tipo, via sistema e-OUV.

Tabela 59 - Quadro geral de estatísticas do Sistema e-OUV. 2015-2017.

Tipo de manifestação	%
Denúncia	13,87
Elogio	7,78
Reclamação	13,70
Solicitação	10,51
Sugestão	4,26

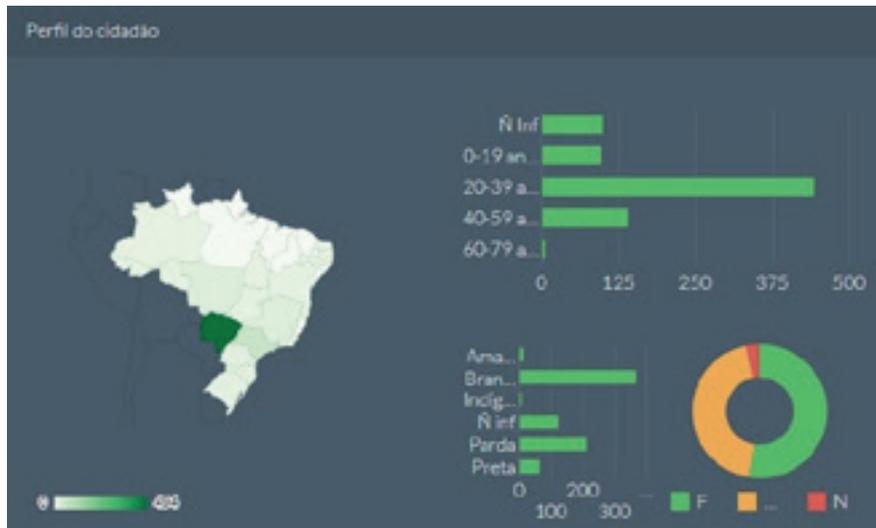
Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

Observa-se que os maiores percentuais recaíram sobre as denúncias, seguidas de reclamações e de solicitações.

A ausência de dados específicos, por ano, inviabilizou as análises comparativas no triênio.

O perfil dos cidadãos que acessaram a Ouvidoria no período de 2015 a 2017 é apresentado no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Perfil do Cidadão atendido pela Ouvidoria da UFMS. 2015-2017.



Fonte: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

O Gráfico 25 apresenta o perfil do cidadão que realizou manifestações no triênio, que predominantemente de brancos, do sexo feminino e da faixa etária de 20 a 39 anos. Como o gráfico gerado diretamente do e-OUV não identifica escalas, impede outras naturezas de análise.

c) "e-SIC" Serviço de Informação ao Cidadão da LEI DA ACESSO À INFORMAÇÃO

Além do e-OUV, a Ouvidoria utiliza como sistema para recebimento de solicitações "O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)", que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

A UFMS sendo um órgão institucional do Poder Executivo pode ser instada por este canal de acesso por qualquer cidadão a procura de informações públicas referentes a instituição através do link da CGU: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>, onde o cidadão interessado se cadastra e faz o seu pedido de informação diretamente à Universidade que é respondido pelo Gestor. Os pedidos têm prazo de 20 dias para resposta, prorrogáveis por mais 10 dias. Esses trâmites estão sob a responsabilidade da Reitoria, da Assessoria da Reitoria e da Ouvidoria/RTR.

No triênio, a Ouvidoria atendeu, por meio do e-Sic a 390 pedidos²⁴, sendo que 367 (94,10%) foram respondidos e 23 (5,90%) estão em tramitação no prazo.

Na Tabela 60, observa-se o total de solicitantes e de perguntas por pedido, bem como, os temas mais indicados nas solicitações.

24 Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Tabela 60 – Total de solicitantes, perguntas por pedido, temas mais indicados nas solicitações à ouvidoria da UFMS, via e-SIC. 2015-2017.

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	835	Total de solicitantes:	299
Perguntas por pedido:	2,28	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	8
		Solicitantes com um único pedido:	246

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação superior	142	36,41%
Educação - Assistência ao estudante	66	16,92%
Educação - Profissionais da educação	48	12,31%
Educação - Gestão escolar	17	4,36%
Educação - Legislação educacional	13	3,33%
Governo e Política - Administração pública	13	3,33%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	11	2,82%
Trabalho - Profissões e ocupações	10	2,56%
Economia e Finanças - Administração financeira	5	1,28%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	5	1,28%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Do total de 299 solicitantes, foram emitidas 835 perguntas, ou seja, 2,28% por pedido. Os solicitantes com um único pedido, ficaram na casa de 246. A média de solicitantes por ano foi de 49,67, o que pode ser considerado baixo para uma comunidade interna de 18.087 discentes e cerca de 2.000 funcionários técnico-administrativos e docentes, ou seja, um total de mais de 20 mil pessoas, o que representaria 1,49%.

O baixo acesso, sugere, ou a desinformação da comunidade acerca das funções e formas de acesso da ouvidoria, ou o fato da comunidade resolver os seus problemas internos sem necessitar de outra instância.

Quanto ao perfil dos participantes, 292 são pessoas físicas e 7 são pessoas jurídicas. E em consonância com o e-OUV, há predomínio de solicitantes do sexo feminino (48,63%), enquanto o sexo masculino representa 46,92% e não informaram gênero 4,45%.

Quanto à profissão, a maioria dos solicitantes é de servidores públicos federais (32,19%), seguido de estudantes (20,21%) e de professores (10,27%) (Tabela 61).

Tabela 61 – Profissão dos solicitantes. 2015-2017.

Gênero		Escolaridade	
F	48,63%	Ensino Superior	31,51%
M	46,92%	Mestrado/Doutorado	25,34%
<u>Não Informado</u>	4,45%	Pós-graduação	22,26%
		Ensino Médio	13,36%
		<u>Não Informado</u>	7,53%

Profissão	
Servidor público federal	32,19%
Estudante	20,21%
Professor	10,27%
<u>Não Informado</u>	10,27%
Outra	8,90%
Servidor público estadual	4,45%
Empregado - setor privado	4,11%
Pesquisador	3,42%
Servidor público municipal	3,42%
Empresário/empreendedor	1,03%
Profis. Liberal/autônomo	1,03%
Jornalista	0,68%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

A localização dos participantes abrange todos os estados da federação, com destaque para Mato Grosso do Sul (99), São Paulo (29), Minas Gerais (20), Distrito Federal (13), Paraná (11) e Ceará(11) (Tabela 62).

Tabela 62 - Perfil dos Solicitantes Pessoa Física. 2015-2017.

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AC	1	0,34%	1
AL	3	1,03%	4
AM	3	1,03%	3
BA	3	1,03%	3
CE	11	3,77%	22
DF	13	4,45%	17
GO	5	1,71%	5
MG	20	6,85%	20
MS	99	33,90%	129
MT	5	1,71%	6
PA	9	3,08%	19
PB	3	1,03%	6
PE	4	1,37%	4
PI	4	1,37%	5
PR	11	3,77%	14
RJ	9	3,08%	9
RN	2	0,68%	2
RO	6	2,05%	6
RS	6	2,05%	6
SC	7	2,40%	10
SE	5	1,71%	6
SP	29	9,93%	42
TO	3	1,03%	3
Outros países	1	0,34%	1
Não informado	30	10,27%	39

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

d) Ouvidoria HUMAP

No HUMAP o acesso pode ser efetuado através de e-mail: ouvidoria.humap@ebserh.gov.br, através do telefone (67) 3345-3074, correspondência, pessoalmente e ou ainda registrar sua manifestação via internet link <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/nova-solicitacao> bem como acompanhar sua manifestação através do link <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/acompanhar-solicitacao>.

Nos hospitais universitários sob contrato de gestão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o titular da ouvidoria é nomeado pelo Superintendente e tem a atribuição de cuidar dos procedimentos internos da Ouvidoria, acolher as manifestações que lhe forem dirigidas por qualquer meio de comunicação e proporcionar o atendimento aos interessados.

A Ouvidoria foi implantada recentemente no Hospital no sentido de atender as mani-

feições apresentadas pelos interessados, pacientes ou funcionários, tratando com absoluta confidencialidade as informações, dando-lhes o devido encaminhamento.

Somados os atendimentos dos sistemas e-OUV e e-SIC, totalizaram, no período de 2015-2017, 1499 atendimentos ao cidadão usuário.

3.3.2.14 Carta de Serviços ao Cidadão

Todas as instituições ou unidades jurisdicionadas integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, que também prestem serviços de atendimento direto ao cidadão, devem registrar também a existência de algum instrumento semelhante à Carta de Serviços ao Cidadão, caso disponível, bem como os procedimentos utilizados para sua correspondente divulgação e o endereço na Internet no qual seu conteúdo pode ser acessado.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul já tem a sua Carta de Serviços ao cidadão em processo de atualização e está disponível no site oficial da UFMS, com acesso pelo link: <https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais-e-relatorios/carta-de-servicos-ao-cidadao/>.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela organização pública para informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos. Tem como princípios fundamentais:

- Participação e Comprometimento
- Informação e Transparência
- Aprendizagem
- Participação do Cidadão

Sustenta-se nas seguintes Premissas:

- Foco no cidadão
- Indução do controle social

A Carta tem por finalidade:

- Melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos.
- Divulgar os serviços prestados pelas organizações públicas com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade.
 - Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia.
 - Garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Benefícios da Carta:

- Ao implantar a Carta de Serviços, a organização pública ajustará sua atuação às expectativas dos cidadãos. Nesse sentido, serão visíveis os benefícios tanto para o cidadão quanto para a organização e a sociedade.

Público-alvo da Carta:

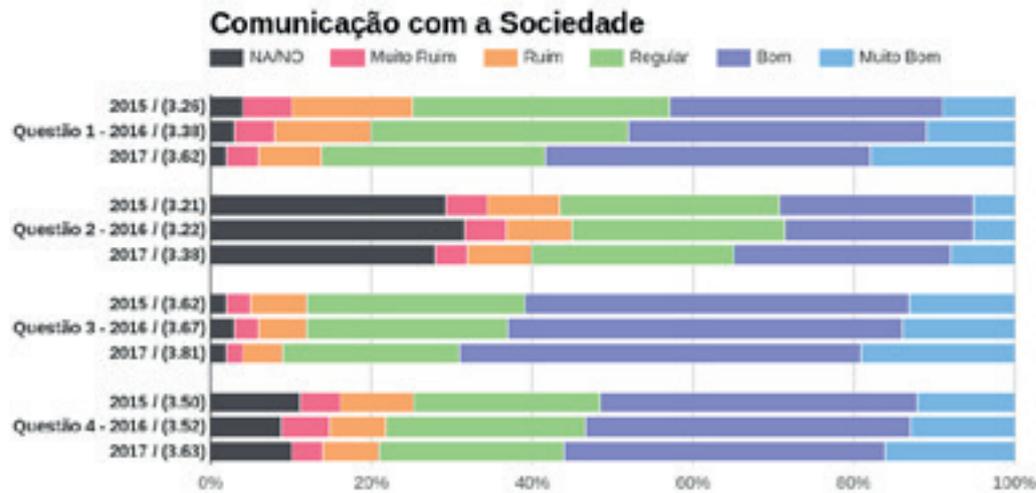
- Cidadãos que demandam e utilizam os serviços ou produtos das organizações públicas.

3.3.2.15 Avaliação da comunicação com a sociedade por parte da comunidade universitária

Os discentes avaliaram a comunicação com a sociedade, realizada pela UFMS, por meio de quatro indicadores (Gráfico 26) e a média geral das respostas ficou no patamar regular (3,48).

Observa-se que houve crescimento gradativo na avaliação de todos os indicadores no triênio em tela e o indicador melhor avaliado é o portal (site) da UFMS; seguido do Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica; da Divulgação das atividades (eventos, concursos, entre outros) realizadas na UFMS; e da Qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS.

Gráfico 26 – Média das respostas dos discentes sobre a comunicação com a sociedade UFMS. 2015-2017.

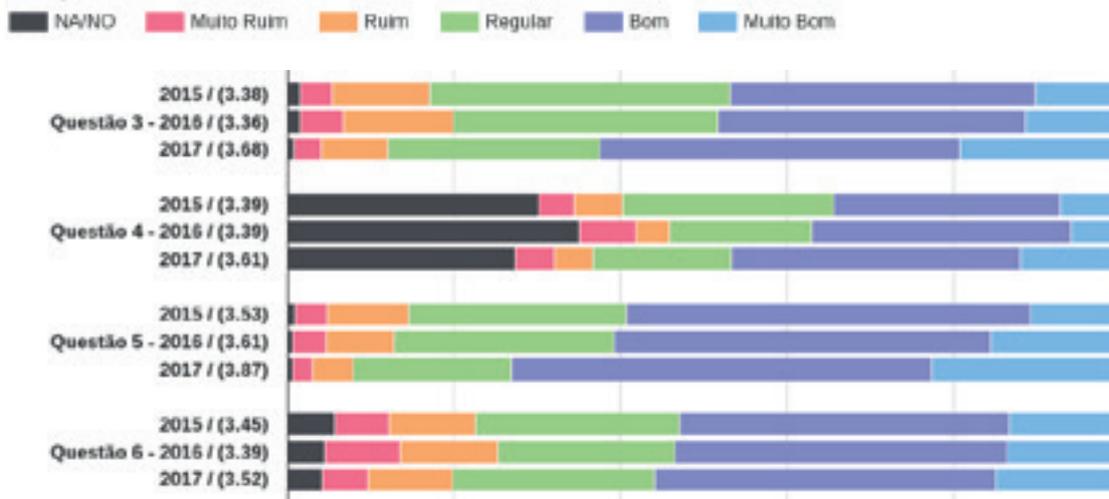


Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Divulgação das atividades (eventos, concursos, entre outros) realizadas na UFMS; Questão 2 - Qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS; Questão 3 - Portal (site) da UFMS; Questão 4 - Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica.

O Gráfico 27 apresenta a média das respostas dos docentes sobre a comunicação com a sociedade, com média de 3,52 (regular), em quatro indicadores, sem variações expressivas, com destaque para o Portal da UFMS.

Gráfico 27 – Média das respostas dos docentes sobre a comunicação com a sociedade na UFMS. 2015-2017.



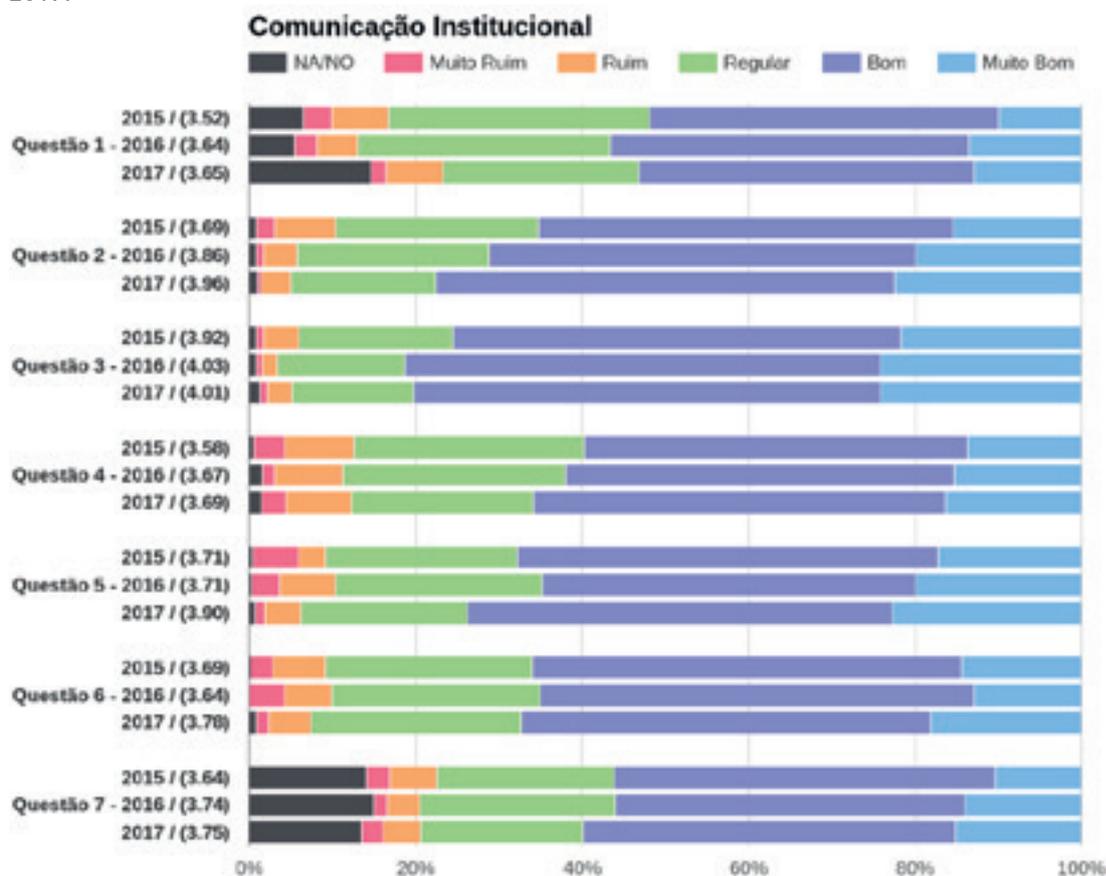
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 3 - Divulgação das atividades (eventos, concursos, etc.) realizadas na UFMS; Questão 4 - Qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS; Questão 5 - Portal (site) da UFMS; Questão 6 - Portal (site) da sua unidade setorial acadêmica (câmpus, escola, faculdade ou instituto).

Dos indicadores avaliados, observa-se queda, em 2016, da divulgação das atividades e da avaliação do portal (site) da sua unidade setorial acadêmica, com recuperação de todos os indicadores em 2017.

No Gráfico 28, são expostas as médias das respostas dos Técnico-Administrativos sobre a Comunicação Institucional da UFMS, no triênio, a partir da avaliação dos setores que realizam a comunicação, 3,75 (regular).

Gráfico 28– Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Comunicação Institucional da UFMS. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Secretaria Especial de Comunicação Social e Científica. Questão 2 - Portal da UFMS; Questão 3 - Boletim de Serviço; Questão 4 - Telefonias; Questão 5 - E-mail; Questão 6 - Comunicações Internas; Questão 7 - Ouvidoria.

O setor/serviço melhor avaliado foi o Boletim de Serviço, seguido do portal da UFMS, do email, e da ouvidoria. As avaliações mais baixas recaíram para a secretaria especial de comunicação social e científica; a telefonia; as comunicações internas.

Observa-se que há consonância, entre os setores, sobre a boa avaliação do portal da UFMS, bem como dos portais dos cursos. Quanto à comunicação interna, uma importante fragilidade, a UFMS implantou, em 2017, o Sistema Eletrônico de Informação -SEI, com o intuito de melhorar as comunicações internas, gerando transparência da informação e segurança de dados.

Outro fator implantado a partir de 2017, foi a gravação e disponibilização das reuniões dos Conselhos Superiores, que permite à comunidade interna e externa, tomar conhecimento das deliberações institucionais.

O conjunto de ações relativos à comunicação com a sociedade na UFMS tem buscado

atender aos princípios exarados na Lei n.º 12.527/2011.

3.3.3 DIMENSÃO 9: POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Na dimensão 9 são expostas as políticas de atendimento aos discentes, envolvendo: Programas de atendimento aos estudantes; Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente; Política e ações de acompanhamento dos egressos e Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

Observam-se, para esta dimensão, os seguintes indicadores: Acesso e seleção; Permanência; Acompanhamento psicopedagógico; Participação estudantil; Alimentação, transporte, creche; Atenção à saúde; Moradia; Desempenho acadêmico; Apoio a eventos; Bolsas; Lazer; Acompanhamento de egressos e Atuação de egressos no ambiente sócio econômico.

O Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul alterou a estrutura organizacional da instituição por meio da Resolução nº 02, de 20 de janeiro de 2017. Na nova estrutura, contemplando necessidades apontadas pela comunidade, foi criada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes).

No dia 03 de março de 2017, a Resolução COUN Nº 33, fixou as competências das unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

A Proaes estabeleceu, a partir da publicação da Resolução citada acima, a nova Política Estudantil, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS e com às Diretrizes e objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), publicado pela Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

A Proaes encaminhou para aprovação do COUN a Resolução n.º 59, de 25 de julho de 2017 que estabeleceu as Normas de Ações do Programa de Assistência Estudantil da UFMS, com as seguintes ações:

- a) Auxílio-Permanência: aporte financeiro mensal para discentes para subsidiar despesas com estudos e contribuir para redução da evasão;
- b) Auxílio-Alimentação: subvenção financeira, com periodicidade e desembolso mensal destinado a atender as necessidades de alimentação dos discentes;
- c) Auxílio-Creche: subvenção financeira a discentes com a guarda de crianças menores de seis anos, que aguardam vaga em centros de educação infantil no município no qual está matriculado;
- d) Auxílio-Moradia: benefícios aos discentes que comprovem ser oriundos de famílias residentes ou domiciliadas em municípios fora do Campus onde está matriculado;
- e) Auxílio a participação em eventos (APEV): subvenção financeira concedida aos discentes para apoiar a participação em eventos científicos fora da sede do Campus onde está matriculado, exclusivamente para apresentação de trabalhos.

De relevante, destaca-se que até a publicação da Resolução supracitada, os auxílios eram concedidos em forma de bolsas, o que inviabilizava ao aluno vulnerável socioeconomicamente, concorrer aos benefícios voltados à vida acadêmica como bolsas de monitora, pesquisa, extensão, dentre outras.

Além dos auxílios que eram anteriormente concedidos em forma de bolsa, foram criados novos benefícios antes inexistentes como o auxílio creche e o auxílio moradia.

O Edital Proaes nº 10 de 31 de Julho de 2017 selecionou discentes dos cursos de graduação presenciais para os auxílios da assistência estudantil, no qual foram homologados 1.250 benefícios. Ao longo de 2017 foram atendidos 5.035 beneficiários entre auxílio permanência, alimentação, moradia, creche, emergencial, apoio à participação em eventos, Bolsa Promisaes,

PEU, Atleta e Mais Cultura. Evidencia-se um crescimento de 28,95%, se comparado a 2016.

Em 2017 o crescimento da assistência estudantil da UFMS foi superado (previsto um crescimento de 5% no final de 2016) em, praticamente todas as ações, com exceção do auxílio emergencial que, pelo aumento de beneficiários nas outras ações, foi reduzido. Observa-se, por tipo de auxílio, os seguintes percentuais de crescimento:

a) No Auxílio Permanência, houve crescimento de 20,5% no atendimento aos beneficiários (em 2016 – 1452 beneficiários; 2017 – 2002 beneficiários);

b) No Auxílio Alimentação, o crescimento foi de 16,73%, nos campus onde não há Restaurante Universitário; No RU de Campo Grande e de Três Lagoas o atendimento passou de 9.054 acadêmicos/mês (2016) para 12.448/mês (2017).

Outras duas ações foram implementadas em 2017: auxílio moradia com 491 beneficiários e auxílio creche com 61 beneficiários. O auxílio à participação em eventos atendeu 212 solicitações, divididos entre os campos da instituição. O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) beneficiou 13 acadêmicos.

Em 2017 foram concedidos um total de 443 auxílios emergenciais, distribuídos entre os câmpus com redução de 4,5% em relação a 2016, entende-se que esta redução é positiva devido ao aumento da oferta de vagas nas outras ações.

Outra ação desenvolvida pela Proaes foi o cadastramento e recadastramento do passe estudantil, uma ação em que foram atendidos 4.449 acadêmicos. Quanto às identidades estudantis, foram emitidas 8.556.

Em relação ao acompanhamento de acadêmicos, no triênio, houve:

- 792 atendimentos de demanda espontânea;
- 63 acompanhamentos de bolsistas;
- 1.575 entrevistas para o processo seletivo das ações de assistência estudantil;
- 147 atendimentos a bolsa permanência do MEC.

Outras ações foram realizadas como: reuniões com coordenadores de cursos; reuniões com os Centros Acadêmicos e Atléticas para levantamento de demandas e termo de cessão de espaço para atividades do DCE. Não foi possível estender o acompanhamento dos beneficiários em razão do processo seletivo para as ações da assistência estudantil ter se estendido de agosto a dezembro de 2017.

A Proaes ampliou em 2017, 2,9% a atenção à saúde e ao atendimento educacional especializado, em face às ações de 2015 e 2016.

Foram realizadas 9 ações para a saúde física e mental e de atendimento educacional especializado aos acadêmicos com deficiência ou hiper-habilidades, atendendo 478 estudantes, distribuídos em: 372 atendimentos psicológicos individuais a estudantes com 1.395 seqües; 50 ações de psicologia para grupos (entre elas as palestras nas Recepções de Calouros, outras palestras para estudantes, grupos temáticos para discussões relativas à saúde física e mental, grupos de acolhimento, entre outros), abrangendo um público de aproximadamente 5577 estudantes; 56 encaminhamentos em saúde física e mental; atendimento educacional especializado a 37 acadêmicos com deficiência ou hiper-habilidades; 12 eventos com interpretação em Libras; tradução de 5 editais em Libras, 3 eventos de posse de servidores; criação da Comissão de Acessibilidade e foram distribuídos 13 kits de materiais acessíveis.

Em relação às ações afirmativas, como já indicado na dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição, foi ampliado o atendimento à comunidade universitária; criada a Comissão Permanente Consultiva de Ações afirmativas; elaborado o Regulamento para Avaliação/Verificação da Veracidade da Autodeclaração de PPI; Realizado Seminário sobre diferenças de raça

e etnia da UFMS, para formação dos membros para as bancas, capacitando 88 pessoas; Constituídas e realizadas 7 bancas de verificação da veracidade da autodeclaração de pessoa preta, parda ou indígena, que avaliaram 108 estudantes no ingresso do meio do ano e, promovido a análise de 35 processos relacionados à avaliação/verificação da veracidade da autodeclaração PPI.

Outra ação desenvolvida recentemente pela Proaes é a viabilização de experiências profissionais pela realização de estágios, por meio da Divisão de Desenvolvimento Profissional e da Seção de Estágios. No ano de 2017 foram atendidos 2978 estudantes, sendo gerados 1863 Termos de Compromisso no Portal de Estágio, validados pelas COEs; foram acompanhados 273 estudantes participantes do Programa Vale Universidade; e viabilizado Seguro Acadêmico para 393 estudantes em estágio.

Finalmente, a Seção de Egressos foi implantada, também vinculada à Divisão de Desenvolvimento Profissional, com o intuito de ampliar o acompanhamento dos ex-estudantes da UFMS. Em 2017 foi iniciada a Consulta aos Egressos, por meio de um sistema eletrônico, com envio de e-mail aos egressos do ano de 2014. Foram enviados 1.909 e-mails, sendo que 1.660 Formulários de Consulta aos Egressos encaminhados por e-mail não reportaram erro e os dados levantados estão em processo de análise. Foi desenvolvido e implantado do Portal do Egresso (egresso.ufms.br), além de realizadas consultas às Unidades para levantamento de egressos notáveis e personalidades formadas na UFMS; e estão em andamento estudos para o desenvolvimento da Política institucional de egressos da UFMS.

Na Tabela 63 consta a quantidade de acadêmicos atendidos pela PROAES.

Tabela 63 - Quantidade de acadêmicos atendidos PROAES. 2015-2017.

Ação	Número de acadêmicos atendidos			Triênio (2015-2017)
	2015	2016	2017	
Bolsa Permanência/UFMS	1.281	1.452	2.002	4.735
Auxílio-Alimentação	1.330	1.331	1.569	4.230
Restaurante Universitário	6.558	9.054	12.448	28.060
Suporte Instrumental/Kit	204	289	53	546
Incentivo à Participação em Eventos	201	159	208	568
Atenção à Saúde do Acadêmico	290	377	465	1.132
Acessibilidade	226	504	504	1.234
Bolsa Permanência/MEC	237	3.192	401	3.830
Política de Reserva de Vagas (*)	1.532	1.942	108	3.582
Promisões	123	122	16	261
Auxílio Emergencial	1.179	1.492	1.427	4.098
Serviço Social – atendimentos individualizados	505	2.708	2.567	5.780
Auxílio Moradia	-----	-----	504	504
Auxílio Creche	-----	-----	64	64
Total	13.666	22.622	22.336	58.624

Fonte: PROAES (2017).

Observa-se um crescimento do número de ações de 65,53%, de 2015 para 2016; e no período de 2016 para 2017, houve decréscimo de -1,26%. O destaque em termos de atendimento foi o restaurante universitária; seguido dos atendimentos Serviço Social – atendimentos

individualizados; bolsa permanência e auxílio alimentação.

Foram constituídas e realizadas 7 bancas de verificação da veracidade da autodeclaração de pessoa preta, parda ou indígena, que avaliaram 108 estudantes no ingresso do meio do ano e, promovida a análise de 35 processos relacionados à avaliação/verificação da veracidade da autodeclaração PPI.

3.3.3.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para a assistência estudantil

As ações da assistência estudantil estão em consonância às Diretrizes e objetivos do Programa nacional de assistência estudantil –PNAES, publicado pela Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

Em 2017 foi aprovada a Resolução COUN Nº 59, de 25 de julho de 2017 que estabeleceu as Normas de Ações do Programa de Assistência Estudantil da UFMS com as seguintes ações:

- f) Auxíliopermanência: aporte financeiro mensal para discentes para subsidiar despesas com estudos e contribuir para redução da evasão;
- g) Auxílio-alimentação: subvenção financeira, com periodicidade e desembolso mensal destinado a atender as necessidades de alimentação dos discentes;
- h) Auxílio-creche: subvenção financeira a discentes com a guarda de crianças menores de seis anos, que aguardam vaga em centros de educação infantil no município no qual está matriculado;
- i) Auxílio-moradia: benefícios aos discentes que comprovem ser oriundos de famílias residentes ou domiciliadas em municípios fora do Campus onde está matriculado;
- j) Auxílio a participação em eventos: subvenção financeira concedida aos discentes para apoiar a participação em eventos científicos fora da sede do Campus onde está matriculado, exclusivamente para apresentação de trabalhos.

Os restaurantes universitários de Campo Grande e Três Lagoas tiveram novas licitações.

Foi criada uma política única, de uso do Restaurante Universitário, para atender à Cidade Universitária e aos campus da UFMS.

Com os recursos oriundos do PNAES, há subsídios maiores aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, que, independentemente do campus onde estudam, podem utilizar os restaurantes pagando R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Os estudantes não vulneráveis pagam o valor de R\$ 4.50 (quatro reais e cinquenta centavos).

Em razão da solicitação dos alunos, especialmente, os trabalhadores de cursos noturnos, desde 2017, ambos restaurantes servem, refeições no almoço e no jantar, em conformidade com as orientações nutricionais de profissionais da área.

Foram realizadas ações sem utilização de recursos, sendo que as mesmas foram possíveis com a organização dos serviços institucionais e a busca de parcerias como o Hospital Universitário, DCE, Atléticas dentre outros.

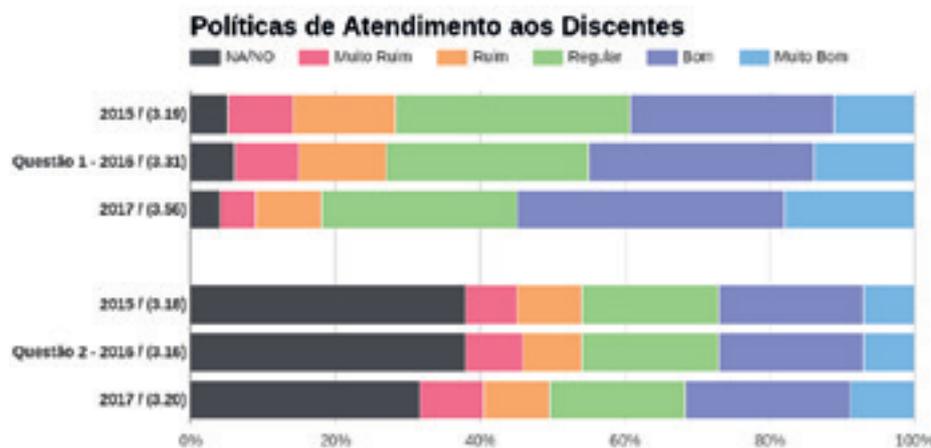
No início do período letivo foi realizado um evento para a recepção de calouros, com participação média em cada aproximadamente 60% dos calouros em cada campus e na Cidade Universitária.

As Ações de acessibilidade já constam na Dimensão 3 – Responsabilidade Social.

3.3.3.2 Percepção da comunidade universitária sobre as políticas de atendimento aos discentes

Os discentes avaliaram as políticas de atendimento para o seu segmento, por meio de duas questões (Gráfico 29), com média 3,26 (regular). O indicador “Atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, por exemplo, semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, etc”, contou com gradativa melhora na avaliação, obtendo média 3,35 (regular) e o Indicador “Serviços de apoio e orientação psicossocial da UFMS”, teve queda da avaliação em 2016 e melhora em 2017, com média 3,18 (regular) e várias reclamações sobre a insuficiência de profissionais para atender às demandas dos estudantes.

Gráfico 29 – Média das respostas dos discentes sobre a Política de Atendimento aos Discentes, da UFMS. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, por exemplo, semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, etc.; Questão 2 - Serviços de apoio e orientação psicossocial da UFMS.

Com a criação da PROAES, uma pró-reitoria voltada especificamente ao atendimento dos discentes, espera-se para o próximo ciclo avaliativo, a melhoria da avaliação desse aspecto, com a ampliação do atendimento aos discentes e às suas demandas específicas.

3.4 Eixo 4: Políticas de Gestão

No Eixo 4 serão descritas as políticas de Gestão da UFMS, bem como a identificação das potencialidades e fragilidades, das dimensões: políticas de pessoal; organização e gestão da Instituição; e sustentabilidade financeira.

O PDI 2015-2019, realinhado em 2017, apresenta a concepção de gestão pública, destacando a necessidade de organizar a instituição em consonância com as demandas da sociedade:

A administração pública contemporânea tem apresentado novos desafios ao planejamento estratégico. As demandas por maior racionalidade na utilização dos recursos disponíveis, maior capacidade no alcance de resultados, melhor interação com o ambiente interno e externo, são alguns dos atributos exigidos no atual contexto da gestão pública. Nessa acepção, a substituição do pensamento burocrático pelo sistêmico se faz imprescindível, pelo que, somente a postura assertiva, dinâmica e proativa dos gestores públicos viabiliza efetivamente a função social de uma organização pública. O desafio, porquanto, consiste em

manter a organização integrada às demandas da sociedade no que diz respeito à prestação do serviço e, fundamentalmente, à sua eficácia. [...].

Na consolidação de uma cultura voltada para os resultados, muito requisitada na atual conjuntura da administração pública, a atual gestão da UFMS tem assumido um papel ativo na consolidação das propostas de desenvolvimento institucional e em modelos de gestão fortemente alicerçados no planejamento estratégico, na avaliação de resultados e nas práticas colaborativas, perpassados num contexto de mudanças culturais, ressalta-se. Ainda, as iniciativas envidadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, viabilizaram a renovação do significado da cultura organizacional para a visão, a missão e os objetivos institucionais. (FUNDAÇÃO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 6).

O organograma geral da estrutura organizacional da UFMS, de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral em vigência, consta na Figura 1 (Introdução).

Segue a descrição e análise das políticas de gestão, por dimensão.

3.4.1 Dimensão 5: Políticas de pessoal

As políticas de pessoal são desenvolvidas na UFMS, pela Divisão de Formação de Professores, Articulação e Aperfeiçoamento Pedagógico (DIFOR), divisão da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR) e pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). São descritas a seguir as principais ações desenvolvidas no triênio, as fragilidades e as ações propostas para saná-las.

3.4.1.1 Divisão de formação de professores, articulação e aperfeiçoamento pedagógico

A Divisão de Formação de Professores, Articulação e Aperfeiçoamento Pedagógico (DIFOR), surgiu em 2017, mediante a reestruturação organizacional da UFMS. Nos anos de 2014 a 2016, todas as iniciativas de formação inicial e continuada da UFMS foram conduzidas pela antiga Coordenadoria de Formação de Professores (CFP), o que abrangeu o atendimento das demandas internas de formação de docentes da educação superior e às necessidades da formação de professores da educação básica, em parceria com Estado de MS e seus municípios.

As principais demandas internas referem-se à necessidade de capacitar o quadro docente, para utilização das novas tecnologias e de métodos de ensino aprendizagem, considerando o perfil de docentes da UFMS, de algumas áreas, que não possuem formação pedagógica específica.

Observando tais necessidades a CFP realizou as seguintes ações: gerenciamento dos cursos de Graduação da Leducampo e do Prolind, especialização, extensão e aperfeiçoamento, demandadas pela Ação 20 RJ-MEC pelas Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI-MEC) e Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC). Essas atividades envolveram as ações articuladas com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED/MS), as secretarias municipais por meio da UNDIME e a UFMS por meio do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (COMFOR).

O Quadro 26 apresenta o número de cursos e de alunos certificados para o período de 2015 a 2017. Esta relação de Cursos evidencia as ofertas conduzidas pelas diversas Unidades da Administração Setoriais da UFMS envolvendo recursos da 20 RJ-MEC para Formação de Professores de cursos demandados pela SECADI e SEB, gerenciados pela Coordenadoria de Formação de Professores – CFP/PREG (de 2015 a fevereiro de 2017) e, a partir de março de 2017 pela DIFOR/SEDFOR.

Quadro 26 – Cursos coordenados pela CFP e SEDFOR iniciados e/ou continuados em 2015 e finalizados em 2016 a 2018

Curso – Graduação	Período (Mês/Ano)		Nº de inscritos e concluintes	
	Início	Término	Meta	Inscritos/ Concluintes
Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCAMPO (SECADI) - Graduação	Agosto de 2014	Julho de 2018	150	2014 – 72 matriculados 2015 – 143matriculados
Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCAMPO (SECADI) - Graduação	Março 2015	Dezembro 2019	150	2014 – 86/51 2015 – 143/68
Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”-PROLIND (SECADI) - Graduação	Jan. de 2012	Dez. de 2015	120	119/96
Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”-PROLIND (SECADI) - Graduação	Jan. de 2015	Dez. de 2018	100	100/91
Total Geral			520	Concluintes: 96 PROLIND Matrículas em 2017: 210
Curso – Pós Graduação (<i>lato sensu</i>)	Período (Mês/Ano)		Nº de inscritos e concluintes	
	Início	Término	Meta	Inscritos/ Concluintes
Educação Especial: Atendimento Educacional- SECADI	Junho de 2014	Agosto de 2016	220	269/147
Educação do Campo - UAB	Dezembro de 2014	Agosto de 2016	155	155/70
Educação do Campo - SECADI	Dezembro de 2014	Agosto de 2016	170	170/80
Educação para os Direitos Humanos- SECADI	Maio de 2015	Nov. de 2016	200	200/120
Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis- SECADI	Junho de 2015	Dezembro de 2016	150	150/114
Formação de Professores na Temática Cultura e História dos Povos Indígenas - SECADI	Março de 2014	Outubro de 2015	200	200/
Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado- SECADI	Junho de 2014	Janeiro de 2016	200	200/147
Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis- SECADI	Dezembro de 2014	Agosto de 2016	150	150/114
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - SECADI	Dezembro de 2014	Outubro de 2016	200	200/200
Pós Graduação em Coordenação Pedagógica - SEB	Agosto de 2013	Fevereiro de 2015	400	400/253
Pós Graduação Escola de Gestores: Curso de Especialização em Gestão Escolar - SEB	Maio de 2015	Nov. de 2016	200	126/120
Pós Graduação em Gestão Escolar - SEB	Abril de 2015	Outubro de 2016	400	229/90

Programa Escola de Gestores: Curso de Especialização em Gestão Escolar (<i>lato sensu</i>) - SEB	Julho de 2015	Janeiro de 2016	200	232/90
Total Geral			2845	Concluintes: Matrículas:
Curso – Extensão	Período (Mês/Ano)		Nº de inscritos e concluintes	
	Início	Término	Meta	Inscritos/ Concluintes
Saberes Indígenas na Escola (SECADI)	Janeiro de 2015	Agosto de 2016	500	465
Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida	Dezembro de 2014	Agosto de 2015	300	300/300
Formação de Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores - PNAIC (Aperfeiçoamento)	Março de 2014	Fevereiro de 2015	4.505	5.000
Formação de Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores - PNAIC (Aperfeiçoamento)	Novembro de 2016	Abril de 2017	4.413	4.494
Formação Continuada em Educação Infantil (Extensão)	Fevereiro de 2015	Dezembro de 2015	180	180/180
Total Geral			9.898	Concluintes: Matrículas:

Organização: SEDFOR.

Nota: Cursos ofertados pelas diversas Unidades da Administração Setoriais da UFMS envolvendo recursos da 20 RJ-MEC para Formação de Professores de cursos demandados pelas Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC), gerenciados pela Coordenadoria de Formação de Professores-CFP (de 2015 a fevereiro de 2017) e, a partir de março de 2017 pela DIFOR-SEDFOR.

Em 2017, a reorganização da CFP em DIFOR/SEDFOR, foi realizada pensando-se em melhorar o atendimento às demandas da comunidade da UFMS e da comunidade local e regional.

O Quadro 27 apresenta a relação dos Cursos de Formação de Professores para a Formação interna da UFMS, coordenados CFP/PREG (de 2015 a fevereiro de 2017) e a partir de março de 2017 pela DIFOR/SEDFOR.

Quadro 27 - Cursos de Formação Inicial e Continuada de Professores na UFMS, ofertados pela CFP/PREG no período de 2015-2016 e até fevereiro de 2017 e pela DIFOR/SEDFOR a partir de março de 2017.

Curso – Capacitação e Formação Interna	Período (Mês/Ano)	Nº de inscritos e concluintes
1º Seminário de Integração da CFP/PREG/UFMS “Políticas de Formação de Professores no contexto das Universidades Públicas Federais”.	29 e 30 de maio de 2015	279/279
1º Curso de Formação Inicial de Professores para o Ensino Superior.	Março a setembro de 2016	92/49
2º Curso de Formação Inicial de Professores para o Ensino Superior.	Início em outubro de 2016	61/55
3º Curso de Formação Inicial de Professores para o Ensino Superior.	Início em outubro de 2017	85/ -
1º Curso de Formação Continuada dos Docentes da UFMS: Práticas Pedagógicas Inovadoras na Educação Superior.	Início em novembro de 2017	210/ -
Total		371 (parcial)

*Cursos em andamento, com previsão de finalização em abril de 2018
Organização: SEDFOR.

3.4.1.2 Avaliação da Formação de Professores para a Educação Básica – Período 2015-2017

No exercício de 2015 houve muita dificuldade em executar os cursos/programas que estavam vinculados à CFP/PREG, devido ao contingenciamento de recursos da Ação 20 RJ, responsável pelo Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.

O corte ou descontinuidade de recursos da União e do Estado tem sido uma fragilidade constante na execução de políticas de formação de professores, para a qual a UFMS não tem ações corretivas possíveis, já que depende da liberação de recursos do governo.

Na PLOA de 2016 houve a extinção dos recursos da Ação 20 RJ referente ao Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica, acarretando muitas dificuldades no decorrer do exercício de 2016, tendo em vista que grande parte dos cursos da SEB e SECADI tem duração de 12 a 18 meses, além dos dois cursos de Licenciatura, PROLIND e PROCAMPO, cujas turmas permanecem 4 anos na instituição, o que gerou a necessidade de replanejamento dos cursos no exercício de 2015 e 2016 e a busca de outras fontes de recurso para evitar a descontinuidade dos cursos.

Para o exercício de 2016 alguns cursos receberam recursos por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) Saberes Indígenas, Prolind e Pnaic, permitindo que fosse dada continuidade nestas ações. Contudo, aqueles projetos/cursos em vigência (que não receberam TED) só não foram descontinuados, devido terem recebido recursos para outras versões destes cursos no exercício de 2013 e 2015, que foram repassados por meio de Contrato com a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (FAPEC), vinculada a esta instituição.

A Formação de Professores, parte da Ação 20RJ que envolve o Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica está passando por uma intensa reformulação desde o ano de 2016. Assim, todos os esforços da equipe executora destas políticas na UFMS foram para impedir que houvesse descontinuidade dos Cursos iniciados, especialmente, a formação dos acadêmicos e/ou professores na instituição.

3.4.1.3 Avaliação da Formação Interna de Professores para a Educação Superior – Período 2015-2017

No ano de 2015, a antiga CFP/PREG iniciou um processo de Formação Pedagógica de docentes do quadro, dadas as observações presentes na autoavaliação e discussões em âmbito nacional, para a melhoria das práticas pedagógicas no ensino superior e, por consequência, da qualidade de ensino, melhorando fluxo escolar e taxa de sucesso nos cursos de graduação.

Em face a tais demandas, a partir de 2014, a UFMS inseriu nos Editais de abertura de concurso, a obrigatoriedade dos professores realizarem o Curso de Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior, oferecido inicialmente pela CFP e depois pela SEDFOR, no período de estágio probatório.

Uma fragilidade identificada pela UFMS é a deficiência de formação pedagógica de professores que ingressaram antes de 2014 e a inexistência de instrumentos legais para a obrigatoriedade dessa formação. A solução possível no momento é a oferta continua dos cursos de formação e a tentativa de estimular os professores efetivos a participarem, a partir das modificações de práticas de outros docentes.

Como pode ser visto no Quadro 27 no ano de 2016 e, especialmente no ano de 2017, houve aumento no número de cursos e cursistas, o que requereu a oferta regular de Cursos de Formação Continuada, abordando questões importantes para a atuação docente.

Outra fragilidade identificada no âmbito da PROGEP, PROGRAD, PROAD é a formação de gestores de diferentes níveis e técnico-administrativos que possam dar suporte à gestão. Esses cursos estão sendo planejados em parceria com a PROGEP e uma limitação para a sua execução tem sido a sobrecarga de professores das áreas pedagógicas e técnicas para ofertarem tais cursos.

A ação da SEDFOR para sanar essa deficiência é a criação de um banco de dados com informação das áreas de competência de professores e de técnico-administrativos formados em diversas áreas, com vistas a ampliar as possibilidades de oferta desses cursos.

Além disso, a SEDFOR, em 2017, mediante o levantamento das demandas nas Unidades de ensino da UFMS e, também estabelecendo parcerias com as Secretarias de Educação do Estado e Secretarias municipais de educação, realizou as seguintes atividades:

- a) Levantamento das demandas dos cursos de formação de professores;
- b) Levantamento das ações e estratégias para a política de formação inicial e continuada;
- c) Avaliação das atividades no curso de formação (realizado em 2016) com devolutiva para os professores;
- d) Acompanhamento da montagem e organização dos materiais para os laboratórios interdisciplinares de formação de professores;
- e) Colaboração na construção do PROFOR (Programa de Formação de Professores);
- f) Formação pedagógica aos professores na FACOM/UFMS, para oferta de disciplinas a distância e semipresenciais;
- g) Construção do curso de gestão para coordenadores de graduação e pós-graduação,

na modalidade EAD;

h) Organização do Cursos de formação de professores na UFMS, bem como nas parcerias com as Secretarias de Educação

i) Proposta de parcerias com os polos em EaD, para oferta de cursos;

j) Levantamento e proposição junto aos cursos de licenciatura presenciais da UFMS para oferta de cursos de formação de professores, via EaD.

k) Reelaboração e oferta de curso de capacitação para professores ingressantes.

l) Oferta de curso de formação inicial de professores UFMS. Previsão de formação em 2017: 84 professores.

m) Oferta de cursos de formação continuada: práticas pedagógicas Inovadoras na Educação Superior.

n) Criação do Pacto de Direitos Humanos na UFMS.

o) Construção da Política de Formação de Professores da UFMS;

p) Seminário: 3º Curso de Formação inicial de professores e 1º curso de formação continuada: práticas pedagógicas Inovadoras na Educação Superior.

3.4.1.4 Política de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de administração de pessoal e de recursos humanos da UFMS e possui as seguintes competências:

- a) Propor a política e as normas relativas à gestão de pessoal na Universidade;
- b) Estabelecer o desenvolvimento de indicadores que possibilitem o acompanhamento da gestão de pessoal;
- c) Supervisionar a elaboração do plano de capacitação dos servidores;
- d) Supervisionar e promover a avaliação dos cursos de capacitação;
- e) Supervisionar e promover a elaboração dos concursos públicos da UFMS;
- f) Supervisionar e promover a aplicação das legislações trabalhistas, previdenciárias e tributária na área de recursos humanos;
- g) Supervisionar e promover a movimentação interna de pessoal técnicoadministrativo e docente;
- h) Supervisionar e promover programas de assistência, acompanhamento, aconselhamento e orientação de recursos humanos;
- i) Supervisionar e acompanhar as atividades do Programa de Assistência a Saúde - PAS/UFMS;
- j) Promover o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de recursos humanos;
- k) Supervisionar o acompanhamento e o controle dos servidores terceirizados na Instituição;
- l) Promover os registros funcionais dos servidores em banco de dados informatizado com o objetivo de facilitar o gerenciamento das pessoas e da Instituição;
- m) Executar a política de recursos humanos aprovada pelos Conselhos Superiores na administração de pessoal;
- n) Colaborar, com as demais unidades da Universidade, no desenvolvimento de projetos, nas áreas de relações públicas e humanas, que venham contribuir para o melhor relacionamento interno e externo dos setores que mantém contato com o público; [...] (PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO, 2017, p. 1).

A Gestão de Pessoas é umas das grandes prioridades da Administração da UFMS, objetivando viabilizar e fortalecer a política de recursos humanos, proporcionando não apenas um aumento significativo no quantitativo da força de trabalho, bem como a capacitação e qualificação dos servidores, mas acima de tudo qualidade de vida no trabalho.

Os recursos humanos da UFMS, em convergência com a organização da administração federal, dividem-se em duas carreiras: pessoal de magistério superior (docente) e técnico-administrativo.

A carreira do pessoal de magistério superior está estruturada em conformidade com o que determina as Leis n.º 12.772/12 e Lei n.º 12.863/13 e a do pessoal técnico-administrativo em educação é regulamentada conforme a Lei n.º 8.112/1990 e a Lei n.º 11.091/2005, além de outros instrumentos legais (internos e externos) que estabelecem normas de capacitação, regimes de trabalho, critérios de pontuação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), progressão funcional, entre outros.

A Tabela 64 apresenta a evolução do quadro de pessoal de servidores da UFMS, no período de 2015 a 2017.

Tabela 64 - Evolução do quadro de pessoal de servidores da UFMS. 2015-2017

Anos	2015		2016		2017 (até novembro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Situações						
Ativo	3.265	67,56%	3.359	67,40%	3.256	64,86%
Aposentado	1.305	27,00%	1.375	27,59%	1.501	29,90%
Instituidor de Pensão	262	5,42%	249	5,00%	262	5,21%
Celetista*	1	0,02%	1	0,02%	1	0,03%
Total	4.833	100,00%	4.984	100,00%	5.020	100,00%

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

(*)Apenas um servidor permanece como celetista, em razão de não ter aderido ao plano de sua carreira.

Em 2017, no quadro de pessoal observa-se, entre os ativos, um decréscimo de -3,07% no comparativo de 2016. No triênio, o decréscimo foi de -0,28%. Apenas um servidor permanece como celetista, em razão de não ter aderido ao plano de sua carreira.

A Tabela 65 permite a identificação de algumas fragilidades:

a) Além do decréscimo entre ativos, observa-se crescimento no número de aposentados, que no triênio, representa 15%.

b) No triênio houve crescimento do número total de profissionais no quadro de pessoal, o que representa gasto, mas não conta como efetiva força de trabalho, dado o aumento do número de pensionistas e aposentados.

c) Houve ampliação de cursos de graduação e pós-graduação, com redução de pessoal ativo da carreira docente.

Esses dados corroboram a solicitação de vários segmentos da comunidade universitária, pela ampliação de profissionais, tanto da carreira docente como na de técnico-administrativo. Embora tenha havido abertura de vagas para concurso nas duas carreiras, ainda há déficits importantes a serem sanados.

Em dezembro de 2017, a UFMS contava com 3.359 servidores efetivos e 352 servidores terceirizados/contratados, ou seja, aproximadamente 90% da força de trabalho da UFMS é de pessoal efetivo. Entre os efetivos, 1.958 fazem parte da Carreira Técnico-Administrativa em Educação, 1.401 da Carreira Docente. Do total de servidores terceirizados, 201 são decorrentes da extinção dos cargos das classes "A", "B" e alguns da "C" da carreira Técnico-Administrativa e 151 professores contratados por tempo determinado.

Do total de servidores efetivos da UFMS, 1401 estão lotados em unidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos e o restante, 1.958, se encontram em unidades e subunidades descentralizadas. Dos 352 servidores terceirizados/contratados, 151 estão envolvidos nos macroprocessos finalísticos.

A UFMS, por meio da Progep, no ato de posse de servidores solicita o preenchimento da Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções, em que o servidor declara se possui ou não outros vínculos e seu respectivo horário de trabalho, a qual é objeto de análise da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos (CPACI). Anualmente, a unidade de Auditoria Interna procede às apurações e/ou acompanhamento de indícios de acumulação indevida solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo.

3.4.1.4.1 Políticas de Pessoal e Plano de carreira do corpo docente

O plano de carreira do corpo docente é estabelecido na UFMS, em conformidade com a Lei nº 12.772/12, que organiza a carreira docente em 5 classes (A, B, C, D e E).

A progressão na Carreira Docente ocorre levando-se em consideração tempo de serviço, avaliação da chefia imediata e produção acadêmica para o professor ir da Classe Auxiliar, Assistente A ou Adjunto A até a Titular, passando pelas Classes de Assistente, Adjunto e Associado.

Nos editais de seleção de docentes, a política institucional privilegia a exigência de titulação mínima de doutor (conforme art. 8º, §2º da Lei 12.772/12), excetuando-se as situações de suprimento da vaga como emana o §3º da mesma Lei, quando se aceita as titulações de mestrado e pós-graduação *lato sensu*.

As Normas Gerais para a Capacitação do Docente Integrante da Carreira do Magistério Superior são regidas pela Resolução CD nº 132, de 25 de julho de 2017.

Na Tabela 65 observa-se o quantitativo de servidores docentes, por classe, no triênio, com predomínio das denominações adjunto e associado²⁵.

Tabela 65 - Quantitativo de servidores docentes, por classe. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Auxiliar	83	6,80%	197	14,69%	250	17,84%
Assistente	113	9,25%	113	8,43%	113	8,07%
Adjunto	622	50,94%	625	46,61%	630	44,97%
Associado	324	26,54%	327	24,38%	328	23,41%
Titular	79	6,47%	79	5,89%	79	5,64%
Titular Livre	0	0,00%	0	0,00%	1	0,07%
Total	1.221	100,00%	1.341	100,00%	1.401	100,00%

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

As Tabelas 66 a 71 expõem o quantitativo de servidores docentes, por classe, titulação e regime de trabalho, no triênio 2015-2017. Observa-se o predomínio do regime de trabalho DE e a titulação de mestrado e doutorado, observada a consonância do enquadramento das respectivas classes.

²⁵ Não foi possível distribuir por classes, pois o dado enviado não as particulariza.

Tabela 66 - Quantitativo de servidores docentes da classe Auxiliar, por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1
Especialização	17	0	7	24	25	0	7	32	25	0	7	32
Mestrado	3	0	28	31	7	0	59	66	7	0	69	76
Doutorado	2	0	25	27	6	0	92	98	6	0	135	141
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	23	0	60	83	39	0	158	197	39	0	211	250

Fonte: CAP/PROGEP (nov./2017)

Tabela 67 - Quantitativo de servidores docentes da classe Assistente por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	2	1	0	3	2	1	0	3	2	1	0	3
Especialização	2	2	4	8	2	2	4	8	2	2	4	8
Mestrado	7	0	95	102	7	0	95	102	7	0	95	102
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	11	3	99	113	11	3	99	113	11	3	99	113

Fonte: CAP/PROGEP (nov./2017)

Tabela 68 - Quantitativo de servidores docentes da classe Adjunto por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialização	3	1	3	7	3	1	3	7	3	1	3	7
Mestrado	6	8	156	170	6	8	156	170	6	8	156	170
Doutorado	23	9	413	445	23	9	416	448	23	9	421	453
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	32	18	572	622	32	18	575	625	32	18	580	630

Fonte: CAP/PROGEP (nov./2017)

Tabela 69 - Quantitativo de servidores docentes da classe Associado por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	0	0	1	1	0	8	1	9	0	0	1	1
Doutorado	8	17	298	323	0	17	301	318	9	17	301	327
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	17	299	324	0	25	302	327	9	17	302	328

Fonte: CAP/PROGEP (Nov./2017)

Tabela 70 - Quantitativo de servidores docentes da classe Titular por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialização	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1
Mestrado	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1
Doutorado	1	4	74	79	1	4	72	77	1	4	72	77
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	4	74	79	1	4	74	79	1	4	74	79

Fonte: CAP/PROGEP (nov./2017)

Tabela 71- Quantitativo de servidores docentes da classe Titular-Livre por titulação e por regime de trabalho. 2015-2017.

Anos	2015				2016				2017			
	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T	20 h	40 h	DE	T
Graduação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Pós-Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Fonte: CAP/PROGEP (nov./2017)

Observa-se, em 2017, que a titulação dos servidores docentes é predominantemente de Doutores (999), seguido de mestres (350) mas ainda há uma pequena quantidade de graduados (4) e especialistas (48). Esse bom nível de titulação deve-se à política de estímulo ao ingresso, com a titulação de doutorado, bem como da política de capacitação desenvolvida pela IES.

O projeto Pró-Doutoral da UFMS, também conhecido como Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR), foi aprovado pela CAPES em 2009, permitindo que docentes que desejem realizar seus cursos de pós-graduação em instituições distantes, no mínimo, a 500 km da IES de origem, possam solicitar bolsas de auxílio financeiro.

3.4.1.4.2 Políticas de acompanhamento da carreira docente

Na UFMS o acompanhamento da carreira docente está sob a responsabilidade da Comissão de Pessoal Docente (CPPD), que foi instituída pelo art. 26 da Lei nº 12.772/2012, que estabelece no seu parágrafo 1º a função de “[...]prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente [...]”. (BRASIL, 2012, p. 1).

A política de pessoal docente consiste na orientação ou a atitude que a UFMS adota em relação aos assuntos de pessoal docente, tais como: Regime de Trabalho, Avaliação Docente, Progressão Funcional, Afastamento para pós-graduação, Colaboração Esporádica, Prestação de Serviços, entre outros.

As Leis fornecem os limites e a direção geral para os quais as IFEs devem ater-se em relação a determinados assuntos. Cabe aos Órgãos Colegiados das IFEs, com base na legislação

vigente, regular as suas especificidades dentro da sua autonomia e em observância aos princípios constitucionais através da edição de Normas Institucionais. Assim sendo, a orientação que a UFMS adota no que diz respeito ao seu pessoal docente manifesta-se na forma de Normas Institucionais através de Resoluções emitidas pelos Órgãos Colegiados que regulam aspectos específicos da vida docente na UFMS.

Em conformidade com a Lei nº 12.772/2012, cabe à CPPD prestar assessoramento, quando consultada, aos Órgãos Colegiados da UFMS na formulação das Normas Institucionais relacionadas ao pessoal docente na qualidade de representante dos interesses docentes em contraponto aos possíveis interesses políticos existentes. Além de auxiliar na formulação destas Normas, a CPPD acompanha sua execução de modo a garantir a correta e adequada aplicação, bem como emite análises e pareceres em assuntos de sua competência.

3.4.1.4.3. Políticas de acompanhamento e qualificação da carreira de técnico-administrativo

A Carreira de pessoal técnico-administrativo está estruturada em 5 níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação.

Em 2017, a UFMS possui um total de 1958 servidores (40 horas), sendo 71 servidores ocupantes da Classe "A", 85 na Classe "B", 365 na Classe "C", 919 na Classe "D" e 518 na Classe "E", Todos os cargos das classes "A", "B" e quase a totalidade da "C" estão em extinção, ou seja, não são mais oferecidas vagas através de concurso público, sendo que os concursos são realizados para a contratação de servidores para ocuparem cargos da Classe "D" (nível médio) e Classe "E" (nível superior).

As Tabelas 72 a 74, apresentam o quantitativo de servidores técnico-administrativos, por situação, carga horária de trabalho e lotação, no triênio 2015-2017.

Tabela 72 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2015

Lotação	Situação	20 horas	24 horas	25 horas	30 horas	40 horas	Total
HUMAP/UFMS	Em exercício	26	6	0	1	485	518
	Afastados	3	0	0	41	37	81
	Subtotal	29	6	0	42	522	599
UFMS	Em exercício	5	13	4	5	1103	1130
	Afastados	2	0	1	0	51	54
	Subtotal	7	13	5	5	1154	1184
UFMS TOTAL	Em exercício	36	19	5	47	1676	1783
	Afastados	5	0	1	41	88	135
	Total	41	19	6	88	1764	1918

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

Tabela 73 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2016

Lotação	Situação	20 horas	24 horas	25 horas	30 horas	40 horas	Total
HUMAP/UFMS	Em exercício	26	13	0	1	493	533
	Afastados	3	0	0	1	41	45
	Subtotal	29	13	0	2	534	578
UFMS	Em exercício	5	6	4	6	1225	1246
	Afastados	2	0	1	0	54	57
	Subtotal	7	6	5	6	1279	1303
UFMS TOTAL	Em exercício	36	19	5	8	1813	1881
	Afastados	5	0	1	1	95	102
	Total	41	19	6	9	1908	1983

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

Tabela 74 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em 2017

Lotação	Situação	20 horas	24 horas	25 horas	30 horas	40 horas	Total
HUMAP/UFMS	Em exercício	26	13	0	1	493	533
	Afastados	3	0	0	1	37	41
	Subtotal	29	13	0	2	530	574
UFMS	Em exercício	7	6	4	5	1289	1311
	Afastados	2	0	1	1	51	55
	Subtotal	9	6	5	6	1340	1366
UFMS TOTAL	Em exercício	38	19	5	8	1870	1940
	Afastados	5	0	1	2	88	96
	Total	43	19	6	10	1958	2036

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

A UFMS, mediante solicitação dos servidores, levantadas anualmente no plano de capacitação, tem incentivado a capacitação do corpo técnico-administrativo buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição.

Neste contexto, estão previstas ações voltadas à formação continuada dos servidores técnico-administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; treinamento introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional.

Parte dessas ações é realizada em parceria com a SEDFOR e já foi descrita anteriormente.

Em 2017, foram capacitados 1.279 servidores da Carreira Técnico Administrativa, sendo que 350 obtiveram progressão por nível de Capacitação e 156 servidores técnico-administrativos obtiveram incentivo por nível de qualificação, ou seja, concluíram cursos de educação formal acima do mínimo exigido pelo cargo.

Na Tabela 75, apresenta-se o quantitativo de servidores técnico-administrativos afastados para a pós-graduação, com ônus - 2015 a 2017. O afastamento, com ônus,

de servidores técnicos-administrativos para algum programa de pós-graduação teve um aumento significativo, passando de 21 servidores afastados, em 2014, para 58, em 2017. Destes 58, 28 (48,28%) servidores técnico-administrativos se afastaram, com ônus, para programa de Mestrado, e 30 (51,72%) para programa de Doutorado.

Tabela 75 - Servidores técnico-administrativos afastados para a pós-graduação, com ônus. 2015-2017

Anos Programas	2015		2016		2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Mestrado	30	56,6	22	44,9	28	48,28
Doutorado	23	43,4	27	55,1	30	51,72
Pós-doutorado	-	-	-	-	-	-
Total	53	100,00	49	100,00	58	100,00

Fonte: PROGEP (DEZ/2017)

Esse quantitativo de servidores afastados para a pós-graduação, gerou a ampliação de servidores titulados, no triênio, como se observa na Tabela 76.

Tabela 76 - Servidores técnico-administrativos titulados após afastamento, com ônus. 2015-2017.

Anos Títulos	2015		2016		2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Especialista	-	-	-	-	-	-
Mestre	07	63,63	04	50	04	57,14
Doutor	04	36,36	04	50	03	42,85
Pós-doutor	-	-	-	-	-	-
Total	11	100,00	8	100,00	07	100,00

Fonte: PROGEP (DEZ/2017)

Na Tabela 77, apresenta-se o quantitativo total de servidores técnico-administrativos no triênio. Observa-se que de 1958 servidores técnico-administrativos, 18,33% foram titulados no triênio.

Tabela 77 - Servidores técnico-administrativos, titulados.2015-2017.

Anos Títulos	2015		2016		2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Especialista	61	54,46	86	58,9	63	62,4
Mestre	42	37,5	50	34,25	31	30,7
Doutor	8	7,14	10	6,85	07	6,9
Pós-doutor	1	0,9	-	-	-	-
Total	112	100,00	146	100,00	101	100,00

Fonte: PROGEP (DEZ/2017)

Nesta tabela, consta o quantitativo de servidores técnico-administrativos que tiveram direito à concessão dos benefícios da titulação de pós-graduação, independentemente de ter havido ou não afastamento formal, seja com ônus ou sem ônus, para a realização de curso ou programa de pós-graduação.

Na Tabela 78, observa-se o número de servidores participantes, por evento, no triênio.

Tabela 78 – Quantitativo de servidores participantes de atividades de capacitação. 2015-2017

Anos	2015		2016		2017	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Eventos						
Congressos	3	0,74	5	2,3	4	0,31
Cursos de capacitação fora da UFMS	2	0,49	8	3,69	9	0,71
Encontros	1	0,25	8	3,69	0	0
Projetos de capacitação	249	61,17	196	90,32	1263	98,75
Treinamentos	152	37,35	0	0	3	0,23
Total	407	100,00	217	100,00	1279	100,00

Fonte: PROGEP (DEZ/2017)

Observa-se o crescimento significativo de servidores participantes de eventos, especialmente em 2017, com destaque aos projetos de capacitação realizados pela UFMS, o que acentua o êxito das políticas de qualificação de pessoal.

3.4.1.4.4 Concessão de aposentadorias, pensões e exclusões – técnicos e docentes

A Tabela 79 apresenta o quantitativo de docentes aposentados e pensionistas, no triênio 2015-2017, sendo 97 aposentados e pensionistas 22, o que representa indicador de demanda para a abertura de novas vagas.

Tabela 79- Quantitativo de concessão de aposentadorias e pensões para docentes. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Tipos de benefício						
Aposentadorias	32	78,05	17	68,00	48	90,57
Pensão (beneficiários)	9	21,95	8	32,00	5	9,43
Total	41	100,00	25	100,00	53	100,00

Fonte: PROGEP (DEZ/2017)

A Tabela 80 apresenta o quantitativo de servidores técnico-administrativos, aposentados e pensionistas, no triênio 2015-2017, sendo 299 aposentados e pensionistas 43, o que também representa indicador de demanda para a abertura de novas vagas.

Tabela 80 - Quantitativo de concessão de aposentadorias e pensões para servidores técnico-administrativos. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Aposentadorias	81	86,17	90	87,38	128	88,28
Pensão (beneficiários)	13	13,83	13	12,62	17	11,72
Total	94	100,00	103	100,00	145	100,00

A Tabela 81 apresenta a exclusão de servidores docentes, no triênio, com sendo 22 por exoneração e 27, por cargo inacumulável, com uma perda total de 49 docentes.

Tabela 81 - Quantitativo de exclusão de servidores docentes. 2015 a 2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
DEMISSÃO:						
- Auxiliar	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Assistente	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Adjunto	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Associado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Titular	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	0	0,00	0	0,00	0	0,00
EXONERAÇÃO:						
- Auxiliar	1	4,76	5	33,33	5	0,00
- Assistente	2	9,52	1	6,67	2	0,00
- Adjunto	2	9,52	2	13,33	1	0,00
- Associado	1	4,76	0	0,00	0	0,00
- Titular	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	6	28,57	8	53,33	8	0,00
POSSE EM CARGO INACUMULÁVEL (PCI):						
- Auxiliar	9	42,86	5	33,33	1	11,11
- Assistente	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Adjunto	6	28,57	1	6,67	4	44,44
- Associado	0	0,00	1	6,67	0	0,00
- Titular	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	15	71,43	7	46,67	5	55,56
Total	21	100,00	15	100,00	13	100,00

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

Na Tabela 82, apresenta-se a exclusão de 129 servidores técnico-administrativos, no triênio, sendo 1 por demissão, 38 por exoneração e 90 por cargo inacumulável.

Tabela 82 - Quantitativo de exclusão de servidores técnico-administrativos. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
DEMISSÃO:						
Técnico em Arquivo	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Total	1	3,13	0	0,00	0	0,00
EXONERAÇÃO:						
- Assistente em Administração	4	12,50	4	8,89	5	9,62
- Assistente Social	0	0,00	0	0,00	1	1,92
- Auxiliar de Enfermagem	0	0,00	1	2,22	1	1,92
- Contador	1	3,13	0	0,00	0	0,00
- Engenharia - area	0	0,00	2	4,44	1	1,92
- Medico-area	3	9,38	2	4,44	2	3,85
- Técnico em Eletricidade	0	0,00	0	0,00	1	1,92
- Técnico de Laboratorio Area	0	0,00	2	4,44	3	5,77
- Tec de Tecnologia da Informacao	1	3,13	0	0,00	0	0,00
- Tec em Alimentos e Laticínios	0	0,00	1	2,22	0	0,00
- Tec em Segurança do Trabalho	1	3,13	0	0,00	0	0,00
- Técnico em Contabilidade	1	3,13	0	0,00	0	0,00
- Tradutor Interprete de Linguagem Sinais	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Total	12	37,50	12	26,67	14	26,92
POSSE EM CARGO INACUMULÁVEL (PCI):						
Administrador	0	0,00	1	2,22	0	0,00
Analista de Tec da Informação	0	0,00	2	4,44	2	3,85
Arquiteto e Urbanista	0	0,00	1	2,22	1	1,92
Assistente de Laboratorio	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Assistente em Administração	11	34,38	19	42,22	23	44,23
Auditor	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Bibliotecario-documentalista	0	0,00	0	0,00	1	1,92
Enfermeiro-area	1	3,13	1	2,22	0	0,00
Engenheiro-area	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Técnico de Laboratorio Area	2	6,25	4	8,89	0	0,00
Tec em Segurança do Trabalho	0	0,00	0	0,00	1	1,92
Tec de Tecnologia da Informacao	0	0,00	2	4,44	4	7,69
Técnico em Agropecuaria	0	0,00	0	0,00	1	1,92
Técnico em Assuntos Educacionais	0	0,00	0	0,00	1	1,92
Técnico em Contabilidade	0	0,00	2	4,44	0	0,00
Técnico em Eletricidade	0	0,00	1	2,22	0	0,00
Técnico em Enfermagem	0	0,00	0	0,00	1	1,92
Técnico em Farmacia	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Técnico em Radiologia	1	3,13	0	0,00	0	0,00
Tradutor Interprete de Linguagem Sinais	0	0,00	0	0,00	3	5,77
Total	19	59,38	33	53,33	38	51,92
Total	32	100,00	45	80,00	52	78,85

Fonte: CAP/PROGEP (DEZ/2017)

A Auditoria Interna juntamente com a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Impedimentos da UFMS, tem verificado os casos de acumulação dos servidores da UFMS, utilizando entre outros instrumentos a Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções que os servidores entregam ao tomar posse, tal declaração tem-se mostrado de grande utilidade, tendo em vista que a Instituição não possui acesso a informações de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas acerca da acumulação de cargos de seus servidores.

Em 2017 a Auditoria fez parcerias com outros órgãos públicos, entre eles, o Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde, para ter acesso a sistemas que fornecem dados a respeito de outros vínculos (públicos ou privados) que porventura os servidores da UFMS ocupam.

O quantitativo de 178 servidores excluídos, somado às aposentarias e pensões, apontam para uma perda de servidores, no triênio. Uma fragilidade importante para a UFMS, que precisa ser analisada em face ao crescimento de cursos e atividades institucionais e contrapondo-se às nomeações do período.

3.4.1.4.5 Nomeações

A Tabela 83 apresenta o quantitativo de servidores docentes nomeados no triênio, num total de 239 nomeações.

Tabela 83 - Quantitativo de servidores docentes nomeados. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Professor Auxiliar	5	7,82%	8	6,84%	-	-
Professor Assistente	28	43,75%	35	29,91%	10	17,25%
Professor Adjunto	31	48,43%	74	63,25%	47	81,03%
Professor Titular	-	-	-	-	1	1,72%
Total	64	100,00	117	100,00	58	100,00

Fonte: DIRS/CDR/PROGEP (NOV/2017)

Das 239 posses para o corpo docente, realizadas ao longo dos últimos três anos, de 2015 a 2017, 64 (26,78%), ocorreram em 2015, 117 (48,95%) em 2016, enquanto em 2017, foram apenas 58 (24,27%). Dos empossados no período, 73 (30,55%) deles foram para a Classe Assistente, ou seja, candidatos aprovados com a titulação de mestre, e 13 (5,44%) para a Classe de Auxiliar, com titulação de especialista. Ainda, houve 1 (0,41%) nomeação para a Professor titular-Livre.

A Tabela 84 apresenta o quantitativo de servidores técnico-administrativos nomeados no triênio, num total de 293 nomeações.

Tabela 84 - Resumo do quantitativo de servidores técnico-administrativos nomeados, ocupantes de cargos previstos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico- administrativos em Educação (PCCTAE), por classe. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Classes do PCCTAE						
A	-	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-	-
C	04	4,081%	15	11,53%	1	1,53%
D	70	71,43%	89	68,47%	42	64,62%
E	24	24,49%	26	20%	22	33,85%
Total	98	100,00	130	100,00	65	100,00

Fonte: DIRS/CDR/PROGEP (NOV/2017)

Das 293 posses para o corpo técnico-administrativo, efetivadas ao longo dos últimos três anos (2015-2017), 130 (44,36%) delas ocorreram no ano de 2016. Do total de servidores empossados no último triênio 201 (68,60%) foram para os cargos da Classe "D" e, dentro dela, com destaque para o cargo de Assistente em Administração com 134 (45,73%) nomeações. Lembrando que estas posses aconteceram em decorrência da participação da UFMS no Programa REUNI.

A UFMS empossou 201 novos servidores técnico-administrativos para a Classe "D" do PCCTAE. O cargo de Assistente em Administração, com a exigência mínima do nível de escolaridade de ensino médio completo, foi responsável pelo ingresso de 134 novos servidores públicos para o quadro efetivo, representando mais de 66,67% dos novos membros nomeados para a classe supracitada. Estas posses aconteceram em decorrência da participação da UFMS no Programa REUNI.

Foram empossados 72 novos servidores técnico-administrativos para a Classe "E" do PCCTAE, que compreende os cargos que exigem o nível de escolaridade superior. Os cargos de Técnico em Assuntos Educacionais (12) e de Administrador (12) foram responsáveis pelo ingresso de vinte e quatro novos servidores públicos no quadro efetivo, representando 33,33% dos novos membros para a classe supracitada. Estas posses aconteceram em decorrência da participação da UFMS no Programa REUNI.

Uma fragilidade observada é ausência de metodologia para definir as demandas por pessoal. Algo que vem sendo discutido na gestão superior da IES.

3.4.1.4.6 Progressão Funcional

A progressão funcional de servidores docentes, exposta na Tabela 85, indica ao longo do triênio, que o benefício foi concedido a 1607 servidores docentes, com destaque para a avaliação de desempenho.

Em 2017, 24 servidores da Carreira Docente obtiveram progressão por titulação, ou seja, concluíram cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou Doutorado, além disto 472 docentes obtiveram progressão por avaliação de desempenho acadêmico.

Tabela 85- Quantitativo de servidores docentes beneficiados com progressão funcional. 2015 -2017

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Tipologia da Progressão Funcional						
Avaliação de Desempenho	505	98,05	581	97,48	472	95,16
Titulação	10	1,95	15	2,52	24	4,84
Total	515	100,00	596	100,00	496	100,00

Fonte: DIDA/CDR/PROGEP (NOV/2017).

No caso dos servidores técnico-administrativos, 4340 receberam o benefício, ao longo do triênio, havendo destaque para a progressão obtida por mérito, com 2595 servidores, seguidos dos servidores com progressão por capacitação (987) e por incentivo à capacitação (758) (Tabela 86).

Tabela 86- Quantitativo de servidores técnico-administrativos beneficiados com progressão funcional. 2015-2017.

Anos	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Tipologia da Progressão Funcional						
Capacitação	326	22,45	311	22,64	350	23,12
Incentivo à Qualificação	273	18,80	329	23,94	156	10,30
Mérito	853	58,75	734	53,42	1008	66,58
Total	1452	100,00	1374	100,00	1514	100,00

Fonte: DIDA/CDR/PROGEP (NOV/2017).

Em 2017 a UFMS deu continuidade ao desenvolvimento da sua política de qualificação do corpo docente, junto à CPPD, alinhada ao planejamento estratégico institucional. Desta forma, foram capacitados 86 servidores recém empossados na carreira docente, em treinamento ocorrido no Campus Central (Campo Grande), além de ter concedido de auxílio para participação em congressos, encontros e seminários.

A Tabela 87 apresenta o quantitativo de terceirizados no triênio²⁶.

²⁶ Há incongruência entre o número total de terceirizados citado inicialmente e o presente no quadro, mas são as informações enviadas pelo órgão de origem.

Tabela 87 - Quantitativo de terceirizados, mediante contratos com empresas de terceirização de mão de obra e a sua categoria. 2015-2017.

Categoria Profissional	2015		2016		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Assistente de Projetos	26	3,14	20	3,13	13	2,16
Auxiliar de Escritório	1	0,12	1	0,16	-	0,00
Auxiliar Operacional de Campo	4	0,48	3	0,47	7	1,16
Auxiliar Operacional rural	6	0,72	3	0,47	3	0,50
Auxiliar de cozinha	4	0,48	3	0,47	3	0,50
Auxiliar de lavanderia	1	0,12	1	0,16	1	0,17
Auxiliar de topografia	1	0,12		0,00	1	0,17
Auxiliar de escritório com insalubridade	1	0,12	1	0,16	1	0,17
Auxiliar de Jardinagem	2	0,24	1	0,16	-	0,00
Auxiliar de limpeza	274	33,05	243	38,03	195	32,39
Auxiliar de limpeza externa	11	1,33	12	1,88	-	0,00
Coperia	5	0,60	5	0,78	3	0,50
Digitador	3	0,36	2	0,31	1	0,17
Editor de Videoteipe	2	0,24	2	0,31	2	0,33
Editor Executivo	-	-	-	-	1	0,17
Locutor/operador de radio	3	0,36	4	0,63	5	0,83
Motorista	25	3,02	16	2,50	20	3,32
Operador de offset f2 4 cores	1	0,12	1	0,16	-	0,00
Operador de offset f4 monobloco	1	0,12	1	0,16	-	0,00
Operador de gravação	1	0,12	1	0,16	1	0,17
Piscineiro	1	0,12	1	0,16	-	0,00
Produtor editorial gráfico	5	0,60	4	0,63	-	0,00
Programador	1	0,12	1	0,16	1	0,17
Recepcionista	9	1,09	12	1,88	9	1,50
Reporter	4	0,48	7	1,10	7	1,16
Reporter cinematográfico	4	0,48	4	0,63	4	0,66
Tecnico de radio	-	0,00	-	0,00	1	0,17
Tecnico em acabamento gráfico	6	0,72	8	1,25	-	0,00
Tecnico em editoração eletrônica	1	0,12	2	0,31	-	0,00
Tratorista	3	0,36	3	0,47	3	0,50
Vigilante	423	51,03	277	43,35	320	53,16
Total	829	100	639	100	602	100

3.4.1.4.7 Principais Fragilidades e a gestão de riscos da política de pessoal

Os principais riscos identificados pela PROGEP na gestão de pessoas foram:

a) Elevação no quantitativo de aposentadorias em virtude das mudanças previstas na legislação previdenciária;

b) O fato de que uma grande quantidade de servidores que estão na iminência de se aposentar são ocupantes de cargos em extinção (Classes, "A", "B", quase a totalidade da Classe "C" e alguns da Classe "D")

c) A afirmação do Governo Federal de que não abrirá novas vagas para o incremento do número de servidores nos órgãos de sua esfera e a falta de garantia de ao menos promover

a reposição dos que estão saindo atualmente;

- d) Possibilidade de Aumento da Mão-de-obra terceirizada;
- e) Absenteísmo; e
- f) Falta de Motivação dos Servidores Efetivos.

A PROGEP tem intensificado as ações para realizar o mais breve possível o Dimensionamento da Força de Trabalho. Espera-se que com a conclusão dos trabalhos do Dimensionamento, a UFMS consiga realocar sua força de trabalho para o melhor atendimento das necessidades institucionais, atenuando e minimizando desta forma a carência de servidores que já é sentida e que possivelmente aumentará consideravelmente. Aliada a esta ação a PROGEP em conjunto à Administração superior tem intensificado a gestão junto ao MEC e ao MP para incrementar o efetivo de servidores e pelo menos garantir a reposição daqueles que estão saindo.

Desta forma, acreditamos que além estabilizar os problemas relacionados à carência de pessoal, evitaremos conseqüentemente o aumento considerável a mão-de-obra terceirizada, combatido veemente pelos órgãos de controle interno e externo.

Por intermédio da Coordenadoria de Assistência à Saúde, a PROGEP também tem buscando promover a qualidade de vida no trabalho através de projetos oferecidos pela Divisão de Assistência Integral ao Servidor tais como: visitas domiciliares/hospitalares a ativos, aposentados e pensionistas; acompanhamento de licenças médicas prolongadas; acompanhamento de dependentes químicos; avaliação de servidores em estágio probatórios com avaliação abaixo da média; atendimentos individuais a demandas pessoais e laborais.

Embora sejam desenvolvidas ações constantes da DIAS/PROGEP, na percepção dos funcionários observa-se ainda insatisfação quanto à qualidade de vida no trabalho, algo que será abordado ao final desse item.

Também deu continuidade ao Projeto “Cada dia crescendo mais”, que visa o acompanhamento de estagiários e Mirins e tem acompanhado os servidores admitidos na vaga de pessoa com deficiência (PcD) na UFMS e que se declaram com deficiência, visando atender as suas necessidades e buscando na medida do possível, tornar os ambientes adaptados para a completa inserção no mercado de trabalho.

E finalmente por intermédio da Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/PROGEP, a UFMS tem se preocupado com as condições ambientais de trabalho dos servidores, promovendo as vistorias nos locais onde são analisados itens tais como: luminosidade, nível de ruído, ergonomia, presença de agentes ou substâncias nocivas à saúde, riscos de acidente de trabalho, além de distribuir rotineiramente EPIs visando a diminuição dos acidentes de trabalho.

Na percepção da comunidade universitária, porém, há avaliação negativa quanto ao atendimento ao PcD e também acerca das condições de segurança nos ambientes comuns e das unidades e quanto à acessibilidade.

Desde que assumiu em 2016, a atual Administração promoveu uma significativa reestruturação administrativa da UFMS; como fruto deste trabalho, ficou definido que até meados de 2018 a Coordenadoria de Assistência à Saúde, cuja instalações encontra-se em local distinto ao prédio principal da PROGEP, será agregada, possibilitando desta forma uma vivência mais próxima da realidade e dos desafios da área de Recursos Humanos e proporcionando maior unificação das ações e decisões. Dessa forma, as unidades administrativas subordinadas serão beneficiadas, pois devido a maior proximidade haverá uma significativa melhora na agilidade na tramitação dos processos.

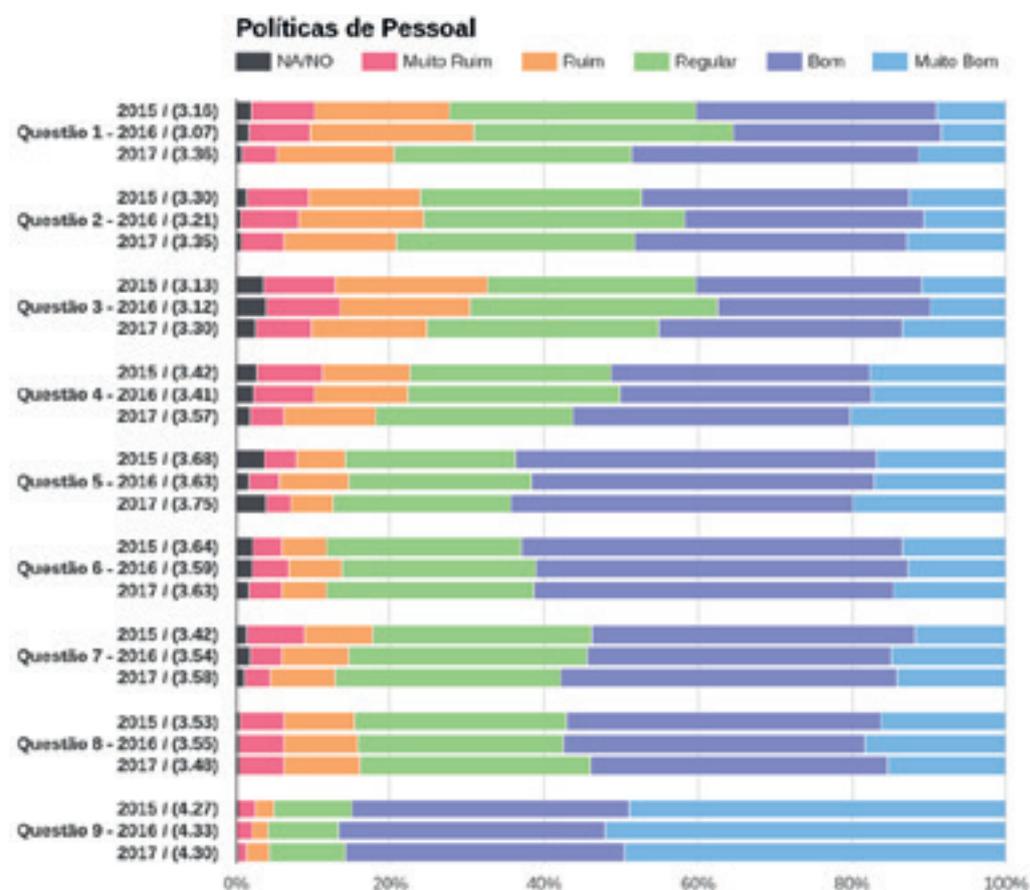
Com a reestruturação realizada e as mudanças que ainda serão feitas em 2018 a PROGEP buscará atender de forma ainda mais efetiva os servidores da UFMS objetivando que seus

servidores se sintam valorizados, desejando preparar-se e adquirir novos conhecimentos para o melhor desenvolvimento das suas atividades.

Todos estes esforços em proporcionar qualidade de vida no trabalho, minimizar os riscos e valorizar as pessoas, além dos benefícios diretos de cada ação, visam sem dúvida nenhuma proporcionar maior motivação ao servidor da UFMS, fazendo com que as pessoas trabalhem com mais alegria e entusiasmo.

No âmbito da avaliação dos segmentos da comunidade universitária, apenas os servidores técnico-administrativos avaliaram as políticas de pessoal (gráfico 30), positivamente, com média de 3,53 (regular). O indicador melhor avaliado foi “Relacionamento interpessoal com a chefia imediata” (4,33), em 2016 e o indicador pior avaliado, foi “Levantamento de necessidades de treinamento” (3,07).

Gráfico 30 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre as políticas de pessoal. 2015-2017.



Nota: Avalie em sua unidade/setor os critérios de acesso às políticas de pessoal com relação à (ao): Questão 1 - Levantamento de necessidades de treinamento; Questão 2 - Capacitação técnico-administrativa; Questão 3 - Apoio à participação em eventos; Questão 4 - Apoio à qualificação (pós-graduação, especialização, etc.); Questão 5 - Assistência à saúde do servidor; Questão 6 - Forma de avaliação de desempenho; Questão 7 - Plano de carreira e os critérios de progressão; Questão 8 - Grau de satisfação com as condições de trabalho, ambiente, recursos e outros aspectos vinculados a sua função; Questão 9 - Relacionamento interpessoal com a chefia imediata.

Seguem informações sobre a dimensão 6, organização e gestão da instituição.

3.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Neste item são apresentadas informações sobre a forma de gestão da UFMS e da organização do Sistema de Registro Acadêmico.

3.4.2.1 Política de Gestão Institucional

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como já indicado, na introdução deste relatório, tem sua gestão estabelecida por meio de seus órgãos colegiados, em cumprimento ao preceito constitucional de gestão democrática na esfera pública (BRASIL, 1988, p. 1).

A forma de composição, constituição, atribuições e funções dos colegiados, em seus diferentes níveis, é definida pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da UFMS, definidos, respectivamente, por meio da Resolução COUN n.º 35, de 13 de maio de 2011 e a Resolução COUN n.º 78, de 22 de setembro de 2011, garantindo a participação dos vários segmentos da comunidade universitária, sendo necessário inserir, em alguns casos, a participação de membros da sociedade civil organizada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instrumento principal de planejamento das ações da IES, é construído de forma participativa, sendo anualmente avaliado o que permite o realinhamento/ajuste dos objetivos e metas previstos nas áreas estratégicas do PDI.

Dentre as iniciativas de modernização da gestão cabe destacar a criação dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Especial de Avaliação (SEAVI);
- b) Agência de Desenvolvimento, tecnologia e inovação (AGINOVA) ;
- c) Pró-reitoria de Assistência ao estudante (PROAES);
- d) Secretaria especial de educação a distância e formação de professores (SEDFOR).

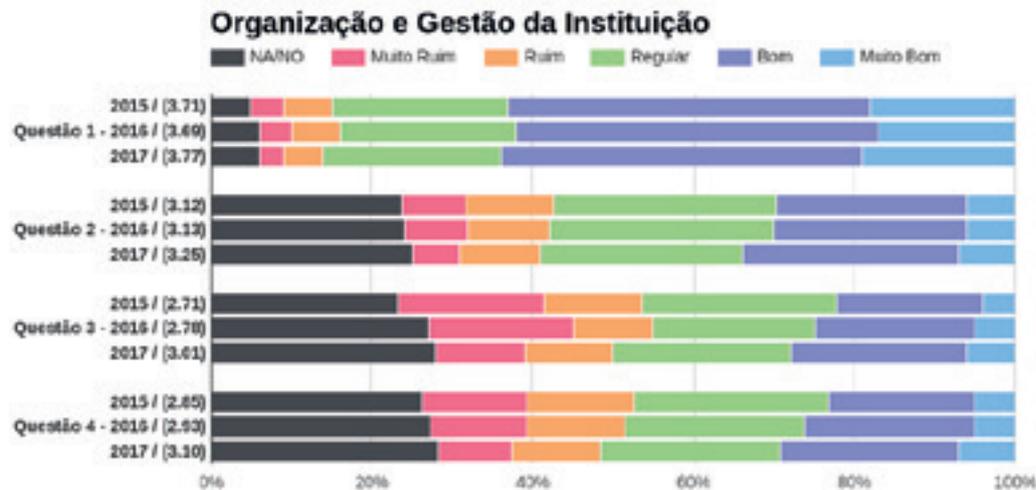
A comunidade universitária, por meio da aplicação dos questionários semestrais, avalia a alguns dos aspectos relativos à essa dimensão, com médias que ficam entre o regular e o ruim.

O segmento discente (Gráfico 31) avalia a participação em processos decisórios, no triênio, no patamar de 3,12 a 3,25, ou seja, no nível regular, com discreta melhora.

A atuação do DCE é avaliada pelos discentes no triênio, com patamar de ruim para bom, que vai de 2,71, em 2015 a 3,01, em 2017.

Quanto às “Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores”, a avaliação fica no patamar entre o ruim (2,85) em 2015 e bom (3,17) em 2017.

Gráfico 31– Média das respostas dos discentes sobre a organização e gestão da UFMS. 2015-2017.



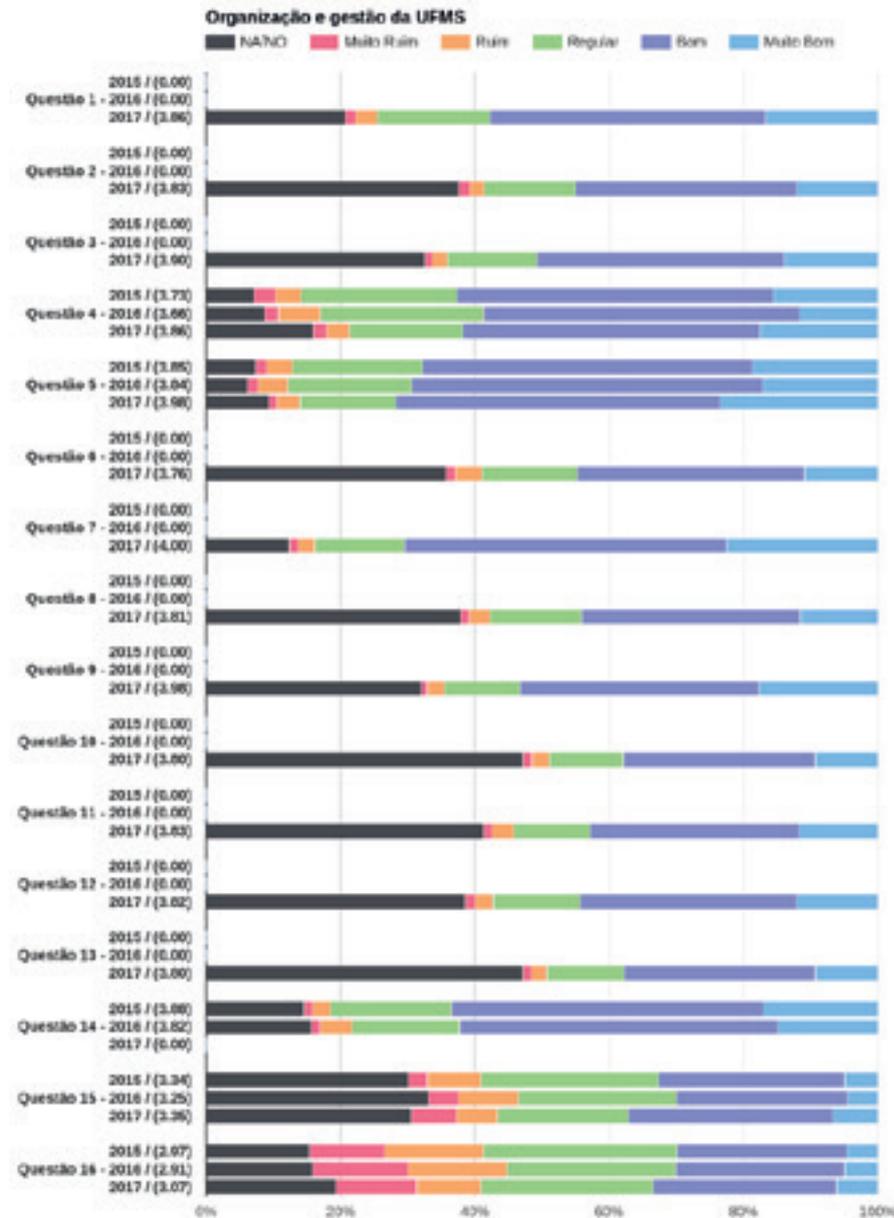
Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Atendimento prestado pelos técnicos-administrativos da sua unidade setorial acadêmica; Questão 2 - Participação em processos decisórios; Questão 3 - Atuação do DCE; Questão 4 - Melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores.

A Organização e Gestão foi avaliada, nos questionários já existentes, pelos docentes, a partir de 16 questões (Gráfico 32), sobre a Qualidade do acesso e atendimento de vários órgãos da UFMS²⁷, obtendo na média 3,68. A melhor avaliação recaiu sobre o atendimento da PROGEP (4,00) em 2017 e a pior avaliação participação em processos decisórios (2,91), em 2016. Os setores avaliados durante todo o triênio, PROPP e PROGRAD, apresentam média de avaliação no nível regular, com crescimento discreto entre 2015 e 2017.

27 Vários órgãos foram avaliados apenas em 2017, pois foram instituídos apenas nesse ano.

Gráfico 32 – Média das respostas dos docentes sobre a organização e a gestão da UFMS. 2015-2017.

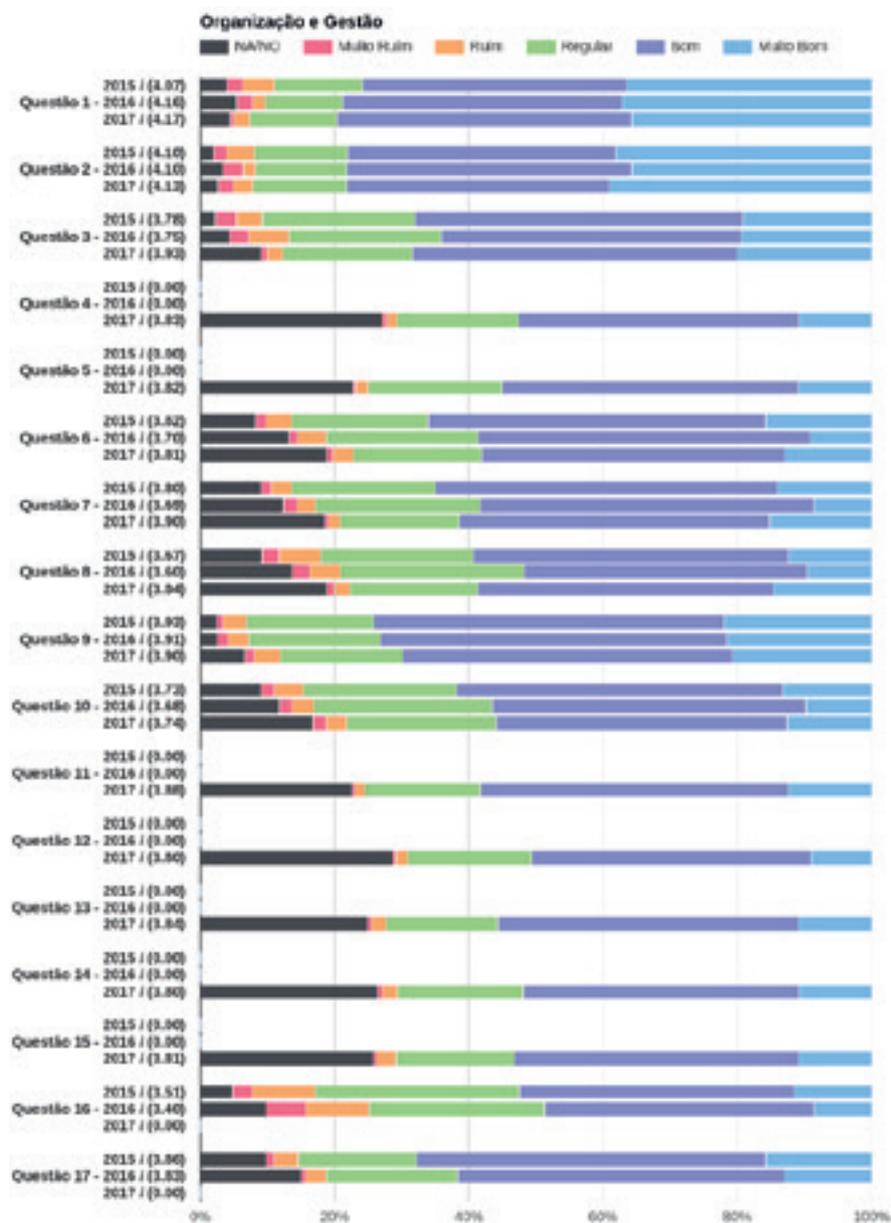


Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - Qualidade do acesso e atendimento da AGETIC; Questão 2 - Qualidade do acesso e atendimento da AGINOVA; Questão 3 - Qualidade do acesso e atendimento da PROAES; Questão 4 - Qualidade do acesso e atendimento da PROGRAD; Questão 5 - Qualidade do acesso e atendimento da PROPP; Questão 6 - Qualidade do acesso e atendimento da PROPLAN; Questão 7 - Qualidade do acesso e atendimento da PROGEP; Questão 8 - Qualidade do acesso e atendimento da PROADI; Questão 9 - Qualidade do acesso e atendimento da PROECE; Questão 10 - Qualidade do acesso e atendimento da SEAVI; Questão 11 - Qualidade do acesso e atendimento da SECOM; Questão 12 - Qualidade do acesso e atendimento da SEDFOR; Questão 13 - Qualidade do acesso e atendimento da SELOC; Questão 14 - Qualidade do acesso e atendimento da PREAE (Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis); Questão 15 - Melhorias a partir das autoavaliações anteriores; Questão 16 - Participação em processos decisórios?

Os servidores técnico-administrativos avaliaram a organização e gestão da UFMS, por meio de 17 questões (Gráfico 33), com média de 3,84, no patamar de ruim ,para bom. Os indicadores melhor avaliados foi a coordenação administrativa de sua unidade em 2017 (4,17) e o pior avaliado é o PROINFA (3,04), em 2016. Observa-se que os instrumentos de autoavaliação não apresentam para esse segmento a avaliação da participação em processos decisórios, algo que será revisto no ciclo avaliativo posterior.

Gráfico 33 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a Organização e Gestão da UFMS. 2015-2017.

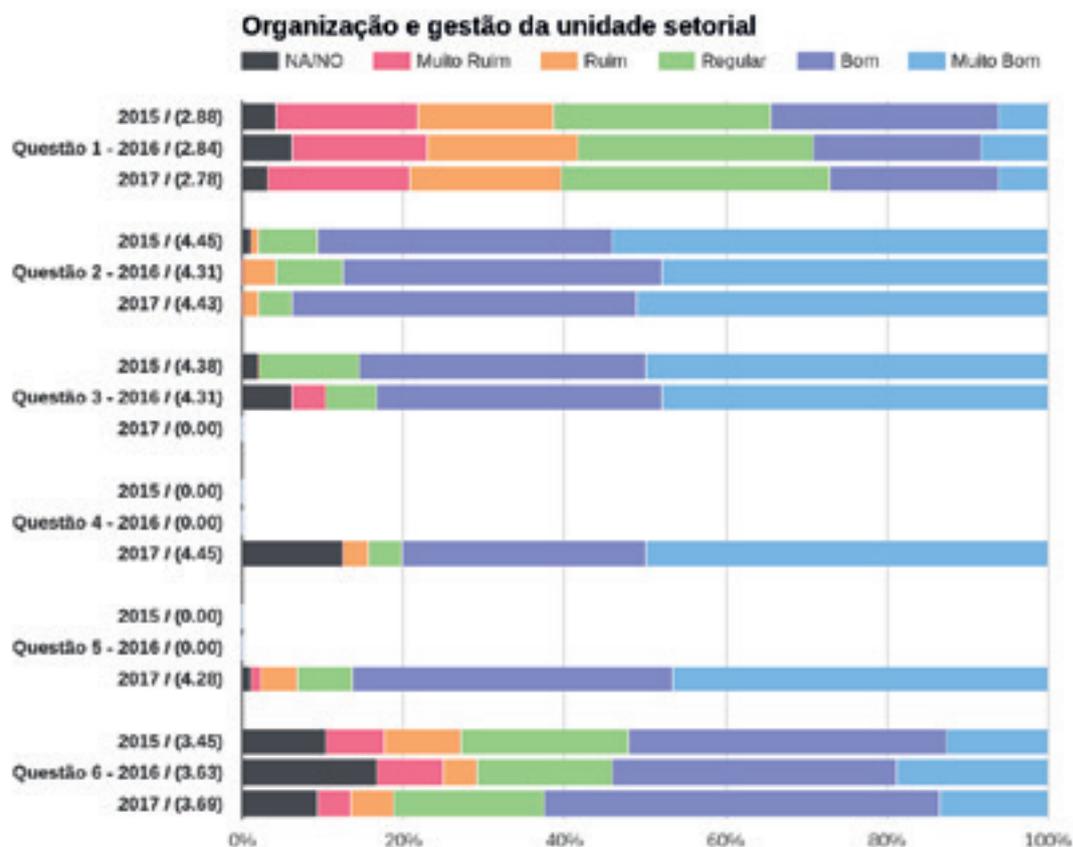


Fonte: Agetic (2017)

Nota: Questão 1 - Coordenação Administrativa de sua unidade; Questão 2 - Direção da sua unidade; Questão 3 - AGETIC; Questão 4 - AGINOVA; Questão 5 - PROAES; Questão 6 - PROGRAD; Questão 7 - PROPP; Questão 8 - PROPLAN; Questão 9 - PROGEP; Questão 10 - PROADI; Questão 11 - PROECE; Questão 12 - SEAVI; Questão 13 - SECOM; Questão 14 - SEDFOR; Questão 15 - SELOC; Questão 16 - PROINFRA; Questão 17 - PREAE.

A organização e gestão da unidade setorial, foi avaliada pelos Coordenadores de Curso, por meio de 6 questões (Gráfico 34), com média 3,84 (regular), com destaque negativo para o indicador “Treinamento/orientação recebido quanto às responsabilidades e às atividades a serem desenvolvidas na função de coordenador”, com média 2,83 (ruim). Observa-se que alguns itens existentes na IES não foram avaliados pelos coordenadores.

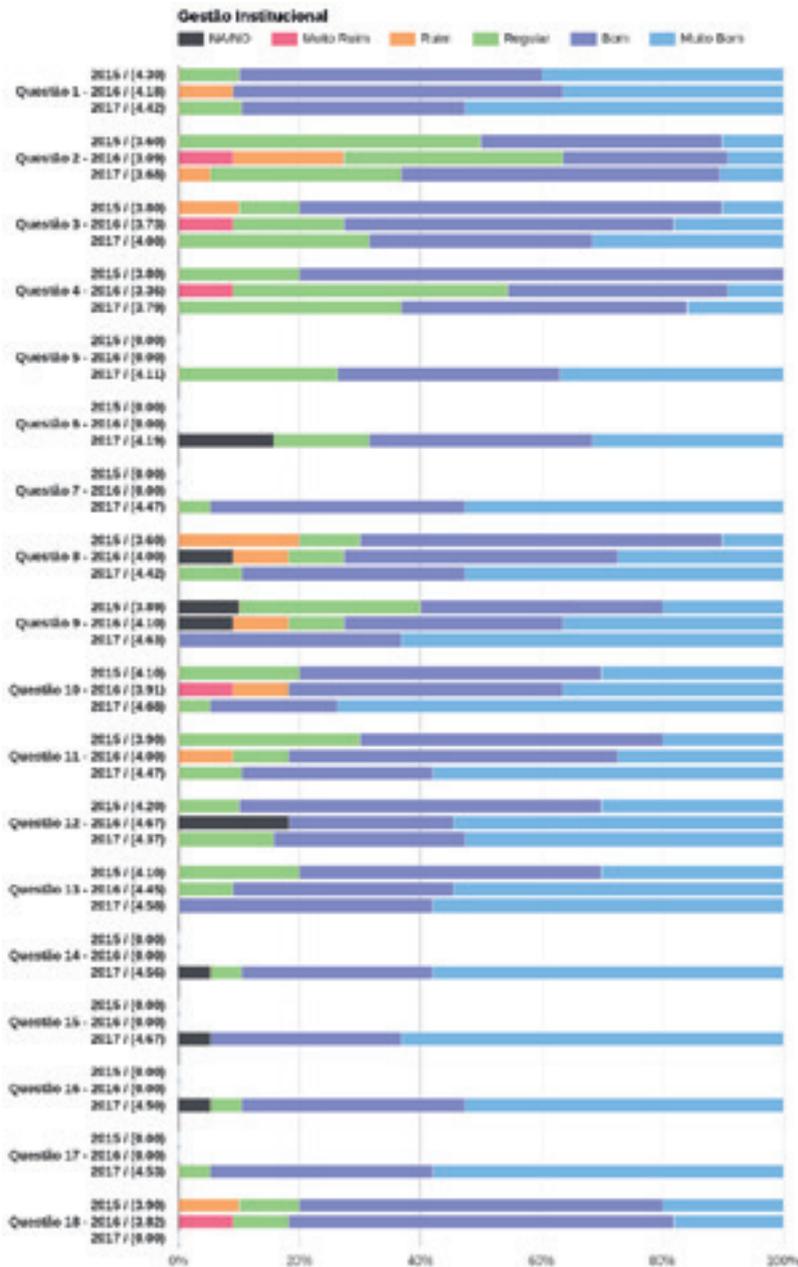
Gráfico 34 – Média das respostas dos Coordenadores de Curso de Graduação sobre a Organização e Gestão da Unidade Setorial. 2015-2017.



Nota: Como você avalia as condições de oferecimento do curso relativo à organização e gestão da unidade setorial: Questão 1 - Treinamento/orientação recebido quanto às responsabilidades e às atividades a serem desenvolvidas na função de coordenador; Questão 2 - Qualidade do atendimento da SECAC (Secretaria Acadêmica); Questão 3 - Auxílio da COAC (Coordenação de Gestão Acadêmica), quando houver; Questão 4 - Auxílio da SAP (Secretaria de Apoio Pedagógico); Questão 5 - Qualidade do atendimento e a disponibilidade de pessoal de apoio nos laboratórios. Questão 6 – Qualidade do atendimento e a disponibilidade de pessoal e de apoio nos laboratórios.

A gestão institucional foi avaliada pelos diretores de unidade setorial, por meio de 18 questões (Gráfico 35), com média 4,13, ou seja, avaliação no patamar bom. Observa-se que alguns órgãos só foram avaliados em 2017, em função da sua criação ter ocorrido neste ano, após reestruturação organizacional.

Gráfico 35– Média das respostas dos Diretores de Unidade Setorial, sobre a Organização e Gestão da UFMS. 2015-2017.



Fonte: Agetic (2017)

Nota: Como você avalia os órgãos da Administração Central da UFMS com relação à qualidade do(a): Questão 1 - Acesso aos órgãos da Administração Central (reitoria e pró-reitorias); Questão 2 - Atendimento às solicitações de materiais e serviços necessários ao desenvolvimento dos cursos de sua unidade setorial; Questão 3 - Agilidade dos órgãos da Administração Central no retorno às solicitações, sejam elas positivas ou não; Questão 4 - Atendimento ao plano de investimentos para o desenvolvimento dos cursos; Questão 5 - Qualidade do acesso e atendimento da AGETIC; Questão 6 - Qualidade do acesso e atendimento da AGINOVA; Questão 7 - Qualidade do acesso e atendimento da PROAES; Questão 8 - Qualidade do acesso e atendimento da PROGRAD; Questão 9 - Qualidade do acesso e atendimento da PROPP; Questão 10 - Qualidade do acesso e atendimento da PROPLAN; Questão 11 - Qualidade do acesso e atendimento da PROGEP; Questão 12 - Qualidade do acesso e atendimento da PROADI; Questão 13 - Qualidade do acesso e atendimento da PROECE; Questão 14 - Qualidade do acesso e atendimento da SEAVI; Questão 15 - Qualidade do acesso e atendimento da SECOM; Questão 16 - Qualidade do acesso e atendimento da SEDFOR; Questão 17 - Qualidade do acesso e atendimento da SELOC; Questão 18 - Atendimento e atuação dos órgãos de assessoramento e de apoio vinculados à Reitoria.

Na parte qualitativa dos questionários destacam-se como fragilidades:

- a) Autoritarismo nos processos decisórios;
- b) Falta de transparência na gestão;
- c) Pouco planejamento.

São citadas como potencialidades:

- a) Gestão participativa;
- b) Apoio institucional;
- c) Constituição de novas unidades administrativas;

3.4.2.2 Sistema de Registro Acadêmico

Os Sistemas de Registro Acadêmico da UFMS são criados e atualizados pela AGETIC.

A Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) é o órgão vinculado diretamente a Reitoria que é responsável pela coordenação, orientação, supervisão, execução e controle das atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Universidade. A Agetic também é responsável pela coordenação das atividades de TIC nas unidades, mesmo não havendo subordinação administrativa.

A Figura 7 mostra como a AGETIC está organizada internamente.

Figura 7. Estrutura Organizacional – Agetic.



Fonte: Site UFMS. (<https://www.ufms.br/universidade/organograma/>).

Como podemos observar, na Figura 7, a Agetic é composta por duas Coordenadorias, a Coordenadoria de Gestão de Sistemas (CGS) e a Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura de Tecnologia da Informação (CST). A CGS é formada pela Divisão de Desenvolvimento de Software (DIDS) e pela Divisão de Gestão e Processos de Tecnologia da Informação (DIGT). A CST, por sua vez, é composta pela Divisão de Manutenção (DIMA), Divisão de Suporte ao Cliente (DISC) e Divisão de Gerenciamento e Infraestrutura de Tecnologia da Informação (DIGIN).

O gerenciamento de serviços de TI é realizado pela Agetic que atua em três principais áreas:

- Suporte ao cliente: nesta área são gerenciados os chamados que são realizados por meio do sistema OTRS (Open Technology Real Services). O chamado é realizado por meio do OTRS e a Divisão de Suporte ao Cliente redireciona o chamado para área correta.
- Infraestrutura e gerência de TIC: esta área é responsável pelo gerenciamento dos servidores e de infraestrutura de comunicação da UFMS. A maioria dos serviços de TI desta área é realizado baseando-se no PDTIC. Entretanto, alguns atendimentos aos usuários finais são realizados por meio do OTRS.
- Desenvolvimento de software: os serviços mais simples como mudança de senha, cadastro de usuários é realizado por meio do OTRS. A manutenção e desenvolvimento de software são realizados de acordo com as demandas do PDTIC. O desenvolvimento de software segue o modelo MPS-BR.

No desenvolvimento de software, não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na unidade. Apesar disso, a Agetic conta com um portfólio de mais de 40 sistemas institucionais, no Quadro 28 consta a relação dos principais sistemas, entre os quais o SISCAD e SIGPÓS relativos ao Sistema de Registro Acadêmico da UFMS.

Quadro 28 – Principais sistemas desenvolvidos pela AGETIC.

Sigla	Descrição
SISCAD	O Sistema Acadêmico de Graduação visa auxiliar docentes e discentes da instituição no gerenciamento e consulta de informações relacionadas a disciplinas. Principais funcionalidades: Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de Notas; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais
SIGPÓS	O Sistema de Controle da Pós-Graduação visa a gestão e controle dos dados de pós-graduação da UFMS. Principais funcionalidades: Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais
SGP	O Sistema de Gestão de Pessoal tem por objetivo integrar as coordenações da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho, disponibilizando de forma on-line informações de todos os servidores da UFMS. Principais funcionalidades: Gestão de Pessoas e geração de relatórios.
SEI	O SEI – Sistema Eletrônico de Informações para gestão de processos eletrônicos foi implantado na UFMS proporcionando maior rapidez e economia no tratamento dos processos da UFMS. Deste modo, seu objetivo é controlar a criação e tramites de processos, permitindo a redução do consumo de papel e agilizando o tempo de tramite dos processos da UFMS.
PATRIMÔNIO	O Sistema de Patrimônio e manter a relação de patrimônios que a universidade adquire, bem como os seus valores e depreciações, administrar inventários e realizar incorporações. Principais funcionalidades: Gestão Patrimonial; Emissão de Termo de Responsabilidade; Transferência de bens; Depreciação; Incorporações; Rastreamentos; e Relatórios Gerenciais
COMPRAS	O Sistema de Compras visa permitir o registro todos os processos de compra, que inclui a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, bem como a contratação de serviços. Principais funcionalidades: Manter Itens de Material e Serviço do Catálogo; Importar dados de Material do CATMAT; Requisitar Inclusão de Itens no Catálogo pela Lotação; Incluir Licitação no ComprasNet via Integração; Cadastrar Pré-Empenho; dentre outros
RMO	O Sistemas de Registro Mensal de Ocorrências foi concebido com o objetivo de atender a necessidade de registrar as frequências, atrasos, horas extras e adicionais noturnos dos servidores da UFMS. Principais funcionalidades: Impressão de Folhas de Frequência; Solicitação; Autorização de Horas Extras; Lançamento de Ocorrências; Relatório Mensal de Ocorrências; Recebimento de Folhas; Exportação para o SIAPE
GRU-UFMS	O Sistema de Gerenciamento de GRUs é oferece funcionalidades para configuração, registro, emissão e gestão das guias recolhidas. Principais Funcionalidades: Registra recolhimento; Registrar Guia; Emitir GRU; Importa arquivos de retorno Banco do Brasil; Importa arquivos de retorno SIAFI; Relatórios Gerenciais;

BSE	O Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico permite dar publicidade à seus atos administrativos, controlando as publicações oficiais. Principais Funcionalidades: Template de documentos oficiais; Geração de Boletim de Serviço; Busca otimizada nos documentos; Envio de e-mail; Área pública de pesquisa; Gerenciamento de publicação de documentos.
SIPAS	O Sistema de Controle do Plano de Saúde visa realizar o controlar os serviços oferecidos pelo Plano de Saúde oferecido pela UFMS. Principais Funcionalidades: Lançamento de guias; Faturamento de guias; Gestor de prestadores; Gestor de beneficiários; Gestor de procedimentos e outras despesas;
REGGIO	O Sistema de Gestão de Restaurante Universitário realiza o controle de consumo dos alunos que possuem desconto no Restaurante Universitário da UFMS. Principais Funcionalidades: Cadastro de acadêmico bolsista; Cadastro de categorias de desconto; Relatórios gerenciais; Ativação do consumo via CPF e Senha;

Fonte: AGETIC (2017).

Os projetos na área de Desenvolvimento de Sistemas na UFMS são caracterizados pela utilização do modelo de melhoria de processos MPS.BR do nível G, apesar da certificação ser adquirida no ano de 2016, os projetos desde 2013 já estavam passando por melhorias de gerenciamento. O Quadro 29 relação dos principais projetos executados entre 2015 e 2017.

Quadro 29 - Relação dos principais projetos executados. 2015-2017.

Projetos	Resultados Esperados	Alinhamento com o PDTIC	Prazos
SISPADO	Automatizar o processo de controle de atividades docentes	Meta prevista	Set/2015
Seleção	melhoria na etapa de processo seletivo de bolsistas da UFMS	Meta prevista	Mar/2015
RegDoc	adequação do sistema para atender às diretrizes do NUP.	Meta prevista	Nov/2015
Contratos	Melhoria no gerenciamento dos contratos da UFMS	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Out/2016
SISCAD - PPC	Inclusão do registro de Projetos Pedagógicos de Cursos no Siscad.	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Set/2016
SigPOS	Melhorias na interface e novas funcionalidades do Sistema de Pósgraduação Desenvolvimento	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Em Andamento
Certificação no Nível G do MPS-SW	Melhorar o processo de desenvolvimento de software da UFMS	Meta prevista	Set/2016
CKAN – DADOS ABERTOS	Proporciona a abertura de dados na UFMS. Foram disponibilizados dados da Graduação, Pós-Graduação e Servidores para toda a comunidade interna e externa da UFMS.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Jul/2017
SEI	Sistema Eletrônico de Informações para gestão de processos eletrônicos foi implantado na UFMS proporcionando maior rapidez e economia no tratamento dos processos da UFMS.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Ago/2017

Qlik View	A ferramenta Qlik View que é uma solução de Business Intelligence - BI vem sendo utilizada para criação de relatórios com dados da Graduação, Pós-Graduação e Servidores. Esses relatórios têm o objetivo de auxiliar a tomada de decisão da alta gestão.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Jul/2017
Portal do Ingresso	Facilitou gestão dos processos seletivos e para confirmação de dados pessoais dos ingressantes dos cursos de graduação da UFMS. Informatizando o envio de documentos e facilitando a classificação dos ingressantes.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Abr/2017
SICERT	Melhorar a emissão de certificados para participação de projetos de extensão.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Fev/2018
Aplicativo de Inventário	Aplicativo ANDROID que possibilita a leitura de códigos de barras de patrimônios para a realização do inventário.	Implantar e/ou aperfeiçoar sistemas de informação institucionais.	Out/2017

Fonte: AGETIC (2017).

Dentre as iniciativas de modernização da gestão, merece destaque a criação a partir de 01 de agosto de 2017, do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), sistema de tramitação eletrônica de processos administrativos adotado pelo PEN (Processo Eletrônico Nacional).

O PEN foi uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a elaboração de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico.

O SEI foi desenvolvido e cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e vem sendo implantado com sucesso em diversos órgãos públicos.

Considerando que se trata de uma evolução da tramitação manual para eletrônica, o SEI apresenta diversos benefícios, sendo os principais: redução do consumo de papel (prática sustentável); maior agilidade na tramitação dos processos; mais segurança, mais transparência entre outros.

Na UFMS, a estratégia de implantação foi ousada e ocorreu a mudança em toda a instituição em uma fase. Para que isso pudesse ocorrer, foi promovida uma série de treinamentos e uma força tarefa foi montada para realização da análise dos processos e o devido mapeamento de como eles seriam executados no SEI. Para processos críticos, fluxos alternativos foram pensados caso a ferramenta ficasse indisponível. Em 2017 100% dos processos foram atendidos pelo SEI.

Com a implantação do SEI, os processos acadêmicos foram revistos e um formulário online foi desenvolvido para atender todos os requerimentos acadêmicos. Agora, todas as solicitações são online, desde a carteirinha da biblioteca até solicitação de segunda via de diploma.

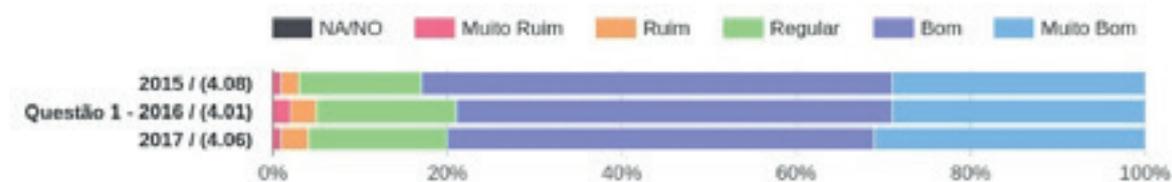
Considerando o serviço de registro acadêmico, a UFMS utiliza o SISCAD (Sistema Acadêmico de Graduação). O sistema tem como objetivo auxiliar docentes e discentes da instituição no gerenciamento e consulta de informações relacionadas aos cursos. As principais funcionalidades são: Gestão de informação do acadêmico; Gestão de dados do curso; Gestão de ingresso de aluno; Gestão de avaliações das disciplinas; Gestão de matrícula; Emissão de relatórios gerenciais. Em 2017 houve a evolução do Sistema para permitir a impressão de docu-

mentos online, realização da matrícula on-line e melhoria na interface. As principais tecnologias envolvidas no desenvolvimento do SISCAD são PHP e PosgreSQL.

3.4.2.3 Percepção da comunidade universitária sobre o Sistema de Registro Acadêmico

Os discentes avaliaram o Siscad, no triênio, com predomínio dos conceitos muito bom e bom (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Avaliação dos discentes quanto ao sistema acadêmico (SISCAD) . 2015-2017.



Observa-se ao longo do triênio, que não houve mudanças significativas nas escalas avaliativas, mas há uma sutil melhora no item muito bom e diminuição bom.

Os demais segmentos não avaliaram o Sistema de Registro Acadêmico, algo que será revisto no próximo ciclo avaliativo.

Seguem informações sobre a sustentabilidade financeira.

3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade financeira

Nesta dimensão serão apresentadas informações sobre a gestão Orçamentária e Financeira da UFMS, no triênio em pauta. A execução financeira dos recursos da UAB, como não está agregada à matriz orçamentária da UFMS, será exposta separadamente.

3.4.3.1 Políticas de Gestão

No direito brasileiro, a questão da autonomia universitária é contemplada sob um caráter abrangente, pois, todos os aspectos que regem uma instituição pública de ensino superior são contemplados como um conjunto próprio à natureza organizacional. Com efeito, o artigo 207, da Carta Magna, confia às universidades o direito de gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Muito embora o texto legal, além da autonomia, também preveja para o Estado uma obrigação de cobrir as despesas para o funcionamento/investimento das universidades públicas, estas, por sua vez, devem obedecer às disposições do artigo 206, que trata dos princípios educacionais; portanto, a autonomia universitária é sempre relativa e deve ser consubstanciada no reconhecimento da sua capacidade de reger-se por suas próprias normas no cumprimento das finalidades sociais para as quais foi destinada.

Desta forma, a garantia de repasses orçamentários e a autonomia em administrá-los não têm se mostrado suficientes para que uma universidade consiga realizar com eficiência as suas obrigações institucionais, pelo que, uma gestão universitária competente requer pressupostos que estão mais relacionados à postura e as habilidades dos gestores público do que

propriamente os abrigos legais. Nesse sentido, a gestão dos recursos orçamentários tem adquirindo novas aplicações na administração pública; atualmente, gerir tais recursos exige uma visão de conjunto de toda a instituição e não apenas da situação contábil; é incontroversa a necessidade de analisar as metas de desenvolvimento institucional para que os recursos orçamentários possam efetivamente ser administrados com racionalidade, eficácia e transparência.

Na nova dinâmica de atuação dos entes públicos, a gestão orçamentária e financeira não é mais só um imperativo da contabilidade organizacional e da sua respectiva conformidade formal-legal; ela repercute a capacidade de gerenciar recursos com competência e habilidades singulares para a concretização das propostas de desenvolvimento institucional. Efetivamente, a missão, a visão e os valores institucionais estão sobremaneira relacionados a todos esses referentes.

Estamos conscientes de que administrar um orçamento com dinamismo, proatividade e coerência é um desafio considerável, entretanto, os esforços continuarão sendo envidados para impedir que a improvisação e o julgamento particular sejam atributos elementares ao planejamento orçamentário da UFMS. Respaladas nos princípios ora expostos, as políticas que direcionaram a gestão orçamentária e financeira evidenciaram o alinhamento do orçamento com o planejamento estratégico, pois grande parte das metas pactuadas no PDI 2015-2019 foram realizadas com êxito²⁸, o que reforçou o papel da gestão universitária que a UFMS está empreendendo para além dos formalismos.

3.4.3.2 Gestão Orçamentária

A proposta orçamentária da UFMS é elaborada com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), através do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC), compreendendo as seguintes fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional, repassados diretamente pelo Ministério da Educação; convênios e receita própria. Ressaltando que, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades, previstas na LOA.

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional têm como parâmetro a produtividade, que determina o percentual de recursos a ser transferido para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Anualmente, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior (SPO/MEC) divulga o Limite Orçamentário que se constitui em teto orçamentário para os gastos, e estabelece um prazo para que as IFES apresentem a Proposta Orçamentária para a aplicação dos recursos orçamentários.

A distribuição dos recursos de OCC obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de "Matriz Andifes", atualmente denominada "Matriz OCC". Nela são determinados os critérios para a distribuição entre as IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição, no que se refere ao número de alunos matriculados, formados e titulados. Atualmente a referida matriz se encontra regu-

28 Para informações mais detalhadas consultar os Relatórios de Avaliação do PDI 2015-2019 no sítio eletrônico: <https://proplan.ufms.br/2016/08/01/relatorio-de-avaliacao-pdi-2015-2019>.

lamentada pelo artigo 4º, Decreto no 7.233, de 19/07/2010. E adota os seguintes critérios para distribuição dos recursos:

- a) o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- b) a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- c) a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- d) o número de registro e comercialização de patentes;
- e) a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- f) os resultados da avaliação pelo SINAES;
- g) a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela CAPES; e
- h) a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

A receita própria provém dos recursos diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, arrecadação de taxas, emolumentos, pela utilização da infraestrutura universitária e demais arrecadações inerentes à área de atuação da Universidade, que financiam as atividades da UFMS ou remuneram a utilização da sua imagem e infraestrutura. Além da alienação de veículos e de material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e serviços administrativos.

A Tabela 88 apresenta a evolução orçamentária da Instituição no triênio.

Tabela 88 - Evolução orçamentária da UFMS. 2015-2017.

Componentes	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	Acumulado Triênio (R\$)	VPP (%)
Tesouro (LOA)	735.391.360	753.763.620	797.555.692	2.286.710.672	8,45
Receita Própria	21.590.145	26.069.292	26.201.243	73.860.680	21,36
Total	756.981.505	779.832.912	817.656.935	2.354.471.352	9%

Legenda: LOA (Lei Orçamentária Anual); VPP (Variação Percentual do Período).
Fonte: Proplan (2017)

Conforme os dados indicados na Tabela 89, verifica-se que as transferências orçamentárias destinadas pelo governo federal à UFMS apresentaram uma variação positiva de 8,45%, entre 2015 a 2017. Considerando apenas o ano imediatamente anterior a 2017, as transferências cresceram 21,36%. Os resultados observados evidenciam os contingenciamentos de limites orçamentários adotados pelo governo, ao longo do período em análise, pois, em triênios passados as variações foram mais significativas. Ademais, o governo continuou dimensionando a proposta orçamentária de 2017 com base na programação orçamentária do exercício anterior; dessa forma, coube à UFMS alinhar os recursos disponibilizados às suas propostas de desenvolvimento, no âmbito do PDI 2015-2019, que está sendo realinhado anualmente.

No que respeita à geração de receita própria, observa-se uma variação positiva de 21,36% na série temporal, contudo, a sua representatividade como componente do orçamento global é bastante modesta, pois equivale a apenas 3% deste, seja na série temporal, seja no ano de 2017. Os resultados evidenciados na série indicam que a universidade poderia avançar

em ações, políticas e/ou programas institucionais para autofinanciamento, em razão de que a UFMS possui infraestrutura e reputação favoráveis à diversificação das suas fontes orçamentárias. Por outro lado, é necessário que os instrumentos legais para o estabelecimento de parcerias institucionais, seja na esfera pública ou privada, em vez de causar obstruções pela falta de clareza ou pela inexistência em si, possam viabilizar as condições para diversificar os componentes orçamentários.

Considerando o orçamento global, o qual corresponde à soma dos valores de todos os componentes orçamentários, observa-se uma variação positiva de 9% na série temporal analisada; apesar de modesto o acréscimo, considerando sobretudo as expansões na infraestrutura, a UFMS não deixou de cumprir o seu papel como entidade pública de significativo retorno social.

Observa-se, enquanto fragilidade o contingenciamento orçamentário dos recursos do MEC, e como ação corretiva da IES, a tentativa de ampliação das receitas próprias e o realinhamento anual do PDI para adequação a tais limitações, com destaque para a redução dos valores dos contratos continuados (contas de água, energia, limpeza, segurança, entre outros), por meio da melhoria da gestão das unidades setoriais.

3.4.3.3 Gestão da Execução Financeira

A função social das instituições de ensino público requer estruturas e processos organizacionais dinâmicos e eficientes. Um dos processos que merece atenção especial é a gestão financeira, haja vista que se constitui em um processo, sem exclusividade de área, pois todas as diversas unidades organizacionais acabam se envolvendo, direta ou indiretamente, com a sistemática financeira. Ademais, se bem conduzida, a gestão financeira tem potencial suficiente para melhorar a eficácia organizacional.

A administração da execução financeira exerce um papel central para a gestão universitária. Executar adequadamente o orçamento disponível à organização, não reflete apenas uma habilidade contábil ou um ajustamento legal; os seus desdobramentos vão bem mais adiante. A utilização plena dos recursos consignados no orçamento, pela Lei Orçamentária Anual (LOA), editada pelo Governo Federal, é uma interface da capacidade de planejamento e de realização institucional porque a programação das despesas traz em seu bojo esses aspectos.

Expressão inequívoca de sua importância é a indissociabilidade entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o orçamento. Com efeito, o planejamento estratégico, e todos os programas e as metas de desenvolvimento institucional nele pactuados, materializam-se por meio das disponibilidades financeiras e, inversamente, a execução do orçamento se realiza através da utilização desses recursos, quando dos desembolsos efetivados para concretizar os programas e as metas em referência.

O processo de gestão da execução financeira das IFES exige muitas ações para que seja executado em alta performance. Elas se originam das despesas demandadas de cada unidade setorial, acadêmica ou administrativa, e convergem para as principais etapas da execução financeira, quais sejam, o empenho, a liquidação e o pagamento.

Para que esse fluxo de ações ocorra satisfatoriamente é necessário que os procedimentos aí imanentes respondam às exigências de dinamicidade e de eficiência presentes no processo de execução financeira; sendo necessário, portanto, investir em mais análises acerca da objetividade e da efetividade dos procedimentos que ensejam o fluxo da execução em referência. Outrossim, é sempre proveitoso investigar os obstáculos reais e potenciais que possam obstar a consolidação da soberania institucional. A consolidação dos dados da execução financeira consta na Tabela 89.

Tabela 89 - Execução financeira da UFMS. 2015-2017.

Execução Financeira Exercício 2015				
Grupo de despesa	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	RP (R\$)	PLVE (%)
Despesas Correntes				
Pessoal	453.356.099	453.356.099	0,00	100
Outras despesas correntes	105.977.047	92.939.811	13.037.236	88
Subtotal	559.333.146	546.295.910	13.037.236	98
Despesas de Capital				
Obras e instalações	12.748.463	1.834.210	10.914.253	14
Equipamentos e material permanente	6.484.355	645.250	5.839.104	10
Outros serviços de terceiros - PJ	32.463	20.718	11.745	64
Outras despesas de capital	88.915	88.915	0,00	100
Subtotal	19.354.196	2.589.093	16.765.103	13
Total	578.687.342	548.885.003	29.802.339	95
Execução Financeira Exercício 2016				
Grupo de despesa	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	RP (R\$)	PLVE (%)
Despesas Correntes				
Pessoal	576.162.994	576.162.994	0,00	100
Outras despesas correntes	135.741.711	122.334.374	13.407.335	90
Subtotal	711.904.705	698.497.368	13.407.335	98
Despesas de Capital				
Obras e instalações	8.367.326	3.107.306	5.260.019	38
Equipamentos e material permanente	14.231.532	2.084.900	12.146.632	15
Outros serviços de terceiros - PJ	159.471	17.721	141.750	11
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	-
Subtotal	22.758.329	5.209.927	17.548.401	23
Total	734.663.034	703.707.295	30.955.736	96
Execução Financeira Exercício 2017				
Grupo de despesa	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	RP (R\$)	PLVE (%)
Despesas Correntes				
Pessoal	649.360.714	649.360.714	0,00	100
Outras despesas correntes	145.862.818	125.199.550	20.663.268	86
Subtotal	795.223.532	774.560.264	20.663.268	86
Despesas de Capital				
Obras e instalações	4.694.547	397.417	4.297.129	8,46
Equipamentos e material permanente	9.099.294	3.098.471	6.000.822	34
Outros serviços de terceiros - PJ	620.939	9.500	611.439	1,5
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	14.414.780	3.505.388	10.909.390	24
Total	809.638.312	778.065.652	31.572.658	96

Fonte: PROPLAN (2017).

Legenda: RP (Restos a Pagar não Processados); PJ (Pessoa Jurídica); PLVE (Percentual de Liquidação do Valor Empenhado).

A execução do orçamento disponibilizado à UFMS no exercício de 2017 correspondeu a 96%. Desagregando os elementos de despesa, o nível de execução orçamentária financeira das despesas obrigatórias de caráter continuado (derivada de normativa que fixa para o ente público a obrigação de sua execução a período determinado), a saber, Despesas com Pessoal, eleva sobremaneira o percentual de liquidação dos valores totais empenhados. Nesse sentido, esse elemento de despesa apresentou um percentual de 100%, ao passo que todas as Despesas de Capital apresentaram um modesto percentual de execução financeira (24%), muito embora, comparando o percentual com o dos exercícios anteriores, houve uma melhora. Considerando o período em análise, verifica-se que nos demais exercícios a situação é semelhante, ou seja, as Despesas Correntes com inscrição em Restos a Pagar de menor vulto, e, as despesas de capital apresentaram valores de maior vulto, nesses termos.

Cumprir enfatizar que a análise ora apresentada, inobserva as particularidades que podem acarretar alguma implicância no desempenho da execução financeira de cada elemento do grupo Despesas de Capital; não obstante, os percentuais de execução podem subsidiar análises mais aprofundadas sobre a gestão financeira em todos os seus estágios. Com efeito, por esses percentuais é possível refletir acerca da lógica e da eficácia dos processos inerentes à gestão financeira, contemplando em seu bojo a suficiência e a qualidade dos recursos nela empreendidos. Por fim, considerando que as despesas de capital são as que promovem a expansão do patrimônio institucional, viabilizando, doravante, o cumprimento das suas obrigações legais, esse grupo de despesa exige um conjunto processual pautado no alinhamento das atividades relacionadas com o planejamento e a alocação dos recursos orçamentários. Pelo que, sem uma conexão coerente entre todos os estágios da execução financeira, a fim de acompanhar sua efetiva execução, etapa a etapa, não há muito o que esperar em termos de eficiência e efetividade da gestão orçamentária e financeira.

O sistema de financiamento das IES brasileiras assegura, anualmente, recursos para a sua manutenção e o seu desenvolvimento; com repasses orçamentários garantidos e abrigados em lei, as IES podem usufruir de relativa segurança e autonomia financeira na gestão das suas atividades. Mas a questão que deve ser colocada em foco, para repensar a gestão universitária, e sobretudo a financeira, é o nível de investimento público nos serviços de educação superior. Com o atual padrão de transferências orçamentárias às IES, que, por oportuno, representou o menor valor desde 2012 (ANDIFES, 2017), e com a notória dependência destes recursos para financiar seus custos de operação e de desenvolvimento, estas instituições devem buscar a melhor maneira de utilizar o orçamento em disponibilidade.

Para além desses pressupostos, a gestão dos fluxos monetários é vital, não apenas para o cumprimento dos objetivos e metas institucionais, pactuados tanto no contexto do PDI quanto do Plano Nacional de Educação (este, mesmo até 2020), mas destacadamente para as liberações orçamentárias futuras, pelo que, sem uma estrutura procedimental em que seja viável confrontar a programação das despesas, fundamentalmente os estágios “empenhos” e “pagamentos”, a própria instituição não consegue determinar se o orçamento que lhe é destinado é efetivamente suficiente ou insuficiente para suportar as suas necessidades de manutenção e crescimento, e, dessa maneira, poder demonstrar, quando for o caso, a necessidade de suprimimentos ou de ampliação orçamentária.

Considerando os dados apresentado nas tabelas 89 e 90, em que se é possível visualizar a evolução da gestão orçamentária e financeira na UFMS, no triênio de 2015 a 2017, no exercício de 2017, observa-se que a empregabilidade do orçamento correspondeu em alta medida ao planejamento das metas de desenvolvimento institucional, uma vez que essas vinculam-se às respectivas ações orçamentárias; ao passo que a execução seguinte ao empenho

dos recursos, ou seja, a plena utilização dos investimentos em favor da instituição, merece uma análise mais ampla e sistemática para identificar os pontos de vulnerabilidade que, possivelmente estejam colocando a gestão financeira em uma situação de limite prudencial em termos de eficácia e eficiência.

Nesse sentido, em virtude da relevância do processo de gestão financeira na administração pública, seja como uma obrigação legal, perante órgãos externos de controle, seja como um imperativo para a produção de resultados, cumpre às IES desenvolver uma rede de apoio e de informações consistente para embasar a tomada de decisão, etapa a etapa, do estágio da execução financeira, para assim dotar a instituição de condições para realizar a sua função social, hoje e sempre.

3.4.3.4 Execução Financeira dos Cursos da UAB

A Educação a Distância na UFMS é custeada pela CAPES por meio de Editais, para oferta de cursos superiores e de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para tanto são concedidos fomentos para custeio às unidades institucionais dedicadas à oferta de cursos no âmbito do Sistema UAB, tanto para bolsas quanto para as linhas de ação e as categorias que se seguem: Acompanhamento de Polos e Cursos; Apoio Acadêmico aos Cursos; Equipe Multidisciplinar; Coordenações de Cursos e da UAB no âmbito da UFMS; para Encontros Pedagógicos - previstos até quatro encontros pedagógicos por semestre, por disciplina, por polo, a depender do nível do curso (graduação/pós-graduação); Produção e Reprodução de Material Didático e para demais atividades de Oferta do Curso. Os recursos vêm descentralizados (Quadro 30) por meio de Termo de Execução Descentralizados (TED), e o acompanhando da execução do cursos/bolsas/bolsistas são gerenciadas por meio do SisUAB, acessados pelos Coordenadores de Cursos e Coordenador e Coordenador-Adjunto da UAB na UFMS.

Quadro 30 – Execução financeira dos Cursos ofertados pelo Sistema UAB. 2015- 2017.

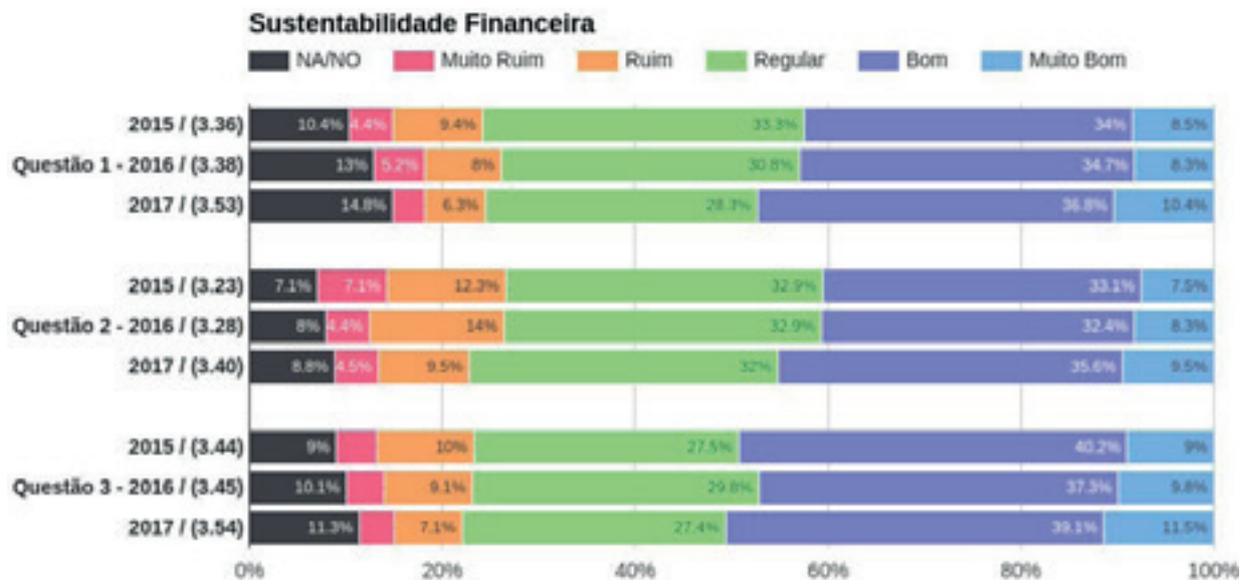
Meta financeira – 2015, 2016 e 2017 – Cursos UAB/UFMS			
Curso	Prevista	Empenhado	Realizada
2015 - TED 2175	R\$ 399.311,73	R\$ 399.311,73	R\$ 356.562,53
2016 - TED 2684	R\$ 1.314.129,69	R\$ 1.314.129,69	R\$1.282.969,49
2017 - TED 5454	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00	R\$130.000,00
2017 - TED 5903	R\$ 1.297.408,00	R\$ 1.297.408,00	*
TOTAL	R\$ 3.140.849,42	R\$ 3.140.849,42	R\$ 3.066.940,02

* Recursos repassados para a Fundação de Apoio – FAPEC

3.4.3.5 Percepção da comunidade universitária

No âmbito dos questionários aplicados à comunidade universitária, apenas os técnico-administrativos avaliaram a gestão do orçamento da UFMS (Gráfico 37), por meio de 9 questões, com predomínio da escala regular e média 3,40, sem muita variação entre os indicadores.

Gráfico 37 - Média das respostas dos Técnico-Administrativos sobre a Sustentabilidade Financeira da UFMS. 2015-2017



Fonte: AGETIC (2017)

Nota: Questão 1 - Acompanhamento da execução do orçamento aprovado; Questão 2 - Adequação dos recursos às necessidades; Questão 3 - Uso racional dos recursos destinados às atividades administrativas e pedagógicas.

Seguem informações sobre o Eixo 5, relativo à infraestrutura.

3.5 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Neste eixo são apresentadas as informações sobre a infraestrutura física da UFMS, obtidas junto à Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) cujo papel é propiciar a plena realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na instituição. No PDI 2015-2019, com realinhamento em 2017, a modernização da infraestrutura consta como um dos objetivos institucionais.

3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura física

A infraestrutura da UFMS é supervisionada pela Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) que está constituída por 4 (quatro) Coordenadorias:

- Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI);
- Coordenadoria de Manutenção (CMT/PROADI);
- Coordenadoria de Serviços (CSV/PROADI);
- Coordenadoria de Projetos, Obras e Sustentabilidade (CPO/PROADI).

A UFMS, uma instituição com mais de 40 anos, sofreu uma grande expansão nos últimos 15 anos. Essa expansão impactou diretamente na infraestrutura da universidade, seja na sua manutenção, modernização e no seu mapeamento.

A CPO, em parceria com a Agencia de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) e a Secretaria especial de Comunicação Social e Científica (SECOM), têm realizado estudos e levantamentos de forma a atualizar os espaços físicos além de melhorar a identificação visual e organização dos edifícios da Universidade. Esse estudo deverá ser concluído nos próximos anos,

o que trará maior precisão nos dados de infraestrutura.

A seguir serão abordadas as informações relativas à infraestrutura física da UFMS obtidas junto à CPO/PROADI, para o triênio 2015-2017.

A Instituição possui espaços físicos nas cidades de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Miranda, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Terenos e Três Lagoas. Em todas as cidades acima citadas, há sede das unidades setoriais acadêmicas, exceto em Miranda e em Terenos, onde estão instalados a Base de Estudos do Pantanal (BEP) no município de Miranda que atende aos projetos de extensão e de pesquisa da UFMS e também de Instituições parceiras e, a Fazenda Escola, no município de Terenos que contribui para as atividades práticas dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

A área territorial total da UFMS, devidamente incorporada em DEZ/2016, foi de 7.193.570,05 m², sendo 257.951,40 m² (3,59%) de área edificada que atende atividades de ensino, pesquisa, extensão, prestação de serviços, cultura, esporte e lazer.

Todas as Unidades da Administração Setorial possuem infraestrutura com sistema de fornecimento de água encanada própria, sistema de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica, rede de telefonia e de fibra ótica, sendo que essa última se encontra em vias de ampliação e melhoria.

As tabelas 90 e 91 a seguir demonstram a área do terreno, a área construída, o valor do imóvel, todos por localidade.

Tabela 90 - Resumo Geral dos Bens Imóveis da UFMS, incorporados até 31.12.2015.

Cidade – Descrição	Área do terreno (m2)	Área construída (m2)	Valor do terreno (R\$)	Valor das benfeitorias (R\$)	Total geral (R\$)	%
Campo Grande – Setor 1	490.060,00	124.495,09	490.060,00	67.308.930,37	67.798.990,37	40,64
Campo Grande – Setor 2	319.183,39	57.081,04	1.150.306,95	36.846.172,62	37.996.479,57	22,78
Campo Grande – Setor 3	857.288,83	20.019,52	857.288,83	12.250.108,63	13.107.397,46	7,86
Campo Grande – Policlínica Odontológica	1.000,00	154,02	40.000,00	58.239,91	98.239,91	0,06
Subtotal – Campo Grande	1.667.532,22	201.749,67	2.537.655,78	116.463.451,53	119.001.107,31	71,33
Aquidauana - Buraco da Ester	527,40	357,32	26.500,00	16.500,00	43.000,00	0,03
Aquidauana - CPAQ - Unidade I	3.865,50	4.151,05	46.965,81	1.428.154,57	1.475.120,38	0,88
Aquidauana - CPAQ - Unidade II	72.900,00	4.273,77	322.218,00	3.327.903,28	3.650.121,28	2,19
Subtotal - Aquidauana	77.292,90	8.782,14	395.683,81	4.772.557,85	5.168.241,66	3,10
Bonito – CPBO (*)	67.480,00	-	121.500,00	-	121.500,00	0,07

Chapadão do Sul - CPCS	149.943,00	3.134,89	51.125,00	4.595.898,35	4.647.023,35	2,79
Corumbá - CPAN – Unidade I	21.402,48	10.063,73	23.582,52	4.977.417,04	5.000.999,56	3,00
Corumbá - CPAN - Unidade II (Anfiteatro)	8.160,24	2.213,66	20.000,00	3.536.060,10	3.556.060,10	2,13
Subtotal - Corumbá	29.562,72	12.277,39	43.582,52	8.513.477,14	8.557.059,66	5,13
Coxim – CPCX	50.000,00	2.906,68	55.000,00	4.033.977,91	4.088.977,91	2,45
Miranda – Base de Estudos do Pantanal	215.040,00	1.307,43	26.423,58	1.091.363,58	1.117.787,16	0,67
Naviraí - CPNV (*)	100.000,00	67,57	210.000,00	72.973,88	282.973,88	0,17
Nova Andradina – CPNA	100.700,00	2.977,00	117.726,32	5.657.524,39	5.775.250,71	3,46
Paranaíba – CPAR	50.001,33	2.472,20	60.000,00	2.810.889,43	2.870.889,43	1,72
Ponta Porã – CPPP	100.000,00	2.979,97	45.000,00	4.090.533,65	4.135.533,65	2,48
Terenos – Fazenda Escola	3.343.807,00	3.361,57	601.884,99	975.628,59	1.577.513,58	0,95
Três Lagoas – CPTL – Unidade I	10.000,00	4.469,35	79.300,00	1.156.406,37	1.235.706,37	0,74
Três Lagoas – CPTL – Unidade II	65.750,00	9.816,99	127.815,50	8.110.418,31	8.238.233,81	4,94
Subtotal – Três Lagoas	75.750,00	14.286,34	207.115,50	9.266.824,68	9.473.940,18	5,68
UFMS – Total geral	6.027.109,17	256.302,85	4.472.697,50	162.345.100,98	166.817.798,48	100,00

Legenda: (*) Áreas a serem incorporadas ao patrimônio da UFMS, aguardando a sua regularização.
Fonte: CPO/PROADI (FEV/2016)

Com base no Resumo Geral de Bens Imóveis da UFMS do ano de 2015 (Tabela 91) foram incorporados 3.190,04 m² de área construída ao custo de R\$ 7.906.509,79, incluindo a área de 147,51 m² ao valor de R\$ 77.747,12, referente ao contrato de locação do prédio onde se localizava o Banco Santander, na Cidade Universitária, em Campo Grande. Assim, a UFMS, em 2015, apresentou um acréscimo de 1,26% de área construída em relação ao ano anterior. No valor geral dos bens imóveis essa expansão representa um acréscimo de 4,98% no total geral para o ano em análise.

Tabela 91 - Resumo Geral dos Bens Imóveis da UFMS, incorporados até 31.12.2016

Cidade – Descrição	Área do terreno (m2)	Área construída (m2)	Valor do terreno (R\$)	Valor das benfeitorias (R\$)	Total geral (R\$)	%
Campo Grande – Setor 1	490.060,00	124.559,62	490.060,00	67.330.855,59	67.820.915,59	36,92
Campo Grande – Setor 2	319.183,39	57.081,04	1.150.306,95	36.846.172,62	37.996.479,57	20,69
Campo Grande – Setor 3	857.288,83	20.340,28	857.288,83	12.956.630,41	13.813.919,24	7,52
Campo Grande – Policlínica Odontológica	1.000,00	154,02	341.910,00	83.755,01	425.665,01	0,23
Campo Grande – Carandá Bosque	28.227,63	0,00	9.778.615,60	0,00	9.778.615,60	5,32
Subtotal – Campo Grande	1.695.759,85	202.134,96	12.618.181,38	117.217.413,63	129.835.595,01	70,68
Aquidauana - Buraco da Ester	527,40	357,32	26.500,00	16.500,00	43.000,00	0,02
Aquidauana - CPAQ - Unidade I	3.865,50	4.151,05	46.965,81	1.428.154,57	1.475.120,38	0,80
Aquidauana - CPAQ - Unidade II	72.900,00	5.537,03	322.218,00	6.070.783,22	6.393.001,22	3,48
Subtotal - Aquidauana	77.292,90	10.045,40	395.683,81	7.515.437,79	7.911.121,60	4,31
Bonito – CPBO (*)	67.480,00	-	121.500,00	-	121.500,00	0,07
Chapadão do Sul – CPCS - I	149.943,00	3.134,89	51.125,00	4.595.898,35	4.647.023,35	2,53
Chapadão do Sul – CPCS - II	30.101,00	0,00	35.107,82	0,00	35.107,82	0,02
Subtotal – Chapadão do Sul	180.044,00	3.134,89	86.232,82	4.595.898,35	4.682.131,17	2,55
Corumbá - CPAN – Unidade I	21.402,48	10.063,73	23.582,52	4.977.417,04	5.000.999,56	2,72
Corumbá - CPAN - Unidade II (Anfiteatro)	8.160,24	2.213,66	20.000,00	3.536.060,10	3.556.060,10	1,94
Subtotal - Corumbá	29.562,72	12.277,39	43.582,52	8.513.477,14	8.557.059,66	4,66
Coxim – CPCX	50.000,00	2.906,68	55.000,00	4.033.977,91	4.088.977,91	2,23
Miranda – Base de Estudos do Pantanal	215.040,00	1.307,43	26.423,58	1.091.363,58	1.117.787,16	0,61
Naviraí - CPNV (*)	100.000,00	67,57	210.000,00	72.973,88	282.973,88	0,15
Nova Andradina – CPNA	100.700,00	2.977,00	4.254.575,00	3.623.587,26	7.878.162,26	4,29
Paranaíba – CPAR	50.001,33	2.472,20	60.000,00	2.810.889,43	2.870.889,43	1,56
Paranaíba – CPAR II	1.108.132,00	0,00	1.153.628,80	0,00	1.153.628,80	0,63
Subtotal - Paranaíba	1.108.132,00	2472,20	1.213.628,80	2.810.889,43	4.024.518,23	2,19
Ponta Porã – CPPP	100.000,00	2.979,97	45.000,00	4.090.533,65	4.135.533,65	2,25
Terenos – Fazenda Escola	3.343.807,25	3.361,57	601.885,31	975.628,59	1.577.513,90	0,86

Três Lagoas – CPTL – Unidade I	10.000,00	4.469,35	79.300,00	1.156.406,37	1.235.706,37	0,67
Três Lagoas – CPTL – Unidade II	65.750,00	9.816,99	127.815,50	8.110.418,31	8.238.233,81	4,48
Subtotal – Três Lagoas	75.750,00	14.286,34	207.115,50	9.266.824,68	9.473.940,18	5,16
UFMS – Total geral	7.193.570,05	257.951,40	19.878.808,72	163.808.005,89	183.686.814,61	100

Legenda: (*) Áreas a serem incorporadas ao patrimônio da UFMS, aguardando a sua regularização.
Fonte: CPO/PROADI (DEZ/2017)

Com base no Resumo Geral de Bens Imóveis da UFMS do ano de 2016 (Tabela 92) foram incorporados 1.648,55 m² de área construída ao custo de R\$ 1.406.111,22, incluindo a área de 147,51 m² ao valor de R\$ 77.747,12, referente ao contrato de locação do prédio onde se localizava o Banco Santander, na Cidade Universitária, em Campo Grande. Assim, a UFMS, em 2016, apresentou um acréscimo de 0,64% de área construída em relação ao ano anterior. Também foram incorporados 1.166.460,88 m² de área de Terrenos, ou seja, um acréscimo de 19,35%, com o valor agregado de R\$ 1.462.904,91. No valor geral dos bens imóveis da UFMS, essa expansão representa um acréscimo de 4,98% no total geral para o ano em análise.

A tabela 92 apresenta os Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional (2017).

Tabela 92 - Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional - 2017.

UG	Cidades	RIP do imóvel	RIP de utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
154 054	Campo Grande Setor I	9051.00162. 500-8	9051.00069. 500-2 9051.01111. 500-2	21	3	67.820.915,59	*31/12/17	69.492.544,62	0,00
154 054	Campo Grande Setor II	9051.00164. 500-9	9051.00071. 500-3	21	3	37.996.479,57	*31/12/17	44.493.662,34	0,00
154 054	Campo Grande Setor III	9051.00167. 500-5	9051.00076. 500-0	21	3	13.813.919,24	*31/12/17	13.770.535,39	0,00
154 054	Campo Grande Policlínica Odontológica	9051.00163. 500-3	9051.00070. 500-8	21	4	98.239,91	16/05/16	425.665,60	0,00
154 054	Campo Grande Carandá Bosque	9051.01177. 500-2	9051.01178. 500-8	21	3	9.778.615,60	**	**	0,00
154 054	Aquidauana Unidade I	9021.00022. 500-4	9021.00011. 500-4	21	3	1.475.120,38	**	**	0,00
154 054	Aquidauana Unidade II	9021.00032. 500-9	9021.00033. 500-4	21	3	6.393.001,22	**	**	0,00

154 054	Aqui- dauana Buraco da Ester	9021.00039. 500-7	9021.00040. 500-2	21	3	43.000,00	**	**	0,00
154 054	Bonito	9043.00020. 500-4	9043.00021. 500-0	21	3	121.500,00	**	**	0,00
154 054	Cha- padão do Sul Unid. I	9787.00001. 500-7	9787.00002. 500-2	21	3	4.647.023,35	**	**	0,00
154 054	Chapa- dão do Sul Unid. II	9787.00003. 500-8	9787.00004. 500-3	21	3	35.107,82	**	**	0,00
154 054	Corumbá Unidade I	9063.00134. 500-9	9063.00055. 500-0	21	3	5.000.999,56	*31/12/17	5.112.814,56	0,00
154 054	Corumbá Anfitea- tro	9063.00184. 500-1	9063.00185. 500-7	21	3	3.556.060,10	**	**	0,00
154 054	Corumbá Base de Estudos do Panta- nal - BEP	9063.00133. 500-3	9063.00056. 500-5	21	3	1.117.787,16	**	**	0,00
154 054	Coxim	9065.00039. 500-9	9065.00040. 500-4	21	3	4.088.977,91	**	**	0,00
154 054	Naviraí	9113.00029. 500-8	9113.00030. 500-3	21	3	282.973,88	**	**	0,00
154 054	Nova An- dradina	9123.00041. 500-0	9123.00042. 500-6	21	3	2.566.105,72	04/04/16	7.878.162,26	0,00
154 054	Nova An- dradina Unid. II	9123.00057. 500-8	9123.00058. 500-3	21	3	118.872,00	**	**	0,00
154 054	Paranaí- ba	9125.00021. 500-8	9125.00022. 500-3	21	3	3.088.520,61	*31/12/17	5.897.529,72	0,00
154 054	Paranaí- ba Unid. II	9125.00042. 500-2	9125.00043. 500-8	21	3	1.153.628,80	**	**	0,00
154 054	Ponta Porã	9131.00143. 500-6	9131.00040. 500-6	21	3	4.135.533,65	**	**	0,00
154 054	Terenos	9159.00010. 500-2	9159.00001. 500-3	21	3	1.577.513,90	**	**	0,00
154 054	Três Lagoas Unidade I	9165.00102. 500-7	9165.00018. 500-0	21	3	1.235.706,37	**	**	0,00
154 054	Três Lagoas Unida- de II	9165.00065. 500-7	9165.00019. 500-6	21	3	8.238.233,81	*31/12/18	15.438.601,58	0,00
Total									0,00

* Incorporação do imóvel

** não avaliados

Os imóveis sob a responsabilidade da UFMS (Tabela 92), em sua maioria, dispõem do competente registro no sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial da união e encontram-se de acordo com as determinações legais pertinentes.

Em relação ao procedimento que vise à adequação de seus reais valores de mercado, ainda no exercício de 2015, foi solicitado à Secretaria de Patrimônio da União - SPU a realização da avaliação dos imóveis desta UFMS. Em primeiro momento obtivemos resposta positiva para a solicitação da realização da avaliação nos Campi, sendo então encaminhadas ao SPU todas as informações referentes aos imóveis desta Instituição. Em 2016, foi realizada a Avaliação do imóvel do Campus de Nova Andradina pelo SPU.

Com base na avaliação realizada pelo SPU o Engenheiro José Luiz Viegas London desta UFMS realizou a avaliação do imóvel da Policlínica Odontológica localizada na Rua Candido Mariano, 269 Vila Perseverança. Esta avaliação foi validada pela Homologação do SPU em 25/06/16.

Para o exercício de 2017, devido a mudanças de metodologia de avaliação, foram retomadas as solicitações junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU para a realização da avaliação dos imóveis que deverão se efetivar para o exercício de 2018.

Conforme informações da Coordenadoria de Projetos, Obras e Sustentabilidade – CPO/PROADI foram incorporadas em Campo Grande Setor 01, Campo Grande Setor 02, Três Lagoas Unidade II Paranaíba Unidade I e Corumbá (CPAN) Unidade I, as obras e instalações que foram concluídas no exercício de 2017 e as instalações de elevadores concluídas em anos anteriores que não haviam sido incorporadas.

O terreno doado pela Prefeitura Municipal de Bonito para implantação do campus naquela cidade teve seu registro lançado no Sistema Spiunet em 23/11/2017; terreno com área de 4 ha 7.780 m² (área da escritura de 6 ha 7.480 m²), conforme Escritura Pública de Doação lavrada no livro 72, folhas 229/229vs, no Cartório do 1 Ofício de Notas e Registro Civil da Comarca de Bonito, e matrícula nº 11.790 (matrícula anterior nº 9.073) no Cartório do 1 Ofício de Registro de Imóveis de Bonito. A área da escritura de doação foi retificada através do serviço de georreferenciamento executado pela empresa Geodésia Serviços Topográficos e Ambientais Ltda, conforme processo nº 23104.005879/2014-27 e lançado no sistema do Spiunet sob o número de RIP do Imóvel 9043.00020.500-4 e RIP de Utilização 9043.00021.500-0.

Foi incorporado também em 23/11/2017 o terreno doado pela Prefeitura de Nova Andradina com área de 6,35 ha, conforme Escritura Pública de Doação lavrada no livro 128, folhas 293 / 293vs, no Cartório do 2 Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Nova Andradina, e matrícula nº 20.963 do Cartório do 1 Serviço Registral de Imóveis de Nova Andradina e lançado no sistema do Spiunet sob o número de RIP do Imóvel 9123.00057.500-8 e RIP de Utilização 9123.00058.500-3.

3.5.1.1. Obras a serem concluídas x obras efetivamente concluídas

A previsão de conclusão de obras, em 2015, de acordo com o informado na tabela abaixo, era executar 19.569,04 m², ao montante de R\$ 35.371.325,28.

Tabela 93. Obras a serem concluídas em 2015.

Localidades	Tipo da obra	Área (m2)	%	Valor (R\$) (*)	%
Campo Grande	CCBS - Unidade de Processamento de Alimentos de Origem Animal e Vegetal	568,66	2,91	1.434.199,56	4,06
	CCHS - Laboratório de Música	715,02	3,65	1.221.664,62	3,45
	FAMED - Curso de Medicina	2.517,89	12,87	3.356.352,04	9,49
	FAMEZ - Subestação de Medição	14,76	0,08	450.519,84	1,27
	INQUI - Unidade Padrão	1.236,99	6,32	2.214.500,00	6,26
	Centro de Formação de Professores e Alojamento	2.901,08	14,82	5.227.000,00	14,78
	Subestação de transformadores do Centro de Formação de Professores	49,95	0,25	522.751,77	1,48
	Subestação do Lago do Amor	14,76	0,08	485.000,27	1,37
Aquidauana	CPAQ - Unidade Padrão	1.236,99	6,32	2.215.547,95	6,26
Naviraí	CPNV - Unidade Padrão	1.236,99	6,32	2.012.922,46	5,69
Nova Andradina	CPNA - Unidade Padrão	1.236,99	6,32	2.578.219,98	7,29
Paranaíba	CPAR - Subestação de Medição	14,76	0,08	217.680,82	0,62
	CPAR - Unidade Padrão	1.236,99	6,32	2.580.100,57	7,29
Três Lagoas	CPTL - Unidade II – Anfiteatro e subestação	1.353,70	6,92	2.729.553,65	7,72
	CPTL - Unidade II – Curso de Medicina	3.863,88	19,74	5.592.977,10	15,81
	CPTL - Unidade II - Salas de aula, biblioteca e salas de professores	1.369,63	7,00	2.532.334,65	7,16
UFMS	Total	19.569,04			
100,00	35.371.325,28				
100,00					

Legenda: (*) Valores contratuais originais, sem os seus aditamentos.

Fonte: CPO/PROADI (FEV/2015)

Tabela 94 - Obras concluídas em 2015.

Localidades	Tipo da obra	Área (m2)	%	Valor (R\$) (*)	%
Campo Grande	Subestação de Medição da Famez	14,76	0,46	235.173,82	2,97
	Unidade Processadora de Alimentos	568,66	17,83	1.658.864,26	20,98
Nova Andradina	Unidade Padrão 1 – Salas de Aula, Salas de Professores e Laboratórios	1.236,99	38,78	3.209.144,99	40,59
Três Lagoas	Salas de aula, Biblioteca, Bl. D – Sl. prof./sanitários/sl. mes-trado e Bl. E – Sl professor	1.369,63	42,93	2.803.326,72	35,46
UFMS	Total	3.190,04	100,00	7.906.509,79	100,00

Legenda: (*) Valores finais das obras.

Fonte: CPO/PROADI – SIMEC (FEV/2016)

Entretanto, na Tabela 94 é possível verificar que somente foram concluídos 3.190,04 m2 (16,30% da área estimada), ao custo de R\$ 7.906.509,79 (22,35% do valor estimado).

A tabela 95, apresenta as obras a serem concluídas em 2016.

Tabela 95 - Obras a serem concluídas em 2016.

Localidades	Tipo da obra	Área (m2)	%	Valor (R\$) (*)	%
Campo Grande	INQUI - Unidade Padrão	1.236,99	10,13	2.214.500,00	10,04
	Centro de Formação de Professores e Alojamento	2.901,08	23,75	5.227.000,00	23,7
	Subestação de transformadores do Centro de Formação de Professores	49,95	0,41	522.751,77	2,2
	Subestação do Lago do Amor	14,76	0,12	485.000,27	1,372,2
	Instalação de Alimentadores Elétricos – Rádio FM	N/A	N/A	11.925,22	0,05
	Galpão I - Famez	306,00	2,51	238.185,90	1,08
	Instalação de Alimentadores Elétricos - CPNA	N/A	N/A	21.486,00	0,1
Aquidauana	CPAQ – Unidade II - Unidade Padrão	1.236,99	10,13	2.215.547,95	10,04
Paranaíba	CPAR - Subestação de Medição	14,76	0,12	217.680,82	0,99
	CPAR - Unidade Padrão	1.236,99	10,13	2.580.100,57	11,7
Três Lagoas	CPTL - Unidade II – Anfiteatro e subestação	1.353,70	11,08	2.729.553,65	12,38
	CPTL - Unidade II – Curso de Medicina	3.863,88	31,63	5.592.977,10	25,36
UFMS	Total	12.215,10	100,00	22.056.709,25	100,00

Legenda: (*) Valores contratuais originais, sem os seus aditamentos; N/A – Não aplicável nessa unidade de medida.

Fonte: CPO/PROADI (FEV/2016)

A Tabela 96 demonstra a previsão de conclusão de obras em andamento na UFMS, para 2016, com área total estimada em 12.215,10 m², ao montante de R\$ 22.056.709,25, representando um acréscimo de 4,76% na área construída e a valorização dos bens imóveis em 13,59%, sobre os valores de 2015.

Tabela 96 - Obras concluídas em 2016.

Localidades	Tipo da obra	Área (m ²)	%	Valor (R\$) (*)	%
Campo Grande	Instalação de Alimentadores Elétricos – Rádio Educativa	0,00	0,00	11.925,22	0,32
	Subestação de Medição do Lago do Amor	14,76	0,92	439.848,50	11,89
	Galpão I - FAMEZ	306,00	19,14	266.673,28	7,21
Paranaíba	Subestação de Medição - CPAR	14,76	0,92	217.631,18	5,88
Aquidauana	Unidade Padrão 1 – Salas de aula, Salas de Professores e Laboratórios - CPAQII	1.263,26	79,01	2.650.345,70	71,62
	Rede Aérea Compacta e Subestação - CPAQII	0,00	0,00	92.534,24	2,50
Nova Andradina	Instalação de alimentadores Elétricos - CPNA	0,00	0,00	21.486,00	0,58
UFMS	Total	1.598,78	100,00	3.700.444,12	100,00

Legenda: (*) Valores finais das obras.

Fonte: CPO/PROADI – SIMEC (DEZ/2017)

Entretanto, na Tabela 96 é possível verificar que somente foram concluídos 1.598,78 m² (13,09% da área estimada), ao custo de R\$ 3.700.444,12 (16,78% do valor estimado).

Tabela 97 - Obras a serem concluídas em 2017.

Localidades	Tipo da obra	Área (m ²)	%	Valor (R\$) (*)	%
Campo Grande	INQUI - Unidade Padrão	1.236,99	6,44	2.214.500,00	6,16
	Centro de Formação de Professores e Alojamento	2.901,08	15,11	5.227.000,00	14,54
	Subestação de transformadores do Centro de Formação de Professores	49,95	0,26	522.751,77	1,45
	CIPeBIO	3231,10	16,83	5.673.789,77	15,78
	Curso de Nutrição	2.078,19	10,83	4.170.716,96	11,60
	Ampliação do Restaurante Universitário	592,65	3,09	1.598.896,63	4,45
	Curso de Música e Sala de Música	1.413,82	7,37	3.625.164,03	10,08
Naviraí	CPNV – Unidade II - Unidade Padrão	1.236,99	6,44	2.012.922,46	5,60
Paranaíba	CPAR - Unidade Padrão	1.236,99	6,44	2.580.100,57	7,18
Três Lagoas	CPTL - Unidade II – Anfiteatro e subestação	1.353,70	7,05	2.729.553,65	7,59
	CPTL - Unidade II – Curso de Medicina	3.863,88	20,13	5.592.977,10	15,56
UFMS	Total	19,195,34	100,00	35.948.372,94	100,00

Legenda: (*) Valores contratuais originais, sem os seus aditamentos. Fonte: CPO/PROADI (DEZ/2017)

Tabela 98. Obras concluídas a serem incorporadas no exercício - 2017

Discriminação	Área Ampliada	Valor Contratual	Equipamentos	Valor a ser Incorporado no Imóvel	Observação
CAMPO GRANDE - Setor 1	(m ²)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Ampliação do Restaurante Universitário	592,65	1.598.896,63	2.267,60	1.596.629,03	Construção Nova
Elevador da FACOM	0	75.000,00	0	75.000,00	Elevador da FACOM
SUBTOTAL - CG SETOR 01	592,65	1.673.896,63	2.267,60	1.671.629,03	
CAMPO GRANDE - Setor 2					
Centro de Formação de Professores e Alojamento	3.419,75	6.276.744,33	377.160,84	5.899.583,49	Construção Nova
Subestação do Centro de Formação de Professores					
1º Contrato - Subestação do Centro de Formação de Professores	49,95	318.486,82	0	318.486,82	Construção Nova
2º Contrato - Conclusão Subestação de Transformação - CFP	0	279.687,64	575,18	279.112,46	Construção Nova
SUBTOTAL - CG SETOR 02	3.469,70	6.874.918,79	377.736,02	6.497.182,77	
TOTAL A SER INCORPORADO EM CAMPO GRANDE	4.062,35	8.548.815,42	380.003,62	8.168.811,80	
TRÊS LAGOAS					
Anfiteatro e Subestação / CPTLII	1.359,69	7.786.200,35	585.832,58	7.200.367,77	Construção Nova
SUBTOTAL - CPTLII	1.359,69	7.786.200,35	585.832,58	7.200.367,77	
TOTAL A SER INCORPORADO EM TRÊS LAGOAS	1.359,69	7.786.200,35	585.832,58	7.200.367,77	
PARANAÍBA					
Unidade Padrão 1 - Salas de Aula, Salas de Professores e Laboratórios - CPAR	1.236,99	2.903.276,77	94.267,66	2.809.009,11	Construção Nova
SUBTOTAL - CPAR	1.236,99	2.903.276,77	94.267,66	2.809.009,11	

TOTAL A SER INCORPORADO EM PARANAÍBA	1.236,99	2.903.276,77	94.267,66	2.809.009,11	
CORUMBÁ					
Elevador do Campus do Pantanal-CPAN (Corumbá-MS)	0	111.815,00	0	111.815,00	Elevador do Campus I do Pantanal - Corumbá-MS
SUBTOTAL - CPAN	0	111.815,00	0	111.815,00	
TOTAL A SER INCORPORADO EM CORUMBÁ	0	111.815,00	0	111.815,00	
TOTAL A SER INCORPORADO NO ANO DE 2017	6.659,03	19.350.107,54	1.060.103,86	18.290.003,68	
OBS.: 1) todos os valores estão em reais (R\$)					

Para o ano de 2017, a previsão de conclusão de obras em andamento na UFMS foi estimada em 19.195,34 m², ao montante de R\$ 35.948.372,94, representando um acréscimo de 7,44% na área construída e a valorização dos bens imóveis em 21,95%, quando comparados aos valores de 2016.

A Tabela 98, demonstra as obras efetivamente concluídas e incorporadas no exercício de 2017.

3.5.1.2. Espaços físicos da UFMS

A UFMS tem passado por diversas reestruturações ao longo dos últimos 10 anos, além disso, diversas alterações e modificações foram feitas ao longo do tempo em suas edificações visando o melhor atendimento ao público discente, docente e técnico-administrativo. Essas modificações implicaram em dificuldades quanto à precisão dos espaços físicos.

Todavia, a UFMS tem envidado esforços nos últimos anos, de forma a melhorar a precisão dos quantitativos e usos dos espaços físicos, o que permitirá nos próximos relatórios a obtenção de um mapeamento mais fidedigno dos seus espaços.

3.5.1.2.1 Salas de aulas

As informações sobre as salas de aulas em 2015 (Tabela 99) foram construídas com base nos dados de 2008 a 2014, porém houve diversas alterações nos últimos anos, podendo apresentar divergências quanto à realidade.

Tabela 99 - Salas de aula existentes em 2015

Localidades	Quantidade	Percentual	Área (m2)	Percentual
Campo Grande	168	46,41	9.370,02	47,90
Aquidauana	22	6,08	952,70	4,87
Bonito	8	2,21	446,72	2,28
Chapadão do Sul	11	3,04	703,89	3,60
Corumbá	48	13,26	1.762,19	9,01
Coxim	12	3,31	767,88	3,93
Naviraí	8	2,21	511,92	2,62
Nova Andradina	19	5,25	1.205,61	6,16
Paranaíba	12	3,31	767,88	3,93
Ponta Porã	10	2,76	639,90	3,27
Três Lagoas	44	12,15	2.433,24	12,44
UFMS - Total	362	100,00	19.561,95	100,00

Fonte: CPO/PROADI (FEV/2016)

Destaca-se que a novidade, em 2015, ficou por conta das edificações que foram finalizadas nos Campus de Nova Andradina e Três Lagoas e, do prédio da Unidade Processadora de Alimentos, em Campo Grande. Com estas edificações houve um aumento de 985,76 m², representando um acréscimo de 5,30% na metragem total das salas de aula da Instituição, em relação às informações de 2014.

Tabela 100 - Salas de aula existentes em 2016.

Localidades	Quantidade	Percentual (%)	Área (m2)	Percentual (%)
Campo Grande	168	45,16	9.370,02	46,40
Aquidauana	32	8,60	1586,40	7,86
Bonito	8	2,15	446,72	2,21
Chapadão do Sul	11	2,96	703,89	3,49
Corumbá	48	12,90	1.762,19	8,73
Coxim	12	3,23	767,88	3,80
Naviraí	8	2,15	511,92	2,53
Nova Andradina	19	5,11	1.205,61	5,97
Paranaíba	12	3,23	767,88	3,80
Ponta Porã	10	2,69	639,90	3,17
Três Lagoas	44	11,83	2.433,24	12,05
UFMS - Total	372	100	20.195,65	100

Fonte: CPO/PROADI (DEZ/2017)

Segundo a CPO/PROADI, a alteração mais relevante no quantitativo de salas de aula, em 2016, ficou por conta da edificação concluída no Campus de Aquidauana. Com essa edificação houve um aumento de 633,10 m², representando um acréscimo de 3,24% na metragem total das salas de aulas da UFMS, em relação às informações de 2015.

3.5.1.2.2 Bibliotecas

A tabela 101 apresenta as bibliotecas existentes na UFMS, por Câmpus

Tabela 101- Bibliotecas existentes em 2015.

Localidade	Bibliotecas	Área (m2)	Percentual
Campo Grande	Biblioteca Central (CBC/PREG)	3.626,63	59,92
Aquidauana	Campus de Aquidauana (CPAQ) - Unidade I	208,28	3,44
	Campus de Aquidauana (CPAQ) - Unidade II	171,68	2,84
Bonito (*)	Campus de Bonito (CPBO)	108,10	1,79
Chapadão do Sul	Campus de Chapadão do Sul (CPCS)	102,81	1,70
Corumbá	Campus do Pantanal (CPAN) - Unidade I	438,70	7,25
Coxim	Campus de Coxim (CPCX)	108,10	1,79
Naviraí	Campus de Naviraí (CPNV)	108,10	1,79
Nova Andradina	Campus de Nova Andradina (CPNA)	108,10	1,79
Paranaíba	Campus de Paranaíba (CPAR)	108,10	1,79
Ponta Porã	Campus de Ponta Porã (CPPP)	108,10	1,79
Três Lagoas	Campus de Três Lagoas (CPTL) - Unidade I	369,20	6,10
	Campus de Três Lagoas (CPTL) - Unidade II	486,67	8,04
UFMS	Total	6.052,57	100,00

Fonte: CPO/PROADI (FEV/2016)

Segundo a CPO/PROADI, em 2015, houve um acréscimo de 2,84% na área construída para as Bibliotecas, em relação a 2014, devido ao novo prédio que abriga a Biblioteca Setorial em Três Lagoas. Conforme destacado nas tabelas acima reportadas sobre o Resumo geral dos Bens Imóveis da UFMS, as áreas dos imóveis das Unidades Acadêmicas Setoriais destacadas nestas tabelas aguardam a sua regularização.

Frisa-se que no ano de 2016 não houve mudança nas informações sobre as bibliotecas em comparação ao ano de 2015, conforme relatado pela divisão responsável (CPO/PROADI).

A Biblioteca Central (CBI/PROGRAD) atende às Unidades Acadêmicas setoriais localizadas na Cidade Universitária (Campo Grande) e está descrita em item específico neste relatório.

3.5.1.2.3 Laboratórios

Em 2015, houve a entrega da Unidade Processadora de Alimentos para o CCBS (antiga Unidade que compreendia o Instituto integrado de saúde (INISA) e de Biociências (INBIO) e a Faculdade de Ciências farmacêuticas, alimentos e nutrição (FACFAN) em Campo Grande e da Unidade II – Salas de aula no Campus CPTL, com um total de 299,33 m2, representando um acréscimo de 1,99% na metragem total dos laboratórios da UFMS, em relação às informações de 2014 (Tabela 102).

Tabela 102 - Laboratórios existentes em 2015.

Localidade	Laboratório	Área (m2)	Percentual
Campo Grande	CCBS - Anatomia	599,88	3,92
	CCBS - Biofisiofarmacologia	142,26	0,93
	CCBS - Biotério	205,80	1,34
	CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	1.935,00	12,63
	CCBS - Tecnologia de Alimentos	521,28	3,40
	CCBS - Tecnologia Farmacêutica	259,07	1,69
	CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais	518,81	3,39
	CCHS - Educação Física / Educação Artística	689,85	4,50
	FACOM - Faculdade de Computação	526,11	3,43
	FAENG - Engenharia Elétrica	308,03	2,01
	FAMEZ - Ciências Veterinárias	1.074,00	7,01
	FAMEZ - Piscicultura	131,76	0,86
	FAODO - Odontologia	1.219,94	7,96
	INQUI - Química	1.200,26	7,83
	Matemática / Física – Unidade V	256,60	1,68
	HUMAP/UFMS - Análises Clínicas	991,00	6,47
	HUMAP/UFMS - Farmácia	36,60	0,24
	HUMAP/UFMS - Núcleo de Hospital Universitário	1.370,51	8,95
	Subtotal – Campo Grande	11.986,76	78,25
	Aquidauana	Unidade I	124,00
Unidade II		264,11	1,72
Subtotal – Aquidauana		388,11	2,53
Bonito		-	
Chapadão do Sul	CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul	148,03	0,97
Corumbá	CPAN - Câmpus do Pantanal	778,79	5,08
Coxim	CPCX - Câmpus de Coxim	185,24	1,21
Miranda	Base de Estudos do Pantanal	145,00	0,95
Naviraí		-	
Nova Andradina		-	
Paranaíba		-	
Ponta Porã		-	
Três Lagoas	Enfermagem	243,12	1,59
	Unidade I	672,00	4,39
	Unidade II	772,22	5,04
	Subtotal – Três Lagoas	2.944,40	9,43
UFMS	Total	15.319,27	100,00

Fonte: CPO/PROADI (FEV/2016).

É necessário fazer uma ressalva quanto à possibilidade de divergências do levantamento das informações em área (m²) nas Unidades Acadêmicas Setoriais do CPBO, CPNA, CPNV, CPAR e CPPP.

Segundo a CPO/PROADI, as informações sobre o quantitativo de laboratórios em 2016 são as mesmas de 2015.

3.5.1.2.4 Anfiteatros

No triênio 2015-2017 não houve investimento para construção ou expansão de anfiteatros. Portanto, os dados sobre os anfiteatros da UFMS em 2015, 2016 e 2017 são idênticos aos apresentados em 2014, conforme tabela 103.

Tabela 103 - Anfiteatros existentes em 2014.

Localidades	Anfiteatro	Área (m ²)	Percentual
Campo Grande	FAENG – Unidade VII	104,88	1,51
	CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais	139,25	2,01
	CCHS - Teatro de Bolso	72,00	1,04
	CCHS - Unidade X	134,40	1,94
	FACOM - Faculdade de Computação	240,31	3,46
	FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	131,00	1,89
	HUMAP/UFMS - Laboratório de Análises Clínicas (LAC/HUMAP/UFMS)	407,00	5,86
	PREAE - Teatro Glauce Rocha (DIGR/CCT/PREAE)	2.381,50	34,33
	Complexo multiuso de salas de aula e auditórios	646,30	9,32
Aquidauana	CPAQ - Câmpus de Aquidauana - Unidade I	345,29	4,98
Bonito	CPBO - Câmpus de Bonito	108,10	1,55
Chapadão do Sul	CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul	102,81	1,48
Corumbá	CPAN - Câmpus do Pantanal - Unidade II	1.203,34	17,35
Coxim	CPCX - Câmpus de Coxim	108,10	1,56
Naviraí	CPNV - Câmpus de Naviraí	108,10	1,56
Nova Andradina	CPNA - Câmpus de Nova Andradina	108,10	1,56
Paranaíba	CPAR - Câmpus de Paranaíba	108,10	1,56
Ponta Porã	CPPP - Câmpus de Ponta Porã	108,10	1,56
Três Lagoas	CPTL - Câmpus de Três Lagoas	380,00	5,48
UFMS	Total	6.936,68	100,00

Fonte: CPO/PROADI e GAB/PROADI(FEV/2015)

3.5.1.2.5 Espaços físicos diversos existentes nas unidades da administração setorial

A Tabela 104 apresenta a relação de espaços físicos diversos existentes nas UAS.

Tabela 104 - Espaços físicos diversos existentes nas Unidades da Administração Setorial (UAS), em 2015.

UAS	ACA	AUD	BIB	LAB	SAN	SAU	SDO	SUD	OEF	Total	Percentual
CCBS	-	4	-	86	178	30	92	22	108	530	20,99
CCHS	-	6	-	24	112	36	104	22	40	344	13,89
CPAN	1	4	2	40	68	48	38	18	47	266	10,79
CPAQ	1	4	2	27	18	22	12	-	27	113	4,56
CPAR	1	1	1	3	20	12	11	-	6	55	2,22
CPBO	1	1	1	1	20	08	11	-	3	46	1,86
CPCS	1	1	1	16	11	11	22	2	10	75	3,03
CPCX	1	1	1	11	10	12	12	-	4	52	2,10
CPNA	1	1	1	1	6	19	1	3	9	42	1,70
CPNV	1	1	1	1	2	8	9	-	5	28	1,13
CPPP	1	1	1	6	5	10	9	-	3	36	1,45
CPTL	1	2	2	47	39	44	79	-	40	254	10,25
FACOM	-	2	-	11	12	2	34	-	9	70	2,83
FADIR	-	1	-	1	4	12	3	-	3	24	0,97
FAENG	-	1	-	35	33	30	76	-	62	237	9,57
FAMED	-	2	-	5	8	10	1	-	17	43	1,74
FAMEZ	-	2	-	19	18	8	23	6	18	94	3,79
FAODO	-	1	-	17	20	4	8	1	13	64	2,58
INFI	-	1	-	14	7	-	-	-	8	30	1,21
INMA	-	-	-	2	4	5	11	-	3	25	1,01
INQUI	-	1	-	15	12	9	12	-	10	59	2,38
Total	10	38	13	380	607	340	568	74	445	2.477	100,00

Legenda: (ACA) Abrigo para carros; (AUD) Auditório e/ou anfiteatro; (BIB) Biblioteca; (LAB) Laboratório; (OEF) Outros espaços físicos; (SAU) Sala de aula; (SAN) Sanitários; (SDO) Sala para docente; (SUD) Sala para uso diverso; (UAS) Unidade da Administração Setorial.

Fonte: CPO/PROADI(FEV/2016)

Em relação à tabela 105, observa-se que houve a entrega de edificação no Campus de Três Lagoas, Nova Andradina e em Campo Grande na FACFAN, ampliando o número de espaços físicos existentes na UFMS.

Tabela 105 - Espaços físicos diversos existentes nas Unidades da Administração Setorial (UAS), em 2016.

UAS	ACA	AUD	BIB	LAB	SAN	SAU	SDO	SUD	OEF	Total	Percentual
CCBS	-	4	-	86	178	30	92	22	108	520	20,83
CCHS	-	6	-	24	112	36	104	22	40	344	13,78
CPAN	1	4	2	40	68	48	38	18	47	266	10,66
CPAQ	1	4	2	27	22	32	14	1	28	131	5,25
CPAR	1	1	1	3	20	12	11	-	6	55	2,20
CPBO	1	1	1	1	20	08	11	-	3	46	1,84
CPCS	1	1	1	16	11	11	22	2	10	75	3,00
CPCX	1	1	1	11	10	12	12	-	4	52	2,08
CPNA	1	1	1	1	6	19	1	3	9	42	1,68
CPNV	1	1	1	1	2	8	9	-	5	28	1,12
CPPP	1	1	1	6	5	10	9	-	3	36	1,44
CPTL	1	2	2	47	39	44	79	-	40	254	10,18
FACOM	-	2	-	11	12	2	34	-	9	70	2,80
FADIR	-	1	-	1	4	12	3	-	3	24	0,96
FAENG	-	1	-	35	33	30	76	-	62	237	9,50
FAMED	-	2	-	5	8	10	1	-	17	43	1,72
FAMEZ	-	2	-	19	18	8	23	6	19	95	3,81
FAODO	-	1	-	17	20	4	8	1	13	64	2,56
INFI	-	1	-	14	7	-	-	-	8	30	1,20
INMA	-	-	-	2	4	5	11	-	3	25	1,00
INQUI	-	1	-	15	12	9	12	-	10	59	2,36
Total	10	38	13	382	611	350	570	75	447	2496	100

Legenda: (ACA) Abrigo para carros; (AUD) Auditório e/ou anfiteatro; (BIB) Biblioteca; (LAB) Laboratório; (OEF) Outros espaços físicos; (SAU) Sala de aula; (SAN) Sanitários; (SDO) Sala para docente; (SUD) Sala para uso diverso; (UAS) Unidade da Administração Setorial.

Fonte: CPO/PROADI (DEZ/2017)

Em 2016, foram entregues os edifícios em Aquidauana e o Galpão da FAMEZ em Campo Grande, resultando em uma ampliação do número de espaços físicos existentes na UFMS.

Segundo a CPO/PROADI no ano de 2017 não foram levantadas informações relativas ao quantitativo de salas de aula, bibliotecas, laboratórios, anfiteatros e espaços físicos diversos.

3.5.1.2.6 Acessibilidade

Em relação à acessibilidade aos locais de funcionamento e às suas dependências, de um modo geral, são bem servidos por linhas regulares de transporte coletivo, faixas elevadas, sinalizações de trânsitos, entre outras.

Quanto à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, a UFMS vem fazendo um grande esforço para dotar os seus prédios com equipamentos que permitam facilitar o livre acesso. A implantação dos equipamentos para a acessibilidade nos prédios antigos está sendo realizada conforme a disponibilidade de recursos orçamentário-financeiros, entretanto, as novas construções já são projetadas atendendo estes requisitos. Essa questão, entretanto, já devidamente diagnosticada, faz parte de um programa de ações que se encontra em implementação.

3.5.1.3 COORDENADORIA DE BIBLIOTECAS (CBI)

A Coordenadoria de Bibliotecas é responsável por oferecer suporte técnico às atividades desenvolvidas pelas nove Seções de Bibliotecas dos demais Campi, formando o Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFMS:

- I - Biblioteca do Campus de Aquidauana;
- II - Biblioteca do Campus de Chapadão do Sul;
- III - Biblioteca do Campus de Coxim;
- IV - Biblioteca do Campus de Naviraí;
- V - Biblioteca do Campus de Nova Andradina;
- VI - Biblioteca do Campus do Pantanal;
- VII - Biblioteca do Campus de Paranaíba;
- VIII - Biblioteca do Campus de Ponta Porã;
- IX - Biblioteca do Campus de Três Lagoas – Unidade I e Unidade II.

A coordenação e supervisão das atividades da Biblioteca Central também são de responsabilidade da Coordenadoria de Bibliotecas. A Seção de Biblioteca de Bonito começou a ser desativada em 2015, tendo seus livros gradativamente transferidos para a Biblioteca Central e para as Seções de Bibliotecas da UFMS.

Desde 2008, as Bibliotecas da UFMS utilizam o Software Pergamum para gerenciamento do acervo bibliográfico e dos serviços e produtos que oferece:

- I - Empréstimo Domiciliar - ED
- II - Empréstimo entre Bibliotecas - EEB da UFMS;
- III - Empréstimo Especial - EE;
- IV - catálogo coletivo automatizado para pesquisas ao acervo das Bibliotecas da UFMS;
- V - acesso à base de dados;
- VI - acesso a livros eletrônicos de compra perpétua (Editoras: Springer, Elsevier e Atheneu);
- VII - cadastro de usuários;
- VIII - renovação e reserva de materiais;
- IX - nada consta;
- X - treinamentos e visitas orientadas;
- XI - guarda-volumes;
- XII - comutação bibliográfica no Brasil e no exterior;
- XIII - levantamento bibliográfico;
- XIV - catalogação na fonte;
- XV - recursos para pesquisas;
- XVI - salas de estudo;
- XVII - orientação bibliográfica;
- XVIII - aquisição e tratamento técnico de materiais bibliográficos.

Além da variedade de materiais bibliográficos que compõem o acervo, as Bibliotecas da UFMS contam com acesso a bases de dados como o Portal de Periódicos da Capes e Portal

Minha Biblioteca.

O Portal de Periódicos da Capes possui um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Pode ser acessado por meio de computadores institucionais, entre eles, os presentes na Sala de Pesquisa da Biblioteca Central, através de IP reconhecido. O acesso remoto é realizado através do Passaporte UFMS.

O Portal Minha Biblioteca é um consórcio formado por quatro editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma de e-books com conteúdo técnico e científico. Atualmente permite acesso há mais de 8000 e-books na íntegra, para todas as áreas do conhecimento.

3.5.1.3.1 Participação da CBI em Redes Cooperativas de Informação

- Centro Difusor da REDUC (Rede Latino-americana de Informacion Y Documentation em Educacion) – Fundação Carlos Chagas.
- Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde/BIREME – 1981.
- Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde/Área: Odontologia - BIREME/USP/BBO – 1982.
- Rede de Bibliotecas da área de Psicologia – ReBAp - 2001.
- Unidade Cooperante que integra a Rede CEN/IBICT – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas.
- Unidade Cooperante que integra a Rede COMUT/IBICT - Comutação bibliográfica de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

3.5.1.3.2 Biblioteca central

A Biblioteca Central é a unidade que comporta o maior acervo bibliográfico entre as demais bibliotecas da UFMS. Inaugurada em 2008, o prédio da Biblioteca Central possui uma área de 3.626 m², distribuída em 3 (três) pavimentos: térreo - 1.273,83 m², 1º andar - 1.087,42 m² e 2º andar - 1.081,42 m². Este prédio, destinado também às pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidades reduzidas conta com acesso à internet em todos os pavimentos. Tem sala de pesquisa com internet para pesquisas acadêmicas, incluindo equipamentos para portadores de necessidades especiais visuais, sala de Treinamento com oferecimento de cursos para a comunidade universitária e externa, salas de estudo entre outros serviços (Tabela 106).

A coordenação e supervisão das atividades da Biblioteca Central são de responsabilidade da Coordenadoria de Bibliotecas.

Tabela 106 - Infraestrutura da Biblioteca Central - Julho de 2017.

Espaço	Especificação	Quant.	Assentos	Área (m ²) *
Administração*	Sala	-	-	705,47
	Total			705,47
Acervo* Bibliográfico	Estante Comum	90	-	
	Estante Dupla Face	427	-	
	Expositor	2	-	
	Total	519	-	1.066,87
Guarda Volumes	Estante Comum	3	-	
	Armários	192	-	
	Total	195	-	44,42
Salas de Estudo em Grupo	Mesa	7	32	
	Total	7	32	48,00
Sala de Internet	Computadores	10	10	
	Equipamentos para portadores de necessidades especiais (computador)	1	1	-
	Equipamentos para portadores de necessidades especiais (mesa)	1	1	-
	Equipamentos para portadores de necessidades especiais (impressora braile)	1	1	-
	Total	13	13	36,00
Sala de Leitura	Cabine Individual	109	109	
	Mesa Redonda	7	28	
	Total	116	137	679,92
Sala de Treinamento	Cadeira com Braço	50	50	
	Total	50	50	43,66

*Fonte: Relatório da Coordenadoria de Biblioteca Central, 2014.

Ainda quanto à acessibilidade, o prédio da Biblioteca Central oferece banheiros com portas mais largas; elevador dotado de dispositivo para a leitura em braile, bem como, rampas e outras partes da edificação, atendendo às normas de acessibilidade previstas na NBR 9050 da ABNT.

No quesito segurança, a prevenção contra incêndio conta com a instalação de lajes protetoras entre os andares no perímetro externo do prédio, que impede que o fogo suba de um andar para o outro.

A dificuldade de ventilação se dá com o não funcionamento de alguns aparelhos de ar-condicionado central que estão quebrados há quase um ano.

O horário de funcionamento da Biblioteca Central foi estendido em 2017, a pedido da nova gestão da Reitoria, visando atender os usuários em períodos anteriores ao horário de início das aulas. Hoje, o atendimento é realizado das 06h30min às 22h00 de segunda à sexta-feira e das 06h30min às 12h00 aos sábados.

3.5.1.3.3 Processamento técnico dos materiais bibliográficos

Para o processamento técnico dos documentos destinados ao acervo da Biblioteca Central e Seções de Bibliotecas da UFMS são adotados os seguintes instrumentos de trabalho:

- Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2 – 2ª edição);

- Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional;
- Tabela CUTTER;
- Classificação Decimal de Dewey (CDD).

3.5.1.3.4 Acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas

O acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFMS é composto por livros, CDs e DVDs, periódicos, mapas, teses e dissertações, folhetos e livros eletrônicos de compra perpétua e destina-se à comunidade universitária para consulta e empréstimo domiciliar, visando dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFMS. A comunidade externa acessa livremente o acervo, apenas para consulta local.

As tabelas 107, 108 e 109 mostram a evolução do acervo bibliográfico em títulos por tipo de material, incluindo materiais incorporados por compra, doação e permuta:

Tabela 107 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS - Janeiro a Dezembro de 2015.

Bibliotecas	DEZ/15							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e dissertações impressas	Folhetos	Ebooks de compra perpétua	
Biblioteca Central	58055	102	917	1	1411	48	18112	78646
CPAN	18815	3	76	12	0	0	0	18906
CPAQ	18150	24	42	19	3	0	0	18238
CPAR	2158	20	23	0	0	0	0	2201
CPBO	201	0	4	0	0	0	0	205
CPCS	1307	3	56	0	0	3	0	1369
CPCX	3470	1	63	0	0	0	0	3534
CPNA	1613	0	75	1	0	1	0	1690
CPNV	2107	2	53	0	1	0	0	2163
CPPP	835	1	19	0	0	0	0	855
CPTL	20297	2	62	30	5	5	0	20401
Total	127.008	158	1.390	63	1.420	57	18.112	148.208

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Tabela 108 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.

Bibliotecas	DEZ/16							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e dissertações impressas	Folhetos	E-books de compra perpétua	
Biblioteca Central	58663	102	966	1	1411	48	18112	79303
CPAN	18997	3	76	12	0	0	0	19088
CPAQ	18550	24	44	19	5	0	0	18642
CPAR	2369	20	25	0	0	2	0	2416
CPBO	201	0	4	0	0	0	0	205

CPCS	1361	3	59	0	0	3	0	1426
CPCX	3650	1	64	0	0	0	0	3715
CPNA	1778	2	76	1	0	1	0	1858
CPNV	2134	2	55	0	1	0	0	2192
CPPP	911	1	23	0	0	0	0	935
CPTL	20754	2	63	30	5	31	0	20885
Total	129.368	160	1.455	63	1.422	85	18.112	150.665

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Tabela 109 - Evolução do quantitativo de TÍTULOS por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.

Bibliotecas	JUL/17							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e dissertações impressas	Folhetos	Ebooks de compra perpétua	
Biblioteca Central	59221	104	968	1	1411	48	18157	79910
CPAN	19081	3	76	12	0	0	0	19172
CPAQ	18736	24	44	19	7	0	0	18830
CPAR	2691	20	25	0	0	2	0	2738
CPBO	201	0	4	0	0	0	0	205
CPCS	1402	3	59	0	0	4	0	1468
CPCX	3731	1	64	0	0	0	0	3796
CPNA	1862	2	76	1	0	1	0	1942
CPNV	2256	3	55	0	1	0	0	2315
CPPP	951	1	23	0	0	0	0	975
CPTL	21139	2	63	30	5	31	0	21270
Total	131.271	163	1.457	63	1.424	86	18.157	152.621

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Embora a redução nos recursos financeiros tenha impactado negativamente na compra e atualização do acervo das Bibliotecas da UFMS, o quantitativo de títulos obteve resultados positivos alavancados também pelas doações recebidas nos últimos 3 anos. Ainda, o acréscimo pouco significativo de 2.457 títulos de 2016 em relação a 2015 e de 1.956 títulos até julho de 2017 em relação a 2016 é resultado também da padronização ocorrida pelo bibliotecário dentro do Sistema Pergamum. Esta padronização resulta em agrupar títulos idênticos presentes em diferentes Bibliotecas da UFMS em um único registro, mantendo o Catálogo Online livre de informações duplicadas, ambiguidades e ainda facilitando a pesquisa do usuário.

O livro continua sendo o material mais incorporado ao acervo em relação aos demais tipos de materiais. Isso se dá principalmente com as sugestões realizadas pelos professores para a compra de livros e pela adoção do Repositório Institucional para armazenamento de teses e dissertações digitalizadas.

A incorporação de 45 títulos de e-books de aquisição perpétua ao acervo bibliográfico em janeiro de 2017 potencializou o acesso dos usuários da área da saúde a títulos atualizados, em português, da Editora Atheneu.

Nas tabelas 110, 111 e 112 é possível visualizar um panorama da evolução do quantitativo de exemplares por tipo de material, incluindo materiais incorporados por compra, doação e permuta:

Tabela 110 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2015.

Bibliotecas	DEZ/15							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e Dissertações impressas	Folhetos	Ebooks de compra perpétua	
Biblioteca Central	148766	1676	49093	1	1718	79	18112	219445
CPAN	47349	209	599	27	0	0	0	48184
CPAQ	41469	69	454	37	3	0	0	42032
CPAR	8523	188	220	0	0	0	0	8931
CPBO	218	10	7	0	0	0	0	235
CPCS	5140	66	918	0	0	7	0	6131
CPCX	8031	158	821	0	0	0	0	9010
CPNA	3703	42	880	1	0	1	0	4627
CPNV	6191	8	365	0	1	0	0	6565
CPPP	3763	94	126	0	0	0	0	3983
CPTL	56730	197	555	30	5	5	0	57522
Total	329.883	2.717	54.038	96	1.727	92	18.112	406.665

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Tabela 111 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.

Bibliotecas	DEZ/15							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e Dissertações impressas	Folhetos	Ebooks de compra perpétua	
Biblioteca Central	150576	1721	52103	1	1718	79	18112	224310
CPAN	47651	216	615	27	0	0	0	48509
CPAQ	42013	76	488	37	5	0	0	42619
CPAR	8826	191	278	0	0	2	0	9297
CPBO	218	10	7	0	0	0	0	235
CPCS	5252	66	1024	0	0	7	0	6349
CPCX	8376	167	847	0	0	0	0	9390
CPNA	4039	52	901	1	0	1	0	4994
CPNV	6233	8	396	0	1	0	0	6638
CPPP	3987	95	150	0	0	0	0	4232
CPTL	58442	197	590	30	5	62	0	59326
Total	335.613	2.799	57.399	96	1.729	151	18.112	415.899

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Tabela 112 - Evolução do quantitativo de EXEMPLARES por tipo de material do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.

Bibliotecas	JUL/17							Total
	Livros	CDs e DVDs	Periódicos (fascículos)	Mapas	Teses e dissertações impressas	Folhetos	Ebooks de compra perpétua	
Biblioteca Central	151921	1732	52332	1	1717	79	18157	225939
CPAN	47766	218	621	27	0	0	0	48632
CPAQ	42686	78	498	37	7	0	0	43306
CPAR	9584	191	278	0	0	2	0	10055
CPBO	218	10	7	0	0	0	0	235
CPCS	5319	66	1047	0	0	9	0	6441
CPCX	8558	184	856	0	0	0	0	9598
CPNA	4257	52	910	1	0	1	0	5221
CPNV	6390	9	403	0	1	0	0	6803
CPPP	4080	95	151	0	0	0	0	4326
CPTL	59533	201	601	30	5	62	0	60432
Total	340.312	2.836	57.704	96	1.730	153	18.157	420.978

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Assim como a evolução de títulos, o aumento de exemplares no triênio 2015 a julho 2017 não foi significativo, porém não foi interrompida.

Os critérios de doação foram revistos ao longo do primeiro semestre de 2017 e a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFMS (Resolução nº 198, de 12 de agosto de 2011) começou a ser atualizada com critérios mais rigorosos de formação de acervo, permitindo a não aceitação de materiais danificados, obsoletos e que não atendem aos requisitos curriculares dos cursos da UFMS.

Esta preocupação com as formas de aquisição, seja por licitação, doação ou permuta, vem de encontro ao estabelecido nos instrumentos de avaliação externa e às metas estabelecidas pela UFMS para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. A Instituição visa ter um acervo de excelência que atenda as bibliografias básicas e complementares em qualidade e quantidade suficientes para obter os melhores conceitos nas avaliações realizadas pelo INEP/MEC.

Por esta razão, embora a quantidade de crescimento do acervo seja importante, a qualidade e a finalidade dos materiais devem ser consideradas.

A tabela 113 apresenta a evolução do acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFMS, de janeiro de 2015 a julho de 2017. Para efeito da análise são considerados o quantitativo de livros, CDs e DVDs, periódicos (fascículos), mapas, teses e dissertações impressas, folhetos e e-books.

Tabela 113 - Evolução do acervo bibliográfico (exemplares) do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017

Ano	BC	CPAN	CPAQ	CPAR	CPBO	CPCS	CPCX	CPNA	CPNV	CPPP	CPTL	Total/ Ano
2015	-6.633	1.818	1.673	802	20	497	728	199	632	502	1.922	2.160
2016	4.865	325	587	366	0	218	380	367	73	249	1.804	9.234
2017	1630	123	687	758	0	92	208	227	165	94	1106	5.090
Total	-138	2.266	2.947	1.926	20	807	1.316	793	870	845	4.832	16.484
MÉDIA	-46	755,33	982,33	642	6,7	269	438,67	264,33	290	281,7	1611	5494,7

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Para o cálculo da evolução do acervo consideramos a diferença entre o número total de acervo do ano analisado e o número total do acervo do ano anterior ao mesmo.

O valor negativo mostrado na tabela 113 representa uma parcela de 31.008 exemplares de periódicos retirados do Sistema Pergamum na gestão anterior antes denominada Coordenadoria de Biblioteca Central.

Por razões que a gestão atual desconhece essa retirada do Sistema Pergamum representou uma quebra no crescimento do acervo geral da Biblioteca Central que acreditamos ser sanada até o final do ano de 2017. Esta situação não impediu o crescimento dos exemplares de livros, uma vez que os mesmos continuaram a ser inseridos, mesmo com o decréscimo do acervo de periódicos.

Na tabela 114 observa-se a evolução do acervo de livros incorporados no Sistema Pergamum através de licitação, doação ou permuta.

Tabela 114 - Número de exemplares de livros incorporados ao acervo das Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

Ano	BC	CPAN	CPAQ	CPAR	CPBO	CPCS	CPCX	CPNA	CPNV	CPPP	CPTL	Total/ Ano
2015	6.186	1.799	1.570	722	20	421	610	243	603	466	1.820	14.460
2016	1.810	302	544	303	0	112	345	336	42	224	1.712	5.730
2017	1.345	115	673	758	0	67	182	218	157	93	1.091	4.699
Total	9.341	2.216	2.787	1.783	20	600	1.137	797	802	783	4.623	24.889

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

3.5.1.3.5 Repositório Institucional (RI)

O Repositório Institucional (RI) da UFMS começou a ser formado com a migração da coleção de teses e dissertações defendidas na UFMS que estavam disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMS). Essa iniciativa visa estimular o armazenamento, a preservação e disseminação do conhecimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural produzido pelos pesquisadores da UFMS. O Repositório Institucional possui teses e dissertações defendidas pelos pesquisadores a partir de 2006. É possível encontrar teses e dissertações impressas, anteriores a 2006, no acervo físico da Biblioteca Central.

O Repositório Institucional da UFMS armazena atualmente 2.973 documentos, entre eles teses e dissertações, artigos, livros e capítulos de livros dando maior visibilidade à produção científica produzida. O acesso ao RI é feito por meio da página da Biblioteca Central www.biblioteca.ufms.br e seu conteúdo também está disponível no site OasisBR, Portal Brasileiro de

Publicações Científicas em Acesso Aberto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no link: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/>.

Percebendo as deficiências de ações para efetivação da Política aprovada através da Resolução nº 61, COPP, de 21 de julho de 2011, em 2017, a atual gestão da Coordenadoria de Bibliotecas deu início as seguintes demandas:

- a) Designação de um gestor para as Políticas de Acesso Aberto que produzisse um plano estratégico para a integração entre a produção da pesquisa, sua disseminação e visibilidade;
- b) Formação do Comitê Gestor das Políticas de Acesso Aberto com membros de setores estratégicos da UFMS;
- c) Avaliação da infraestrutura tecnológica e equipe para atualização do software;
- d) Desenvolvimento do plano Operativo do repositório institucional em todos os níveis: criação de gestores de comunidades, políticas de comunidades, designação de membros depositantes, treinamentos e disseminação de resultados.

Como parte integrante do acervo das Bibliotecas da UFMS o quantitativo de documentos do Repositório Institucional é apresentado na tabela 115

Tabela 115 - Evolução do quantitativo de documentos do Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

DEZ/15	DEZ/16	JUL/17*
2.202	2.700	2.973

Fonte: Relatórios da Coordenadoria de Biblioteca Central, 2015 e 2016.

*Fonte: Repositório Institucional da UFMS <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/>

Na tabela 116 são apresentados os valores do quantitativo de artigos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações defendidas na UFMS e em outras instituições, trabalhos apresentados em eventos e monografias de conclusão de cursos de especialização.

3.5.1.3.6 USUÁRIOS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMS

São usuários do Sistema de Bibliotecas: a comunidade universitária (discentes dos cursos de graduação, pós-graduação, docentes e técnicos administrativos) e a comunidade externa.

Na tabela 116 é possível verificar o fluxo total de usuários que frequentaram a Biblioteca Central nos últimos 3 anos.

Tabela 116 – Fluxo de usuários na Biblioteca Central – Janeiro de 2015 a Julho de 2017

Bibliotecas	DEZ/2015*	DEZ/2016**	JUL/2017	Total
Biblioteca Central	139.817	302.918	161.250	603.985

Fonte: Relatórios da Coordenadoria de Biblioteca Central, 2015 e 2016.

*Greve de Técnico Adm. de 28/05/2015 a 07/10/2015; biblioteca fechada totalmente

**Greve de Técnico Adm. de 24/10/2016 a 01/11/2016; biblioteca aberta das 07h30min às 12h

Na greve de 2015 a Biblioteca Central ficou fechada por cerca de 4 meses prejudicando o fluxo de usuários. Entendo o prejuízo ocorrido na greve anterior, a Biblioteca Central abriu parcialmente na greve de 2016 permitindo acesso ao acervo, ao empréstimo e devolução de materiais. O índice de frequentadores foi alto mesmo com a abertura parcial.

O ano de 2017 apresentou índices elevados, podendo igualar e até mesmo superar o número de pessoas em suas instalações. Acredita-se que o número só não é maior porque o serviço de renovação online de materiais bibliográficos é efetivo e ilimitado, não necessitando da vinda do usuário à Biblioteca apenas para este fim.

O somatório de usuários é realizado pelo Sistema de Segurança presente na saída da Biblioteca Central. Como o funcionamento deste Sistema não é efetivo nos Campi, não é possível obter este dado nas demais Bibliotecas da UFMS.

3.5.1.3.7 Empréstimos e renovações no Sistema de Bibliotecas da UFMS

O quantitativo de empréstimos e renovações nas Bibliotecas da UFMS vêm crescendo ano a ano. Com exceção do Campus de Bonito que ainda possui alguns exemplares, mas está com seu acervo sendo desativado, todas as Bibliotecas elevaram os serviços citados, e já em meados de 2017 temos a percepção que a marca de 173.402 de empréstimos e renovações de 2016 será superada, como se observa na Tabela 117.

Tabela 117 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017

Bibliotecas	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
Biblioteca Central	87886	99127	87107	274120
CPAN	10248	11185	8936	30369
CPAQ	6149	10428	7966	24543
CPAR	8825	11042	6315	26182
CPBO	443	4	0	447
CPCS	2255	3087	2475	7817
CPCX	2879	3704	2102	8685
CPNA	1636	2250	950	4836
CPNV	1213	1397	1928	4538
CPPP	1032	1628	1516	4176
CPTL	16830	29550	29431	75811
Total	139.396	173.402	148.726	461.524

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Ainda, nas tabelas 118, 119 e 120, apresentamos o quantitativo de empréstimo e renovações por área do conhecimento e categoria de usuários.

Tabela 118 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2015.

Área	Categoria de Usuários	BC	CPAN	CPAQ	CPAR	CPBO	CPCS	CPCX	CPNA	CPNV	CPPP	CPTL
000	Graduação	3.378	478	99	323	24	21	188	6	61	269	299
	Pós-Graduação	219	1	7	0	0	0	0	0	0	0	4
	Docentes	174	47	14	36	2	1	71	0	9	51	22
	Técnico Adm.	157	3	0	12	0	0	11	1	0	14	9
	TOTAL 000	3.928	529	120	371	26	22	270	7	70	334	334
100	Graduação	1.839	631	57	1.028	0	0	34	10	70	5	65
	Pós-Graduação	131	10	0	0	0	0	0	0	0	0	8
	Docentes	128	36	2	58	0	0	14	0	22	0	17
	Técnico Adm.	97	7	5	71	1	0	0	0	3	0	14
	TOTAL 100	2.195	684	64	1.157	1	0	48	10	95	5	104
200	Graduação	132	7	5	4	0	0	4	3	6	0	13
	Pós-Graduação	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Docentes	3	0	4	0	0	0	2	0	1	0	0
	Técnico Adm.	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	TOTAL 200	145	7	9	4	0	0	6	3	8	0	13
300	Graduação	11.089	1.982	1.108	997	114	20	131	214	744	103	5.177
	Pós-Graduação	720	66	66	0	0	3	0	0	0	0	59
	Docentes	371	254	135	94	10	22	86	7	113	28	138
	Técnico Adm.	779	165	56	84	0	4	19	2	48	5	101
	TOTAL 300	12.959	2.467	1.365	1.175	124	49	236	223	905	136	5.475
400	Graduação	940	232	119	22	0	0	114	20	9	5	692

400	Pós-Graduação	133	2	1	0	0	0	0	0	0	0	197
	Docentes	90	57	46	0	0	0	55	0	0	8	27
	Técnico Adm.	122	4	26	1	0	0	22	0	0	1	30
	TOTAL 400	1.285	295	192	23	0	0	191	20	9	14	946
500	Graduação	23.145	2.476	2.076	2.333	2	667	174	3	2	445	4.153
	Pós-Graduação	943	6	35	0	0	88	0	0	0	0	25
	Docentes	456	108	95	202	0	47	17	1	0	50	48
	Técnico Adm.	425	24	33	36	1	56	0	12	0	4	24
	TOTAL 500	24.969	2.614	2.239	2.571	3	858	191	16	2	499	4.250
600	Graduação	34.560	2.498	956	3.389	267	941	1.391	1.091	2	27	4.427
	Pós-Graduação	1.095	7	14	0	0	163	0	0	0	0	5
	Docentes	641	149	77	87	14	124	76	38	0	12	96
	Técnico Adm.	1.010	50	26	20	8	59	27	5	0	0	110
	TOTAL 600	37.306	2.704	1.073	3.496	289	1.287	1.494	1.134	2	39	4.638
700	Graduação	1.736	122	85	5	0	14	4	6	8	0	16
	Pós-Graduação	50	0	13	0	0	4	0	0	0	0	0
	Docentes	138	1	12	0	0	3	1	0	0	0	0
	Técnico Adm.	40	0	1	0	0	0	1	0	0	0	7
	TOTAL 700	1.964	123	111	5	0	21	6	6	8	0	23
800	Graduação	1.666	401	280	10	0	0	99	11	60	3	407
	Pós-Graduação	77	2	7	0	0	4	0	0	0	0	152
	Docentes	52	24	32	0	0	0	29	0	1	0	9
	Técnico Adm.	110	10	10	1	0	0	6	0	15	0	54
	TOTAL 800	1.905	437	329	11	0	4	134	11	76	3	622
900	Graduação	1.077	235	484	7	0	10	235	188	12	2	365

900	Pós- -Gra- duação	46	6	83	0	0	2	0	0	0	0	29
	Docen- tes	28	114	65	4	0	1	60	18	19	0	9
	Técnico Adm.	79	33	15	1	0	1	8	0	7	0	22
	TOTAL 900	1.230	388	647	12	0	14	303	206	38	2	425
TOTAL POR CATEGORIA	Gradu- ação	79.562	9.062	5.269	8.118	407	1.673	2.374	1.552	974	859	15.614
	Pós- -Gra- duação	3.422	100	226	0	0	264	0	0	0	0	479
	Docen- tes	2.081	790	482	481	26	198	411	64	165	149	366
	Técnico Adm.	2.821	296	172	226	10	120	94	20	74	24	371
Total geral	87.886	10.248	6.149	8.825	443	2.255	2.879	1.636	1.213	1.032	16.830	

Tabela 119 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Dezembro de 2016.

Área	Usuários	BC	CPAN	CPAQ	CPAR	CPBO	CPCS	CPCX	CPNA	CPNV	CPPP	CPTL	Total
000	Graduação	3.681	509	84	496	0	18	168	50	58	462	529	6.055
	Pós-Graduação	183	16	8	0	0	0	0	0	0	0	17	224
	Docentes	198	74	21	21	0	0	33	4	13	31	56	451
	Técnico Adm. Técnico-Administrativo	120	1	3	8	0	0	7	1	6	20	11	177
	TOTAL 000	4.182	600	116	525	0	18	208	55	77	513	613	6.907
100	Graduação	2.970	639	67	1.569	0	2	29	6	75	6	271	5.634
	Pós-Graduação	167	22	0	0	0	0	0	0	0	0	15	204
	Docentes	150	35	5	47	0	0	8	1	24	1	14	285
	Técnico Adm.	78	12	3	116	0	1	0	0	3	0	25	238
	TOTAL 100	3.365	708	75	1.732	0	3	37	7	102	7	325	6.361
200	Graduação	204	13	7	0	0	0	9	5	13	0	41	292
	Pós-Graduação	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	Docentes	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	Técnico Adm.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
	TOTAL 200	211	14	7	0	0	0	9	5	14	0	42	302
300	Graduação	12.174	2.674	2.025	1.743	2	64	357	315	724	275	9.503	0
	Pós-Graduação	1.017	134	90	0	0	9	0	0	0	0	96	0
	Docentes	459	201	275	145	1	6	183	21	119	49	137	0

300	Técnico Adm.	771	202	127	30	0	13	50	4	48	19	153	0
	TOTAL 300	14.421	3.211	2.517	1.918	3	92	590	340	891	343	9.889	0
400	Graduação	1.051	236	213	0	0	0	175	0	5	19	1.087	2.786
	Pós-Graduação	105	1	0	0	0	0	1	0	0	0	347	454
	Docentes	102	8	86	0	0	0	93	0	1	0	32	322
	Técnico Adm.	146	4	11	0	0	0	6	0	0	1	46	214
	TOTAL 400	1.404	249	310	0	0	0	275	0	6	20	1.512	3.776
500	Graduação	26.353	2.714	3.734	3.127	0	873	128	97	3	585	6.277	43.891
	Pós-Graduação	909	14	36	0	0	70	1	0	0	0	44	1.074
	Docentes	567	90	192	154	0	65	24	7	0	117	85	1.301
	Técnico Adm.	432	57	85	23	0	52	1	0	0	10	77	737
	TOTAL 500	28.261	2.875	4.047	3.304	0	1.060	154	104	3	712	6.483	47.003
600	Graduação	38.189	1.995	1.810	3.432	0	1.501	1.473	1.421	1	20	8.430	58.272
	Pós-Graduação	1.120	0	23	0	0	190	0	0	0	0	11	1.344
	Docentes	706	192	206	104	0	94	96	33	4	3	150	1.588
	Técnico Adm.	906	94	26	6	1	95	66	0	1	9	126	1.330
	TOTAL 600	40.921	2.281	2.065	3.542	1	1.880	1.635	1.454	6	32	8.717	62.534
700	Graduação	2.028	126	81	6	0	9	24	3	8	0	22	2.307
	Pós-Graduação	77	0	2	0	0	0	0	0	0	0	6	85
	Docentes	148	68	5	0	0	2	0	0	0	0	1	224
	Técnico Adm.	95	6	0	0	0	0	14	0	1	1	11	128

700	TOTAL 700	2.348	200	88	6	0	11	38	3	9	1	40	2.744
800	Graduação	2.118	449	274	2	0	1	189	19	198	0	934	4.184
	Pós-Graduação	73	10	9	0	0	0	0	0	0	0	106	198
	Docentes	70	44	70	0	0	0	42	0	26	0	21	273
	Técnico Adm.	108	9	12	2	0	0	9	0	13	0	102	255
	TOTAL 800	2.369	512	365	4	0	1	240	19	237	0	1.163	4.910
900	Graduação	1.412	379	611	10	0	14	289	218	42	0	644	3.619
	Pós-Graduação	78	15	50	0	0	5	2	0	0	0	65	215
	Docentes	69	134	126	0	0	1	180	43	10	0	35	598
	Técnico Adm.	86	7	51	1	0	2	47	2	0	0	22	218
	TOTAL 900	1.645	535	838	11	0	22	518	263	52	0	766	4.650
TOTAL POR CATEGORIA	Graduação	90.180	9.734	8.906	10.385	2	2.482	2.841	2.134	1.127	1.367	27.738	156.896
	Pós-Graduação	3.733	212	218	0	0	274	4	0	0	0	707	5.148
	Docentes	2.472	847	986	471	1	168	659	109	197	201	531	6.642
	Técnico Adm.	2.742	392	318	186	1	163	200	7	73	60	574	4.716
Total geral	99.127	11.185	10.428	11.042	4	3.087	3.704	2.250	1.397	1.628	29.550	173.402	

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

Tabela 120 - Empréstimo domiciliar e renovação de materiais bibliográficos por área de conhecimento e categoria de usuário nas Bibliotecas da UFMS – Janeiro a Julho de 2017.

JUL/17													
Área	Usuários	BC	CPAN	CPAQ	CPAR	CPBO	CPCS	CPCX	CPNA	CPNV	CPPP	CPTL	Total
000	Graduação	3.355	398	156	270	0	0	96	11	81	250	373	4.990
	Pós-Graduação	162	8	0	0	0	0	0	0	0	0	13	183
	Docentes	136	26	16	13	0	0	24	0	4	11	29	259
	Técnico Adm.	159	2	0	0	0	0	4	0	0	22	9	196
	TOTAL 000	3.812	434	172	283	0	0	124	11	85	283	424	5.628
100	Graduação	2.508	670	142	1.194	0	0	29	1	87	12	275	4.918
	Pós-Graduação	118	12	0	0	0	0	0	0	0	0	6	136
	Docentes	61	22	6	19	0	0	7	0	1	1	5	122
	Técnico Adm.	78	8	2	21	0	0	0	0	2	1	8	120
	TOTAL 100	2.765	712	150	1.234	0	0	36	1	90	14	294	5.296
200	Graduação	102	6	29	0	0	0	0	0	16	0	9	162
	Pós-Graduação	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Docentes	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Técnico Adm.	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	TOTAL 200	112	9	29	0	0	0	0	0	16	0	9	175
300	Graduação	10.658	1.860	1.653	966	0	81	109	108	1.347	419	10.034	0
	Pós-Graduação	725	188	18	0	0	6	4	0	0	0	69	0
	Docentes	251	89	22	69	0	1	48	2	90	21	44	0
	Técnico Adm.	602	126	30	28	0	7	36	0	24	30	97	0
	TOTAL 300	12.236	2.263	1.723	1.063	0	95	197	110	1.461	470	10.244	0
400	Graduação	726	255	324	4	0	0	176	0	10	26	897	2.418

400	Pós-Graduação	47	2	0	0	0	0	3	0	0	0	209	261
	Docentes	55	2	40	0	0	0	24	0	0	0	27	148
	Técnico Adm.	84	2	13	0	0	0	6	0	0	7	6	118
	TOTAL 400	912	261	377	4	0	0	209	0	10	33	1.139	2.945
500	Graduação	25.190	2.345	2.752	1.603	0	904	53	56	7	601	5.438	38.949
	Pós-Graduação	870	1	15	0	0	26	0	0	0	0	8	920
	Docentes	278	38	123	74	0	54	29	2	0	78	67	743
	Técnico Adm.	339	18	27	8	0	31	0	0	2	7	41	473
	TOTAL 500	26.677	2.402	2.917	1.685	0	1.015	82	58	9	686	5.554	41.085
600	Graduação	34.346	1.794	1.211	1.827	0	1.056	957	605	46	3	9.726	51.571
	Pós-Graduação	366	20	12	0	0	158	0	0	0	0	13	569
	Docentes	523	161	82	122	0	60	90	16	1	3	121	1.179
	Técnico Adm.	515	20	8	33	0	42	24	0	2	2	89	735
	TOTAL 600	35.750	1.995	1.313	1.982	0	1.316	1.071	621	49	8	9.949	54.054
700	Graduação	1.535	106	59	1	0	6	12	0	3	3	21	1.746
	Pós-Graduação	35	0	7	0	0	1	0	0	0	0	3	46
	Docentes	98	3	4	0	0	3	0	0	0	1	0	109
	Técnico Adm.	42	17	1	0	0	0	0	0	0	0	4	64
	TOTAL 700	1.710	126	71	1	0	10	12	0	3	4	28	1.965
800	Graduação	1.442	278	344	46	0	0	112	5	104	9	605	2.945
	Pós-Graduação	54	20	2	0	0	0	5	0	0	0	93	174
	Docentes	45	25	38	0	0	0	19	1	5	0	14	147
	Técnico Adm.	65	12	8	0	0	0	5	0	0	2	22	114

800	TOTAL 800	1.606	335	392	46	0	0	141	6	109	11	734	3.380
900	Graduação	1.303	279	689	14	0	33	132	121	60	6	972	3.609
	Pós-Graduação	83	16	20	0	0	1	9	0	0	0	13	142
	Docentes	83	96	52	1	0	5	57	22	8	1	39	364
	Técnico Adm.	58	8	61	2	0	0	32	0	28	0	32	221
	TOTAL 900	1.527	399	822	17	0	39	230	143	96	7	1.056	4.336
TOTAL POR CATEGORIA	Graduação	81.165	7.991	7.359	5.925	0	2.080	1.676	907	1.761	1.329	28.350	138.543
	Pós-Graduação	2.465	267	74	0	0	192	21	0	0	0	427	3.446
	Docentes	1.531	463	383	298	0	123	298	43	109	116	346	3.710
	Técnico Adm.	1.946	215	150	92	0	80	107	0	58	71	308	3.027
Total geral	87.107	8.936	7.966	6.315	0	2.475	2.102	950	1.928	1.516	29.431	148.726	

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

As tabelas acima nos permitem avaliar que o empréstimo e a renovação são predominantes entre os discentes da graduação, principalmente devido ao número de usuários desta categoria que é maior que as demais na UFMS. Observamos ainda que o número de empréstimos e renovações entre os discentes de pós-graduação vem aumentando. Esse poderia ser ainda maior se os servidores da UFMS que cursam a pós-graduação na instituição utilizassem um cadastro de pós-graduação e não seu cadastro de servidor, para empréstimo e renovação.

Na tabela 121 a seguir, apresentamos o relatório consolidado de empréstimo de materiais por categoria de usuário.

Tabela 121 – Empréstimo domiciliar de materiais bibliográficos nas Bibliotecas da UFMS por categoria de usuário – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

Usuários	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
Graduação	125464	156896	138543	420903
Pós-Graduação	4491	5148	3446	13085
Docente	5213	6642	3710	15565
Técnico Adm.	4228	4716	3027	11971
Total	139.396	173.402	148.726	461.524

Fonte: Software Pergamum – Novembro/2017

3.5.1.3.8 Empréstimo entre bibliotecas (EEB)

O Empréstimo entre Bibliotecas é um serviço oferecido aos usuários das Bibliotecas. É um processo pelo qual uma Biblioteca da UFMS obtém de outra Biblioteca do Sistema determinado material bibliográfico, solicitado pelos seus usuários, e que não se encontra disponível em seu próprio acervo (Tabela 122).

Tabela 122 – Quantitativo de exemplares emprestados através do EEB – Janeiro a Julho de 2017.

Bibliotecas	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
Biblioteca Central	54	149	490	693
CPAN	21	65	59	145
CPAQ	42	71	44	157
CPAR	16	0	10	26
CPBO	10	13	7	30
CPCS	9	9	3	21
CPCX	44	61	24	129
CPNA	0	10	2	12
CPNV	16	40	55	111
CPPP	10	13	8	31
CPTL	53	106	81	240
Total	275	537	783	1.595

Fonte: Relatórios da Divisão de Acesso à Informação – Novembro/2017

O EEB é um serviço de destaque em qualquer Biblioteca, uma vez que ele potencializa o acervo apontando as suas deficiências mas ampliando as oportunidades do usuário em encontrar a informação que necessita.

3.5.1.3.9 Materiais recuperados

A Biblioteca Central realiza grande parte do serviço de recuperação de materiais bibliográficos pelo Sistema de Bibliotecas. O intuito é prolongar a vida útil do material, que tem seu desgaste ocasionado pelo uso frequente, por agentes biológicos (fungos, bactérias e outros) e pelo mau uso. A Tabela 123 apresenta o quantitativo de materiais recuperados pelo Sistema de Bibliotecas no período 2015 a jul/2017.

Tabela 123 - Materiais Recuperados pelo Sistema de Bibliotecas– Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

Bibliotecas	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
Biblioteca Central	982	1710	1055	3747
CPAN	53	223	0	276
CPAQ	91	19	0	110
CPAR	0	128	0	128
CPBO	0	0	0	0
CPCS	0	2	0	2
CPCX	0	0	0	0
CPNA	0	57	0	57
CPNV	0	0	0	0
CPPP	0	0	0	0
CPTL	64	114	0	178
Total	1.190	2.253	1.055	4.498

Fonte: Relatórios da Divisão de Acesso à Informação – Novembro/2017

Em 2018, a Coordenadoria de Bibliotecas pretende capacitar os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFMS para utilização frequente deste serviço em suas Unidades sendo esse um serviço fundamental para a manutenção do acervo bibliográfico.

3.5.1.3.10 Treinamentos

Os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFMS estão capacitados a oferecer aos usuários visitas orientadas à Biblioteca, treinamentos de normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de bases de dados em geral (Tabela 124).

Comumente, os treinamentos acontecem com agendamento e podem ser realizados na Biblioteca ou em sala de aula.

Tabela 124 – Usuários capacitados nos treinamentos do Sistema de Bibliotecas – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

Bibliotecas	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
Biblioteca Central	2689	2331	1534	6554
CPAN	0	0	0	0
CPAQ	0	0	0	0
CPAR	0	0	0	0
CPBO	0	0	0	0
CPCS	0	0	0	0
CPCX	0	0	0	0
CPNA	0	0	0	0
CPNV	0	0	0	0
CPPP	0	0	0	0
CPTL	0	0	0	0
Total	2689	2331	1534	6554

Fonte: Relatórios da Divisão de Acesso à Informação – Novembro/2017

Os treinamentos têm como finalidade capacitar o usuário no uso dos serviços e produtos que as Bibliotecas oferecem para que todo o recurso investido seja utilizado em sua totalidade.

A partir de 2016, a adesão aos treinamentos foi diminuindo e em 2017 foi relativamente baixa justificada pela não obrigatoriedade do curso para os novos usuários. Até 2015 o treinamento para novos usuários com visita orientada à Biblioteca era obrigatório para a retirada da carteirinha.

Com a substituição da carteirinha da Biblioteca pela Identidade Estudantil e a não obrigatoriedade do curso citado, as Bibliotecas passaram a ter maiores demandas de dúvidas no uso dos produtos e serviços das Bibliotecas. Para 2018, com a manutenção e inserção de novos estagiários no quadro de servidores, pretendemos ampliar o auxílio ao usuário no momento em que ele realiza a pesquisa no Catálogo Online, busca um livro na estante, realiza o empréstimo entre outros.

3.5.1.3.11 Aquisições de materiais bibliográficos

Como já relatado, nos últimos 3 anos, o orçamento destinado à compra de materiais bibliográficos sofreram cortes significativos. No ano de 2017, a Coordenadoria de Bibliotecas elaborou junto à Divisão de Aquisição de Material Bibliográfico – DIMB o Plano Anual de Aquisição de Materiais Bibliográficos com a finalidade de orientar os membros da Comissão de Seleção de Material Bibliográfico - Comabi, responsáveis pela listagem final de sugestões de compras, a realizarem sugestões com responsabilidade, atentos à bibliografia básica e complementar de cada curso.

Na tabela 125 está demonstrado o quantitativo de títulos, exemplares e o valor atribuído às UAS, para os anos de 2015 a 2017.

Tabela 125 – Aquisição de materiais bibliográficos para o Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

UAS*	Pregão 2015**			Pregão 2016**			Pregão 2017		
	Títulos	Exemplares	Valor Total (R\$)	Títulos	Exemplares	Valor Total (R\$)	Títulos	Exemplares	Valor Total (R\$)
CCBS	154	340	40.868,34	290	592	61.398,29	0	0	0,00
CCHS	766	1086	51.276,94	162	266	12.485,99	0	0	0,00
CPAN	219	219	13.248,86	43	68	10.242,46	0	0	0,00
CPAQ	835	883	29.554,61	619	892	37.277,45	59	125	9.372,49
CPAR	328	328	14.565,02	0	0	0,00	0	0	0,00
CPBO	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
CPCS	30	30	2.440,78	0	0	0,00	24	47	3.416,00
CPCX	257	571	54.059,54	0	0	0,00	38	83	3.972,76
CPNA	348	519	44.873,29	242	305	25.775,10	7	32	3.433,80
CPNV	258	258	8.111,52	0	0	0,00	5	11	966,34
CPPP	118	340	12.585,40	0	0	0,00	43	47	2.011,62
CPTL	767	2327	248.959,12	626	1341	125.923,62	111	340	19.841,30
DIPT/CBI	0	0	0,00	0	0	0,00	1	3	8.700,00
ESAN	0	0	0,00	79	187	10.102,09	31	126	6.597,00
FAALC	0	0	0,00	0	0	0,00	204	590	34.032,45
FACFAN	0	0	0,00	0	0	0,00	20	157	24.376,38
FACH	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
FACOM	78	78	6.421,89	0	0	0,00	16	86	16.561,68
FADIR	401	401	18.769,62	0	0	0,00	0	0	R\$ 0,00
FAED	0	0	0,00	0	0	0,00	106	420	23.852,48
FAENG	397	397	24.579,51	0	0	0,00	41	155	16.879,84
FAMED	109	406	61.291,89	0	0	0,00	32	163	15.829,87
FAMEZ	124	147	10.332,67	0	0	0,00	6	15	4.998,46
FAODO	28	56	9.557,17	0	0	0,00	0	0	0,00
INBIO	0	0	0,00	0	0	0,00	6	94	27.723,00
INFI	64	128	3.119,79	0	0	0,00	0	0	0,00
INISA	0	0	0,00	0	0	0,00	57	191	23.538,91
INMA	14	28	5.067,95	0	0	0,00	0	0	0,00
INQUI	20	40	5.099,84	0	0	0,00	16	22	2.313,00
Total	5.315	8.582	664.783,75	2.061	3.651	R\$ 283.205,00	823	2.707	248.417,38

*UAS – Unidade da Administração Setorial

**Fonte: Relatórios da Coordenadoria de Biblioteca Central, 2015 e 2016.

Fonte: Relatórios da Divisão de Aquisição de Material Bibliográfico – Novembro/2017.

Com o baixo orçamento disponibilizado, os membros da Comabi foram orientados a dar prioridade para os cursos que passariam por avaliação externa pelas comissões do INEP/MEC, no ano.

Um novo Termo de Referência foi elaborado para o pregão 2017, agora delimitando as datas de entrega dos materiais bibliográficos, que antes eram entregues a critério do fornecedor, muitas vezes com conteúdos já obsoletos. A Coordenadoria de Bibliotecas ainda recebeu em 2017 materiais bibliográficos oriundos dos pregoes de 2015 e 2016.

Na tabela acima, as Unidades com valores zerados em 2017 não encaminharam sugestões para compra de materiais.

Em 2018, pretende-se continuar conscientizando os docentes a realizarem as sugestões de compra e dando foco às aquisições para os cursos que passarão por avaliação externa no ano, tentando ainda captar recursos oriundos de outras fontes como a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPP e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES.

Para dar ênfase à compra de bibliografias básicas e complementares dos cursos com o recurso reduzido, a aquisição de novos títulos de periódicos por assinatura tem sido prejudicada nos últimos anos.

A assinatura de novos periódicos não ocorreu em 2017, mas, os usuários das Bibliotecas da UFMS podem contar com o acesso ilimitado ao Portal de Periódicos da Capes tanto nas instalações da UFMS quanto remotamente.

3.5.1.3.12 Portal Minha Biblioteca

O Portal Minha Biblioteca começou a ser assinada pela então Coordenadoria de Biblioteca Central em meados de 2014 e em 2017 sofreu uma pequena interrupção nos primeiros meses do ano devido à negociação de um novo contrato.

A nova contratação foi estendida para 3 anos de uso do Portal. O usuário vinculado à UFMS pode acessar, através do Catálogo Online, os mais de 8000 livros disponíveis na íntegra, simultaneamente, a qualquer hora e lugar. O acesso integrado facilita a busca e permite aos usuários já cadastrados no Pergamum recuperar facilmente o material, sem necessidade de cadastro específico no Portal. A Tabela 126 apresenta o quantitativo de acessos ao Portal Minha Biblioteca no período de jan/2015 a jul/2017.

Tabela 126 - Quantitativo de acessos do Portal Minha Biblioteca pelos usuários do Sistema de Bibliotecas da UFMS – Janeiro de 2015 a Julho de 2017.

Acessos	DEZ/2015	DEZ/2016	JUL/2017	Total
	Dados não fornecidos	34.566	20.784	55.350

Fonte: Empresa Minha Biblioteca – Novembro/2017.

Embora o recurso destinado à compra de materiais físicos tenha sido reduzido, houve um investimento de R\$ 210.000,00 na assinatura do Portal Minha Biblioteca. Este investimento já vem colhendo frutos positivos embora com a interrupção do uso no começo de 2017, a quantidade de acessos até julho de 2017 quase superou a quantidade de acessos do ano de 2016.

Para 2018, a Coordenadoria de Bibliotecas continuará empenhada na manutenção, melhoria e atualização de seus serviços e produtos em conjunto com os objetivos institucionais estabelecidos no PDI 2015-2019 de modo a atender com qualidade as atividades fins da Instituição.

3.5.1.4 Infraestrutura da Comissão Própria de Avaliação

No início de 2017, com a criação da Secretaria Especial de Avaliação Institucional/SEAVI, foi destinado espaço físico compreendendo duas salas: uma sala com 02 computadores, duas escrivaninhas e quatro cadeiras; uma sala de reuniões contendo uma mesa oval com 15 cadeiras. Este espaço é compartilhado com a CPA no que diz respeito à realização de reuniões dos Grupos de trabalho bem como das reuniões ordinárias e extraordinárias da CPA.

3.5.1.5 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Para nortear as ações relacionadas à Tecnologia da Informação (TI) na UFMS, em 2012 foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que contém a relação dos projetos a serem desenvolvidos nas áreas de serviços, infraestrutura e desenvolvimento de sistemas que a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) oferece à UFMS. Desde então, ele vem sofrendo ajustes para refletir o alinhamento estratégico com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Hoje o PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação), com acréscimo da “comunicação” na sigla, tem vigência 2017-2020 e foi ajustado pela Resolução COUN nº45 de 23 de maio de 2017.

O PDTIC tem como princípio condutor contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da UFMS e está fundamentado nos seguintes compromissos:

- Atender aos direcionamentos estratégicos da UFMS, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Manter o alinhamento com as diretrizes do governo federal, contribuindo para o alcance de metas estabelecidas pela Estratégia de Governança Digital (EGD 2016-2019) do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP).
- Adotar normas, práticas e modelos de TI reconhecidos nacional e internacionalmente, como: o Modelos de governança “Control Objectives for Information and Related Technology” (Cobit); o “Information Technology Infrastructure Library” (ITIL); o Modelo de Melhoria de Processos do Software Brasileiro (MPS.BR); o “Project Management Body of Knowledge” (PMBOK); o Normas de qualidade relacionadas a TI (NBR/ISO 12.207, NBR/ISO 9126, ISO/IEC 17.799, NBR/ISO 20.000, NBR/ISO 27002); e o Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Para atingir os propósitos enumerados anteriormente, além da sua estrutura interna a AGETIC conta com o apoio do Comitê de Governança Digital (CGD) que passou a atuar desde 2017 substituindo o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CPTI), que foi criado em 14/06/2010 e teve sua composição alterada pela Resolução CD 73, de 21 de julho de 2014.

3.5.1.5.1 Relação de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A tecnologia da informação está tão disseminada na cultura organizacional que às vezes não percebemos quais os instrumentos, serviços ou estrutura permitem, por exemplo, acessar nosso e-mail ou consultar uma informação. Pois bem, o parque tecnológico da UFMS é gerenciado pela AGETIC que mantém as configurações dos equipamentos e serviços que auxiliam o andamento dos trabalhos na UFMS. Na Tabela 127 é apresentado o quantitativo dos principais equipamentos.

Tabela 127 - Servidores da Agetic lotados em outras unidades da UFMS

Unidade	Computadores	Notebooks	Switches	Pontos de acesso
RTR	105	11	4	5
PROADI	237	16	31	6
PROGRAD	271	59	20	7
PROPP	77	38	4	1
PROECE	116	37	4	2
PROPLAN	60	18	-	1
PROAES	-	-	-	-
PROGEP	108	3	5	0
CCBS	395	93	14	5
CCHS	568	174	11	24
CPAQ	226	63	20	9
CPAN	559	69	35	6
CPTL	581	121	45	40
CPAR	128	10	3	0
CPPP	189	53	11	8
CPCX	151	19	6	6
CPNA	120	24	7	0
CPBO	71	5	4	0
CPNV	103	20	7	0
CPCS	99	15	5	7
ESAN	53	35	5	1
FAMED	109	26	5	4
FAODO	76	12	5	6
FAMEZ	117	21	18	0
FACOM	534	82	40	23
FADIR	36	16	1	0
FAENG	555	63	24	15
INMA	88	14	5	3
INFI	205	29	5	3
INQUI	121	16	6	20
AGETIC	120	8	79	152
Total	6127	1169	432	353

Fonte: Agetic

Somados aos equipamentos apresentados na tabela 127, a UFMS tem 21 servidores para hospedagem de sistemas e serviços, 3 para armazenamento de dados e 22 equipamentos para videoconferência, 10 switches no datacenter, além de outros itens que fazem parte do conjunto de equipamentos de comunicação gerenciados pela Agetic.

Além disso, com relação à comunicação, a rede da UFMS está ligada diretamente ao ponto de presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em Mato Grosso do Sul (PoP-MS) com um enlace ethernet de 1Gbps. O PoP-MS, administrado pela Faculdade de Computação (Facom) da UFMS, agrega as conexões de todas as instituições federais de ensino e pesquisa do estado e possui enlaces ópticos de 10 Gbps com as cidades de Curitiba, PR, e Cuiabá, MT. Os campi estão ligados à rede de Campo Grande. A tabela 128, a seguir, apresenta a relação de enlaces por localidade.

Tabela 128 - Servidores da Agetic lotados em outros Câmpus da UFMS

Localidade	Velocidade do Enlace	
	UFMS	RNP
Aquidauana – Unidade I	10 Mbps	-
Aquidauana – Unidade II	-	20 Mbps
Aquidauana – Unidade III	6 Mbps	-
Base de Estudo do Pantanal	4 Mbps	-
Bonito	-	20 Mbps
Chapadão do Sul	-	20 Mbps
Corumbá – Unidade I	-	20 Mbps
Corumbá – Unidade III	4 Mbps	-
Coxim	-	20 Mbps
Naviraí	-	20 Mbps
Nova Andradina	-	20 Mbps
Paranaíba	-	20 Mbps
Ponta Porã	-	20 Mbps
Três Lagoas – Unidade I	10 Mbps	-
Três Lagoas – Unidade II	-	40 Mbps
Concentrador em Campo Grande	30 Mbps	-

Fonte: Agetic

Com base na relação de equipamentos e na análise do PDTIC e relatórios de gestão foram identificados alguns desafios listados a seguir:

- Necessidade de troca do MCU (equipamento que permite múltiplas videoconferências).
- Servidores de armazenamento (Storage) fora de garantia. Uma nova estrutura está sendo preparada com projeto elétrico em andamento, e em seguida será realizada a migração dos serviços para o ambiente novo (Storage EMC – adquirida no final de 2016 – alinhado ao PDTIC).

Nota-se também, pontos de fragilidade na comunicação, onde temos 3 localidades com enlaces de baixa capacidade, Aquidauana – Unidade III (6 Mbps), Corumbá – Unidade III (4 Mbps) e Base de Estudo do Pantanal (4 Mbps). Esta análise não levou em conta a quantidade de computadores para estas três unidades, pois o relatório disponível contém apenas o total por campus. Portanto, registra-se esta ressalva.

3.5.1.5.2 Relação de Serviços e Sistemas

O gerenciamento de serviços de TI é realizado pela Agetic que atua em três principais áreas:

- Suporte ao cliente: nesta área são gerenciados os chamados que são realizados por meio do sistema OTRS (Open Technology Real Services). O chamado é realizado por meio do OTRS e a Divisão de Suporte ao Cliente redireciona o chamado para área correta.
- Infraestrutura e gerência de TIC: esta área é responsável pelo gerenciamento dos servidores e de infraestrutura de comunicação da UFMS. A maioria dos serviços de TI desta área é realizado baseando-se no PDTIC. Entretanto, alguns atendimentos aos usuários finais são realizados por meio do OTRS.
- Desenvolvimento de software: os serviços mais simples como mudança de senha,

cadastro de usuários é realizado por meio do OTRS. A manutenção e desenvolvimento de software são realizados de acordo com as demandas do PDTIC. O desenvolvimento de software segue o modelo MPS-BR.

Não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na unidade. Apesar disso, a Agetic conta com um portfólio de mais de 40 sistemas institucionais, já elencados no Eixo 4 – Dimensão 6.

3.5.1.5.3 Infraestrutura e Gerência de TIC

Os projetos de infraestrutura, em 2015, visaram principalmente manter os serviços de comunicação e o acesso à internet, é um trabalho contínuo e necessário. No ano de 2016 e 2017 foram direcionados esforços para melhoria da infraestrutura e qualidades dos serviços prestados. Na tabela 129 estão relacionados os principais projetos executados entre 2015 a 2017 nesta área.

Tabela 129 - Relação de projetos da área de Infraestrutura e Gerência de TIC.

Projetos	Resultados Esperados	Alinhamento com o PDTIC	Valores despendidos	Prazos
Migração da plataforma do e-mail para Zimbra	Melhoria de interface e serviços de e-mail	Migração do e-mail institucional para a plataforma Zimbra	R\$ 0,00	Jan/2017
Implantação de servidores de licenças	Servidor para gerenciar licenças de software	Implantação de melhorias físicas no centro de dados	R\$ 0,00	Mar/2017
Reestruturação do Ambiente de Servidores Virtuais	Melhorar o desempenho das aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dado	R\$ 0,00	Dez/201
Aquisição de equipamentos de processamento de dados e armazenamento para o datacenter	Melhorar o desempenho de aplicações existentes e implantação de novas aplicações	Implantação de melhorias físicas no centro de dado	R\$ 1.008.580,0	Dez/2016
Implantação do serviço de antivírus	Garantir mais segurança para as estações de trabalho da UFMS	Aquisição de softwares	R\$ 103.250,00	Fev/2017
Planejamento e execução da infraestrutura de redes	Melhorar a conectividade das unidades	Implantação de cabeamento na sede e nos câmpus	R\$ 553.795,70	Dez/2016
Implantação do serviço de conferência web (mconf)	Possibilitar reuniões entre os diversos câmpus da UFMS	Ampliação da infraestrutura de videoconferência da UFMS	R\$ 0,00	Dez/2016
Implantação do serviço de gerenciamento de diretórios	Gerenciamento dos usuários da rede de dados da UFMS	Integrar a autenticação do passaporte com AD	R\$ 0,00	Nov/2016
Reforma Elétrica	Projeto de reforma elétrica do datacenter para melhoria da infraestrutura de TI da instituição (Instalação Blade e Storage)	PDTIC 2017-2020 (ações 5.2.2 e 5.3.1)	R\$ 4000,00	Mai/2017
Rede Sem-Fio	Expansão da rede wi-fi Eduroam (SEDFOR, CPAR, CCHS, PARASITOLOGIA, FAENG, CPTL, CPAQ, CPNA, FARMACIA ESCOLA, INQUI, etc)	PDTIC 2017-2020 (meta 6.1)	-	Dez/2017

Infra SEI	Implantação da infraestrutura de TI para o Sistema Eletrônico de Informações SEI (SEI - UFMS)	PDTIC 2017-2020 (ação 2.1.2)	R\$ 0,00	Ago/17
Governança Digital	Implantação do Comitê de Governança Digital	PDTIC 2017-2020 (meta 2.1)	-	Jan/17
Internet Fazenda Escola	Contratação de link de rádio para interconectar a Fazenda escola	PDTIC 2017-2020 (ação 10.1.1)	R\$ 45.000,00	Out/17
Catálogo de Serviços	Elaboração e publicação do catálogo de serviços da AGETIC	PDTIC 2017-2020 (ação 2.1.1)	R\$ 0,00	SET/17
Implantação da Central de Chamados	Organização da DISC/ CST para atendimento e suporte de infra e sistemas de TI	PDTIC 2017-2020 (meta 5.1)	R\$ 0,00	SET/17

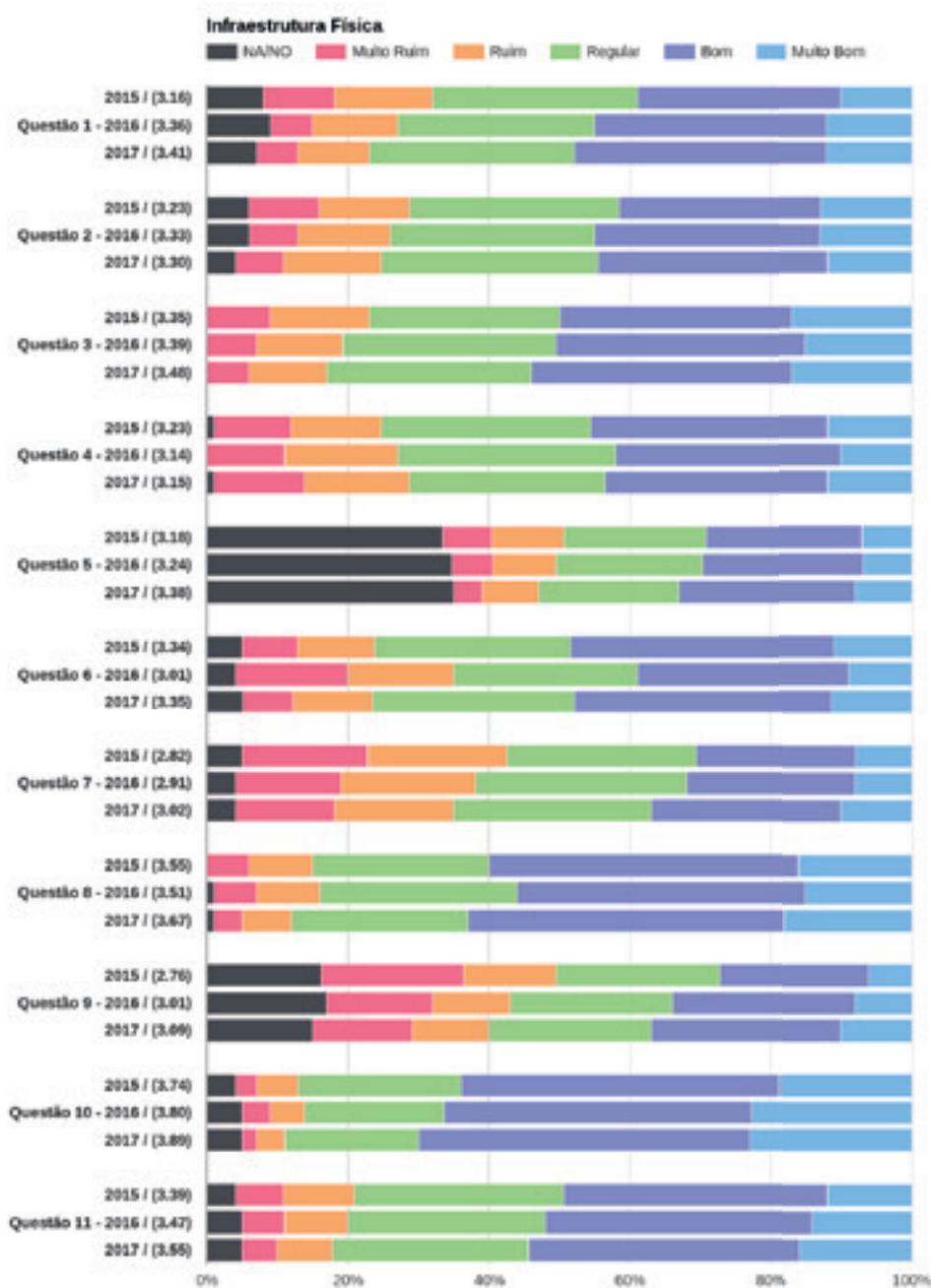
Fonte: Agetic

Uma característica relevante, é que projetos de infraestrutura possuem várias dependências, principalmente quando está relacionado a aquisição de produtos e serviços, característica que acarreta em prazos mais longos. Além disso, a manutenção em serviços deve considerar o impacto da indisponibilidade do mesmo, o que demanda um planejamento de riscos mais granular.

3.5.1.6 Percepção da Comunidade Univeritária em relação a infraestrutura física.

Os discentes avaliaram a dimensão Infraestrutura física (Gráfico 38) com média geral de 3,37 (regular). Os quesitos melhor avaliados foram: "Instalações físicas da biblioteca de seu campus", com média 3,81(regular); seguido dos quesitos: "Serviços de limpeza e conservação de edificações e da infraestrutura", com média 3,57 (regular); "Disponibilidade do acervo da biblioteca quanto à adequação ao curso", com média 3,47 (regular); "Qualidade (conforto térmico, iluminação, limpeza, mobiliário e conservação) das salas de aula", com média 3,40 (regular). E os quesitos com pior avaliação são "Serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes instaladas nas áreas internas de sua unidade setorial", com média 2,95 (ruim); Condições físicas dos sanitários, com média 3,17 (regular) e "Qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios, unidades de aulas práticas (e transporte a elas)", com média 3,31 (regular).

Gráfico 38 – Média das respostas dos discentes sobre a Infraestrutura Física. 2015-2017.



Fonte: AGETIC (2017)

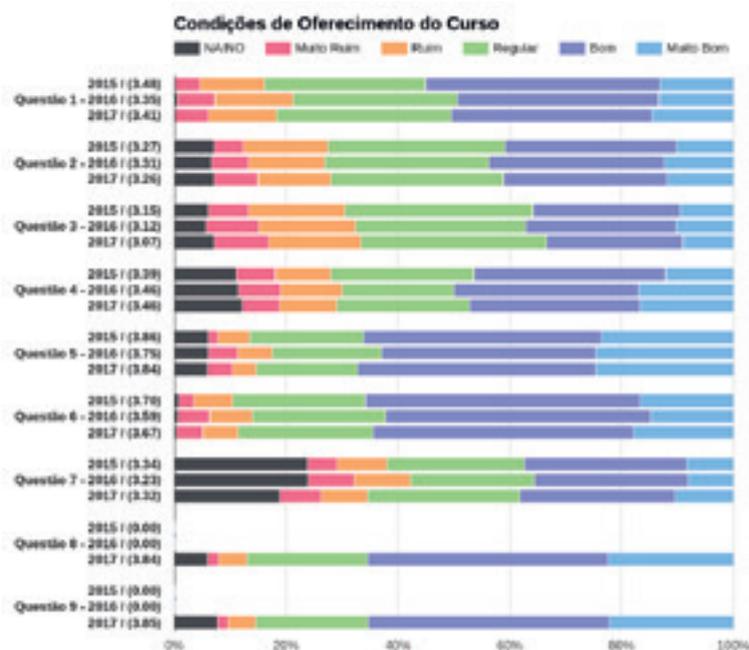
Nota : Questão 1 - Qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios, unidades de aulas práticas (e transporte a elas); Questão 2 - Recursos computacionais (laboratórios/unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e Internet); Questão 3 - Qualidade (conforto térmico, iluminação, limpeza, mobiliário e conservação) das salas de aula; Questão 4 - Condições físicas dos sanitários; Questão 5 - Atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais; Questão 6 - Serviços de segurança; Questão 7 - Disponibilidade de espaços para lazer e convivência; Questão 8 - Serviços de limpeza e conservação de edificações e da infraestrutura; Questão 9 - Serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes instaladas nas áreas internas de sua unidade setorial; Questão 10 - Instalações físicas da biblioteca de seu campus; Questão 11 - Disponibilidade do acervo da biblioteca quanto à adequação ao curso.

A percepção dos discentes quanto à infraestrutura física apresentou pouca variação para as questões 1 a 11 no triênio 2015-2017. As médias da maioria das questões não tiveram variações superiores a 10% ao se comparar a percepção dos estudantes em 2015 com a realizada, em 2017. A questão 4 (condições físicas dos sanitários) foi a única que apresentou decréscimo na média das respostas dadas pelos discentes.

Destaca-se o elevado número de avaliações “NA/NO”, aproximadamente 37%, para a questão 5 que trata sobre o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Entretanto, na média das respostas este indicador ficou acima de 3,00, o que pode ser considerado satisfatório.

Os docentes avaliaram a infraestrutura da UFMS em quatro aspectos (Gráfico 38), com média (regular), sendo os quesitos melhor avaliados: “Atendimento e disponibilidade de pessoal de apoio nos laboratórios”, com média 3,44 (regular); “Espaço físico (salas de aulas, etc) disponível para o oferecimento de suas disciplinas”, com média 3,41 (regular). E os avaliados com valores menores: “Equipamentos de laboratório e informática e compatibilidade com as necessidades das suas disciplinas”, com média 3,11 (regular) e “Equipamentos de laboratório e informática e compatibilidade com as necessidades das suas disciplinas”, com média 3,28 (regular).

Gráfico 39 – Média das respostas dos docentes sobre as condições de oferecimento do curso. 2015-2017

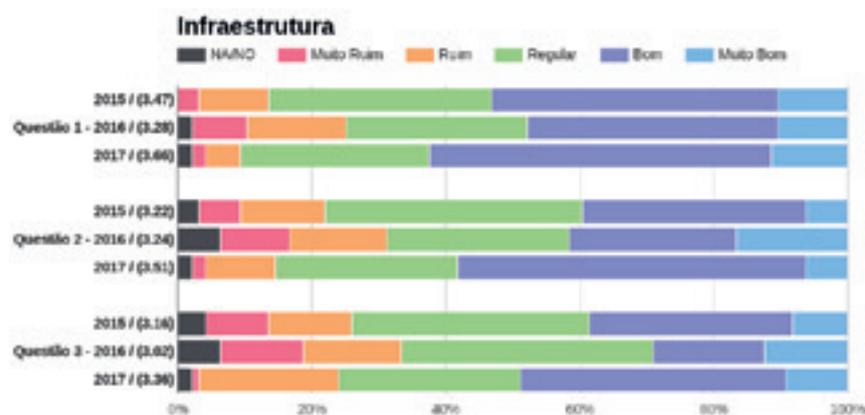


Nota: Questão 1 - Espaço físico (salas de aulas, etc) disponível para o oferecimento de suas disciplinas; Questão 2 - Espaço físico disponível nos laboratórios, em relação ao número de acadêmicos matriculados nas suas disciplinas; Questão 3 - Equipamentos de laboratório e informática e compatibilidade com as necessidades das suas disciplinas; Questão 4 - Atendimento e disponibilidade de pessoal de apoio nos laboratórios.

De modo geral, os docentes demonstraram-se satisfeitos com relação às condições de oferecimento dos cursos, no que diz respeito às condições físicas das salas de aula, laboratórios e equipamentos, sendo majoritário o conceito “Regular”.

A infraestrutura também foi avaliada pelos Coordenadores de Curso de Graduação (Gráfico 40) com média de 3,32 (regular). O quesito melhor avaliado foi o “Espaço físico (salas de aula, etc) disponível”, com média 3,47 (regular). E o avaliado com apreciação menor foi “Equipamentos de laboratório e informática, e compatibilidade com as necessidades do curso”, com média 3,18 (regular).

Gráfico 40– Média das respostas dos Coordenadores de Curso de Graduação sobre a Infraestrutura da Unidade Setorial. 2015-2017.



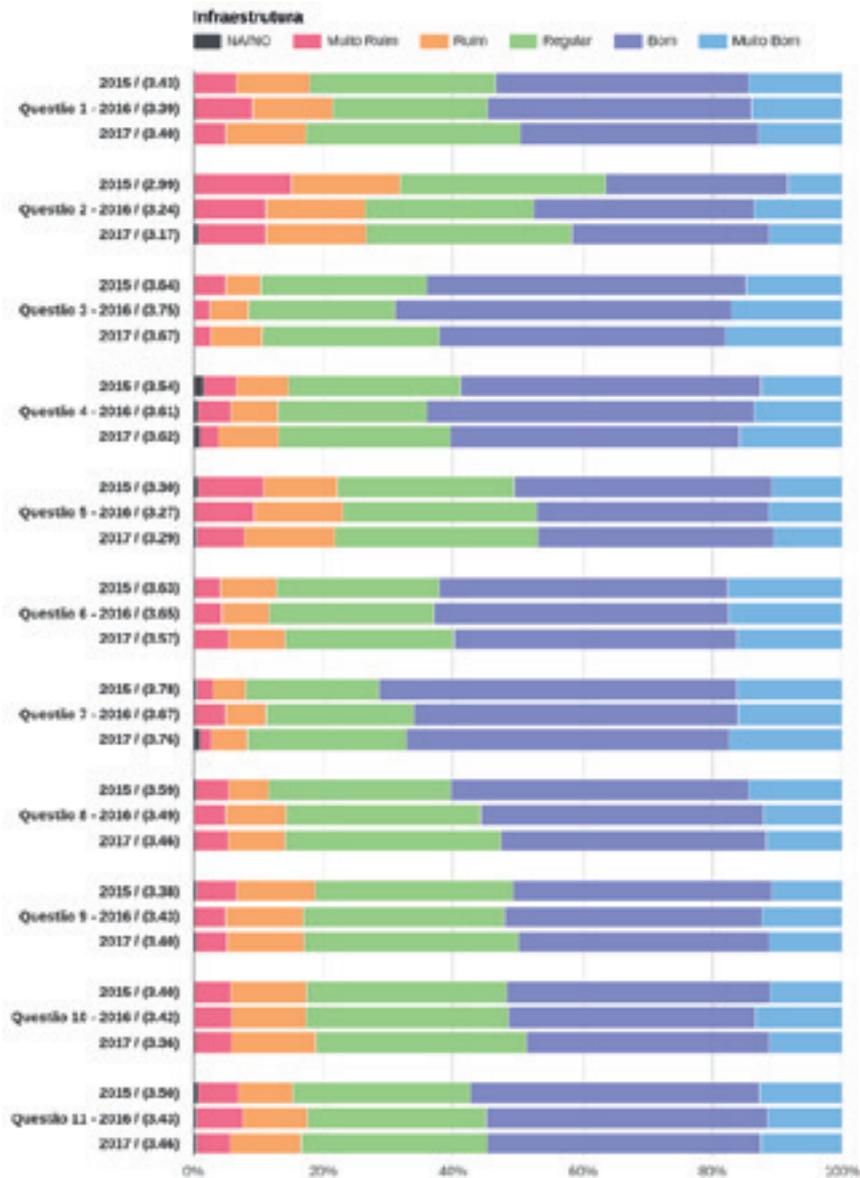
Fonte: AGETIC (2017).

Nota: Questão 1 - Espaço físico (salas de aula, etc) disponível; Questão 2 - Espaço físico disponível nos laboratórios, em relação ao número de acadêmicos; Questão 3 - Equipamentos de laboratório e informática, e compatibilidade com as necessidades do curso.

Os coordenadores de curso atribuíram boas avaliações para a infraestrutura das Unidades Acadêmicas Setoriais no que diz respeito a salas de aula, laboratórios e equipamentos, no triênio 2015-2017. Nas três questões pertinentes a este quesito, aproximadamente 30% ou mais das avaliações, foram para o conceito “Bom”. Especificamente, na questão 3, houve redução acentuada de 2015 para 2017 do percentual de respostas “Muito Ruim”. Todas as médias das questões estão acima de 3,00.

Os técnico-administrativos avaliaram a infraestrutura das unidades nas quais atuam (Gráfico 41) com média 3,47 (regular), com destaque positivo para os aspectos “Uso econômico de material de consumo”, com média 3,74 (regular), “Limpeza do prédio”, com média 3,67 (regular), “Acesso à Internet e telefonia”, média 3,62. E os com pior avaliação “Estacionamento”, com média 3,13; “Acessibilidade”, com média 3,29 (regular) e “Manutenção geral da unidade”, com média 3,39 (regular).

Gráfico 41 – Média das respostas dos Técnicos-Administrativos sobre a infraestrutura da unidade. 2015-2017.



Nota: Questão 1 - Espaço físico; Questão 2 – Estacionamento; Questão 3 - Limpeza do prédio; Questão 4 - Coleta de resíduos; Questão 5 – Acessibilidade; Questão 6 - Acesso à Internet e telefonia; Questão 7 - Uso econômico de material de consumo; Questão 8 - Material permanente e equipamentos adequados; Questão 9 - Manutenção de equipamentos; Questão 10 - Manutenção geral da unidade; Questão 11 - Segurança, vigilância e proteção.

A percepção do técnico-administrativo com relação à infraestrutura das Unidades da administração central e Setorial a que pertencem é observada nas questões 1 a 11. De modo geral, a distribuição dos conceitos ao longo do triênio apresentou pouca variação, sendo predominantemente considerado “Bom”. Somente na questão 2, no ano de 2015, verifica-se uma média inferior a 3,00, no entanto nos dois anos subsequentes a mesma retorna à condição satisfatória demonstrando que a condição da infraestrutura para estacionamento nas UAS e UAC foi restabelecida.

Segue a análise das informações e a proposição de ações para o próximo ciclo avaliativo.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES E AÇÕES PROPOSTAS

Neste item serão expostas, conforme as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 65/2010, as análises dos dados e informações obtidos por meio da coleta de documentos e informações dos órgãos da administração central, dos relatórios das comissões setoriais de avaliação e dos resultados dos questionários aplicados no período de 2015 a 2017.

A metodologia de análise implicou no confronto entre as metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação em vigor, para a educação superior e o que foi efetivamente desenvolvido, no triênio pela UFMS, como instituição vinculada ao Sistema de Ensino Federal; bem como o confronto entre as ações e metas propostas no PDI e o nível de alcance das mesmas.

Dado o volume de informações, a análise qualitativa das observações presentes nos questionários aplicados à comunidade universitária foi desenvolvida nos relatórios das CSAs que se encontram disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://seavi.ufms.br/csa>.

Vale ressaltar que o conjunto de dados obtidos, expostos de forma descritiva em cada Eixo e Dimensão neste relatório, permitiu um diagnóstico das potencialidades e fragilidades da UFMS. Dada a articulação entre fragilidades, potencialidades, ações corretivas já realizadas e ações propostas, optou-se em apresentar esses aspectos em um único item, por meio de quadros (Quadros 31 a 35), que possibilitem ao leitor uma análise mais global das informações, observando-se os Eixos e dimensões propostos na Lei n.º 10.861/2004 e a já referida Nota Técnica que define a forma de apresentação dos relatórios de autoavaliação institucional.

4.1 A UFMS e as Metas para a Educação Superior no Brasil

O PNE vigente apresenta as metas 12, 13 e 14, que tratam da educação superior. Tais metas são proposições globais para o alcance no âmbito do Sistema de Ensino, mas que requerem, para tanto, ações de cada unidade componente desse sistema. É nessa ótica que se faz a seguir, o cotejamento entre as metas do PNE e as ações desenvolvidas pela UFMS.

Na meta 12 indica-se:

[...]elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, p. 1).

Observa-se que no triênio em pauta, a UFMS ampliou o quantitativo de ingressantes (5.560 em 2015 para 7.134, em 2017) em 28,31%; diminuiu a quantidade de excluídos (de 5.463 em 2015 para 1.682 em 2017) em -69,21%; ampliou o número de matriculados (18.879 em 2015 para 20.627 em 2017) em 9,28% e de outras formas de ingresso (842 em 2015 para 1488 em 2017) em 76,72%. O que denota o empenho institucional em contribuir para o alcan-

ce da meta 12, com resultados mais significativos em 2017.

A UFMS vem organizando ações, já descritas com detalhes nos Eixos e dimensões, que concorrem para o alcance das seguintes estratégias previstas da meta 12:

a) 12.1 e 12.2 – a UFMS vem realizando a ampliação do acesso à graduação, como já indicado, com a ampliação da infraestrutura física (manutenção da infraestrutura disponível e inserção de novos polos) e de recursos humanos (concursos para docentes e técnicos), de vagas e criação de novos cursos; bem como ampliado o processo de interiorização, por meio dos campus instalados no interior do Estado e a oferta de cursos na modalidade a distância.

b) 12.4 – a UFMS tem fomentado a oferta de educação superior pública e gratuita para a formação de professores e professoras para a educação básica, ampliando a oferta na modalidade a distância, mas não de forma prioritária.

c) 12.5 – A UFMS, ao criar a PROAES e suas divisões, está buscando ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) seus estudantes. E está criando um banco de informações que possibilite verificar o impacto de suas ações para a redução das desigualdades étnico-raciais e ampliação das taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

d) 12.8 – a UFMS garante a oferta de estágio como parte da formação na educação superior, conforme as DCNs.

e) 12.9 – a UFMS atende às políticas afirmativas definidas pela União, em observância à Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, visando ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior;

f) 12.10 – a UFMS criou um setor específico para garantir, gradativamente, conforme os recursos disponíveis, condições de acessibilidade na sede e campus da IES;

g) 12.12 – a UFMS vem buscando consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, por meio da AGINOVA.

h) 12.13 – a UFMS está expandindo o atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações, por meio da oferta de cursos da modalidade a distância, bem como, da Licenciatura em Educação do Campo.

i) 12.16 – a UFMS aderiu ao SISU como forma de consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior e manteve o vestibular para atender a demandas específicas da modalidade a distância e da população da região.

j) 12.17 – a UFMS por meio da PROGRAD tem criado mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública, gerando melhora significativa na taxa de ocupação dos cursos de graduação (ver Eixo 3 – dimensão 2).

As estratégias que a IES ainda não tem desenvolvido suficientemente e que são pontos de fragilidades, já identificados e com ações a serem realizadas ao longo do próximo ciclo avaliativo, são as seguintes:

a) 12.3 - elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); oferta, de no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

- b) 12.7 - assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
- c) 12.11 - fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;
- d) 12.14 - mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
- e) 12.15 - institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2014, p. 1).

A meta 13 que propõe:

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (BRASIL, 2014, p. 1).

Essa meta é atendida plenamente no âmbito da titulação de docentes, pois 96,28% dos docentes são mestres e doutores, sendo 71,30% doutores.

Quanto às estratégias relativas à meta 13, a UFMS desenvolveu ações no triênio, que contribuem para o alcance das mesmas:

a) 13.3) ações para fortalecer a participação da CPA e das CSAs, bem como, instituir a cultura da autoavaliação institucional (ver Eixo 1, dimensão 8).

b) 13.4) estudos e atualizações dos currículos das licenciaturas, por meio do NDE de cada curso, para promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, garantindo aos estudantes a aquisição das qualificações necessárias para conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência (ver Eixo 3, dimensão 2).

c) 13.5) desenvolvimento de pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu* (ver Eixo 3, dimensão 2).

d) 13.9) promoção da formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior. (ver Eixo 4, dimensão 5).

Aspectos que estão sendo realizados parcialmente e requerem incremento de ações para o próximo ciclo avaliativo são:

13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.8) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento)[...], em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;(BRASIL, 2014, p. 1).

Na meta 14 é proposta a elevação gradual de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Nesse quesito, observa-se, no âmbito da UFMS, que embora tenha sido ampliado o quantitativo de cursos e alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu* (Tabela 130), houve queda, no triênio, do número de defesas, bem como, não houve praticamente expansão do número de bolsas para os mestrados e doutorados acadêmicos, salientando-se ainda que não há fomento de bolsas para os mestrados profissionais, o que dificulta a efetiva participação dos pós-graduandos. Essa é uma fragilidade a ser corrigido ao longo do próximo ciclo avaliativo.

Tabela 130 - Quantitativos dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. 2015-2017.

Unidade	2015	2016	2017
Cursos	47	51	56
Alunos matriculados	2.974	3.162	3.559
Defesas	505	513	363

Fonte: CPG/PROPP (2017).

As estratégias propostas no PNE estão sendo trabalhadas no âmbito da PROPP, de modo a subsidiar o quadro de ações para o próximo ciclo avaliativo.

4.2 A UFMS e as metas do PDI

O percentual de alcance das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para os anos de 2015 e 2016, considerando o perfil e a identidade da IES, foi considerado satisfatório, pois igual ou superior a 50% e já foi descrito detalhadamente no Eixo 2, na Dimensão 1.

Na Tabela 131 apresenta-se a síntese do nível de alcance das metas, conforme a análise do desempenho geral da matriz estratégica de 2015 e 2016. Não é possível ainda inserir os resultados de 2017, que estão sendo trabalhados na PROPLAN.

Tabela 131 – Análise do desempenho geral da matriz estratégica. 2015-2016.

ASPECTOS	2015	%	2016	%
Número de Metas	134	-	116	-
Alcançadas plenamente (AP)	80	60%	66	57%
Parcialmente alcançadas (PA)	16	12%	12	10%
Não alcançadas (NA)	38	28%	38	33%
Avaliação do nível alcance das metas	Satisfatório	-	Satisfatório	-

Fonte: Relatório de avaliação do PDI (2016).

Observa-se que o desempenho, quanto ao alcance de metas foi mais positivo em 2015, mas ainda é bastante satisfatório em 2016 (57%), já que tratou de um semestre atípico, com a mudança da gestão ocorrendo no segundo semestre.

Os Quadros a seguir (31 a 35) detalham as potencialidades (2015 a 2017), fragilidades (2015 a 2017), decorrências (2015 a 2017) e ações sugeridas (2018 a 2020), por eixo e dimensão.

Quadro 31 – Eixo 1 – Planejamento e Avaliação

DIMENSÃO – 8 Planejamento e Avaliação				
ASPECTOS	POTENCIALIDADES (2015/2017)	FRAGILIDADES (2015/2017)	DECORRÊNCIAS (ações já realizadas para sanar fragilidades)	AÇÕES SUGERIDAS (2018/2020)
Regulamento da CPA	Fortalecimento do processo de autoavaliação institucional, por meio da regulamentação das ações da CPA e órgãos diretamente articulados, como a SEAVI.	O regulamento anterior não atendia às necessidades da rotina de ações da CPA. Mediante a alteração de aspectos normativos ligados à autoavaliação, no final de 2017, será necessário atualizar o regulamento em 2018.	Revisão do regulamento em 2017.	Aprimorar o regulamento anualmente.
Fortalecimento da CPA e da autoavaliação institucional	Percepção da gestão superior sobre a necessidade de criar uma estrutura operacional de apoio às ações da CPA. Participação de membros das CSAs como suporte às ações da CPA.	Ausência de uma cultura de autoavaliação institucional consolidada. Dificuldades em obter informações nos prazos necessários. Baixa adesão de alguns segmentos.	Reestruturação da equipe da CPA, composta com profissionais com experiência teórico-prática na área. Criação da SEAVI para dar suporte às ações voltadas à autoavaliação institucional. Ampliação do número de membros.	Necessidade de ampliar a equipe da SEAVI e sua infraestrutura. Incluir um servidor com formação em Economia ou Matemática.
Adesão da comunidade universitária ao processo de avaliação	Importância dos resultados da avaliação como instrumento de gestão. Adesão voluntária ao processo avaliativo. Ampliação da adesão dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo, coordenadores de curso e Diretores de Unidades Setoriais, em 2017.	Baixa adesão do segmento discente ao longo do triênio.	Reuniões orientativas às CSAs, para estabelecer ações voltadas à sensibilização dos segmentos de cada unidade setorial. Ações de sensibilização gerais, realizadas pela CPA.	Estudo de ações para a sensibilização dos segmentos da comunidade universitária. Formação e Informação aos membros da comunidade universitária acerca das finalidades e funções da autoavaliação institucional, por meio de seminários, fóruns, reuniões, entre outros.
Plano de autoavaliação	Documento que congrega os princípios, finalidades e natureza de ações da autoavaliação institucional na UFMS.	Desatualização do plano.	Identificação das fragilidades em 2017 e realização de estudos para a construção de um novo plano.	Elaboração e atualização do Plano de autoavaliação em 2018.

Processo de autoavaliação	Geração de informações e dados para subsidiar o planejamento institucional.	<p>Ausência da definição do ciclo avaliativo e de uma matriz avaliativa, compatível com os eixos e dimensões.</p> <p>Ausência de definição clara, por parte dos órgãos da administração central e unidades setoriais, de suas funções no processo de autoavaliação.</p> <p>Ausência de divulgação nas unidades setoriais dos resultados da autoavaliação institucional.</p>	Reuniões orientativas com as comissões setoriais.	Realização da semana de avaliação para divulgação e análise dos resultados nas unidades setoriais, para a comunidade universitária.
Instrumentos de avaliação	Inserção de parcela dos instrumentos de avaliação em sistema operacional.	<p>Alguns segmentos da comunidade interna não estão contemplados entre os respondentes da autoavaliação.</p> <p>Os instrumentos não foram gerados a partir de uma matriz avaliativa compatível com os Eixos e Dimensões da autoavaliação.</p> <p>Há indicadores avaliados apenas por um segmento da comunidade.</p>	<p>Estudo para a criação da matriz de avaliação e do ciclo avaliativo.</p> <p>Estudo dos novos instrumentos de avaliação externa propostos pelo MEC/INEP/CONAES.</p> <p>Estudo das alterações na legislação e atos normativos relativos à autoavaliação institucional.</p> <p>Estudo de escalas em instrumentos de avaliação.</p>	<p>Elaboração de uma matriz avaliativa, compatível com os Eixos e dimensões da autoavaliação, bem como, com os principais indicadores do PDI/UFMS e dos instrumentos de avaliação institucional externa.</p> <p>Atualização e elaboração de instrumentos que abranjam todos os segmentos da comunidade universitária.</p> <p>Criação de sistema de avaliação específico por parte da AGETIC.</p>
Metodologia de análise de resultados	Metodologia de análise baseada no confronto entre níveis de planejamento (PNE e PDI) e ações efetivadas pela UFMS no triênio.	Necessidade de estabelecer uma metodologia para a análise das informações qualitativas, advindas dos questionários sobre a percepção da comunidade universitária.	Realização de estudos sobre as metodologias de análise disponíveis para aspectos qualitativos.	Definição da metodologia de avaliação qualitativa.
Geração dos relatórios parciais e finais da autoavaliação institucional	Os relatórios tem sido encaminhados rigorosamente ao INEP, em todos os ciclos avaliativos desde o ciclo inicial (2004/2006) e estão disponíveis para acesso público em sítio da UFMS.	Os relatórios não têm sido instrumentos efetivos para a identificação de fragilidades, potencialidades, decorrências e proposição de ações, por isso não estão servindo de subsídios efetivos ao planejamento dos órgãos da administração central e das unidades setoriais.	Observância, no Relatório final do triênio (2015-2017) das orientações da Lei n.º 10.861/2004 e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 65/2010.	<p>Organização de formulários específicos para coleta de informações dos órgãos da administração central da UFMS.</p> <p>Divulgação dos resultados da autoavaliação nas unidades setoriais e órgãos da administração central, com vistas à análise e proposição de ações, anualmente.</p>

Fonte: CPA/SEAVI (2018)

Quadro 32 – Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão – 1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional				
Aspectos	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Planejamento Institucional	Acompanhamento e avaliação anual do alcance de metas do PDI. Alcance satisfatório (superior a 50%) das metas do PDI em 2015 e 2016.	Queda no nível de alcance de metas em 2016. Excesso de metas no PDI (2015-2016).	Redimensionamento de metas, para a junção de metas e indicadores que levem à mesma finalidade.	Realinhamento anual das metas do PDI.
	Avaliação do PDI e apresentação dos Resultados		Disponibilização anual do relatório de avaliação do PDI	Aperfeiçoar o processo de Avaliação do PDI.
Planejamento Institucional		Estrutura Organizacional	Realizada a reestruturação organizacional da UFMS para atender as novas demandas	Adequação contínua da Estrutura Organizacional para atender as demandas
Planejamento Institucional	Consolidação da área de Informações Gerenciais		Disponibilização de dados e informações para a construção de indicadores das ações do PDI e de desempenho da UFMS.	Aprimoramento do Sistema de dados e informações.
Dimensão – 3 Responsabilidade social				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Depósito de Patente, registro de software e marca.	Docentes com competências comprovadas pelas publicações de artigos científicos; existência de parque de equipamentos em diferentes áreas do conhecimento; programas de pós-graduação estruturados.	Pouco interesse no desenvolvimento de produtos ou processos tecnológicos; desconhecimento das possibilidades para o desenvolvimento tecnológico.	Divulgação do apoio oferecido pela UFMS para proteção do conhecimento gerado e de informações sobre a importância dessa atividade para a instituição e sociedade.	Médio prazo: Visitas aos laboratórios de pesquisa; maior divulgação da importância da geração de tecnologia e proteção; visitas aos ambientes com potencial para prestação de serviços (clínica escola, farmácia escola, hospital veterinário); palestras e cursos sobre tecnologia e inovação; ambiente adequado para reuniões de orientações e ou apresentações aos pesquisadores. Longo Prazo: Aumento do número de capacitações dos servidores da AGINOVA para orientação na redação de patentes, encontros com empresários para fomentar parcerias que resultem em novas tecnologias.

<p>Ações de empreendedorismo e inovação.</p>	<p>A importância da marca UFMS no contexto regional e nacional.</p>	<p>Falta de recursos para realização de eventos de empreendedorismo; necessidade de ambiente adequado para incubação de empresas e adequado atendimento de clientes, além do fortalecimento da relação com laboratórios da UFMS; espaço adequado para a convivência entre empresas juniores e sua interação com empresas; Política Institucional de Inovação.</p>	<p>Parceria com SEBRAE para realização de eventos e capacitação em empreendedorismo e inovação da comunidade universitária; Associação à RedeMS de Inovação; Publicação da Resolução nº. 62/2017 que estabelece os requisitos para reconhecimento das EJs; Implantação do Modelo CERNE na PIME; Captação de recursos junto à FUNDECT e o SEBRAE; Contratação de empresa com recursos de projeto para elaborar planta arquitetônica de novo espaço para a PIME, buscando a interação entre EJs e empresas incubadas e fortalecendo o empreendedorismo inovador na UFMS.</p>	<p>Médio Prazo: Instituir a Política Institucional de inovação; Criação de ambiente mais adequado para incubação de empresas (PIME) e convivência das empresas juniores; recursos da instituição a para ações de empreendedorismo e inovação; Certificação CERNE da PIME; Capacitação da comunidade universitária em habilidades empreendedoras; Realizar edições de Startup Weekend na UFMS. Longo Prazo Fortalecer a interação UFMS e Fundações para transferência de tecnologia e apoio a novos empreendimentos.</p>
<p>-Celebração de convênios, acordos de cooperação e congêneres. - Acompanhamento de Convênios e congêneres que envolvem recursos financeiros.</p>	<p>- Equipe comprometida. - Agilidade nos trâmites internos. - A importância da marca UFMS no contexto regional e nacional.</p>	<p>- Existência de dificuldades de comunicação e proximidade com as unidades da UFMS. - Distanciamento das fundações de apoio credenciadas - Segmentação de ações. - Ausência de clareza nos procedimentos para instrução processual dos instrumentos jurídicos</p>	<p>- Promoção e melhoria da comunicação e a aproximação com as unidades. - Maior proximidade com as fundações de apoio credenciadas. - Criação de um ambiente para orientação na elaboração de instrumentos jurídicos, acompanhamento e captação de recursos. - Orientações aos interessados de forma a permitir adequada instrução processual, dando maior agilidade aos trâmites.</p>	<p>Médio Prazo: - Promover a capacitação dos servidores - Revisão dos instrumentos jurídicos em conformidade com a norma de relacionamento da UFMS com a Fundação de apoio. - Estabelecer mecanismos claros para o acompanhamento de instrumentos jurídicos que envolvam recursos financeiros Longo Prazo: - Realizar visitas às unidades da UFMS para orientação quanto a formalização de parcerias. - Incentivar a realização de parcerias, especialmente as que envolverem captação de recurso.</p>

Relações Internacionais - Programas de pós-graduação.	Incentivo de agências de fomento a oportunidade para Programas de pós-graduação com algumas ações de internacionalização	Ausência de política internacional; ações isoladas de internacionalização.	Criação de um setor para tratar de assuntos relacionados à internacionalização; planejamento de ações para internacionalização.	Médio Prazo: Política de internacionalização; ações de internacionalização da pós-graduação e graduação; traduções para língua inglesa das páginas dos PPGs Longo Prazo: Apoiar PROPP na consolidação da internacionalização da Pós-graduação; tradução das páginas para outros idiomas.
Relações Internacionais - Graduação	Oportunidades de bolsas em programas governamentais e por meio de convênios com instituições privadas.	A escassez das bolsas, devido ao fim do programa CsF em 2015; convênios com instituições privadas dependerem do foco da gestão dessa instituição		Médio Prazo: Manter divulgações de oportunidades externas; apoiar a consolidação de normativos pela PROGRAD; esclarecer setores quanto a importância da internacionalização
Relações Internacionais - Acolhimento	Disponibilidades pontuais no acolhimento de estrangeiros	Não há política de acolhimento à estrangeiro; dificuldade linguística	Tentativas pontuais para envolver setores que recebam alunos estrangeiros	Médio Prazo: Construir política de acolhimento envolvendo setores que recebem estrangeiros Longo Prazo: Consolidar a política de acolhimento
Relações Internacionais - Sistema de Informação	Centralização de dados de internacionalização	Dados de internacionalização estão espalhados nos diversos setores da UFMS, quando são registrados.	Solicitação formal ao setor responsável por desenvolvimento de sistema que centralizem informações de internacionalização.	Médio Prazo: Elaboração do sistema de internacionalização pelo setor de tecnologia da UFMS Longo Prazo: Implementação do sistema de internacionalização

Fonte: Proplan (2018); Aginova (2018).

Nota: A ausência de fragilidades e/ou potencialidades foi inserida, conforme a percepção dos setores responsáveis pelo envio das informações.

Quadro 33 – Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão – 2 Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Internacionalização dos PPGs com enfoque institucional	Aquisição de renome internacional; atração de alunos e pesquisadores.	Tem pouca efetividade; feita apenas na forma de ações isoladas de pequenos grupos ou pesquisadores isolados.	- Internacionalização dos sites dos PPGs - Edital para contratação de 20 visitantes estrangeiros - Comissão de Internacionalização	- Implantação da política de internacionalização da UFMS - acompanhamento das ações dos PPGs pela PROPP - preparação para o Edital PRINT-Capes
Coleta Capes	Aumento do conceito dos cursos, via manutenção da qualidade dos dados.	Pouca qualidade dos dados enviados à Capes até 2016.	- maior acompanhamento na coleta e envio pela PROPP.	- maior acompanhamento na coleta e envio pela PROPP.

Planejamento Estratégico dos PPGs	Aumento do conceito dos cursos, via planejamento das ações inerentes à gestão dos PPGs.	PPGs sem planejamento.	- orientações pela PROPP de como fazer o planejamento. - reuniões in loco em cada PPG para detalhar o planejamento. - fórum dos coordenadores.	- acompanhamento dos planejamentos e suas atualizações anuais - continuidade do Fórum.
SIGPOS	Acesso ágil às informações pelos PPGs e alunos.	- falta de agilidade em fluxos - pouca visibilidade.	- construção do novo SIGPOS.	- adequações e futuras funcionalidades.
Políticas de ações afirmativas	Superação de divisões históricas relevantes.	- não existem.	- construção, junto à PROAES de um plano de ações.	- discussão, no âmbito do fórum de coordenadores - inclusão em novos editais
Fomento a publicações	Aumento do número de publicações em periódicos e eventos.	- falta de editais com fomento.	- fomento para alunos de pós – graduação para a participação em congressos.	- vários editais de fomento, totalizando mais de R\$ 1.3mi.
Incentivo ao PIBIC	Forte poder atrativo e de grande alcance.	Metodologia de apresentação sem efetividade.	- aumento de bolsas em 2017. - Integra UFMS 2017.	- aumento de bolsas em 2018 e gradativo nos próximos anos. - mais incentivo ao Integra.
Pesquisa com fomento de empresas	Fonte de captação de recursos.	Não havia política bem definida nem definição de fluxos.	- Definição de fluxos com a AGINOVA para acompanhamento e apoio ao pesquisador.	-continuidade da definição de fluxos com a AGINOVA para acompanhamento e apoio ao pesquisador
Programas de residência	Melhor formação de especialidades.	Falta de apoio da PROPP.	- criação da Divisão de Programas de Residência.	- melhor acompanhamento. - programas de residência no SIGPOS
PPGs e UAS	Melhor qualidade dos cursos (<i>stricto e lato sensu</i>).	UAS não são próximas dos programas.	Ações de aproximação, com transparência e compartilhamento de responsabilidades.	Continuidade das ações de aproximação, com transparência e compartilhamento de responsabilidades.
Cursos <i>Lato sensu</i> e de aperfeiçoamento	Possibilidade direta de captação de recursos.	Impossibilidade de cobrança.	Preparação de normatização para cursos pagos de especialização e aperfeiçoamento .	Acompanhamento e possíveis adaptações.
Competências da UFMS em pesquisa e inovação	Captação de recursos e aproximação aos problemas regionais, melhor identificando e fortalecendo as reais vocações da UFMS.	Falta de política e foco.	Definição e simplificação do fluxo para projetos de pesquisa com fomento de empresas. Catalogação dos laboratórios e equipamentos, a partir de suas competências.	Criação de um banco de dados de competências em pesquisa e inovação. Captação de bolsas de IC, mestrado e doutorado voltadas à inovação tecnológica junto ao CNPq.

<p>Em 2015 e 2016, tivemos uma gestão da pró-reitoria, ainda em formato PRE-AE e as principais dificuldades eram a alocação de recursos para a extensão cultura e esporte, pois a maior parte do orçamento da universidade estava direcionada à assistência estudantil.</p>	<p>Foram executadas ações de esporte e cultura com recursos da assistência estudantil, garantindo o atendimento prioritário aos vulneráveis.</p>	<p>Muitas ações de extensão foram prejudicadas por cortes de recursos.</p>	<p>Alocação de recursos do funcionamento para financiamento de ações de extensão.</p>	<p>Aumento do volume de recurso destinado ao financiamento das ações de extensão e melhoria no monitoramento dessas ações.</p>
<p>Coordenadoria de Cultura e Esporte (CCE) e Coordenadoria de Extensão (CEX), administraram um considerável montante em bolsas para acadêmicos.</p>	<p>As bolsas resultaram no fomento de centenas de ações de extensão cultura e esporte.</p>	<p>O controle exigido pelo edital não permite um monitoramento técnico das ações e a exigência de relatórios mensais não é administrativamente viável.</p>	<p>Alocação de servidor específico para o controle de relatórios de bolsistas.</p>	<p>Editais que tenham menor exigência burocrática e permitam mecanismos mais eficazes de avaliação da produção do bolsista.</p>
<p>A Pró-reitoria é nova e a CCE é o resultado da fusão da Coordenadoria de Cultura (CCT) e da Coordenadoria de Desporto (CDE).</p>	<p>Muitas ações entre esporte e cultura foram integradas e houve aproveitamento de boas experiências entre áreas.</p>	<p>Muitos fluxos não estavam estabelecidos e as exigências desses novos fluxos foram superiores à capacidade de trabalho da coordenadoria, que, como resultado pode executar as ações com excelência, mas faltou quanto ao registro apropriado das ações executadas.</p>	<p>Estabelecimento de fluxos de trabalho e de um calendário prévio de ações a serem desenvolvidas no ano.</p>	<p>Formação da equipe; Parcerias com cursos que possam auxiliar tecnicamente as funções; contratação de estagiários para dividir a carga de trabalho que possa ser executada por acadêmico</p>
<p>CCE execução ações de cultura e esporte, além de fomentar, avaliar e aprovar ações de outras Unidades.</p>	<p>Foram realizadas: a Semana Mais Cultura, Mais Cultura no interior, além de atendimentos do Programa esporte Universitário e Bolsa atleta.</p>	<p>Falta de espaço físico e de servidores para o funcionamento da CCE.</p>	<p>Reorganização do espaço físico e alocação de novos servidores na Coordenadoria e divisões.</p>	<p>Redimensionamento da capacidade de trabalho e descentralização das ações que possam ser descentralizadas.</p>
<p>Integração das Unidades de Ensino na modalidade a distância -EaD</p>	<p>Favorece o uso da modalidade a distância também para o ensino presencial potencializando resultados positivos.</p>	<p>A falta de integração/institucionalização da EaD, impede a plena participação docente e dos acadêmicos em ações que envolvam a modalidade a distância.</p>	<p>Seminários, reuniões com os Diretores e Coordenadores de Curso; Execução de cursos de formação de professores e ações de integração já realizados.</p>	<p>Ações de integração envolvendo reuniões com Diretores e Coordenadores de Cursos; Continuidades na oferta de cursos de formação continuada aos docentes.</p>

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - EaD	Alto nível de maturidade no gerenciamento e uso do AVA Moodle, bom nível de estabilidade do sistema	Desatualização do Sistema	Migração da versão do AVA Moodle para uma versão mais recente, atualizada e alinhada às tecnologias atuais e mais eficientes	Definição de uma política de atualização e uso da plataforma visando a não obsolescência do sistema
Regulamentação de Práticas e Métricas para a Modalidade EaD	Padronização e maximização de esforços e simplificação dos processos no preparo de ações, material instrumental, e demais procedimentos indispensáveis às boas práticas a essa modalidade de ensino.	A inexistência de regulamentação incentiva a improvisação e desperdício de recursos, prejudicando a qualidade dos serviços prestados pela unidade.	Essa regulamentação vem sendo discutida e construída.	Finalizar, divulgar e implementar a regulamentação. Implementar ações previstas nesta ferramenta.
Produção de Materiais para a EaD	Diagramação regular de Guias Didáticos, Livros e outros materiais textuais e gráficos	Inovação na produção dos materiais. Planejamento de materiais juntos aos cursos, coordenadores e/ou professores e capacitação de pessoal para implementação de melhorias nos materiais didáticos	Capacitação da equipe para produção de novos materiais já iniciada e aquisição de conhecimento sobre a função de desenho instrucional; Curso para formação de atualização de docentes já estruturados e aplicados	Contratação de mais servidores para trabalhar na produção de materiais. Reformulação de materiais dos cursos alinhados a mais inovação tecnológica; Continuidade no Processo de Professores para o uso de Tecnologias
Quantidade de Alunos na Graduação	Aprimoramento dos Processos Seletivos. Implantação de Novos Cursos de Graduação.	Baixas taxas de ocupação de alguns cursos de graduação. Alta retenção e evasão em alguns cursos.	Revisão e Ampliação dos Processos Seletivos de Ingresso na UFMS. Criação de Novos Cursos.	Criação do Programa de Avaliação e Redução da Retenção e Evasão (PARE). Criação de Novos Cursos. Alteração do Turno de Funcionamento de alguns Cursos.
Servidores	Comprometimento dos servidores. Atribuições e Competências bem definidas.	Falta de servidores. Servidores com pouca experiência na gestão pública e na organização de processos.	Mapeamento de Processos na Unidade. Curso de Mapeamento de Processos e Riscos.	Conclusão do Mapeamento de Processos na Unidade. Oferta de cursos para a preparação dos servidores.
Melhoria dos Fluxos dos Processos	Uso do SEI. Bom conhecimento dos processos pela equipe.	Muitos procedimentos ainda não estão automatizados, gerando gargalos e demandando mais tempo. Os processos não foram todos mapeados.	Implantação do SEI. Implementação de novos módulos no Siscad. Início do mapeamento dos processos. Melhor acompanhamento do PET, Monitorias e Projetos de Ensino.	Implementação de mais módulos no novo Siscad. Conclusão do Mapeamento de Processos na Unidade. Proposta de cadastro de todos os projetos no Sigproj.
Normas	Conhecimento dos problemas nas normas atuais.	Normas desatualizadas.	Revisão e atualização de normas e regulamentos da graduação.	Revisão do regulamento dos cursos de graduação presenciais. Regulamentação da educação a distância nos cursos de graduação presenciais.

Qualidade dos Projetos Pedagógicos de Curso	PPC on line implementado.	Comunicação entre o Coordenador de Curso e a Divisão de Projeto Pedagógico de Curso. Falta de adequada orientação na elaboração dos PPCs. Os PPCs elaborados sem contemplar o instrumento de avaliação dos cursos.	Preparação dos servidores para melhor analisar os PPCs. Melhoria na comunicação com as Coordenações de Curso.	Reformular as Resoluções relacionadas aos PPCs. Aprimorar a comunicação com os coordenadores de curso. Elaboração de Notas Técnicas com Orientações sobre a elaboração dos PPCs.
Processo de Avaliação dos Cursos	Melhor conhecimento dos processos avaliativos pela equipe (Enade e visitas in loco).	Falta maior sensibilização de coordenadores, diretores e estudantes para os processos avaliativos.	Melhor acompanhamento dos processos avaliativos. Estabelecimento de procedimentos para cada processo avaliativo. Realização de reuniões prévias às visitas in loco. Realização de reuniões de orientação para o Enade.	Aprimoramento do acompanhamento dos processos avaliativos. Verificação dos Cursos que podem melhorar o conceito avaliativo.
Atendimento ao usuário	Utilização de recursos audiovisuais para instrução dos usuários e servidores.	Falta de Servidores. Servidores vindos de outros setores sem perfil e noções básicas de atendimento de Biblioteca.	Reuniões periódicas. Capacitação no uso do Software Pergamum.	Capacitação de servidores. Contratação de novos servidores.
Fluxo de usuários	Espaços que podem ser reestruturados.	Dificuldade na movimentação de mobiliários para implementação de novos espaços. Falta de manutenção predial periódica, inutilizando o uso de espaços. Bibliotecas não comportam o uso simultâneo de um número grande de pessoas.	Acordo de manutenção predial periódica junto à Proadi.	Reestruturação dos espaços com auxílio do Projeto Lex de Arquitetura.
Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorrências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Relacionamento com públicos estratégicos: interno e externo	Ampliação da presença nas Redes Sociais com a comunidade universitária e externa.	Interação e cobertura de todos os campus da UFMS.	Reformulação, atualização e interação dos diversos canais institucionais.	Criação de processos, fluxos e ações integradas com as diversas unidades e áreas.
Transparência	Transmissão ao vivo das reuniões colegiadas.	Atualização de equipamentos na TVU.	Aquisição de novos equipamentos e migração de plataformas digitais.	Interação da cobertura e produção jornalística.

Imagem Institucional	Divulgação de materiais institucionais.	Controle de contratos e manutenção de impressoras, da gráfica e publicações da editora.	Paralisação das atividades e revisão de contratos.	Criação de Conselho Editorial para a publicação de livros e do Conselho Consultivo da Rádio Educativa. Novas licitações e criação de novos produtos institucionais.
Comunicação da PROGRAG com a comunidade interna e externa	Apoio da Secom	Comunicação deficiente e dificuldade na divulgação das ações para comunidade interna e externa. Necessidade de criar mecanismos para melhor informar a comunidade. Demora na atualização da página. Falta de servidores.	Fortalecimento da Assessoria de Comunicação e ampliação dos canais de informação e comunicação da UFMS.	Contratação de servidores. Contratação de estagiários para melhoria e manutenção da página da Unidade. Melhoria do mecanismo de divulgação de ações da Unidade. Elaboração de Notas Técnicas com Orientações.
Dimensão 9 – Política de atendimento aos discentes				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorrências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Auxílios estudantis	Redução da evasão. Aumento da taxa de sucesso. Ampliação dos tipos de benefícios (moradia, creche). Ampliação da quantidade de benefícios.	Acompanhamento estudantil insuficiente. Ausência de critérios para a distribuição de recursos para os benefícios.	Criação de uma divisão de integração estudantil – DIIES para acompanhamento do desempenho e frequência dos acadêmicos. Aprovação da Resolução da Assistência Estudantil (Resolução n 8/2018) Definição de critérios de acesso, acompanhamento e desligamento dos beneficiários da assistência estudantil. Publicação de editais com proporcionalidade entre os Câmpus.	Avaliação permanente da política estudantil da UFMS e seus efeitos sobre o êxito dos estudantes atingidos. Acompanhamento dos estudantes.
Constituição e formação da equipe da PRO-AES	Definição dos processos de trabalho e atribuições das coordenadorias e divisões. Eficiência nas ações.	Ausência de fluxos de trabalho e atribuições – nova proposta de trabalho. Número insuficiente de servidores efetivos.	Organização do trabalho e atribuições definidas. Definição dos fluxos em fase de desenvolvimento.	Fluxos e processos de trabalho instituídos, com definição de áreas de formulação, acompanhamento e avaliação da política estudantil na UFMS bem como da área de execução como ações afirmativas e atendimento direto ao estudante. Ampliação da equipe, com qualificação.

Ações afirmativas	Atendimento efetivo aos estudantes.	Ingresso por cotas baseado em autodeclaração de raça Atendimento ao acadêmico insuficiente e pontual.	Publicação da Resolução nº 03/2018 que instituiu a normas regulamentadoras de avaliação e verificação da veracidade da autodeclaração de raça. Capacitação de servidores e comunidade para compor bancas de verificação de autodeclaração de raça. Constituição de bancas de verificação de autodeclaração de raça para 100% dos ingressos.	Ampliar o número de pessoas habilitadas Instituir campanhas de inclusão permanentes na UFMS.
-------------------	-------------------------------------	--	---	---

Fonte: PROAES (2018); PROPP (2018); PROECE (2018); PROGRAD (2018); SEDFOR (2018); SECOM (2018)

Quadro 34 – Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão – 5 Políticas de Pessoal				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorrências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Dimensionamento da Força de Trabalho	Diversidade de perfis e ambientes de trabalho Estimar quadro ideal de pessoal	Insuficiência de métodos e de padronização	Consultas e tentativas de parceiras com outras instituições para o desenvolvimento e implementação efetiva	Implementar o efetivo modelo de alocação do quadro ideal de pessoal
Formação de Professores	Estabelecimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Docentes do quadro	1) Carência de dispositivo legal que estimule a docente a participar das capacitações; 2) Carência de Banco de Formadores capacitados para conduzir as formações docentes programadas; 3) Déficit de recursos na rubrica cursos e concursos para remunerar professores formadores.	1) Inserção do Edital de contratação docente a obrigatoriedade de cursar e cômputo de pontuação pertinente as formações para progressão funcional; 2) Convite aos potenciais professores formadores para comporem a equipe 3) Trabalho voluntário dos professores formadores	1) Maior divulgação e campanha para adesão dos docentes nos cursos de formação continuada especialmente; 2) Edital para composição de Banco de Professores Formadores da UFMS; 3) Assegurar recursos para pagamento das atividades extra dos docentes formadores
Adequação do quantitativo de Recursos Humanos - EaD	Garante a execução adequada das demandas de trabalho e da institucionalização da EaD e da Formação de Professores	A fusão da CFP com CED, e a implementação da estrutura da SEDFOR ocorreu apenas com a equipe da CED, resultando no déficit de quadro de pessoal com expertise em Formação de Professores e sobrecarregando	Realocação e capacitação de pessoal da EaD para executar também as atividades de Formação de Professores; Gestão junto ao setor de pessoal e a administração central para recomposição de quadros	Reposição de pessoal para recomposição de quadros e otimizar o desempenho do pessoal e os resultados das atividades da SEDFOR-RTR
Dimensão – 6 Organização e Gestão da Instituição				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorrências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
Atendimento ao público	Facilitar os acessos às demandas individuais, valorizando o aspecto qualitativo e organização na agenda das Unidades.	Falta de agendamentos prévios em determinados assuntos. Despreparo para o atendimento.	Tentativa de melhorias no preparo dos servidores para melhor atendimento.	Proposta de melhoria no espaço para atendimento de forma centralizada.
Inovação Tecnológica na área de pessoal	Estimular ações conjuntas com demais Unidades da Instituição.	Aperfeiçoamentos dos sistemas de pessoal com vistas a gerar informações mais precisas.	Ajustes em informações, geralmente para adequação das legislações.	Mapeamento das atividades para implementação de novas demandas para o processo de desenvolvimento na área de pessoal.

Qualidade de vida do servidor	Visitar servidores com problemas de saúde e afastamentos prolongados. Visitar aposentados, principalmente os acometidos por problemas de saúde ou com aposentadorias por invalidez.	Descontinuidade dos projetos: Preparando para a aposentadoria e do serviço psicossocial.	Atendimentos diários do serviço social. Realização dos exames periódicos, para prevenção na saúde física e mental do servidor.	Retomar ações dos projetos suspensos. Continuidade da prevenção da saúde física e mental dos servidores e implementação de novos projetos de qualidade de vida (melhoria na relação servidor x chefia x Instituição).
Dimensão -10 Sustentabilidade Financeira				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorrências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
ORÇAMENTÁRIOS	Descentralização de recursos Orçamentários para as unidades setoriais (matrizes)	Não Utilização dos Recursos Disponibilizados para as Unidades nos tempos fixados	Orientação aos gestores (normas e prazos) e acompanhamento dos saldos orçamentários;	Aprimorar o monitoramento Atualização de normas e procedimentos sobre o tema.
ORÇAMENTÁRIOS	-	Restrição orçamentária e liberação parceladas dos limites orçamentários	Orientações para contenção das despesas de manutenção e liberação dos créditos orçamentários conforme disponibilização	Definidas metas no PDI para redução dos contratos de manutenção e de outras despesas.
ORÇAMENTÁRIOS	-	Pouca transparência da execução orçamentária e financeira	Criado no portal da UFMS a Aba "Transparência" demonstrando a legislação, a distribuição e a execução orçamentária e financeira da UFMS.	Atualização periódica
ORÇAMENTÁRIOS	Descentralização de recursos Orçamentários para as unidades setoriais (matrizes)	Não Utilização dos Recursos Disponibilizados para as Unidades nos tempos fixados	Elaboração das Matrizes com critérios técnicos para distribuição dos recursos orçamentários	Revisão periódica das normas e critérios de distribuição de recursos
FINANCEIRA	Divulgação dos Dados de execução financeira	-	Criação de link na Aba portal da UFMS para disponibilizar as informações	Aprimora os relatórios referentes a execução financeira para disponibilização a comunidade.
FINANCEIRA	-	Falta de Central de Custos	Implantação da Unidade e elaboração dos estudos para a implantação do sistema de custo	Aperfeiçoamento permanente do sistema
FINANCEIRA	-	Excesso de Restos a Pagar	Acompanhamento e orientação aos gestores sobre utilização dos recursos	FINANCEIRA

Fonte: PROPLAN (2018); PROGEP (2018); SEDFOR (2018); PROGEP (2018).

Nota: A ausência de fragilidades e/ou potencialidades foi inserida, conforme a percepção dos setores responsáveis pelo envio das informações.

Quadro 35 – Eixo 5 – Infraestrutura Física

DIMENSÃO 7- Infraestrutura física				
Questões	Potencialidades (2015/2017)	Fragilidades (2015/2017)	Decorências (ações já realizadas para sanar fragilidades)	Ações sugeridas (2018/2020)
A CCE, a partir de 2017, recebeu uma enorme estrutura para prática esportiva a ser administrada (Estádio Morenã, Ginásio Moreninho, piscina universitária e quadras)	O atendimento aos acadêmicos, comunidade interna e atléticas foi intensificado.	O controle do espaço, in loco, não se deu à contento, pela falta de servidores para administrar os espaços.	A piscina foi fechada até que todas as exigências legais fossem cumpridas (guarda-vidas, segurança, etc) e os outros espaços passaram a ser atendidos nos horários de maior pico.	Contratar pessoal especializado para atendimento específico aos espaços esportivos.
A CCE, a partir de 2017, recebeu, além dos espaços esportivos, o Museu de arqueologia e manteve a administração do Teatro Glauce Rocha.	O atendimento ao público foi intensificado e obteve muita atenção da comunidade interna.	Os espaços físicos para esporte e o Teatro Glauce Rocha necessitam de manutenção e reformas para estarem adequados às normas de segurança.	A manutenção das quadras, Ginásio Moreninho, e Teatro Glauce Rocha foram iniciados. O Morenã também passou por uma manutenção emergencial.	Uma reforma mais abrangente do teatro Glauce Rocha, do estádio Morenã e do Ginásio Moreninho estão planejadas e já estão sendo orçadas.
Infraestrutura Tecnológica - EaD	Monitoramento regular da infraestrutura de TI da SEDFOR	Falta e/ou dificuldade de manutenção da infraestrutura de TI por falta de recurso financeiro para aquisição de material permanente	Realocação e rearranjo de sistemas e serviços de TI visando a continuidade dos mesmos. Migração de sistemas para integração da EaD com o presencial.	Migração da Infraestrutura de TI para o datacenter da AGETIC, visando a alocação em infraestrutura de melhor qualidade e centralizada
Administração e infraestrutura	Comprometimento e proatividade da equipe técnica.	Ausência de mapeamento de processos.	-	Buscar parceria com AGETIC visando sanar a demanda inerente à ausência de mapeamento de processos.
Administração e infraestrutura	Capacidade de absorção dos problemas e resolutividade no âmbito da própria Unidade.	Sistemas deficitários não atendem às demandas para fins de controle gerencial.	Início de tratativas junto à AGETIC para resolução das deficiências apresentadas nos sistemas.	Buscar parceria com AGETIC visando sanar a demanda inerente à insuficiência técnica para ampliar a plataforma e disponibilizar emissão de relatórios gerenciais.
Administração e infraestrutura	Aumento significativo na produção de projetos de obras e reformas.	Ausência de revisão nos normativos da UFMS existentes.	Revisão periódica com as Chefias, visando detectar as adequações legais necessárias .	Composição de Comissões visando o mapeamento de necessidades quanto à revisão de normativos existentes.
Administração e infraestrutura	Incremento de ações na área de manutenção e serviços continuados.	Necessidade de criação de normativos para atender demandas específicas no âmbito da PROADI.	Início dos trabalhos para a criação de normativos, visando orientação na gestão de contratos.	Composição de Comissões visando o mapeamento de necessidades quanto à criação de normativos.

Administração e infraestrutura	Otimização na demanda de entrega e gestão de bens patrimoniais.	Falta de treinamento de pessoal técnico.	Levantamento de demandas de capacitação.	Tratativas junto à PROGEP visando atendimento das demandas de treinamento apresentadas.
Administração e infraestrutura	Implementação de melhorias, por parte da equipe envolvida, que resultou na redução dos custos dos contratos de serviço.	-	-	-
Corpo Técnico	Faixa etária jovem. Explorar parcerias com a finalidade de gerar recursos para UFMS Corpo técnico qualificado, com muitos mestres e especialistas.	Iminente saída para outros cargos/órgãos. Defasagem da carreira em relação a outros órgãos.	Tarefas por equipes e não apenas individualizadas. Projetos em parceria para concessão de bolsas.	Balanceamento de Serviços, Documentação completa de serviços, Elaboração de parcerias em projeto com fornecimento de novas bolsas como incentivo Possibilidade de flexibilização de carga horária de trabalho Possibilidade de progressão funcional por meio de Qualificação.
Estrutura Física	Readequação do espaço utilizado para data center da AGETIC.	Insatisfação de parte da equipe lotada em parte antiga do prédio. Falta de estrutura predial adequada atualmente.	Pequenas adequações (troca de ar condicionados, cadeiras, telefones, computadores) Elaboração de projeto de reforma, aquisição de considerável parte dos equipamentos integrantes do data center, Início de execução de projeto de reforma de sala para adaptação do data center.	Reforma predial da parte antiga da AGETIC, isolamento de janelas Instalação de piso elevado, equipamentos de monitoramento, reforma estrutural da sala Adequação do meio de acesso ao data-center(biometria).
Demandas de Serviços	Aumento de demandas. Necessidade de infraestrutura. Aumento de investimento.	Aumento considerável de demanda. Falha da comunicação por parte de setores da UFMS, dificultando a previsão de demandas e o planejamento de ações. Cumprimento de orientações do Governo no prazo adequado. Mudanças nos objetivos estratégicos da instituição e do governo federal .	Solicitação de maior número de técnicos e analistas, realocação de analistas na AGETIC. Apoio de mão de obra de estagiários. Utilização de ferramentas para auxiliar o gerenciamento de serviços.	Convocação de novos técnicos de TI e analistas de TI Aumento número de estagiários disponíveis.

Apoio da alta administração	Respaldo e parceria para atingir metas. Parceria com a FACOM.	Definição de prazos apertados.	Alinhamento do planejamento estratégico. Contrato de gestão.	Manter alinhamento estratégico com a alta administração.
Sistemas Institucionais	Processo de Desenvolvimento de Software certificado pelo MPS-BR. Equipe capacitada para o desenvolvimento de sistemas. Universidade possui sistemas próprios e não depende de outras instituições para manutenção.	Demanda muito maior que a capacidade da equipe. Processo de software precisa ser evoluído.	Utilização de estagiários para desenvolvimento de alguns sistemas. Aumento da força de trabalho da AGETIC por meio das vagas de aposentados.	Manter/ampliar o número de estagiários. Manter a equipe motivada por meio de capacitação e qualificação. Manter atualizada a tecnologia dos sistemas.
Ambiente de Trabalho Da PROGRAD	Melhoria e espaços suficientes.	Necessidades de adequação dos espaços do ambiente de das coordenadorias e divisões. Atualização dos computadores.	Aquisição de novos computadores e monitores para algumas divisões da Unidade.	Criação de um plano de manutenção e atualização dos computadores e de melhorias do ambiente de trabalho
Aquisição de materiais bibliográficos (PROGRAD)	Manutenção e divulgação de acervo online com acesso remoto. Utilização do Repositório Institucional para pesquisas acadêmicas.	Diminuição de recursos orçamentários para acervo físico.	Renovação do Portal Minha Biblioteca para toda comunidade.	Aquisição de e-books de licença perpétua. Aquisição de materiais que atendam cursos em avaliação pelo MEC. Aumento de Recurso Orçamentário.
Infraestrutura física da SEAVI/CPA	Existência de espaço físico próprio para a SEAVI.	Insuficiência do espaço físico atual, mediante as demandas e ausência de mobiliário e computadores.	Solicitação encaminhada à gestão central.	Ampliação do espaço da SEAVI e aquisição de mobiliário e computadores.

Fonte: PROECE (2018); SEDFOR (2018); PROADI (2018); AGETIC (2018); PROGRAD (2018).

Nota: A ausência de fragilidades e/ou potencialidades foi inserida, conforme a percepção dos setores responsáveis pelo envio das informações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) centra-se no processo de autoavaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade da educação superior no Brasil, estabelecendo desafios significativos às Instituições de Educação Superior, em especial, às públicas, multicampi e com grande número de cursos e modalidades de ensino.

O Sinaes pressupõe a participação dos múltiplos segmentos nos processos avaliativos, reforçando o preceito constitucional da gestão democrática. Em seus princípios salienta o respeito à diversidade, a afirmação da autonomia e identidade das instituições, bem como a importância do autoconhecimento.

A UFMS, embora seja uma instituição de médio porte, é a terceira do país em número de Câmpus, entre as públicas federais, e tem ampliado, no último triênio, sua atuação na modalidade a distância. A implantação da CPA, em 2004, cumprindo as determinações legais e o envio periódico dos relatórios de autoavaliação, não concorreram para a construção e consolidação da cultura de autoavaliação institucional na IES. Essas características redobram os desafios e requerem, para os próximos ciclos avaliativos, a construção de uma cultura de autoavaliação, por meio da valorização, por parte da comunidade universitária, dos seus processos e resultados.

Neste Relatório, foram apresentadas as dez dimensões estabelecidas na Lei n.º 10.861/2004, bem como observadas as diretrizes da Nota Técnica INEP/DAE, expressando a reflexão da comunidade universitária e dos setores vinculados à gestão acerca das ações institucionais, no seu conjunto: planejamento, execução, acompanhamento e avaliação, tendo como principal base de análise o PPI e o PDI.

Entre as principais fragilidades observadas mediante a análise dos cinco eixos, acentuam-se:

- a) As dificuldades de alcance de metas em função do contingenciamento dos limites orçamentários, que gera descontinuidade das ações ou a sua finalização;
- b) Entre as diretrizes estratégicas definidas no PDI, nos anos 2015 e 2016²⁹ que mais demonstraram dificuldades de alcance das metas colocadas, destacam-se: extensão e apoio ao estudantes; e a interinstitucionalização;
- c) A evasão e retenção de estudantes da graduação e o baixo número de concluintes da graduação e da pós-graduação;
- d) Atenção insuficiente aos estudantes em geral e aos estudantes com deficiências;
- e) Ausência de acessibilidade e segurança³⁰ nos espaços da UFMS.

29 A avaliação do PDI relativa à gestão de 2017 não consta neste relatório, pois ainda está sendo realizada, dentro dos prazos colocados pela SESu/MEC.

30 Os problemas relativos à segurança foram identificados nos Relatórios das CSAs.

Em relação à meta-avaliação da CPA/SEAVI, identificou-se a necessidade de realizar, no próximo ciclo avaliativo, as seguintes ações: a) ampliar a divulgação das ações resultantes dos processos de avaliação institucional para a comunidade universitária, especialmente para o corpo discente; b) propor novo Plano de autoavaliação e reestruturar os instrumentos de autoavaliação e as ações internas do ciclo avaliativo; c) intensificar as ações de sensibilização sobre a importância da autoavaliação como instrumento de gestão, para a comunidade universitária.

No próximo ciclo avaliativo, haverá o acompanhamento das ações desenvolvidas em decorrência da avaliação, buscando-se a consolidação da autoavaliação como instrumento legítimo da comunidade universitária para o efetivo desenvolvimento da cultura de avaliação.

Um instrumento importante para tanto, será a realização da I SEMANA DE AVALIAÇÃO e a criação do Fórum de avaliação das Comissões Setoriais de Avaliação.

BALDRIDGE, J. V. et al. Estructuración de políticas y liderazgo efectivo en la educación superior. México: Moema, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (revogado). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11153.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes...Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13460.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6674.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 mar. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Edital nº 75, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital-075-2014-UAB.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Edital nº 15, 24 de março de 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital15_Fomento_TIC_DED.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital nº 61, 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_061_2013_PIBID.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11/ out. 2016. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2113, de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 2001. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Njk0>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 fev. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2014/portaria_instrumento_n92_31012014.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010(*). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14912-portaria-n-976&category_slug=-dezembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=53481-portaria22-14dez-pdf&category_slug=dezembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007(*). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Diário Oficial da União, Brasília,

DF, 29 dez. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: diretrizes para elaboração. Brasília: MEC/ SESu, jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital nº 24, de 15 de dezembro de 2011. Seleção de projetos de instituições de educação superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.prosaude.org/noticias/2012edital/edital-24-prosaude-petsaude-15-12-2011.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Edital nº 28 de setembro de 2015. Seleção para o programa de educação pelo trabalho para a saúde pet-saúde/graduatus - 2016/2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 set. 2015. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/setembro/29/Edital-PET-GraduaSUS.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Nota Técnica no 65, de 09 de outubro de 2014. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, DF, 09 out. 2014. Disponível em: <https://seavi.ufms.br/files/2013/04/Nota_Tecnica_No65_2014_Relatorio_CPA.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <<https://proplan.ufms.br/2016/08/01/relatorio-de-avaliacao-pdi-2015-2019/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 269, de 1º de agosto de 2013. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação Presenciais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 20 set. 2013, n. 5629. Disponível em: <<https://prograd.ufms.br/files/2014/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-269-consolidada-at%C3%A9-novembro-de-2017.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 349, de 1º de setembro de 2014. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 11 set. 2014, n. 5870. Disponível em: <<http://preg.sites.ufms.br/files/2014/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Coegn-349-de-11-09-2014.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 565, de 18 de dezembro de 2015. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 18 dez. 2015, n. 6190. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=236167>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 167 de 24 de novembro de 2010. Aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 10 dez. 2010, n. 4944. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 107, de 16 de junho de 2010. Aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 18 ago. 2010, n. 4870. Disponível em: <<https://prograd.ufms.br/files/2014/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Coeg-n.-107-Consolidada-1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 21, de 23 de fevereiro de 2011. Aprova as Normas para Contratação de Professor Substituto, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 01 mar. 2011, n. 4999. Disponível em: <<https://prograd.ufms.br/legislacao/legislacao-professor-substituto/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Graduação. Resolução nº 637, de 1º de novembro de 2017. Manifesta-se favoravelmente pela aprovação das Normas Regulamentadoras para Adesão e Atuação de Docentes Voluntários, nos termos desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 13 nov. 2017, n. 6667. Disponível em: <<https://prograd.ufms.br/files/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COGRAD-n%C2%B0-637-2017.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 106, de 4 de março de 2016. Aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 10 mar. 2016, n. 6245. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=240908>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 160, de 15 de abril de 2015. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 16 abr. 2015, n. 6020. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=216948>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 756, de 16 de setembro de 2016. Propõe, para apreciação do Conselho Universitário, a Política de Ensino de Graduação, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 23 set. 2016, n. 6382. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=260246>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 214, de 17 de dezembro de 2009. Aprova o Regulamento do Sistema Semestral de Matrícula por Disciplina dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 11 fev. 2010, n. 4743. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 342, de 22 de junho de 2015. Aprova as Normas da Monitoria de Ensino de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 02 jul. 2015, n. 6072. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=222925>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 564, de 11 de dezembro de 2015. Aprova as Normas para Realização de Eventos Acadêmicos de Graduação, nos termos desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 18 dez. 2015, n. 6190. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=236166>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Graduação. Resolução nº 636, de 1º de novembro de 2017. Aprova as Normas para Realização de Projetos de Ensino de Graduação, nos termos desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 13 nov. 2017, n. 6667. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=301745>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução nº 124, de 17 de junho de 2011. Estabelecer as Normas para a Lista de Oferta de Disciplinas Cursos de Graduação, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 08 jul. 2011, n. 5085. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de extensão, cultura e esporte. Resolução nº 6, de 6 de julho de 2017(*). Estabelecer as Normas Regulamentadoras das Ações de Extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 24 jul. 2017, n. 6588. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=290271>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de pesquisa e pós-graduação. Resolução nº 198, de 22 de novembro de 2016. Aprova as Normas para Elaboração de Projetos de Pesquisa da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 23 nov. 2016, n. 6421. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=266000>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Diretor. Resolução nº 03 de 20 de janeiro de 2017. Manifesta-se favoravelmente pela alteração da Estrutura Organizacional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de

Serviço, Campo Grande, MS, 31 jan. 2017, n. 6470. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=271693>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Diretor. Resolução nº 242(*), de 6 de novembro de 2017. Regulamenta Concurso Público para Ingresso na Carreira do Magistério Superior no âmbito da UFMS. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 20 nov. 2017, n. 6671. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=302203>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Diretor. Resolução nº 54, de 10 de novembro de 2011. Fixa as competências das unidades integrantes da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que fazem parte integrante desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 24 nov. 2011, n. 5176. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Diretor. Resolução nº 26, de 6 de março de 2017. Fixa as competências das Unidades integrantes da estrutura organizacional da Reitoria, que fazem parte integrante desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 08 mar. 2017, n. 6494. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=274885>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Diretor. Resolução nº 132, de 25 de julho de 2017. Estabelece as Normas para o Programa de Qualificação, Capacitação e Aperfeiçoamento do Docente integrante da Carreira do Magistério Superior no âmbito UFMS. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 02 ago. 2017, n. 6595. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=291298>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 55, de 30 de agosto de 2004. Aprova o REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, que faz parte desta Resolução. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 15 set. 2004, n. 3433, p. 1. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 35(*), de 13 de maio de 2011. Aprova as alterações do Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que passa a vigorar nos termos do Anexo desta Resolução. Disponível em: <<https://www.ufms.br/estatuto-da-ufms/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 57, de 13 de julho de 2017. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação da UFMS. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 17 jul. 2017, n. 6583. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=289520>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 27, de 7 de maio de 2009. Aprovar o Projeto Pedagógico Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPI/UFMS). Boletim de Serviço, Campo

Grande, MS, 15 maio 2009, n. 4559. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 14(*), de 13 de março de 2015. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para o período de 2015 a 2019. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 30 mar. 2015, n. 6008. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=215109>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 35, de 29 de julho de 2016. Aprova o realinhamento dos programas e metas constante no item 1.4, Diretriz, Programas e Metas Institucionais do Eixo Temático I – Perfil Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019, aprovado pela Resolução nº 14/2015–Coun, para o período de 2016-2019. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 01 ago. 2016, n. 6344. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=255175>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 71, de 12 de setembro de 2017. Aprovar o realinhamento dos objetivos, metas e indicadores constante no item 1.4 - Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional, do Eixo Temático I – Perfil Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019, aprovado pela Resolução no 014/2015-Coun, e realinhado pela Resolução no 35/2016-Coun para o período de 2017-2019, conforme anexo I. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 14 set. 2017, n. 6627. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=295700>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 02 de 20 de janeiro de 2017. Altera a Estrutura Organizacional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 31 jan. 2017, n. 6470. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=271689>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 64, de 25 de julho de 2017. Aprova o Regimento Interno da Rádio Educativa UFMS 99.9. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 02 ago. 2017, n. 6595. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=291334>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 44, de 18 de maio de 2017. Estabelece procedimentos relativos aos processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas estrangeiros no âmbito da UFMS. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 19 maio 2017, n. 6543. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=283606>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução nº 79, de 19 de outubro de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 27 out. 2017, n. 6657. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=300161>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 – 2019, realinhamento aprovado pela Resolução COUN nº 71, de 12 de setembro de 2017. Campo Grande, MS, 2018. 164 p. Disponível em: <<https://proplan.ufms.br/files/2017/09/PDI-realinhado-2017.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Edital nº 140, de 30 de dezembro de 2008. Concurso público para ingresso na carreira do magistério superior na classe de professor assistente. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 30 dez. 2008, n. 4471. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Edital nº 46, de 26 de março de 2010. Concurso público para ingresso na carreira do magistério superior. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 29 mar. 2010, n. 4773. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Edital nº 92, de 15 de junho de 2011. Concurso público para ingresso na carreira do magistério superior. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 17 jun. 2011, n. 5072. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/#>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Reitoria. Gabinete do Reitor. Portaria nº 865, de 21 de julho de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 26 jul. 2017, n. 6590. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=290531>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Reitoria. Gabinete do Reitor. Portaria nº 902, de 27 de julho de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 31 jul. 2017, n. 6593. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=290907>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Reitoria. Gabinete do Reitor. Portaria nº 1229, de 16 de outubro de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 18 out. 2017, n. 6650. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=299309>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Reitoria. Gabinete do Reitor. Portaria nº 792, de 5 de julho de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 07 jul. 2017, n. 6577. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=288848>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria especial de educação a distância e formação de professores. Instrução de Serviço nº 03, de 26 de abril de 2017. Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 02 maio 2017, n. 6530. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=280856>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria especial de educação a distância e formação de professores. Instrução de Serviço nº 22, de 21 de setembro de 2017(*). Boletim de Serviço, Campo Grande, MS, 25 set. 2017, n. 6634. Disponível em: <<https://bse.ufms.br/bse/publicacao?id=296881>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GIACOBBO, M. O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas. Revista do TCU, Brasília, v. 28, n.74, out./dez. 1997.

HADJI, C. A avaliação desmistificada. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HADJI, C. A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica. São Paulo: Bookman, 2003.

KANAANE, Roberto; KEPPKE, Rosane Segantin; ALDARVIS, Renato; SILVA, Dorival Caldeira da. Gestão pública estratégica e a visão do futuro. In: KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. G. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. p.34-70.

KERR, Clark. Os usos da universidade. Fortaleza: UFC, 1982.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 4.

SEGENREICH, Stella C. D. O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. Ensaio: Aval. Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 149-168, abr./jun. 2005.

SGUISSARDI, V. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In: _____. Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. p. 41-70.

TOGNARELLI, V. R. Avaliação Institucional: do processo construído à vivência do SI-NAES. A consolidação do "sujeito coletivo institucional". Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10216/1/Vanda%20Rutkowski%20Tognarelli.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.